

ISSN 2237-2083

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

OUT./DEZ. 2025

V. 33 – N. 4



REVISTA DE ESTUDOS DA
LINGUAGEM

Universidade Federal de Minas Gerais

REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida; VICE-REITOR: Alessandro Fernandes Moreira

Faculdade de Letras

DIRETORA: Sandra Gualberto Bianchet; VICE-DIRETOR: Lorenzo Teixeira Vitral

Editora-chefe

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG)

Editoras-associadas

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ)

Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Conselho Editorial

Alejandra Vitale (UBA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina), Didier Demolin (Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, Paris, França), Ieda Maria Alves (USP, São Paulo/SP, Brasil), Jairo Nunes (USP, São Paulo/SP, Brasil), Scott Schwenter (OSU, Columbus, Ohio, Estados Unidos), Shlomo Izre'el (TAU, Tel Aviv, Israel), Stefan Gries (UCSB, Santa Barbara/CA, Estados Unidos), Teresa Lino (NOVA, Lisboa, Portugal), Tjerk Hagemeijer (ULisboa, Lisboa, Portugal)

Editor de Arte

Emerson Eller

Projeto Gráfico

Stéphanie Paes

Secretaria

Ana Clara Marques, Ash Freitas de Almeida

Revisão e normalização

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ), Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG), Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Diagramação

Izabelly Silva Duque, João Gabriel Pereira Gomes, Stéphanie Paes

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM



Rev. Est. Ling. | Belo Horizonte | v. 33 | n. 4 | out./dez. 2025 | 304 p. | e-ISSN 2237-2083



This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Indexadores

Diadorim [Brazil]
DRJI (Directory of Research Journals Indexing) [India]
EBSCO [USA]
EuroPub [England]
JournalSeek [USA]
Latindex [Mexico]
Linguistics & Language Behavior Abstracts [USA]
MIAR (Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes) [Spain]
MLA Bibliography [USA]
OAJI (Open Academic Journals Index) [Russian Federation]
Portal CAPES [Brazil]
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico) [Spain]
Sindex (Scientific Indexing Services) [USA]
Web of Science [USA]
WorldCat / OCLC (Online Computer Library Center) [USA]
ZDB (Elektronische Zeitschriftenbibliothek) [Germany]

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v. 1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,
Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)
1993 ano 2, n.2 (jan/jun)
1994 Publicação interrompida
1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)
1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.
1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)
1998 v.7, n.1 (jan/jun)
1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

Faculdade de Letras da UFMG
Seção de Periódicos, sala 2017
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte, MG – Brasil
Tel.: (31) 3409-6009
www.lettras.ufmg.br/periodicos
periodicosfaleufmg@gmail.com

Sumário

- 7 Dynamic modality and its relation to politeness in Late Modern English women's instructive writing
Modalidade dinâmica e sua relação com a polidez na escrita instrutiva de mulheres no inglês moderno tardio
Francisco J. Álvarez-Gil
- 33 Dialogia da dimensão emotivo-volitiva: uma discussão círculo-bakhtiniana sobre os afetos humanos
The dialogism of the emotive-volitional dimension: a discussion of the Bakhtin's Circle on human affects
Marcos Roberto dos Santos Amaral; João Batista Costa Gonçalves
- 47 A coerência na predição de verbos *dicendi* em resumos: comparação entre capacidades humanas e de atuais modelos de linguagem
Coherence in the Prediction of Dicendi Verbs in Abstracts: A Comparison Between Human Capabilities and Current Language Models
Osmar de Oliveira Braz Junior; Roberlei Alves Bertucci; Renato Fileto
- 72 Análise e descrição do padrão entoacional de interrogativas *qu-in-situ* no português brasileiro
Analysis and description of the intonational pattern of wh-in-situ questions in Brazilian Portuguese
Daniel Nepomuceno Coutinho; Luciana Lucente

- 101** A expressão variável do modo imperativo nas cidades de Feira de Santana-BA e Campinas-SP: um estudo comparativo
The Variable Expression of The Imperative Mode in The Cities of Feira de Santana-BA and Campinas-SP: A Comparative Study
Joana Gomes dos Santos Figuerido
- 127** O verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade
The auxiliary verb vir a (lit. 'come to') as a marker of posteriority
Telmo Mória
- 152** A configuração vertical e horizontal da rede construcional
The Vertical and Horizontal Configuration of the Constructional Network
Taísa Peres de Oliveira
- 179** Interação situada em foco: um estudo de caso
Situated Interaction in Focus: a Case Study
Gabriella Souza Oliveira
- 198** Análise dialetométrica das cartas lexicais do EALMG: uma contribuição para a descrição dos falares mineiros
Dialectometric Analysis of the Lexical Maps from EALMG: A Contribution to the Description of Minas Gerais Speech
Valter Pereira Romano; Fernando Brissos
- 227** Charles S. Peirce e a redefinição da criatividade no contexto da complexidade: a perspectiva da criatividade indeterminista
Charles S. Peirce and the Redefinition of Creativity in the Context of Complexity: The Perspective of Indeterminist Creativity
Romilson Marco dos Santos
- 248** Ordem e estrutura argumental preferida no espanhol falado sob a perspectiva funcionalista
Order and Preferred Argument Structure in Spoken Spanish from a Functionalist Perspective
Laura Viana dos Santos; Talita Storti Garcia
- 275** Esboço para uma tipificação de vozes coletivas: analisando pronunciamentos de posse da Nova República
Towards a Typology of Collective Voices: Analyzing Presidential Inaugural Speeches of Brazil's Nova República
Alvaro Magalhães Pereira da Silva

Dynamic modality and its relation to politeness in Late Modern English women's instructive writing

Modalidade dinâmica e sua relação com a polidez na escrita instrutiva de mulheres no inglês moderno tardio

Francisco J. Álvarez-Gil

Universidad de Las Palmas de Gran
Canaria (ULPGC) | Las Palmas de Gran
Canaria | Las Palmas | ES
francisco.alvarez@ulpgc.es
<https://orcid.org/0000-0002-8752-9091>

Abstract: This study examines how dynamic modality, specifically the auxiliaries *may* and *can*, conveys politeness in nineteenth-century English instructive prose. A typology and the semantics of modality in English have been widely described, with particular emphasis on epistemic and deontic readings (Bybee et al., 1994; Coates, 1983; Høye, 1997; Nuyts, 2016; Palmer, 2001; van der Auwera & Plungian, 1998). Within politeness research, modals figure centrally among mitigation strategies in requests and directives (Blum-Kulka & Olshtain, 1984; Brown & Levinson, 1987; Leech, 2014). In instructive and household-hygiene genres, especially recipe books and manuals, work in the history of discourse shows how gendered and period-specific conventions condition grammatical and relational choices (Alonso-Almeida, 2013; Taavitsainen & Pahta, 2011). In contrast to the prevailing focus on epistemic and deontic meanings, dynamic modality (e.g., *can*, *may* as resources of ability/possibility used to soften directives) remains comparatively underexplored in women's historical writing, a gap the present study addresses. It uses query-driven concordance searches and normalised frequency profiling, followed by full-context manual reading to disambiguate dynamic, deontic, and epistemic uses in the *Corpus of Women's Instructive Texts in English, 1800–1899* (CoWITE19). It finds that *may* and *can* routinely soften directives by framing options and capacities rather than commands; in this corpus, *can* often presents circumstantial ability and procedural affordances, whereas *may* licenses alternatives for the reader. It concludes that dynamic modals function as a subtle yet power-



ful resource that enables women authors to manage authorial persona, maintain politeness, and instruct effectively within nineteenth-century social constraints.

Keywords: dynamic modality, (im)politeness, 19th-century women's writing, recipe texts, corpus linguistics, gendered language use.

Resumo: Este estudo examina como a modalidade dinâmica, especificamente os auxiliares *may* e *can*, veicula polidez na prosa instrutiva em inglês do século XIX. A tipologia e a semântica da modalidade em inglês foram amplamente descritas, com ênfase nas leituras epistêmicas e deônticas (Bybee et al., 1994; Coates, 1983; Hoyer, 1997; Nuyts, 2016; Palmer, 2001; van der Auwera & Plungian, 1998). No âmbito da polidez, os modais integram estratégias de mitigação em pedidos e diretivas (Blum-Kulka & Olshtain, 1984; Brown & Levinson, 1987; Leech, 2014). Em textos instrutivos/higiênico-domésticos, especialmente receitas e manuais, estudos de história do discurso mostram como convenções de gênero e de época condicionam escolhas gramaticais e relacionais (Alonso-Almeida, 2013; Taavitsainen & Pahta, 2011). Em contraste com o foco predominante no epistêmico e no deôntico, a modalidade dinâmica (e.g., *can*, *may* como recursos de habilidade/possibilidade para suavizar diretivas) permanece menos explorada em escrita histórica de mulheres, lacuna que o presente estudo procura endereçar. O trabalho utiliza buscas de concordância e perfis de frequência normalizada, seguidas de leitura pelo pesquisador dos dados em sua integralidade, para desambiguar usos dinâmicos, deônticos e epistêmicos no *Corpus of Women's Instructive Texts in English, 1800–1899* (CoWITE19). Constata que *can* tende a expressar possibilidade circunstancial e affordances procedimentais, enquanto *may* licencia alternativas ao leitor; em ambos os casos, os modais atenuam a imposição ao enquadrar opções e capacidades em lugar de comandos. O estudo conclui que a modalidade dinâmica funciona como recurso sutil e eficaz de gestão da persona autoral feminina sob expectativas sociais oitocentistas, permitindo instruções claras, polidas e sensíveis às condições do leitor.

Palavras-chave: modalidade dinâmica, (im)polidez, escrita feminina do século XIX, textos de receitas, linguística de corpus, uso de linguagem com base no gênero.

1 Introduction

This study considers the role that dynamic modals have in conveying politeness within a corpus of English-language instructive texts authored by women during the 19th century. Dynamic modals, as a specific type of modality, seem to serve as linguistic cues that may indicate levels of (inter)subjectivity between the speaker and the proposition being articulated, as noted by Álvarez-Gil (2021). These modal devices are essential to formalising the speaker's conception of ability, willingness and potentiality, as noted in Vetter (2015), as regards the realisation of certain actions or the endorsement of particular statements. The discourse and pragmatic function of dynamic modality may be that it contributes to mitigating the broader communicative intent of a text. Within this conception of modality, as we shall conclude following our inspection of the sample texts, dynamic modals can be understood as deliberate manifestations of linguistic politeness. By attenuating a proposition, such modals help to manage social interactions, maintaining the necessary balance between authority and modesty, as discussed by scholars such as Brown and Levinson (1987) and Leech (2014). This idea is further elaborated on by Palmer's (2001, p. 10) observations that dynamic modals are inherently tied to the speaker's or writer's personal agency, reflecting their internal dispositions and circumstances and/or their external enablement.

However, it is important to recognise that the inherent semantic value of potential possibility (Vetter, 2020) encoded in these modal forms might indicate that they do not always directly modulate the proposition being framed. This can render them seemingly superfluous in certain communicative contexts in which the intended meaning or action is already clear (see Alonso-Almeida & Álvarez-Gil, 2021). This superfluity can occur even if we contend, as a premise, that dynamic modals are neither random nor gratuitous. Despite such a potential redundancy, our study posits that dynamic modals are far from dispensable; rather, they perform the essential pragmatic function of conveying (im)politeness. Even when they do not suggest explicit nuances of obligation or likelihood, dynamic modals can still play a crucial role in shaping the tone and relational dynamics of a discourse. Using the *Corpus of Women's Instructive Texts in English, 1800–1899* (CoWITE19) (Alonso-Almeida *et al.*, 2025), we investigate dynamic modality as both a grammatical resource and a relational marker in women's nineteenth-century instructive/technical prose. Our design is explicitly synchronic: we model practices specific to Late Modern English rather than generalising diachronically. We therefore flag diachronic extension (e.g., 1900–1950 instructional prose) as planned future work. This analysis contributes to an understanding of how women were able to cope in the male-dominated spheres of education and literature; that is, by using language both to instruct and to position themselves within the broader social context.

Our research methodology is grounded in corpus linguistics, combining automated concordance searches with frequency counts (raw and normalised) and dispersion measures; subsequent qualitative analysis of KWIC lines identifies how *can* and *may* enact politeness through mitigation. This approach is particularly well-suited to the study of historical texts, in which the meaning and function of linguistic features such as dynamic modals may not be immediately apparent. In this study, automated concordance queries are supplemented with full-context manual reading of every occurrence. By context we mean (i) the immediate clause and sentence in which the modal appears and (ii) the relevant discourse unit for

the genre, namely, the entire recipe entry (title, ingredients, and method) or, in manuals, the paragraph/section in which the directive sequence unfolds. This integral reading enables us to disambiguate dynamic uses of *can* and *may* (ability/possibility that affords reader agency) from epistemic and deontic readings, and to identify politeness functions such as mitigation of directives, lowered imposition, and offer-like formulations. This mixed method provides broad coverage with fine-grained functional interpretation, clarifying how form (modal choice) relates to function (relational work) in nineteenth-century women's instructive/technical prose. We do not claim these functions are unique to 1800–1899 or to these genres; rather, we model how they operate in this period and dataset. Where relevant, we note contrasts with a male-authored control set, while broader diachronic generalisations remain outside our scope. In doing so, we offer a historically situated account of how women negotiated authority and politeness under the social expectations of the time.

We begin the remainder of this paper, in Section 2, by exploring the concept of modality. We discuss its various forms and functions, paying particular attention to dynamic modality. Section 2 lays the groundwork for an understanding of how modality operates within language to convey different levels of certainty, obligation, potentiality, enablement and (even) interpersonal alignment. Following this theoretical foundation, Section 3 contains our methodological approach; we explain how we combine corpus linguistics and a manual inspection to analyse the selected texts. Section 3 also addresses the challenges and considerations involved in working with historical corpora, such as the need for careful contextual interpretation. Section 4 offers an analysis of the modals in the corpus, detailing their use and distribution and analysing modal meanings to isolate those that denote dynamic modality. In Section 5, we examine more specific examples that reveal patterns of usage where dynamic modals indicate politeness. These patterns are not explicitly tied to gendered politeness strategies, but they do highlight how modals can be employed to soften directives and maintain interpersonal rapport. We also compare our findings with previous research on dynamic modality in Late Modern English. Finally, in Section 6, we conclude our report by summarising our main findings and suggesting directions for future research.

2 Dynamic modality and (im)politeness

Dynamic modality occupies a significant, though often underexplored, role within the broader linguistic framework of modality, particularly in its relation to (im)politeness. Modality, as described by Palmer (1986, 2001), refers to the expression of a speaker's attitudes and opinions. It encompasses various grammatical devices such as modal verbs and periphrases, as well as certain lexical items such as adverbs. Modality serves to modulate propositional content, indicating subjective or intersubjective perspectives on the truth or likelihood (Frawley, 1992) of a given state of affairs. As explained by Depraetere (2015), modality must be understood both by categorising the lexical devices used and through each category's inherent semantic distinctions – epistemic, deontic or dynamic, for example – which blur and shift boundaries based on context. Dynamic modality is distinguished by its focus on expressing ability, willingness, potentiality and necessity; these are concepts that are closely tied to the speaker's or writer's own capacities and intentions, as noted by Palmer (2001) and Nuyts (2001). This internal focus on personal agency makes dynamic modality particularly relevant

to an understanding of interpersonal dynamics, as this modal category directly relates to how individuals express their capacity to act within specific contexts.

Vetter's (2015, 2020) work on dynamic modality represents a significant departure from the more traditionally discussed epistemic and deontic modalities. Her analysis emphasises the capacity and potentiality inherent in human actions and events, focusing on what agents or situations are inherently capable of doing based on their abilities, dispositions and powers. This distinction is fundamental because it shifts the focus from external factors such as knowledge and duty to the internal capacities of the agent, thereby emphasising the potentiality and inherent possibilities within any given situation. Vetter's exploration aligns with the broader framework of dynamic modality by highlighting how the modality directly reflects the speaker's or writer's internal capacities and potential actions. When we say, 'John can swim', for instance, this statement reflects John's inherent ability to perform the action of swimming, this ability being a manifestation of dynamic modality. This perspective is echoed by Sweetser (1990), who argues that modality in language often reflects the speaker's internal perspective – their belief in the feasibility of an action. More recent studies, such as that by Nuyts (2016), further support this view by emphasising how modality often integrates cognitive and contextual factors, thus demonstrating the flexibility of dynamic modality in linguistic expression.

Dynamic modality is treated by Palmer (2001) as part of event modality, in contrast to propositional modality. While propositional modality concerns a speaker's evaluation of the truth of a proposition (epistemic) or the nature of its evidential support, event modality encodes stances toward actions and events. Within the deontic domain, traditionally characterised as obligation and permission, obligation itself can be subdivided into internal/mental versus external/material sources (Neves, 2006), the former reflecting subject-internal normative pressure and the latter norms imposed by institutions, rules or other agents. Against this backdrop, dynamic modality is distinctive in that it profiles a participant's capacity, disposition, or willingness without invoking a normative source. As Nuyts (2001, p. 25) notes, it involves an "ascription of capacity or need to the subject-participant," which may extend to inanimate subjects under certain conditions. This aligns with Vetter's (2015, p. 216) characterisation of dynamic meaning as potentiality-based semantics, setting it apart from more overtly normative or evaluative modalities.

The main analytical difficulty is not identifying modal forms but drawing boundaries between dynamic, deontic and epistemic readings when co-textual cues are underspecified – that is, when the surrounding discourse provides no explicit indicators of permission/obligation (e.g., *allowed*, *required*, source attributions) or epistemic evaluation. In such underspecified contexts, *can* may be compatible with ability/circumstantial possibility (dynamic) or permission (deontic): compare recipe-like statements such as "You can add a little water" (ability/option afforded by the procedure) versus signage-like "You can park here" (permission). Likewise, "The mixture can thicken overnight" illustrates circumstantial possibility with an inanimate subject. Precisely because these boundaries blur, we follow Depraetere (2015) and Depraetere & Reed (2011) in using source (participant-internal vs external) and potential barriers (ability, circumstantial conditions, rules) as systematic diagnostics, rather than assuming a single default reading (see also Palmer, 1990).

Vetter (2020) emphasised the context-dependent nature of dynamic modality, observing that the meaning of modal expressions such as 'can', 'could', 'might' and 'may' can vary significantly depending on the circumstances in which they are used. The phrase 'John can swim'

typically implies that John possesses the skill to swim. However, in a different context, the same expression might imply a conditional ability, such as 'John can swim if the water is warm', thus illustrating the flexibility and contextual nature of dynamic modality. This view is supported by Palmer (2001), who explained the importance of context in interpreting modality, noting that the same modal verb can convey different meanings depending on situational factors. Gisborne (2007) expanded on this by arguing that while the dynamic *can*, for instance, is often seen as expressing ability, its semantic development from Old English means that it retains elements of knowledge or competence that contribute to modern interpretations of ability. More recent work by Boye (2012) emphasises how context and communicative intent shape the interpretation of modal verbs, aligning closely with Vetter's emphasis on flexibility and situational dependency.

Vetter (2020) also contrasts dynamic modality with the concept of necessity, explaining that while dynamic modality focuses on what is possible, it does not concern itself with what must happen. This distinction is inherently tied to the idea of contingency, thus emphasising that dynamic modality is about what could happen under certain conditions, rather than what is inevitable. This perspective allows for a more nuanced understanding of actions and events and an acknowledgment that multiple possibilities can coexist, depending on the specific capacities and circumstances involved (Vetter, 2020). The diachronic changes in modal expressions, particularly those seen through grammaticalisation, reflect the evolving use of dynamic modality in various contexts (Hilpert et al., 2021), and this evolution may include dynamic modality's role in (im)politeness. According to Gisborne (2007), this contingent nature is key to understanding the development of dynamic meanings in English modal verbs, particularly the evolution of 'can' and 'will,' through which dynamic senses reflect the internal properties of the subject rather than any external obligations. This emphasis on possibility and contingency resonates with Kratzer's (1981) modal semantics, which also highlights how the interpretation of modals depends on the interplay between contextual factors and the potential states of the world. Pietrandrea (2012) have extended this discussion by exploring how modal expressions interact with different layers of meaning, including necessity and possibility, further underscoring the complex interplay between modality and context. The conveyance of (im)politeness is an example of such an interaction.

Politeness, as conceptualised by Leech (2014), is a form of communicative behaviour that generally prioritises the value or benefit to others over that to oneself. It is a pervasive phenomenon across cultures and languages. The relational nature of politeness involves maintaining face, negotiating power relations and adhering to cultural norms that dictate appropriate behaviour in various social contexts (Brown & Levinson, 1987; Culpeper, 2008; Lakoff, 2005). Dynamic modality interacts with these relational aspects of politeness by modulating the force of statements concerning the speaker's abilities or intentions. One obvious instance is the use of the modal verb 'can' in 'I can help you with that'. Through its use, the statement represents not simply a straightforward assertion of ability but a potential act of politeness, as it offers assistance without imposing it. Here, the dynamic modal functions to align the speaker's intentions with the needs or desires of the listener, thereby reinforcing positive social relations and enhancing the politeness of the interaction.

However, the context in which dynamic modality is used can significantly influence its interpretation as polite or impolite. Politeness, as Lakoff (1973) and others have argued, is context-dependent, and what might be considered polite in one situation could be seen as impolite in another. An assertive use of dynamic modality, such as 'I can do this now',

might be interpreted as impolite or overbearing in a hierarchical setting where deference is expected, as explained in Alonso-Almeida and Álvarez-Gil (2021). Conversely, in a context where decisiveness and leadership are valued, we contend that the same statement might be seen as appropriately assertive and polite. Thus, dynamic modality's role in politeness is closely tied to the expectations and norms of the specific communicative context in which it appears. Impoliteness is not merely the absence or opposite of polite behaviour but a distinct communicative strategy with its own functions and effects, as Culpeper (2011) explained. Impoliteness (Culpeper, 1996, 2009) arises when behaviours deviate from the expected norms of interaction, causing offense or discomfort. Dynamic modality seems to play a role in the construction of impoliteness; it usually does so through the assertive or confrontational use of modal expressions that emphasise the speaker's capability or intent in ways that may challenge social norms or hierarchies. The use of dynamic modality in a statement like 'I can do this better than you', for instance, explicitly asserts the speaker's superior ability. This can be perceived as impolite, especially in contexts where modesty or equality is expected. Such statements highlight the speaker's capabilities, while they also implicitly devalue the abilities of the listener, thereby threatening their face in the sense in Brown & Levinson (1987). This face-threatening move can lead to various perlocutionary effects, such as resentment, anger or a defensive response (Culpeper, 2011); exactly which effect results depends on the relational context and the perceived intentions behind the statement.

The strategic use of (im)politeness in academic and professional discourse, as noted by Myers (1989) and Hyland (2005), further illustrates how dynamic modality can be deployed to assert dominance, challenge opposing views or resist impositions. In scientific writing (Gil-Salom & Soler-Monreal, 2009), where politeness strategies often exist to maintain academic decorum, impolite strategies (including, we contend, those involving dynamic modality) may surface as calculated moves designed to establish authority or appraise others' work. This is particularly evident in cases where the power relationship between interlocutors is imbalanced, for example, between established experts and newer scholars or when historically marginalised groups assert their place within the academic community. The use of dynamic modality in these contexts can thus be seen as a rhetorical tool that both conveys ability and negotiates the speaker's or writer's position within the discourse, sometimes at the expense of politeness. In the instructional texts we analysed, we did not identify any instances where dynamic modal verbs alone were used to express impoliteness, suggesting a strong genre-based association with their use. However, impoliteness may emerge in certain cases from the combination of dynamic modals with specific linguistic elements, a point we will explore in detail later.

Gender seems to play a significant role in the perception and use of dynamic modality in relation to (im)politeness. Historical analyses, such as those conducted by Lakoff (1975) and Mills (2005), suggest that women's speech has often been characterised by deference and a lack of assertiveness, thereby reflecting broader social expectations of gender-appropriate behaviour. However, more recent studies, including those by Leaper and Robnett (2010), indicate that the differences between men's and women's use of assertive language, including dynamic modality, are not as pronounced as once thought, although they do exist in certain contexts. In the context of 17th-century English utilitarian prose, for example, female writers seem to have often used dynamic modality strategically to skilfully accommodate the requirements of male-dominated academic and professional spheres, as explained and exemplified in Jucker (2020) and Alonso-Almeida and Álvarez-Gil (2021). As Mills (2005) and Peters (2003) have suggested, the

use of impolite strategies, including those involving dynamic modality, allowed these women to assert their authority, defend their positions and challenge the social norms that constrained their participation in public discourse. Such strategies could involve the use of self-deprecation to pre-empt criticism or of assertive language to claim intellectual space (cf. Alonso-Almeida & Álvarez-Gil, 2021). Both of these approaches suggest a nuanced understanding of how dynamic modality can be used to manage face and negotiate power in gendered interactions.

The concept of a community of practice, as defined by Lave and Wenger (1991), provides a useful framework for understanding the role of dynamic modality in the construction of (im)politeness within specific social and professional contexts. A community of practice is a group of individuals who share a common set of activities, goals and practices; this includes the linguistic practices that shape their interactions and the norms of behaviour within the group (Eckert & McConnell-Ginet, 1999). Within such communities, the use of dynamic modality can signal a member's alignment with or deviation from the community's norms, thereby contributing to the construction of (im)politeness. In academic communities, for example, where collaboration and mutual respect are highly valued, the use of dynamic modality to assert one's own abilities might be seen as impolite or arrogant if it were to disrupt the expected egalitarian ethos. Conversely, in more competitive environments, such as certain professional or academic settings, the same use of dynamic modality might be seen as necessary and even polite, as it demonstrates confidence and competence. Mills (2003) noted that communities of practice are not monolithic; they allow for both consensus and conflict, and members often belong to multiple overlapping communities with varying norms. This variability further complicates the relationship between dynamic modality and (im)politeness, as what is considered polite or impolite can shift depending on the specific community of practice and the participants' particular interactional goals. During our analysis of the corpus, the notion of community and the need to create association and rapport is patent, to the extent that a sense of allowance and confidence in the other's judgement and decision-making capabilities seem to contribute to the dissemination and acceptance of the technical knowledge being sequentially itemised.

Recent research has continued to build on and refine the understanding of dynamic modality. Portner (2018), for example, expanded on the interaction between modality and discourse. He explored how dynamic modality operates in conversational contexts, particularly in how speakers negotiate meaning in real-time interactions. Similarly, Gianollo (2020) examined the diachronic development of modal verbs, offering insights into how dynamic modality has evolved in different languages over time, thereby highlighting the fluid nature of modal meanings. Other studies, such as that by Bybee and Fleischman (1995), have used cross-linguistic data to explore the cognitive underpinnings of dynamic modality, arguing that the flexibility seen in dynamic modals reflects deeper cognitive structures that guide human reasoning and decision-making. Altogether, dynamic modality, as a linguistic device that reflects the speaker's or writer's internal capacities and intentions, may play a critical role in the expression of (im)politeness. Its relevance is evident and lies in its ability to modulate propositions (cf. Halliday & Matthiessen, 2014 for the concept of modulation) in ways that can either align with or challenge social norms.

In the upcoming sections, we present the results of our study on the relationship between dynamic modality and (im)politeness in 19th-century technical instructive texts written by women. As we shall see, there is a strong association between the genre under examination and the use of dynamic modals as (im)politeness devices.

3 Method and evidence

The methodology employed in this study was rooted in the principles of corpus linguistics, with computational tools used to systematically analyse linguistic patterns within a specialised historical corpus. The primary source of data for this research was the 19th-century section of the *Corpus of Women's Instructive Texts in English* (CoWITE19), which is a carefully curated collection of texts compiled at the University of Las Palmas de Gran Canaria (Alonso-Almeida *et al.*, 2025). The 19th century was a transformative period for women's writing, particularly in the domestic sphere. It was a time when women's roles were shifting due to broader social and economic changes, including the rise of the middle class, increased literacy rates, and the emergence of women as authors of published works. Recipe books were a common medium through which women could assert themselves as authorities in domestic matters, while still adhering to social expectations of modesty and deference. During this time, women were expected to conform to norms of politeness, modesty, and deference, especially in public or semi-public discourse like published writing. Recipe books, often probably intended for other women, required female authors to use polite strategies to maintain their social credibility. These norms of politeness are crucial to understanding why certain modal verbs or other modal language structures are used more frequently and in specific ways in 19th-century instructive texts. The 19th century certainly saw a rise in women's contributions to the literary and instructive genres, with women becoming more visible as authors. However, they were still operating within a male-dominated society where their authority in writing had to be carefully negotiated.

This section of the corpus, currently in its actual version, i.e. February 2023, is a substantial body of approximately 500,000 words, all of which are authored exclusively by women. The texts within CoWITE19 were drawn from printed and manuscript recipe books that were produced in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland or the United States of America between 1800 and 1899. This time frame means that the corpus is able to capture the linguistic features characteristic of Late Modern English and as used in instructive texts by female authors. As such, it appears as a rich source of data for an examination of the use of dynamic modals in these contexts.

The selection of texts for inclusion in CoWITE19 was guided by a set of criteria designed to ensure the representativeness and reliability of the data. First and foremost, all texts included in the corpus are instructive in nature, meaning they were specifically written to provide guidance or to give instructions on how to perform particular tasks. This focus on instructive texts aligned with the text-type classification provided by Werlich (1976), which defines such texts as those intended to direct the reader's actions according to the author's instructions. The emphasis on instructive content ensured that the corpus reflects the practical, didactic purposes for which these texts were originally created. Instructive texts, such as recipes, are inherently directive genres, which naturally lend themselves to the study of politeness strategies. These texts aim to guide readers in performing specific tasks (e.g., cooking or preparing remedies) while balancing the authoritative tone of the instructions with the need to maintain rapport and avoid imposing strict authority on the reader. Recipe books provide a unique lens through which to observe how politeness is encoded because they require authors to both instruct and offer flexibility to the reader. Recipe books and instructive texts stand in contrast to more narrative or personal genres (e.g., letters or diaries), where the use

of modals may not reflect the same tension between authority and politeness. Letters or diaries might prioritize personal reflection or emotional expression, while recipe texts are more task-oriented, making them rich sources for analysing how writers balance giving orders with maintaining politeness. Additional criteria include that the authors of the texts in CoWITE19 meet specific linguistic and demographic criteria: women whose first language was English (British or American). These criteria ensured that the corpus accurately represents the linguistic practices of English-speaking women during the 19th century.

The corpus only includes texts from the earliest available edition of each work, provided that the author was alive in the 19th century. This requirement was implemented to exclude any reprints or new editions of material originally published in the 18th century or earlier, thereby maintaining the temporal integrity of the corpus. Another important aspect of the corpus compilation was the need to achieve a balanced representation of texts across the entire 19th century. To this end, the corpus contains approximately 50,000 words for each decade between 1800 and 1899. This balanced distribution was carefully managed through the selection of texts from different parts of various volumes; in this way, we ensured that there was no content repetition that might skew the representativeness of the data, given that the majority of the volumes are recipe books. The diverse range of instructive content included in the corpus, including culinary, medical and pharmaceutical information, further enhanced its value as a resource for studying women's linguistic practices during this period.

The details of CoWITE19, including the number of files, tokens, types and lemmas, are summarised in Table 1, which provides a snapshot of the corpus's scope and scale.

Table 1 – CoWITE19 statistics

Files	Tokens	Types	Lemmas
31	487,136	12,142	15,374

Source: the author.

To carry out the analysis, the study focused on the use of dynamic modal verbs within the corpus, specifically targeting central modals such as 'can', 'could', 'may', 'might', 'shall', 'should', 'will', 'would' and 'must'. These modals were identified and extracted through computational searches using the CasualConc tool, a piece of software developed by Yasu Imao that allows for the precise and efficient retrieval of concordances within large text corpora. The CoWITE19 corpus, having been tagged for parts of speech, facilitated the required complex searches by enabling CasualConc to identify and isolate specific linguistic constructions such as stance matrices that license 'that' clauses (Alonso-Almeida, 2023), as well as other relevant syntactic structures. This computational approach allowed us to efficiently process the data within the corpus and to ensure that all relevant instances of dynamic modals were captured for analysis.

Once the relevant concordances were extracted, we conducted a full-context manual reading of each token to establish its modal type and function. To make the categorisation replicable, we defined a set of syntactic – semantic factors: (i) subject type and control (animate/agentive vs. inanimate; compatibility with the paraphrase *be able/capable to*), (ii) paraphrase tests (dynamic \approx *be able/capable to*; deontic \approx *be allowed/permitted to*; epistemic \approx *it is possible that*), (iii) source of modality and barriers – participant-internal ability/disposition or circumstantial affordances vs. external norms/authority and explicit constraint mark-

ers (e.g., *allowed, required, forbidden, rule, permission*), (iv) clausal environment (imperatives and directive sequences; conditional/procedural framing with *if/when*, purpose clauses), (v) polarity and focus items (*only, just, even*, negation) and co-occurring adverbs (*physically, easily* → dynamic; *legally, formally* → deontic; *probably, perhaps* → epistemic), and (vi) inanimate-subject diagnostics signalling circumstantial dynamic possibility (e.g., *The mixture can thicken overnight*). Ambiguous cases were double-coded and resolved by consensus. On this basis, only tokens with dynamic readings, ability, disposition, or circumstantial possibility affording options to the addressee were retained for quantification; deontic and epistemic readings were excluded (see also Depraetere & Reed, 2011; Nuyts, 2001; Palmer, 2001).

Beyond identifying modal tokens, each instance of *may* and *can* was annotated for a set of syntactic – semantic factors that plausibly constrain the choice of dynamic modal: (i) subject type/control (animate agent vs. inanimate/circumstantial), (ii) directive adjacency (imperatives, LET-constructions, procedural sequences), (iii) degree-of-adjective frame (e.g., *the largest/finest you can get; as thin as you can...*), (iv) optionality markers (e.g., *as/if you please; as you like; if preferred*), (v) disjunctive/contrastive operators (*or, but*), (vi) clause environment (conditionals and manner adverbials), and (vii) polarity/focus items and co-occurring adverbs (e.g., *only, possibly, easily, legally*). We then asked whether modal choice correlates with these factors: we cross-tabulated modal form (*may* vs. *can*) by factor, inspected odds ratios/log-odds, and used χ^2 or Fisher's exact tests where appropriate. Section 5 reports the qualitative patterns aligned with these factors.

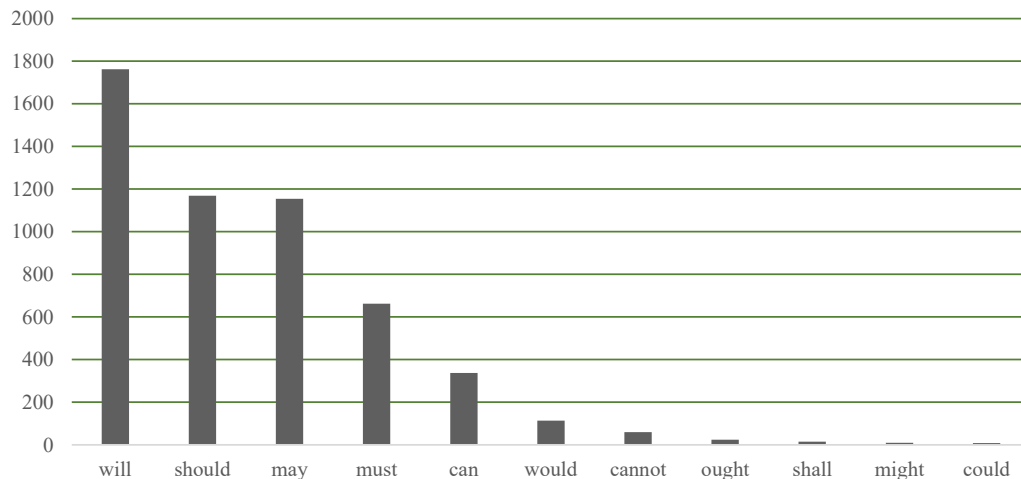
The results obtained from this analysis were then compared with findings from previous studies that have examined the use of modal verbs in written material by both men and women from the same time period, excluding recipe texts. This comparative analysis provided a broader perspective on how dynamic modals were employed across different genres and by different genders, thus allowing the study to explore potential gender-based differences in the use of these linguistic forms. Such comparisons allow us to explore the broader linguistic and social relations that were held at the time, particularly in regard to how women's language use in instructive texts might differ from or align with that of men.

In addition to the computational and manual analyses, the findings from the corpus inquiry were compiled into an Excel spreadsheet. A 50-word context window was included on either side of each modal verb occurrence. This extended context window ensured that each instance of a dynamic modal could be accurately described and categorised according to its form, meaning and function. The Excel sheet also stored the factor codes described above and served as the basis for the cross-tabulations between modal choice and contextual factor.

4 Results

In this study, a total of 5,315 central modal verbs were identified within the corpus, distributed among dynamic, deontic and epistemic modalities, in the raw frequencies exhibited in Figure 1.

Figure 1 – Distribution of modal verbs according to form



Source: the author.

The distribution, variance and likelihood ratios of these modals according to modal categories are given in Table 2, below. Dynamic modality in the corpus accounts for 28.05% of the total number of occurrences in the corpus. While dynamic modality does not exhibit the highest incidence – falling behind deontic modality, which comprises 68.33% of the cases – it still holds considerable importance within the corpus. Deontic modality, which is more prevalent, has a central part in making the assertive statements that are vital to the successful execution of recipes. This type of modality is particularly effective in instructive texts, where clarity and authority are required to ensure that readers follow instructions precisely and thereby achieve the intended results.

Table 2 – Distribution, variance and likelihood ratios of central modal verbs across modal categories

Modality Type	Observed frequency	Percentage	Expected Frequency	Variance	Likelihood Ratio
DynamicModality	1,491	28.05	1,771.67	46.45	0.841
Deontic Modality	3,632	68.33	1,771.67	1,575.07	2.048
Epistemic Modality	192	3.61	1,771.67	1,343.69	0.108
Total	5,315	100	5,315		

Source: the author.

As shown in Table 2, epistemic modality makes up only 3.61% of the cases. Dynamic modality, however, has a critical but subtler function, as they do not assert obligation as directly as deontic modals. Instead, they implicitly convey authority by enabling actions and suggesting possibilities. This aspect of dynamic modality is especially relevant in instructive texts, in which authors must balance authoritative guidance with reader autonomy. In our corpus, dynamic modality, as also seen in Table 2, has a variance of 46.45, indicating a smaller deviation from the expected frequency. The likelihood ratio of 0.841 suggests that dynamic modality is used somewhat less than anticipated; however, it remains a significant feature in the corpus. This modal meaning is primarily expressed through the verbs ‘can’ and ‘may’, being the latter more common, with a ratio of approximately 3:1 in favour of ‘may’ compared to ‘can’. The use of these modals in the texts underscores their role in enabling the presentation of suggestions and options without sounding overly prescriptive.

In contrast, deontic modality, as exhibited in ‘You must not let the steaks dry over the fire’ (Mrs. Bliss of Boston, 1850), is encoded in the modal form ‘must’; other forms in the corpus being ‘will’ and ‘should’, for instance. Deontic modality emerges as the most dominant type in the corpus, constituting 68.33% of the total modal occurrences. With a much higher variance of 1,575.07 and a likelihood ratio of 2.048, it is clear that deontic modality is overrepresented. This reflects the nature of our instructive texts, where guidance is provided primarily through the use of congruent or modulated directives. As these texts aim to guide the reader in completing specific tasks, they naturally necessitate the use of modals like *must*, and *should*.

Epistemic modality is seen in instances such as: ‘Then came rice porridge eaten with cream and jam and a series of toasts. This might have been thought the end, but at 1 P.M. *bret* again appeared’ (Campbell, 1893). This type of modality, encoded in the modal form ‘might’, is the least frequent, making up only 3.61% of the corpus. It shows a variance of 1,343.69 and a likelihood ratio of 0.108, indicating that its occurrence is significantly lower than expected. The minimal use of epistemic modality reinforces the corpus’s purpose of guiding readers through the required actions, rather than engaging in speculative or evaluative discourse.

In terms of the specific dynamic modals ‘may’ and ‘can’, ‘may’ is used more frequently, accounting for 1,045 occurrences, while ‘can’ appears only 245 times. This distribution suggests that ‘may’ serves as the more common means of expressing dynamic modality, likely due to its more polite and formal connotations in historical discourse. The use of dynamic modals such as ‘may’ and ‘can’ is further detailed in Table 3, which gives their distribution, variance and likelihood ratios.

Table 3 – ‘May’ and ‘can’ distribution with variance and likelihood ratios

Modal verb	Observed frequency	Expected frequency	variance	Likelihood ratio
may	1,045	745.5	123.54	1.403
can	245	745.5	326.34	0.329

Source: the author.

As deduced from this table, ‘may’ accounts for 73% of the dynamic modality instances in our analysis. The variance for ‘may’ is 123.54, indicating that its usage is slightly higher than

expected. Additionally, the likelihood ratio of 1.403 suggests that ‘may’ was favoured as a way of expressing dynamic potentiality, aligning with the formal and polite tone typical of historical instructive texts. ‘Can’ accounts for 27% of the dynamic modality cases. The variance for ‘can’ is higher than that for ‘may’, at 326.34, with a likelihood ratio of 0.329, indicating its usage is lower than expected. This suggests that ‘can’, with its more straightforward and direct connotations, is less frequently used than ‘may’. The relatively lower frequency of ‘can’ might be said to reflect its more assertive tone. This distribution is intriguing, given that previous research suggests that ‘CAN is the only modal which clearly retains a dynamic sense’ (Gisborne, 2007, p. 45). However, Huddleston and Pullum (2002) observe that ‘may’ can serve as a substitute for ‘can’ in more formal registers, a trend that appears to be supported by the usage patterns in this corpus. This is also attested in Alonso-Almeida and Cruz-García (2011). Interestingly, focusing on most prominent presence of modal meanings, The dominance of deontic modality does not undermine the role of dynamic modality, but rather provides a contrast. Dynamic modality (28.05% of the total) serves a complementary function – offering flexibility and allowing the reader autonomy. This combination of directive and flexible language is essential in maintaining a balance between authority and politeness. In contrast, the low frequency of epistemic modality (e.g., *might*, *could*) can be explained by the genre’s focus on certainty and precision. Instructive texts are not primarily concerned with expressing uncertainty or probability, which may explain the minimal presence of epistemic modals.

5 Discussion

This section examines the use of dynamic modals ‘may’ and ‘can’ in 19th-century women’s instructive writing and makes sense of the data collected under a set of uses that justify the presence of dynamic modality in recipe writing. We now interpret the *may/can* contrast through the factor scheme introduced in Section 3, showing how modal choice aligns with optionality markers and disjunctive structures (*may*) versus degree-of-adjective frames and circumstantial ability with inanimate subjects (*can*).

5.1 Context similarity and dynamic modality

A careful analysis of instances where ‘may’ and ‘can’ appear reveals that these modals often occur in similar contexts, suggesting that they could be interchangeable, albeit with distinct nuances that subtly influence the interaction between the author and the reader. The below examples are illustrative of this. In our factor coding, these are the CONTEXT-SIMILARITY and DIRECTIVE-ADJACENCY environments; the association with modal choice is argued qualitatively here:

- (1) and you may add half a dozen blades of mace (Leslie, 1854).
- (2) and you can add to it rice, barley, or vermicelli, whichever is the most approved (Cust, 1853).

Both ‘may’ and ‘can’ are used to grant permission or, seemingly, to indicate the potential possibility of action, thereby providing the reader with flexibility when following the

recipe. The modal ‘may’ in (1) serves to further soften the directive and align with broader politeness strategies that aim to preserve the reader’s autonomy. This tendency toward mitigation suggests that this modal form is not merely a vehicle for granting permission but a means of avoiding the forceful imposition of the author’s authority. This is particularly relevant in domestic genres like recipe writing, where the relationship between the author and reader is inherently instructional but must also accommodate the reader’s autonomy and preferences. By using ‘may’, the author subtly negotiates this balance, offering advice that is authoritative but not overbearing. In contrast, ‘can’ seems to convey a more straightforward and practical approach. In Example (2), the use of ‘can’ indicates a feasible action without the additional layer of politeness that ‘may’ might overtly and conventionally imply. While ‘can’ still seems to grant permission and to suggest a possible action, it does so in a manner that is seemingly more direct (Biber et al., 2002; Curzan, 2014; Thompson & Thetela, 1995) and less concerned with mitigating the author’s authority. This directness can be seen as aligning more closely with a factual statement, in which the author is simply presenting a possible course of action rather than delicately negotiating the reader’s response. The straightforward nature of ‘can’ implies a certain level of confidence in the reader’s ability to make decisions, offering a practical option without the need for additional polite cushioning.

5.2 Dynamic modality and the distinct degrees of adjectives

In comparison to ‘may’, ‘can’ seems to be more direct and less concerned with mitigating the instruction in the vicinity of adjectives. This can be seen in the following examples:

- (3) Take three or five of the smallest pullet eggs you can get, fill them with flummery, and when they are stiff and cold, peel off the shells (Haslehurst, 1814).
- (4) To dress Mutton venison-fashion. Take the largest and fattest leg of mutton you can get, cut out like a haunch of venison, as soon as it is killed, while it is warm, it will eat the tenderer (A Lady, 1818).
- (5) Cut off half the stalk of the largest ripe cherries you can get; roll them, one by one, in beaten white of egg, and then lightly in sifted sugar (Corbet, 1835).
- (6) Let the slices be as thin as you can possibly cut them (Hill, 1863).
- (7) Take a leg of the finest beef you can get, split it in half, from the knuckle to the thigh-joint, that is, longitudinally; wash it well, so that it is free from blood (Mason, 1871).

The structure of combining ‘can’ with superlative and comparative adjectives, as in ‘the smallest you can get’ or ‘as thin as you can possibly cut’, presents a distinctive linguistic pattern within the corpus. This construction functions by providing a flexible guideline that suggests an ideal, but without enforcing a strict standard. The use of ‘can’ in these contexts highlights the reader’s capability to act according to their own circumstances, allowing for adaptability in following instructions. Interestingly, this structure does not appear with the modal ‘may’. The absence of ‘may’ in combination with degrees of adjectives suggests a significant restriction in the use of dynamic ‘may’ within this corpus. This restriction may imply that ‘may’, which often introduces a layer of politeness or hypotheticality, is not suited to the direct,

action-oriented nature of the instructions in these texts. The form ‘can’, by contrast, is more pragmatically aligned with the practical guidance typical of recipe instructions, where flexibility is necessary, but ambiguity or excessive politeness might detract from clarity and efficacy. Functionally, ‘can’ serves to communicate a sense of capability without imposing rigid expectations, thus fostering a cooperative and accessible interaction between the writer and the reader. This use of dynamic modality respects the reader’s autonomy while maintaining the instructional clarity necessary for the genre, balancing both flexibility and precision in a way that makes the guidance practical and adaptable to real-life situations.

In short, the above is evidence of the role the form ‘can’ plays as a marker of negative politeness (Brown & Levinson, 1987), as also seen in example (8), where it is used to suggest optimal actions while leaving room for the reader’s discretion:

- (8) Take the largest and fattest leg of mutton you can get, cut out like a haunch of venison, as soon as it is killed, while it is warm, it will eat the tenderer (A Lady, 1818).

The use of ‘can’ in these examples enables the reader to make the best choice possible without feeling pressured to meet an unattainable standard. This use aligns with the concept of negative politeness (Brown & Levinson, 1987), where the speaker seeks to minimise the imposition on the listener or reader. By choosing ‘can’, the author offers guidance that is firm yet flexible, leaving room for personal discretion in executing the instructions. In the context of 19th-century instructive writing, this strategy reflects an important balance: it allows women authors to assert their expertise while adhering to the social expectations of deference and modesty (Fitzpatrick, 2015; Schneider, 2005).

5.3 Dynamic modality and conditional or manner clauses

The inclusion of conditional or manner clauses, exclusively in sentences featuring ‘may’, emphasises the author’s intent to avoid a direct imposition:

- (9) You may add a little juice of a lemon, catchup, red wine, and walnut liquor, just as you please (Holland, 1825).
 (10) You may add red wine or vinegar as you like (Smith, 1831).
 (11) Let the whole boil until the vegetables are pulp; then you may add, if you like, dumplings, made of flour and butter (Bliss of Boston, 1850).

In these examples, the use of ‘may’ combined with phrases like ‘just as you please’, ‘as you like’, ‘and if you like’ suggests a polite, non-presumptive approach to giving instructions. The author is clearly offering guidance, yet deliberately avoids imposing any strictures, thereby allowing the reader the freedom to modify the recipe according to their personal preferences or the availability of ingredients. These assumptions may vary according to the contextual circumstances. This approach is significant, as it reflects the social norms and etiquette of the time (Jucker, 2020); these valued politeness and deference, particularly in written communication. By using ‘may’ in conjunction with conditional phrases, the author is providing options, and she is also signalling respect for the reader’s autonomy, acknowledging that the reader has the authority

to make decisions based on their own judgment. The conditional clauses serve an important function in softening the directive nature of the instruction. In example (9), the phrase ‘just as you please’ directly invites the reader to make a choice that suits their tastes or needs, effectively transferring some of the decision-making power from the author to the reader. Similarly, ‘you may add... as you like’ in (10) and ‘you may add, if you like’ in (11) both further reinforce this non-imposing stance by explicitly stating that the reader’s preferences should guide the final decision based on the potential for different and tailored outcomes (see Vetter, 2013, 2020). This use of ‘may’ to encode politeness through optionality ensures that the instructions are perceived as suggestions rather than commands, thereby creating a more collaborative and respectful interaction between the author and the reader. Besides, this approach acknowledges the reader’s expertise and/or preferences, noting that potential readers’ backgrounds might range anywhere from novice to experienced cook (cf. Alonso-Almeida, 2024).

5.4 Dynamic modality and disjunctive expressions

The following examples illustrate how ‘may’ combines with disjunctive expressions to seemingly entail politeness:

- (12) You may fry the carp first, if you please, but the above is the most modern way (Holland, 1825).
- (13) You may leave out the flour if you do not like it, and instead of it put in a little spinage and cabbage-lettuce, cut small, which must be first fried in butter, and well mixed with the broth (Smith, 1831).
- (14) When cold, decorate it with neatly-cut pieces of pistachio nuts; or you may put it into your ice-pot and freeze it if preferred (Hill, 1863).

The examples provided demonstrate how the dynamic modal ‘may’ functions as a politeness strategy that offers alternatives, allowing the reader to adjust the instructions based on their preferences or circumstances. In example (12), the dynamic modal may functions as a politeness strategy by offering the reader flexibility in how to proceed with the recipe. The reader is provided with an alternative method (‘You may fry the carp first, if you please’), which signals respect for their autonomy and personal preferences. However, the subsequent use of the disjunctive *but* introduces a contrast that subtly undermines this politeness by framing the alternative as less desirable. The phrase ‘but the above is the most modern way’ introduces an evaluative judgment, positioning the author’s preferred method as superior or more sophisticated.

This structure, while outwardly polite through the use of ‘may’, conveys an implicit critique through ‘but’, as it subtly suggests that adhering to the alternative would mark the reader as less “modern” or even less sophisticated. This shift from politeness to potential condescension aligns with Culpeper’s (1996) *off-record impoliteness strategy*, where the author implies something negative indirectly, allowing room for plausible deniability. The reader is ostensibly given freedom to choose, but the contrasting conjunction implies that one choice is clearly favoured over the other, subtly belittling any deviation from the author’s preferred method. Thus, the combination of ‘may’ with ‘but’ reflects a tension between politeness and

impoliteness, as the author uses 'may' to offer discretion while 'but' undermines it by casting doubt on the reader's alternative choice.

In this case, the use of 'may' introduces the alternative of omitting the flour, respecting the reader's personal taste preferences ('if you do not like it'). This brings into line a politeness strategy that mitigates imposition by allowing the reader to make a subjective choice without judgment, thus positioning them with full authority to decide whether or not to follow the suggestion. However, after offering this choice, the phrase 'must be' introduces a more prescriptive tone regarding the alternative ingredients ('spinage and cabbage-lettuce'). The obligatory 'must' shifts the tone from the flexibility implied by 'may' to a more assertive directive. This shift limits the reader's autonomy by reasserting the author's control over the process, especially in terms of how the substitution should be executed. Nevertheless, distinct from previous instances, the introduction of the impoliteness marker 'must' does not negate the polite function of 'may'; it simply narrows the range of acceptable actions once a choice has been made. In (14), 'may' is once again employed to offer the reader a choice between two possible finishing steps – decorating the dish or freezing it. The use of 'if preferred' further softens the instruction, giving the reader the freedom to decide based on their own preferences. Unlike (12), where the contrast with 'but' implicitly privileged one method over the other, the conjunction 'or' presents the alternatives neutrally in this case, without evaluative commentary.

6 Comparison of findings with existing evidence from Late Modern English

Previous research by Alonso-Almeida (2021) has investigated dynamic modality in historical texts, with a particular focus on the *Coruña Corpus of English Scientific Writing* (CHET) subcorpus of history texts, which includes samples from the 18th and 19th centuries. CHET includes such genres as treatises, essays, textbooks, lectures, travelogues, dictionaries, letters and biographies. As such, it contains both argumentative and expository texts (in contrast with CoWITE, which only comprises instructive texts). Alonso-Almeida explored the role that dynamic modality has in shaping historical discourse, examining how central modals function within distinct genres. By employing a corpus-based methodology, his study provides a quantitative and qualitative analysis of dynamic modality, revealing how these modals serve both to describe abilities and potentialities and to construct arguments, particularly in scientific and historical narratives. Alonso-Almeida's study explores the pragmatic function of dynamic modals in shaping interpersonal relationships through language; as such, his findings are directly comparable to those of the present study.

In historical texts, dynamic modals like 'can' and 'could' appear to play a central role in expressing personal capacity, potentiality, or limitations. The form 'could' is frequently used to express the absence of ability or possibility; this is particularly evident in negative contexts, in which it is used to denote the inability to perform an action based on external circumstances. This certainly supports our findings in women's instructive writing, where dynamic modals also serve to acknowledge limitations. In the context of recipe writing, however, the emphasis is more on offering guidance that contains flexibility, using 'can' and 'may' to suggest possible actions rather than fixed outcomes. This comparison between the different genres reveals

how the texts in CHET and CoWITE take advantage of dynamic modality to negotiate the boundaries of capability and suggestion even though the genres' foci diverge: historical texts focus on external limitations, while recipes prioritise flexibility and reader autonomy.

Both the present analysis and that by Alonso-Almeida (2021) demonstrate how dynamic modality is closely tied to politeness strategies. In historical texts, 'may' and 'can' often mitigate the authority of the author by softening directives and allowing for more tentative claims, thus reinforcing a polite, cooperative tone. This is particularly important in the scientific and historical genres, where authors are expected to present evidence while maintaining a certain level of academic modesty. Similarly, in women's instructive writing, particularly in recipe texts, dynamic modals like 'may' are used to soften the illocutionary force of directives; by considering contextual factors, the text offers suggestions, rather than strict instructions. In both historical and recipe writing, 'may' and 'can' serve to grant flexibility, allowing the reader to interpret and adapt the information based on their own needs or limitations.

One key divergence between the findings for CHET and those for CoWITE lies in the role of impoliteness and assertiveness in the use of dynamic modality. In Alonso-Almeida's (2021) evidence, dynamic modals are sometimes linked to strategies of impoliteness or assertion, especially in argumentative or competitive academic texts. The use of 'may' in CHET serves to assert the author's authority and expertise, especially when combined with other deictic devices. This can be seen in a sentence like:

- (15) ... in the ensuing elections of senators, I think, we may very fairly presume, that they continued to exercise the same right, in every subsequent instance, which we have already shewn them to have done, in the first (Chapman, 1750, as cited in Alonso-Almeida, 2021, p. 543).

Importantly, *I think* in (15) **reasserts rather than attenuates**: it subjectifies the proposition and marks authorial ownership of the inference, signalling that the writer relies on his/her own expertise and world knowledge; together with the booster *very fairly* and the inclusive *we*, it functions as an author-owned, reinforced assertion (not a softened directive). In this context, the use of dynamic modality as a means of asserting dominance is more commonly found in male-authored texts, reflecting their more competitive tone in academic discourse. In contrast, the corpus of women's recipe writing reveals no such instances of impoliteness or confrontation. The use of dynamic modals in recipes is almost exclusively tied to politeness strategies; it is aimed at offering flexible advice without imposing strict authority. This lack of assertiveness and impoliteness aligns with the traditionally gendered expectations of women's language, as discussed by Lakoff (1975) and Mills (2005). Women's instructive writing, particularly in the domestic genre of recipe texts, prioritises politeness, flexibility and reader autonomy over the more assertive or competitive tones found in historical and academic genres.

Another area of divergence between the two corpora lies in the contextual dependence of dynamic modality. In historical texts, the use of dynamic modals often reflects a more rigid interpretative framework, with the modals functioning to present logical or factual constraints. As noted in Alonso-Almeida's (2021) work, historical writers often employ dynamic modality to express what is possible or impossible in a specific historical context, thus reflecting the author's interpretation of historical evidence. In contrast, the present study shows a stronger focus on negotiating reader autonomy in instructional texts. Recipe

writers frequently use dynamic modals to acknowledge potential limitations in the reader's resources or preferences, thereby offering a more flexible approach to their instructions. This reflects a key difference in how a genre shapes the use and function of dynamic modality. In historical writing, dynamic modals help authors assert their interpretations; in recipe writing, in contrast, these modals are used to foster a sense of partnership between the author and the reader, giving the reader the freedom to adapt the instructions as needed.

7 Conclusion

In this article, we have aimed to demonstrate that dynamic modality serves a crucial and multi-faceted pragmatic function in avoiding imposition and softening the author's directives within 19th-century women's instructive texts. These texts, which were often written with the dual purpose of educating and guiding the reader through various domestic tasks, reveal a sophisticated use of language where the nuances of modal verbs such as 'can' and 'may' play central roles. This analysis has allowed us to arrive at a tentative conclusion concerning the notion of dynamic modality as exhibited in the evidence analysed. Dynamic modality functions merely as an ostensive cue to convey the additional pragmatic meaning of politeness based on both an individual and a mutual understanding, belief and acceptance of factual truth concerning the capabilities, abilities and potentialities, either circumstantial or permanent, of given actors or processes. While epistemic modality refers to a specific cline or gradation concerning the resolution of the *p(roposition)*, dynamic modality may likely imply only polarised events of *p*. This follows from the fact that dynamic modality seems to primarily rely on previous known judgement to pre-evaluate possible scenarios that are neither probable nor obligatory. Dynamic modality refers to factual scenarios whose realisation depends on internal and external considerations, rather than on ungrounded expectations and hypothetical reasoning.

Our careful analysis of a specialised corpus has shown that dynamic modality, as expressed through modal verbs (especially 'can' and 'may'), is not merely a lexico-morphological feature, even though it is often regarded as a non-modal particle due to its association with factuality (Gisborne, 2007). Instead, this modality is a strategic device that authors could use to manage the delicate balance between offering clear, authoritative instructions and maintaining a respectful, non-imposing tone, in the sense given by Leech (2014). This balance is particularly evident in contexts where, although the didactic nature of the content requires the use of obligation and necessity devices, the authors still strive to respect the reader's autonomy and decision-making capabilities.

When examining the specific uses of 'can' and 'may' (in particular – these modals being the most representative of the modal category), it becomes evident that these terms, while rooted in conveying potentiality, contextual feasibility and disposition, possess distinct meanings that reflect the underlying general meanings of enablement and agency. The form 'can' often emerges in contexts where the potentiality is driven by external forces, as described in van der Auwera *et al.* (1998) and Huddleston and Pullum (2002). Its use suggests that the reader's actions are somehow influenced by factors beyond their immediate control. This is particularly apparent when 'can' is paired with comparative and superlative structures, such as in phrases like 'the largest you can get' or 'the finest you can find'. These constructions subtly communicate that, while the reader is encouraged to aim for the best possible outcome,

there is an inherent understanding that circumstances may limit their ability to achieve the ideal. This use of 'can' thus functions as a form of negative politeness (Brown & Levinson, 1987), where the author avoids imposing strict requirements and instead offers guidance that is aspirational but flexible. In this way, the author respects the reader's situation, acknowledging that they (the reader) may need to make do with what is available while still striving for the best possible result.

This approach to using 'can' is particularly significant in the context of 19th-century domestic writing, where the availability of ingredients (cf. Ortega-Barrera, 2024) or tools could vary greatly depending on the reader's socioeconomic status or geographic location. The author's choice to use 'can' in this way mitigates any potential burden on the reader to meet an unattainable standard, and it also reinforces a sense of intragender (women-to-women) empathy within the domestic reading community. This empathetic tone (Mills, 2003) fosters a cooperative relationship between the author and the reader, one in which the reader feels guided rather than judged and where their efforts, regardless of the outcome, are validated. As Palmer (2001) notes, dynamic modality, by focusing on the capacities and possibilities available to the subject, effectively bridges the gap between prescriptive authority and reader autonomy.

The modal form 'may' is frequently used in the corpus to convey a sense of internally motivated potentiality, whereby the reader is granted a significant degree of choice and flexibility. This modal is often accompanied by clausal mitigators or downtoners (using the terminology in Hyland [2005]), such as 'if you please' or 'if preferred'; these serve to further soften the directive (cf. Leech, 2014) and emphasise the non-presumptive nature of the instruction. This use of 'may' reflects a deliberate effort by the authors to create a dialogic interaction with readers, one in which their preferences, tastes, abilities, dispositions and circumstances are given due consideration. This strategy both enhances the politeness of the communication and aligns with the deference and respect (in both written and spoken interactions) expected by the broader cultural norms of the period (Jucker, 2020). The frequent pairing of 'may' with such attenuating phrases suggests that the permission it conveys is less about external conditions and more about encouraging the reader to make choices based on their own judgment and preferences. This internal motivation is particularly evident in contexts where the author offers alternatives or suggests modifications to the recipe or task at hand. In phrases like 'you may fry the carp first, if you please' or 'you may leave out the flour if you do not like it', for instance, the reader is given options while being subtly reassured that their choices may be valid. This use of 'may' thus functions as a politeness strategy that prioritises the reader's comfort and autonomy, thereby creating a sense of collaboration (Mills, 2005), rather than command.

In brief, the use of 'can' and 'may' in women's instructive texts from the 19th century reflects a conscious and deliberate effort by these authors to manage the delicate relationship between authority and politeness. The modals used are not simply tools for conveying potentiality; they are integral to the way these authors manage their relationship with the reader, allowing them to offer guidance that is authoritative yet flexible and respectful of the reader's autonomy. The nuanced differences between 'can' and 'may' underscore the authors' sensitivity to the social norms of their time, according to which the need to instruct was balanced with the equally important need to maintain a polite and considerate tone. Interestingly, when comparing these findings with data from Late Modern English technical writing (see Alonso-Almeida [forthcoming] on modalisation and modulation devices from a gendered perspec-

tive), a clear distinction emerges in how men and women employed these dynamic modals. In male-authored texts, 'can' and 'may' often function as alternative strategies for conveying politeness, with 'may' being less frequently used. This contrast suggests that women, in their instructive texts, were more attuned to the subtleties of politeness (Leaper & Robnett, 2010) and to the importance of offering choice and flexibility to their readers.

This observation raises intriguing questions about the role of gender in shaping language use, particularly in genres where the relationship between the author and the reader is inherently instructional. It also highlights the potential influence of genre on modal usage, as the domestic focus of the women's texts may have necessitated a greater emphasis on politeness and flexibility compared to the more rigid and objective tone (Myers, 1989; Hyland, 2005) often found in scientific and technical writing. These findings invite further exploration, particularly in terms of examining how these patterns of modal use might reflect broader social and cultural attitudes towards gender, authority and communication in the 19th century. By continuing to analyse these aspects within the corpus, future research can deepen our view on how language functions both as a medium for instruction and as a reflection of the social and cultural contexts in which it is used. This analysis of dynamic modality, therefore, has been conducted with the dual aims of filling a gap in the literature concerning the role of these modals in earlier English texts and contributing to the understanding of the intersection between language, gender and social norms in historical discourse.

Acknowledgements

The research conducted in this paper has been supported by the Agencia Estatal de Investigación, Plan Estatal de Investigación Científica, Técnica y de Innovación 2021–2023, under award number PID2021-125928NB-I00. I hereby express my thanks.

References

- ALONSO-ALMEIDA, F. Stance matrices licensing that-clauses and interpersonal meaning in nineteenth-century women's instructive writing in English. *Language Value*, Castelló de la Plana, v. 16, n. 1, p. 116-144, 2023. DOI: <https://doi.org/10.6035/languagev.7254>.
- ALONSO-ALMEIDA, F. Genre conventions in English recipes 1600–1800. In: DI MEO, M.; PENNELL, S. (orgs.). *Reading and writing recipe books 1550–1800*. Manchester: Manchester University Press, 2013. p. 68-92.
- ALONSO-ALMEIDA, F.; ÁLVAREZ-GIL, F. Impoliteness in women's specialised writing in seventeenth-century English. *Journal of Historical Pragmatics*, Amsterdam, v. 22, n. 1, p. 121–152, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1075/jhp.20004.alo>.
- ALONSO-ALMEIDA, F. Los modales dinámicos en textos de historia en lengua inglesa (1700–1900). *Revista Signos*, Valparaíso, v. 54, n. 106, p. 529-548, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4067/S0718-09342021000200529>.
- ALONSO-ALMEIDA, F. 'As the coke and the phisicion wyll agre & deuyse': Language cues and potential users of Medieval English medical and culinary recipes. In: GRIFFIN, C.; RILEY, H. (orgs.). *Recipes*

and book culture in England, 1350–1600. (Exeter Studies in Medieval Europe). Liverpool: Liverpool University Press, 2024. p. 21-41.

ALONSO-ALMEIDA, F. Gender-based evidence of modalisation and modulation strategies in nineteenth-century institution English recipes. In: BROOKES, G.; MCENERY, T. (orgs.). *Historical medical discourse: corpus linguistic perspectives*. London: Routledge, (no prelo).

ALONSO-ALMEIDA, F.; ÁLVAREZ-GIL, F.; ORTEGA-BARRERA, I.; QUINTANA-TOLEDO, E.; BATOR, M.; DE LA CRUZ CABANILLAS, I.; SÁNCHEZ-CUERVO, M. E.; GÓMEZ, M. J. *Corpus of Women's Instructive Texts in English (1800–1899) (CoWITE19)*. Las Palmas de Gran Canaria: University of Las Palmas de Gran Canaria, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15097949>.

ALONSO-ALMEIDA, F.; CRUZ-GARCÍA, L. The value of may as an evidential and epistemic marker in English medical abstracts. *Studia Anglica Posnaniensia*, Poznań, v. 46, n. 3, p. 59-73, 2011. DOI: <https://doi.org/10.2478/v10121-010-0004-7>.

BIBER, D.; CONRAD, S.; LEECH, G. *Longman student grammar of spoken and written English*. Harlow: Longman, 2002.

BIBER, D.; JOHANSSON, S.; LEECH, G.; CONRAD, S.; FINEGAN, E. *Longman grammar of spoken and written English*. Harlow: Longman, 1999.

BLUM-KULKA, S.; OLSHTAIN, E. Requests and apologies: A cross-cultural study of speech act realisation patterns (CCSARP). *Applied Linguistics*, Oxford, v. 5, n. 3, p. 196-213, 1984.

BOYE, K. *Epistemic meaning: A crosslinguistic and functional-cognitive study*. Berlin; Boston: De Gruyter Mouton, 2012.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BYBEE, J. L.; FLEISCHMAN, S. (eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995. DOI: 10.1075/tsl.32.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: Tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CAMPBELL, H. *In foreign kitchens: With choice recipes from England, France, Germany, Italy, and the North*. Boston: Roberts Brothers, 1893.

COATES, J. *The semantics of the modal auxiliaries*. London: Croom Helm, 1983.

CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 25, n. 3, p. 349-367, 1996. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(95\)00014-3](https://doi.org/10.1016/0378-2166(95)00014-3).

CULPEPER, J. Reflections on impoliteness, relational work, and power. In: BOUSFIELD, D.; LOCHER, M. A. (org.). *Impoliteness in language: Studies on its interplay with power in theory and practice*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 17-44.

CULPEPER, J. *Impoliteness: Using language to cause offence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511975752>.

CURZAN, A. *Fixing English: Prescriptivism and language history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

- DEPRAETERE, I. Categorization principles of modal meaning categories: A critical assessment. *Anglophonia*, [s. l.], n. 19, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/anglophonia.476>.
- DE PRAETERE, I.; REED, S. Towards a more explicit taxonomy of root possibility in English. *English Language and Linguistics*, Cambridge, v. 15, n. 1, p. 1-29, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1360674310000340>.
- ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. New generalizations and explanations in language and gender research. *Language in Society*, Cambridge, v. 28, n. 2, p. 185-201, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0047404599002031>.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. 3. ed. London: Routledge, 2014.
- FITZPATRICK, E. *Politeness in nineteenth-century women's writing: A historical pragmatics approach*. London: Palgrave Macmillan, 2015.
- FLEISCHMAN, S. Politeness, power, and women's language: Rethinking study in context. *Language in Society*, Cambridge, v. 28, n. 2, p. 273-290, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0047404599002023>.
- FRAWLEY, W. *Linguistic semantics*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.
- GIANOLLO, C. Evolution of negative dependencies. In: DÉPREZ, V.; ESPINAL, M. T. (eds.). *The Oxford handbook of negation*. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 546-562. DOI: [10.1093/oxfordhb/9780198830528.013.31](https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198830528.013.31).
- GIL-SALOM, L.; SOLER-MONREAL, C. Interacting with the reader: Politeness strategies in engineering research article discussions. *International Journal of English Studies*, Murcia, v. 9, n. 3, p. 175-189, 2009. DOI: <https://doi.org/10.6018/ijes.9.3.99581>.
- GISBORNE, N. Dynamic modality. *Skase Journal of Theoretical Linguistics*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 44-61, 2007.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4. ed. London; New York: Routledge, 2014. DOI: [10.4324/9780203783771](https://doi.org/10.4324/9780203783771)
- HILPERT, M.; CAPPELLE, B.; DEPRAETERE, I. Modality in diachronic construction grammar: Long-standing questions, new perspectives. In: HILPERT, M.; CAPPELLE, B.; DEPRAETERE, I. (orgs.). *Modality and diachronic construction grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2021. p. 1-11.
- HOYE, L. F. *Adverbs and modality in English*. London: Longman, 1997.
- HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. *The Cambridge grammar of the English language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HYLAND, K. *Metadiscourse: Exploring interaction in writing*. London: Continuum, 2005.
- JUCKER, A. H. *Politeness in the history of English: From the Middle Ages to the present day*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- KRATZER, A. The notional category of modality. In: EIKMEYER, H. J.; RIESER, H. (eds.). *Words, worlds, and contexts: New approaches in word semantics*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1981. p. 38-74.
- LAKOFF, R. T. *Language and woman's place*. New York: Harper & Row, 1975.
- LAKOFF, R. T. The logic of politeness: Or minding your p's and q's. In: CORUM, C.; SMITH-STARK, T. C.; WEISER, A. (org.). *Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1973. p. 292-305.

- LAKOFF, R. T. Introduction: Broadening the horizon of linguistic politeness. In: LAKOFF, R. T.; IDE, S. (org.). *Broadening the horizon of linguistic politeness*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 1-20.
- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated learning: Legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LEAPER, C.; ROBNETT, R. D. Women are more likely than men to use tentative language, aren't they? A meta-analysis testing for gender differences and moderators. *Psychology of Women Quarterly*, Thousand Oaks, v. 35, n. 1, p. 129-142, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0361684310392728>.
- LEECH, G. *The pragmatics of politeness*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- LYONS, J. *Semantics*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MILLS, S. *Gender and politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MILLS, S. Gender and impoliteness. *Journal of Politeness Research*, Berlin, v. 1, n. 2, p. 263-280, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1515/jplr.2005.1.2.263>.
- MYERS, G. The pragmatics of politeness in scientific articles. *Applied Linguistics*, Oxford, v. 10, n. 1, p. 1-35, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1093/applin/10.1.1>.
- NUYTS, J. *Epistemic modality, language, and conceptualization: A cognitive-pragmatic perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- NUYTS, J. (org.). *The Oxford handbook of modality and mood*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- ORTEGA-BARRERA, I. Aubergine or eggplant? Interculturality in 19th-century recipe books written by women. In: ALMEIDA, F. (ed.). *Insights in (inter)cultural and cross-cultural communication*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2024. p. 305-324.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- PETERS, C. *Women in early modern Britain, 1450-1640*. London: Red Globe Press, 2003.
- PIETRANDREA, P. The conceptual structure of irreality: A focus on non-exclusion-of-factuality as a conceptual and a linguistic category. *Language Sciences*, v. 34, p. 184-199, 2012.
- PORTNER, P. *Mood*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- SCHNEIDER, K. P. 'No problem, you're welcome, anytime': Responding to thanks in Ireland, England, and the U.S.A. In: BARRON, A.; SCHNEIDER, K. P. (eds.). *The pragmatics of Irish English*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2005. p. 101-139. (Trends in Linguistics: Studies and Monographs, 164).
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TAAVITSAINEN, I.; PAHTA, P. *Medical writing in Early Modern English*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- THOMPSON, G.; THETELA, P. The sound of one hand clapping: The management of interaction in written discourse. *Text: Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, Berlin, v. 15, n. 1, p. 103-127, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1515/text.1.1995.15.1.103>.

- VAN DER AUWERA, J.; PLUNCIAN, V. A. Modality's semantic map. *Linguistic Typology*, Berlin, v. 2, p. 79-124, 1998.
- VETTER, B. Multi-track dispositions. *The Philosophical Quarterly*, Oxford, v. 63, n. 251, p. 330-352, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9213.12018>.
- VETTER, B. *Potentiality: From dispositions to modality*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- VETTER, B. The modality of potentiality. In: HEINE, B.; NARROG, H. (orgs.). *The Oxford handbook of modality and mood*. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 88-104.
- WATTS, R. J. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- WERLICH, E. *A text grammar of English*. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1976.

Dialogia da dimensão emotivo-volitiva: uma discussão círculo-bakhtiniana sobre os afetos humanos

The dialogism of the emotive-volitional dimension: a discussion of the Bakhtin's Circle on human affects

Marcos Roberto dos Santos Amaral

Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC)
Fortaleza | CE | BR
profroberto.amaral@uece.br
<https://orcid.org/0000-0001-8130-4580>

João Batista Costa Gonçalves

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Fortaleza | CE | BR
joao.goncalves@uece.br
<https://orcid.org/0000-0002-4386-8809>

Resumo: A fim de salientarmos uma dimensão dialógica dos afetos dos sujeitos, por estarem, constitutivamente, situados historicamente, discutimos, no presente texto, como as posições emotivo-volitivas arquitetam-se num contexto ético, ideológico e autoral. Assumimos, sob esse viés, que a construção das sensações e dos interesses individuais são respostas peculiares a formas como o sujeito interage socialmente, portanto, podem ser considerados atos autorais contraditórios arquitetados numa prática social situada. Para desenvolvermos nossas ponderações, recorreremos a parâmetros teóricos e metodológicos advindos de Bakhtin em “O autor e a personagem na atividade estética” (2011) e em “Para uma filosofia do ato responsável” (2010) a fim de analisarmos diversas situações cotidianas extraídas da vida comum ou retratadas literariamente, em especial na obra “Lavoura Arcaica”, de Raduan Nassar (1989), quando estados afetivos são tematizados de maneira a evidenciar seu caráter social axiológico. Sustentamos, ainda sob esse prisma teórico, a ideia de que a constituição emotivo-volitiva do sujeito desencadeia-se dialogicamente numa arena de lutas entre posições apreciativas e depreciativas das experimentações de si, através da problematização ativa das autossensações vivenciadas e das imagens de si projetadas por si e por outrem. Pretendemos, com o debate, enfim, defender que a afetividade, mais que uma questão individual, é um processo tenso de construção social e dialógica.

Palavras-chave: Bakhtin; dialogismo; afetos; posições axiológicas; relações emotivo-volitivas.



Abstract: In order to highlight a dialogical dimension of the subjects' affects, since they are constitutively situated historically, we discuss how emotional-volitional positions are constructed in an ethical, ideological and authorial context. From this perspective, we assume that the construction of individual sensations and interests are peculiar responses to the ways in which the subject interacts socially, and, therefore, contradictory authorial acts constructed in a situated social practice. To develop our considerations, we will resort to theoretical and methodological parameters from Bakhtin in "The Author and the Hero in Aesthetic Activity," (2011) and in "Toward a Philosophy of the Act" (2010) in order to analyze various everyday situations portrayed in literature, especially those that appear in the work "Lavoura Arcaica", by Raduan Nassar (1989), when affective states are thematized in a way that highlights their social axiological character. We emphasize that the emotional volitional constitution of the subject is dialogically activated in an arena of struggles between appreciative and depreciative positions of self-experiments, through the active problematization of the experienced self-sensations and the images of oneself projected by the author and others. Finally, we intend, with the debate, to suggest that affect is more than an individual issue; it is a tense social process.

Keywords: Bakhtin; dialogism; affects; axiological positions; emotive-volitional relations.

1 A dimensão emotivo-volitiva do ato responsável

Podemos supor que uma perspectiva bakhtiniana de analisar como se constrói a percepção de si próprio arquiteta-se em função de três momentos da compreensão crítica de si: a autossensação imediata que se tem de si; a assunção de uma determinada imagem que o outro lhe faz; e a coincidência, ou não, da imagem mediada de si pelo outro com a autossensação de si. As decorrentes imagens de si que se podem projetar do entrecruzamento dessas três possibilidades desencadeiam uma rede de interesses e de sensações que subjaz às diversas formas de posições axiológicas de o sujeito demarcar o sentido de seus atos. Esta arquitetura, enquanto fundo perceptivo em cuja tessitura o ato responsável e a compreensão de si são delineados, a nosso ver, permite pensarmos numa dialogia da dimensão emotivo-volitiva do sujeito – este sempre inscrito em práticas sociais.

Defendemos, assim, que lançar luz para esta tessitura dialógica pode oportunizar reflexões a respeito de como sensações de si, afirmativas, autodestrutivas e nocivas ao próximo, são respostas a diversas contradições sociais. Tomamos, como exemplo, para ilustrar a arena de lutas afetivas onde a imagem de si se constitui como resposta às presumidas autoimagens que o grupo social no qual se está inserido deflagra, a peculiar condição emotivo-volitiva de André, protagonista de *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar (1989), além de recorrermos a várias menções a atos cotidianos típicos, à medida que discutimos as noções básicas bakhtinianas escolhidas para esse artigo.

Para efeito de organização do nosso texto, num primeiro momento, discutimos a construção dialógica das emoções e das volições com base na teoria bakhtiniana; depois salientamos que o ato responsável constitui-se cognitiva, ética e esteticamente, por isso se configurando como um ato ideológico; por fim, em decorrência deste entendimento, tratamos do caráter social contraditório da dimensão afetiva do sujeito.

Para darmos sequência a nossas ponderações, acreditamos ser necessário delinear, de imediato, alguns parâmetros conceituais e analíticos fundamentais, a partir de Bakhtin em “O autor e a personagem na atividade estética” (2011) e em “Para uma filosofia do ato responsável” (2010), aos quais recorreremos para desenvolver nossas análises aqui, a saber, autossensação imagem interna e externa e máscara. Por autossensação definimos, na esteira bakhtiniana, as diversas experimentações que se vivenciam internamente ao corpo; por imagem interna, o extrato das autossensações orientadas pela imagem externa, a impressão produzida por esta imagem sobre os outros; já, por imagem externa, os elementos significativos das expressões do sujeito acessíveis à percepção alheia; enfim, por máscara, o ato de contrapor uma compreensão ao seu avesso, na medida em que se revela seu negativo constitutivo, num processo de exteriorização deste e dissimulação daquela.

Cabe pontuar, aqui neste debate, que nos apoiamos na estratégia metodológica bakhtiniana de discutir a arquitetônica do ato responsável a partir da atividade estética geral (Bakhtin, 2010) tematizando como esta evidencia a forma como nos posicionamos axiologicamente na relação, em ininterrupta formação, do eu com a alteridade, e, desta feita, propomos mirar a dialogia dos afetos nesse mesmo movimento, salientando que nossas respostas emotivo-volitivas, “admiração, amor, ternura, piedade, inimizade, ódio, etc.” (Bakhtin, 2011, p. 28) decorrem de atos na vida que se constituem semelhantemente a atos autorais na atividade estética, no sentido de que criamos imagens do outro em grande medida como se fossem personagens e fôssemos narradores de nossa vida, enquanto uma obra por fazer.

Com estas devidas considerações iniciais, passamos, a seguir, ao debate estrito da constitutividade dialógica das relações emotivo-volitivas.

2 A peculiaridade dialógica das emoções e das volições

Bakhtin (2011, p. 3-4) considera que o sujeito responde a cada manifestação daqueles que o rodeiam: aos pensamentos presumidos, à expressão manifesta, às atitudes e aos juízos relacionados a estes. Com isso, cria expectativas de como serão os atos alheios e os próprios. Nessas mesmas ponderações, o pensador russo alerta que, embora precários, estes “prognósticos”, porque se apresentam com relativa estabilidade, são sempre recortes pragmáticos necessários à inscrição nas práticas sociais ordinárias, no entanto, ainda, assim, são uma res-

posta autoral que se orienta por uma compreensão do mundo, de si, e do próximo enquanto uma “determinidade estável”, isto é, uma maneira de garantir um *minimum* de coerência entre as diversas relações de sentido que se desencadeiam historicamente. A partir disso, Bakhtin (2011) elucida que é o ativismo do sujeito, a reconhecer que apenas ele ocupa o seu lugar, o ponto de partida para a compreensão da sua responsabilidade inalienável. Esta constatação é desenvolvida com a reflexão sobre como o caráter emotivo-volitivo do sujeito é constituído na interação social.

Bakhtin (2011, p. 10) assevera também que o autor é “o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta”. Pensando estritamente nas relações dialógicas emotivas e volitivas do sujeito, pode-se vislumbrar que, ao assumirmos determinada posição axiológica frente ao mundo, ao outro, ou a si mesmo, estamos travando uma disputa entre diversos pontos de vista que presumimos ou pretendemos compartilhar, em cujos sentidos muitas percepções escapam inevitavelmente aos sujeitos em ação.

Por exemplo, quando um adolescente em fase escolar, por não saber a resposta de uma questão feita pelo professor, ri, diante da turma que, na mesma condição de desfamiliarização com o tema, o referenda, tal ato pode ser explicado nos seguintes termos: estes alunos, que acentuam ser algo descontraído não saber de um tema exigido para sua formação escolar e fazem coro ao que ri ao ser questionado e desconhecer a resposta, tomam uma posição a favor de um contexto social de desvalorização da educação; ao mesmo tempo, o riso ainda se explica porque há uma quebra de expectativa de uma imagem almejada de aluno, como aquele que busca aprender; juntamente, se explica, com o fato de que tanto os colegas que ecoam o riso quanto o aluno que ri do equívoco reconhecem a existência dessas duas vivências de modos de ser aluno.

O aluno que ri da ignorância pontual vivencia várias experiências: as autossensações típicas de ser interpelado e reconhecer internamente se sabe ou não a respeito do que fora questionado; uma ponderação quanto ao que quer e deve fazer; uma anuência sobre se afirmará ou não este querer e dever; além das experiências relativas a se expor ou não em público; e, ainda, a dúvida de saber quais os efeitos afetivos da relação entre autossensações e os imperativos externos relativos ao seu querer e dever. Logo, é esta uma relação tensa, já que é marcada pela transitoriedade de pontos de vista sobre como se compreende a si e ao outro e como se presume que o outro faça essa compreensão, por sua vez, juntamente, com a de como se deve e como se pode ou quer proceder. É importante ainda observar que Bakhtin (2011) destaca que a posição de distância do autor para dar acabamento à personagem e ao mundo pode ser encurtada. Desta feita, a compreensão de si e do próximo pode ser deturpada havendo uma confusão e/ou incompreensão entre os limites entre um e outro, do que decorre a alienação do eu. Assim, configuram-se estados afetivos que interditam uma vivência saudável. É o caso, por exemplo, de pessoas que perdem em grande parte a sensação do próprio corpo, passando a viver conflitos internos sobre uma imagem que assume como a que deve apresentar ao outro ou uma imagem que acredita que o outro deve admitir a despeito da que efetivamente se apresenta. Afinal, todo ato, conforme Bakhtin (2010, p. 85) desencadeia-se enquanto uma orientação sobre o que se admite como um “deve-se..., é desejável”..., posto que o caráter valorativo é sensorial, e o volitivo é realizador (Bakhtin, 2010, p. 91).

A experiência de redes sociais cuja tessitura se organiza pela circulação de imagens alheias e próprias editadas passam, cada vez mais, a estar atrelada a esta condição desviante

da vivência singular de si. Ao se concentrar em imagens editadas, portanto, “infiéis”, a autossensação é escamoteada, bem como a percepção alheia também o é, uma vez que o sujeito se relacionará com uma alteridade duplicada. Portanto, é inevitável que as relações dialógicas desencadeadas sejam distintas das que eventualmente se teriam, caso a interação se desse por imagens de si e alheias “cruas” (não editadas). Ocorrerá a perda de si, nesse caso, quando o sujeito se desconectar consigo e viver como se fosse um outro.

Aí, pode-se dizer, encaminha-se para casos mais extremos, em que se configuram os casos clínicos patológicos. Empregando o escopo ontoepistemológico da teoria dialógica, diríamos que o sujeito perdeu a autoria de si mesmo, ficando à mercê apenas do ponto de vista modelador do outro. O sujeito passa, assim, a experimentar a si sem ter qualquer parâmetro ativo sob o qual ancorar alguma referência de quem seja; ou se confundindo ingenuamente com as alteridades com quem interage, bem como sempre buscando diferenciar-se do próximo até aniquilar a possibilidade de convivência com as pessoas em geral e consigo mesmo. Poderíamos nos arriscar e relacionar estas duas atitudes ao que Bakhtin classifica como as de personagem tipo, no primeiro caso; e não redimida e infinita (Bakhtin, 2011, p. 18), no segundo.

Pelo que vimos debatendo até então, podemos assegurar que o que se pode designar como dialogia dos afetos arquiteta-se pela contradição de como se axiologizam as emoções e vontades do sujeito em relação à vivência interna de si; à imagem que almeja de si; e à imagem que presume que o outro tem de si. Esta imagem presumida de si a partir do outro é que baliza os momentos fundamentais da constituição emotivo-volitiva do sujeito e, assim, da forma como este acentua suas sensações e vontades. Sobre esta questão nos deteremos mais a seguir.

3 O social histórico e ideológico na construção das emoções e das volições

Bakhtin (2011, p. 25) questiona “como vivenciamos a nossa própria imagem externa e a imagem externa do outro?” – entendendo imagem externa, como já notamos, “conjunto de todos os elementos expressivos e falantes do corpo humano”. No mesmo jogo do entrecruzamento de imagens presumidas e projetadas de si e do outro, o sujeito se desdobra no “cordão umbilical da autossensação [que] irá ligar minha imagem externa ao meu vivenciamento interior de mim mesmo”.

Como salientamos anteriormente, dentro do contexto de uma formação autoral de si, que é tomada como afirmativa, ou seja, quando o sujeito consegue perceber seu ativismo na construção de si no emaranhado de diversas imagens próprias e alheias valoradas contraditoriamente, podemos dizer que este sujeito conseguirá perceber que, na contradição de uma imagem que admite como a que o outro faz de si com a que o próprio faz de si mesmo, ele estabiliza relativamente uma percepção de si. Como corolário, tem-se que esta percepção de si do sujeito é uma resposta à maneira como as pessoas com quem se relaciona – sob as quais está “confiada” a interação – age e reage entre si e com ele mesmo.

É oportuno considerar que “a percepção da existência” se configura como a “existência de algo para alguém”, porque é operada autoralmente pelo outro que assina esta constatação ao passo que avalia enquanto desejável e/ou imperativa, como, palavras de Bakhtin (2011, p. 372), uma testemunha e um juiz.

A percepção de si conseqüentemente se delinea em função da forma afirmativa ou negativa, tanto de outrem quanto de si mesmo, em relação consigo. Bakhtin (2011, p. 46, destaque do autor) apresenta como modelar os primeiros contatos maternos quando “dos lábios dela [da mãe], no tom volitivo-emocional do seu amor, a criança ouve e começa a reconhecer seu *nome*”. É preciso deixar claro que, a despeito do exemplo bakhtiniano iluminar uma cena maternal, o horizonte teórico-analítico da análise dialógica, reconhece o caráter transitório das formas estabilizadas socialmente. Logo, admite-se que o acabamento alheio, que vem de fora, através do qual determina-se a imagem de si, pode ser também violento.

Na formação social do sujeito, juntamente com as palavras de acolhimento, vêm as palavras, explícita ou veladamente, severas de interdição e de normatização de valores e de condutas, como as que assumem o papel de juiz e de carrasco. Assim, a opinião alheia funciona como o coro que referenda sob qual ponto de vista se encaminhará a posição do sujeito em relação à percepção de si. Pense-se, para exemplificar, em como se constroem socialmente os sentidos típicos da satisfação e do desejo do sujeito em férias do trabalho. Dificilmente, alguém negará que, fora do horário de serviço, o que se espera é uma viagem, uma estadia em casa de veraneio, um passeio no parque, no *shopping*, uma saída a festas, dentre outras ações afins. Em outras palavras, o consumo de produtos e serviços relacionados ao mercado do entretenimento vincula-se ao período de folga, em nome do descanso.

A construção dessa compreensão de folga, relacionada ao consumo, não deixa de ser um ato deflagrado por uma voz social que constrange valores e condutas sociais por meio de uma voz cuja força persuasiva se constitui pela referendação que diversos sujeitos sociais dão a esta voz. Esta voz social pode ser definida como a confluência de discursos que circulam em esferas específicas, como a midiática, que ecoa publicidades relativas a férias, como a do mercado de trabalho que almeja sonhos de descanso e de entretenimento em paraísos e festas badaladas, além do círculo familiar que reforça esses sentidos cotidianamente em seus passeios a *shoppings*, jantares em restaurantes “caros”, sonhos de viagens etc. Enfim, essa voz persuasivamente diz como se deve assumir o sentido de folga, assim, decorrentemente, orienta quais as sensações que se tem nela, ou de tédios, por não ter para onde ir (ou o que consumir), ou de euforia, por estar “curtindo” a folga, consumindo um *show* ou o *spa*.

Por sua vez, o sujeito, a partir desta imagem de folga que lhe chega externamente, irá acentuá-la com suas autossensações, enquanto respostas a estes constrangimentos. Uma tensão, portanto, se estabelecerá, uma vez que ora haverá simpatia com o que lhe é oferecido, ora haverá antipatia, porque a autossensação e a vivência externa são organizadas de maneira distinta.

Considerando que, diante das peculiaridades das relações neoliberais de precarização do trabalho popular, podemos admitir que o sujeito, antes que descansado, se encontrará mais fadigado, a passar uma folga em práticas de consumo de viagens e de passeios, como apontamos há pouco. De fato, estes atos requerem muitas atividades que irão, de várias formas, extenuá-lo (mental, física e economicamente). Isto porque refrata o contexto da lógica de controle pelo endividamento geral e pelo cansaço crônico, além da gestão do trabalho precarizado e de condições de subsistência miseráveis. Esta compreensão do que é folga não coincide com um descanso real – ou mesmo (projetando, para além do entretenimento, um alternativo sentido para período fora do trabalho) com atividades de conhecimento de si ou do próximo – torna-se um ato severo de ajuizamento de uma condição de padecimento e mal-estar, característica da sociedade atual.

Sob esse viés, podemos sustentar, a partir do exemplo analisado, que as vontades e as sensações com as quais orientamos os sentidos de nossos atos se acentuam dialogando com as posições ideológicas que circulam socialmente. Aliás, as vivências emotivo-volitivas, a serem conscientizadas, confessadas, reveladas, ou seja, percebidas ativamente pelo sujeito, são (re)elaboradas discursivamente, de maneira que as condições objetivas de sua produção acabam comungando da sua constituição, conforme trataremos adiante.

4 A construção da relação afetiva via linguagem

Uma importante atividade relacionada à formação da imagem que postulamos como sendo de nosso eu delineia-se por meio da tradução da “linguagem da autossensação interna para a linguagem da expressividade externa” (Bakhtin, 2011, p. 11). Tal tradução, fundamentalmente, arquiteta-se discursivamente. O sujeito, em grande medida, vivencia a si respondendo a que imagem ele mesmo reconhece de si em diálogo com a imagem que pressupõe que as demais pessoas fazem dele. De tal forma, a maneira como, por assim dizer, se confessa e revela para si e para o outro como se concebe o eu, a qual se organiza discursivamente, por excelência, é interconstitutiva da construção das sensações que o sujeito tem de si.

Sob esse horizonte, discutiremos, a seguir, como a dimensão emotivo-volitiva do sujeito se constitui respondendo às formas como concretamente se desencadeiam as práticas discursivas, seja nas singularidades, por assim dizer, de usos de ativismo crítico na autoria, seja na de usos com autoria desacreditada.

4.1 A posição ativa do sujeito responsável na percepção de si: a dádiva das palavras alheias

Em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin (2010) observa que todo sentido se singulariza a partir de um ponto de vista único de um sujeito situado num tempo e num lugar particulares, os quais nenhum outro pode assumir. Essa particularização é descrita como uma *concretização e realização* (Bakhtin, 2010, p. 121, destaques do autor) de uma concepção abstrata do ser, do mundo e do sentido que daí extraímos. Esse sentido particularizado tem a peculiaridade de ser ideologizado, com o que a dimensão afetiva concretiza-se, já que o sujeito pode admitir que há uma relação interconstitutiva entre as posições afetivas e discursivas. Em função disso, quando o sujeito reflete e fala ou escuta falar sobre quem ele é, inevitavelmente, assume uma posição axiológica frente a este ato.

Quando, por exemplo, se pergunta a si mesmo ou a outro: quem sou?, ocorre um ato como que uma confissão, “entendida como um relato no sentido de uma prestação de contas individual e única” (Bakhtin, 2010, p. 114). Esta prestação de contas/confissão também se caracteriza num ato de fé (Bakhtin, 2011), de confiança no que o sujeito crê que ele seja, em outras palavras, a compreensão de si deflagra-se a partir do que ele admite como pretende e deve ser: afirmar-se como determinado eu.

Toda essa expressão desencadeia-se discursivamente quando o sujeito assume e anuncia uma posição sobre si, quando – mesmo como uma presunção, pois a última palavra sobre si, apenas na morte pode ser dita e pelo próximo – define relativamente quais os parâmetros que estabelece para a construção de sua imagem, afirmativa ou destrutiva (caso, a relação consigo seja patológica).

Certamente, quando afirmamos quem somos, colocamos em prova quais posições axiológicas são mobilizadas por nós. Pode-se citar, a esse respeito, o caso da criação do slogan *Je suis Charlie*. O enunciado foi criado pelo diretor de arte francês Joachim Roncin e adotado por apoiadores da liberdade de imprensa após o atentado de 7 de janeiro de 2015, no qual doze pessoas foram mortas nos escritórios do semanário satírico francês Charlie Hebdo, como retaliação a críticas ácidas ao islamismo.

A enunciação dessa expressão passou a ser socialmente acentuada como um posicionamento em favor da liberdade de expressão e resistência a ameaças fundamentalistas terroristas. Esse ato deixa evidente o quanto a afirmação de quem se é, ou quem se pressupõe que seja, é, mais que uma constatação de um estado, a constituição de um modo de experimentação, portanto, uma maneira de construção de si e do mundo, uma vez que estabelece um contexto de criação de atitudes orientadas por expectativas de como se pretende ou crê que “deveriam” ser “satisfatoriamente” o mundo, o outro e o eu.

A assunção das posições axiológicas acentuadas pelos sentidos mobilizados pelo proferimento do referido enunciado organizam uma série de questões fundantes do ato responsável, na sua dimensão ética e afetiva de querer e dever (Bakhtin, 2010, p. 84), como apontamos anteriormente; quanto na dimensão da prática imediata de como se fazer, com que finalidade, propósito, utilidade; e, por fim, na crítico criativa de quem se é e como se é (Bakhtin, 2011, p. 128). Certamente, ao ecoar-se *Je suis Charlie*, pode-se perceber uma posição preferível de responder criticamente a determinada questão pessoal e social que se estabelece como importante, sinalizando modos de agir com finalidades específicas, bem como assumindo um juízo moral do que se reconhece como correto ou não, além de afirmar que tipo de sujeito e atitudes se valorizam.

A enunciação de *Je suis Charlie* indicia um sujeito comprometido com valores democráticos de liberdade de imprensa, com um modo de organização social característico de sistemas políticos ocidentais, e, conseqüentemente, com uma posição contrária a outros pontos de vista, sobretudo, com o que corresponde ao do grupo que promovera o ataque contra o jornal satírico *Charlie Hebdo*.

Sob esse viés, pela produção de enunciados, que sempre estão acentuados axiologicamente, pelas relações dialógicas peculiares às práticas discursivas, delineiam-se relações afetivas que testemunham e ajuízam (Bakhtin, 2011) um projeto do que se reconhece como devendo ou não se realizar (Bakhtin, 2011; 2010). Decorre disso que essas relações sedimentam-se através de contradições entre vontades e sensações. A posição autoral de quem declara *Je suis Charlie* carrega-se afetivamente de sensações empáticas com o contexto ideológico do jornal, ao passo que negativiza o contexto “rival”. Tais singularidades de sensações respondem tensamente aos diversos embates sociais em que o sujeito está inserido.

É importante notar que as relações entre a autossensação e as imagens de si assinadas por outrem ou por si mesmo podem orientar-se empaticamente ou polemicamente, ou seja, com legitimação da própria autoria ou do descrédito dela. Podemos considerar que, ao se afirmar o contexto ideológico do jornal, uma imagem simpática deste é oferecida, a qual

pode ser assumida pelos interlocutores, de maneira que interações afetivas desencadeiam-se como atos de reconhecimento do próprio valor frente a outras pessoas e de legitimidade da “aceitação amorosa” da própria imagem (Bakhtin, 2011, p. 46). Tal configuração emotivo-volitiva afirmativa de si, para tanto, precisa desse reconhecimento que “chega de cima como um dom concedido pelos outros” (Bakhtin, 2011, p. 46)

Da mesma maneira que esta “dádiva do ativismo do outro” (Bakhtin, 2011, p. 72) é intrínseca, também o é o ativismo interior, e este encontro será autorizado ou desacreditado caso haja ou não eco entre a imagem alheia e a de si. Neste embate, também é importante destacar que, enquanto ato histórico em constante transitoriedade, as práticas discursivas, sociais e, dentre estas, conforme estamos debatendo, as afetivas, são marcadas por processos que extrapolam a percepção crítica de si e do outro, ou seja, vão além da compreensão singular crítica de como o sujeito participa responsavelmente da constituição dessas percepções.

À vista disso, por essa peculiaridade dialógica das relações emotivo-volitivas também arquitetarem-se como em uma arena de lutas, é que delineamos o debate a respeito da possibilidade da construção da posição ativa do sujeito como embuste, com que é desencadeado um ato, nas palavras de Bakhtin (2011), parasitário.

4. 2 O uso parasitário das máscaras de si: a impostura da imagem de si alheias e próprias

Bakhtin (2011) pondera sobre relações sociais em que uma imagem de si produzida pelo sujeito pode estar afetada por assim dizer, pelo “ativismo passivo” deste mesmo sujeito, que pode estar postulando uma compreensão de si orientada apenas pelo que acredita que o outro pensa que ele seja. Há, portanto, aí uma perda de autoria ativa (Bakhtin, 2011, p. 52). Esse parasitismo delinea-se juntamente com arrogar somente a si como fonte exclusiva da construção da imagem de si (Bakhtin, 2011, p. 141), depreendendo-se, logo, uma perda da coparticipação ativa do outro.

A perda do ativismo responsável do eu e do outro na constituição da compreensão crítica de si, então, configura uma compreensão mascarada de si mesmo. Bakhtin (2011, p. 114) observa, quanto a isso, que, quando o sujeito desvincula a imagem de si de uma sensação da condição singular de que apenas por ocupar seu lugar e momento únicos podem vivenciar – condição inalienável no ato responsável –, ocorre o mascaramento do ser. Essa desconcretização/ desrealização promove um apagamento da singularidade do sujeito, impedindo, assim, a participação ativa responsável, bem como a coparticipação do outro.

Podemos considerar, então, que, caso o sujeito se desconecte da autossensação de sua posição única, a construção dialógica do caráter sensorial, mobilizador das sensações e interesses com que compõem a vivência afetiva de si acaba sendo mascarada, isto é, haverá uma alienação da posição autoral interconstitutiva com a participação do próximo da percepção de si. Logo, a tradução da autossensação para a expressividade externa estará num estado de descrédito. Assim, ocorre quando alguém com uma massa corpórea saudável se percebe como acima do peso ou, em situações mais extremas, quando alguém, mesmo estando com subpeso, se sinta obeso, numa conduta patológica. Assim, o ato de valoração de si que o sujeito perpetra está sobretudo pautado na imagem que ele admite que a sociedade espera que ele tenha, do “corpo saudável”, do “padrão de beleza”.

Isto ocorre de tal maneira que a própria autossensação de si é obnubilada a ponto de o sujeito agir como se esta autossensação coincidissem com uma imagem externa, a qual assume que o outro lhe faz e lhe exige intransigentemente. Por exemplo, um sujeito que não está obeso poderá se reconhecer contraditoriamente na seguinte confissão: “estou gordo”. Mesmo que, ao contrário, lhe revelem: “você não está”, ou este sujeito mire no espelho seu corpo magro, ainda assim mascarará a percepção alheia de si que lhe é oferecida concretamente, junto com a autossensação de sua magreza. Este uso parasitário das sensações de si acarretará uma construção impostora dos valores que o sujeito vivencia de si mesmo, ou seja, uma percepção que dissimula as próprias autossensações.

Em suma, o sujeito, nesse caso, vive uma representação de si arquitetada apenas pelo ponto de vista alheio, experimentando, assim, a construção moribunda da imagem de si, porque, de tal forma, não pode “senão interpretar um papel, isto é, vestir, como uma máscara a carne de um outro – de um morto” (Bakhtin, 2010, p. 66). Por conseguinte, uma representação mascarada é constituída, o que Bakhtin (2010, p. 112) destaca como uma vivência em impostura.

Este embuste mascarado da autoridade na assinatura do sujeito que percebe a si na interação consigo mesmo e alheia evidencia como as relações afetivas são dialógicas no sentido de se arquitetarem numa cadeia intensa de disputas de sentidos situados historicamente em conjunto com uma vivência contraditória de valorações de si e do outro, em cuja arena as posições axiológicas se constituem e são ecoadas.

Pode-se notar, portanto, que a construção das sensações e dos interesses dos sujeitos são respostas peculiares a formas como este interage socialmente. Para salientar que a tal constituição emotivo-volitiva arquiteta-se numa arena de lutas entre posições axiológicas apreciativas e depreciativas de si, recorreremos à análise da construção da condição afetiva de André, herói de *Lavoura Arcaica* (Nassar, 1989).

5 O abismal limite entre a conquista e a perda da autoria das autossensações

Para iluminarmos este momento de nossas discussões, tematizamos as respostas funestas que André perpetra em relação aos sentimentos de si e das suas vontades assumidas, diante da revolta contra o pai e do interesse amoroso/sexual para com a irmã. Destacamos que *Lavoura Arcaica* é um romance estruturado com uma prosa poética tratando de temas como patriarcalismo, incesto e religião. A narrativa desenvolve-se em torno de André, que vive em uma região rural, na fazenda de sua família e decide se mudar, para se distanciar de sua família e seus valores e costumes, cujo poder soberano concentra-se na figura patriarcal que personifica a ordem, a rigidez e os valores tradicionais a que André rejeita. Nesse contexto, o protagonista constitui-se como um jovem vindo de um meio arcaico marcado por valores ortodoxos, que tenta renegar sua origem para morar em uma pequena cidade urbana, com o desejo de uma vida diferente da asfixiante na lavoura e na rigidez moral de seu pai. Sua condição trágica é intensificada por ter um desejo incestuoso pela irmã Ana.

Sob esse horizonte, o protagonista reconhece e revela vivenciar uma sensação de incapacidade e desorientação, diante do fato de que Ana não cederá a sua vontade incestuosa – “que sentimento de impotência!” (Nassar, 1989, p. 117); “eu fui dizendo num incêndio aluci-

nado, como quem ora, cheio de sentimentos dúbios, e que gozo intenso açular-lhe a espinha, riscar suas vértebras, espicaçar-lhe a nuca com a mornidão da minha língua; mas era inútil a minha prece” (Nassar, 1989, p. 119).

A tensa relação afetiva consigo e com o próximo, neste caso, logo, é arquitetada enquanto resposta direta a seu interesse interdito e por consequência dessa interdição pela autossensação decorrente depreciativa de si – “e meu corpo, eu não tinha dúvida, fora talhado sob medida pra receber o demo” (Nassar, 1989, p. 116). A cadeia dialógica emotivo-volitiva organiza-se numa ampla dimensão que envolve posicionamentos que André assume desde suas primeiras reflexões sobre si, por conta deste desejo proibido, por sua vez, ser uma contestação velada à presença intransigente do poder alheio que o pai exerce.

Tal forma composicional arquiteta-se através da sobreposição dos valores do patriarca que sufocam a voz de André, de maneira que seu tom é deturpado. De fato, materialmente, as palavras que o pai alude em seus sermões são polemizadas na fala do filho endereçada, sobretudo, à irmã. Por exemplo, a imagem de si que André projeta no apelo que faz à Ana está impregnada da voz do pai nos seguintes termos: as palavras em memória do pai salientam o sermão cujo epílogo é a afirmação de que “o gado sempre vai ao poço” (Nassar, 1989, p. 196), e penetram na asserção de André a interpelar Ana, “num murmúrio denso, a engrolar meu terço, era a corda do meu poço que eu puxava” (Nassar, 1989, p. 119). Desse modo, a autossensação deprimente, além de estar respondendo imediatamente a frustrações de não poder experimentar um “amor proibido”, é endereçada de forma mascarada como desafio à ordem onipotente da autoridade do pai. Ou nos termos ambivalentes de André: “foi um milagre descobrirmos acima de tudo que nos bastamos dentro dos limites da nossa própria casa, confirmando a palavra do pai” (Nassar, 1989, p. 120).

Sob este fundo emotivo-volitivo, ocorre a constituição de sensações autodestrutivas em função da escalada ansiosa da radicalização desse desafio. À medida que se busca afirmar a si pela negação absoluta do poder alheio que o oprime, acaba-se anulando a dimensão fundante da própria percepção de si: a de ser uma resposta tensa ao outro. Desta feita, o paroxismo da negação do pai participa da acentuação do desejo por Ana. Esta configuração arquiteta uma farsa, por princípio, uma vez que necessariamente a paixão por Ana não se constitui tão somente por ela mesma, mas também por ser a destruição do poder do pai – a ruína da família. Ana desencadeia, dessa forma, o duplo possível da morte do poder do pai de determinar, sem concessão, a imagem que André deve fazer de si, a despeito mesmo de suas próprias sensações e experiências.

Decorrentemente, a perda de si ocorre tanto porque não se vivencia autoralmente suas próprias autossensações, pois a imagem de si é obstinadamente uma imagem onipotente que o outro anuncia – “eu, o filho torto, a ovelha negra que ninguém confessa, o vagabundo irremediável da família” (Nassar, 1989, p. 120); quanto a imagem externa que André acentua é assinada pela rubrica do que se pressupõe que os outros, além do pai, esperam como preferível, desejável – “eu, o filho arredio, o eterno convalescente, o filho sobre o qual pesa na família a suspeita de ser um fruto diferente [...]. Vou falar sobre coisas simples como todos falam [...]; serei bom e reto, solícito e prestativo” (Nassar, 1989, p. 126-7).

Esta condição emotivo-volitiva tensa constitui-se e reverbera sensações parasitárias, porque tragicamente envereda-se por experimentações de estados autodestrutivos, ao mesmo tempo em que encena diversas imposturas para mascará-las – “quero uma recompensa para o

meu trabalho, preciso estar certo de poder apaziguar a minha fome neste pasto exótico, preciso do teu amor, querida irmã, e sei que não exorbito, é justo o que te peço” (Nassar, 1989, p. 125).

Uma peculiaridade do parasitismo é a não franqueza consigo mesmo e com o próximo. No caso da personagem de André, vemo-lo marcado por disfarces lógicos-discursivos, os quais se tecem na constante estratégia de não dizer o que sente, justificando pela inutilidade de tal ato. As cenas iniciais da obra desenvolvem-se como um diálogo indireto atravessado por revelações, apelos e injúrias implícitas a destinatários subentendidos. Nelas, André declara que “foi o que eu disse confuso com o desajeito do que dizia e cheio de receio de me deixar escapar não importava com o que eu fosse lá dizer, mesmo assim eu repeti” (Nassar, 1989, p. 11) e discerne “a voz de meu irmão, calma e serena como convinha, era uma oração que ele dizia quando começou a falar (era o meu pai) da cal e das pedras da nossa catedral” (Nassar, 1989, p. 18).

A sobreposição evasiva de dizeres e destinatários acaba burlando a própria percepção da autoria na interação discursiva, já que nem é dito o que se pretende efetivamente; nem esse dizer é endereçado devidamente a quem se intenciona. Como indicado, há pouco, o fim da interação promove o fim mesmo do sujeito. Portanto, quando André dissimula sua fala, orienta suas sensações para uma espécie de afirmação da morte como vida, é neste tom que acentua sua vivência de “sentimento sublime” (Nassar, 1989, p. 125); do mesmo modo que de “santa fúria” (Nassar, 1989, p. 140) e orienta seu desejo de aceitação/deposição do pai avizinando-o com a consideração do incesto como justo. Tal dissimulação emotivo-volitiva orchestra-se na intensificação da contradição inescapável entre pretender algo e dizer outro nas relações afetivo-discursivas. A dúbia dissimulação – “essa cicatriz sombria que não existe mas que todos pressentem” (Nassar, 1989, p. 126-7) – constitui-se num elo interdestrutivo de si e do próximo que mobiliza perturbações na compreensão ativa das autossensações e imagens de si e alheias.

O parasitismo emotivo-volitivo intensifica este estado autodestrutivo, pois o sujeito não perde a percepção singular de ocupar uma posição num tempo e num lugar, impossível de ser ocupada por qualquer outro – por assim dizer, a cicatriz é pressentida, mas não é criticamente constitutiva, já que não se desconecta de si mesmo; antes é uma complexa experimentação de como a autossensação pode ser duplicada numa farsa, ou seja, como um processo de uma pretensa perda do ativismo autoral. André, no paroxismo de sua confissão à Ana, desvela e assente a “consciência” de sua situação: “eu, que desde o início vinha armando minha tempestade” (Nassar, 1989, p. 138); “não tive o meu contento, o mundo não terá de mim a misericórdia; amar e ser amado era tudo o que eu queria, mas fui jogado à margem sem consulta” (Nassar, 1989, p. 139).

Ao final das contas, a imagem alheia a que André se agarrou como a que lhe foi oferecida pelos seus próximos e a que foi criando de si não comungavam entre elas, antes fizeram coro sobretudo a diversos conflitos cuja condução enveredou por caminhos inconciliáveis, de maneira que a destruição surge como acabamento da interação emotivo-volitiva. Em lugar da familiarização entre a dádiva alheia da imagem de si e entre as respostas afirmativas da autossensação, ocorreu uma imiscibilidade entre ambas por serem acentuadas como farsas da própria imagem de si.

Assim, passamos às nossas considerações finais.

6 A contradição farsesca das imagens de si: uma condição tantálica e sisífica das posições emotivo-volitivas

Pelo que vimos discutindo, podemos supor que a construção ativa da condição afetiva do próprio sujeito é uma resposta autoral à tensa interação entre as autossensações experimentadas e as que reconhece ou busca reconhecer como tal, entre as imagens de si que o sujeito admite, bem como das que pressupõe que os outros admitam. Sob esse fundo perceptivo, é possível depreender-se que as condições afetivas oscilam num contínuo cujos limites são uma relação paradoxal, por assim dizer, parasitária autodestrutiva e simbiótica graciosa. Nos termos que vimos anteriormente, a primeira ocorrendo quando não há coincidência entre a autoria das imagens de si e o próprio sujeito das autossensações; e a outra quando há coincidência.

Assim, refletindo sobre que uma justa medida entre emoções, desejos e condições históricas, desde a antiguidade é pensada, por exemplo, na posição aristotélica, em “Poética” (1990), sobre a adequabilidade entre horror e piedade na tragédia ou ridículo na comédia com as situações e atos virtuosos e viciosos; ou mesmo na nietzschiana, em “O Nascimento da Tragédia” (2003), a respeito da contiguidade entre sentimento de mundo trágico e moralidade; a partir de Bakhtin (2011; 2010), na tensão entre autossensações e imagens de si, podemos aventar que tal construção afetiva do sujeito se arquiteta por tons, que chamaríamos de tantálicos e sisíficos.

Em outras palavras, num contexto de lutas ininterruptas numa arena de posições axiológicas contraditórias, uma situação de dádiva é um limite idealizado, como vimos, quando coincidem as autossensações e as imagens de si, construídas, autoralmente ou por outrem. Nesse contexto, decorrem, portanto, relações, relativamente, ambivalentes, logo, tendendo à incidência parasitária entre as autossensações e as imagens de si. Com este delineamento, o reconhecimento desta ambivalência coincidente-incoincidente familiariza-se com a assunção de uma condição de árduo exercício rotineiro ingrato – daí a referência a Sísifo – de busca da serenidade da coincidência entre nossa imagem externa e vivenciamento interno, posto que um limite ideal (então, inalcançável – daí a referência a Tântalo).

No entanto, com esta mesma compreensão trágica, podemos, certamente, experimentar criticamente nossas volições e sensações como atos responsáveis, em função de podermos assiná-los ativamente e não sermos reféns das contradições individualistas afetivas que mobilizam as diversas interações peculiares a situações de mal-estar, pessoal e social. Logo, diante da problemática da saúde emocional tão urgente hoje, a crítica das questões afetivas enquanto questão relacionada às formas como a “civilização cria seu mal estar” através da arquitetônica das práticas sociais delineadas por atos desencadeados pelos sujeitos que por sua vez os orquestram respondendo também a estas práticas, é uma forma de nos desviarmos da desresponsabilização/desconexão patológica da realidade, a qual responde aos estados de adoecimento que particularizam, cada vez mais, a sociedade em geral. Como vimos, a compreensão da dimensão emotiva-volitiva como relações dialógicas podem determinar atos nesse sentido.

Declaração de autoria

Os autores declaram que participaram de todo o processo de elaboração do artigo.

Referências

ARISTÓTELES. Poética. Tradução Eudoro de Sousa. 2. ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1990.

BAKHTIN, Mikhail. O autor e a personagem na atividade estética. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João editores, 2010.

NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. 3. ed. rev. pelo autor. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich. *O Nascimento da Tragédia*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

A coerência na predição de verbos *dicendi* em resumos: comparação entre capacidades humanas e de atuais modelos de linguagem

Coherence in the Prediction of Dicendi Verbs in Abstracts: A Comparison Between Human Capabilities and Current Language Models

Osmar de Oliveira Braz Junior

Universidade do Estado de Santa
Catarina (UDESC) | Florianópolis | SC | BR
osmar.braz@udesc.br
<https://orcid.org/0000-0003-0321-4787>

Roberlei Alves Bertucci

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR) | Curitiba | PR | BR
Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC) | Curitiba | PR | BR
Fundação Araucária | Curitiba | PR | BR
bertucci@utfpr.edu.br
<https://orcid.org/0000-0003-4014-5610>

Renato Fileto

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC) | Curitiba | PR | Brasil
r.fileto@ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0002-7941-6281>

Resumo: A relação entre a tecnologia e a linguagem humana é tema de debate crescente, especialmente com o surgimento de modelos de linguagem de grande escala (LLMs) e sua capacidade de produção textual. Essa pesquisa justifica-se pela importância de verificar a proximidade entre as produções linguísticas dos LLMs e as humanas, partindo do pressuposto de que a linguagem humana é moldada pelo conhecimento epilinguístico. Para isso, conduziu-se um estudo comparativo em que se pediu a estudantes e a LLMs que sugerissem verbos (*dicendi*) para completar coerentemente lacunas em um resumo de um texto-base. A escolha de um resumo escolar foi motivada pela necessidade de profunda compreensão do texto original e coerência textual, o que representa um desafio tanto para humanos quanto para LLMs. A metodologia incluiu a comparação das sugestões dos alunos e 5 LLMs via chat, buscando avaliar a coerência com o texto-fonte. Os resultados mostram que tanto LLMs quanto humanos apresentaram boas sugestões nas lacunas. No entanto, os resultados contrariam a hipótese inicial de que os humanos apresentariam uma maior diversidade lexical. Por outro lado, os resultados indicam também que LLMs têm um desempenho melhor quanto às coerências local e global. Estes fatos sugerem que os LLMs podem ser uma ferramenta de apoio para os estudos relacionados à intersecção entre linguagem e tecnologia, inclusive para o ensino.



Palavras-chave: coerência; resumo escolar; predição de palavras; verbos *dicendi*; modelo de linguagem de grande escala.

Abstract: The relationship between technology and human language is a topic of growing debate, especially with the emergence of large-scale language models (LLMs) and their textual production capacity. This research is justified by the importance of verifying the proximity between the linguistic productions of LLMs and humans, based on the assumption that human language is shaped by epilinguistic knowledge. To this end, we conducted a comparative study in which we asked students and LLMs to suggest verbs (*dicendi*) to coherently fill gaps in a summary of a source text. The choice of a school summary was motivated by the need for a deep understanding of the original text and textual coherence, which represents a challenge for both humans and LLMs. The methodology included the comparison of the students' and 5 LLMs suggestions via chat, seeking to assess coherence with the source text. The results show that LLMs and humans presented good suggestions in the gaps. However, the results contradict the initial hypothesis that humans would present greater lexical diversity. On the other hand, the results also indicate that LLMs perform better in terms of local and global coherence. These facts suggest that LLMs can be a support tool for studies related to the intersection between language and technology, including for teaching.

Keywords: coherence; school abstract; word prediction; *dicendi* verbs; large language model.

1 Introdução

Enquanto a discussão sobre o impacto da tecnologia nas vidas humanas é algo relativamente antigo na história, o modo como a tecnologia se relaciona com a linguagem humana tem ganhado mais força na atualidade. A presença de aplicativos de conversação, equipamentos que obedecem a comando de voz e (claro) os modelos de linguagem de grande escala (do inglês, *Large Language Models*—LLMs) colocam em discussão o modo como as práticas linguageiras serão afetadas por essas tecnologias. Nesse contexto, a capacidade de sumarizar é uma rea-

lidade para os LLMs, que apresentam bons textos produzidos a partir de *prompts* (Paes; Freitas, 2023; Paiola, 2022). Por outro lado, como esses modelos são probabilísticos, questiona-se o quanto eles seriam capazes de se aproximar da criatividade humana nos processos de escrita (Nunes, 2024). Nesta pesquisa, assumimos que o ser humano produz linguagem a partir de seu conhecimento epilinguístico (Culioli; Normand, 2005). Entendemos que é essa capacidade que permite que ele faça as escolhas adequadas para a produção de um enunciado (e.g., a construção de um texto falado ou escrito). Com esse pressuposto, propomos um experimento cuja intenção é verificar a proximidade dos LLMs com a capacidade humana. Conduzimos um estudo comparativo investigando a capacidade dos LLMs em sugerir verbos *dicendi* adequados em resumos. Selecionamos um texto utilizado em uma prova de vestibular e um resumo deste texto que obteve uma nota alta (i.e., 19,25/20 ou 96% da nota total). Posteriormente solicitamos a um especialista em Língua Portuguesa que destacasse os verbos *dicendi* do resumo e os substituíssemos por lacunas. Em seguida, apresentamos o texto-base e o texto com lacunas a alunos de graduação do curso de Letras e solicitamos que sugerissem um verbo para cada lacuna do resumo, a partir da interpretação do texto-fonte. Em paralelo, o texto-base e o resumo com lacunas foi submetido a LLMs para realizar a mesma tarefa de predizer verbos para as lacunas¹. Por fim, comparamos as sugestões dos alunos com as predições dos modelos.

Nossa decisão pelo resumo escolar se deve ao fato de ser um texto que exige uma profunda compreensão do texto-base e, ao mesmo tempo, requerer uma escrita que esteja coerente com esse mesmo texto. Nesse sentido, ele apresenta um desafio duplo ao estudante, já que, além de ficar atento à leitura, ele deverá selecionar informações relevantes e apresentá-las de forma coerente ao texto original. Para garantir essa coerência, entre outras exigências, é fundamental que o estudante utilize adequadamente verbos *dicendi*. Esses verbos indicam quem é o responsável por determinada ideia. Ao utilizar os verbos *dicendi* de forma precisa, o estudante demonstra que compreendeu a posição do autor do texto-base e evita a atribuição errônea de ideias (Bragagnollo, 2017; Clark; Gerrig, 1990; Machado; Lousada; Abreu-Tardelli, 2005).

Com isso em mente, apontamos uma questão-problema: dada uma tarefa de preenchimento de lacunas em um texto, quais as diferenças observadas entre as predições humanas e as de LLMs? Assim, nosso objetivo é tecer uma comparação entre as sugestões de preenchimento de lacunas apontadas por humanos e por LLMs, verificando a coerência dessas sugestões com o que o texto-base permite. Nossa hipótese inicial é de que os seres humanos proporcionalmente oferecerão mais alternativas de preenchimento (i.e., maior diversidade lexical) do que os LLMs em virtude de: i) utilizarem de seu conhecimento epilinguístico para a tarefa, algo que os LLMs não possuem; e ii) realizarem uma interpretação global do texto, para além das palavras ali presentes, ao contrário dos LLMs, que são probabilísticos.

A avaliação automática de textos tem se mostrado uma ferramenta promissora para auxiliar estudantes e professores no processo de escrita e correção. Nesse contexto, este trabalho contribui ao investigar a capacidade de LLMs em identificar verbos *dicendi* adequados para o preenchimento de lacunas em resumos. A hipótese é que, ao analisar a estrutura e o conteúdo de um texto, um LLM seja capaz de sugerir verbos *dicendi* que reflitam o objetivo do texto original. Essa pesquisa se alinha a estudos anteriores que exploram o potencial das

¹ Neste trabalho, utilizaremos “texto original”, “texto lido”, “texto-fonte” e “texto-base” indefinidamente para nos referirmos ao texto que dá origem ao resumo.

inteligências artificiais (IAs) na geração e análise de textos (Paes; Freitas, 2023; Nunes, 2024), buscando aprofundar a compreensão do papel desses modelos na avaliação de textos acadêmicos, como ressaltado por Meira *et al.* (2023) e Rassi e Lopes (2023). A capacidade de um LLM em sugerir verbos *dicendi* adequados pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade dos resumos, uma vez que esses verbos desempenham um papel crucial na expressão do objetivo do texto original.

Com esse recorte de pesquisa, temos o intuito de contribuir para a discussão das possibilidades de uso de IAs em contextos de produção e avaliação de textos, sobretudo no ensino. Nesse viés, o artigo contribui essencialmente com:

- ♦ o enfoque aos verbos *dicendi* na coerência de resumos, comparando sugestões humanas com versões de LLMs;
- ♦ a reflexão sobre as capacidades e limitações do emprego de IAs na produção e avaliação de textos, o que pode ter impacto no campo da educação; e
- ♦ a disponibilização da projeção online dos *embeddings* das palavras do texto para análise e comparações de sua proximidade semântica.

O restante do artigo está organizado assim: a Seção 2 apresenta os fundamentos da pesquisa; a Seção 3 descreve a metodologia utilizada para os experimentos; a Seção 4 apresenta os resultados e as discussões; finalmente, na Seção 5, concluímos o trabalho e apresentamos pontos a serem ainda investigados.

2 Fundamentos

A produção de resumos exige uma compreensão profunda dos mecanismos de coerência textual. Nesta seção, aprofundaremos a discussão sobre a coerência semântica, explorando como ela se manifesta na construção de resumos escolares e como a seleção de verbos *dicendi* influencia a percepção de coerência entre o resumo e o texto original.

2.1 Coerência semântica

Seguindo as premissas de De Beaugrande e Dressler (1981) sobre a natureza textual, Wang e Guo (2014) destacam a coerência como o atributo que distingue discursos coesos e significativos daqueles que apresentam incoerências ou lacunas na construção de sentidos. De modo mais específico, Koch e Travaglia (2021) caracterizam a coerência semântica como a compatibilidade de significado tanto entre elementos textuais adjacentes (i.e., nível local) quanto entre todos os elementos de um texto (i.e., nível global).

Inclusive na área da Computação, a coerência semântica, conforme abordado por Braz Jr e Fileto (2021), consiste na organização de componentes textuais (palavras, frases, etc.) de modo a estabelecer relações de significado compatíveis, permitindo ao leitor construir uma interpretação consistente do texto. A incoerência semântica, por sua vez, ocorre quando elementos textuais próximos apresentam significados incompatíveis, ou seja, quando há um

distanciamento semântico entre esses elementos ou entre eles e o contexto geral (i.e., frase, parágrafo, documento).

Focando na educação básica, Gomes (2020) argumenta que a análise da coerência textual exige uma avaliação abrangente, incluindo o contexto comunicativo em que o texto está inserido. A interação entre autor e leitor, com seus objetivos específicos, influencia diretamente a avaliação da adequação do texto. Segundo o autor, o resumo – texto foco da presente pesquisa – demanda uma coerência tanto global quanto situacional. A coerência global exige que o resumo seja fiel ao texto-base, enquanto a coerência situacional considera o contexto de produção do resumo.

Desenvolvendo esses pontos e focando em resumos escolares produzidos em contexto de vestibular, Costa e Silva (2013) defendem que a análise da coerência textual exige uma avaliação cuidadosa da situação comunicativa na qual os textos são produzidos. A interação entre autor e leitor, caracterizada por objetivos específicos de leitura e escrita, deve ser considerada para se avaliar a adequação do texto. Os autores defendem que o resumo, em particular, demanda uma coerência tanto global quanto situacional. A coerência global se refere à compatibilidade do conteúdo do resumo com as informações presentes no texto-base, enquanto a coerência situacional diz respeito à consideração da situação de produção do resumo. No caso específico do vestibular, o avaliador julga tanto a coerência interna do resumo, quando a coerência deste com o texto-fonte. Nesse sentido, cabe ao candidato ficar atento a essa situação de produção específica.

Numa perspectiva diferente, na área de Computação, Souza (2022) propõe um modelo inovador para a geração automática de resumos de textos científicos extensos, com foco na sumarização (i.e., resumo) extrativa. O estudo investiga a viabilidade de combinar resumos extraídos de diferentes seções de um documento para produzir um resumo mais completo e coerente. A autora reconhece a importância da coerência e da coesão textual na construção de bons resumos e pretende explorar novas estratégias para combiná-las com outras métricas de avaliação. Ela destaca ainda a importância da coerência na sumarização, mas não mede o impacto dos verbos *dicendi* no texto.

De tudo o que se apresentou aqui, destacamos que, ao se elaborar um resumo, especialmente em contextos avaliativos como o descrito por Costa e Silva (2013), é crucial considerar a perspectiva do leitor, entendido como um avaliador. Ao contrário da produção de textos autônomos, onde a coerência interna é primordial, na avaliação de um resumo, exige-se também uma análise comparativa com o texto original. Nesse sentido, o leitor, que já possui conhecimento prévio do texto-base, atua como um “juiz”, verificando se as informações do resumo estão em consonância com o conteúdo original. Diante desse cenário, a coerência externa, ou seja, a relação do resumo com o texto-fonte, ganha maior relevância. No presente estudo, essa coerência será investigada a partir da análise dos verbos *dicendi*, que indicam os atos de fala realizados no texto-base e expressos no resumo, a partir da interpretação do produtor. A hipótese é que a seleção e o emprego desses verbos influenciam diretamente a percepção de coerência entre o resumo e o texto original.

2.2 Resumos escolares

O resumo escolar pode assumir diferentes funções, como ser um auxiliar para a compreensão de um texto ou ser um instrumento de avaliação das habilidades de leitura e escrita. Entre suas características, estão: a seleção de informações essenciais; a sumarização delas em uma estrutura textual; e a correta indicação das vozes que aparecem no texto original. Para que seja materializado, é igualmente importante que o produtor sintetize, por meio de um texto escrito, a interpretação global e os tópicos que sumarizam o texto ou evento a ser resumido.

No ambiente de ensino, o resumo é considerado um importante meio de avaliação de duas habilidades: a leitura, já que pode medir o grau de compreensão de um texto; e a escrita, por requerer do escritor que exponha essa interpretação em um texto independente, com coesão e coerência. Além disso, pode ser útil como um aliado ao estudo, já que auxilia a retenção das informações presentes nos textos. Bragagnollo (2017) destaca a relevância do resumo para o ensino por estar diretamente relacionado a práticas cotidianas diversas. Ela ressalta ainda que a elaboração do resumo precisa expor informações fiéis ao texto original, focando naquilo que é essencial no texto-base.

Devemos sublinhar também que o emprego da paráfrase é uma estratégia essencial para o resumo. Isso ocorre porque é esperado um texto novo (i.e., resumo), mas que deve ser fruto do texto-base. Essa estratégia deve se afastar de uma mera cópia ou alteração pontual do texto-fonte (e.g., com o simples uso de sinônimos). Idealmente, é melhor que ela se constitua, sobretudo, como uma apresentação dos sentidos que emergiram a partir da leitura realizada. Por isso, não se espera que o resumo seja uma sumarização pura e simples do texto, mas que indique marcas (i.e., coerentes) de leitura do produtor.

Nessa abordagem, assumimos que o resumo é originado pelo próprio texto original, uma vez que é organizado a partir deste (Machado; Lousada; Abreu-Tardelli, 2005). Portanto, ele é evidentemente acarretado pelo texto-fonte e suas informações devem estar presentes no texto que lhe deu origem. Sob essa perspectiva, é possível que se considere um resumo mais ou menos coerente em relação ao texto-base, em especial no caso do resumo escolar utilizado como item de avaliação, como é o foco neste trabalho. Assim, é essencial que o resumidor compreenda que, ao

resumir o que o autor do texto de base diz, estamos, de fato, interpretando o seu agir, atribuindo-lhe a efetivação de determinados atos. Ou seja, quando dizemos que o autor *nega* algo, *afirma* algo, *questiona* algo, estamos inferindo, através de nossa compreensão do conteúdo do texto, que o autor está realizando esses atos (Machado; Lousada; Abreu-Tardelli, 2005, p. 98-99, grifos no original).

As autoras confirmam que a interpretação é crucial para o texto, sendo um movimento anterior ao da escrita. Nesse sentido, a boa produção de um resumo exige uma escolha adequada do verbo *dicendi* para expressar o que o texto-base apresenta. Afinal, o ato de resumir contorna aquilo que o autor do texto-base promove, por meio da compreensão do autor do resumo.

Nesse contexto, podemos analisar com um pouco mais de detalhes a relevância dos verbos *dicendi* para o resumo. Do ponto de vista de sua estrutura, é comum aparecerem em períodos compostos, sendo eles os verbos da oração principal, seguidos por uma subordi-

nada, que representa o conteúdo interpretado no texto-base. Sua característica fundamental é apresentar um discurso reportado (Clark; Gerrig, 1990), ou que alguns autores consideram serem atos ou vozes do autor presentes no texto-fonte (Machado; Lousada; Abreu-Tardelli, 2005; Bragagnollo, 2017; Campos; Ribeiro, 2013). Em geral, nessa função de reportar uma ação/voz de um texto anterior eles evidenciam o modo como o resumidor compreendeu determinados trechos do texto. Por exemplo, se o autor de um texto está apresentando seus pontos de vista sobre um assunto, é mais aceitável que o resumidor use verbos como “argumenta”, “critica” ou “defende” do que outros como “expõe”, “esclarece” ou “narra”.

Focando no resumo escolar, entende-se que o resumo materializa um processo de retextualização, entendido como o processo de desenvolvimento de um novo texto a partir de um texto-base. Nesse sentido, é obrigatório que o resumidor deixe claro a quem pertencem as informações ali presentes, evitando possíveis conflitos de vozes. Nesse sentido, os verbos *dicendi* exercem um papel fundamental, uma vez que ajudam nessa distinção. Assim, o emprego desses verbos não se resume a um efeito de estilo, mas de construção de sentido no texto, em sua mais profunda função.

É exatamente por isso que a produção de um resumo e, conseqüentemente, a escolha dos verbos *dicendi* exige que o falante faça uso de seu conhecimento epilinguístico. Ao escolher expressões específicas para desenvolver seus raciocínios, o ser humano orienta seu discurso para determinado fim. Neste sentido, pode-se afirmar que todo falante nativo tem a capacidade de escolher expressões adequadas aos objetivos que pretende em uma dada situação de interação do cotidiano. A essa capacidade de uso linguístico adequado no cotidiano, Culioli e Normand (2005) denominam “epilinguismo”.

No recorte de uma situação de produção de resumo no contexto de avaliação (i.e., o vestibular de 2024 da UFPR, no caso desta pesquisa), há alguns pontos indicados por Costa e Silva (2013) que devemos trazer aqui. Primeiro, é necessária uma coerência entre as informações do texto-fonte e o resumo, de modo a não haver acréscimos de informações ou opiniões neste em relação àquele. Depois, o avaliador verifica a pertinência entre a interpretação do resumidor e as informações do texto-fonte, o que uma simples sumarização não faz. Em ambos os casos, as autoras consideram que é preciso se considerar uma coerência global na produção, para que a avaliação seja realizada.

A partir desta pesquisa, entendemos que os verbos *dicendi* possam ser cruciais para a métrica de avaliação de resumos, seja por humanos, seja por LLMs. Assim, além de critérios básicos exigidos para a boa avaliação de um resumo, como objetividade, clareza e, sobretudo, respeito ao conteúdo do texto original, consideramos que a escolha dos verbos *dicendi* é uma estratégia linguística fundamental, pois o seu uso garante que as vozes do texto original sejam devidamente representadas e que o leitor compreenda as informações principais do texto. Conseqüentemente, as chances de o resumo produzido apresentar coesão e coerência são maiores conforme o nível de adequação dos verbos *dicendi* escolhidos para referenciar as ações do autor do texto-base. Por isso, assumimos que a análise das sugestões realizadas por humanos e por LLMs a um texto com lacunas de verbos *dicendi* pode tanto dar pistas das capacidades linguísticas de humanos e máquinas, quando ser parte de uma tarefa para a avaliação desse gênero.

2.3 Modelos de Linguagem de Grande Escala

Atualmente, pesquisadores destacam que os LLMs ampliam significativamente as capacidades dos sistemas na geração de texto. Estudos apontam que os LLMs, treinados com vastas quantidades de dados textuais, apresentam uma notável habilidade para produzir textos que se assemelham àqueles criados por humanos (Kasneci *et al.*, 2023). Desde então, diversos LLMs foram desenvolvidos, como o GPT-3 (Radford *et al.*, 2018) da OpenAI, o LLaMA (Touvron *et al.*, 2023a,b) da Meta, o Gemini (Gemini Team *et al.*, 2023) do Google, Saibá-3 (Abonizio *et al.*, 2024) da Maritaca-AI (i.e., treinado em um grande *corpus* centrado no Brasil) e o Claude da Anthropic (Anthropic, 2024). Usar esses modelos, por meio de prompts apropriados, pode ser uma estratégia eficaz para orientar a avaliação e melhoria da coerência do texto.

Diante desse potencial, pesquisadores têm explorado formas de direcionar a geração de texto nos LLMs (Chen *et al.*, 2023; Marvin *et al.*, 2024). Um elemento fundamental nesse processo é o “prompt”, que pode ser definido como uma instrução ou entrada fornecida a um modelo de linguagem, solicitando uma resposta ou a continuação de um texto. Eles esclarecem que um *prompt* direciona o modelo para gerar textos relevantes ou executar tarefas específicas (Radford *et al.*, 2018). Segundo os pesquisadores, os *prompts* podem incluir perguntas, descrições de problemas, fragmentos de texto ou outras entradas que ajudem a moldar as respostas do modelo (Radford *et al.*, 2018). Para (Gu *et al.*, 2023), os *prompts* permitem submeter informações adicionais ou dicas a um LLM para guiar seu comportamento ou auxiliar na execução de uma tarefa específica. Essa interação entre o modelo e o usuário, mediada pelo *prompt*, deu origem a um novo paradigma no processamento de linguagem natural (PLN), conhecido como aprendizado baseado em prompt ou *prompt-learning* e segue o processo “pré-treinar, *prompt* e prever” (do inglês, *pre-train, prompt, and predict*) (Liu *et al.*, 2023). Eles destacam que o uso de *prompts* possibilita guiar o comportamento dos LLMs por meio de informações contextuais ou exemplos relevantes relacionados à tarefa.

Apesar dessas promissoras aplicações, os LLMs ainda apresentam desafios. Uma das principais limitações é a falta de criatividade, decorrente de sua base probabilística, limita sua capacidade de gerar respostas verdadeiramente inovadoras (Paes; Freitas, 2023). A tarefa de preencher lacunas, por exemplo, é tratada como um problema de modelagem de linguagem, onde o modelo prevê probabilisticamente a palavra mais adequada com base no contexto fornecido no *prompt*. No entanto, essa abordagem pode ser insuficiente quando se exige maior nuance ou inovação textual. Essa característica dos LLMs, baseada em probabilidade, tem implicações importantes para diversas tarefas, como a de preencher lacunas. Nesse sentido, propomos a hipótese de que as respostas e avaliações feitas pelos LLMs tendem a ser inferiores às esperadas de humanos do ponto de vista da diversidade de opções. A ausência de criatividade impacta diretamente a interpretação de textos ou situações, o que pode interferir nos resultados experimentais. Assim, a capacidade de predição de elementos textuais, como verbos *dicendi*, pode ser limitada em tarefas que exigem maior flexibilidade ou originalidade na geração de respostas.

2.4 Trabalhos relacionados

Em nossa pesquisa, não encontramos trabalhos que analisassem o preenchimento de lacunas em resumos, nem que comparassem o desempenho de humanos e máquinas em contextos similares. Na literatura, o preenchimento de lacunas é comum, por exemplo, em experimentos sobre aquisição de escrita (Busnello *et al.*, 2011) e sobre julgamentos de aceitabilidade ou produção (Soto; Augusto; Abend, 2023).

Diversos trabalhos tratam sobre o gênero resumo escolar em português (Bicudo; Hila, 2015; Biral, 2003; Bragagnollo, 2017; Campos; Ribeiro, 2013; Costa; Silva, 2013; Machado; Lousada; Abreu-Tardelli, 2005) entre outros. Apesar disso, poucos dão enfoque aos verbos *dicendi*. Souza (2017) sublinha a relevância deles ao propor um modelo sociorretórico para a produção do resumo. Para a autora, a reflexão sobre o emprego adequado do verbo é uma estratégia fundamental para o gênero. Além dela, Bicudo e Hila (2015) recuperam o emprego de verbos *dicendi* em algumas redações de vestibulares. Os autores sustentam que, nos dados analisados, que eram redações bem avaliadas no certame, os candidatos selecionaram verbos coerentes para a exposição das ações que o autor do texto-base realizava.

No restante dos textos pesquisados, os verbos *dicendi* são reconhecidos como uma característica do resumo, não recebem um destaque especial. Além disso, vale ressaltar que, em nenhum deles: i) houve algum experimento em relação à predição de uso de verbos *dicendi* em resumos, como fizemos; nem ii) houve uma comparação entre as escolhas humanas e de LLMs. Dadas essas considerações, entendemos que nossa pesquisa é uma contribuição inédita para o estudo do gênero textual em questão, com foco em um elemento central que são os verbos.

3 Metodologia

Nos experimentos, utilizamos um texto-base que tem origem no vestibular da UFPR de 2024². Um resumo, escolhido aleatoriamente entre os três disponíveis em um repositório de candidatos aprovados no curso de Medicina no vestibular da UFPR de 2024, foi utilizado no experimento³. O texto recebeu a nota 19,25/20, ou seja, obteve 96% da nota total esperada e está transcrito na Seção 4.

Com o objetivo de analisar a importância dos verbos *dicendi* na construção de resumos e avaliar a capacidade de Humanos e LLMs de preenchê-los, solicitamos a um especialista da área que removesse verbos *dicendi* do resumo, o que gerou assim um total de dez (10) lacunas. Esse especialista é doutor em linguística, professor universitário e pesquisador, com enfoque em produção de texto (i.e., inclusive em correções de processos seletivos). Depois, solicitamos a avaliadores humanos, estudantes da disciplina de Semântica do referido especialista, que realizassem a predição das palavras para as lacunas, com base no texto-fonte. A mesma tarefa

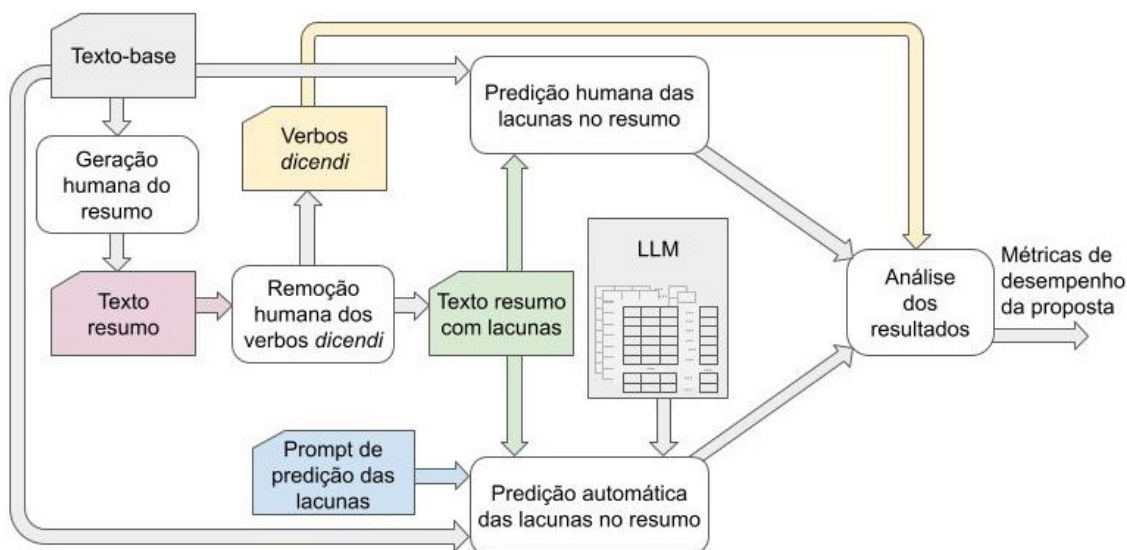
² Texto disponível em: https://servicos.nc.ufpr.br/documentos/ps2024/provas/2fase/001-Compreensao_e_Producao_de_Texto.pdf

³ Originalmente disponível no drive do Desempenhos Med: <https://drive.google.com/drive/folders/1fCj-ZklwomwZSCOSfVUsUVaC3GvZaFyRo> Acesso em 13 nov. 2024.

de predição foi solicitada a cinco LLMs. Finalmente, a lista dos verbos *dicendi* do resumo foi analisada com as predições humana e automatizada. Vale ressaltar que os avaliadores humanos eram todos estudantes de Letras, cursando o 6º semestre (ou superior). Após a realização da tarefa, eles poderiam autorizar (ou não) a coleta dos textos produzidos com as lacunas preenchidas, para fins de pesquisa. Essa coleta seguiu o que se prevê em projeto aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (i.e., parecer CAAE 88328218.6.0000.5547).

A Imagem 1 ilustra o fluxo de trabalho da predição das lacunas, desde a remoção dos verbos *dicendi* até a comparação dos resultados das predições humana e automática. Como podemos observar, o fluxo se divide em duas etapas principais, uma de predição humana e outro com a predição automática com o uso de LLMs. A análise final dos resultados, incluindo métricas de desempenho, possibilita a avaliação da eficácia do fluxo de trabalho e a identificação de áreas para melhoria.

Imagem 1 – Fluxo de trabalho proposto



Fonte: elaboração própria.

Para entender melhor como os humanos realizam a tarefa de preenchimento das lacunas, descreveremos a seguir as etapas da tarefa “Remoção humana dos verbos *dicendi*” e da tarefa “Predição humana das lacunas no resumo”. Na tarefa “Remoção humana dos verbos *dicendi*”, um especialista humano em linguística identifica “Verbos *dicendi*” no resumo para gerar o “texto resumo com lacunas”. Já a tarefa “Predição humana das lacunas no resumo” apresenta o resumo com lacunas e o texto-base como uma atividade aos estudantes de Letras do 6º período ou superior, com as seguintes instruções: 1. O candidato da UFPR (2024) recebeu a seguinte instrução para o resumo (abaixo dessa afirmação, inserimos o enunciado completo da atividade). 2. Considere que a coerência de um resumo está diretamente relacionada com aquilo que o texto-base permite acarretar dele. Com isso em mente, complete os espaços vazios do resumo a seguir, considerando a coerência dos possíveis verbos *dicendi* com o texto-base.

De forma similar à tarefa realizada pelos humanos, a “Predição automática das lacunas no resumo” também envolveu o fornecimento do texto-base e do resumo com lacunas aos modelos de linguagem, porém, utilizando *prompts* específicos para direcionar a geração do texto. A tarefa seguiu um parâmetro similar ao anterior, com humanos: foram seleciona-

dos 5 LLMs, aos quais foram oferecidos o texto-base e o resumo com lacunas. Em seguida, foi solicitado o preenchimento dessas lacunas por meio de *prompts* específicos (i.e., Seção 4.2), a fim de se analisar as ocorrências e se comparar com o resultado dos humanos.

Como se vê, a tarefa é baseada em um contexto natural de produção de texto, com o objetivo de verificar a variabilidade das respostas e a possível aproximação com a redação original. Nesse sentido, a metodologia sugere que, além das respostas coincidentes ao texto original (i.e., as quais poderíamos chamar de “exatas”), humanos e LLMs poderiam atribuir palavras bem diferentes (i.e., nem sequer sinônimas), mas que tivessem coerentes ao texto original (i.e., a ser resumido) e ao texto com lacunas (i.e., a ser preenchido). Nesse sentido, a tarefa permite uma ampla amplitude semântica, algo que justamente estamos investigando. Porém, entendemos que essa mesma tarefa impede a utilização de métricas comuns em trabalhos da área (como precisão e acurácia) como já fizemos em um trabalho similar (Braz Jr. *et al.* 2025). Por essa razão, propomos uma medida de aproximação por meio de *embeddings*, apresentados na discussão.

Após a coleta dos dados das duas tarefas, procedemos à análise dos resultados, comparando as previsões realizadas pelos humanos com as geradas pelos modelos de linguagem. Na Seção 4.3, apresentamos uma análise detalhada dos resultados, incluindo as avaliações quantitativas e qualitativas, tanto humanas quanto automáticas, bem como a lista dos verbos *dicendi*. Essa análise nos permite avaliar a qualidade das previsões e a eficácia do LLM.

Os experimentos foram realizados com 5 LLMs via chat. Cada prompt foi submetido uma única vez a cada LLM, com o chat sendo reiniciado a cada nova submissão para garantir independência nas respostas. Para estes LLMs usamos as configurações de hiperparâmetros padrão, incluindo *temperature* e *top_p*. Esses LLMs incluem LLaMA-3.1 70B Instruct⁴, GPT-4o mini⁵, Gemini⁶, Sabiá-3⁷ e Claude-3.5 Sonnet⁸.

Finalmente, vale dizer que este trabalho tem semelhanças com o teste de Cloze (Taylor, 1953), cujo objetivo é medir habilidade de leitura. Explicamos que, do ponto de vista da escolha feita, há uma aproximação e um distanciamento desse método. Na metodologia de Cloze, o mesmo texto lido é também aquele cujas lacunas são abertas. Isso possibilita uma verificação da compreensão textual, sobretudo da capacidade dos leitores de produzirem inferências. O julgamento pode ser feito com base na exatidão do termo que poderia estar ali ou mesmo de seus sinônimos. No presente trabalho, porém, há uma transposição do conteúdo do texto original (i.e., a ser resumido) para o texto com lacunas (i.e., a ser preenchido). Nesse caso, é uma tarefa de verificação da capacidade de os graduandos encontrarem verbos *dicendi* adequados à situação apresentada, de um para outro texto. Esses verbos podem ser muito diferentes entre si (i.e., não sinônimos), mas, ainda assim, serem adequados ao contexto, o que torna a tarefa mais complexa do que a metodologia padrão de Cloze (e mais interessante para a análise de estudantes de graduação que serão professores de Língua Portuguesa).⁹

⁴ <https://huggingface.co/meta-llama/Llama-3.1-70B-Instruct/>

⁵ <https://www.chatgpt.com>

⁶ <https://gemini.google.com/>

⁷ <https://www.maritaca.ai/>

⁸ <https://claude.ai/>

⁹ Agradecemos a um parecerista deste periódico que nos indicou a relação com o teste de Cloze. Entre diversos trabalhos sobre o tema no Brasil, mencionamos os de Abreu *et al.* (2017) e Cunha *et al.* (2020).

4 Experimentos e Resultados

Nesta seção, adicionamos detalhes aos dois experimentos e apresentamos os seus resultados. Ao final, analisamos e discutimos esses resultados. Antes disso, queremos apresentar o Exemplo 1 com o resumo original com suas 249 palavras, no qual foram numerados (i.e., sobrescritos) e destacados 10 verbos. A remoção desses verbos resultou na criação de lacunas que foram preenchidas com o marcador “_____” (i.e., lacuna).

Exemplo 1 – Texto resumo com os verbos selecionados e numerados

No texto “Agrotóxicos são detectados em cera e mel de abelha” (Jornal da Unicamp 07 a 20/08/2023), Liana Coll **discorre**¹ sobre a morte expressiva de abelhas no Brasil e como os agrotóxicos podem ser os responsáveis por esse fenômeno. Para isso, Coll **destaca**² que as abelhas são fundamentais para a polinização de 70% das plantas no planeta e, por isso, a morte desses insetos é preocupante. Nessa lógica de atenção aos possíveis impactos, Liana Coll **apresenta**³ a pesquisa da química Ana Paula de Souza da Unicamp, a qual **aborda**⁴ a presença de agrotóxicos no mel e na cera de abelhas comuns. Nessa tese de doutorado para a Faculdade de Engenharia de Alimentos, Souza **avaliou**⁵ os produtos apícolas – bioindicadores de contaminação – em vez dos insetos polinizadores, já que estes são de difícil manejo por causa do pequeno tamanho e a baixa massa. Como resultado da pesquisa, Coll **expõe**⁶ que a pesquisadora **conclui**⁷ que das 40 amostras de mel 6 estavam contaminadas com herbicidas e 90% das ceras analisadas continham um ou mais agrotóxicos. Além disso, Coll **expõe**⁸ que Ana Paula de Souza se interessou pelo tema por causa da preocupação frente à tendência de mortes de abelhas no Brasil, fenômeno que se repete na Europa e nos Estados Unidos, já que esses insetos são indispensáveis para as plantações. Com isso, Souza **afirma**⁹ que é indispensável a atenção aos níveis de contaminação do mel e da cera, já que esta é matéria prima para a indústria de cosméticos e aquele é um alimento de amplo uso. Por fim, Liana Coll **apresenta**¹⁰ a recomendação da química Ana Paula de Souza para que as práticas agrícolas possuam mais controle no uso de agrotóxicos, a fim de evitar que esses produtos continuem prejudicando as abelhas e a biodiversidade.

Na sequência, apresentamos os detalhes dos dois experimentos realizados com o resumo anterior.

4.1 Preenchimento humano das lacunas

Nesta primeira tarefa, solicitamos a estudantes de Letras que preenchessem as lacunas com verbos *dicendi* coerentes com o contexto de produção. Assim, esperávamos que os verbos ali presentes estivessem de acordo com o texto-base, uma vez que precisa ser coerente com ele, mas também com o texto em lacunas, uma vez que os verbos fazem parte desse resumo. Os resultados estão expostos a seguir. O Quadro 1 mostra as predições de 33 alunos para completar as 5 primeiras lacunas do texto resumido. No cabeçalho do quadro, estão os 5 primeiros verbos removidos e, nas linhas, os verbos preditos pelos alunos. No Quadro 2 continuamos com as predições apresentando os 5 verbos restantes. Para complementar a exposição, a Imagem 2 apresenta os 15 verbos mais recorrentes dos 86 informados por humanos.

Quadro 1 – Predições humanas para as 5 primeiras lacunas no texto resumo

Verbo Aluno	discorre ¹	destaca ²	apresenta ³	aborda ⁴	avaliou ⁵
Aluno 1	Inicia comentando	expõe	apresenta	analisa	escolheu
Aluno 2	disserta	defende	menção	encontrou	analisa
Aluno 3	discorre	alertou	utilizou	relata	analisa
Aluno 4	discorre	aponta	apresenta	destaca	analisa
Aluno 5	discorre	indica	apresentou	estudou	investigou
Aluno 6	informa	esclarece	traz	busca analisar	pesquisou
Aluno 7	informa	alega	apresenta	expõe	analisa
Aluno 8	fala	explica	utiliza	apresenta	analisa
Aluno 9	fala	diz	menção	indica	usa
Aluno 10	informa	declara	recomenda	ênfatiza	indica
Aluno 11	fala	afirma	cita	indica	analisa
Aluno 12	comenta	argumenta	menção	indica	apresenta
Aluno 13	questiona	indica	menção	ênfatiza	sugere
Aluno 14	comenta	destaca	mostra	relata	comenta
Aluno 15	analisa	explica	destaca	apresenta	demonstra
Aluno 16	alerta	expressa	apresenta	indica	analisa
Aluno 17	explica	afirma	descreve	confirma	escolhe
Aluno 18	discorre	explicita	cita	estuda	analisa
Aluno 19	discorre	demonstra	destaca	aborda	analisa
Aluno 20	discorre	expõe	relaciona	analisa	destaca
Aluno 21	discute	expõe	cita	considera	destaca
Aluno 22	disserta	aponta	cita	confirma	analisa
Aluno 23	disserta	argumenta	apresenta	detecta	analisa
Aluno 24	discorre	afirma	cita	analisa	estuda
Aluno 25	fala	afirma	menção	indica	analisa
Aluno 26	alerta	afirma	cita	analisa	analisa
Aluno 27	discorre	afirma	aponta	indica	estuda
Aluno 28	discorre	afirma	apresenta	indica	estuda
Aluno 29	disserta	afirma	aponta	aponta	estuda
Aluno 30	discorre	ressalta	apresenta	indica	cita
Aluno 31	discursiva	indica	apresenta	relata	amostra
Aluno 32	notícia	explicita	destaca	estuda	analisa
Aluno 33	disserta	explica	menção	declara	indica

Fonte: elaboração própria.

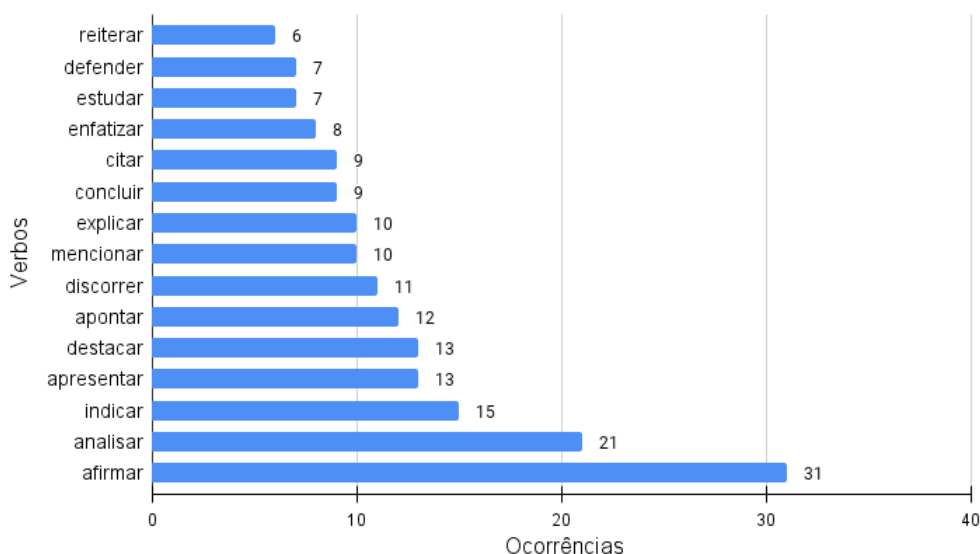
Quadro 2 – Predições humanas para as 5 últimas lacunas no texto resumo

Verbo Aluno	expõe ⁶	conclui ⁷	expõe ⁸	afirma ⁹	apresenta ¹⁰
Aluno 1	mostra	descobriu	acrescenta	conclui	traz
Aluno 2	mostra	constatou	demonstra	defende	aconselha
Aluno 3	afirma	concluiu	aponta	constata	defende
Aluno 4	informa	traz	afirma	defende	compartilha
Aluno 5	aponta	constatou	justifica	defende	expôs
Aluno 6	constatou	concluiu	apontou	defende	dá destaque
Aluno 7	discorre	acusa	aponta	defende	indica
Aluno 8	declara	descobriu	cita	afirma	institui
Aluno 9	fala	afirma	comenta	diz	ênfatiza
Aluno 10	reconhece	ênfatiza	sugere	afirma	ênfatiza
Aluno 11	informa	alega	explica	destaca	reforça
Aluno 12	mençiona	afirma	argumenta	afirma	mençiona
Aluno 13	expressa	diz	afirma	declara	reconhece
Aluno 14	explica	constata	afirma	confirma	explica
Aluno 15	expõe	mostra	destaca	apresenta	afirma
Aluno 16	expressa	afirma	lembra	reforça	reitera
Aluno 17	analisa	aponta	especifica	explica	indicou
Aluno 18	mençiona	viu	explica	conclui	reforça
Aluno 19	ressalta	descobriu	destaca	afirma	reitera
Aluno 20	ênfatiza	afirma	relata	reitera	retifica
Aluno 21	conclui	analisa	explica	afirma	mençiona
Aluno 22	afirma	constata	destacou	reiterou	retificou
Aluno 23	mostra	conclui	destaca	adverte	perpetua
Aluno 24	diz	afirma	conta	reitera	reforça
Aluno 25	observou	demonstra	afirma	conclui	aborda
Aluno 26	destaca	confirmou	afirma	evidencia	compartilha
Aluno 27	afirma	revela	argumenta	conclui	frisa
Aluno 28	aponta	descobriu	postula	argumenta	ênfatiza
Aluno 29	compartilha	afirma	adiciona	conclui	replica
Aluno 30	aponta	diz	afirma	ênfatiza	retoma
Aluno 31	disserta	expressa	afirma	resulta	faz
Aluno 32	relata	diz	fala	afirma	exalta
Aluno 33	confirma	revela	cita	salienta	reitera

Fonte: elaboração própria.

Nos Quadros 1 e 2 ressaltamos em negrito os casos em que o estudante conseguiu preencher exatamente com o mesmo verbo do resumo original. Das 10 predições, apenas **3** delas não coincidiram em alguma linha (i.e., os verbos, “avaliou⁵”, “expõe⁸” e “apresenta¹⁰”). Isso sugere que as lacunas restantes estavam mais alinhadas com as expectativas dos alunos em termos de coerência entre contexto e verbo.

Imagem 2 – Os 15 verbos no infinitivo com maiores ocorrências preditos por humanos



Fonte: elaboração própria.

4.2 Preenchimento automático das lacunas

No segundo experimento, utilizamos LLMs para predição das lacunas no texto resumido. A tarefa “Predição automática das lacunas no resumo” preenche o prompt de predição das lacunas com o texto-base e resumo.

O Exemplo 2 apresenta o prompt usado para solicitar ao LLM para predição das lacunas no resumo. O LLM ao analisar este prompt deve considerar somente o texto-base compreendido entre os marcadores “####”, substituindo <TEXTO_BASE>. A seguir a tarefa solicita o preenchimento das lacunas do texto resumido. O texto resumido com lacunas está compreendido entre os marcadores “####”, substituindo <TEXTO_RESUMO_LACUNA>. Em “Resposta:” será apresentado o resultado do LLM.

Exemplo 2 – Prompt de predição das lacunas

```
Considerar como texto-base o texto que está entre os marcadores ####.
####
"<TEXTO_BASE>"
####
Tarefa: Você é um assistente útil responsável que completa com uma
palavra as lacunas("_____") no texto a seguir delimitado
pelos marcadores ####. As palavras que completam as lacunas devem ser
coerentes e manter o objetivo principal do texto-base.
####
"<TEXTO_RESUMO_LACUNA>"
####
Resposta:
```

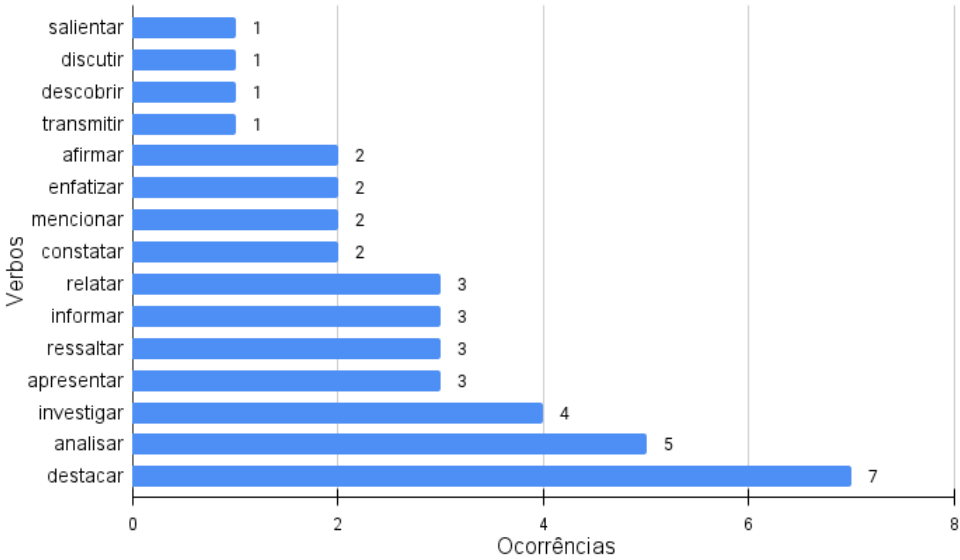
O Quadro 3 mostra as predições de diferentes LLMs (i.e., LLaMA 3.1 70B Instruct, GPT-4o mini, Gemini, Sabiá-3 e Claude-3.5 Sonnet) para completar lacunas no texto resumido. A primeira coluna indica os verbos originais substituídos. As demais colunas mostram as sugestões de cada modelo de linguagem para cada lacuna. Já a Imagem 3 mostra os 15 verbos mais recorrentes dos 25 no preenchimento dos LLMs.

Quadro 3 – Predições dos LLMs para as lacunas no texto resumo

Verbo	LLaMA 70B	GPT-4o mini	Gemini	Sabiá-3	Claude-3.5
discorre ¹	escreve	relata	alerta	relata	discute
destaca ²	afirma*	menciona	ressalta	explica	destaca
apresenta ^{3**}	destaca**	descreve	apresenta	destaca	apresenta
aborda ⁴	Investiga	investigou	investigou	analisou	analisou
avaliou ⁵	analisa	analisou	analisou	utilizou	investigou
expõe ^{6*}	afirma*	destaca	informa	informa	relata
conclui ⁷	encontrou	constatou	conclui	constatou	descobriu
expõe ^{8*}	destaca**	informa	destaca	comenta	menciona
afirma ⁹	ênfatiza	ênfatiza	defende	salienta	ressalta
apresenta ^{10**}	destaca**	ressalta	reforça	apresenta	transmite

Fonte: elaboração própria.

Imagem 3 – Os 15 verbos no infinitivo com maiores ocorrências preditos por LLMs



Fonte: elaboração própria.

Observa-se que as escolhas de verbos variam entre os modelos, embora alguns padrões se repitam, como “destaca”, “informa”, “ênfatiza” e “conclui”. Essas diferenças ilustram como cada modelo pode interpretar e estruturar a apresentação de ideias e ações no texto, com variações que indicam nuances nas abordagens de cada LLM para transmitir a informação ou intenção dos autores do texto-base. Além disso, ressalta-se (i.e., em negrito) que quase

todos os modelos acertaram com precisão pelo menos um verbo do texto original (i.e., com exceção do GPT-4o mini). Outro ponto importante identificado é quanto à diversidade lexical das palavras a qual indicamos com o símbolo “*” e “***” as repetições. O texto resumo possui uma repetição da palavra “expõe”, LLaMA possui duas repetições de “afirma” e três de “destaca” enquanto o Gemini, Sabiá-3 e o Claude-3.5 não possuem repetições.

4.3 Discussão

Uma análise atenta dos dados apresentados anteriormente revela pontos interessantes e que dialogam com as questões centrais deste artigo. Um primeiro ponto de destaque é com relação à coerência semântica global. Quando se observam as escolhas, ainda que diferentes, a maioria delas é pertinente ao contexto do resumo (e do texto-base). Isso sugere que a tarefa de lacunas e a interpretação foi bem realizada na maioria dos casos, tanto por humanos quanto pelos LLMs. Estes, aliás, elencaram sugestões muito assertivas para o contexto (i.e., coerência global). Isso reitera a interpretação de que essas aplicações são ótimas ferramentas para tarefas precisas, como a sumarização, por sua capacidade probabilística (Paes; Freitas, 2023).

Soma-se a isso também o fato de os LLMs sugerirem verbos que de fato indicam uma atitude linguística que se encontra no texto original. As possíveis exceções são “escrever”, “analisar”, “investigar” e “encontrar”. Explicamos: o primeiro é muito genérico e, por isso, pouco representativo para a o resumo; os demais parecem prioritariamente descrever uma ação realizada pela pesquisadora referida no texto-base, mais do que uma ação linguística ali presente. Ainda assim, no contexto, não são sugestões descartáveis.

As predições humanas, por sua vez, apresentam alguns equívocos quando se considera a coerência global. É o que se vê em “comenta” (e.g., Aluno 12), que não descreve o objetivo geral do texto-base, “acusa” (e.g., Aluno 7), “retifica” (e.g., Alunos 20 e 22), “perpetua” (e.g., Aluno 23) e “amostra” (e.g., Aluno 31), todas escolhas incoerentes. Além disso, alguns verbos também são genéricos e inadequados para o contexto de resumo escolar, sobretudo em contexto de avaliação. É o caso de “dizer” e “falar”, que aparecem 6 vezes cada no corpus.

Já do ponto de vista da coerência local, ou seja, da pertinência da escolha de verbos para a cada uma das orações, os LLMs fizeram predições mais corretas. Todas as 50 ocorrências são pertinentes ao contexto sintático (i.e., local) em que poderiam aparecer. As predições humanas, por sua vez, apresentam resultados incoerentes, como se vê com: “comenta” (e.g., Aluno 14, verbo 5); “analisou” (e.g., Aluno 15); “faz” e “amostra” (e.g., Aluno 31).

Assim, fechando o aspecto da coerência, podemos dizer que o resultado refuta a nossa hipótese inicial de que os LLMs trariam respostas inferiores às dos humanos, sobretudo por se considerar a capacidade epilinguística destes. O que se constatam são escolhas adequadas ao contexto, em ambos os grupos analisados.

Um segundo ponto a se observar é com relação às predições exatas, ou seja, aquelas sugestões que coincidiram com o resumo original. A Tabela 1 apresenta as quantidades e percentuais das predições exatas dos humanos e dos LLMs para as lacunas do texto resumo. Percebe-se pelos resultados que os verbos “avaliou⁵”, “expõe⁸” e “apresenta¹⁰” foram os únicos que não convergiram. Apesar disso, é importante dizer que os dois últimos estão entre os 10 mais frequentes no corpus analisado, o que significa que são do vocabulário dos estudantes. Por outro lado, “avaliou⁵” não aparece na lista das 330 ocorrências, o que pode sugerir que os estudantes não o consideraram relevante no contexto do resumo.

Tabela 1 – Percentuais de acertos humanos e dos LLMs para as lacunas no texto resumo

Verbo	Humano		LLM	
	Predição exata	%	Predição exata	%
discorre1	10	30,30%	0	0,00%
destaca2	1	3,03%	1	20,00%
apresenta3	8	24,24%	2	40,00%
aborda4	1	3,03%	0	0,00%
avaliou5	0	0,00%	0	0,00%
expõe6	1	3,03%	0	0,00%
conclui7	1	3,03%	1	20,00%
expõe8	0	0,00%	0	0,00%
afirma9	6	18,18%	0	0,00%
apresenta10	0	0,00%	1	20,00%

Fonte: elaboração própria.

Uma terceira questão diz respeito à variação lexical. A maioria dos verbos sugeridos, seja pelos humanos, seja pelos LLMS, de fato é diferente do resumo original, como se vê na Tabela 1. No entanto, a olho nu, os dados de informantes parecem indicar uma maior variedade (comparem-se os dados das Tabelas 1, 2 e 3). Isso corroboraria a hipótese de que os falantes teriam um repertório mais criativo que os LLMs, por fazerem uso de seu conhecimento epilinguístico.

No entanto, quando se observam os dados proporcionais relativos à diversidade lexical, na Tabela 2, percebe-se que os LLMs superam a variedade de sugestões verbais esperadas para o contexto. Considera-se a diversidade lexical como a razão entre os diferentes lexemas apresentados e o número total de ocorrências da palavra (Martins, 2016). Aplicando essa equação no resumo original, observa-se que ele obteve 80% de variação nos verbos *dicendi*, devido as repetições de “apresenta” e “expõe”. Já os resultados entre os informantes e os LLMs são diferentes.

Tabela 2 – Diversidade lexical das predições humanas e LLMs

DiL	Humano	LLM
100%	57,58% (19)	80,00% (4)
90%	21,21 % (7)	0,00% (0)
80%	18,18% (6)	0,00% (0)
70%	0,00% (0)	20,00% (1)
60%	3,03% (1)	0,00% (0)
Total	100,00% (33)	100,00% (5)

Fonte: elaboração própria.

Para a predição humana a análise da diversidade lexical revela que cada informante utilizou um vocabulário variado para suas predições, com poucas repetições. Isso indica que os

participantes possuem um repertório verbal relativamente amplo e que são capazes de mobilizar diferentes sinônimos para expressar a mesma ideia. A exceção é para um dos informantes (i.e., Aluno 12) que obteve 60% de diversidade lexical em suas sugestões. Ao analisarmos a Imagem 2 (ou os Quadros 1 e 2), identificamos padrões interessantes nas predições dos alunos. Verbos com o “afirmar”, “analisar”, “indicar”, “destacar” e “apresentar” receberam entre 30 e 13 ocorrências cada, sendo muito frequentes no corpus. Considerando o contexto de produção, são verbos apropriados para a proposta. Apesar disso, é preciso dizer que verbos genéricos, como o próprio “afirmar” (i.e., 30 ocorrências) quanto “discorrer”, “mencionar” e “explicar”, com 10 ocorrências cada, foram frequentemente utilizados. Essa preferência por verbos mais genéricos sugere que os participantes os percebem como mais versáteis para expressar uma variedade de ações em diferentes contextos. Tal estratégia pode ser uma forma de garantir a coerência com o texto-base, evitando escolhas lexicais mais específicas que poderiam comprometer a compreensão do texto. No entanto, a precisão das predições pode ter sido influenciada pelo contexto em que os verbos *dicendi* foram removidos. Verbos *dicendi* em contextos mais específicos ou que exigem um conhecimento mais profundo do assunto podem ter sido mais desafiadores de prever, exigindo um repertório lexical mais especializado.

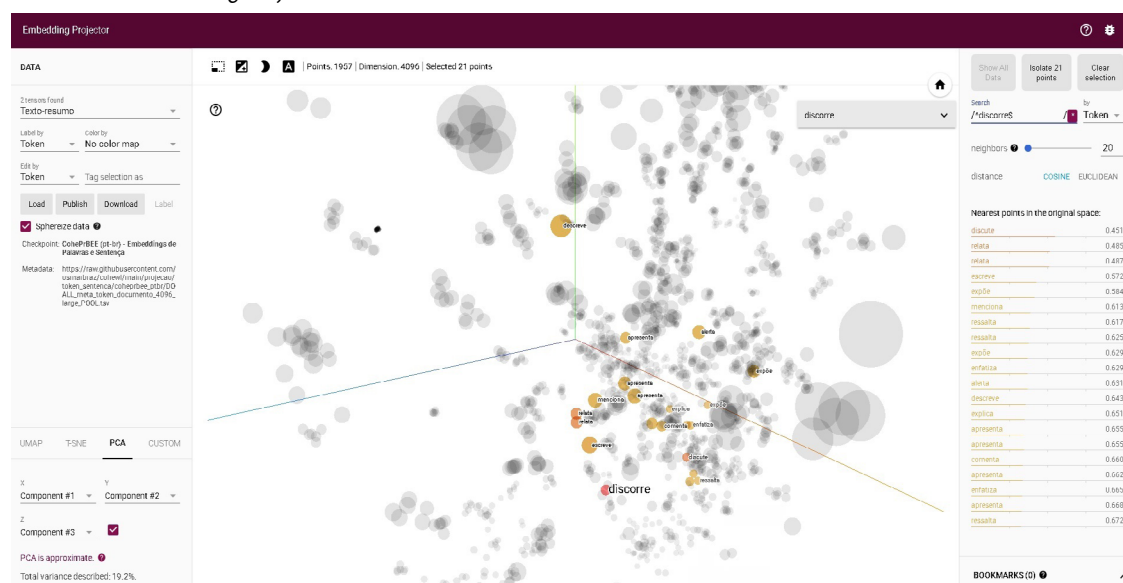
No caso dos LLMs, quatro deles tiveram 100% de diversidade, com exceção do LLaMA, que atingiu 70%. Desta forma GPT, Gemini, Sabiá-3 e Claude apresentam uma diversidade lexical considerável, sugerindo que esses modelos são capazes de gerar textos menos repetitivos, incluindo com relação ao próprio texto humano avaliado. Além disso, ressalta-se que diversos verbos que estão na lista dos mais frequentes para os LLMs (i.e., Imagem 3) são os mesmos daqueles que se vê nas predições humanas (i.e., Imagem 2), tais como “analisar”, “apresentar” e “destacar”.

Vale indicar, ainda, que quando se agrupam os verbos sugeridos pelos LLMs e pelos humanos a diferença também é bastante grande: enquanto os LLMs sugeriram 54,0% de verbos diferentes entre si (i.e., 27 verbos das 50 sugestões eram diferentes), os humanos atingiram a marca de 30,3% de variação (i.e., 100 dos 330 verbos eram distintos). Isso reforça a capacidade da máquina de relacionar conteúdos e buscar padrões também não repetitivos para as tarefas encomendadas.

A análise quantitativa apresentada nas Tabelas 1 e 2 nos fornece uma visão geral das frequências e da diversidade lexical dos verbos utilizados. No entanto, para aprofundar a compreensão das relações semânticas entre os verbos *dicendi* e identificar padrões mais sutis, realizamos uma análise qualitativa utilizando projeção de *embeddings* e medidas de distância. Tais medidas contribuem para se estipular o grau de proximidade semântica entre as palavras de um determinado contexto, no nosso caso, a proximidade dos verbos *dicendi* que foram sugeridos no experimento, numa simulação matemática da intuição sobre a relação de sinonímia entre os termos. A Imagem 4, que apresenta a projeção de componentes principais (do inglês *Principal Component Analysis* – PCA) dos *embeddings* de palavras do texto resumo e dos textos preenchidos pelos 5 LLMs. Esta projeção permite visualizar de forma mais intuitiva as relações semânticas entre os termos utilizados. Utilizamos o *Embedding Projector* (Smilkov *et al.*, 2016) para reduzir a dimensionalidade de *embeddings* e visualizar sua projeção em um plano. Os *embeddings* das palavras foram gerados através do modelo de linguagem BERTimbau (Souza; Nogueira; Lotufo, 2020) no tamanho Large (i.e., dimensões 1.024) e no formato cased (i.e., com caracteres maiúsculos e minúsculos). Cada texto foi submetido ao LM e os *embeddings* das palavras recuperados para gerar a projeção. A palavra “discorre” foi esco-

lhida como ponto focal, e a distância das 20 palavras vizinhas foram identificadas utilizando a similaridade do cosseno. Quanto maior o número, maior a distância do ponto focal, ou seja, menos relacionada a ela. Disponibilizamos na internet a projeção¹⁰ dos *embeddings* das palavras dos textos resumos preenchidos pelos LLMs para outras análises. Nesse link, é possível consultar outras palavras, ampliar a imagem da projeção, visualizar as palavras próximas utilizando diferentes medidas de distância (i.e., similaridade do cosseno e distância euclidiana) entre outras funcionalidades.

Imagem 4 – Projeção PCA dos *embeddings* das palavras dos textos preenchidos pelo LLM próximas a “discorre” utilizando o *Embedding Projector*



Fonte: elaboração própria.

A visualização sugere que as palavras mais próximas de “discorre” estão semanticamente relacionadas ao ato de falar, apresentar ou discutir um assunto. Isso é esperado, pois “discorre” é um verbo que se refere a expor ideias de forma extensa e detalhada. Percebe-se também que as predições para a palavra “discorre” dos LLMs (i.e., “relata”, “escreve” e “alerta”) aparecem entre as 20 palavras mais próximas e nessa ordem de distância. Desta forma demonstram um agrupamento semântico coerente, uma vez que isso coincide com nossa intuição de falantes do português brasileiro (i.e., “relatar” parece de fato mais próximo de “discorrer” do que “alertar”). Tal fato sugere que os *embeddings* do BERT e a medida de similaridade do cosseno foram eficazes em capturar as relações semânticas entre as palavras.

5 Conclusão e Trabalhos Futuros

Este estudo investigou a tarefa de preenchimento de lacunas de verbos *dicendi* em resumos, com o objetivo de avaliar a capacidade de LLMs em simular a produção humana de texto. Ao

¹⁰ https://projector.tensorflow.org/?config=https://raw.githubusercontent.com/osmarbraz/cohewl/main/projecao/token_sentenca/config_coheprbee_ptbr_token_sentenca.json

comparar as predições de LLMs com as de estudantes de Letras, buscamos identificar similaridades e diferenças nas escolhas lexicais e na coerência das respostas.

A metodologia proposta envolveu a criação de um corpus de resumos com lacunas, a partir da remoção de verbos *dicendi*. Posteriormente, esses resumos foram apresentados a alunos e LLMs para que fossem preenchidos. A análise dos resultados permitiu constatar que as escolhas de ambos, humanos e aplicações foram predominantemente adequadas ao contexto. No entanto, os LLMs superaram os informantes humanos na coerência e na diversidade lexical.

Os resultados discutidos sugerem que pode haver uma maior precisão na tarefa de preenchimento de lacunas com verbos *dicendi* por parte do LLMs do que por humanos, sobretudo quando se considera a coerência semântica global ou local. De algum modo, isso refuta a hipótese de que o conhecimento epilinguístico seria um diferencial em favor das escolhas humanas, tal como se indicou no início da pesquisa. Uma possível alegação seria o fato de que os humanos sugerem verbos menos frequentes ou esperados e isso estaria diretamente relacionado à capacidade epilinguística (e.g., “reiterar” e “frisar”. Além disso, o resultado também afasta uma possível desconfiança em relação aos LLMs quanto a sua capacidade criativa, em contextos de preenchimento de lacunas, como se indicou na discussão dos modelos. O que se viu é que cumpriram melhor as mesmas tarefas indicadas a humanos.

No mesmo contexto, também indicamos que os verbos *dicendi* poderiam ser um ponto importante para a discussão da coerência nos resumos. Acreditamos que os resultados reforçam tal fato e ressaltam a importância de investigações sobre esse tema, inclusive para tarefas humanas e automáticas referentes à correção do gênero resumo escolar. Nesse ponto é importante ressaltar que o trabalho do professor de Língua Portuguesa é justamente o de apontar caminhos para a proficiência de leitura e escrita, considerando todas as potencialidades e os contextos de leitura e produção. Os verbos *dicendi* são, certamente, uma ferramenta para esse processo, uma vez que estão diretamente relacionados com a coerência global e local no resumo.

Os resultados reforçam que os LLMs são capazes de gerar textos coerentes e contextualmente relevantes (Paes; Freitas, 2023). No contexto dos resumos, o presente trabalho sugere que eles podem ser uma ferramenta de apoio no estudo, análise e comparação de textos, tais como o resumo escolar. Nesse sentido, o trabalho reforça a ideia de que é preciso se investigar com maior afinco as possíveis intersecções entre os estudos da linguagem e os novos modelos de linguagem generativa, a fim de se entender os desafios e perspectivas que eles apresentam, inclusive no que diz respeito ao ensino (Paes; Freitas, 2023; Nunes, 2024; Fernandes, 2024). A análise dos *embeddings* de palavras, por sua vez, revela um agrupamento semântico coerente entre as palavras mais próximas (e.g., com o verbo “discorrer”), indicando que os modelos de linguagem são capazes de capturar relações semânticas entre as palavras. Tal fato reforça ainda mais as potencialidades de intersecção já referidas.

Embora este estudo tenha contribuído para o avanço da compreensão sobre a capacidade linguística humana em tarefas de predição, bem como dos LLMs em simular a produção humana de texto, algumas limitações devem ser consideradas. A primeira diz respeito à análise, que se concentrou em um tipo específico de lacuna (i.e., verbos *dicendi*), o que limita a generalização dos resultados para outros tipos de construções linguísticas. Outra limitação reside na natureza estática dos dados utilizados, o que não permite capturar a dinâmica da linguagem em situações de interação real. Por fim, a avaliação do desempenho dos modelos privilegiou métricas quantitativas, o que pode não capturar nuances qualitativas da produção textual, ainda que tenhamos indicado alguns pontos. Finalmente, não foi feita uma compara-

ção entre possíveis notas a serem atribuídas aos resumos a partir do preenchimento de lacunas, com o fito de garantir a relação entre a pertinência da escolha verbal e a nota obtida no texto.

Trabalhos futuros relacionados com o preenchimento coerente de lacunas com verbos *dicendi* e os resultados apresentados neste artigo incluem: i) comparar os resultados obtidos com diferentes tipos de textos (e.g., científicos, literários, jornalísticos) para verificar se a dificuldade em prever os verbos varia de acordo com o gênero textual; ii) utilizar técnicas de PLN para identificar padrões nas predições dos alunos e para avaliar a qualidade das substituições verbais; iii) ampliar a lacuna a fim de verificar outras nuances de coerência global e local, ainda com o pressuposto do conhecimento epilinguístico humano; e iv) comparar a atribuição de notas a resumos com as lacunas, realizada por humanos e LLMs.

Finalmente, trabalhos que adaptassem a metodologia aqui empregada para o teste de Cloze também poderiam trazer ótimos resultados. Abreu *et al.* (2017) mostram que alunos de fundamental e médio fazem escolhas coerentes com relação ao sintagma (i.e., sintática e semanticamente), mas sem observar o significado na frase. Além disso, é comum se comparar a performance em relação a diferentes contextos sintáticos. Isso poderia ser checado com graduandos, em um trabalho similar ao presente, com alguns juízes que analisassem essas escolhas, em comparação aos textos originais (i.e., no caso de resumos) ou mesmo de gêneros diferentes. Tais pontos nos parecem fundamentais para uma análise sobre a capacidade interpretativa de futuros docentes de Língua Portuguesa.

Agradecimentos

Este trabalho foi apoiado pela bolsa Universal do CNPq 2022, pela FAPESC sob o processo 2021TR1510, pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), pelo Projeto Print CAPES-UFSC Automação 4.0 e indiretamente pelo projeto Céos, financiado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), que tem contribuído significativamente para o aprimoramento do nosso Laboratório (LISA) e da infraestrutura de processamento de alto desempenho da UFSC. Um dos coautores obteve apoio da Fundação Araucária (PR) para realizar parte do trabalho. Agradecemos ainda aos estudantes que cederam os dados para a pesquisa e aos pareceristas, cujas observações foram fundamentais para sua versão final.

Contribuições dos autores

Osmar de Oliveira Braz Junior: Conceitualização, Metodologia, Validação, Análise formal, Investigação, Recursos, Curadoria de dados, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição, Visualização. Roberlei Alves Bertucci: Conceitualização, Metodologia, Validação, Análise formal, Investigação, Recursos, Curadoria dos Dados, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição. Renato Fileto: Conceitualização, Metodologia, Validação, Análise formal, Investigação, Recursos, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição, Visualização, Supervisão, Administração do projeto.

Referências

- ABONIZIO, H. *et al.* *Sabiá-3 Technical Report*. arXiv preprint arXiv:2410.12049, 2024. Disponível em: <<https://arxiv.org/pdf/2410.12049>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- ABREU, K. O teste de Cloze como instrumento de medida da proficiência em leitura: fatores linguísticos e não linguísticos. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 1767-1799, 2017. DOI: 10.17851/2237-2083.25.3.1767-1799.
- ANTHROPIC. *Introducing Claude 3.5 Sonnet*. [s.l.], 2024. Disponível em: <https://www.anthropic.com/news/claude-3-5-sonnet>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BICUDO, C.; HILA, C. O bom resumo em situação de vestibular. *Claraboia*, Jacarezinho, v. 2, n. 2, p. 102–114, 2015. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/229002452.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- BIRAL, J. *Operações recorrentes na produção de resumos*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24499>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- BRAGAGNOLLO, R. M. A produção textual do gênero resumo escolar. In: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (orgs.). *Gêneros textuais em contexto de vestibular*. Maringá: Eduem, 2017. p. 235-251.
- BRAZ JR, O. O.; FILETO, R. Investigando coerência em postagens de um fórum de dúvidas em ambiente virtual de aprendizagem com o BERT. In: *Simpósio Brasileiro Informática na Educação*. Online. Anais do XXXII Simpósio Brasileiro Informática na Educação: SBC, 2021. P. 749–759. DOI: 10.5753/sbie.2021.217397.
- BRAZ JR, O. O.; SANCHUKI, A.; BERTUCCI, R.; FILETO, R. Verbos Dicendi como Indicadores de Coerência em Resumos: uma análise humana e automatizada. *Linguamática*, Lisboa, v. 17, n. 1, p. 3-16, 2025. DOI: 10.21814/lm.17.1.461.
- BUSNELLO, R. H. D. *et al.* Passos e listas na investigação do priming ortográfico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 352–354, 2011. DOI: 10.1590/S0102-79722011000200017.
- CAMPOS, C. M.; RIBEIRO, J. Gêneros. In: COSTA, I. B; FOLTRAN, M. J. (orgs.). *A tessitura da escrita*. São Paulo: Contexto, 2013. p.23-44. ISBN: 978-85-7244-782-9.
- CHEN, B. *et al.* *Unleashing the potential of prompt engineering in Large Language Models: a comprehensive review*. arXiv preprint arXiv:2310.14735, 2023. Disponível em: <<https://arxiv.org/pdf/2310.14735>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- CLARK, H. H; GERRIG, R. J. Quotations as demonstrations. *Language*, Washington, v. 66, n. 4, p. 764–805, 1990. DOI: 10.2307/414729.
- COSTA, I.; SILVA, L. P. Coerência. In: COSTA, I. B; FOLTRAN, M. J. (orgs.). *A tessitura da escrita*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 64-81. ISBN: 978-85-7244-782-9.
- CULIOLI, A.; NORMAND, C. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris: Ophrys, 2005. p. 211-213. DOI: 10.4000/linx.479.

- CUNHA, N.; LIMA, T.; SANTOS, A.; OLIVEIRA, K. Teste de Cloze: evidência de validade por processo de resposta. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 24, p. 1-10, 2020. DOI: 10.1590/2175-35392020191537.
- DE BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. U. *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman, 1981. v. 1. DOI: 10.4324/9781315835839.
- FERNANDES, C. A autoria em textos produzidos por inteligência artificial e por alunos em uma perspectiva discursiva. *Revista da ABRALIN*, v. 23, n. 2, p. 214–235, 2024. DOI: 10.25189/rabralin.v23i2.2183.
- GEMINI TEAM *et al.* *Gemini: a family of highly capable multimodal models*. arXiv preprint arXiv:2312.11805, 2023. Disponível em: <<https://arxiv.org/pdf/2312.11805>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- GOMES, D. P. Coerência Textual: Analisando uma Produção de texto na Educação Básica. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 7, n. 1, p. 131–142, 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/download/1932/1337>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- GU, J. *et al.* *A systematic survey of prompt engineering on vision-language foundation models*. arXiv preprint arXiv:2307.12980, 2023. Disponível em: <<https://arxiv.org/pdf/2307.12980>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- KASNECI, E. *et al.* ChatGPT for good? On opportunities and challenges of large language models for education. *Learning and Individual Differences*, v. 103, p. 102274, 2023. DOI: 10.1016/j.lindif.2023.102274.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. 18. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021.
- LIU, P. *et al.* Pre-train, prompt, and predict: A systematic survey of prompting methods in natural language processing. *ACM Computing Surveys*, New York, v. 55, n. 9, p. 1–35, 2023. DOI: 10.1145/3560815.
- MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. O Resumo Escolar: Uma Proposta de Ensino de Gênero. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 8, n. 1, p. 89–101, jul. 2005. DOI: 10.5433/2237-4876.2005v8n1p89.
- MARTINS, M. A diversidade lexical na escrita de textos escolares. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 13, n. 1, p. 1068–1082, 2016. Disponível em: <<https://dial-net.unirioja.es/descarga/articulo/6125260.pdf>>.
- MARVIN, G. *et al.* Prompt Engineering in Large Language Models. In: *International conference on data intelligence and cognitive informatics*. Singapore: Springer, 2024, p. 387–402, DOI: 10.1007/978-981-99-7962-2_30.
- MEIRA, R. *et al.* A Analítica da Escrita para Identificação de Indicadores de Qualidade Textual. *Revista Novas Tecnologias na Educação*, v. 21, n. 2, p. 342–351, 2023. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/renote/article/download/137756/90942>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- NUNES, P. Escrever não é útil. *Revista da ABRALIN*, v. 23, n. 2, p. 192–213, 2024. DOI: 10.25189/rabralin.v23i2.2190.
- PAES, A.; FREITAS, C. ChatGPT, MariTalk e outros agentes de conversação. *Processamento de linguagem natural: conceitos, técnicas e aplicações em português*. São Carlos: BPLN, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/2d278e81-8e44-41ee-9788-26db07aa38cd/3165894.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- PAIOLA, P. H. *Sumarização abstrativa de textos em português utilizando aprendizado de máquina*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Estadual Paulista. São Paulo,

2022. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/43581702-4eco-4cba-8048-4bb418950b5a/content>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

RADFORD, A. *et al.* *Improving language understanding by generative pre-training*. [S.l.]: OpenAI, 2018. Disponível em: <<https://hayate-lab.com/wp-content/uploads/2023/05/43372bfa750340059ad87a-c8e538c53b.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

RASSI, A. P.; LOPES, P. A. Capítulo 19 Correção automática de redação. In: CASELI, H.; NUNES, M. (orgs.). *Processamento de Linguagem Natural: conceitos, técnicas e aplicações em Português*. BPLN, 2023. Disponível em: <<https://brasileiraspln.com/livro-pln/1a-edicao/parte8/cap19/cap19.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SMILKOV, D. *et al.* Embedding projector: Interactive visualization and interpretation of embeddings. *CoRR*, abs/1611.05469, 2016. Disponível em: <<http://arxiv.org/abs/1611.05469>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SOTO, M.; AUGUSTO, M. R. A.; ABEND, M. C. Processamento de orações relativas de objeto direto com pronomes resumptivos: o caso do Português Brasileiro e o efeito de lacuna preenchida. *Veredas-Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/40741/26857>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SOUZA, C. M. *Proposta de uma abordagem para sumarização extrativa de textos científicos longos*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/51324/1/Cinthia%20Mikaela%20de%20Souza_final%20%281%29.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SOUZA, F.; NOGUEIRA, R.; LOTUFO, R. BERTimbau: Pretrained BERT Models for Brazilian Portuguese. In: *Brazilian Conference on Intelligent Systems*. Rio Grande, Brazil, 2020. P. 403–417. DOI: 10.1007/978-3-030-61377-8_28.

SOUZA, R. Modelo de estrutura retórica para leitura e escrita de resumo escolar no ensino médio técnico. pt, en. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 33, p. 911–943, set. 2017. DOI: 10.1590/0102-445046525302137346.

TAYLOR, W. L. Recent developments in the use of “Cloze Procedure”. *Journalism Quarterly*, v. 33, n. 1, p. 42–48, 1956. DOI: 10.1177/107769905603300106.

TOUVRON, H.; LAVRIL, T. *et al.* LLaMA: Open and efficient foundation language models. arXiv preprint arXiv:2302.13971, 2023. Disponível em: <<https://arxiv.org/pdf/2302.13971>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

TOUVRON, H.; MARTIN, L. *et al.* LLaMA 2: Open foundation and fine-tuned chat models. arXiv preprint arXiv:2307.09288, 2023. Disponível em: <<https://arxiv.org/pdf/2307.09288>>. Acesso em: 02 dez. 2024.

WANG, Y.; GUO, M. A short analysis of discourse coherence. *Journal of Language Teaching and Research*, Citeseer, v. 5, n. 2, p. 460–465, 2014. DOI: 10.4304/jltr.5.2.460-465.

Análise e descrição do padrão entoacional de interrogativas *qu-in-situ* no português brasileiro

Analysis and description of the intonational pattern of wh-in-situ questions in Brazilian Portuguese

Daniel Nepomuceno Coutinho

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
dncout@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0002-2270-4418>

Luciana Lucente

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
lucente@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0001-6325-0531>

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar e descrever formalmente o padrão entoacional de interrogativas *qu-in-situ* neutras na variedade do português falada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os dados analisados foram obtidos por meio da gravação em estúdio de 12 indivíduos naturais e residentes da cidade, que leram um roteiro contendo sentenças interrogativas *qu-in-situ* em diferentes contextos discursivo-pragmáticos favorecedores da ocorrência da estrutura, com base em Oushiro (2011). A notação entoacional dos dados foi feita de acordo com o sistema DaTo de notação (Lucente, 2008, 2012, 2022) no software Praat (Boersma; Weenink, 2022). Foram realizadas análises quantitativas dos valores de f_0 na linguagem R (R Core Team, 2023). Os resultados dos dados analisados indicam que as interrogativas *qu-in-situ* apresentam predominantemente um padrão de subida gradual de f_0 seguido de um movimento descendente na sílaba tônica do constituinte interrogativo. Conclui-se ainda que os valores médios de f_0 foram menores em perguntas sinceras, isto é, para as quais se espera como resposta uma informação nova, com conjunto de respostas fechado dado na sentença anterior, o que parece estar relacionado com um maior grau de ativação do *common ground* e uma menor necessidade de proeminência entoacional.

Palavras-chave: Interrogativas *qu-in-situ*; entoação; sistema DaTo.

Abstract: The goal of this study is to analyze and formally describe the intonational pattern of neutral *wh-in-situ* questions in the variety of Portuguese spoken in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. The data



analyzed were obtained through studio recording of 12 individuals, born and residing in the city, who read a script containing *wh-in-situ* interrogative sentences in different discursive-pragmatic contexts that favor the occurrence of the structure, based on Oushiro (2011). The intonational annotation was made according to the DaTo system (Lucente, 2008, 2012, 2022) in the software Praat (Boersma; Weenink, 2022). Statistical analyses of f_0 values were also carried out, with the help of the R language (R Core Team, 2023). The results indicate that the *wh-in-situ* questions predominantly present, in the collected data, a pattern of gradual increase in f_0 followed by a descending movement in the stressed syllable of the *wh*-word. It is also concluded that the range of variation of the average f_0 values was smaller in sincere questions, that is, questions for which new information is expected as an answer, with a closed set of answers given in the previous sentence, which seems to be related to a greater degree of activation of the common ground and a lesser need for intonational prominence.

Keywords: Wh-in-situ questions; intonation; DaTo system.

1 Introdução

As interrogativas-Q, também chamadas de interrogativas parciais ou de constituinte, são os enunciados interrogativos em que há a presença de um constituinte interrogativo, ou elemento-qu – *quem, quando, onde, por que* etc. Essas interrogativas podem ser neutras, ou seja, aquelas para as quais uma informação totalmente nova é esperada como resposta, ou não -neutras, que são aquelas que possuem uma resposta esperada, como a confirmação de uma informação dita anteriormente (Mateus *et al.*, 2003, p. 463).

A estrutura sintática das interrogativas-Q apresenta considerável variação na língua portuguesa. Segundo Mito e Kato (2005, p. 171), “[e]studos comparativos recentes têm mostrado que as sentenças providas de expressões interrogativas (Q) constituem uma área de contraste substancial entre o Português brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE), tanto quantitativa quanto qualitativamente”.

Sentenças interrogativas *qu-in-situ* são aquelas em que o constituinte interrogativo ocorre na periferia direita da sentença. Embora sejam registradas tanto no PB quanto no português europeu (PE), são utilizadas com funções diferentes nas duas variedades. No PE, elas são utilizadas apenas como perguntas-eco, i.e. perguntas que têm a função de confirmar uma

informação já dada, como em (1). De acordo com Miotto e Kato (2005, p. 175), com essa função, as interrogativas *qu-in-situ* têm entoação ascendente.

(1) A: A Camila voltou de carona ontem.

B: A Camila voltou como?

A: De carona.

Contudo, no PB, além da função de perguntas-eco, as interrogativas *qu-in-situ* são utilizadas também como perguntas neutras, com entoação descendente (Miotto; Kato, 2005, p. 175), como em (2).

(2) A: O metrô estava de greve hoje.

B: A Camila voltou como?

A: De carona.

A título de exemplo, Lessa de Oliveira (2005, p. 412 *apud* Oushiro, 2011, p. 6) afirma que as interrogativas-Q com o constituinte interrogativo *in situ* são as que ocorrem com mais frequência no falar da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia. Não se encontram, no entanto, muitas descrições formais do padrão entoacional desse tipo de enunciado na literatura. Advém daí o interesse de considerar também essa estrutura no estudo da entoação de enunciados interrogativos, interesse que motiva a presente pesquisa, cujo objetivo é descrever o contorno entoacional de interrogativas *qu-in-situ* neutras, uma das variantes das chamadas interrogativas-Q (Miotto; Kato, 2005; Oushiro, 2011), no português brasileiro (PB), com base no sistema DaTo de notação entoacional (Lucente, 2008, 2012, 2022).

Os estudos a respeito da entoação de enunciados interrogativos-Q no PB são ainda escassos se comparados com a vasta bibliografia referente aos enunciados declarativos e interrogativos totais, que são aquelas que esperam “sim/não” como resposta (Miranda, 2019, p. 87). Além do mais, o que se conhece formalmente sobre esse tema diz respeito apenas às interrogativas com constituinte na periferia esquerda da sentença (Rosignoli, 2017; Frota *et al.*, 2015), estrutura mais usual no português. Nesse sentido, as hipóteses que guiaram este trabalho são:

- a) a de que a posição *in situ* do constituinte interrogativo, menos convencional em interrogativas-Q neutras no PB, é responsável por uma reorganização do padrão entoacional desses enunciados. Os dois tipos de interrogativas-Q mencionados, ambos descritos na literatura como tendo um padrão descendente, possuem contornos entoacionais bastante distintos entre si (Miotto; Kato, 2005; Moraes, 1998);
- b) a de que contextos favorecedores da interrogativa *qu-in-situ*, com base em Oushiro (2011), apresentam menor variação de f_0 , pois essas seriam perguntas mais naturais ou esperadas, partindo da premissa de que o contexto discursivo-pragmático influencia tanto nos contornos entoacionais realizados, quanto nos valores médios de frequência fundamental (f_0), medida fonética associada à entoação.

O conjunto de dados analisados foi obtido por meio de gravações em estúdio com 12 participantes, falantes da variedade de Belo Horizonte, Minas Gerais, que leram um roteiro

com uma série de pequenos diálogos e textos contendo interrogativas *qu-in-situ*, com formas sintáticas e em contextos discursivo-pragmáticos favorecedores do uso dessa estrutura.

Este artigo se organiza da seguinte forma: na seção 2, é apresentada uma revisão bibliográfica relativa às sentenças interrogativas-Q, especialmente à interrogativa *qu-in-situ*, bem como ao estudo da entoação e à análise e notação de contornos entoacionais. A seção 3 trata dos procedimentos metodológicos adotados: a elaboração do roteiro de leitura, a gravação dos participantes, a notação entoacional dos enunciados e as análises estatísticas executadas. Na seção 4, os resultados obtidos são elencados e discutidos. É feita uma análise do padrão entoacional geral das interrogativas *qu-in-situ*, bem como dos valores médios de f_0 por gênero e contexto discursivo-pragmático. Por fim, na seção 5, são tecidas as conclusões do trabalho, à luz do referencial teórico adotado e das hipóteses inicialmente estabelecidas.

2 Revisão bibliográfica

2.1 Prosódia e entoação

Prosódia é o termo que reúne as propriedades suprasegmentais da fala – ritmo, entoação, acento, qualidade da voz, entre outras características que não dizem respeito ao componente segmental da fala. Tais propriedades são importantes na análise linguística, pois exercem funções específicas na língua. As propriedades prosódicas de uma língua são provavelmente as primeiras características fonéticas adquiridas por uma criança, mas também são as últimas a serem perdidas, seja por meio de afasia ou durante a aquisição de outra língua ou dialeto (Hirst; Di Cristo, 1998, p. 2), e seu estudo pode ser praticado em três níveis: produção, acústica e percepção (Oliveira Jr, 2022, p. 8).

A entoação, por sua vez, refere-se às “modulações melódicas da fala que vão desempenhar uma série de funções num nível superior ao da palavra” (Moraes; Rilliard, 2022, p. 45). Em termos acústicos, pode ser definida como a “alternância dos valores altos e baixos da frequência fundamental (f_0) ao longo da cadeia da fala” (Lucente, 2022).

A f_0 , por sua vez, é a frequência produzida pela vibração das pregas vocais, causada pela passagem de ar com pressão através da glote (Lucente, 2022, p. 29). O controle da tensão nas pregas vocais permite a variação melódica ao longo dos enunciados, que em termos de percepção é chamada de *pitch*. A diferença perceptual entre *pitchs* graves e agudos, ou altos e baixos, é utilizada linguisticamente no estabelecimento de modalidades distintas de enunciados e tipos de ênfase, dentre outras funções comunicativas.

Apesar de a entoação ser um fenômeno universal das línguas naturais, suas características formais específicas variam consideravelmente entre elas. Estudos mostram que falantes são capazes de distinguir línguas apenas pela sua entoação (Hirst; Di Cristo, 1998, p. 2). Por esse motivo, a investigação dos padrões entoacionais das diferentes línguas, e até mesmo das variedades dentro de uma mesma língua, é fundamental em sua análise e descrição.

Diversos trabalhos já se dedicaram a descrever os contornos entoacionais de modalidades de enunciados do português, sobretudo a oposição entre enunciados declarativos e interrogativos totais (perguntas sim/não). Destaca-se, por exemplo, o trabalho de Moraes (1998), que oferece um panorama prosódico do PB, estabelecendo distinções entre enuncia-

dos declarativos, interrogativos totais e interrogativos-Q, atos ilocutórios, tais como pedidos, comandos e sugestões, bem como a marcação de tópico e foco e a organização textual.

O estabelecimento dos padrões entoacionais modais também é essencial no estudo da variação prosódica dialetal (Cruz, 2022, p. 115). O projeto InAPoP (*Interactive Atlas of Portuguese Prosody*) (Frota *et al.*, 2015) tem como objeto de pesquisa a variação entoacional entre as diversas variedades do português, tanto do português europeu (PE) quanto do PB. Ressalta-se aqui o trabalho de Castelo e Frota (2016), no âmbito desse projeto, que se dedicou à distinção entre enunciados declarativos e interrogativos totais em dados coletados em sete estados brasileiros: Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

2.2 Notação entoacional

A partir da observação das propriedades fonológicas da entoação, surgiu a necessidade de representar formalmente os fenômenos entoacionais, por meio de um sistema de notação que traduzisse a função opositiva dos contornos entoacionais. O sistema de notação entoacional utilizado na análise dos dados deste estudo foi o sistema DaTo (Lucente, 2008, 2012, 2022).

O sistema DaTo (acrônimo de *Dynamic Tones*) foi proposto com o intuito de permitir uma análise dinâmica dos fenômenos entoacionais do PB. Nesse sistema trabalha-se com o conceito de contornos dinâmicos, que são “movimentos contínuos de f_0 , que percorrem a transição de um ponto a outro na curva entoacional até atingir o seu alvo” (Lucente, 2012), e podem ser ascendentes, descendentes ou níveis de fronteira, sendo compostos pelos rótulos H (*high*) e L (*low*).

Diferentemente da perspectiva da Fonologia MA (Liberman, 1975; Bruce, 1977; Pierrehumbert, 1980; Ladd, 1996) e do popular sistema ToBI (Silverman *et al.*, 1992; Beckman; Hirschberg, 1994; Pitrelli *et al.*, 1994), os contornos entoacionais no sistema DaTo não são uma sequência ou uma soma de tons altos e baixos, apesar de utilizar L e H como rótulos. No sistema, os rótulos representam os próprios movimentos da curva de f_0 em direção a um alvo, ocasionando a percepção de proeminências. Esses movimentos podem ter seu alvo alinhado com a vogal tônica ou podem ser atrasados, com a vogal tônica totalmente alinhada com o movimento de subida ou de descida de f_0 . Tal atraso é representado pelo diacrítico “>” (Lucente, 2022). Por exemplo, o rótulo HL representa um contorno descendente, com a vogal tônica alinhada à parte mais baixa da curva. Já o rótulo >HL, que também simboliza um contorno descendente, indica que o movimento de descida da curva está alinhado à vogal tônica, e que a posição mais baixa ocorre na sílaba pós-tônica.

Além da determinação dos contornos dinâmicos, no sistema Dato, são utilizadas ainda pelo menos outras duas camadas de notação, a saber: a) a segmentação automática dos enunciados em unidades V-V (vogal a vogal); b) a transcrição ortográfica. Podem ser apresentadas ainda outras três camadas, de acordo com a necessidade: a) detecção automática de grupos acentuais (unidades rítmicas delimitadas por dois acentos frasais); b) informação pragmática; c) segmentação em unidades discursivas.

As unidades V-V são uma forma de segmentação fonética que agrupa os segmentos que ocorrem do início de uma vogal até o início da próxima vogal, dinamizando o processo de transcrição, devido ao fato de que as transições entre consoante e vogal permitem uma melhor observação dos fenômenos associados ao ritmo. Além disso, possuem uma estabili-

dade duracional maior do que a das sílabas, o que facilita também a detecção automática de grupos acentuais (Barbosa, 2006).

A transcrição fonética é feita com o modelo Ortofon (Albano *et al.*, 1999), que utiliza combinações de letras do alfabeto para representar os segmentos da fala. Sua vantagem em relação ao IPA é a possibilidade de tratamento computacional, uma vez que os símbolos alfabéticos e numéricos são reconhecidos por programas de síntese de fala e *scripts* do software Praat, por exemplo (Lucente, 2022).

Como exemplo, em (3), apresenta-se um mesmo enunciado representado ortograficamente, transcrito segundo o IPA e segmentado em sílabas e transcrito segundo o Ortofon com segmentação em unidades V-V. Os símbolos entre parênteses indicam a produção ou não do ditongo em ‘formou’.

(3) Ortográfica: A Marina formou quando?

IPA, em sílabas: a ma ri ne foɦ mo(w) kʷãn dʊ

Ortofon, em unidades V-V: am aR in Af oRm o(U)k UaNd U

O sistema DaTo utiliza os seguintes rótulos para marcação dos contornos dinâmicos (Lucente, 2022):

- a) LH (*rising*): contorno ascendente, com pico (H) alinhado à vogal tônica.
- b) >LH (*late rising*): contorno ascendente, com tônica alinhada à subida da f_0 , e pico alinhado à sílaba postônica.
- c) vLH (*compressed rising*): contorno ascendente, com posição baixa (L) formando um vale alinhado à vogal tônica.
- d) HLH (*falling-rising*): contorno ascendente com dois picos na mesma palavra: o primeiro alinhado à primeira sílaba da palavra e o segundo pico com a vogal tônica alinhada à subida da f_0 , como em >LH.
- e) HL (*falling*): contorno descendente, com posição baixa da f_0 alinhada à vogal tônica.
- f) >HL (*late falling*): contorno descendente, com vogal tônica alinhada ao movimento de descida da curva de f_0 e posição baixa alinhada à sílaba postônica.
- g) LHL (*rising-falling*): contorno descendente prolongado, *downstep*.
- h) Níveis de fronteira: H (alto) e L (baixo).

2.3 As interrogativas-Q na perspectiva semântico-pragmática

As interrogativas-Q, ou interrogativas de constituinte, são aquelas que contêm um constituinte interrogativo: “(o) *que*, *que* + NP, *qual(-is)*, *qual(-is)* + NP, *quanto(-a, -os, -as)*, *quanto(-a, -os, -as)* + NP, *quem*, *como*, *quando*, *onde* e *por que*” (Oushiro, 2011, p. 51).

Na perspectiva da semântica formal, o significado de uma sentença declarativa pode ser definido como suas condições de verdade, isto é, as condições necessárias e suficientes para que ela seja verdadeira (Ferreira, 2019, p. 2). No entanto, o significado das sentenças interrogativas não pode ser descrito de tal forma, pois elas não possuem valor de verdade, isto é, não podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas no mundo. Logo, o significado de

uma pergunta pode ser definido como o conjunto de todas as respostas possíveis para ela. Tomemos como exemplo a interrogativa-Q em (4).

(4) Q_i = “Como o Danilo voltou para casa?”

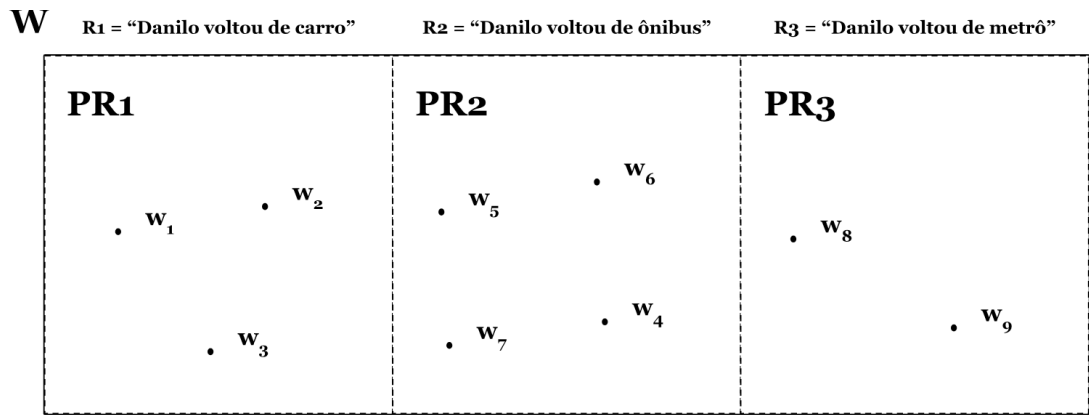
Um conjunto de respostas possíveis para (4) encontra-se representado em (5) a seguir.

(5) $[[Q_i]] = \{R_1 = \text{“Danilo voltou de carro”}, R_2 = \text{“Danilo voltou de ônibus”}, R_3 = \text{“Danilo voltou de metrô”}\}$

Aqui, faz-se necessário introduzir o conceito de *mundos possíveis*, que é o conjunto composto pelo mundo real e todos os possíveis cenários em alternativa a ele, desde que obedçam às leis da lógica (Ferreira, 2022, p. 74-75). Para a semântica de mundos possíveis, o significado de uma sentença é definido não como suas condições de verdade no mundo real, mas como uma proposição, que é o subconjunto do conjunto de todos os mundos possíveis em que a sentença é verdadeira.

Na dinâmica interrogativa, o que a pergunta Q_i ocasiona é a partição do conjunto W de todos os mundos possíveis, em três subconjuntos: um subconjunto PR_1 , contendo todos os mundos em que é verdadeiro que Danilo voltou de carro, um subconjunto PR_2 , com todos os mundos em que é verdadeiro que ele voltou de ônibus, e um subconjunto PR_3 , com todos os mundos em que é verdadeiro que ele voltou de metrô, tal como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Representação de mundos possíveis da sentença interrogativa Q_1 = “Como Danilo voltou para casa?”



Fonte: elaboração própria.
 Legenda: W é o conjunto de todos os mundos possíveis e as partições PR_1 , PR_2 e PR_3 representam três possibilidades de resposta

Do ponto de vista pragmático da interrogativa, uma resposta à pergunta, por exemplo, R_2 = “Danilo voltou de ônibus”, seleciona uma das partições, que nesse caso é PR_2 , e elimina as demais. A função cumprida por perguntas é a de uma potencial atualização do fundo comum (*common ground*), que é o conjunto de todas as informações tomadas como compartilhadas pelos participantes no contexto da conversação (Ferreira, 2023, p. 107). Isso significa que quem profere uma pergunta como Q_i deseja obter uma informação nova do seu interlocutor, informação que passa a fazer parte do fundo comum por ocasião da resposta.

Sabe-se ainda que o falante toma determinadas informações como verdadeiras e compartilhadas entre os interlocutores ao fazer uma pergunta. Esse tipo de informação é chamado de *pressuposição do falante*, que segundo Stalnaker (2002, p. 701 *apud* Oushiro, 2011, p. 55) é aquilo que é assumido pelo falante como dado, como fundo comum entre participantes no processo de conversação. No caso de (4), o falante pressupõe que Danilo voltou para casa, e que voltou de determinada forma. O conceito de pressuposição do falante é essencial no estudo de Oushiro (2011) sobre a variação sintática das interrogativas-Q, que será apresentado a seguir.

2.4 A ocorrência das interrogativas *qu-in-situ* no PB

Em seu estudo sociolinguístico a respeito das interrogativas-Q no português paulistano, Oushiro (2011) constata a existência de quatro estruturas que variam entre si, baseada no conceito de pressuposição do falante como critério de equivalência semântica entre as variantes, buscando estabelecer se há variação entre estruturas semanticamente equivalentes, e quais os fatores linguísticos e extralinguísticos envolvidos nesse processo. Por exemplo, se um falante faz a pergunta (6) de maneira sincera, ou seja, desejando obter uma informação nova, a pressuposição que faz é: “estuda-se algo nesse curso”.

(6) O que se estuda nesse curso?

Contudo, a mesma interrogativa pode ser usada da forma exposta em (7). Nesse caso, sua função não é obter informação nova, mas apenas estruturar o discurso do falante.

(7) O que se estuda nesse curso? Prosódia, entoação, entre outras coisas.

De toda forma, a pressuposição do falante – de que se estuda algo no curso – permanece a mesma. Por esse motivo, no estudo de Oushiro, perguntas estruturadoras do discurso foram consideradas como semanticamente equivalentes a perguntas sinceras.

Em contrapartida, veja-se o exemplo (8), extraído de Oushiro (2011, p. 54):

(8) “Marina: sabe aquela adolescente que não sabe o que fala... depois se arrepende? falei... ‘onde cê vai arrumar um namorado?’”

Diferentemente da pressuposição sintática desencadeada pelo constituinte interrogativo *onde*, de que a pessoa a quem Marina se refere arranjará um namorado *em algum lugar*, entende-se que, na verdade, a falante pressupõe que ela não encontrará um namorado *em lugar nenhum*. Logo, ocorrências como essas não são equivalentes a perguntas sinceras.

As quatro estruturas em variação nos dados analisados são:

- a) Interrogativa *qu*: Onde você mora?
- b) Interrogativa *qu-que*: Onde que você mora?
- c) Interrogativa *qu-é-que*: Onde é que você mora?
- d) Interrogativa *qu-in-situ*: Você mora onde?

A autora agrupa as interrogativas *qu*, aquelas em que o constituinte interrogativo ocorre na periferia esquerda da sentença, prototípicas no português, com as interrogativas *qu-in-situ*, em um envelope de variação que chama de “posição do constituinte interrogativo” (Oushiro, 2011, p. 67). Nesse envelope, determinados fatores linguísticos e extralinguísticos favorecem de maneira mais significativa o emprego de interrogativas *qu-in-situ*, como a função sintática exercida pelo constituinte interrogativo, a espontaneidade da pergunta, qual o constituinte interrogativo utilizado, dentre outros, dispostos no Quadro 1.

Dentre os fatores linguísticos favorecedores dessa estrutura, destacam-se a função de adjunto adverbial ou objeto indireto e a presença dos constituintes interrogativos *o que* e *quem*. Fatores discursivo-pragmáticos correlacionados à ocorrência das interrogativas *qu-in-situ* são a espontaneidade da pergunta, a sinceridade da pergunta, o conjunto de respostas possíveis, o grau de ativação do fundo comum, entre outros.

Quadro 1 – Grupos de fatores correlacionados ao emprego de interrogativas *qu-in-situ*

Grupo de fatores	Range	Natureza ^a	Fatores que favorecem <i>qu-in-situ</i>
Função sintática ^b	77	M	adjuntos adverbiais e objetos indiretos
Espontaneidade da pergunta	58	E/DP	perguntas de dados pessoais e espontâneas
Constituinte interrogativo ^c	56	M	o que / quem
“Sinceridade” e Sexo/gênero	47	DP/E	perg. estr. discurso(M/F), perg. sinceras(M), perg. retóricas(F)
Conjunto de respostas	38	DP	perguntas ‘fechadas’
Tipo de verbo	27	M	transitivo indireto e intransitivo
Grau de ativação do fundo comum	25	DP	pressuposição ou referente ativado na 1ª ou 2ª sentença anterior
Sinceridade pragmática da pergunta	23	DP	perguntas de estruturação do discurso
Número de palavras ^d	21	P	sentenças curtas
Ocorre outro elemento...?	19	DP	presença de tópico/oração subordinada
Grau de relação doc-inf	18	E	graus mais distantes
Faixa etária	17	E	3ª e 1ª faixa etária
Número de palavras ^e	12	P	sentenças curtas

^a M – morfossintática; E – extralinguística; DP – discursivo-pragmática; P – prosódica. ^b Sem interação com Constituinte interrogativo.

^c Sem interação com Função sintática. ^d Número de palavras como variável dependente. ^e Número de palavras como variável independente.

Fonte: Oushiro (2011, p. 115).

Dentre todas as ocorrências de interrogativas-Q no corpus de entrevistas sociolinguísticas realizadas, que somam 1648, um total de 227 ocorrências (13,8%) possui o constituinte interrogativo na posição pós-verbal (*qu-in-situ*). No entanto, essa posição do constituinte não é permitida em orações encaixadas, sem o complementizador *que* (Oushiro, 2011, p. 58-59), como em (9):

(9) Você sabe [como o Danilo voltou]?

*Você sabe [o Danilo voltou como]?

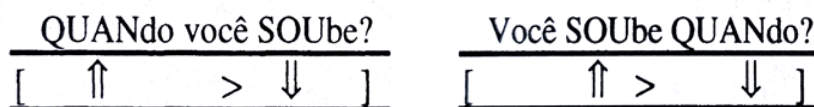
Logo, levando em consideração apenas orações principais e encaixadas com complementizador, tem-se um total de 999 ocorrências, das quais as 227 ocorrências de *qu-in-situ* representam uma porcentagem maior (22,7%). Ainda assim, conclui-se que as interrogativas *qu-in-situ* ocorrem com menor frequência, em contextos mais restritos dos que as interrogativas com constituinte pré-verbal.

2.5 Estudos sobre entoação das interrogativas-Q no PB

A literatura sobre padrões entoacionais de interrogativas-Q no PB é escassa se comparada àquela que diz respeito às declarativas e interrogativas totais. A respeito destas, Castelo e Frota (2015) concluem que há um comportamento entoacional equilibrado, e a existência de mais semelhanças do que diferenças entre as variedades do PB, sendo estas: (1) o contorno $H+L^*$ $L\%$ nas declarativas é comum a todas as variedades; (2) a associação tom L^* ao núcleo das interrogativas também é comum a todas as variedades, sendo especificado como um tom monotonal L^* ou bitonal L^*+H (Castelo; Frota, 2015, p. 128).

Moraes (1998) caracteriza as interrogativas-Q (*wh-questions*) do PB, quando iniciadas pelo constituinte interrogativo, como possuidoras de um padrão de f_0 ascendente no constituinte. Quando este se encontra ao final de um enunciado, constata-se uma subida na f_0 na sílaba tônica anterior ao constituinte, seguida de uma queda no próprio constituinte, como é possível visualizar na Figura 2.

Figura 2 – Diferença de padrões entoacionais entre interrogativas-Q com o constituinte interrogativo no início ou no fim do enunciado, segundo Moraes (1998)



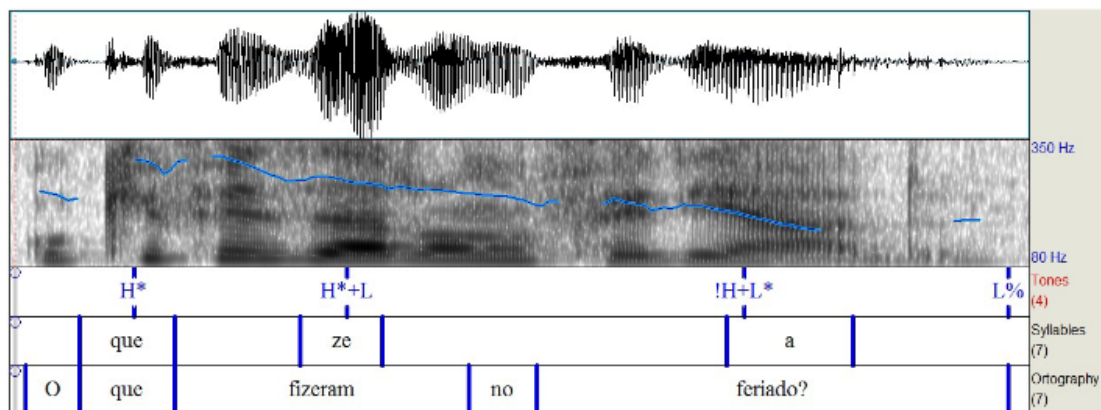
Fonte: Moraes (1998, p. 186-187).

Frota e Moraes (2016), baseados em dados da variedade falada no Rio de Janeiro, afirmam que as interrogativas-Q que contêm o constituinte interrogativo no início da sentença são caracterizadas por um pico de f_0 no constituinte e uma queda gradual da curva de f_0 até a última sílaba tônica.

Segundo Frota *et al.* (2015, p. 265), as interrogativas-Q neutras são caracterizadas pelo contorno nuclear descendente $H+L^*$, bem como pelo tom de fronteira baixo $L\%$, segundo notação do sistema ToBI, em todas as variedades do PB analisadas, a saber, as de Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Rio Grande do Sul. Um tom de fronteira alto $H\%$ também pode ser registrado, o que, de acordo com os autores, adicionaria polidez à questão.

Rosignoli (2017, p. 47-48), ao analisar dados de fala controlada de informantes paulistas, observa que predominam nas interrogativas-Q em geral os contornos nucleares ascendentes (63%), mas que contornos nucleares descendentes e baixos também ocorrem em menor porcentagem. Quando consideradas apenas as interrogativas-Q neutras, há uma leve predominância de contornos nucleares descendentes (39%), como o representado na Figura 3, cuja frequência é bastante próxima da de contornos ascendentes (35%). Com relação ao elemento-qu, a autora registra “a associação de evento tonal H ou $L+H$ a 100% das sentenças interrogativas parciais analisadas” (Rosignoli, 2017, p. 50).

Figura 3 – Exemplo de interrogativa-Q neutra de busca de informação, anotada segundo o sistema ToBi, com contorno entoacional descendente



Fonte: Rosignoli (2016, p. 49).

No seção seguinte, serão descritos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, referentes à criação do roteiro de leitura contendo as interrogativas *qu-in-situ*, à obtenção dos dados em estúdio, aos procedimentos de notação entoacional DaTo e à análise das medidas acústicas extraídas dos enunciados.

3 Metodologia

3.1 Produção do roteiro de leitura

Para obtenção dos dados de fala do estudo, foi criado um roteiro de leitura, que consiste em uma série de pequenos diálogos e textos contendo sentenças interrogativas *qu-in-situ*. Buscou-se criar sentenças e contextos discursivo-pragmáticos sabidamente favorecedores dessa estrutura com base em Oushiro (2011), visando estabelecer que as interrogativas em questão fossem lidas como neutras, e não como perguntas-eco.

A respeito dos contextos discursivo-pragmáticos, decidiu-se por testar principalmente perguntas sinceras e perguntas estruturadoras do discurso. A sinceridade das perguntas diz respeito aqui ao contexto dos diálogos, em que se procurou deixar claro que quem as proferia queria de fato obter uma informação nova, e não à intenção do participante em si, visto que este estava lendo um roteiro com sentenças pré-estabelecidas.

Foram estabelecidos, assim, quatro contextos, a saber:

- a) Contexto A: perguntas sinceras, com conjunto de respostas fechado, dado logo após a pergunta (ex.: “O Danilo voltou como? De Uber ou de carona?”);
- b) Contexto B: perguntas sinceras, com conjunto de respostas fechado, dado logo antes da pergunta (ex.: “Só dava pra voltar de Uber ou de carona”);
- c) Contexto C: perguntas sinceras, com conjunto de respostas aberto, como em (14);
- d) Contexto D: perguntas estruturadoras do discurso, como em (15).

Nos contextos A e B, estabeleceu-se um conjunto de respostas fechado, que é um fator que também favorece o emprego das interrogativas *qu-in-situ*, segundo Oushiro (2011). Já no contexto C, optou-se por um conjunto de respostas aberto, com o intuito de observar alguma variação correspondente. Nos contextos A, B e C, foram testadas três sentenças interrogativas diferentes, apresentadas em (10), enquanto que no contexto D, foram testadas quatro, listadas em (12). A inclusão de uma sentença a mais no último conjunto deu-se por sua especificidade, dado que era o único com perguntas não sinceras.

Sintaticamente, buscou-se elaborar sentenças curtas, com sujeito simples, verbo e constituinte interrogativo, na função de objeto ou adjunto adverbial. As sentenças nos contextos A, B e C seguiram a estrutura mostrada em (10):

(10) O/A Danilo/Marina/Camila formou quando?

O/A Danilo/Marina/Camila voltou como?

O/A Danilo/Marina/Camila votou em quem?

Os nomes próprios utilizados foram escolhidos por ter uma sequência de segmentos soantes, de forma a evitar interrupções ou influências indesejadas na curva de f_0 . O mesmo não foi alcançado para os verbos, que foram escolhidos com base nos constituintes interrogativos a ser testados e nos contextos discursivo-pragmáticos que se desejava criar, nem para os constituintes em si, já que praticamente todos contêm a consoante oclusiva velar desvozeada [k]¹. É pertinente destacar que o verbo ‘formar-se’ foi utilizado sem o clítico ‘-se’ (‘formar’) pelo fato de que esse é o tipo de uso mais recorrente em contextos orais por falantes do estado de Minas Gerais (Lenharo, 2017, p. 354).

Foi garantido também que as sílabas tônicas estivessem na mesma posição em todas as sentenças. As unidades V-V, com as tônicas destacadas, podem ser visualizadas em (11) a seguir:

(11) ud - an - il - Uf - oRm - ok - UaNd - U

am - aR - in - Av - oUt - ok - om - U

ak - am - il - Av - ot - oINk - eN

Para o contexto D, foi necessário criar sentenças *qu-in-situ* diferentes, pois a tentativa de elaborar textos em que as sentenças que já haviam sido criadas fossem usadas como perguntas estruturadoras do discurso se mostrou improdutivo. Logo, estabeleceram-se as quatro sentenças em (12).

(12) O Danilo passou como?

A Marina contou o quê?

O Danilo propôs o quê?

A Camila sabia o quê?

¹ A produção de uma consoante desvozeada pode ocasionar uma tensão maior das cordas vocais, que geralmente permanece durante a vibração da vogal seguinte. Isso pode fazer com que os valores de f_0 da vogal sejam mais altos do que quando precedidas de consoantes vozeadas (Gussenhoven, 2004, p.7).

A transcrição e segmentação em unidades V-V dessas sentenças pode ser vista em (13). Ressalta-se que as sílabas tônicas também se alinham, exceto para o constituinte interrogativo na terceira sentença.

- (13) ud - an - il - Up - as - ok - om - U
 am - aR - in - Ak - oNt - oUk - e
 ud - an - il - UpR - op - os - uk - e
 ak - am - il - As - ab - iUk - e

Posteriormente, o roteiro de leitura foi disposto em slides, em que primeiro exibiu-se um breve contexto do diálogo em um slide, e o diálogo/texto no slide seguinte. Para os contextos A, B e C, foram criados diálogos com três falas, em que a segunda era a sentença-alvo, como no exemplo (14) a seguir:

- (14) A: O Danilo teve muita sorte. Logo depois que formou, ela já arranhou emprego na área dele, e continua na empresa até hoje.
 B: O Danilo formou quando?
 A: Já tem dois anos.

No caso do contexto D, uma vez que se trata de perguntas estruturadoras do discurso, optou-se por pequenos textos em vez de diálogos, como em (15), por exemplo:

- (15) E aquela confusão ontem na faculdade, ficou sabendo? Tem várias versões da história. **A Marina contou o quê?** Que um aluno questionou o professor sobre uma pergunta da prova e ele ficou muito irritado. Aí eles começaram a bater boca. Você sabe como ele é, né? Ótimo professor, explica muito bem, mas muito impaciente.

A apresentação de slides criada dividiu-se da seguinte forma: na primeira parte, os diálogos referentes aos contextos A, B e C; na segunda parte, os textos referentes ao contexto D. Na primeira parte, juntamente aos nove diálogos criados com as sentenças-alvo, foram adicionados 18 distratores, isto é, diálogos que não continham sentenças interrogativas *qu-in-situ*, com o objetivo de que não ficasse evidente ao participante o objeto de estudo, o que poderia interferir na sua produção dos enunciados de interesse. Os 27 diálogos foram dispostos de maneira aleatorizada. Para o contexto D, como o participante leria por completo os textos, que continham diversos tipos de sentenças, não se julgou necessária a inclusão de distratores.

3.2 Gravação dos participantes

Foram selecionados 12 participantes, seis do sexo masculino e seis do sexo feminino, entre 18 e 24 anos, naturais de Belo Horizonte. As gravações foram feitas no Laboratório de Fonética da Faculdade de Letras da UFMG. Os participantes assinaram um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido antes da gravação. Foram utilizados uma placa de áudio M-Audio M-Box e microfone Behringer B-5. As gravações foram realizadas através do software Praat (Boersma; Weenink, 2022), na taxa de 44100 Hz e em canal Mono. Cada participante foi gravado separadamente.

A apresentação de slides contendo os diálogos/textos do roteiro de leitura, bem como os distratores, foi exibida na tela de um computador. Após receber as devidas instruções, o participante realizou a leitura juntamente com o pesquisador. No caso dos diálogos, que continham duas personagens, A e B, o pesquisador fez a leitura das falas de A, e o participante, as de B, que eram sempre as que continham as sentenças interrogativas *qu-in-situ*. Já os textos criados para o contexto D foram lidos somente pelo participante.

A respeito da espontaneidade na composição de corpora de fala para a pesquisa linguística, Barbosa (2022, p. 27-28) defende que os dados devem ser classificados não de forma binária, como fala espontânea ou não espontânea, mas considerando dois eixos: o gênero do material e o grau de controle exercido pelo experimentador. O autor argumenta que chama-se de fala espontânea tudo que se refere à conversa espontânea. No entanto, não se pode restringir a espontaneidade a essa instância comunicativa se entendemos espontaneidade como evento comunicativo natural. O autor acrescenta ainda que todos os eventos que estejam no grau zero de intervenção do experimentador podem ser considerados espontâneos, o que difere são os gêneros comunicativos.

Em vista disso, os dados obtidos para o presente estudo podem ser considerados de fala semiespontânea, do gênero “leitura em voz alta”, com grau de controle médio, dado que o roteiro de leitura foi elaborado pelo pesquisador, porém a maneira como o participante fez a leitura foi decidida por ele.

3.3 Notação DaTo e normalização

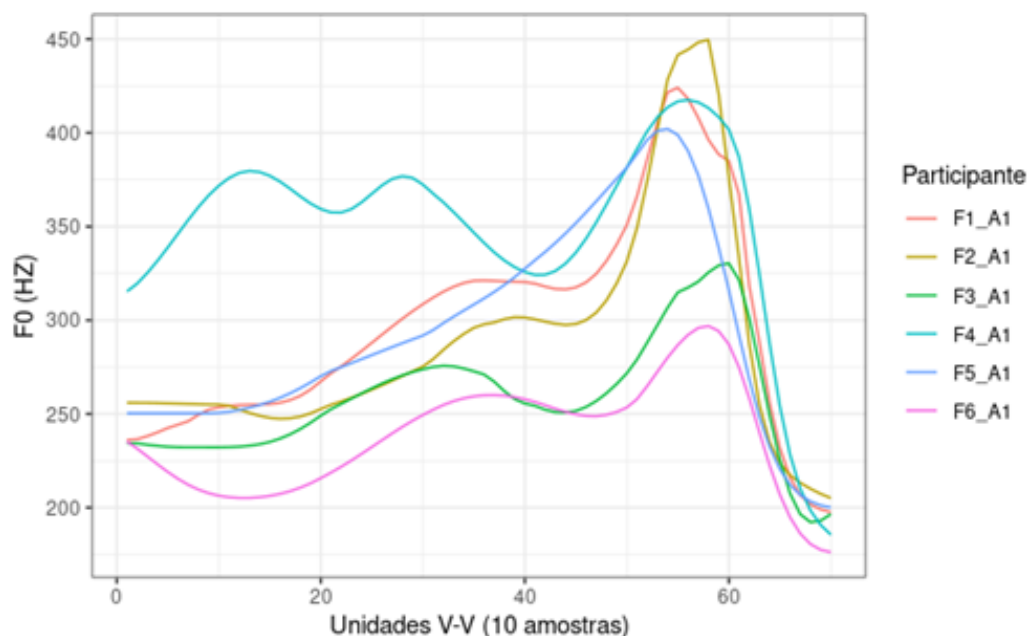
Após as gravações, foram selecionados os áudios de cada uma das sentenças-alvo lidas pelos participantes, que totalizaram 156 enunciados. Esses enunciados passaram pelo procedimento de notação entoacional, segundo o sistema DaTo, em quatro camadas: a) contornos dinâmicos; b) transcrição fonética Ortofon, separada em unidades V-V (vogal a vogal); c) transcrição ortográfica; d) segmentação em grupos acentuais, delimitados pela detecção automática dos acentos frasais. As unidades V-V foram segmentadas de forma automática no Praat, com o auxílio do *script Beat Extractor* (Barbosa, 2003). Os segmentos contidos em cada unidade V-V foram, então, transcritos segundo o Ortofon. Após a transcrição, os grupos acentuais foram determinados automaticamente através do *script SGDetector* (Barbosa, 2020).

Em seguida, realizou-se um processo de normalização temporal das curvas de f_0 , por meio do *script* do Praat *time_normalized_f0* (Arantes, 2018). Esse processo consiste na obtenção de um número de amostras de valores interpolados e suavizados de f_0 por unidade V-V. Esses valores foram usados posteriormente para a plotagem das curvas entoacionais referentes a unidades segmentais do mesmo tamanho, com valores de duração normalizados. Essa técnica possibilita uma melhor visualização e comparação dos eventos entoacionais entre enunciados iguais com diferentes durações.

Subsequentemente, por meio da linguagem de programação R (R Core Team, 2023) e com o auxílio do software RStudio (Posit Team, 2023), foram gerados gráficos com as curvas de f_0 , através dos valores normalizados extraídos pelo *script*, que foram agrupados segundo o gênero e a sentença. Por exemplo, um gráfico todas as curvas referentes à sentença A1, produzidas por participantes do sexo feminino, encontra-se na Figura 4. A partir dessas curvas nor-

malizadas e suavizadas, os contornos entoacionais atribuídos na notação foram reavaliados, buscando resolver algumas dificuldades iniciais.

Figura 4 – Curvas normalizadas de f_0 referentes à sentença A1, “A Camila formou quando?”, lida por participantes do gênero feminino



Fonte: elaboração própria.

3.4 Medidas estatísticas de f_0 e teste ANOVA

Foram obtidas, para cada um dos 156 enunciados produzidos, medidas acústicas referentes aos valores de f_0 , por meio do script do Praat *fo_measures* (Arantes, 2019). Foram coletados valores em Hertz (Hz) de alcance de pico (*peak range*), média, mediana e *baseline* de f_0 , dentre outros, relativos a cada uma das 1.184 unidades V-V presentes nos dados.

Em seguida, foi aplicada aos valores obtidos uma Análise de Variância, ou ANOVA. Esse teste estatístico, segundo Barbosa (2022, p. 209), “permite testar se existe ao menos uma diferença significativa entre as médias de grupos de amostras.” Tais grupos representam a variável independente, ou variáveis independentes, no caso de uma análise de mais de um fator.

O teste ANOVA consiste na junção de três testes: o teste Shapiro, de normalidade dos resíduos; o teste Fligner de homocedasticidade, i.e. homogeneidade das variâncias; e o teste Tukey, de comparação entre grupos, que mostra as diferenças de média entre os diferentes grupos, caso existam. O *output* de cada teste contém, entre outros dados, o valor de p para cada grupo.

As variáveis independentes testadas foram ‘contexto’ (A, B, C e D) e ‘participante’ (M1-M6, F1-F6). Testaram-se as variáveis dependentes ‘média’, ‘mediana’ e ‘baseline’, todas referentes a cada unidade V-V. Por possuírem valores muito próximos, os resultados para as três variáveis se mostraram praticamente idênticos. Logo, serão consideradas na apresentação

dos resultados apenas as saídas da realização do teste para a variável dependente ‘média de f_0 por unidade V-V’. Foram gerados ainda *boxplots* relativos às medidas testadas, para uma melhor visualização da distribuição dos valores por contexto.

4 Resultados e discussão

4.1 Análise descritiva dos contornos entoacionais

Dos 156 enunciados interrogativos *qu-in-situ* obtidos, 36 foram produzidos no contexto A, 36 no contexto B e outros 36 no contexto C; no contexto D, obtiveram-se 48 enunciados.

Foi feita uma análise de frequência dos contornos entoacionais atribuídos na notação DaTo, por se tratar de dados descritivos, e não medidas acústicas. Os dados indicam que o evento entoacional mais importante desse tipo de enunciado é a presença de contorno entoacional descendente na sílaba tônica do constituinte interrogativo, que ocorre em 152 dos 156 enunciados produzidos (97,44%), conforme mostra a Tabela 1. O contorno predominante nesse caso é o *late falling* (>HL).

Tabela 1 – Ocorrência de contornos entoacionais alinhados à sílaba tônica do constituinte interrogativo

Constituinte interrogativo		
Contornos	Freq. absoluta	Freq. relativa
Ascendentes		
LH	0	0,00%
>LH	4	2,56%
Total	4	2,56%
Descendentes		
HL	15	9,62%
>HL	133	85,26%
LHL	4	2,56%
Total	152	97,44%

Fonte: elaboração própria.

Em 4 dos 156 enunciados (2,56%) constata-se um contorno ascendente associado ao constituinte interrogativo, todos eles produzidos no contexto D, de perguntas de estruturação do discurso. Confirmou-se a expectativa de que as perguntas nesse contexto pudessem ser lidas com entoação ascendente no constituinte, como as perguntas-eco, devido à dificuldade de criar sentenças que fossem ao mesmo tempo próximas das outras sentenças testadas nos diálogos na forma e adequadas ao uso discursivo-pragmático que se queria estabelecer. Não obstante, os demais 44 enunciados obtidos no contexto D foram lidos com entoação descendente no constituinte, em congruência com o padrão esperado.

Quanto ao verbo, observa-se que em 136 dos 156 enunciados (87,18%) ocorre um contorno ascendente associado à sua vogal tônica. Desses, 114 são do tipo *late rising* (>LH) e 22

são do tipo rising (LH), como registra a Tabela 2. Finalmente, na posição de sujeito, ocorre um contorno ascendente >LH em 111 dos 156 enunciados (71,15%), como demonstrado na Tabela 3. Apenas dois enunciados, produzidos por um mesmo participante, apresentam contorno >HL no sujeito.

Tabela 2 – Ocorrência de contornos entoacionais alinhados à sílaba tônica do verbo

Verbo		
Contornos	Freq. absoluta	Freq. relativa
Ascendentes		
LH	22	14,10%
>LH	114	73,08%
Total	136	87,18%
Descendentes		
HL	-	-
>HL	-	-
LHL	-	-
Total	0	0,00%

Fonte: elaboração própria.

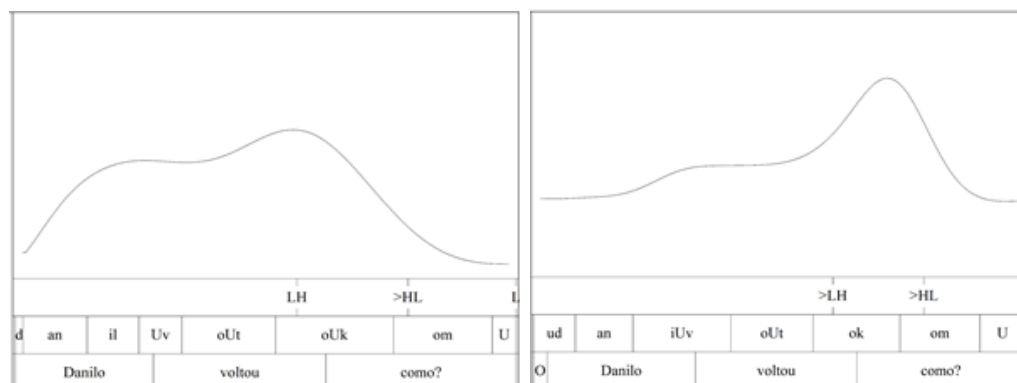
Tabela 3 – Ocorrência de contornos entoacionais alinhados à sílaba tônica do sujeito

Sujeito		
Contornos	Freq. absoluta	Freq. relativa
Ascendentes		
LH	-	-
>LH	111	71,15%
Total	111	71,15%
Descendentes		
HL	-	-
>HL	2	1,28%
LHL	-	-
Total	2	1,28%

Fonte: elaboração própria.

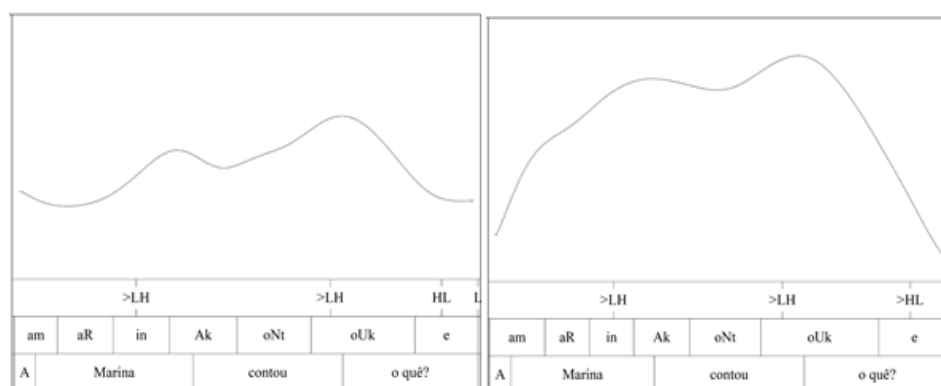
A figura 5 ilustra os dois tipos de contorno ascendente, LH e >LH, que ocorreram alinhados à sílaba tônica do verbo, e a figura 6, dois tipos de contorno descendente, HL e >HL, também alinhados à sílaba tônica do constituinte interrogativo. Nota-se, nos contornos atrasados >LH e >HL, o movimento de subida e de descida, respectivamente, sempre alinhado à vogal tônica, como prevê o sistema de notação.

Figura 5 – Exemplos de ocorrência de i) contorno ascendente LH, em que o pico de f_0 está alinhado à vogal tônica do verbo (painel à esquerda); ii) contorno ascendente atrasado >LH, isto é, com o movimento de subida de f_0 alinhado à vogal tônica do verbo (painel à direita)



Fonte: elaboração própria.

Figura 6 – Exemplos de ocorrência de i) contorno descendente HL, em que o ponto mais baixo de f_0 está alinhado à vogal tônica do constituinte interrogativo (painel à esquerda); ii) contorno descendente atrasado >HL, em que o movimento de descida de f_0 está alinhado à vogal tônica do constituinte interrogativo (painel à direita)



Fonte: elaboração própria.

A partir dos dados de frequência apresentados, verifica-se que na totalidade dos enunciados ocorre algum contorno entoacional associado à sílaba tônica do constituinte interrogativo, predominantemente descendente, em consonância com Moraes (1998) e Miotto e Kato (2005). Tal consistência não se constata para o sujeito e o verbo, que ora apresentam ambos um contorno ascendente, ora apenas um deles.

Os enunciados foram analisados em sua totalidade e classificados de acordo com os padrões observados, cada um deles recebendo uma etiqueta, que se encontra na primeira coluna da Tabela 4. Foram agrupados os contornos ascendentes LH e >LH como um único tipo de movimento, e igualmente os contornos descendentes HL e >HL. Verifica-se que o padrão $S\&V(LH)+Q(HL)$, em que ocorrem dois contornos ascendentes seguidos – um no sujeito e outro no verbo – e um contorno descendente no constituinte interrogativo, é o mais comum, totalizando 58,97% dos enunciados. Seguem-se a ele o padrão $V(LH)+Q(HL)$, com marcação de apenas um contorno ascendente no verbo e um descendente no constituinte, e o padrão

S(LH)+Q(HL), em que ocorre apenas um contorno ascendente no sujeito e um contorno descendente no constituinte. Juntos, representam 92,95% dos enunciados.

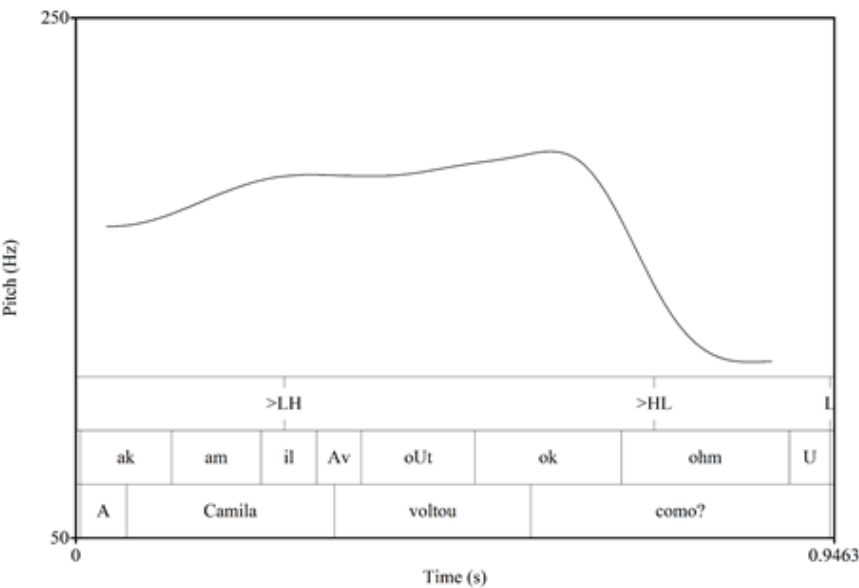
Tabela 4 – Diferentes padrões entoacionais realizados, em ordem decrescente de ocorrência

Padrão	Sujeito	Verbo	Q	Ocorrências	%
<i>S&V(LH)+Q(HL)</i>	>LH	(>)LH	(>)HL	92	58,97%
<i>V(LH)+Q(HL)</i>	-	(>)LH	(>)HL	42	26,92%
<i>S(LH)+Q(HL)</i>	>LH	-	(>)HL	11	7,05%
<i>Q(LH)</i>	>LH	-	>LH	4	2,56%
<i>Downstep</i>	>LH	-	LHL	4	2,56%
<i>S(HL)</i>	>HL	(>)LH	(>)HL	2	1,28%
<i>ApenasQ(HL)</i>	-	-	>HL	1	0,64%
Total				156	100%

Fonte: elaboração própria.

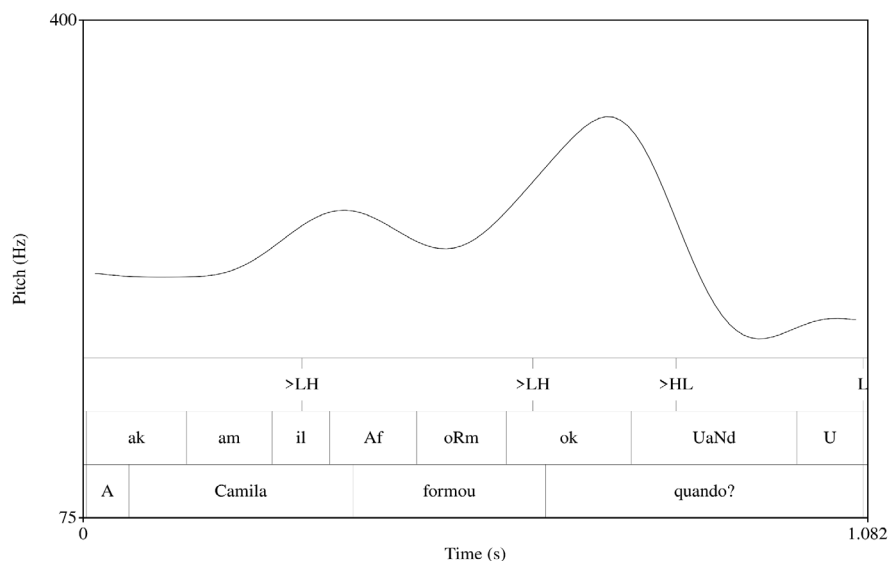
Os três padrões predominantes possuem em comum o fato de que apresentam um movimento de subida da curva de *f*₀ anterior ao constituinte interrogativo, e uma subsequente queda na sílaba tônica deste último. No entanto, é interessante notar que, apesar de não serem atribuídos os mesmos contornos ascendentes nos três padrões, as respectivas curvas se assemelham, como evidenciam os exemplos das Figuras 7, 8 e 9, no sentido de que o movimento ascendente segue gradualmente até o verbo, em maior ou menor medida. A proeminência dupla só foi anotada quando houve um movimento de subida, seguido de uma leve queda, por sua vez seguida de uma nova subida, ou seja, dois picos de *f*₀ bem definidos, tal como ocorre na Figura 8.

Figura 7 – Exemplo de enunciado (participante M3, sentença C2) em que ocorrem um contorno ascendente >LH, no sujeito



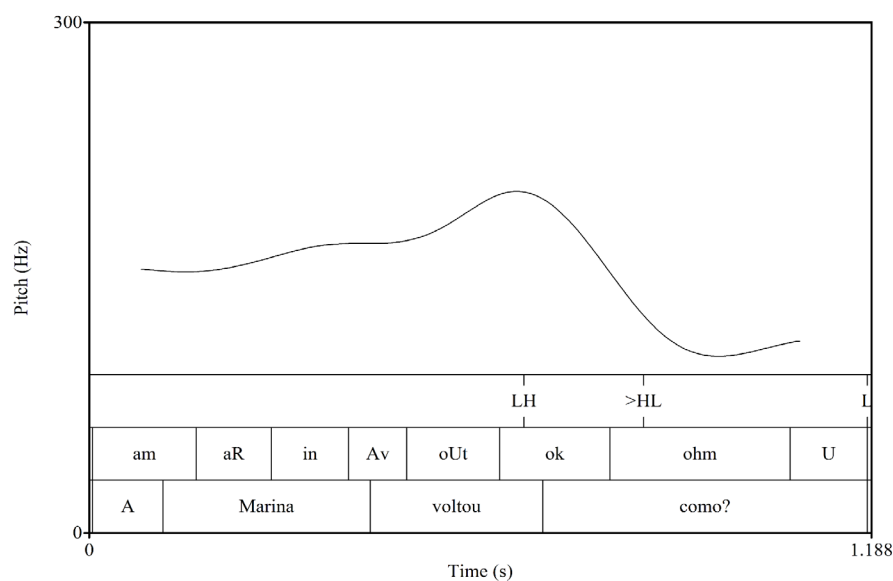
Fonte: elaboração própria.

Figura 8 – Exemplo de enunciado (participante F3, sentença A1) em que ocorrem dois contornos ascendentes >LH, no sujeito e no verbo



Fonte: elaboração própria.

Figura 9 – Exemplo de enunciado (participante M2, sentença B2) em que ocorrem um contorno ascendente LH, no verbo



Fonte: elaboração própria.

Apesar disso, entende-se que os outros dois padrões (Figuras 7 e 9) também poderiam ser marcados com dois contornos (>)LH, pois acontece neles uma subida em “degraus”, que se assemelha a uma subida em *upstepping*, em contrapartida ao *downstepping*, que é um movimento de descida gradual, típico dos enunciados interrogativos-Q com o constituinte na periferia esquerda, mas que é visto também em enunciados declarativos. O *downstepping* possui um rótulo próprio no sistema DaTo, o *rising-falling* (LHL).

Não há no sistema DaTo um rótulo que corresponda a um movimento ascendente equivalente ao que ocorre em LHL devido ao funcionamento do mecanismo glotal de produção da f_0 . A diminuição progressiva do valor da f_0 , em um movimento descendente da curva, acontece por meio do controle da diminuição da pressão subglotal, até que ocorra a perda dos pulsos glotais. Ao contrário, o aumento da f_0 necessita de aumento de pressão e ajustes glotais, resultando em sucessivos picos na curva, que se associam a proeminências locais, e portanto, são marcados como contornos >LH independentes.

Em suma, pode-se dizer que, em consonância com a primeira hipótese estabelecida, ao se utilizar o constituinte interrogativo na posição *in situ*, ocorre uma reorganização do padrão entoacional, em que o constituinte passa a receber uma proeminência atribuída pelo contorno descendente. Há, nesse caso, uma subida gradual da curva de f_0 , que pode apresentar proeminências locais, até a sílaba tônica anterior à do constituinte, para que haja a subsequente queda de f_0 na sílaba tônica do constituinte, responsável pela percepção da proeminência.

4.2 Análise estatística da ocorrência dos contornos por contexto

Buscando entender a distribuição dos três padrões entoacionais destacados na seção anterior, realizou-se um teste de Fisher, que permite, a partir do cálculo da diferença entre valores observados e valores esperados de frequência de uma determinada variável dependente categórica, como é o caso dos padrões entoacionais aqui definidos, estabelecer uma possível correlação com a variável independente, nesse caso o contexto (Gries, 2019, p. 163-170).

O Gráfico 1, chamado de matriz de correlação (*corrplot*), representa visualmente os resultados do teste. Tanto o tamanho quanto a intensidade da cor dos quadrados representam uma frequência maior ou menor do que a esperada para a variável correspondente. Logo, quanto maior a área do quadrado e mais escura a cor, mais significativa é a correlação.

Gráfico 1 – Matriz de correlação (*corrplot*) da frequência de ocorrência dos padrões entoacionais mais frequentes em função dos contextos A, B, C e D ($p = 0.002$)



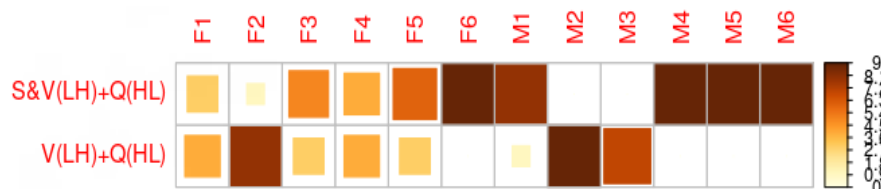
Fonte: elaboração própria.

Observa-se claramente uma distinção entre o contexto D e os demais. A ocorrência do padrão S&V(LH)+Q(HL), que é aquele em que ocorre contorno >LH no sujeito e no verbo, está positivamente correlacionada com o contexto D, que é aquele em que há perguntas estruturadoras do discurso, presentes em pequenos textos que o participante lia por completo. Uma

diferença importante de D em relação aos demais contextos é a questão da ativação do fundo comum. Apenas em D1 e D3 o sujeito da pergunta é mencionado anteriormente. Nos dois outros textos, os nomes não são citados. No caso de D3, deve-se considerar o fato de que ele é citado juntamente com outra pessoa, “eu e o Danilo”. O falante pode, portanto, optar por realizar uma proeminência entoacional no sujeito nesses casos para deixar claro sobre quem está falando, justamente o que ocorre no padrão mencionado.

Já em relação aos diálogos, não há diferença significativa entre os contextos A, B e C. A diferença nesse caso se encontra entre os participantes, como demonstra o Gráfico 2. Alguns deles favorecem a produção de dois contornos ascendentes, no sujeito e no verbo, enquanto outros apenas no verbo.

Gráfico 2 – Matriz de correlação (*corrplot*) da ocorrência dos dois padrões entoacionais mais frequentes nos diálogos (contextos A, B e C), em função dos participantes ($p = 2,04e-12$)



Fonte: elaboração própria.

De qualquer forma, em todos os contextos estabelecidos, ocorre a subida da curva de f_0 , seguida de um contorno descendente no constituinte interrogativo, que é responsável por produzir proeminência neste último por conta da queda brusca na f_0 . Tal proeminência parece ser fundamental no estabelecimento da distinção entre enunciados declarativos e interrogativos *qu-in-situ*, dado que a posição do elemento-qu nestes é a posição canônica da função sintática que exercem, além de que o contorno entoacional presente ao final de enunciados declarativos também é descendente. Por não ser possível o contorno ascendente no constituinte, pois este é responsável pela função de pergunta-eco, o contraste se dá por um movimento mais amplo de subida da curva de f_0 do que em enunciados declarativos, o que faz com que a percepção do contorno descendente ao final não seja a mesma da que ocorre em enunciados declarativos.

O sistema DaTo descreve esse tipo de fenômeno, uma vez que não considera os contornos entoacionais como uma soma de tons discretos, preenchida por movimentos de f_0 não significativos, mas como uma conjunção de eventos dinâmicos que visam atingir um determinado alvo. Dessa forma, movimentos de subida e descida de f_0 estão, com frequência, intimamente conectados na função de gerar diferentes padrões e percepções, como aparenta ser o caso das interrogativas *qu-in-situ* neutras.

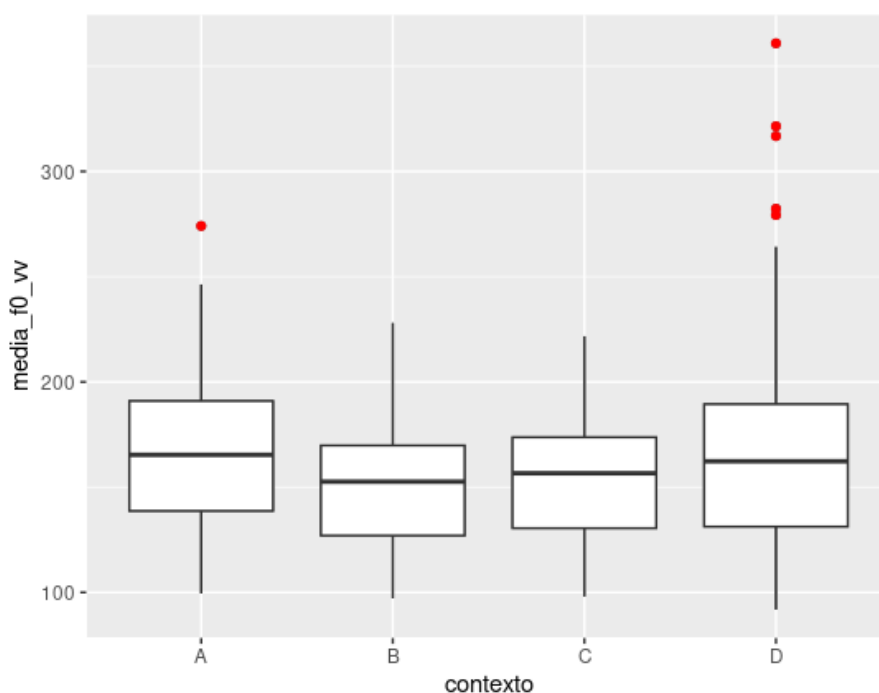
4.3 Análise estatística dos valores médios de f_0 por unidade V-V

Os resultados do teste ANOVA foram semelhantes entre os gêneros masculino e feminino. Em relação aos dados do gênero masculino, para a variável ‘contexto’, o teste de Shapiro–Wilk indicou que os resíduos não seguiram distribuição normal ($W = 0.96$, $p < 0.001$), e o teste de Fligner–

Killeen apontou heterogeneidade de variâncias ($\chi^2(3) = 19.41$, $p < 0.001$). Apesar disso, a ANOVA revelou diferenças significativas para 'contexto' na distribuição das médias de f_0 por unidade V-V ($F(3, 587) = 7.32$, $p < 0.001$). O teste de Tukey de comparação de médias indicou que os valores de f_0 nos contextos A e D foram significativamente maiores do que nos contextos B e C.

Considerando o *boxplot* relativo à variável 'contexto' (Gráfico 3), os valores de mediana, representados pela linha horizontal interna às caixas, são mais altos para os contextos A e D. O contexto D apresenta o maior número de *outliers*, representados pelos pontos vermelhos. Nota-se também que o contexto B exibe tanto a mediana quanto o limite inferior menores que os demais.

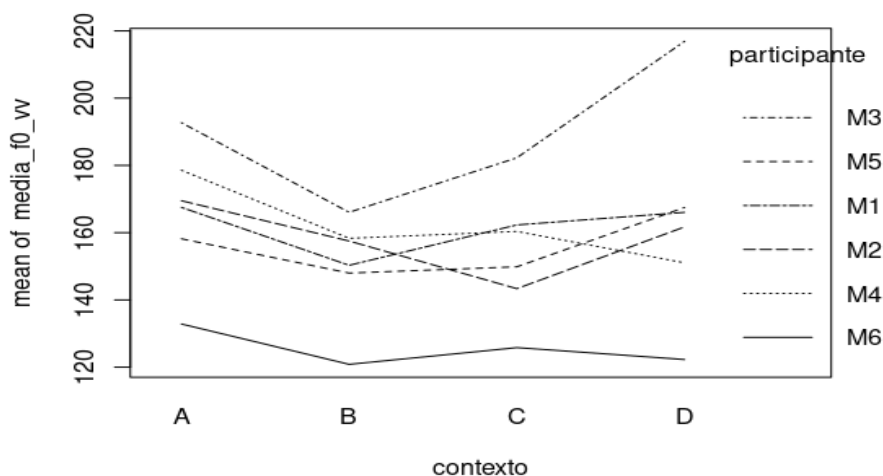
Gráfico 3 – *Boxplot* dos valores de média de f_0 de cada unidade V-V em função do contexto, gênero masculino



Fonte: elaboração própria.

No Gráfico 4, que mostra a interação entre as variáveis 'contexto' e 'participante', observa-se que o participante M3 produz valores de f_0 significativamente mais altos que os demais em todos os contextos, especialmente em D, enquanto o participante M6 apresenta valores bem mais baixos, para todos os contextos. Os demais participantes, por sua vez, apresentam linhas bem próximas.

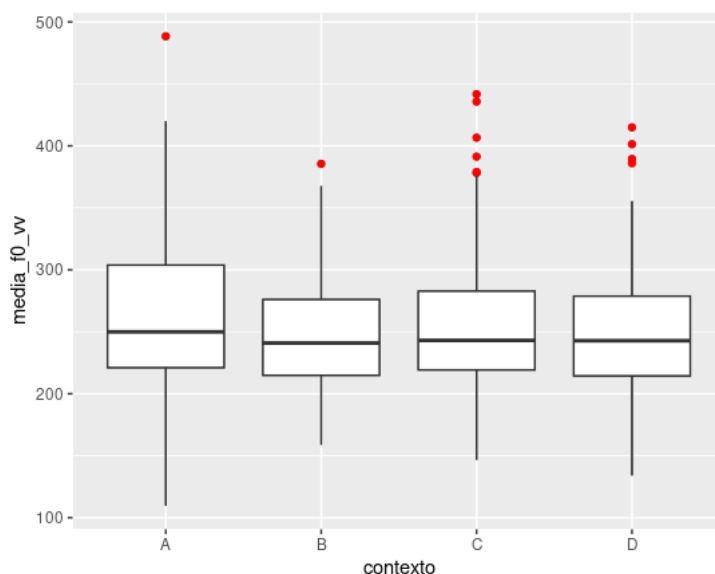
Gráfico 4 – Média dos valores da variável ‘média de f_0 por unidade V-V’ (eixo y), em função da interação entre as variáveis ‘contexto’ (eixo x) e ‘participante’ (linhas), gênero masculino



Fonte: elaboração própria.

Acerca dos dados relativos ao gênero feminino, considerando a variável ‘contexto’, o teste de Shapiro-Wilk ($W = 0.96$, $p < 0.001$) indicou a não normalidade dos resíduos. O teste Fligner-Killeen ($\chi^2(3) = 6.36$, $p = 0.09$), com $p > 0.05$, valida a hipótese nula da homogeneidade das variâncias. A análise ANOVA ($F(3, 589) = 3.41$, $p < 0.05$) indicou diferenças estatisticamente significativas para a variável ‘contexto’ na distribuição das médias de f_0 por unidade V-V. O teste de Tukey de comparação de médias mostrou que os valores de f_0 no contexto A foram significativamente maiores do que nos contextos B e D. Os *boxplots* relativos à variável ‘contexto’ encontram-se no Gráfico 5. A mediana de A é maior que as demais, e a de B ligeiramente menor.

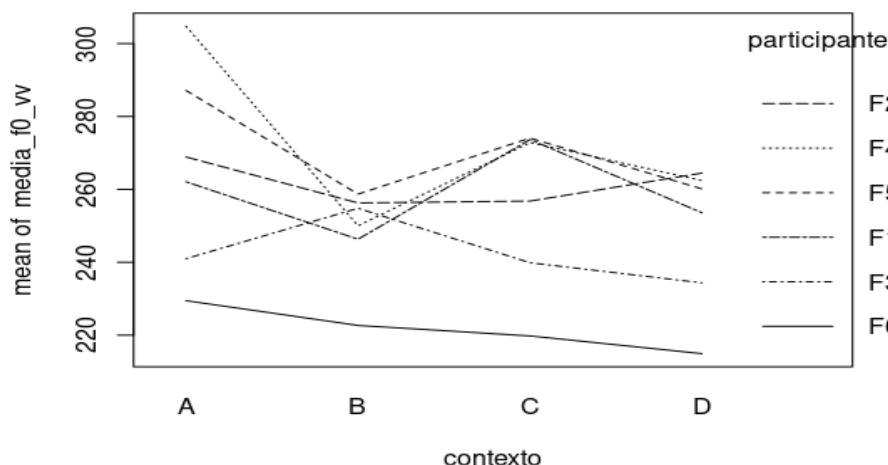
Gráfico 5 – *Boxplot* dos valores de média de f_0 por unidade V-V, em função do tipo de enunciado, relativos aos participantes do gênero feminino



Fonte: elaboração própria.

É possível notar que tanto a mediana quanto os limites superior e inferior no contexto B são menores do que nos outros contextos, o que indica que os valores produzidos foram mais baixos. No Gráfico 6, da interação entre as variáveis 'contexto' e 'participante', é possível observar valores menores de B para a maioria das participantes.

Gráfico 6 – Média dos valores da variável 'média de f_0 por unidade V-V' (eixo y), em função da interação entre as variáveis 'contexto' (eixo x) e 'participante' (linhas), gênero feminino



Fonte: elaboração própria.

A partir dos resultados expostos, nota-se um comportamento mais convergente dos participantes no contexto B. A maior proximidade dos valores em B, tanto para o gênero masculino quanto para o feminino, é importante, visto que esse é o contexto que apresenta o maior número de fatores favorecedores da ocorrência de interrogativa *qu-in-situ* nos dados de Oushiro (2011): além do tamanho curto da sentença, constituinte interrogativo na função de objeto indireto ou adjunto adverbial e verbo transitivo indireto ou intransitivo e pergunta sincera, presentes também nos contextos A e C, o contexto B ainda apresenta um conjunto de respostas fechado dado antes da pergunta, o que representa um alto grau de ativação do fundo comum.

Logo, o fato de que os valores médios de f_0 são menores no contexto B pode ser consequência de uma menor necessidade de proeminência nesses enunciados, uma vez que até mesmo o conjunto de alternativas de resposta possíveis já está estabelecido no momento em que é proferida a pergunta. Assim, por ser uma pergunta já esperada e com pressuposições ativadas no enunciado anterior, o falante não teria necessidade de ser tão expressivo, isto é, produzir uma maior variação na curva de f_0 .

5 Conclusões

Este artigo teve como objetivo analisar o padrão entoacional das interrogativas *qu-in-situ* no PB. As hipóteses estabelecidas foram de que o uso do constituinte interrogativo *in situ* seria responsável por uma reorganização do padrão entoacional desses enunciados, e de que contextos favorecedores da interrogativa *qu-in-situ* apresentariam menor variação nos valores médios de f_0 .

Conclui-se, a partir dos resultados deste trabalho, que o padrão entoacional das interrogativas *qu-in-situ*, no geral, é marcado por uma subida da curva de f_0 até atingir um pico na sílaba anterior à sílaba tônica do constituinte interrogativo, seguida por um contorno descendente nesta última e fronteira baixa. Constata-se também variação nesse padrão, pelo tipo e também pela quantidade de contornos encontrados. O falante pode optar por produzir uma maior proeminência no sujeito, representada pelo contorno >LH, se deseja evidenciar de quem está falando, ou apenas realizar uma subida em “degraus”, ou *upstepping*, até o pico de f_0 .

Esse movimento de *upstepping* se contrapõe ao de *downstepping* que, de acordo com a literatura, ocorre quando constituinte interrogativo se encontra no início da sentença. Nas duas estruturas variantes, a proeminência mais importante é aquela que é dada no constituinte, visto que é sua presença que difere os enunciados interrogativos dos declarativos correspondentes. Confirma-se, dessa forma, a hipótese da reorganização do padrão entoacional gerada pela mudança estrutural entre as variantes das interrogativas-Q. Além disso, a constatação de contornos ascendentes sequenciais de f_0 relacionados entre si, análoga ao contorno descendente LHL, aponta para a necessidade da criação de uma notação específica que indique que a sucessão de >LHs pode descrever um fenômeno ascendente global no enunciado.

Quanto aos valores médios de f_0 registrados, os dados corroboram a hipótese de que há distinção significativa entre os diferentes contextos discursivo-pragmáticos estabelecidos, pelo menos entre D (perguntas estruturadoras do discurso) e os demais. Obtiveram-se também médias de f_0 significativamente diferentes no contexto B, para ambos os gêneros. Embora a quantidade de dados não permita chegar a conclusões incisivas, sugere-se que os falantes geram menos proeminência nesse contexto, o que pode ser explicado por uma maior ativação do fundo comum relativa a ele.

Declaração de autoria

O presente artigo foi elaborado com igual contribuição dos autores Daniel Nepomuceno Coutinho e Luciana Lucente à pesquisa e à produção do texto.

Referências

ALBANO, E. C. *et al.* Um conversor ortográfico-fônico e uma notação prosódica mínima para síntese de fala em língua portuguesa. In: SCARPA, E. M. (org.). *Estudos de prosódia no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 85-109.

ARANTES, P. *time_normalized_fo*. Script do Praat, versão 1.0, 2018. Disponível em: <https://github.com/parantes/time-normalized-fo/releases/tag/v1.0>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ARANTES, P. *fo_measures*. Script do Praat, versão 1.1.1, 2019. Disponível em: <https://github.com/parantes/time-normalized-fo/releases/tag/v1.0>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BARBOSA, P. A. *Beat Extractor*. Script do Praat, 2003. Disponível em: <https://github.com/pabarbosa/prosody-scripts/tree/master/BeatExtractor>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BARBOSA, P. A. *Incursões em torno do ritmo da fala*. Campinas: Pontes, 2006.

- BARBOSA, P. A. *SGDetector*. Script do Praat, 2020. Disponível em: <https://github.com/pabarbosa/prosody-scripts/tree/master/SGDetector>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- BARBOSA, P. A. *Manual de Prosódia Experimental*. Campinas: Editora da Abralín, 2022. Disponível em: <https://editora.abralin.org/publicacoes/manual-de-prosodia-experimental/>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BECKMAN, M. E.; HIRSCHBERG, J. *The ToBI Annotation Conventions*. [S.l.: s.n.], 1994. Disponível em: http://www.ling.ohio-state.edu/~tobi/ame_tobi/annotation_conventions.html. Acesso em: 30 jun. 2023.
- BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer*. Versão 6.3.0. [S. l.], 17 dez. 2022. Disponível em: <http://www.praat.org>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BRUCE, G. *Swedish Word Accents in Sentence Perspective*. Lund: Lund University, 1977.
- CASTELO, J.; FROTA, S. Variação entoacional no Português do Brasil: uma análise fonológica do contorno nuclear em enunciados declarativos e interrogativos. In: VELOSO, J.; SILVA, F.; MORENO, A. (eds.). *XXX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. Porto: APL, 2015, p. 113-131. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24894>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- CRUZ, R. Prosódia e variação. In: OLIVEIRA JR, M. (org.). *Prosódia, prosódias: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2022, p. 111-124.
- FERREIRA, M. *Curso de semântica formal* (Textbooks in Language Sciences 6). Berlin: Language Science Press, 2019. Disponível em: <https://langsci-press.org/catalog/book/200>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- FERREIRA, M. *Semântica: uma introdução ao estudo formal do significado*. São Paulo: Contexto, 2022.
- FERREIRA, M. *Pragmática: significado, comunicação e dinâmica contextual*. São Paulo: Contexto, 2023.
- FROTA, S. *et al.* Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. In: FROTA, S.; PRIETO, P. (eds.). *Intonation in Romance*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 235-283.
- FROTA, S.; MORAES, J. A. Intonation in European and Brazilian Portuguese. In: WETZELS, W. L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. (eds.). *The handbook of Portuguese linguistics*. Malden: John Wiley, 2016, p. 141-166.
- GRIES, S. T. *Estatística com R para a linguística*. Tradução: Heliana R. Mello, Crysttian A. Paixão, André L. E. Souza e Júlia Z. Belo. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2019. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Estat%C3%ADstica_com_R_Gries_%20Mello_et%20al.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.
- GUSSENHOVEN, C. *The phonology of tone and intonation*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- HIRST, D.; DI CRISTO, A. A survey of intonation systems. In: HIRST, D.; DI CRISTO, A. (eds.). *Intonation Systems: A Survey of Twenty Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 179-194.
- LADD, D. R. *Intonational Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- LENHARO, A. C. A percepção dos paulistas sobre a realização dos verbos pronominais. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 351-365, 2017. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1699>. Acesso em 19 nov. 2023.
- LIBERMAN, M. *The intonational system of English*. 1975. 324 f. Thesis (Ph.D.) – Dept. of Foreign Literatures and Linguistics, Massachusetts Institute of Technology, 1975. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/27376>. Acesso em: 01 dez. 2024

LUCENTE, L. *DaTo: Um sistema de notação entoacional do português brasileiro baseado em princípios dinâmicos. Ênfase no foco e na fala espontânea*. 2008. 72 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=493567>. Acesso em: 19 nov. 2023.

LUCENTE, L. *Aspectos dinâmicos da fala e da entoação do português brasileiro*. 2012. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/879724>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LUCENTE, L. Notação entoacional. In: OLIVEIRA JR, M. (org.). *Prosódia, prosódias: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2022, p. 27-44.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Ed. Caminho, 2003.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Ed. Caminho, 2003.

MIOTO, C.; KATO, M. As interrogativas Q do português europeu e do português brasileiro atuais. *Revista da ABRALIN*, v. 4, n. 1, p. 171-196, 2005. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/923>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MIRANDA, L. S. *Estudo fonético-perceptivo da entoação de enunciados assertivos, interrogativos e exclamativos no português do Brasil: uma análise multimodal*. 2019. 243 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39241002/Estudo_fon%C3%A9tico_perceptivo_da_entoa%C3%A7%C3%A3o_de_enunciados_assertivos_interrogativos_e_exclamativos_do_portugu%C3%AAs_do_Brasil_uma_an%C3%A1lise_multimodal. Acesso em: 19 nov. 2023.

MORAES, J. A. Intonation in Brazilian Portuguese. In: HIRST, D.; DI CRISTO, A. (eds.). *Intonation Systems: A Survey of Twenty Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 179-194.

MORAES, J. A.; COLAMARCO, M. Você está pedindo ou perguntando? Uma análise entonacional de pedidos e perguntas no português do Brasil. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 113-126, jul./dez. 2007.

MORAES, J. A.; RILLIARD, A. Entoação. In: OLIVEIRA JR, M. (org.). *Prosódia, prosódias: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2022, p. 45-66.

OLIVEIRA JR, M. Apresentação. In: OLIVEIRA JR, M. (org.). *Prosódia, prosódias: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2022, p. 7-8.

OUSHIRO, L. *Uma análise variacionista para as Interrogativas-Q*. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-14102011-135709/pt-br.php>. Acesso em: 19 nov. 2023.

PIERREHUMBERT, J. *The Phonology and Phonetics of English Intonation*. 1980. 401 f. Thesis (Ph.D.) - Dept. of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, 1980. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/16065>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PITRELLI, J. F. et al. Evaluation of Prosodic Transcription Labelling Reliability in the ToBI Framework. *Proceedings of the 1994 International Conference on Spoken Language Processing*. Yokohama, 1994, p. 123-126.

POSIT TEAM. *RStudio: Integrated Development for R*. Versão 2023.9.0.463. Boston, 25 set. 2023. Disponível em: <http://www.rstudio.com/>. Acesso em: 4 out. 2023.

R CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. Versão 4.3.1. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2023. Disponível em: <https://www.R-project.org>. Acesso em: 29 set. 2023.

ROSIGNOLI, C. C. O padrão entoacional das sentenças interrogativas parciais do português brasileiro em fala manipulada. *Estudos Linguísticos*, v. 46, n. 1, p. 41-54, 2017. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1633>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SILVERMAN, K. et al. *Proceedings of the Second International Conference on Spoken Language*. Alberta, 1992, p. 13-16.

A expressão variável do modo imperativo nas cidades de Feira de Santana-BA e Campinas-SP: um estudo comparativo

The Variable Expression of The Imperative Mode in The Cities of Feira de Santana-BA and Campinas-SP: A Comparative Study

Joana Gomes dos Santos

Figuereido

Universidade Estadual de Feira de Santana
(UEFS) | Feira de Santana | BA | BR
jgsfiguereido@uefs.br
<https://orcid.org/0000-0003-4237-218X>

Resumo: Pesquisas sobre a variação linguística do modo imperativo (Oliveira, 2017; Sampaio, 2001) apontam que a forma indicativa (pega) predomina na fala de brasileiros nas capitais do Sudeste, enquanto a forma subjuntiva (pegue) ocorre com mais frequência nas capitais do Nordeste, evidenciando uma variação geográfica. Este artigo, baseado na metodologia variacionista laboviana, objetiva mapear o uso das formas imperativas (subjuntivo ~ indicativo) nas cidades interioranas de Campinas e Feira de Santana, áreas ainda não exploradas em estudos sobre o imperativo. Para isso, realizou-se um experimento com 72 participantes, estratificados por sexo/gênero, idade, escolaridade e localidade, usando cenas de diálogos com balões vazios que os participantes preencheram com respostas adequadas à situação. Os resultados, de forma geral, revelam que os campineiros usam predominantemente as formas imperativas com morfologia de indicativo (81%), diferentemente dos feirenses (47%), destacando uma diferença regional.

Palavras-chave: sociolinguística variacionista; imperativo; português baiano; português paulista.

Abstract: Research on the linguistic variation of the imperative mood (Oliveira, 2017; Sampaio, 2001) show that the indicative form (pega) predominates in the speech of Brazilians in the capitals of the Southeast, while the subjunctive form (pegue) occurs more frequently in the capitals of the Northeast, showing a geographical variation. This article, based on the Labovian



variationist methodology, aims to map the use of imperative forms (subjunctive ~ indicative) in the interior cities of Campinas and Feira de Santana, areas not yet explored in studies of imperative. To do this, an experiment was realized with 72 participants, stratified by sex/gender, age, education and location, using dialogue scenes with empty balloons that participants filled in with responses appropriate to the situation. The results, in general, reveal that Campinas residents predominantly use imperative forms with indicative morphology (81%), differently of Feirenses (47%), showing a regional difference.

Keywords: variationist sociolinguistics; imperative; Bahia portuguese; São Paulo Portuguese.

1 Introdução

No português brasileiro, estudos sobre a variação linguística do modo imperativo (Cardoso, 2009; Oliveira, 2017, Oliveira, 2023; Sampaio, 2001; Scherre, 2004) indicam que a forma indicativa é predominante na fala de brasileiros das regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Em contrapartida, a forma subjuntiva do imperativo é mais comum na região Nordeste, demonstrando uma variação geográfica dessa variável.

De maneira geral, essas pesquisas se concentram nas capitais brasileiras, evidenciando a necessidade de mapear as cidades do interior para compreender os padrões de variação das formas imperativas (subjuntivo ~ indicativo) em todo território brasileiro e identificar os fatores que condicionam o uso de uma ou outra forma variante.

Diante dessas questões, este estudo tem como objetivos (i) analisar a produção sociolinguística das formas de imperativo em duas comunidades, uma no Nordeste – Feira de Santana-BA – e outra no Sudeste – Campinas-SP – para entender como ocorre a variação entre as formas com morfologia indicativa e subjuntiva, e (ii) comparar os resultados de produção linguística entre os falantes de Feira de Santana-BA e Campinas-SP, identificando os contextos linguísticos e sociais que influenciam o uso das variantes.

Para essa investigação¹, foram coletados dados nas cidades de Feira de Santana-BA e Campinas-SP. Ambas são importantes entroncamentos rodoviários que impulsionam a dinâmica econômico-social nas áreas agropecuária, comercial e industrial, e são cidades interiores cujos usos do imperativo ainda não tinham sido descritos e analisados.

Devido à dificuldade de capturar as formas imperativas em entrevistas sociolinguísticas, elaborou-se um experimento com quadrinhos para registrar essas formas. As cenas

¹ A pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado, conforme CAAE nº 80654817.0.0000.8142.

foram criadas de modo a incluir as variáveis linguísticas que se desejava analisar: Situação Comunicativa (ordem, pedido, instrução); Tipo de Relação (simétrica, assimétrica); Saliência do Verbo (+saliente, \pm saliente, -saliente). Todas as cenas mostravam um diálogo entre dois interlocutores com um balão vazio, que foi preenchido oralmente pelos participantes da pesquisa.

Após a coleta e codificação, os dados foram submetidos a testes estatísticos em análises de regressão logística de efeitos mistos (Baayen, 2008; Levshina, 2015; Oushiro, 2022), com a inclusão de verbo e participante como variáveis aleatórias na plataforma R (R Core Team, 2023), além das variáveis sociais (Faixa Etária, Sexo/Gênero, Escolaridade, Localidade) e linguísticas (Situação Comunicativa; Tipo de Relação; Saliência do Verbo).

Os resultados gerais indicam que os falantes de Campinas usam predominantemente as formas imperativas com morfologia de indicativo (81%), enquanto em Feira de Santana essa preferência é de 47%. Em Campinas, observa-se uma mudança em progresso mais avançada para as formas indicativas, especialmente favorecida pela situação comunicativa de pedido. Em Feira de Santana, embora a forma subjuntiva seja mais frequente, também se nota uma mudança em direção à forma indicativa, liderada por falantes com menor escolaridade e favorecida pela situação comunicativa de pedido e por verbos menos salientes.

Essas informações são desenvolvidas neste artigo ao longo de quatro seções, além da introdução. A primeira seção revisa estudos que investigaram o uso variável do modo imperativo em diferentes regiões do Brasil. Em seguida, a segunda seção descreve detalhadamente o processo de coleta e tratamento dos dados. A terceira seção apresenta os resultados das análises realizadas com modelos estatísticos de regressão logística de efeitos mistos, discutindo a correlação entre a variável resposta e as variáveis sociais e linguísticas. Por fim, a última seção traz as considerações finais.

2 Estudos sobre a expressão variável do imperativo

Na busca por entender o comportamento das formas imperativas no português brasileiro, pesquisadores se debruçaram em analisar as suas formas variantes e os fatores condicionantes para tal variável em diversos estudos sociolinguísticos nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste (Cardoso, 2009; Evangelista, 2010; Figueredo; Souza, 2017; Oliveira, 2017; Oliveira, 2023; Sampaio, 2001).

Ao estudar a expressão variável do imperativo em registros de fala de Salvador e Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1990, utilizando dados dos Projetos NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta), PEPP (Programa de Estudo do Português Popular) e PF (Projeto do Português Fundamental), Sampaio (2001) encontrou diferenças significativas nas proporções de variantes entre as duas capitais, destacando uma variação regional ao longo do tempo. Na década de 1970, em Salvador, 57% das ocorrências de imperativo estavam na forma subjuntiva, enquanto no Rio de Janeiro, o uso da forma indicativa era quase categórico (97%). Nos anos 1990, essa tendência continuou, com Salvador utilizando 72% de formas subjuntivas, enquanto no Rio de Janeiro, apenas 6% das ocorrências eram subjuntivas.

Assim como Sampaio (2001), Cardoso (2009) também se dedicou a investigar o uso do imperativo em diferentes regiões. Apesar de seu estudo focar na influência das variáveis Gênero e Identidade dos falantes no contato linguístico de fortalezenses que vivem em Brasília, é relevante ao mostrar que, na fala dos brasilienses, o imperativo geralmente segue

a morfologia indicativa, enquanto os fortalezenses tendem a utilizar o imperativo associado ao subjuntivo. Devido à dificuldade de capturar fenômenos morfossintáticos em entrevistas sociolinguísticas, Cardoso (2009) coletou dados de fortalezenses residentes em Brasília por meio de entrevistas direcionadas gravadas, metodologia similar à utilizada nesta pesquisa. Para que os dados surgissem, foram usadas tirinhas da Turma da Mônica, cujas ações dos personagens incentivavam o uso de expressões diretivas. Cardoso (2009) inicialmente fazia perguntas sobre a tirinha e depois pedia aos entrevistados que associassem as situações às suas experiências diárias, obtendo assim as ocorrências de imperativo.

Para analisar a fala dos moradores de Fortaleza, a autora usou os corpora do Projeto Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT), onde encontrou 66% de uso do imperativo associado ao subjuntivo, e do Projeto Dialectos Sociais Cearenses (DSC), com 56%. Esses percentuais se inverteram ao analisar a fala de 16 migrantes em Brasília, que adotaram a forma comum na capital – o imperativo com morfologia indicativa (68%). Expressões como “vem cá, pega o livro!” tornaram-se mais frequentes em sua fala.

Os resultados da pesquisa de Evangelista (2010) sobre a variação nas formas do imperativo em Vitória-ES corroboram os achados de Sampaio (2001) e Cardoso (2009). Com base no corpus PortVix, Evangelista identificou que 97% das formas de imperativo usadas pelos capixabas estão associadas ao indicativo. Esse dado destaca uma diferença geográfica entre capitais, pois os resultados em Vitória se alinham aos de outras capitais do Sudeste e Centro-Oeste, enquanto se afastam daqueles registrados em capitais nordestinas.

Oliveira (2017) conduziu outra pesquisa comparativa sobre a variação do uso do imperativo em capitais do Nordeste. A autora examinou 72 entrevistas coletadas em 9 capitais (São Luís-MA, Teresina-PI, Fortaleza-CE, Natal-RN, João Pessoa-PB, Recife-PE, Maceió-AL, Aracaju-SE e Salvador-BA), utilizando o questionário morfossintático do corpus do Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB). Seus resultados gerais indicaram uma predominância do uso do imperativo associado à forma de subjuntivo: dos 753 dados analisados, 233 usaram a forma de indicativo (31%) e 520 usaram a forma de subjuntivo (69%). De acordo com os resultados, a forma imperativa associada ao indicativo é favorecida apenas em duas capitais, São Luís e Fortaleza, com pesos relativos de 0.84 e 0.66, respectivamente. Teresina e Recife apresentam pesos relativos em um ponto considerado neutro, enquanto as outras cidades favorecem as formas subjuntivas.

Assim como Sampaio (2001) e Oliveira (2017), Figueiredo e Souza (2017) também realizaram um estudo comparativo que examinou a variação nas formas do imperativo com base em dois conjuntos de dados: um composto por baianos residentes em São Paulo e outro por baianos de Feira de Santana, na Bahia. O objetivo foi comparar o uso do imperativo com morfologia de indicativo entre esses dois grupos. Para isso, foi aplicado um questionário inspirado em Nunes e Schwenter (2015), com descrições de cenas cotidianas que induziam os participantes a escolher entre as formas imperativas (indicativo~subjuntivo). O questionário continha 30 estímulos, dos quais 14 eram distratores e 16 eram sentenças específicas, elaboradas para investigar variáveis como polaridade da sentença (afirmativa/negativa), contexto temporal (imediato/não imediato) e a situação comunicativa (aconselhar, instruir, pedir ou ordenar). O estudo envolveu 41 participantes na Bahia, resultando em 656 ocorrências imperativas, e 34 migrantes baianos em São Paulo, gerando 544 ocorrências. Os resultados demonstraram que os falantes de Feira de Santana tendem a usar predominantemente a forma imperativa com

morfologia de subjuntivo (77%), enquanto os baianos em São Paulo apresentam uma frequência menor (66%) de uso dessa forma.

Oliveira (2023), para além das capitais nordestinas, realizou uma pesquisa comparativa sobre a variação do uso do imperativo em várias capitais do Brasil. A autora analisou 200 entrevistas coletadas em 25 capitais, incluindo cidades como Macapá, Boa Vista, Manaus, e outras. Esses dados foram extraídos do questionário morfossintático do Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB). Os resultados mostram que, na maioria das capitais, as formas imperativas com morfologia de indicativo são mais usadas pelos falantes. Dos 2535 exemplos de imperativo obtidos, 1643 (64,8%) estavam na forma indicativa, enquanto 892 (35,2%) eram de forma subjuntiva. No entanto, o uso do imperativo associado ao subjuntivo foi mais comum nas capitais do Nordeste, exceto em São Luís-MA, que favoreceu o imperativo com morfologia de indicativo. Porto Velho e Curitiba também mostraram uma tendência ao uso do subjuntivo.

Os resultados obtidos por Sampaio (2001), Cardoso (2009), Oliveira (2017), Figueiredo e Souza (2017) e Oliveira (2023) revelam semelhanças notáveis, embora cada pesquisa tenha perseguido objetivos distintos. Esses estudos, ao explorarem diferentes aspectos do uso do imperativo, demonstram consistentemente a existência de variação diatópica nas formas imperativas ao longo das capitais do território brasileiro. Em particular, observou-se que as regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste tendem a apresentar um comportamento linguístico semelhante no que se refere ao uso do imperativo associado ao indicativo. Isso indica uma preferência por estruturas imperativas que utilizam a forma de indicativo, refletindo uma uniformidade linguística nessas áreas geográficas. Por outro lado, as cidades do Nordeste mostram uma tendência marcante em direção ao uso do imperativo associado ao subjuntivo. Essa inclinação sugere uma variação linguística regional que distingue o Nordeste das outras regiões do Brasil.

As pesquisas mencionadas, ao analisarem diferentes aspectos e contextos de uso do imperativo, contribuem para um entendimento mais amplo e detalhado dessa variação. Elas não apenas confirmam a existência de padrões regionais, mas também ajudam a mapear a distribuição dessas formas linguísticas e a compreender as influências sociolinguísticas que as moldam. No entanto, para obter uma compreensão mais ampla desses padrões de variação, é essencial o mapeamento das cidades interioranas. Isso ajuda a determinar se os padrões observados nas capitais também se aplicam a áreas menos urbanizadas e se há outras condicoantes regionais a serem considerados.

3 Método

Com o objetivo de analisar a variação do imperativo nas cidades de Feira de Santana e Campinas, com foco na língua falada, foi realizada uma análise em tempo aparente, baseada na ocorrência de dados do imperativo em suas formas variacionais (indicativo ~ subjuntivo). Para a coleta de dados, considerando que características morfossintáticas nem sempre são facilmente capturadas em gravações de entrevistas sociolinguísticas, esta pesquisa segue a metodologia proposta por Cardoso (2009) em sua tese de doutorado. No experimento de Cardoso, os participantes foram expostos a imagens de histórias em quadrinhos que retratavam um diálogo entre duas pessoas, e a partir dessas imagens, ela fazia perguntas que estimulavam respostas imperativas. Nesta pesquisa, a abordagem metodológica é mais con-

trolada, com imagens específicas para capturar formas imperativas.² As cenas foram elaboradas de modo a contemplar as variáveis linguísticas que se pretendem analisar, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis previsoras linguísticas

Situação Comunicativa	Tipo de Relação	Saliência do Verbo
Ordem	Simétrica	+ Saliente
Pedido/Convite	Assimétrica	± Saliente
Instrução		- Saliente

Fonte: elaboração própria.

O imperativo, enquanto ato diretivo, é utilizado para exercer uma força ilocutória, de modo que o destinatário execute determinada ação, com diferentes interesses. De acordo com Cunha e Cintra (2007), esses interesses podem ser intensificados ou suavizados por meio de variados recursos linguísticos. Scherre (2004) aponta que os falantes que utilizam predominantemente formas indicativas associam o uso do imperativo na forma subjuntiva a um reforço de comando.

Com isso, para investigar se situações de ordem, pedido/convite e instrução influenciam a variação das formas do imperativo, foram criadas cenas que representam esses contextos. Vale destacar que essas três situações não são as únicas onde o imperativo pode ser aplicado, pois também há súplica, conselho, sugestão e prescrição; contudo, as situações escolhidas são comuns nos discursos cotidianos. É frequente encontrarmos, na fala das pessoas, expressões imperativas ligadas à ordem (mandar ou determinar que algo seja feito), ao pedido/convite (solicitar um favor, ajuda ou presença) e à instrução (ensinar ou orientar a realizar uma tarefa), como ilustram, respectivamente, as situações abaixo:

- (1) Pedro, começa/comece a fazer a atividade, senão não vai para o recreio!
- (2) Mãe, lê/leia uma história para mim!
- (3) Para o arroz ficar ainda mais gostoso, coloca/coloque dois dentes de alho picado.

Considerando que geralmente ajustamos nosso discurso de acordo com a pessoa com quem estamos conversando, é possível que as expressões imperativas sejam usadas de maneira distinta em situações em que os interlocutores possuam status social semelhante ou diferente, especialmente em contextos de ordem, pedido ou instrução. Scherre (2004) investigou o impacto das relações simétricas e assimétricas no uso das formas imperativas. No entanto, a autora não dispõe de tais nuances funcionais em suas análises, argumentando que essas relações não determinam o uso das formas imperativas. Segundo Scherre (2004), o reforço ou a suavização dos atos de fala são influenciados por outros recursos linguísticos, como o uso de modalizadores ou a entoação. Além disso, como já mencionado anteriormente, a autora sugere que o uso do subjuntivo pode ser visto como um reforço de comando em atos diretivos.

² A coleta de dados, baseada em situações simuladas com estímulos visuais, não equivale integralmente à fala espontânea em contextos naturais de interação. Contudo, essa opção metodológica se justifica pelo fato de o modo imperativo ser uma forma de difícil eliciação em entrevistas sociolinguísticas, como já apontado em estudos dialetológicos anteriores. O uso de quadrinhos permitiu garantir maior produtividade do fenômeno investigado, sem prejuízo da validade da análise variacionista proposta.

Para que a variável Tipo de Relação pudesse ser analisada nesta pesquisa, foram criados quadrinhos que representavam diferentes tipos de simetria nas relações (por exemplo, assimétrico: filho x pai; professora x aluno; simétrico: duas amigas; dois colegas de trabalho, etc.). É importante destacar que, nos contextos assimétricos desenvolvidos, não se controlou quem era o falante, apenas se as relações eram simétricas ou assimétricas.

O princípio da saliência fônica também tem sido amplamente estudado em diversas pesquisas sociolinguísticas. Vários estudos sobre o uso das formas imperativas incluem a discussão sobre a variável Saliência Fônica, entre eles os trabalhos de Sampaio (2001) e Oliveira (2017). Essas autoras explicam que o princípio da saliência consiste na tendência de que as formas mais salientes, ou seja, mais perceptíveis, sejam mais marcadas do que as menos salientes. As formas imperativas menos marcadas são aquelas que apresentam pouca diferença interna entre as formas subjuntivas e indicativas (cante/canta), enquanto as mais marcadas e, portanto, mais perceptíveis, são as que apresentam maior diferença interna (cubra/cobre).

Esses estudos demonstraram que o princípio da saliência fônica afeta as formas imperativas, de modo que os verbos menos salientes tendem a favorecer o uso das formas indicativas, enquanto os mais salientes favorecem o uso das formas subjuntivas. Por essa razão, essa variável também foi controlada nesta pesquisa, sendo estabelecidas três níveis de saliência (+ saliente, ± saliente, – saliente) (Quadro 2).

Quadro 2 – Saliência Fônica dos Verbos

Verbos – salientes	Verbos ± salientes		Verbos + salientes
Verbos com a mesma sílaba tônica, diferindo apenas pela última vogal.	Verbos com a mesma sílaba tônica e com uma vogal a mais ou verbos com mudança ou inserção de consoante.	Verbos com uma sílaba a mais, mantendo a mesma sílaba tônica.	Verbos com mudança de vogal tônica e na vogal final.
Abraça/abrace	Sai/saia	Diz/diga	Bebe/beba
Bate/bata	Vai/vá	Faz/faça	Cobre/cubra
Canta/cante	Ouve/ouça	Lê/leia	Segue/siga

Fonte: elaboração própria.

A partir do cruzamento entre as variáveis do Quadro 1, foram elaboradas 18 cenas alvo (ver Quadro 3), a fim de controlar seus efeitos. A elas foram acrescentadas mais 18 cenas distratoras (ver Quadro 4), que não envolvem expressão imperativa. Vale mencionar que, em algumas cenas distratoras, os falantes utilizaram formas imperativas. Nesses casos, os dados foram incluídos na análise.

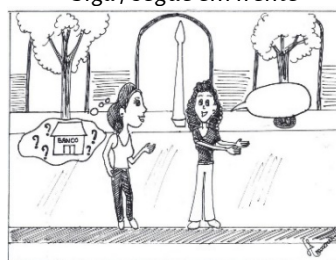
Quadro 3 – Cenas alvo que foram utilizadas no experimento

<p>Leia / Lê o manual</p> 	<p>Desça / desce da árvore</p> 
<p>Faz / faça uma pose sensual</p> 	<p>Beba / bebe água</p> 
<p>Fala / fale mais alto</p> 	<p>Vá / vai pegar o osso</p> 
<p>Ouça / ouve a música</p> 	<p>Assopre / assopra meu olho</p> 
<p>Durma / dorme logo</p> 	<p>Suba / sobe na escada</p> 

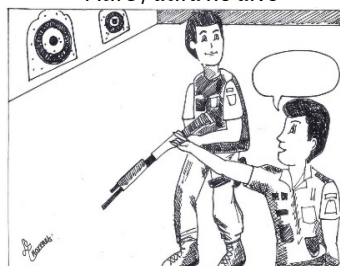
Me beije / me beija



Siga / segue em frente



Atire / atira no alvo



Cubra / cobre o bolo



Dobre / dobra o vestido



Traga/ traz aquela toalha



Varra / varre o quintal



Saia/ sai daqui!



Fonte: elaboração própria.

Quadro 4 – Cenas distratoras que foram utilizadas no experimento

Quer carona?



Por que estão rindo?



Quer casar comigo?



Padre, eu pequei!



Eu tirei nota baixa



A bolsa estourou!



Socorro!



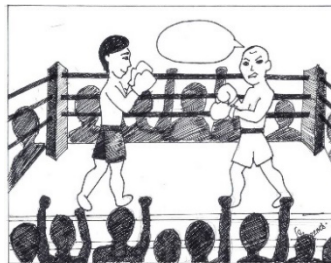
Poxa, hoje não tem brincadeira



Eu te amo!



Vou te derrubar



Quanto custa a maçã?



Sou linda!



<p>Está muito pesado</p> 	<p>Vai ser legal, filha</p> 
<p>A lua está linda</p> 	<p>Um brinde!</p> 
<p>Você se machucou?</p> 	<p>As flores são lindas!</p> 

Fonte: elaboração própria.

3.1 Variáveis previsoras sociais

A partir da análise da variável Faixa Etária, foi possível identificar se o imperativo está passando por um processo de mudança em tempo aparente (Naro, 2004). Estudos que utilizam amostras de diferentes períodos têm evidenciado o aumento da forma indicativa para a expressão do imperativo. A pesquisa de Sampaio (2001) demonstra a influência da faixa etária na escolha das variantes, revelando que, no Rio de Janeiro, os resultados da faixa etária mais jovem são categóricos, com 100% de uso da forma indicativa. Em Salvador, na fala dos participantes da faixa etária mais jovem, observou-se um percentual de 42% de uso da forma indicativa, sugerindo uma mudança em curso, ainda em fase inicial. O mesmo padrão foi identificado no estudo de Figueiredo e Souza (2017), que indicaram que em Feira de Santana, os mais jovens (32%) tendem a favorecer o uso das formas indicativas, em comparação aos mais velhos (17%).

A variável Sexo/Gênero tem resultados apresentados variados em pesquisas sociolinguísticas. Em alguns estudos, como o de Oushiro (2015) em São Paulo, sobre a variável /e/ nasal ditongada, as mulheres aparecem como precursoras das mudanças. No entanto, outras pesquisas, como a de Mollica e Paiva (1989) no Rio de Janeiro, que investigaram a supressão

da vibração em grupos consonantais (problema/poblema), mostram as mulheres como mais conservadoras, preferindo as formas consideradas padrão.

Embora em muitos estudos sobre o imperativo essa variável tenha sido testada, não houve correlação (Figuereido; Souza, 2017; Oliveira, 2017; Sampaio, 2001). Neste estudo, mesmo sem uma expectativa específica em relação à variável Sexo/Gênero, ela foi controlada, já que é relativamente simples equilibrar a amostra conforme essa variável social, permitindo comparações com as pesquisas mencionadas e buscando generalizações sobre os tipos de variáveis sociolinguísticas influenciadas por ela.

A Escolaridade é uma variável relevante para esta pesquisa, já que se buscou investigar se indivíduos com maior nível de escolaridade tendem a seguir as formas prescritas pela Gramática Tradicional (Votre, 2004) ou se, conforme indicado por Sampaio (2001) e Evangelista (2010), o uso variável do imperativo não está relacionado às normas escolares. Nos estudos de Sampaio (2001), os mais escolarizados em Salvador-BA utilizaram formas indicativas, contrariando as prescrições gramaticais. Por outro lado, Evangelista (2010) explica a não correlação com a variável Escolaridade por considerar o imperativo como variável com baixa saliência social. A autora argumenta que a escola pode não influenciar o uso do imperativo, já que a forma associada ao indicativo, embora não siga a norma padrão, não é estigmatizada. Sabe-se que as normas escolares tendem a influenciar mais as variantes que sofrem maior pressão normatizadora, como a concordância verbal e nominal. Portanto, o controle dessa variável será fundamental para compreender se as prescrições escolares influenciam o uso das formas imperativas nas comunidades analisadas.

Também foi analisada a variável localidade, uma vez que esta pesquisa se baseia na comparação entre as cidades de Feira de Santana e Campinas, situadas nas regiões Nordeste e Sudeste, respectivamente, as quais apresentam diferenças nas morfologias do imperativo. Enquanto nas capitais do Sudeste os falantes tendem a utilizar majoritariamente formas indicativas (Evangelista, 2010; Sampaio, 2001), nas capitais do Nordeste prevalecem as formas subjuntivas (Oliveira, 2017). Dessa forma, o mapeamento das cidades de Feira de Santana e Campinas ajuda a bem entender os usos do imperativo no interior dos estados.

3.2 Hipóteses

Espera-se que, em relação à variável resposta, o uso da morfologia de imperativo associado ao indicativo seja relativamente mais frequente em Campinas do que em Feira de Santana, em consonância com os resultados já observados em estudos sobre as capitais das regiões Sudeste e Nordeste (Evangelista, 2010; Oliveira, 2017; Sampaio, 2001).

No que tange à variável Situação Comunicativa, a hipótese é de que o cenário mais favorável ao uso da forma imperativa com morfologia de indicativo seja o de pedido. Cabe destacar que esta pesquisa não pretende aprofundar-se na análise pragmática dos níveis de força manipulativa das formas imperativas, uma vez que não se trata de um estudo funcionalista. O foco está apenas em verificar se diferentes contextos comunicativos influenciam a escolha entre as formas. Considerando-se que as formas subjuntivas são vistas como reforço de comando (Figuereido; Souza, 2017; Scherre, 2004), enquanto as formas imperativas associadas ao indicativo são mais brandas e exprimem força expressiva menor que as formas subjuntivas, a expectativa é que os falantes prefiram o indicativo em situações de pedido, por ser

considerado menos impositivo e mais cortês, reservando o uso das formas subjuntivas para contextos de ordem, que demandam maior força manipulativa.

Para a variável Tipo de Relação, a hipótese segue uma linha semelhante à da variável Situação Comunicativa. Baseando-se na ideia de reforço de comando destacada por Scherre (2004), relações assimétricas tenderiam a favorecer o uso do imperativo associado ao subjuntivo como forma de intensificar a ordem, enquanto as formas indicativas seriam preferidas em relações simétricas por serem vistas como mais suaves. Em contextos assimétricos, os falantes sentiriam a necessidade de utilizar uma força manipulativa maior, optando pelo subjuntivo por ser mais impositivo, algo desnecessário em interações simétricas.

No que diz respeito à variável Saliência do Verbo, com base nos estudos de Sampaio (2001) e Oliveira (2017), a hipótese é que verbos com uma oposição menos marcada favoreçam o uso do imperativo associado ao indicativo, enquanto verbos com uma oposição mais evidente tendam a reforçar o uso do imperativo ligado ao subjuntivo, por serem mais resistentes à mudança.

Quanto à variável Sexo/Gênero, conforme explicado anteriormente na justificativa das variáveis sociais, essa característica não se mostrou significativa em estudos prévios sobre o uso de formas imperativas (Evangelista, 2010; Figueiredo; Souza, 2017; Oliveira, 2017; Sampaio, 2001). Nesses trabalhos, os autores sugerem que a ausência de correlação se deve ao fato de que as formas imperativas não carregam estigmas sociais, sendo, portanto, menos relevantes socialmente. Nesta pesquisa, essa variável foi controlada apenas para fins de comparação, a fim de possibilitar generalizações sobre os fatores que influenciam a escolha entre as formas imperativas. Contudo, com base nos estudos citados, supôs-se inicialmente que a variável Sexo/Gênero também não apresentaria correlação com o uso das formas imperativas.

Para a variável Faixa Etária, a expectativa inicial era que os falantes mais jovens favorecessem o uso das formas indicativas, dado que há indícios de mudança em progresso nos estudos conduzidos nas capitais brasileiras. Pesquisas de Sampaio (2001) e Figueiredo e Souza (2017) indicam que, tanto no Sudeste quanto no Nordeste, os mais jovens tendem a utilizar mais as formas indicativas, enquanto os mais velhos as utilizam menos. Esses estudos revelam que nas capitais do Sudeste essa mudança está em estágio mais avançado em comparação com as capitais do Nordeste, como mostrado nos resultados de Sampaio (2001), que indicam claramente a preferência pelo indicativo entre os mais jovens.

Por fim, no caso da variável Escolaridade, em consonância com Evangelista (2010), a expectativa inicial era que os padrões normativos escolares não interferissem no uso das formas imperativas, visto que essa variável tem baixa saliência social e não é estigmatizada. É importante ressaltar que, independentemente de se encontrar ou não uma correlação, analisar a variável Escolaridade em duas comunidades linguísticas amplia a discussão, superando as generalizações típicas das pesquisas sociolinguísticas sobre a relação entre norma-padrão e variantes de prestígio. Nas diferentes comunidades, com normas comunicativas distintas, a análise das variáveis envolve não apenas a influência escolar, mas também a vida social dos falantes e outros possíveis significados sociais.

3.3 Coleta de dados

Os estímulos foram apresentados aos participantes em um notebook por meio do software PsychoPy (Peirce, 2018). Cada cena retratava um diálogo entre dois interlocutores. Inicialmente, foram mostradas duas cenas distratoras para instruir o participante sobre sua tarefa: foi solicitado que descrevesse as cenas, garantindo assim que a interpretação fosse conforme o pretendido. Após a descrição, foi feita a seguinte pergunta: “Se você estivesse nessa situação, o que diria?” Essa pergunta foi repetida para cada cena de maneira uniforme, a fim de proporcionar condições iguais para todos os participantes.

Utilizou-se o critério da amostragem aleatória para a escolha dos participantes, a fim de garantir a representatividade da amostra em relação à população e evitar o enviesamento dos dados (Guy; Zilles, 2007). Para assegurar a representatividade, foram escolhidos três informantes para cada célula, considerando as variáveis Faixa Etária (18-34; 35-59; acima de 60), Sexo/Gênero (feminino; masculino), Escolaridade (até o Ensino Médio; Ensino Superior), e Localidade (Campinas; Feira de Santana), totalizando 72 participantes (36 de cada localidade).

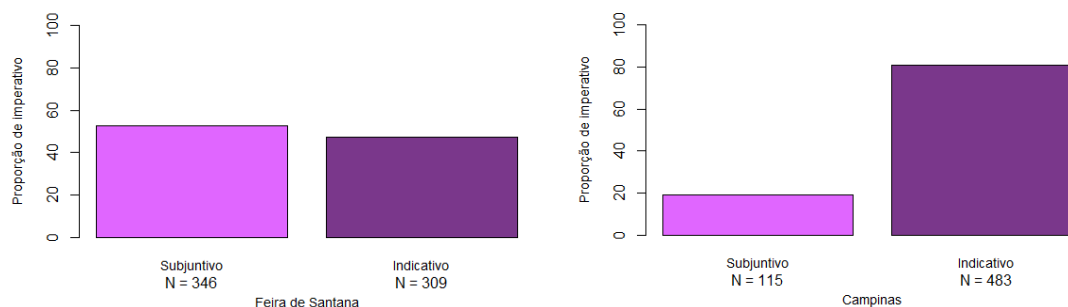
Todas as interações conversacionais foram gravadas e posteriormente transcritas no programa ELAN (Hellwig; Geerts, 2013). As ocorrências então foram extraídas e codificadas de acordo com as variáveis previsoras. Após a codificação, com o intuito de saber quais fatores condicionam o uso do imperativo com morfologia de indicativo, os dados foram analisados estatisticamente através da plataforma R (R Core Team, 2023). Inicialmente, foram feitos testes de qui-quadrado, cuja função é verificar se há correlação entre duas variáveis nominais/qualitativas, a saber, variável resposta (Morfologia de Imperativo) e as variáveis previsoras linguísticas (Situação Comunicativa, Tipo de Relação, Saliência do Verbo) e previsoras sociais (Escolaridade, Faixa Etária, Sexo/Gênero, Localidade). No segundo momento, para uma análise mais refinada dos dados, foram aplicados modelos de regressão logística de efeitos mistos (Baayen, 2008; Levshina, 2015), incluindo as variáveis verbo e participante como efeito aleatório, os quais serão descritos a seguir.

4 Resultados

Foram extraídos 1.253 dados de formas imperativas associadas ao indicativo e subjuntivo a partir da fala dos 72 participantes. Como a literatura aponta uma mudança em progresso no sentido do aumento das formas imperativas com morfologia de indicativo, e o interesse desta pesquisa é identificar quais fatores estão correlacionados ao uso dessa variante, os resultados desta pesquisa consideram as formas indicativas como o valor de aplicação. A distribuição geral dos dados mostra que, em Feira de Santana, as formas indicativas são menos utilizadas (47%), enquanto em Campinas os falantes utilizam predominantemente as formas imperativas associadas ao indicativo (81%), conforme ilustrado na Imagem 1. Essa distribuição é consistente com outros estudos realizados no Brasil (Cardoso, 2009; Evangelista, 2010; Oliveira, 2017; Sampaio, 2001), nos quais o Nordeste se destaca como uma região de maior preserva-

ção das formas subjuntivas, enquanto outras regiões do país estão mais avançadas na adoção das formas indicativas.

Imagem 1 – Proporções e números de dados do imperativo com morfologia de indicativo e subjuntivo em Feira de Santana-BA e Campinas-SP



Fonte: elaboração própria.

A diferença observada no uso das formas imperativas entre as duas cidades é estatisticamente significativa ($\chi^2 = 150,15(1)$, $p < 0,001$), o que indica a necessidade de compreender se essas diferenças estão relacionadas às normas linguísticas específicas de cada localidade e quais fatores sociais e linguísticos influenciam os diferentes usos nessas comunidades. Em Feira de Santana, a distribuição das variantes é semelhante a outras pesquisas sobre o uso do imperativo no Nordeste. A pesquisa comparativa de Sampaio (2001), realizada nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, revela que, na década de 1990, 72% das ocorrências analisadas em Salvador foram associadas ao subjuntivo.

Por outro lado, a distribuição das variantes em Campinas difere significativamente da de Feira de Santana, indicando que os campineiros fazem uso predominante das formas imperativas associadas ao indicativo (81%). Esses resultados estão em linha com estudos anteriores sobre a região Sudeste. Sampaio (2001), por exemplo, identificou uma diferença diatópica entre Salvador (6%) e Rio de Janeiro (94%) quanto ao uso das formas indicativas. Evangelista (2010) também observou que em Vitória, 97% das formas imperativas eram associadas ao indicativo. Embora Campinas esteja em um estágio mais avançado de mudança em relação a Feira de Santana, ela ainda apresenta proporções menores em comparação com outras capitais do Sudeste, sugerindo que a mudança parte dos grandes centros urbanos e se propaga em direção ao interior.

Para compreender melhor o impacto das variáveis predictoras no uso das formas imperativas, foram aplicados modelos de regressão logística multivariada, explorando também as interações entre as variáveis. Os resultados das análises para Feira de Santana indicam que Faixa Etária, Escolaridade, Saliência do Verbo e Situação Comunicativa estão significativamente correlacionadas com o uso das formas imperativas associadas ao indicativo (Tabela 1). Em Campinas, as variáveis significativas foram Faixa Etária e Situação Comunicativa. No entanto, diferentemente dos resultados encontrados em Feira de Santana, Saliência do Verbo e Escolaridade não apresentaram correlação significativa (Tabela 2).

Tabela 1 – Resultado da análise de regressão logística em modelos de efeitos mistos para o uso do imperativo com morfologia de indicativo em Feira de Santana-BA (N = 655)

	Estimativa	Erro padrão	Valor-z	p	Apl/N
(Intercept)	0,99	0,60	1,66	<0,0001 ***	
Faixa Etária					
F1(ref.)					146/233 (63%)
F2	-2,20	0,61	-3,61	<0,001 ***	98/209 (47%)
F3	-2,61	0,62	-4,37	<0,001 ***	65/213 (31%)
Sexo/Gênero					
Feminino (ref.)					168/338 (50%)
Masculino	0,11	0,35	0,33	0,73 +	141/317 (44%)
Escolaridade					
Médio (ref.)					184/346 (53%)
Superior	-2,23	0,61	-3,61	<0,001 ***	125/309 (40%)
Situação Comunicativa					
Instrução (ref.)					67/162 (41%)
Ordem	0,19	0,28	0,70	0,48 +	87/226 (38%)
Pedido	1,13	0,27	4,12	<0,001 ***	155/267 (58%)
Saliência do Verbo					
Mais (Ref.)					190/655 (41%)
Menos	0,63	0,20	-3,08	0,002 **	190/655 (52%)
Tipo de Relação					
Assimétrica (Ref.)					143/292 (45%)
Simétrica	0,21	0,24	0,87	0,37 +	166/363 (49%)
F2: EscolaridadeS	2,80	0,85	3,29	<0,001 ***	
F3: EscolaridadeS	1,94	0,86	2,24	0,02 *	

Modelo: glmer (morfologia.verbo ~ faixa.etaria * escolaridade + sexo.genero + situacao.comunicativa + saliencia.verbo + tipo.relacao + (1|FALANTE) + (1|VERBO), data = dados, family = binomial)

Fonte: elaboração própria.

Tabela 2 – Resultado da análise de regressão logística em modelos de efeitos mistos para o uso do imperativo com morfologia de indicativo em Campinas-SP (N = 598)

	Estimativa	Erro padrão	Valor-z	p	Apl/N
(Intercept)	3,91	1,10	3,54	<0,0001 ***	
Faixa Etária					
F1(ref.)					182/194 (94%)
F2	-0,69	0,84	-0,81	0,41 +	190/227 (83%)
F3	-3,68	0,85	-4,29	<0,0001 ***	111/177 (61%)
Sexo/Gênero					
Feminino (ref.)					226/266 (85%)
Masculino	0,10	0,46	0,23	0,81 +	257/332 (77%)

Escolaridade					
Médio (ref.)					218/587 (76%)
Superior	0,10	0,90	-0,12	<0,90 +	265/311 (85%)
Situação Comunicativa					
Instrução (ref.)					115/157 (73%)
Ordem	0,32	0,50	0,63	0,52 +	137/177 (77%)
Pedido	1,20	0,47	2,50	0,01 *	231/264 (87%)
Saliência do Verbo					
Mais (Ref.)					200/251 (80%)
Menos	-0,11	0,28	0,38	0,69 +	283/347 (81%)
Tipo de Relação					
Assimétrica (Ref.)					233/291 (80%)
Simétrica	0,45	0,43	1,05	0,29 +	250/307 (81%)
F2: EscolaridadeS	-0,31	1,17	-0,26	0,78 +	
F3: EscolaridadeS	2,31	1,16	1,98	0,04 *	

Modelo: glmer (morfologia.verbo ~ faixa.etaria * escolaridade + sexo.genero + situacao.comunicativa + saliencia.verbo + tipo.relacao + (1|FALANTE) + (1|VERBO), data = dados, family = binomial)

Fonte: elaboração própria.

Em Feira de Santana (Tabela 1), as estimativas negativas em *logodds* para a segunda faixa etária (F2) (-2.20) e a terceira faixa etária (F3) (-2.61) indicam que essas faixas desfavorecem o uso do imperativo com morfologia de indicativo em relação ao *intercept*, correspondente à primeira faixa etária (F1). Observa-se que os falantes idosos (F3) são os que mais desfavorecem as formas indicativas, enquanto os jovens (F1) são os que mais as favorecem, sugerindo uma mudança em progresso em direção à forma indicativa. A análise das proporções por faixa etária confirma esse padrão: os jovens (F1) utilizam a forma indicativa em 63% das ocorrências, contra 47% entre os adultos (F2) e 31% entre os idosos (F3).

Em Campinas (Tabela 2), a Faixa Etária F3 (acima de 60 anos) também apresenta valor negativo em *logodds* (-3.68), indicando que desfavorece o uso da forma imperativa associada ao indicativo em comparação ao *intercept* F1. Além disso, não há diferença significativa entre F2 (35-59 anos) e o *intercept* F1 (18-34 anos), sugerindo que em Campinas há uma distinção entre os mais jovens e os mais velhos, mas a ausência de diferença significativa entre a primeira faixa etária (94%) e a segunda (83%) indica que a mudança está desacelerando. Esses resultados sugerem uma mudança em progresso em Campinas em estágio mais avançado do que em Feira de Santana, com a diferença entre as faixas etárias mais jovens já não sendo significativa.

De acordo com Paiva e Duarte (2003), para identificar uma mudança linguística é fundamental analisar pelo menos duas gerações sucessivas de falantes que possuam características sociais semelhantes e representem diferentes estágios da língua na mesma comunidade de fala. O comportamento da variável Faixa Etária em relação ao uso das formas imperativas tem sido amplamente estudado em trabalhos sociolinguísticos, que mostram diferenças consistentes entre os mais jovens e os mais velhos. Nos resultados apresentados, as tendências observadas confirmam as já registradas em outras pesquisas sobre o imperativo: os mais

jovens favorecem o uso das formas associadas ao indicativo, enquanto os mais velhos preferem as formas subjuntivas.

Essas tendências foram observadas por Sampaio (2001) em Salvador, que destacou o maior uso das formas indicativas entre os mais jovens (P.R. .61) em relação aos mais velhos (P.R. .43). Figueiredo e Souza (2017) também relataram um maior uso das formas indicativas pelos jovens em Feira de Santana (33%) em comparação aos mais velhos (17%). Os resultados de Campinas são semelhantes aos de Sampaio (2001) no Rio de Janeiro, onde a primeira faixa etária apresentou uso categórico das formas indicativas (100%), enquanto a terceira faixa as utilizava com menor frequência (94%). Assim, em ambas as cidades analisadas, as diferenças nas proporções de uso das formas indicativas e subjuntivas parecem refletir uma provável mudança em progresso, observada através da variável Faixa Etária, com resultados estatisticamente significativos tanto para Feira de Santana quanto para Campinas.

Para a variável Sexo/Gênero, não havia grandes expectativas de correlação, já que estudos anteriores não identificaram uma relação significativa. Essa variável foi incluída nesta pesquisa apenas para permitir comparações e possíveis generalizações sobre o uso do imperativo. Como previsto, ela não apresentou significância, com proporções bastante próximas em Feira de Santana (49% para mulheres e 44% para homens) e em Campinas (85% para mulheres e 74% para homens).

Nas análises de Sampaio (2001), Evangelista (2010) e Oliveira (2017), assim como nos dados de Feira de Santana e Campinas, a ausência de correlação entre Sexo/Gênero e o uso das formas imperativas foi atribuída ao fato de o imperativo não ser uma variável estigmatizada. Nesse contexto, Paiva (2004) observa que em muitos processos de mudança linguística, não há polarização clara entre variantes concorrentes, especialmente quando as variantes não estão sujeitas a avaliações sociais explícitas. Assim, a falta de correlação entre o imperativo e a variável Sexo/Gênero pode ser explicada pela ausência de coerção social ou de avaliações negativas de uma das variantes (Scherre, 2007).

Quanto à variável Escolaridade, a expectativa inicial era que os padrões de escolarização não influenciassem o uso das formas imperativas. Conforme apontado por Votre (2004), ao considerar a variável Escolaridade, é importante observar as dinâmicas sociais que as variantes expressam - como formas de prestígio, formas estigmatizadas ou formas neutras (não marcadas). Por ser considerada uma forma neutra (Evangelista, 2010; Scherre, 2007), o imperativo não seria suscetível à normatização escolar.

Contrariando as expectativas, a variável Escolaridade mostrou-se significativa em Feira de Santana. A análise revela que a estimativa negativa para o nível superior (-2,23), em comparação ao *intercept* (até o ensino médio), indica que falantes mais escolarizados tendem a utilizar menos o imperativo associado ao indicativo do que aqueles com menos escolaridade. Em Campinas, por outro lado, essa variável não apresentou correlação significativa. Esses resultados também podem ser observados por meio das proporções de uso do indicativo entre os falantes menos escolarizados de Feira de Santana (53%) e mais escolarizados (40%), e entre os campineiros menos escolarizados (76%) e mais escolarizados (85%).

Os resultados de Feira de Santana diferem dos apresentados por Sampaio (2001) para Salvador, onde os mais escolarizados favorecem o uso das formas indicativas. No entanto, os dados corroboram os achados de Oliveira (2017) nas capitais do Nordeste e de Figueiredo e Souza (2017) em Feira de Santana, onde os menos escolarizados são os que mais favorecem o uso do indicativo. Além disso, a variável Escolaridade não foi significativa em outros estudos,

como o de Evangelista (2010) em Vitória, assim como nos dados de Campinas desta pesquisa. Isso sugere que os resultados para essa variável não são congruentes, o que levanta questões sobre o real papel da Escolaridade nas correlações observadas. Outros fatores sociais podem estar influenciando os resultados, uma vez que as diferenças observadas parecem mais relacionadas a grupos sociais do que à Escolaridade em si.

Embora a linguagem seja vista como uma expressão de identidade histórico-cultural, os falantes podem compartilhar normas linguísticas diferentes que levam a padrões de variação e comportamentos distintos (Labov, 2008 [1972]), fazendo com que falantes da mesma língua pertençam a comunidades de fala diferentes. Os resultados para a variável Escolaridade indicam que Feira de Santana e Campinas apresentam padrões distintos de variação. Em Feira de Santana, os falantes menos escolarizados utilizam mais as formas indicativas, enquanto em Campinas, embora a variável não tenha sido significativa, os mais escolarizados apresentam uma maior proporção de uso do indicativo.

Esses dados sugerem que as relações entre escolarização e prestígio ou estigma das variantes linguísticas não são sempre tão diretas. A suposição comum de que quanto maior a escolarização, maior a propensão ao uso de formas de prestígio social pode não se aplicar quando a variável não é estigmatizada - como é o caso do imperativo. Segundo Milroy (2001), essa relação é frequentemente assumida em estudos sociolinguísticos. No entanto, os resultados de Campinas mostram que uma variante não padrão pode ser vista como de maior prestígio social, já que o *status* atribuído às variedades linguísticas é influenciado pelo contexto social dos falantes. Assim, tanto em Feira de Santana quanto em Campinas, o imperativo provavelmente não está sujeito a normas impostas pela escolarização, mas reflete normas de comunicação distintas em cada comunidade.

A variável Situação Comunicativa foi controlada com o objetivo de verificar se diferentes contextos influenciam a escolha das formas imperativas, partindo da hipótese de que contextos de pedido favorecem o uso das formas indicativas, por serem mais polidas e terem menor força ilocucionária, enquanto contextos de ordem, associados à ideia de reforço, tenderiam a desfavorecer essas formas. Os exemplos em (4)-(9) exemplificam as situações pedido, instrução e ordem respectivamente:

- (4) Me dá um beijo (FSA_M1M_EdsonC)³
- (5) Amiga assopra meu olho (CPS_F2M_MaraA)
- (6) Filha dobra a roupa assim (FSA_F2S_FabiaS)
- (7) Fica um pouco mais perto pra mim focar melhor (CPS_M3M_TulioR)
- (8) Arruma essa bagunça (FSA_M2M_MarciaS)
- (9) Desce já aqui (CPS_F2S_MunizeS)

O valor positivo em *logodds* para o contexto de pedido (1,13) indica que, entre os falantes de Feira de Santana, essa situação favorece o uso do imperativo com morfologia de indicativo em comparação ao *intercept* (situação de instrução). Além disso, não se observa diferença

³ Nos exemplos, o participante é identificado pelo seu perfil social: localidade (FSA - Feira de Santana; CPS - Campinas); Sexo (F - feminino; M - masculino); faixa etária (1 - 18-34 anos; 2 - 35-59 anos; 3 - acima de 60 anos); escolaridade (M - até Ensino Médio; S - Ensino Superior) e por seu pseudônimo.

significativa entre ordem e instrução. Curiosamente, embora a situação de ordem apresente a menor proporção de uso do indicativo (38%), o esperado seria uma estimativa negativa de *logodds*, sugerindo uma tendência de desfavorecimento da forma indicativa em relação à instrução, e não uma estimativa positiva (0,19), o que pode indicar uma interação entre Situação Comunicativa e outra variável, que será discutida posteriormente.

Em Campinas, o valor positivo em *logodds* (1,20) para o contexto de pedido também revela que os falantes campineiros favorecem o uso do imperativo associado ao indicativo nesse cenário, em relação ao *intercept* (situação de instrução). Assim como em Feira de Santana, não há diferença significativa entre a situação de ordem (0,32) em relação ao *intercept* (3,91).

Esses resultados estão de acordo com o estudo de Figueiredo e Souza (2017), que também aponta as formas indicativas como mais polidas e adequadas a contextos comunicativos que exigem menor força manipulativa. Além disso, corroboram as ideias de Scherre (2004), que associa o uso das formas subjuntivas a contextos de ordem. Nota-se, porém, que essa tendência não se limita aos falantes campineiros, uma vez que em Feira de Santana, onde ainda prevalece o uso das formas imperativas associadas a morfologia de subjuntivo, os falantes também preferem as formas indicativas em situações de pedido.

Em relação à variável Saliência do Verbo, a hipótese é que verbos menos salientes, com oposição menos marcada, favoreçam o uso das formas imperativas associadas ao indicativo (10), enquanto verbos com oposição mais marcada, por serem mais salientes (11), favoreçam o uso das formas imperativas associadas a morfologia de subjuntivo.

(10) Fala alto, não estou ouvindo. (CPS_M1S_RodolfoG)

(11) Faça uma pose. (FSA_F1S_KarlaS)

O valor positivo em *logodds* (0,63) para verbos menos salientes indica que, entre os falantes de Feira de Santana, há um favorecimento do uso do imperativo indicativo em relação ao *intercept* (verbos mais salientes). Já em Campinas, as proporções de uso das formas indicativas com verbos menos salientes (82%) e mais salientes (80%) são bastante semelhantes, o que justifica a ausência de correlação.⁴

Os resultados de Feira de Santana confirmam os achados das pesquisas de Sampaio (2001) e Oliveira (2017), que também apontaram que verbos menos salientes favorecem o uso das formas associadas ao indicativo. Em Campinas, no entanto, independentemente da saliência dos verbos, as proporções de uso do imperativo com morfologia de indicativo são elevadas. Como a mudança em Campinas está em um estágio mais avançado, a falta de correlação com a Saliência do Verbo pode indicar uma perda da influência de variáveis linguísticas, apontando padrões diferentes nas duas comunidades.

Assim como para a variável Situação Comunicativa, supõe-se que, no caso do Tipo de Relação entre interlocutores, os falantes usariam formas imperativas indicativas em relações simétricas, por serem mais brandas, enquanto nas relações assimétricas, utilizariam formas subjuntivas, que impõem maior força manipulativa. No entanto, as proporções em Feira de

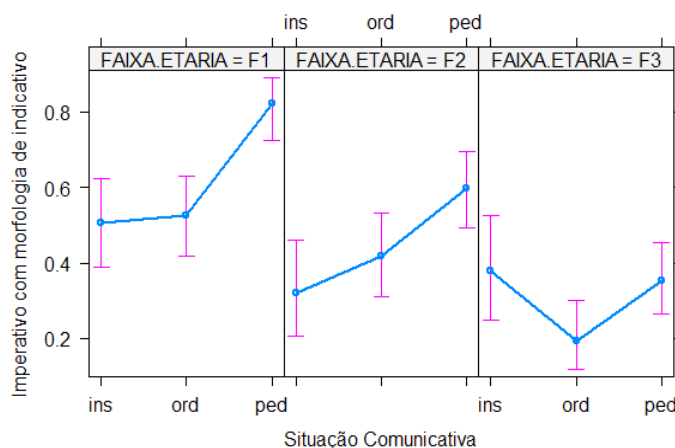
⁴ Inicialmente, a variável Saliência do Verbo foi organizada em três variantes – mais, mais ou menos e menos saliente – ver Seção 3, mas, como não era possível controlar totalmente os verbos que seriam ditos pelos participantes, ao analisar as formas ditas por eles, percebeu-se que havia mais verbos menos salientes, de modo que se decidiu amalgamar os dados de verbos mais salientes (cobre/cubra) e mais ou menos salientes (faz/faça) em uma mesma categoria.

Santana para relações simétricas (49%) e assimétricas (50%) são muito próximas, e o mesmo ocorre em Campinas, onde as relações simétricas apresentam 81% de uso do imperativo com morfologia de indicativo e as assimétricas 80%.

Portanto, conclui-se que a variável Tipo de Relação entre interlocutores não se correlaciona com o uso das formas imperativas em Feira de Santana e Campinas nos modelos de regressão. Esses resultados estão em consonância com os apresentados por Scherre (2004), em cuja pesquisa essa variável foi analisada, mas também não apresentou significância.

Os modelos de regressão logística também revelaram interações entre as variáveis Situação Comunicativa e Faixa Etária e Faixa Etária e Escolaridade em Feira de Santana, e entre Situação Comunicativa e Escolaridade e Faixa Etária e Escolaridade em Campinas. Essas interações são fundamentais para compreender melhor os resultados observados nas comunidades analisadas.

Imagem 2 – Interação entre as variáveis Situação Comunicativa e Faixa Etária para o uso do imperativo com morfologia de indicativo em Feira de Santana-BA



Fonte: elaboração própria.

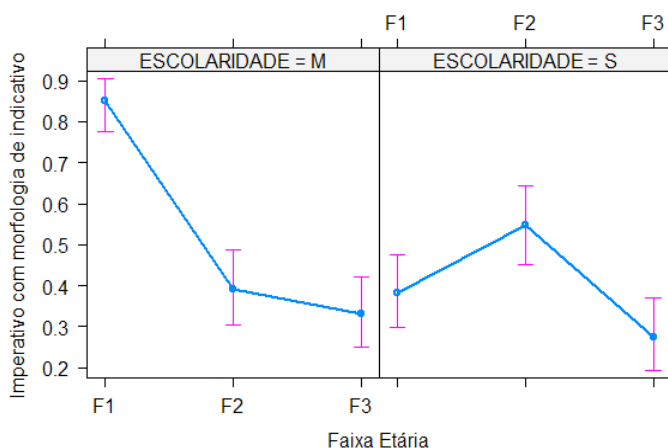
A Imagem 2 compara a aplicação do imperativo com morfologia de indicativo por informantes mais jovens (F1, à esquerda), de faixa etária intermediária (F2, no centro) e mais velhos (F3, à direita), quando a intenção comunicativa é de instruir, ordenar e pedir, respectivamente. No gráfico de F1 (18-34), percebe-se uma progressão ascendente, com a situação de pedido se destacando claramente das de ordem e instrução, favorecendo o uso do indicativo. No gráfico de F2 (35-59), também há uma progressão ascendente, mas não há uma diferença significativa entre ordem e pedido, embora haja entre pedido e instrução. No gráfico de F3 (acima de 60), não há diferença significativa entre os níveis de situações.

Os resultados dos gráficos para a primeira (18-34) e terceira (acima de 60) faixas etárias revelam comportamentos distintos entre essas gerações no que diz respeito ao uso das formas imperativas em Feira de Santana. Os mais jovens, ao utilizarem mais as formas associadas ao indicativo em contextos de pedido, reforçam a ideia de que as formas imperativas indicativas e subjuntivas possuem diferentes funções. Como mencionado anteriormente, há indícios de que os falantes que hoje usam mais as formas com morfologia de indicativo percebem as formas como morfologia de subjuntivo como um reforço de ordem (Scherre, 2004).

Por outro lado, os falantes mais velhos tendem a utilizar as formas imperativas associadas ao subjuntivo nos três contextos, sem diferenciação.

Esses resultados fazem supor que para os mais velhos não há essa diferença de funcionalidade entre formas indicativas e subjuntivas. Além disso, os dados indicam uma mudança nas normas comunicativas da comunidade de Feira de Santana, à medida que os falantes mais jovens passam a preferir formas indicativas em situações que demandam uma comunicação mais branda e polida.

IMAGEM 3 – Interação entre as variáveis Faixa Etária e Escolaridade para o uso do imperativo com morfologia de indicativo em Feira de Santana-BA

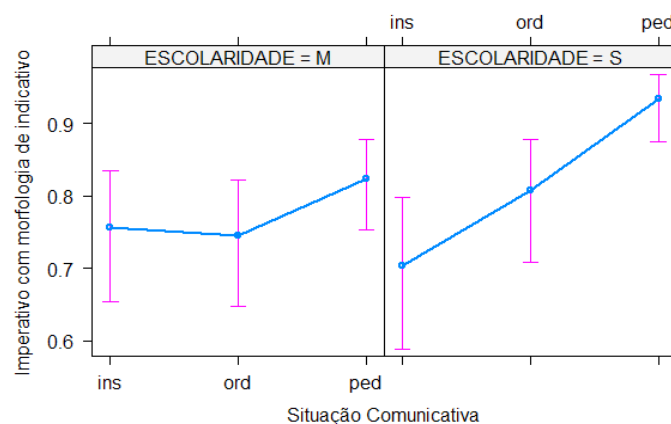


Fonte: elaboração própria.

Nos dados referentes a interação entre as variáveis Faixa Etária e Escolaridade (Imagem 3), o gráfico da esquerda, que mostra a escolaridade até o nível médio, revela uma progressão descendente: os falantes da primeira faixa etária (F1) utilizam mais as formas imperativas com morfologia de indicativo, enquanto os falantes de F2 e F3 empregam menos o imperativo associado ao indicativo. Esse padrão indica uma mudança em progresso na comunidade, liderada predominantemente pelos falantes com menor nível de escolaridade.

No gráfico à direita, que representa o nível superior, o comportamento dos falantes é distinto do observado no nível médio, pois não há diferenças significativas entre as faixas etárias. Observa-se que os falantes de F1 com nível médio agem de maneira diferente dos falantes da mesma faixa etária com nível superior. Esse contraste sugere não apenas padrões variados no uso das formas imperativas, mas também que os significados sociais atribuídos a cada variante são distintos para esses grupos.

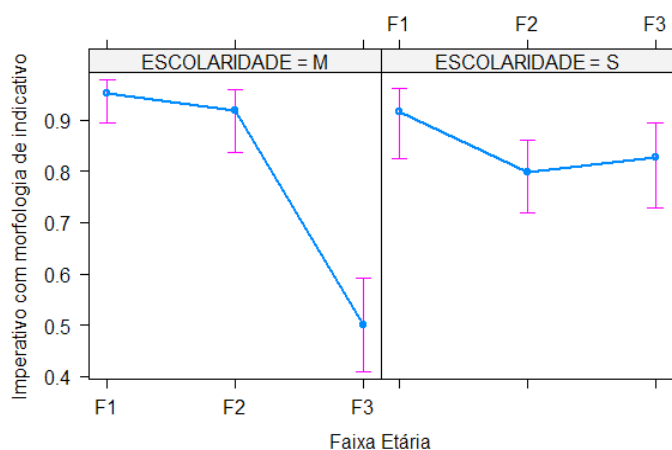
Imagem 4 – Interação entre as variáveis Situação Comunicativa e Escolaridade para o uso do imperativo com morfologia de indicativo em Campinas-SP



Fonte: elaboração própria.

Nos dados de Campinas, a interação revelada pelos modelos de regressão logística foi entre Situação Comunicativa e Escolaridade. A Imagem 4 compara o uso do imperativo com morfologia de indicativo entre falantes com até o ensino médio (à esquerda) e aqueles com nível superior (à direita) nas situações de instrução, ordem e pedido, respectivamente. Entre os falantes com até o ensino médio, não há diferença significativa entre os contextos comunicativos, mas entre os falantes de nível superior, os resultados são diferentes. Observa-se uma progressão ascendente, com uma diferença significativa entre as situações de instrução e pedido, sendo que as situações de pedido favorecem o uso das formas imperativas associadas ao indicativo.

Imagem 5 - Interação entre as variáveis Faixa Etária e Escolaridade para o uso do imperativo com morfologia de indicativo em Campinas-SP



Fonte: elaboração própria.

Nos dados referentes a Campinas, a Imagem 5 compara o uso do imperativo com morfologia de indicativo entre falantes com escolaridade de nível médio (à esquerda) e superior (à direita) nas faixas etárias F1 (18-34), F2 (35-59) e F3 (acima de 60). No gráfico da esquerda,

que representa o nível médio, nota-se uma progressão descendente: os falantes de F1 e F2 utilizam mais as formas imperativas com morfologia de indicativo, enquanto os falantes de F3 recorrem bem menos ao imperativo associado ao indicativo. Por outro lado, no gráfico referente ao nível superior, não há uma diferença significativa entre as faixas etárias F1, F2 e F3. Esse padrão sugere que a mudança pode ter começado entre os falantes com escolaridade mais alta, onde a variação já está estabilizada, enquanto a continuidade da mudança ocorre atualmente entre os falantes com menor escolaridade.

5 Considerações finais

Os resultados demonstram que as normas linguísticas para o uso das formas imperativas em Feira de Santana e Campinas são distintas, refletindo as práticas comunicativas características de cada comunidade. Dessa forma, o uso das variantes imperativas é determinado pelas normas de cada localidade, confirmando que essas duas cidades apresentam padrões linguísticos diferenciados.

Especificamente, as análises para Feira de Santana indicam que os falantes utilizam predominantemente as formas imperativas associadas ao subjuntivo (53%), mas há sinais de uma mudança em progresso. Os falantes da primeira faixa etária (18-34) favorecem o uso das formas indicativas (63%), liderando essa transformação. Curiosamente, essa mudança é impulsionada pelos falantes menos escolarizados (53%), sugerindo que os padrões normativos da gramática tradicional têm pouca influência sobre a escolha das variantes, já que o imperativo não está sujeito a forte pressão social. As variáveis linguísticas Situação Comunicativa e Saliência do Verbo apresentaram correlação com o uso das formas indicativas, que são mais empregadas em contextos de pedido (58%) e com verbos menos salientes (52%). Os modelos também revelaram uma interação entre Situação Comunicativa e Faixa Etária, evidenciando que os mais jovens favorecem o indicativo em contextos de pedido, enquanto os falantes mais velhos preferem as formas subjuntivas em todos os contextos (pedido, ordem e instrução). Isso sugere que os falantes de Feira de Santana estão caminhando em direção ao uso das normas imperativas predominantes nas capitais das regiões de maior prestígio no Brasil, como o Sul e Sudeste.

Em Campinas, a mudança em direção às formas imperativas associadas ao indicativo está em um estágio mais avançado (81%). Diferentemente de Feira de Santana, embora a variável Escolaridade não seja significativa, é importante destacar que os falantes mais escolarizados (85%) lideram essa mudança, reforçando a noção de que as variantes prescritas pela gramática nem sempre são seguidas pelos falantes cultos. Assim como em Feira de Santana, os contextos de pedido favorecem o uso da morfologia de indicativo (87%); entretanto, a variável Saliência do Verbo não apresentou correlação significativa com o uso das formas imperativas, provavelmente devido ao estágio mais avançado da mudança. Os modelos de regressão revelaram interações entre Situação Comunicativa e Escolaridade, indicando que os falantes com até o ensino médio não apresentam diferenças significativas entre os contextos comunicativos, enquanto os de nível superior favorecem as formas indicativas em situações de pedido.

Em suma, os resultados observados entre as variáveis analisadas oferecem uma compreensão mais profunda das forças que moldam o uso das variantes imperativas, demonstrando que as normas linguísticas estão em constante transformação, influenciadas tanto por fatores sociais quanto por práticas comunicativas específicas adotadas por diferentes comunidades linguísticas.

Referências

- BAAZEN, R. H. *Analysing linguistic data: a practical introduction to Statistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- CARDOSO, D. B. B. *Variação e mudança do imperativo no português brasileiro: gênero e identidade*. 2009. 165f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *A nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.
- EVANGELISTA, E. M. *Fala, Vitória! A variação do imperativo na cidade de Vitória/ES e sua posição no cenário nacional*. 2010. 166f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- FIGUEREIDO, J. G. dos S.; SOUZA, E. S. de. *O uso do imperativo por migrantes baianos em São Paulo: um estudo comparativo*. [S.l.: s.n.], 2017. Comunicação apresentada no VII Encontro de Sociolinguística: Redes e Contato.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.
- HELLWIG, B.; GEERTS, J. *ELAN – Linguistic Annotator*. Versão 4.4.0. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.mpi.nl/corpus/manuals/manual-elan.pdf>.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Cardoso. São Paulo: Editora Parábola, 2008 [1972].
- LEVSHINA, N. *How to do Linguistics with R*. Amsterdam: John Benjamins, 2015.
- MILROY, J. Language ideologies and the consequences of standardization. *Journal of Sociolinguistics*, Oxford, v. 5, n. 4, p. 530-555, nov. 2001.
- MOLLICA, M. C.; PAIVA, M. de C. Restrições estruturais atuando na relação entre L - R e R - Ø em grupos consonantais em português. *Boletim da ABRALIN*, n. 11, p. 181-189, 1989.
- NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 43-50.
- NUNES, L.; SCHWENTER, S. Variability in the form of southern Brazilian Portuguese imperatives. In: 44 NWAV. Toronto, 2015.
- OLIVEIRA, J. M. O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB. In: LOPES, N. S.; OLIVEIRA, J. M.; PARCERO, L. M. J. (orgs.). *Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade*. São Paulo: Blucher, 2017, p. 27-44.
- OLIVEIRA, J. M. Wh-Exclamative, Imperative and Interrogative Sentences: Issues on Brazilian Portuguese. In: GUESSER, S.; MARCHESAN, A.; MEDEIROS JUNIOR, P. (Eds.). *Wh-exclamatives, Imperatives and Wh-questions: Issues on Brazilian Portuguese*. Berlin: De Gruyter, 2023, p. 27-44.
- OUSHIRO, L. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. 2015. 390 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2015.

- OUSHIRO, L. *Introdução à Estatística para Linguistas*. Campinas: Editora da ABRALIN, 2022. Disponível em: <https://ead.abralin.org/>.
- PAIVA, M. D. C.; DUARTE, M. E. *Mudança linguística em tempo real*. São Paulo: Contra Capa, 2003.
- PAIVA, M. D. C. de. A variável gênero/sexo. In: BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (eds.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. [S.l.]: São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 33–42.
- PEIRCE, J. W. *Psychology Software Tools E-Prime 4.0*. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <https://pstnet.com/products/e-prime/>.
- R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. [S.l.: s.n.], 2023. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. Disponível em: <http://www.R-project.org/>.
- SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. 2001. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia -UFBA, Salvador, 2001.
- SCHERRE, M. M. P. Norma e uso: o imperativo no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt am Main: Vervuert, 2004, p. 231–260.
- SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 189–222, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1432>. Acesso em: 10 out. 2025.
- VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 51–57.

O verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade

The auxiliary verb vir a (lit. ‘come to’) as a marker of posteriority

Telmo Móia

Universidade de Lisboa (ULisboa)

Lisboa | PT

tmoia@letras.ulisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0288-2604>

Resumo: Neste trabalho, analisa-se, numa perspetiva predominantemente semântica, o verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade, distinguindo dois valores temporo-modais a que ele pode surgir associado: um puramente prospetivo e não factual, como na frase *se tudo corresse bem, viríamos a descobrir a verdade*, outro prospetivo-retrospetivo e factual, como na sequência *tinham-nos mentido; só viríamos/viemos a descobrir a verdade uns dias depois*. São considerados diversos fatores gramaticais que condicionam o uso deste verbo, com destaque para o tipo de ponto de perspetiva temporal, o tempo e modo verbal, a *Aktionsart* das situações descritas e a eventual presença de adjuntos temporais de posterioridade ou formas afins; sublinha-se a importância de se considerar informação pressuposta no seu processamento, ainda que este aspeto não seja desenvolvido. São identificadas situações em que o uso de *vir a* se afigura como redundante, obtendo-se equivalência vericondicional quando o verbo é removido.

Palavras-chave: *vir a*; verbos auxiliares; tempo verbal; modo; pressuposição; redundância.

Abstract: This paper discusses, from a predominantly semantic perspective, the auxiliary verb *vir a* (lit. ‘come to’) as a marker of posteriority, distinguishing between two temporal and modal values that it can be associated with: one purely prospective and non-factual, as in the sentence *se tudo corresse bem, viríamos a descobrir a verdade* (‘if everything went well, we would discover the truth’), the other prospective-retrospective and factual, as in the sequence *tinham-nos mentido; só viríamos/viemos a descobrir a verdade uns dias depois* (‘they had lied to us; we would only discover the truth a few days later’). Various grammatical factors affecting the use of this



auxiliary verb are scrutinized, viz. type of temporal perspective point, tense and mood values, Aktionsart of the described eventualities, possible presence of adjuncts of posteriority, or comparable prospective forms; the relevance of taking into account presupposed information is emphasised, though not elaborated upon. Contexts in which the use of *vir a* appears to be redundant, i.e. where its elimination does not affect the truth conditions of the sentence, are analysed in some detail.

Keywords: *vir a* (lit. 'come to'); auxiliary verbs; tense; mood; presupposition; redundancy.

1 Introdução

Este trabalho dedica-se a analisar, numa perspectiva predominantemente semântica, o verbo auxiliar *vir* seguido da preposição *a* precedendo verbo principal no infinitivo (doravante referido, por facilidade, como verbo auxiliar *vir a*), que tem sido relativamente pouco investigado na literatura. Um dos valores mais comuns que este verbo sinaliza – e o único que será aqui considerado – é um valor de localização temporal relativa, nomeadamente, de posterioridade das situações descritas a um dado ponto de perspectiva temporal (*sensu* Kamp & Reyle 1993).¹ Em contextos dêiticos, a posterioridade é relativa ao momento da enunciação, como em (1); em contextos anafóricos, a posterioridade é relativa a um ponto de perspectiva passado, como em (2) e (3), ou a um ponto de perspectiva futuro, como em (4):

- (1) O pavilhão acabou de ser desmantelado. Não sabemos se *virá a ser* reconstruído.
- (2) O pavilhão acabara de ser desmantelado. Não sabíamos se *viria a ser* reconstruído.
- (3) O pavilhão acabara de ser desmantelado. Só {*viria / veio*} *a ser* reconstruído um ano depois.
- (4) No final do próximo ano, o pavilhão será desmantelado e possivelmente não *virá a ser* reconstruído.

¹ O verbo auxiliar *vir a* pode ter pelo menos dois outros valores que não são aqui tidos em consideração. Um primeiro, extremamente frequente em PE, mas de uso quase residual em PB (cf. Móia; Viotti, 2004, p. 124-125) é o valor de gradualidade ou de iteração, que ocorre principalmente em frases com pretérito perfeito composto do indicativo como *a situação tem vindo a agravar-se ultimamente* (gradualidade) ou *os partidos da Oposição têm vindo a reclamar a constituição de um governo de unidade nacional* (iteração); este valor corresponde a cerca de 25% das ocorrências de *vir a* no corpus CETEMPúblico; no português brasileiro, ele é tipicamente expresso pela combinação *vir* + gerúndio (não por *vir a* + infinitivo). Um segundo valor usa o verbo *vir* predominantemente no presente do indicativo e é em certa medida idiomático – cf. *o que é que vem a ser tudo isto? isto só vem a querer dizer que ele estava enganado*. Silva Dias (1894 [1876], p. 57) refere este valor (mas curiosamente não o valor de posterioridade): “a combinação do verbo *vir* com o infinitivo de certos verbos precedido da preposição *a* tem quase o mesmo valor que esses verbos empregados sós, v. g. *Isto vem a significar*, é quasi o mesmo que: *isto significa* [...], *Vir a ser*, muitas vezes quer dizer *tornar-se*”.

Além do valor de localização temporal, analisável num enquadramento formal reichenbachiano, que aqui assumo,² este verbo auxiliar associa-se ainda destacadamente a valores modais, que serão bastante explorados neste trabalho. Veja-se que a situação relevante descrita nas frases acima – a reconstrução do pavilhão – é apresentada como um facto em (3), mas apenas como uma hipótese em aberto nas restantes três frases.

Interessa ainda notar que, quando se utiliza o auxiliar *vir a*, se subentende tipicamente a ocorrência de uma cadeia de situações relevantes, não explicitadas, entre o ponto de perspectiva e a situação descrita, a qual surge no término dessa sequência implícita. É o que acontece claramente nas frases (5) e (6), que evocam a possibilidade de uma sucessão de eventos futuros que gerem, em consequência deles e eventualmente contra alguma expectativa inicial, a necessidade de ajuda. Trata-se de um valor muito próximo do que se obtém com o verbo auxiliar *acabar por*, com o qual a assunção da existência de situações relevantes prévias é porventura mais evidente (cf. e.g. Medeiros, 2018, 2020).³ Deixarei para investigação posterior o estatuto exato da informação implícita em causa (e.g. como pressuposição ou implicatura), uma questão do plano pragmático *lato sensu*.

(5) O Pedro certamente *virá a precisar* [\approx *acabará por precisar*] da ajuda do irmão.

(6) É possível que o Pedro *venha a precisar* [\approx *acabe por precisar*] da ajuda do irmão.

Em suma, uma análise semântica completa do verbo auxiliar *vir a* deve considerar três componentes: valores temporais (posterioridade), valores modais (factuais vs. não factuais) e valores pragmáticos (assunção de ocorrência prévia de uma cadeia de situações relevantes). Neste trabalho, por razões de espaço, apenas serão analisados com pormenor os dois primeiros. Em relação a eles, considerarei essencialmente duas questões.

A primeira relaciona-se com o facto de o verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade ocorrer associado a dois tipos de valores temporais e modais, que importa distinguir gramaticalmente: (i) um valor puramente prospetivo, e não factual, ilustrado em (1), (2) e (4) acima, e (ii) um valor prospetivo-retrospectivo, e tipicamente factual, ilustrado em (3) acima.⁴ A distinção é relevante essencialmente em contextos anafóricos passados, como os ilustrados em (2) e (3), já que nos outros contextos (dêiticos e anafóricos futuros) surge ape-

² O presente trabalho adota o enquadramento formal da Discourse Representation Theory, de Hans Kamp, ainda que, por mera facilidade, não integre formalizações nessa linguagem lógica. Kamp & Reyle (1993) apresentam um tratamento reichenbachiano dos tempos verbais do inglês, cujas linhas gerais sigo aqui.

³ As descrições lexicográficas reconhecem geralmente esta característica de *acabar por* – cf. e.g. a descrição deste verbo no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa, 2001: “Chegar a determinado resultado, estado ou situação, após dificuldades, dúvidas, condições adversas ou contrárias” (p. 34). Medeiros (2020), numa análise linguística recente, considera que “um conjunto de circunstâncias ou eventos subentendidos ou mencionados no contexto culminam ou causam o evento expresso pela oração que segue o verbo *acabar*” (p. 1249) ou que “um superevento S (um conjunto de eventos [...] não necessariamente dependentes uns dos outros) [...] tem relevância para a consecução do evento veiculado pela oração” dependente de *acabar* (p. 1251). Na maioria dos casos, como em (5)-(6), as frases com *vir a* prospetivo podem ser reformuladas com recurso ao auxiliar *acabar por*; há, porém, exceções, cuja análise deixo para investigação posterior: e.g. “Queremos fazer das estruturas empresariais que *venham a existir* [\approx *acabem por existir*] à volta do Sporting um bom negócio.” (CETEMPúblico, ext1228-des-95a-2).

⁴ Creio que o verbo auxiliar propriamente dito não é ambivalente, sendo a ambivalência imputável aos próprios tempos verbais e/ou a outros factores contextuais. Note-se que o mesmo tipo de efeitos interpretativos se observa com tempos sintéticos, sem *vir a*, ou com frases com outros verbos auxiliares, como *acabar por*:

nas o valor puramente prospetivo. Simplificadamente, quando se usa o verbo *vir a* associado a um valor puramente prospetivo, como em (2), a ocorrência das situações descritas é deixada em aberto no futuro do ponto de perspetiva relevante, isto é, envolve um valor modal não factual; quando se usa o verbo *vir a* associado a um valor prospetivo-retrospetivo, como em (3), a ocorrência das situações descritas é apresentada como posterior a um ponto de perspetiva passado – componente prospetiva –, mas, adicionalmente, por norma, com um facto anterior ao presente – componente retrospectiva (e factual).⁵ A ocorrência de *vir a* como marcador de posterioridade associado a cada um destes dois valores, com foco na sua combinação com os diferentes tempos e modos verbais, será explorada na secção 3.

Uma segunda questão relaciona-se com o facto de em muitos contextos (ainda que, crucialmente, não em todos) o contributo de *vir a* para as condições de verdade das frases, como sinalizador de posterioridade, ser redundante, ainda que inocuamente, por não sobrevir qualquer sensação de agramaticalidade ou de falta de naturalidade. Isso acontece, por exemplo, na presença de certos elementos gramaticais que induzem por si só um valor de posterioridade, como adjuntos do tipo de *no futuro*. Neste caso, obtém-se a mesma interpretação, pelo menos em termos de condições de verdade, se o verbo auxiliar for suprimido (sendo de salvaguardar eventuais diferenças subtis em termos de informação implícita, do tipo referido anteriormente a propósito das frases (5)-(6)). Comparem-se as seguintes duas frases, equivalentes:

- (7) É um problema que muito dificilmente *se virá a pôr no futuro*.
- (8) É um problema que muito dificilmente *se porá no futuro*.

Como veremos, além de eventuais adjuntos prospetivos, como *no futuro*, há diversos outros elementos gramaticais a equacionar na análise desta questão, com destaque para o modo do verbo (e.g. indicativo vs. conjuntivo), o valor de *Aktionsart* das situações descritas (estados vs. eventos), o eventual encaixe em completivas dependentes de predicados prospetivos e a presença de outros verbos auxiliares prospetivos (e.g. *acabar por*). A questão geral da redundância vericondicional no uso de *vir a* como marcador de posterioridade será explorada na secção 4.

A descrição linguística neste trabalho recorre centralmente à observação do registo escrito jornalístico português, documentado no *corpus* CETEMPúblico, o qual contém cerca de 195 milhões de palavras. Os dados deste *corpus* são usados para ilustração e para determinação da prevalência de formas, na medida em que se pretende aqui documentar principalmente a variedade padrão do português europeu (PE) contemporâneo. O português brasileiro (PB) também é considerado, ainda que de forma menos central, tendo em conta dados do NILC/São Carlos, um *corpus* com cerca de 35 milhões de palavras de texto (predominantemente) jornalístico brasileiro. Veremos que, apesar de diferenças consideráveis de frequência, o uso de *vir a* como marcador de posterioridade no PB não parece diferir significativamente do seu uso no PE, havendo registos de praticamente todas as combinações gramaticais relevantes em ambas

(i) O pavilhão acabara de ser desmantelado. Não sabíamos se {*seria / acabaria por ser*} reconstruído. [puramente prospetivo, não factual]

(ii) O pavilhão acabara de ser desmantelado. {*Só seria (ou foi) / Acabaria (ou Acabou) por só ser*} reconstruído um ano depois. [prospetivo-retrospetivo, factual]

⁵ O valor prospetivo-retrospetivo associa-se tipicamente ao valor factual, mas, naturalmente, isso pode não acontecer, e.g. em contextos em que se afirma desconhecimento, no presente, acerca de um facto passado: *se ele veio ou não a arrepender-se, ninguém sabe ao certo* (não factual) vs. *ele veio a arrepender-se* (factual).

as variedades. O PE não contemporâneo também é marginalmente considerado, a partir de observações do Vercial, um *corpus* com cerca de 15 milhões de palavras, de texto literário português dos séculos XVI a XX. A consulta deste *corpus* permite tecer algumas conjeturas sobre potenciais mudanças linguísticas, cuja verificação é deixada para investigação futura.

Um primeiro aspeto que a pesquisa nestes *corpora* revela é que o verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade é uma unidade lexical de frequência considerável. Veja-se a Tabela 1:⁶

Tabela 1 – número estimado de ocorrências do verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade em diferentes *corpora*

<i>corpus</i>	número total de ocorrências	número de ocorrências por milhão de palavras
CETEMPúblico (PE)	≈ 44.300	227
NILC/São Carlos (PB)	≈ 1.200	33
Vercial	≈ 1.000	64

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode observar, o registo jornalístico do PB parece fazer um uso quase sete vezes menor que o registo jornalístico do PE do verbo auxiliar em causa: 33 ocorrências por milhão de palavras (pMp) vs. 227 ocorrências pMp, respetivamente. O uso no Vercial (64 pMp) é quase o dobro do verificado no NILC/São Carlos, mas quase quatro vezes inferior ao do CETEMPúblico. Deixo a análise destas significativas diferenças de frequência para investigação futura, embora registe alguns aspetos particulares da variação entre *corpora* adiante.

2 O verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade em dicionários e gramáticas

Dada a frequência relativamente elevada do verbo *vir a* como marcador de posterioridade, é algo surpreendente que a literatura sobre verbos auxiliares do português – incluindo gramáticas de referência, antigas e modernas – lhe dedique tão pouca atenção e que os registos lexicográficos sejam tão limitados.

Começemos pelos dicionários, que geralmente registam o verbo em causa numa aceção independente, com paráfrases do valor semântico pouco esclarecedoras. Por exemplo, o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* [DLPC], da Academia das Ciências de Lisboa, de 2001, regista *vir a* como marcador de posterioridade num único número do verbete de *vir* (como “auxiliar de tempo ou aspecto”), com a mera descrição “conclusão ou desfecho”; como se pode ver pela transcrição abaixo, o dicionário destaca a sua proximidade semântica ao verbo *acabar por* e inclui abonações que ilustram tanto a sua associação a um valor puramente prospetivo (segunda abonação) como a um valor prospetivo-retrospectivo (primeira e terceira abonações): “2. Conclusão ou desfecho. (Seguido da preposição *a* e de um verbo pleno no infinitivo.) ≈

⁶ Os valores da Tabela 1 foram calculados a partir das pesquisas realizadas para a elaboração das Tabelas 3 e 4 adiante, descritas nas notas 11 e 14.

ACABAR POR. *O inquérito veio a esclarecer a questão. Se isso se vier a confirmar, teremos de agir. Vim a saber a novidade por ele*". (DLPC, 2001: 3758)

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* [DHLP], de 2001, tem um registo ainda mais exíguo, limitando-se praticamente a um comentário gramatical breve, que reúne todas as aceções do verbo *vir* como auxiliar (com *a*, com *de* ou com gerúndio) e apresenta a descrição, vaga e pouco informativa, "exprime ocorrência da ação"; as abonações dadas também incluem contextos com valor puramente prospetivo e com valor prospetivo-retrospectivo: "GRAM. [...] seguido [...] de *a* [...] funciona como v.aux., exprimindo 'ocorrência da ação' (aspecto incoativo) [...] *a afta veio a formar-se depois que feri a gengiva; e se ele vier a procurá-la de novo?* [...]" (DHLP, 2001, p. 2867)

O *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil* [DGV], coordenado por Francisco da Silva Barbosa, também insiste na proximidade de sentido com o verbo auxiliar *acabar* (e dá igualmente exemplos de ambos os valores, puramente prospetivo e prospetivo-retrospectivo):

[Vir] Precedendo *a* + infinitivo, indica aspecto resultativo [= "resultado final do que o infinitivo indica"] equivalendo a *acabar* + gerúndio / *por* + infinitivo: *a consciência desta transmutação só recentemente veio a formar-se [...]; a visão do artista [...] pode vir a constituir uma aquisição cultural preciosa [...]*" (DGV, 1991 [2. ed.], p. 1351)

Em termos de gramáticas, a descrição semântica deste verbo auxiliar também é muito rudimentar e a exemplificação escassa (misturando até, por vezes, diferentes aceções do predicado). O verbo não é referido, tanto quanto pude apurar, em gramáticas anteriores ao século XX, mas é tratado, ainda que superficialmente, em gramáticas mais modernas. Almeida (1999 [1943], p. 314-315) refere que "o verbo *vir* seguido de *a* e um infinitivo forma locuções verbais e assume o sentido de *acontecer, suceder*: *Vieram a saber* – Terra que *venha* ele *a* encontrar – [...] O Faraó *veio* também *a* morrer afogado"; este autor dá ainda, sob a mesma descrição, um quarto exemplo que claramente não corresponde à mesma aceção, mas antes ao valor idiomático referido na nota 1: *o que vem a ser o mesmo*. Bechara (1999 [1961], p. 232) limita-se a dar um exemplo (*vir a escrever*), sem comentário, sob a descrição genérica de valor de "resultado". Cuesta e Luz (1971, p. 432) observam que "a realização dum propósito, a consecução final de uma ação, podem exprimir-se em português por meio do verbo *vir* e um infinitivo precedido da preposição *a*: §*Vim a saber que o rapaz é de família muito distinta* §*Virá a ser um grande escritor*"; as autoras dão ainda, sob a mesma descrição, um terceiro exemplo, que claramente não corresponde a esta aceção, mas antes ao valor idiomático referido na nota 1: *Que vem a significar tudo isto?* Cunha e Cintra (1984, p. 395) notam que "[Vir emprega-se] com o INFINITIVO do verbo principal antecedido da preposição *a*, para expressar o resultado final da acção", dando dois exemplos: *vim a saber dessas coisas muito tarde; veio a dar com os burros nágua* (sic). Neves (1999, p. 64) limita-se a dar um exemplo (*Bem queria que Aparício nunca viesse a saber deste desespero da nossa mãe*), classificando *vir a* como verbo aspetual que sinaliza o valor "aquisição de estado"; a autora dá ainda um exemplo do predicado, até certo ponto congénere, *terminar por*, considerando que sinaliza o valor "término ou cessação de evento". Castilho (2010, p. 450-451) limita-se a dar um exemplo (*veio a falecer três dias depois*), sob a descrição "perífrases de infinitivo/pretérito perfeito"; dá ainda um exemplo do predicado, até certo ponto congénere, *acabar por*, sob a descrição "perífrases de infinitivo/imperfectivo terminativo". Finalmente, o extenso capítulo da *Gramática do Português*, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, dedicado aos verbos

auxiliares (Raposo, 2013) nem sequer menciona este verbo auxiliar (ou o seu congénere *acabar por*, aliás). O mesmo acontece na breve secção de três páginas dedicada aos verbos auxiliares, na *Gramática do Português*, de Maria Helena Mira Mateus *et al.* (Duarte, 2003).⁷

Em suma, verificamos que a generalidade das gramáticas do português, mesmo as mais recentes, ou ignoram completamente este verbo ou se limitam a dar um ou dois exemplos sem desenvolver a análise semântica, ou identificar de forma clara os seus componentes essenciais, temporais, modais e pragmáticos. Verificamos também que os dicionários têm descrições muito vagas e insuficientes. O presente trabalho tem como objetivo contribuir para colmatar estas lacunas.

Em termos de literatura mais especializada, os únicos trabalhos que conheço que referem, ainda que sem aprofundar, aspetos semânticos específicos deste verbo são Mória (2017, 2018), cujas reflexões retomarei adiante. Gonçalves (1996) discute ainda propriedades sintáticas deste verbo auxiliar.⁸

3 O verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade e sua combinação com diferentes tempos verbais

Como foi referido na secção introdutória, considero, seguindo Mória (2017, 2018), que importa distinguir gramaticalmente dois contextos em que surge o verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade: aqueles em que há um valor puramente prospetivo, e não factual, como (9), e aqueles em que há um valor prospetivo-retrospectivo, e factual, como (10).

- (9) Os fundadores do Partido Republicano Português acreditavam, no final do século XIX, que Portugal *se viria a tornar* uma república em breve.

⁷ O sentido de posterioridade de uma situação a um ponto de perspetiva temporal também parece existir para o verbo espanhol *venir a*. É a aceção n.º 18 do verbete *venir* do *Diccionario de la lengua española*, da Real Academia Española (<https://dle.rae.es/>): “intr. Dicho de una cosa que se esperaba o se temía: Suceder finalmente. *Después de una larga enfermedad, vino a morir. Después de largas pretensiones, vino a conseguir la plaza*”. Na *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, também da Real Academia Española, Leonardo Torrego apresenta a seguinte descrição deste predicado (em que se salienta igualmente a proximidade ao verbo *acabar*): “Otro de los valores [de <venir a + infinitivo>] es el de «culminación» de un hecho: § (215) El tiempo vino a darme razón (= «el tiempo acabó dándome razón»). § En ocasiones, el valor está muy cerca de un «logro» o de un significado ‘perfectivo’: *Lo vine a saber por ti* (= «lo logré saber por ti»).” (Torrego, 1999, p. 3383-3384).

⁸ Gonçalves (1996, p. 11) inclui *vir a* no seu quadro de verbos auxiliares e observa que ele possui a generalidade das propriedades sintáticas típicas desta subclasse de verbos, com duas particularidades: (i) em relação à subida de clíticos para antes de *vir a* em contextos desencadeadores de próclise, a autora diz que ela é opcional; pesquisas no CETEMPúblico que permitem comparar a prevalência de subida vs. não subida de clítico, e.g. imediatamente após *não* e *que* (“*não|que*” “*o|a|os|as|lhe|lhes|me|te|nos|vos*” [lema=“*vir*”] “*a*” “*.*r*” vs. “*não|que*” [lema=“*vir*”] “*a*” “*.*-lo|.*-la|.*-los|.*-las|.*-lhe|.*-lhes|.*-me|.*-te|.*-nos|.*-vos*”) dão uma prevalência da subida do clítico de 73% (230 registos) e da não subida de clítico de 27% (83 registos); (ii) em relação à possibilidade de negação do predicado encaixado, a autora assume que há dúvidas entre os falantes; no CETEMPúblico, a sequência com a negação mais alta (*não vir a* INF) é sem dúvida predominante – mais de 1000 registos; porém, a pesquisa [lema=“*vir*”] □ {0,2} “*a*” “*não*” “*.*r*” revela 48 ocorrências de *vir a não* INF (dois terços das quais depois do verbo auxiliar *poder*, que parece facilitar a construção), que não se afiguram de modo algum problemáticas – cf. e.g. “o PS corria o risco de sozinho *vir a não conseguir* eleger João Soares” (CETEMPúblico, ext332058-nd-98a-2).

- (10) O embrião do Partido Republicano Português surgiu em 1870. Quarenta anos mais tarde, em 1910, Portugal *viria a tornar-se* uma república.

Ambos os contextos são muito comuns no tipo de registo escrito analisado neste trabalho, como ilustrado na Tabela 2.⁹ Observa-se que a prevalência dos dois valores é muito semelhante nos registos jornalísticos do PE e do PB, com o valor puramente prospetivo a ser cerca de três vezes mais frequente que o valor prospetivo-retrospectivo nas duas variedades do português. Diferentemente, no *corpus* mais antigo Vercial, predomina o valor prospetivo-retrospectivo (principalmente associado ao pretérito perfeito simples do indicativo, e.g. *veio a + INF*), que é cerca de 1,25 vezes mais frequente que o valor puramente prospetivo, facto que poderá indiciar alguma mudança linguística (a requerer investigação futura).

Tabela 2 – prevalência do verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade associado a um valor puramente prospetivo vs. a um valor prospetivo-retrospectivo em diferentes *corpora*

<i>corpus</i>	percentagem de ocorrências associadas a um valor puramente prospetivo	percentagem de ocorrências associadas a um valor prospetivo-retrospectivo
CETEMPúblico (PE)	74%	26%
NILC/São Carlos (PB)	77%	23%
Vercial	45%	55%

Fonte: elaborado pelo autor.

Muitas vezes, os dois tipos de valores que se associam a *vir a* surgem em predicções com tempos verbais distintos, os quais, sozinhos, garantem geralmente que não há ambiguidade de interpretação. Porém, nalguns casos, o mesmo tempo verbal é usado para os dois tipos de interpretação (cf. e.g. (9)-(10) acima). Quando isso acontece, só o contexto mais alargado permite esclarecer a interpretação, eliminando a potencial ambiguidade. Esporadicamente, pode persistir a ambiguidade, como em (11), com o contexto dado.

- (11) “Foi aí que [...] os professores da escola resolveram adiantar entre eles esta quantidade para que o passeio não se gorasse. Subsídios posteriores ao passeio, como o do Governo Civil, *viriam a repor* o adiantamento.”
(CETEMPúblico, ext35063-soc-95a-2)
[valor puramente prospetivo: “era expectável que viessem a repor” (assumindo uma forma de discurso relatado, com presença subentendida de *foi dito que*, ou forma afim) vs. valor prospetivo-retrospectivo: “vieram efetivamente a repor”]

Nas duas secções seguintes, analisarei a ocorrência de *vir a* associado aos dois tipos de valores, com foco nos tempos verbais que ocorrem prototipicamente com cada um deles. Começo com o valor prospetivo-retrospectivo.

⁹ Os valores da Tabela 2 foram calculados a partir das pesquisas descritas nas notas 11 e 14 (realizadas para a elaboração das Tabelas 3 e 4 adiante).

3.1 Verbo auxiliar *vir a* associado a um valor prospetivo-retrospetivo e tempos verbais

Como nota Mória (2017, p. 226-227; 2018, p. 163), em contextos anafóricos passados, o verbo *vir a* associa-se geralmente a um valor prospetivo-retrospetivo, em que as situações descritas, posteriores a um ponto de perspectiva passado, são apresentadas como um facto ocorrido antes do momento da enunciação, como acontece em (10) acima.

Há dois tempos verbais que sinalizam prototipicamente este valor: o chamado condicional presente, em Portugal, ou futuro do pretérito, no Brasil (cujo valor base, numa análise reichenbachiana do tempo verbal, é precisamente de posterioridade a passado) e o pretérito perfeito simples do indicativo (cujo valor base é de anterioridade a presente). O primeiro associa-se tipicamente ao valor prospetivo-retrospetivo, mas não exclui o valor puramente prospetivo, como ilustrado em (9) acima. O segundo parece associar-se exclusivamente ao valor prospetivo-retrospetivo, bloqueando o valor puramente prospetivo. O gerúndio – simples ou composto – também está predominantemente associado ao valor prospetivo-retrospetivo, ainda que pelo menos o gerúndio simples também se possa associar ao valor puramente prospetivo. Seguem-se exemplos do CETEMPúblico com *vir a* flexionado em cada um dos quatro tempos verbais referidos, associado ao valor prospetivo-retrospetivo:

- (12) “[...] João Rodrigues pediu a Cunha Leal [...] que se desvinculasse de todos os seus outros compromissos profissionais. O que Cunha Leal *viria a fazer*.”
(CETEMPúblico, ext8927-des-91b-1)
- (13) “[...] Branco Malveiro viu-se na contingência de ter de propôr à Câmara que adquirisse a sede, o que esta *veio a fazer*.” (CETEMPúblico, ext432256-pol-94a-1)
- (14) “De família judia, [Joseph Garcia] radicou-se nos Estados Unidos em 1921, *vindo a falecer* em Nova Iorque em 1964.” (CETEMPúblico, ext25793-nd-92a-2)
- (15) “[...] [o condutor] adormeceu enquanto circulava na [...] Ponte sobre o Tejo [...], *tendo vindo a embater* num outro veículo que transitava em sentido contrário.”
(CETEMPúblico, ext1513526-soc-93a-1)

O valor prospetivo-retrospetivo pode ainda surgir associado a outros tempos verbais, além dos quatro ilustrados acima, mas com muito menor frequência. Entre estes, destacam-se os seguintes quatro: o presente do indicativo¹⁰ e o futuro imperfeito do indicativo com valor narrativo (alternativas estilísticas ao pretérito perfeito simples), como em (16) e (17), respetivamente; o pretérito imperfeito do conjuntivo, sinalizando factos passados, como em (18); o infinitivo, também sinalizando factos passados, como em (19):

- (16) “[...] Sanches nunca mais voltou a ouvir falar do monumento. Passado tempo, [...] *vem a saber* que a comissão encomendara um outro projecto [...]”
(CETEMPúblico, ext175682-pol-91b-2)

¹⁰ O presente do indicativo do verbo auxiliar *vir a* apresenta algumas particularidades, que não serão aqui consideradas. Frequentemente, não é um marcador de posterioridade, antes aparecendo associado a formas idiomáticas, como as referidas na nota 1, ou a predicções genéricas, que aqui foram ignoradas.

- (17) “22 de Abril – 1500 A armada de Pedro Álvares Cabral, quando seguia para a Índia, chega à Terra da Vera Cruz, que *se virá a chamar* Brasil.”
(CETEMPúblico, ext39779-opi-98a-1)
- (18) “O ponto seguinte da ordem de trabalhos [...] suscitou [...] bastante discussão, embora *viesses a ser* aprovado apenas com uma abstenção [...].”
(CETEMPúblico, ext1048095-soc-97a-1)
- (19) “[...] o italiano Giovanni de Benedictis ultrapassou-o [...] a 400 metros do final para *vir a alcançar* a segunda melhor marca de todos os tempos [...].”
(CETEMPúblico, ext4602-des-92a-1)

Os números de ocorrências no CETEMPúblico destes quatro últimos tempos verbais (referidos como “outros tempos verbais” na Tabela 3) não são muito elevados. Os número estimado de registos (a partir de uma análise individual, paralela à descrita na nota 11) é: presente narrativo, 150; futuro narrativo, 115; pretérito imperfeito do conjuntivo associado a um valor prospetivo-retrospectivo, 104; infinitivo, 272.

A Tabela 3 sumariza os valores dos diferentes tempos verbais.¹¹

Tabela 3 – número estimado de ocorrências de *vir a* associado a um valor prospetivo-retrospectivo com os diferentes tempos verbais no CETEMPúblico

flexão do verbo <i>vir a</i>		número estimado de ocorrências no CETEMPúblico
tempos verbais prototípicos	pretérito perfeito simples do indicativo	4.193
	condicional presente (futuro do pretérito, no Brasil)	5.856
	gerúndio simples	563
	gerúndio composto	42
outros tempos verbais		641
total		11.295
número de registos por milhão de palavras		58

Fonte: elaborado pelo autor.

Comparando os resultados da Tabela 3 com os que se obtiveram com pesquisas idênticas no NILC/São Carlos, observa-se: uma frequência muito menor do uso de *vir a* prospetivo-retrospectivo no *corpus* brasileiro (apenas 7,5 pMp, quase 8 vezes menos que no CETEMPúblico); as diferenças de frequência face ao PE variam com os diferentes tempos verbais – condicional (com valor prospetivo-retrospectivo), 12 vezes menos; gerúndio simples (com valor pros-

¹¹ Pesquisas realizadas: (i) sequências estritamente adjacentes – “[Vv]im|[Vv]ieste|[Vv]eio|[Vv]ieram|[Vv]iemos” “a” [temcagr=“INF.*”]; “[Vv]iria|[Vv]irias|[Vv]iríamos|[Vv]iriam” “a” [temcagr=“INF.*”]; [lema!=“ter|haver”] “vindo” “a” [temcagr=“INF.*”]; “[Tt]endo” {} {0,3} “vindo” “a” [temcagr=“INF.*”]; (ii) sequências com uma ou duas palavras entre o verbo *vir* e a preposição *a* – pesquisas iguais às anteriores, adicionando “[{} {1,2}]” na posição relevante. Foram analisadas, para cada pesquisa, as primeiras 200 ocorrências das sequências estritamente adjacentes e as primeiras 50 das sequências com uma ou duas palavras entre *vir* e *a*, para se determinar uma taxa de relevância, que foi depois aplicada ao total de resultados.

petivo-retrospectivo) 7 vezes menos; pretérito perfeito simples do indicativo, 5 vezes menos. Do gerúndio composto (com valor prospectivo-retrospectivo), relativamente infrequente no CETEMPúblico, não foram encontradas abonações no NILC/São Carlos.

Comparando os resultados da Tabela 3 com os que se obtiveram com pesquisas idênticas no Vercial, observa-se: uma frequência um pouco menor do uso de *vir a* prospectivo-retrospectivo no *corpus* literário (35 pMp, 40% menos que no CETEMPúblico); o que mais se destaca é a reduzidíssima presença do condicional com valor prospectivo-retrospectivo no Vercial – apenas 12 registos, o que, tendo em conta a dimensão dos *corpora* dá uma frequência 38 vezes menor. Também não há registos do gerúndio composto no Vercial. Os outros dois tempos verbais – pretérito perfeito simples do indicativo e gerúndio simples – apresentam uma frequência muito semelhante no Vercial e no CETEMPúblico.

Globalmente, as diferenças mais notáveis entre os três *corpora* envolvem a frequência de uso de *vir a* no condicional para sinalizar um valor prospectivo-retrospectivo: 30 pMp no CETEMPúblico vs. 2,5 pMp no NILC/São Carlos vs. tão-só 0,8 pMp no Vercial. Pode-se pois conjecturar que tenha havido uma mudança linguística contemporânea no PE, com reforço significativo do uso em causa, mas só estudos mais aprofundados poderão confirmar ou infirmar esta hipótese. No Vercial, predomina o uso do pretérito perfeito simples do indicativo para sinalizar o valor em causa: 30 pMp no Vercial (correspondendo a 90% dos usos relevantes) vs. 22 pMp no CETEMPúblico (correspondendo a 40% dos usos relevantes) e 4 pMp no NILC/São Carlos (correspondendo a 56% dos usos relevantes). O gerúndio associado ao valor prospectivo-retrospectivo tem uma frequência quase igual no Vercial e no CETEMPúblico (em torno de 3 pMp), sendo muito inferior no NILC/São Carlos (cerca de 0,4 pMp).

3.2 Verbo auxiliar *vir a* associado a um valor puramente prospectivo e tempos verbais

O verbo auxiliar *vir a* ocorre associado a um valor puramente prospectivo (isto é, sem a componente retrospectiva, factual) tanto em contextos anafóricos passados (em competição com *vir a* prospectivo-retrospectivo) como em contextos dêiticos e anafóricos futuros (onde *vir a* prospectivo-retrospectivo não ocorre). Os tempos prototípicos da sinalização deste valor (normalmente distintos dos que se associam ao valor prospectivo-retrospectivo) são: em contextos anafóricos passados, o pretérito imperfeito do conjuntivo, como em (20) (embora este tempo também possa ser usado deiticamente, para sinalizar implausibilidade – cf. Marques, 2010)¹²; em contextos dêiticos e em contextos anafóricos futuros, (i) o futuro imperfeito do indicativo, como em (21), (ii) o presente ou o futuro imperfeito do conjuntivo, dependendo das construções, como em (22) e (23), respetivamente; (iii) o infinitivo, geralmente dependente de predicados prospectivos ou de auxiliares modais como *poder*,¹³ como em (24)-(25) (embora o infinitivo também possa ser usado em contextos anafóricos passados). Como já vimos, alguns

¹² Contrastem-se as seguintes duas frases, ambas ilustrando um contexto dêitico: *se vierem a descobrir vida em Marte, o mundo nunca mais será o mesmo* [maior plausibilidade] vs. *se viessem a descobrir vida em Marte, o mundo nunca mais seria o mesmo* [menor plausibilidade].

¹³ Cerca de 50% dos registos de *vir a* no infinitivo referidos na Tabela 4 ocorrem na dependência do verbo modal *poder* (e.g. *podem vir a, poderão vir a,...*).

destes tempos verbais podem estar associados ao valor prospetivo-retrospectivo, ainda que muito menos infrequentemente.

- (20) “Helmut Kohl receava que a humilhação das cerimónias do desembarque *viesse a exacerbar* as reacções da extrema-direita na Alemanha [...]”
(CETEMPúblico, ext22404-pol-94b-1)
- (21) “Tudo indica que o Campeonato da Europa [...] *se virá a disputar* em dois países, facto inédito na história da competição.” (CETEMPúblico, ext49337-eco-94b-1)
- (22) “O facto de o BCP não consolidar agora as contas não significa que não o *venha a fazer* no futuro.” (CETEMPúblico, ext360047-eco-96a-1)
- (23) “Se todas as vedetas [...] anunciadas [...] *vierem a estar* presentes, irá assistir-se a uma reunião de elevada qualidade.” (CETEMPúblico, ext1347335-des-95a-1)
- (24) “Portugal reúne condições para *vir a constituir* a porta da África do Sul na Europa.”
(CETEMPúblico, ext474-eco-91b-1)
- (25) “Segundo o Público apurou um segundo centro pode *vir a abrir* nos próximos tempos em Leiria e um terceiro a Norte.” (CETEMPúblico, ext1930-nd-91b-1)

O valor puramente prospetivo pode surgir associado a outros tempos verbais além dos cinco ilustrados acima, mas com muito menor frequência. Entre estes, destacam-se: o chamado condicional presente, como em (26), e o gerúndio simples, como em (27). Os números de ocorrências no CETEMPúblico destes tempos verbais (referidos como “outros tempos verbais” na Tabela 4 abaixo) não são muito elevados. O número estimado de registos (a partir de uma análise individual, paralela à descrita na nota 11) é: condicional, 142; gerúndio simples, 28.

- (26) “[...] na altura [Guterres] não adiantou se esta política [...] *viria a ser* uma referência para a composição dos restantes órgãos.” (CETEMPúblico, ext34395-pol-94a-1)
- (27) “As bases [...] poderão falar mais alto, *vindo a forçar* eventuais alianças com o PSD nas câmaras [...]” (CETEMPúblico, ext271094-pol-97a-1)

A Tabela 4 sumariza os valores dos diferentes tempos verbais.¹⁴

¹⁴ Procedimento idêntico ao utilizado para a elaboração da Tabela 3 (referido na nota 11), *mutatis mutandis*. Foram usadas as pesquisas: “[Vv]iesse|[Vv]iesses|[Vv]iéssemos|[Vv]iessessem” “a” [temcagr=”INF.*”]; “[Vv]irei|[Vv]irás|[Vv]irá|[Vv]iremos|[Vv]irão” “a” [temcagr=”INF.*”]; “[Vv]enha|[Vv]enhas|[Vv]enhamos|[Vv]enham” “a” [temcagr=”INF.*”]; “[Vv]ier|[Vv]ieres|[Vv]iermos|[Vv]ierem” “a” [temcagr=”INF.*”]; “[Vv]ir|[Vv]ires|[Vv]irmos|[Vv]irem” “a” [temcagr=”INF.*”] (com e sem adição de “[{1,2}]” na posição relevante).

Tabela 4 – número estimado de ocorrências de *vir a* associado a um valor puramente prospectivo com os diferentes tempos verbais no CETEMPúblico

flexão do verbo <i>vir a</i>	número estimado de ocorrências no CETEMPúblico
pretérito imperfeito do conjuntivo	1.248
futuro imperfeito do indicativo	935
tempos verbais prototípicos	
presente do conjuntivo	10.664
futuro imperfeito do conjuntivo	2.339
infinitivo	17.637
outros tempos verbais	170
total	32.993
número de registos por milhão de palavras	169

Fonte: elaborado pelo autor.

Comparando os resultados da Tabela 4 com os que se obtiveram com pesquisas idênticas no NILC/São Carlos, observa-se: uma frequência muito menor do uso de *vir a* puramente prospectivo no *corpus* brasileiro (apenas 25 pMp, quase 7 vezes menos que no CETEMPúblico); as diferenças de frequência face ao PE variam com os diferentes tempos verbais – futuro imperfeito do indicativo, 12 vezes menos; infinitivo, 11 vezes menos; presente do conjuntivo, 5 vezes menos; futuro imperfeito do conjuntivo e pretérito imperfeito do conjuntivo, 4 vezes menos.

Comparando os resultados da Tabela 4 com os que se obtiveram com pesquisas idênticas no Vercial, observa-se também uma muito menor frequência do uso de *vir a* puramente prospectivo no *corpus* de texto literário (apenas 29 pMp, quase 6 vezes menos que no CETEMPúblico, um valor muito próximo do NILC/São Carlos); as diferenças de frequência face ao CETEMPúblico variam com os diferentes tempos verbais – futuro imperfeito do conjuntivo, 10 vezes menos; presente do conjuntivo e infinitivo, 9 vezes menos; o futuro imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do conjuntivo apresentam uma frequência muito semelhante nos dois *corpora*.

Como se pode ver na Tabela 4, na expressão do valor puramente prospectivo, predominam os modos infinitivo e conjuntivo, tendo um peso menor o modo indicativo. O modo indicativo surge associado ao valor puramente prospectivo como *vir a* principalmente na forma de futuro imperfeito. Inversamente, o modo conjuntivo raramente se associa a um valor prospectivo-retrospectivo com *vir a*, com exceção de uma minoria de usos do pretérito imperfeito do conjuntivo, como os ilustrados em (18) acima.¹⁵

Como já foi referido, as diferenças de tempos prototípicos entre os valores puramente prospectivo e prospectivo-retrospectivo ajudam a que raramente se gerem ambiguidades. Estas podem porém surgir, como foi mostrado no exemplo (11) acima, se o contexto não for suficientemente esclarecedor, nos casos em que há tempos comuns, e.g. condicional presente ou futuro imperfeito. Observem-se ainda os seguintes exemplos construídos, ambíguos:

¹⁵ Observe-se ainda um exemplo excecional de valor prospectivo-retrospectivo com presente do conjuntivo: “[...] para o primeiro-ministro [...], o voto dos emigrantes nas presidenciais é uma «questão de princípio e os princípios não se negociam». Só à luz deste entendimento se percebe que, meses depois, o ministro da Administração Interna [...] *venha a fazer* depender da aceitação pelos socialistas do princípio «um emigrante, um voto para a Presidência» a negociação das restantes alterações à Lei Eleitoral.” (CETEMPúblico, ext19534-pol-92a-1).

- (28) A reunião terminou. *Viriam a reunir-se* de novo daí a três dias.
[valor puramente prospetivo: “tinham intenção de reunir-se”, numa forma de discurso relatado, em que se subentende um subordinador como *decidiram que* ou afim vs. valor prospetivo-retrospetivo: “vieram a reunir-se”]
- (29) Numa Europa mais pacificada, a expansão da NATO *virá a ser* muito diferente do que seria no tempo da guerra fria.
[valor puramente prospetivo: “será futuramente” vs. valor prospetivo-retrospetivo: “veio a ser”, com futuro narrativo/histórico]

4 Redundâncias no uso de *vir a* como marcador de posterioridade

Como foi ilustrado brevemente na introdução, com os exemplos (7)-(8), a informação temporal de posterioridade veiculada pelo verbo auxiliar *vir a* é frequentemente redundante, persistindo mesmo o que verbo seja eliminado. Este facto tem especial relevância em traduções para o inglês, em que a presença do verbo *vir a* – que não tem uma contrapartida clara nessa língua – é frequentemente ignorada. Vejam-se as seguintes duas traduções (coincidentes, aliás, com as obtidas automaticamente no DeepL – <https://www.deepl.com/pt-PT/translator>):

- (30) Se tudo corresse bem, *viríamos a descobrir* (= *descobriríamos*) a verdade.
Ingl. If everything went well, we *would discover* the truth.
- (31) Tinham-nos mentido; só *viríamos a descobrir* (= *descobriríamos*) a verdade uns dias depois.
Ingl. They had lied to us; we *would only discover* the truth a few days later.

A redundância de que estamos a falar, inócua na medida em que não gera agramaticalidade ou sensação de pouca naturalidade, verifica-se de forma muito evidente em contextos em que estão presentes outros elementos que sinalizam explicitamente a informação de posterioridade, como ilustrado em (32), para o valor puramente prospetivo, e em (33), para o valor prospetivo-retrospetivo.

- (32) a. Não cedemos, ainda que possamos *vir a arrepender-nos* mais tarde.
b. Não cedemos, ainda que possamos *arrepender-nos* mais tarde.
[FRASE EQUIVALENTE]
- (33) a. O rei regressou da expedição doente e *veio a falecer* uns dias depois.
b. O rei regressou da expedição doente e *faleceu* uns dias depois.
[frase equivalente]

Para compreender melhor esta questão, que é algo complexa, começarei por discutir, na secção 4.1, a questão geral da marcação do valor de posterioridade no sistema verbal do português. Seguidamente, na secção 4.2, elencarei os contextos em que a informação de posterioridade introduzida por *vir a* é redundante e aqueles em que é desambiguadora e/ou essencial; seguidamente, nessa mesma subsecção, apresentarei dados de *corpora* que con-

firmam o uso de *vir a* com os diferentes estatutos informacionais, isto é, associado ou não a redundância. Finalmente, na secção 4.3, discutirei, com base em dados de *corpora*, o caso particular de coexistência – redundante – de *vir a* com outros verbos auxiliares afins, nomeadamente, *acabar por*, *haver de* e *ir*.

4.1 Marcação do valor de posterioridade no sistema verbal do português

O valor reichenbachiano de posterioridade (das situações descritas relativamente a um ponto de perspectiva temporal) pode ser marcado com formas verbais sem verbos auxiliares – sintéticas, digamos. No sistema do indicativo+condicional, a posterioridade a presente é sinalizada tipicamente com o futuro imperfeito, como em (34a), e a posterioridade a passado com o chamado condicional presente, como em (34b). A posterioridade a futuro, usa geralmente as mesmas formas verbais que a posterioridade a presente. Também podem ser usadas outras formas verbais do indicativo, equivalentes, para sinalizar os valores de localização relativa em causa (e.g. uso do presente com o valor do futuro imperfeito), mas essa variação não é importante aqui e, por simplicidade, não a terei agora em conta:

- (34) a. Não te preocupes. *Farei* o que me pediste.
b. Disse-lhe que não se preocupasse. *Faria* o que ele me pediu.

No sistema do conjuntivo (cf. e.g. Marques, 2010), a posterioridade a presente é sinalizada com o presente, o futuro imperfeito ou o pretérito imperfeito, dependendo das construções, como se pode ver nos três exemplos de (35), respetivamente, e a posterioridade a passado é sinalizada tipicamente pelo pretérito imperfeito, como se pode ver em (36):

- (35) a. Talvez *faça* o que me estás agora a pedir. Ainda não sei.
b. Se eu *fizer* o que me estás agora a pedir, ficas em dívida comigo.
c. Se eu *fizesse* o que me estás agora a pedir, ficarias em dívida comigo.
[MENOR PLAUSIBILIDADE – cf. Marques (2010)]
- (36) a. Naquele momento, hesitei. Talvez *fizesse* o que ele me estava então a pedir. Ainda não sabia.
b. Naquele momento, hesitei. Se eu *fizesse* o que ele estava me estava então a pedir, ele ficaria em dívida comigo.

O sistema do conjuntivo apresenta uma particularidade importante que o distingue do sistema do indicativo+condicional: os valores de sobreposição e os valores de posterioridade a um ponto de perspectiva temporal não são sinalizados por tempos sintéticos distintos; trata-se de uma das diferenças mais significativas entre os dois modos verbais, bem sublinhada em Marques (2010). Assim, em (37), com indicativo, os tempos variam consoante se expresse sobreposição ou posterioridade (presente vs. futuro imperfeito, respetivamente). Mas em (38)-(39), com conjuntivo, os tempos são exatamente os mesmos quer se expresse sobreposição quer se expresse posterioridade (presente do conjuntivo, em (38) para ambos os valores; futuro imperfeito do conjuntivo, em (39), para ambos os valores).

- (37) a. Eles *apoiam* o candidato (agora). [SOBREPOSIÇÃO]
 b. Eles *apoiarão* o candidato (no futuro). [POSTERIORIDADE]
- (38) a. Ainda que eles *apoie*m o candidato neste momento, a sua reeleição será difícil.
 [SOBREPOSIÇÃO]
 b. Ainda que eles *apoie*m o candidato no futuro, a sua reeleição será difícil.
 [POSTERIORIDADE]
- (39) a. Se eles *estiverem* cansados agora, fazemos uma pausa. [SOBREPOSIÇÃO]
 b. Se eles *estiverem* cansados mais tarde, fazemos uma pausa. [POSTERIORIDADE]

Esta polivalência do conjuntivo também se observa com o infinitivo e o gerúndio, que ocorrem tanto em descrições de situações posteriores como de situações sobrepostas:

- (40) a. Tem de se considerar a hipótese de eles agora *estarem* cansados. [SOBREPOSIÇÃO]
 b. Tem de se considerar a hipótese de eles daqui a pouco *estarem* cansados.
 [POSTERIORIDADE]
- (41) a. *Estando* assustado neste momento, o animal pode atacar. [SOBREPOSIÇÃO]
 b. *Estando* assustado quando nós nos aproximarmos da toca, o animal pode atacar.
 [POSTERIORIDADE]

Entretanto, em qualquer modo verbal, os valores de posterioridade são frequentemente sinalizados por formas verbais com verbos auxiliares, isto é, perifrásticas, em sentido lato. Destaca-se (além do comuníssimo verbo *ir*) o verbo *vir a*, que aqui nos ocupa. Vejam-se exemplos, com conjuntivo e infinitivo, que ilustram a equivalência vericondicional entre formas verbais sintéticas e formas verbais com o auxiliar *vir a*; em (42), há contextos dêiticos, e em (43), contextos anafóricos passados.

- (42) a. Ainda que a cura da doença {*seja / venha a ser*} descoberta em breve, ainda levará algum tempo até os medicamentos serem produzidos em massa.
 b. Se {*descobrirem / vierem a descobrir*} vida em Marte, o mundo nunca mais será o mesmo.
 c. Se {*descobrissem / viessem a descobrir*} vida em Marte, o mundo nunca mais seria o mesmo. [MENOR PLAUSIBILIDADE]
 d. A empresa pode {*falir / vir a falir*} daqui a pouco tempo.
- (43) a. Naquela altura, todos andavam preocupados. Ainda que a cura da doença {*fosse / viesse a ser*} descoberta em breve, levaria algum tempo até os medicamentos serem produzidos em massa.
 b. O milionário tinha adquirido a empresa em 1990. Se {*a vendesse / viesse a vendê-la*} passado uns meses, já ganharia imenso dinheiro.
 c. A empresa poderia {*falir / vir a falir*} em breve.

Ora, dado que *vir a* sinaliza sempre explicitamente, por si só, um valor de posterioridade, o seu uso pode ser explorado como uma forma de distinguir os valores de posterioridade e de sobreposição nos casos em que eles não são distinguíveis a partir do próprio tempo verbal (como vimos que acontece com o conjuntivo, o infinitivo e o gerúndio). Com efeito, contextos em que o contributo de *vir a* para a interpretação é essencial contrastam com os outros em que o uso de *vir a* é redundante, no que respeita à marcação do valor de posterioridade. A questão é complexa e multifatorial. Examiná-la-emos de forma mais pormenorizada, na subsecção a seguir.

4.2. Contextos sem e com redundância na marcação de posterioridade por *vir a*

Há contextos em que o verbo auxiliar *vir a* é o único elemento gramatical que sinaliza a posterioridade, podendo ter um papel desambiguador, face a potenciais leituras de sobreposição temporal. Esta situação, porventura menos frequente em termos globais, acontece em construções com as seguintes características: frases com descrições estativas, sem adjuntos de posterioridade (ou formas prospetivas afins¹⁶) e com verbo no conjuntivo, como em (44)-(45), no infinitivo, como em (46), ou no gerúndio, como em (47). Comparem-se as frases *a* de (44)-(47), com *vir a*, que expressam monovalentemente posterioridade da situação descrita relativamente ao ponto de perspetiva temporal, com as suas contrapartidas sem o verbo auxiliar em *b*, que são ambíguas entre um valor de posterioridade e um valor de sobreposição. Em termos de uso, os casos com conjuntivo e infinitivo são os mais importantes pela sua elevada frequência, pelo que serão os mais destacados doravante.

- (44) a. Ainda que eles *venham a apoiar* o candidato, a sua reeleição será difícil.
[POSTERIORIDADE]
b. Ainda que eles *apoiem* o candidato, a sua reeleição será difícil. [AMBÍGUO]
- (45) a. Se eles *vierem a estar* cansados, fazemos uma pausa. [POSTERIORIDADE]
b. Se eles *estiverem* cansados, fazemos uma pausa. [AMBÍGUO]
- (46) a. Na hipótese de os partidos *virem a estar* de acordo, tudo se resolverá rapidamente.
[POSTERIORIDADE]
b. Na hipótese de os partidos *estarem* de acordo, tudo se resolverá rapidamente.
[AMBÍGUO]
- (47) a. O animal, *vindo a sentir-se* encurralado, pode atacar. [POSTERIORIDADE]
b. O animal, *sentindo-se* encurralado, pode atacar. [AMBÍGUO]

¹⁶ Formas afins podem ser, por exemplo, predicados prospetivos em cujos complementos oracionais ocorra o verbo *vir a* – cf. (63)-(66) adiante.

Em certos casos ainda, especialmente interessantes, nomeadamente com infinitivo após verbos modais como *poder*, a leitura de sobreposição temporal é fortemente dominante com descrições estativas sem adjuntos explícitos de posterioridade (ou outros elementos contextuais que induzam a leitura de posterioridade) e as frases relevantes, como (48b), não são sequer sentidas como ambíguas. Nestes casos, o uso de *vir a* é essencial para garantir a leitura de posterioridade.

- (48) a. Eles podem *vir a estar* com problemas. [POSTERIORIDADE]
b. Eles podem *estar* com problemas. [SOBREPOSIÇÃO]

Em contraste, há vários contextos em que a informação temporal de posterioridade veiculada pelo verbo auxiliar *vir a* é redundante, já que ela existe mesmo o que verbo seja eliminado. Um primeiro contexto a destacar envolve descrições estativas, mas com presença explícita de adjuntos de posterioridade; nestes casos, a supressão do auxiliar *vir a* não tem impacto nas condições de verdade:

- (49) Ainda que eles *venham a apoiar* (= *apoiem*) o candidato *dentro de dois meses*, a sua reeleição será difícil.
(50) Se eles *vierem a estar* (= *estiverem*) cansados *a meio da corrida*, fazemos uma pausa.
(51) Na hipótese de os partidos *virem a estar* (= *estarem*) de acordo *depois da conferência de líderes parlamentares*, tudo se resolverá rapidamente.

Um segundo contexto envolve descrições eventivas. Neste caso, independentemente da presença de adjuntos explícitos de posterioridade, que podem existir ou não, a localização com formas sintéticas permite normalmente deduzir posterioridade (pelo menos nos registos neutros da língua, isto é, ignorando usos como o presente narrativo ou histórico e afins, ou valores genéricos e habituais). Assim:

- (52) Ainda que eles nos *venham a convidar* (= *convidem*) para a festa, não iremos.
(53) Se eles nos *vierem a convidar* (= *convidarem*) para festa, ponderaremos se vamos ou não.

As neutralizações em frases com conjuntivo ou infinitivo nestes dois tipos de contextos têm paralelo em frases com indicativo. Vejam-se os seguintes exemplos (com indicativo) com descrições estativas e adjuntos de posterioridade, em (54), e com descrições eventivas, em (55):

- (54) Possivelmente, o autarca só *virá a estar* (= *estará*) na posse de todos os dados *daqui a uns tempos*.
(55) Provavelmente, só *viremos a fazer* (= *faremos*) uma segunda edição de alguns destes livros: os dois ou três que tiverem maior sucesso.

Entretanto, no indicativo, com descrições estativas mesmo sem adjuntos de posterioridade, a neutralização também ocorre, ao contrário do que acontece no conjuntivo, como explicado acima, já que os tempos sintéticos de posterioridade não são comuns aos tempos de sobreposição:

- (56) Acredito que o partido *virá a apoiar* (= *apoiará*) este candidato.
- (57) Na altura, eu acreditava que o partido *viria a apoiar* (= *apoitaria*) este candidato. Mas enganei-me redondamente.

Um terceiro contexto em que há redundância é na presença de outros verbos auxiliares temporais prospectivos, como *acabar por*, *haver de* e *ir*, e.g. *acabará por vir a fazer* (= *acabará por fazer*). Dadas as particularidades gramaticais das combinações de verbos auxiliares, este terceiro contexto será tratado em subsecção autónoma (4.3, a seguir).

Vejamos agora dados de *corpora*. Em texto jornalístico português, o verbo auxiliar *vir a* surge nas diversas condições referidas acima, quer sem redundância na marcação do valor de posterioridade quer com redundância.

Surge, desde logo, com descrições de situações estativas sem outros marcadores de posterioridade, e com verbo no conjuntivo ou infinitivo, caso em que é o único elemento que introduz a informação de posterioridade, sendo por isso um elemento indispensável na definição das condições de verdade da frase (cf. (44)-(47) acima):

- (58) a. “[...] [a comissão] propõe [...] que o preço [...] inclua a remuneração dos artistas cuja obra *venha a estar* [vs. *esteja*_{AMBÍGUO}] devidamente registada.” (CETEMPúblico, ext781873-clt-91b-1)
- b. “[...] cinco milhões de acções [...] estão protegidas pelo pacto social que dá direito aos accionistas subscritores de exercerem uma opção de compra das participações que [...] *vierem a estar* [vs. *estiverem*_{AMBÍGUO}] à venda.” (CETEMPúblico, ext335106-eco-93b-1)
- c. “[...] o que faria a Europa num cenário [...] no qual Saddam *viesse a estar* [vs. *estivesse*_{AMBÍGUO}] em condições de usar armas de destruição maciça [...]?” (CETEMPúblico, ext253801-opi-98a-2)

Surge também, muito frequentemente, em contextos com verbos auxiliares modais do tipo de *poder* associado descrições estativas sem outros marcadores de posterioridade (cf. (48b) acima). Trata-se de um caso especialmente interessante, dado que a omissão de *vir a*, nestes contextos, mais do que deixar a frase ambígua sugere fortemente a leitura de sobreposição temporal, pelo que o uso do verbo *vir a* é essencial para a obtenção da leitura de posterioridade.

- (59) “[...] as interpretações variam entre as verdadeiramente alarmistas e as que duvidam que o carácter laico do Estado turco *possa vir a estar* [\neq *possa estar*] em perigo.” (CETEMPúblico, ext780963-nd-95a-2)

Finalmente, *vir a* surge também, em números muito significativos, nas condições em que o seu contributo para as condições de verdade das frases é (inocua) redundante, podendo ser suprimido sem alterações na interpretação. Por exemplo: com modo conjuntivo ou infinitivo, (i) com descrições de situações estativas e outros marcadores de posterioridade, como em (60), ou (ii) com descrições de situações eventivas (independentemente da presença de outros marcadores de posterioridade), como em (61); com modo indicativo, com descrições estativas ou eventivas, como em (62).

- (60) a. “O VO acaba de ser lançado nos EUA, prevendo-se que a versão internacional [...] *venha a estar* [= *esteja*] pronta *dentro de quatro a seis semanas*.” (CETEMPúblico, ext1075214-nd-94b-2)
- b. “[...] Israel ameaça ausentar-se das próximas conversações multilaterais se os palestinianos no exílio *vierem a estar* [= *estiverem*] representados *na próxima sessão da Conferência*.” (CETEMPúblico, ext1555274-pol-92a-1)
- c. “[...] com a recente «baixa» do presidente, o elenco socialista vê-se desfalcado de dois elementos e poderá mesmo *vir a encontrar-se* [= (poderá mesmo) *encontrar-se*] em minoria *em próximas reuniões*.” (CETEMPúblico, ext8542-pol-95b-1)
- (61) a. “[...] o líder socialista lembraria que, se *se viesse a realizar* [= *se realizasse*] um referendo, o partido e ele próprio teriam de surgir ao lado do primeiro-ministro [...] ao longo de meses [...]” (CETEMPúblico, ext47919-pol-92b-1)
- b. “[...] estão previstos vários investimentos regionais na margem sul [...] que *virão a aumentar* [= *aumentarão*] ainda mais o tráfego pesado na ponte [...]” (CETEMPúblico, ext83513-soc-96b-2)
- c. “[...] o PSD [...] admitiu claramente a hipótese de *vir a subscrever* [= *subscrever*] a proposta de Lino de Carvalho.” (CETEMPúblico, ext639-soc-94a-2)
- (62) a. “Abatido durante a Batalha de Inglaterra por um avião germânico, Flemming *virá a viver* [= *viverá*] um processo de readaptação à sua condição de invalidez.” (CETEMPúblico, ext4076-clt-92a-2) [FUTURO NARRATIVO]
- b. “A CMVM *virá* assim a *resolver* [= *resolverá* (assim)] uma situação que o próprio Governo ajudou a criar (...)” (CETEMPúblico, ext40188-eco-92a-1)

Podemos conjecturar que a frequência significativamente mais baixa do verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade no PB (pelo menos no NILC/São Carlos) se deva a uma maior tendência para evitar este tipo de redundância. Deixo a verificação desta conjectura para investigação futura.

Interessa ainda recordar que, geralmente, como nos exemplos vistos até aqui, a redundância no uso de *vir a* como marcador de prospectividade é totalmente inócua, havendo essencialmente variação estilística entre formas sentidas como igualmente naturais. Mas, por vezes, a presença redundante de *vir a* parece causar pelo menos uma ligeira sensação de estranheza, sendo sentida como preferível a sua omissão. Creio que é o que acontece, por exemplo, quando *vir a* ocorre em orações completivas dependentes de certos predicados intrinsecamente prospectivos, como o verbo *comprometer-se* ou o nome *intenção*. Compare-se:

- (63) Comprometemo-nos a {*discutir* / #*vir a discutir*} o assunto mais tarde.
- (64) Se eles tivessem intenção de {*discutir* / #*vir a discutir*} o assunto mais tarde, ter-nos-iam dito.

A questão parece mais do foro estilístico que do foro estritamente gramatical, porém, encontrando-se registos em *corpora* de uso de *vir a* em contextos prospetivos deste tipo. Vejam-se exemplos do CETEMPúblico com os dois predicados referidos acima:¹⁷

- (65) “[...] o número de ovócitos a inseminar deverá ser tal que não possibilite a formação de mais embriões [...] do que aqueles a que o casal *se tenha comprometido a vir a utilizar* posteriormente.” (CETEMPúblico, ext261648-nd-97a-2)
- (66) “[...] só António Vilar anunciou, até ao momento, *a intenção de vir a disputar* eleições para a distrital.” (CETEMPúblico, ext351719-pol-94b-1)

Deixarei a avaliação da frequência e da maior ou menor aceitação destas construções redundantes que envolvem completivas dependentes de predicados prospetivos para investigação futura.

4.3 Redundâncias no uso de *vir a* em combinação com outros verbos auxiliares prospetivos (*acabar por*, *haver de*, *ir*)

São particularmente curiosas as construções redundantes com sequências de verbos auxiliares prospetivos integrados na mesma proposição. Referirei aqui a combinação de *vir a* com três desses verbos: *acabar por* (que vários dicionários, como já foi referido, consideram ter um sentido muito próximo de *vir a*)¹⁸ e os auxiliares temporais *haver de* e *ir*.

Começemos com as combinações de *acabar por* e *vir a*, que surgem associadas tanto a valores puramente prospetivos como a valores prospetivos-retrospectivos. Creio que a coocorrência destes dois verbos, fortemente redundante, é porventura sentida como estilisticamente pesada por muitos falantes (face às alternativas equivalentes com apenas um dos predicados), mas não agramatical. Da sequência *acabar por vir a*, há pelo menos 37 registos no CETEMPúblico, 9 dos quais com valor puramente prospetivo, como (67), e 28 com valor prospetivo-retrospectivo, como (68), não havendo ocorrências dessa sequência nem no NILC/São Carlos nem no Vercial.¹⁹ Note-se que, nos dois exemplos abaixo, poder-se-ia ter optado, sem perda de informação, por usar apenas *vir a* ou apenas *acabar por*.

- (67) “[...] pode até acontecer que o alargamento [do horário] *acabe por não vir a vigorar* em nenhum ponto da cidade.” (CETEMPúblico, ext14550-soc-93a-2)

¹⁷ Pode haver variação significativa entre predicados, uma questão que também deixo para avaliação futura; por exemplo, a pesquisa no CETEMPúblico [lema=”intenção”] [] {0,5} [lema=”vir”] [] {0,2} “a” “.*r” gerou 58 completivas relevantes (vs. quase 8.000 sem *vir a*), mas a pesquisa paralela com *comprometer* só gerou 1 resultado (vs. quase 4.000 sem *vir a*). Curiosamente, nem o NILC/São Carlos nem o Vercial têm qualquer registo da combinação de *vir a* com estes dois predicados prospetivos.

¹⁸ O verbo *acabar* seguido de gerúndio, de valor semelhante a *acabar por* seguido de infinitivo, e mais frequente que este no PB, não ocorre, em nenhum dos *corpora*, combinado diretamente com *vir a* (e.g. *acabou vindo a arrepender-se*). A construção parece, de facto, ser sentida como agramatical, ao contrário de (pelo menos em PE) *acabou por vir a arrepender-se*.

¹⁹ Pesquisa: [lema=”acabar”] [] {0,2} “por” [] {0,2} [lema=”vir”] [] {0,2} “a” “.*r”

- (68) “Esta ideia do «Portugal partidário» [...], de início, contou com algumas resistências. Mas *acabaria por vir a ser* assimilada no discurso do secretário geral.” (CETEMPúblico, ext566737-pol-93a-1)

Da sequência na ordem inversa, *vir a acabar por*, há apenas 3 registos no CETEMPúblico e 1 no Vercial (todos com *vir a* puramente prospetivo), não havendo ocorrências no NILC/São Carlos.²⁰ Creio que esta combinação é muitas vezes sentida como estranha pelos falantes.²¹

- (69) “Mesmo admitindo [...] que *venha a acabar por se concluir* que a grande maioria das gravuras são afinal pós-paleolíticas, isso em nada diminuiria a importância que o sítio tem [...]” (CETEMPúblico, ext1415761-clt-95a-1)
- (70) “[...] sem saberem, porquê nem como, aprenderam a respeitar-se uns aos outros; gradualmente *vieram a acabar por se respeitar* a si próprios.” (Almeida Garrett, *Romanceiro*, 1851, in Vercial)

É também interessante a combinação – esta não redundante – de *acabar por* e *vir a* em frases autónomas vizinhas (e.g. justapostas ou coordenadas), mostrando que a opção por um ou outro verbo pode ser explorada para efeitos de variação estilística, evitando repetições próximas. Nos dois exemplos a seguir, em qualquer das posições (nestes casos, frase matriz e frase subordinada relativa), poderia ter sido usado o outro verbo auxiliar.

- (71) “As buscas da polícia tornaram-se tão intensivas, que *acabou por fugir* para França, onde *veio a ser detido* devido à mesma actividade.” (CETEMPúblico, ext68422-soc-97a-1)
- (72) “Na tentativa de fazer parar os três presumíveis autores do roubo, a polícia efectuou vários disparos, *vindo a atingir* um deles – que *acabou por ser detido* – num pé.” (CETEMPúblico, ext1239882-soc-95a-1)

Vejamos agora a combinação de *vir a* com *haver de*. Da sequência *haver de vir a* há 2 registos no CETEMPúblico, 1 no NILC/São Carlos e 6 no Vercial (valores obtidos com pesquisas paralelas às realizadas para o verbo *acabar por*), ou seja, trata-se de um combinação, pelo menos contemporaneamente, muito infrequente.

- (73) “A participação do actor Enoken [...] permitiu afinal o primeiro «bobo» [...] do que *haveria de vir a ser* uma galeria [...]” (CETEMPúblico, ext96721-nd-93b-2)
- (74) “Não quero ser padre, [...] porque, afinal de contas, *hei de vir a casar* contigo.” (Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, 1867, in Vercial)

A sequência na ordem inversa, *vir a haver de*, é agramatical – cf. e.g. **virei a haver de casar contigo* – e não há registos dela nos três corpora consultados. Este facto remete para diferenças sintáticas entre verbos auxiliares semanticamente afins sobre que seria interessante haver uma investigação de pendor mais sintático, formal, que não tenho conhecimento de que já tenha sido feita.

²⁰ Pesquisa: [lema=”vir”] □ {0,2} “a” □ {0,2} [lema=”acabar”] □ {0,2} “por”

²¹ Cf., por exemplo, as alternativas a (67) e (68) com esta ordem de verbos auxiliares: ??*pode até acontecer que o alargamento do horário venha a acabar por não vigorar*, ou ??*esta ideia viria a acabar por ser assimilada no discurso do secretário-geral*.

Finalmente, interessa considerar a putativa combinação de *vir a* com o verbo auxiliar temporal *ir*. Não encontrei qualquer exemplo da combinação destes dois verbos em sequência em nenhum dos *corpora* da Linguatca. A construção com o verbo *ir* em primeiro lugar, isto é, *ir vir a* parece-me estranha, mas não totalmente impensável: cf. ??*possivelmente, ele vai vir a arrepender-se*. Já a construção com o verbo *vir a* em primeiro lugar, isto é, *vir a ir*, parece ser completamente impossível (tal como *vir a haver de*) – cf. e.g. **possivelmente, ele virá a ir arrepender-se*.

5 Conclusões

Este trabalho discutiu centralmente os aspetos temporais e modais do uso do verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade, um verbo de uso frequente, mas sobre que existem poucos estudos específicos. Os aspetos pragmáticos foram deixados para investigação posterior.

Analisou-se centralmente a ocorrência deste predicado – flexionado em diferentes tempos verbais – associado a dois valores temporo-modais: um puramente prospetivo, em que as situações descritas são apresentadas como hipóteses em aberto posteriormente ao ponto de perspetiva temporal (passado, presente ou futuro) da frase; outro prospetivo-retrospectivo, em que as situações descritas, posteriores a um ponto de perspetiva temporal passado, são apresentadas como factos anteriores ao presente. As construções com este último valor e o verbo flexionado no condicional são especialmente interessantes, porque, por um lado, são geradoras de ambiguidade (frequentemente, só se obtendo uma interpretação cabal com um contexto bastante alargado) e, por outro lado, revelam diferenças de frequência muito significativas entre o PE e o PB, e entre o registo escrito (jornalístico) contemporâneo do PE e o registo literário do PE dos séculos XVI-XX: 30 usos pMp no CETEMPúblico (PE) vs. 2,5 usos pMp no NILC/São Carlos (PB) vs. apenas 0,8 pMp no Vercial.

Discutiram-se ainda os contextos em que o contributo do verbo auxiliar *vir a* como marcador de posterioridade é imprescindível para se obter uma interpretação clara, eventualmente evitando ambiguidades, e os contextos em que, diferentemente, o seu contributo é redundante face à presença de outros operadores marcam explicitamente, ou que permitem deduzir, um valor de posterioridade. Os primeiros integram tipicamente frases estativas, com conjuntivo, infinitivo ou gerúndio e sem outros operadores prospetivos. Os segundos são todos os outros.

A questão da redundância de *vir a* deve ser revisitada futuramente, nomeadamente avaliando a hipótese de, pelo menos em certos casos, haver uma diferença entre frases com e sem *vir a* (redundante), relacionada com o plano da informação implícita e a assunção de uma sequência prévia de acontecimentos relevantes, como a invocada na literatura para o verbo *acabar por*. Interessará verificar se a convocação dessa informação implícita requer mesmo a presença do verbo auxiliar, ou este é meramente “catalisador” de uma informação implícita que pode lá estar mesmo sem ele (comparem-se e.g. as frases (5) e (6) com as suas contrapartidas sem verbos auxiliares).

Financiamento

Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com verbas do projeto estratégico UIDB/00214: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

Referências

- ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 44.^a edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.^a edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.
- BORBA, F. (coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.
- CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CETEMPÚBLICO 2.0 v. 12.5. Disponível em: <http://www.linguatca.pt/ACDC/>. Acesso em: março de 2025.
- CUESTA, P. V.; LUZ, M. A. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1971.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, 1984.
- DUARTE, I. Verbos auxiliares. In: MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.^a edição, revista e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 303-305.
- CONÇALVES, A. Aspectos da sintaxe dos verbos auxiliares do Português Europeu. In: *Quatro Estudos em Sintaxe do Português. Uma Abordagem Segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros*. Lisboa: Colibri, 1996. p. 7-50.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KAMP, H.; REYLE, U. *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- MARQUES, R. Sobre a semântica dos tempos do conjuntivo. In: *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Selecionados*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística, 2010. p. 549-565.
- MEDEIROS, A. B. *Eu acabei escrevendo o artigo* – um estudo sobre a forma *acabar+gerúndio* no português brasileiro. *Caderno de Estudos Lingüísticos Campinas*, v. 60, n.1, p. 7-29, 2018. DOI:10.20396/cel.v60i1.8649766
- MEDEIROS, A. B. *Eu acabei escrevendo o artigo, de novo* – um estudo sobre três construções “sinônimas” com o verbo *acabar* no português do Brasil. *Revista de Estudos Lingüísticos*, v. 28, n.3, p. 1249-1290, 2020. DOI: 10.17851/2237-2083.28.3
- MÓIA, T. Aspectos da gramaticalização de *ir* como verbo auxiliar temporal. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n. 3, p. 213-239, 2017.

MÓIA, T. On the semantics of the temporal auxiliary verb *ir* ('go') in Portuguese. *Syntaxe et Sémantique*, 19, p. 147-177, 2018.

MÓIA, T.; VIOTTI, E. Differences and Similarities between European and Brazilian Portuguese in the Use of the *Gerúndio*. *Journal of Portuguese Linguistics*, v.3, n.1, p. 111-139, 2004.

NEVES, M. H. M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

NILC/São Carlos v. 15.4. Disponível em: <http://www.linguatca.pt/ACDC/>. Acesso em: março de 2025.

RAPOSO, E. P. Verbos auxiliares. In: RAPOSO, E. P. et al. (orgs.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 1219-1281.

SILVA DIAS, A. E. *Grammatica Portuguesa Elementar*, 9.^a edição revista. Lisboa: A. Ferreira Machado & C.^a, 1894.

TORREGO, L. G. Los verbos auxiliares. Las perífrasis verbales de infinitivo. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (dir.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia Española. Madrid: Espasa, 1999. p. 3323-3389.

VERCIAL, v. 17.5. Disponível em: <http://www.linguatca.pt/ACDC/>. Acesso em: março de 2025.

A configuração vertical e horizontal da rede construcional

The Vertical and Horizontal Configuration of the Constructional Network

Taísa Peres de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) | Três Lagoas | MS | BR
taisa.p.oliveira@ufms.br
<https://orcid.org/0000-0002-2439-5604>

Resumo: Um dos conceitos mais fundamentais aos chamados Modelos Baseados no Uso é a visão da língua organizada em uma rede cognitiva, em que construções estão ligadas umas às outras de modo que nenhuma construção esteja isolada (Langacker, 2008; Hudson, 2010; Goldberg, 2006, 2019). Partindo desse pressuposto, neste artigo discutem-se os modelos vertical e horizontal de rede construcional, destacando as vantagens e desvantagens em cada um. Tomando os conectores condicionais do português como objeto de estudo, assume-se a visão da rede integrada, entendendo que a organização vertical e a horizontal representam tarefas cognitivas distintas e complementares. A análise dos conectores condicionais mostra a como os elos verticais sozinhos não dão conta de representar a sobreposição semântica e pragmática observada nessas construções. Por isso, propõe-se aqui a *hipótese da similaridade construcional*, para dar conta dos contextos de alternância construcional. A hipótese assume que os falantes generalizam também em contextos de alternância construcional, armazenando detalhes do contexto de uso de exemplares similares, o que é capturado por elos horizontais.

Palavras-chave: gramática de construções, rede, elos verticais, elos horizontais.

Abstract: One of the core principles of Usage-Based Models is the idea that language is a cognitive network of interconnected constructions, rather than an inventory of isolated linguistic units (Langacker, 2008; Hudson, 2010; Goldberg, 2006, 2019). Building on this perspective, this paper discusses the advantages and disadvantages of the vertical and horizontal models of



constructional networks. Based on a case study of conditional connectives in Portuguese, this paper adopts an integrated view of the network, assuming that vertical and horizontal organization represents distinct yet complementary cognitive tools to represent linguistic structure. The analysis of conditional connectives shows that the vertical links cannot fully account for their semantics and pragmatics overlap, therefore this paper proposes the constructional similarity hypothesis to cover for what it is here called constructional alternation. This hypothesis suggests that speakers generalize across constructional alternation in order to memorize details of usage contexts for similar exemplars, what is captured by horizontal links.

Keywords: construction grammar, network, vertical links, horizontal links.

1 Introdução

Um dos conceitos mais fundamentais aos chamados Modelos Baseados no Uso é a ideia de que a língua é organizada em uma rede conceitual de unidades linguísticas convencionais generalizadas a partir de experiências reais de uso (Langacker, 2008; Hudson, 2010; Goldberg, 2006, 2019). O modelo de organização da gramática em rede tem se mostrado uma ferramenta bastante produtiva para explicar a organização cognitiva de categorias e construções, representando o modo como indivíduos processam e armazenam informação de forma conectada e não compartimentalizada.

Nesse contexto, a natureza das ligações entre construções é o ponto central entre os que se voltam para a discussão sobre a configuração da rede. Nos modelos clássicos, as construções são ligadas por elos verticais, que, motivados pela habilidade cognitiva de generalização e de categorização, organizam as construções numa rede taxonômica exibindo diferentes graus de esquematicidade (Goldberg, 2006; 2019; Traugott; Trousdale, 2021[2013]). Recentemente, diversos autores têm discutido a necessidade de um modelo de análise que considere também elos horizontais, que ligariam construções num mesmo nível da abstração. No entanto, se por um lado a natureza dos elos verticais parece ser consensual, de outro, a natureza dos elos horizontais ainda não é questão tão bem resolvida (Capelle, 2006; Van de Velde, 2014; Perek, 2015; Diessel, 2019; Sommerer; Smirnova, 2020.) No geral, para discutir a organização horizontal da rede, autores acionam noções como contraste, alternância, variação e similaridade. Não há, portanto, consenso sobre a natureza desses elos nem sobre os processos cognitivos que os motivariam. Mais recentemente, Ungerer (2024) afirma que, na verdade, elos verticais e horizontais seriam motivados pelos mesmos processos cognitivos, categorização e abstração, e, por isso, constituiriam, de fato, apenas diferenças notacionais de análise e de representação.

Partindo desse referencial, meu objetivo no presente trabalho é revisitar os modelos de rede descritos tendo como objeto de estudo um recorte dos conectores condicionais, nem sempre considerados pela literatura sobre gramática de construções que, no geral, dispensa grande ênfase em questões da oração simples. Assumindo a proposta de Capelle (2006) e Diessel (2019, 2023), de que elos horizontais representam variância entre construções, minha análise vai na direção da proposta de uma rede integrada, organizada por elos verticais e horizontais, entendendo que informações distintas são capturadas nos dois modelos de organização.

Minha análise parte da descrição realizada em Oliveira (2008, 2009), em que defendo que conectores condicionais subespecificam três diferentes sentidos associados à zona da condicionalidade. Desses, retomo aqui os subesquemas $[X \text{ que}]_{\text{CondPos}}$ e $[X \text{ se}]_{\text{CondNeg}}$, que sancionados pelo esquema geral $[X \text{ conj}]_{\text{Cond}}$ compartilha propriedades de formas e de funções, mas apresentam especificações que não necessariamente podem ser analisadas somente por meio de elos verticais. Por isso, defendo um modelo de rede em que se representam, além dos elos de herança, os detalhes das experiências de uso das estruturas linguísticas para, assim, chegarmos a generalizações mais adequadas sobre o conhecimento que falantes têm da língua, que é, afinal, o objetivo de qualquer modelo de rede. Isso porque o conhecimento linguístico dos falantes envolve também o conhecimento das similaridades entre construções e seus contextos de uso, o que também deve estar representado na rede uma vez que os indivíduos armazenam estruturas complexas, com detalhes da experiência, processo conhecido como memória enriquecida. Esse posicionamento encontra sustento principalmente em Bybee (2016), como pretendo demonstrar aqui pela análise dos conectores condicionais do português.

Para cumprir essa tarefa, este artigo está organizado do seguinte modo: primeiro, na seção 2, apresento as bases teóricas da Gramática de Construções, modelo que orienta minha discussão e análise; em seguida, na seção 3, discuto os diferentes modelos de rede para, então, apresentar a rede dos conectores condicionais no português na seção 4, na seção final, apresento as implicações dessa análise para os modelos baseados no uso e para a gramática de construções e algumas possibilidades de análises.

2 A Gramática de Construções

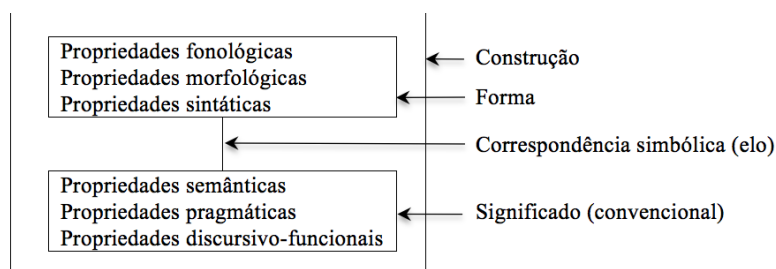
A discussão que se faz aqui assume como fundamento teórico de base a Gramática de Construções (Croft, 2001; Goldberg, 2006, 2019; Diessel, 2019), que, vinculada aos Modelos Baseados no Uso, reconhece como princípio básico o entendimento de que a estrutura linguística é moldada pela experiência do usuário da língua, refletindo habilidades cognitivas que atuam em outros sistemas do conhecimento humano. Embora cada modelo assuma epistemologias distintas, a abordagem construcional de tratamento da linguagem se pauta por um conjunto de premissas básicas, dentre os quais destaco as que se ligam diretamente aos objetivos da discussão que proponho aqui: analisar os modelos de rede. Assumindo, portanto, este objetivo, é preciso ter em mente que:

- 1) O conhecimento sobre a língua envolve reconhecer pares de forma e significado com diferentes graus de complexidade e em vários níveis de abstração, reconhecendo a língua como um sistema de signos convencionais (Croft, 2001; Langacker, 2008; Goldberg, 2006, 2019; Bybee, 2016; Traugott; Trousdale, 2021[2013]).

- 2) A relação entre a estrutura linguística e o significado não é fixa. A estrutura linguística tem potencial para o significado, que emerge a partir de rotinas cognitivas de padrões mentalmente acionados pela experiência com a língua.
- 3) A não separação rígida entre léxico e gramática. As categorias são radiais e graduais, sem limites claros (Langacker, 2008; Bybee, 2016; Traugott, Trousdale, 2021[2013]).
- 4) A gramática é a organização cognitiva de construções ligadas em rede de modo que, nenhuma unidade da língua, de qualquer natureza ou grau de complexidade, está isolada (Croft, 2001; Langacker, 2008; Goldberg, 2006, 2019; Bybee, 2016; Traugott; Trousdale, 2021[2013]).
- 5) O sistema linguístico é organizado e motivado por habilidades cognitivas gerais, porque a estrutura linguística é parte de estruturas conceituais mais amplas (Langacker, 2008; Bybee, 2016).

Nesse contexto, a unidade fundamental de análise é a **construção**, que abriga unidades mínimas, como os morfemas, e unidades complexas, como os idiomatismos e os padrões e as regularidades mais abstratos (padrões de ordenação de constituintes e estrutura argumental, por exemplo). Ao assumir a construção como unidade fundamental da língua, a Gramática de Construções elabora um modelo de análise que dá abrigo tanto às propriedades linguísticas mais centrais como às mais periféricas e idiomáticas, sem recorrer a transformações e derivações, que fatalmente levam à proposição de categorias vazias e posições absolutas, o que é prontamente rejeitado pelo modelo. Por aí também se rejeita a modularidade e compartimentalização da gramática, que é concebida como a organização de estruturas linguísticas interconectadas na rede, o que torna irrelevante a proposição de diferentes níveis de análise. Ainda, ao tomar a construção como unidade de análise afasta-se a rígida distinção entre léxico e gramática, entendendo que as construções podem flutuar entre os dois pólos, assumindo a gradualidade em todos os sentidos e direções, seja radialmente numa categoria, seja pela interconexão e mescla de categorias. Assim, a construção, entendida como o pareamento convencional de forma-significado em qualquer nível de complexidade estrutural e linguística, é a unidade fundamental da língua, e pode ser representada, seguindo Croft (2001), pela Figura 1.

Figura 1 – A construção



Fonte: Adaptado de Croft (2001, p. 18).

No plano da forma, representam-se as propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas de uma construção; e, no plano do significado, representam-se todos os aspectos convencionalizados de sua função, incluindo suas propriedades semânticas, pragmáticas e, também, as propriedades da situação, do discurso e do contexto da interação verbal em que é usada. O que se vê, portanto, é que, qualquer unidade da língua deve ser analisada como construção, do morfema e itens lexicais aos padrões sintáticos mais abstratos e expressões idiomáticas. As construções estão ligadas umas às outras em uma rede cognitiva que, inspirada na neural, busca representar o modo como indivíduos armazenam e processam informações, que é o que passo a discutir em seguida.

3 A rede

O ponto central aqui, e a qualquer análise fortemente comprometida com os Modelos Baseados no Uso, é o entendimento de que a língua faz parte de uma estrutura conceitual mais ampla, organizada numa rede cognitiva em que nenhuma construção (também chamada de nó) está totalmente isolada, mas interconectada por relações associativas que podem ser acionadas, expandidas e (re)elaboradas a partir dos eventos de uso da língua (Langacker, 2008; Hudson 2007; Goldberg, 2006, 2019; Traugott, 2022). Vários modelos assumem a visão da língua como rede:¹

- i. “(...) tudo na língua pode ser formalmente descrito em termos de nós e suas relações.”² (Hudson, 2007, p. 2).
- ii. “O *constructicon*³ não é visto como uma lista desestruturada de construções. Ao contrário, todas as versões de gramáticas de construção concordam que as construções de uma língua formam um inventário estruturado, que pode ser representado pela rede (taxonômica).”⁴ (Croft; Cruse, 2004, p. 262).
- iii. “unidades combinam-se umas com as outras em grupos que são, eles próprios, unidades convencionais (...) unidades são conectadas por relações de categorização, tanto elaboração como extensão. Elas formam redes de diferentes dimensões.”⁵ (Langacker, 2008, p. 222).
- iv. “Construções formam uma rede de conhecimento interconectado em nosso espaço conceitual hiperdimensional (...)”⁶ (Goldberg, 2019, p.36).
- v. “Construções claramente não existem num vácuo. Conceitualizadas como unidades que são estocadas no *constructicon*, elas são, em tese, ligadas umas às outras em vários graus de força na rede.”⁷ (Traugott, 2022, p. 224).

¹ As traduções presentes neste artigo são de autoria própria.

² everything in language can be described formally in terms of nodes and their relations.

³ O termo *construction* não encontra tradução para o português. É usado para definir o conjunto de todas as construções de uma língua.

⁴ The constructicon is not seen as an unstructured list of constructions. Instead, all versions of construction grammars agree that the constructions of a language form a structured inventory, which can be represented by (taxonomic) networks.

⁵ (...) units combine with one another in assemblies that are themselves conventional units. (...) units are connected by relationships of categorization, both elaboration and extension. They can thus form networks of any size.

⁶ Constructions form a network of interrelated knowledge within our hyperdimensional conceptual space (...).

⁷ Constructions clearly do not exist in a vacuum. Conceptualized as units that are stored in the constructicon, they are by hypothesis linked to each other to various degrees of strength in networks.

Assumindo a rede como a representação cognitiva do conhecimento linguístico, os diferentes modelos partem do pressuposto de que a rede está assentada sobre habilidades cognitivas gerais, como pensamento analógico, categorização, abstração, rotinização e automação. A partir desses processos, as construções podem formar diferentes conexões associativas, que são acionadas sempre que indivíduos processam e armazenam uma estrutura linguística, a exemplo de como processam e armazenam qualquer tipo de conhecimento. Questão bem menos consensual, no entanto, diz respeito à natureza dos elos que ligam as construções, também chamadas de nós. Comumente distinguem-se entre elos verticais e elos horizontais, aos quais me torno agora.

Elos verticais conceitualizam relações de abstração e categorização entre construções mais e menos esquemáticas, representando a organização taxonômica entre esquemas e seus subtipos menos abstratos e mais específicos (Croft 2001; Goldberg 1995, 2006, 2019; Hudson 2007; Traugott; Trousdale, 2021[2013]). Por outro lado, elos horizontais representam associações entre construções num mesmo nível de abstração (Capelle, 2006; Van de Velde, 2014; Diessel, 2015; Sommerer; Smirnova, 2020). Recentemente, a discussão sobre a natureza dos elos horizontais tem levado a uma proposição de diferentes modelos de representação conceitual da rede. Por um lado, há autores que assumem a natureza distintiva dos elos horizontais, que ligariam construções numa relação de contraste, como Coleman (2020) e Smirnova e Sommerer (2020), para outros, elos horizontais representam as relações de similaridade entre construções, como em Capelle (2006) e Diessel (2019). Nesse contexto, há ainda autores que afirmam que a distinção entre elos horizontais é imprecisa, especialmente porque já que não é possível distinguir processos cognitivos que motivariam a diferença entre elos verticais e horizontais, como Zehentner e Traugott (2020), Hoffmann (2020) e Ungerer (2024). É exatamente sobre essa distinção que me dedico neste artigo, o que faço após discutir separadamente os dois modelos de representação dos elos entre as construções na rede.

3.1 Elos verticais

Goldberg (1995) elabora um modelo de rede em que construções se organizam por elos verticais, que podem ser de diversos tipos. O mais comumente discutido entre os autores, chamados elos de herança, representam as relações de generalização e abstração entre construções. Por meio dos elos de herança, construções menos esquemáticas ligam-se a construções mais esquemáticas e mais gerais ao compartilharem propriedades de forma e significado. Goldberg (1995) analisa a estrutura argumental por meio dos elos de herança para mostrar como construções mais específicas como “to drive someone crazy⁸” se ligam ao super esquema – mais geral e mais abstrato – das construções resultativas por elos de herança. Para a autora, essa associação é motivada pelo compartilhamento de propriedades de significado (causação) e de forma (Suj V Obj Oblíquo). Assim, construções mais específicas são analisadas por meio de padrões mais gerais e mais abstratos, como o esquema da construção causativa. No modelo elaborado em Goldberg, entende-se que usuários armazenam os padrões e as sub-regularidades acionadas para processar enunciados reais em eventos de uso da língua. Daí exemplos como (1) e (2), abaixo, são analisados e, mais importante, armazenados na rede cognitiva do falante, a partir de um mesmo esquema mais geral.

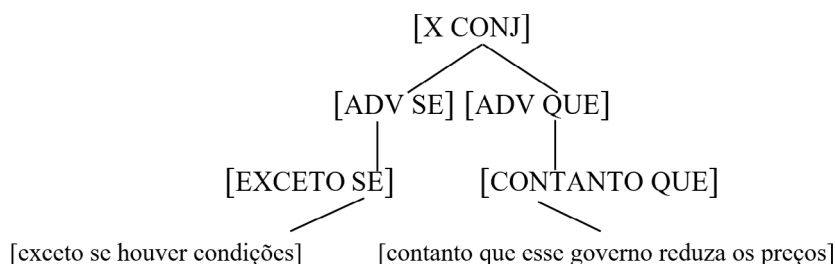
⁸ “Levar alguém à loucura”

- (1) *She drove him crazy.*
'Ela o levou à loucura.'
- (2) *She drove her son to school.*
'Ela o levou à escola.'

Na rede, as sub-regularidades são capturadas pela proposição de subesquemas em vários pontos intermediários de uma hierarquia taxonômica. Elos de herança capturam o processo de generalização das construções a partir de eventos reais de uso da língua, os chamados construtos, numa ordem *botton-up*, assumindo, assim, que a rede armazena propriedades de forma e de significado a partir da experiência linguística, organizados em termos de princípios de categorização e abstração (Langacker, 2008). Na organização vertical, tanto as generalizações como as instâncias mais específicas são armazenadas de tal modo que construções vão se associando em famílias e agrupamentos (*clusters*) com diferentes graus de acessibilidade e fixação. Isso significa que exemplares de diferentes categorias conceituais podem participar de uma mesma rede por meio do compartilhamento de propriedades de forma e/ou de significado e, assim, se ligam uns aos outros, numa rede ampla, em que nenhuma construção está isolada.

Em Oliveira (2023), mostrei como conectores adverbiais do português se organizam hierarquicamente pelos elos de herança. No grau mais alto de abstração, os conectores podem ser analisados pelo esquema [X CONJ], que generaliza sobre propriedades de forma e de significado de subesquemas como [ADV SE], [ADV QUE] e [PREP QUE], no nível intermediário. Esses, por sua vez, generalizam sobre microconstruções como [exceto se], [ainda que] e [desde que] num nível ainda mais específico e esquemático. As propriedades de forma e de significado são abstraídas a partir de instâncias de uso, os construtos, em que os conectores são usados para construir uma relação de sequencialidade especificando uma relação circunstancial entre orações (Oliveira, 2023). Um recorte dessa rede pode ser representado como ilustrado pela Figura 3:

Figura 2 – Rede de conectores



Fonte: Adaptado (Oliveira, 2023, p. 171).

Na organização vertical da rede dos conectores complexos, os elos de herança especificam um padrão de forma, uma combinação morfosintaticamente complexa constituída por um item lexical e uma conjunção que assume a primeira posição da oração. No plano do significado, os elos de herança especificam uma relação de sequencialidade tal que a oração marcada pelo conector abre um quadro cognitivo para a validação semântica/pragmática da

oração chamada principal. Da correlação dessa combinação emergem os significados circunstanciais da relação adverbial (Cezario *et al*, 2015; Oliveira, 2022; Oliveira, 2014, 2023). Todos os subesquemas e microconstruções herdam essas propriedades, que são especificadas uma única vez no nível mais abstrato e esquemático e, portanto, não precisam ser repetidas a cada subesquema e microconstrução, o que na literatura é chamado de herança *default* (padrão). As subespecificações desses detalhes são elaboradas de diversas formas por meio dos elos associativos, que podem ser polissêmicos e metafóricos, como demonstrei em Oliveira (2023).

Elos verticais também representam elaborações e extensões de sentido entre um esquema mais geral e seus subesquemas, por meio de elos que subespecificam relações de subparte, instância, metáfora e polissemia. Elos de subparte especificam construções como parte de uma construção maior. Por exemplo, a construção de movimento causado é parte do esquema de movimento intransitivo. Os elos de instância ligam uma construção particular como um caso diferenciado dentro de um esquema. Um exemplo é a condicional “se não me engano”, tipo particular do esquema da construção condicional. Elos de extensão metafórica ligam construções que resultam de projeções metafóricas de uma construção básica. Um caso é a construção resultativa, em (04), em que a noção semântica de ‘estado’ é reinterpretada a partir da noção ‘espaço’ de construções com movimento causado, como em (03), mais básico e mais concreto.

(3) Ela levou ele à *escola*. (Sentido literal)

(4) Ela levou ele à *loucura*. (Sentido metafórico)

Elos de polissemia associam subtipos de construções que apresentam as mesmas especificações sintáticas e especificações semânticas distintas, porém relacionadas. Assim, elos de polissemia ligam o sentido prototípico de um esquema a suas extensões codificadas em subesquemas em níveis hierarquicamente inferiores na rede. Em Oliveira (2023), analisei a organização polissêmica da rede de conectores adverbiais, mostrando como a configuração modo-temporal que caracteriza a oração ligada pelo conector aciona diferentes significados assentados sobre a sequencialidade própria do esquema espacial-temporal e codificado no esquema mais abstrato, especificando os significados de causa, tempo, condição e concessão.

Ao ligar verticalmente construções com diferentes níveis de abstração, os elos verticais de herança consistem numa característica **fundamental** da abordagem construcional de orientação cognitivista, uma vez que assume as habilidades de categorização e abstração como processos elementares na estruturação linguística. O ponto aqui é o entendimento de língua como conhecimento. Em eventos de uso, indivíduos processam construções a partir de esquemas e suas extensões, associando tipos específicos a padrões mais regulares e convencionais. Não há, portanto, a necessidade de armazenar cada um dos subtipos separadamente. Isso porque quando “(...) aprende a usar a palavra [e qualquer estrutura] adequadamente, um falante domina a rede toda (não o esquema ou o protótipo)” (Langacker, 2008, p. 224). De fato, para Langacker (2008, p. 222), a língua pode ser descrita como “(...) como um inventário **estruturado** de unidades linguísticas. Essa estrutura – a organização das unidades em rede e grupos – está intimamente relacionado ao uso da língua, ao mesmo tempo moldando e sendo moldado por ele⁹.” (grifo do autor). O que está realmente por trás da noção de rede

⁹ “(...) as a **structured** inventory of conventional units. This structure – the organization of units into networks and assemblies – is intimately related to language use, both shaping and being shaped by it.”

é a capacidade dos indivíduos, usuários da língua, de abstrair, de categorizar e de expandir significados a partir de eventos de uso. Ao usar uma estrutura linguística qualquer, o falante mapeia esse uso como instância de algum esquema mais geral da rede. Por isso a conceitualização da língua como uma rede organizada por elos de herança assume tanta força, porque está intimamente ligada ao entendimento de língua como conhecimento e uso.

Ainda, a concepção da língua como rede é compatível com a visão dinâmica e *online* da gramática. Em eventos de uso, construções de algum modo relacionadas são acionadas quase simultaneamente quando relevantes em um evento de uso da língua, processo conhecido como expansão da ativação (Hudson, 2007). Esse processo explica como porções do conhecimento ligados uns aos outros na rede associam instâncias de usos a tipos armazenados. O efeito *priming*¹⁰ serve como evidência desse processo: indivíduos recuperam mais rapidamente uma forma linguística específica quando foram previamente expostos a outras formas linguísticas a ela relacionadas. Por exemplo, é mais fácil processar a palavra ‘maçã’ quando previamente exposto a palavras como ‘pera’, ‘uva’ e frutas em geral do que quando exposto a palavras não relacionadas à categoria fruta, ou a palavras relacionadas a uma categoria da qual maçã é membro periférico, como partes do corpo (maçã do rosto). Isso porque construções (de qualquer natureza) que estão intimamente relacionadas entre si, ou seja, construções que estão intimamente ligadas na rede, servem como *prime* umas às outras mais rapidamente do que construções mais distantes na rede.

Por essas razões, o modelo de organização vertical da rede em elos de natureza taxonômica está presente em qualquer abordagem construcional (Goldberg, 1995, 2006, 2019; Croft, 2001; Hudson, 2005; Traugott, Trousdale, 2011[2013], Diessel, 2019). Por outro lado, quando se trata de pensar a rede em termos de organização horizontal, os posicionamentos são bem mais divergentes, tanto no que diz respeito à natureza dessa organização horizontal, quanto ao questionamento sobre sua real necessidade, que é o ponto central deste artigo e que passo a discutir agora.

3.2 Os elos horizontais

De modo geral, elos horizontais são usados para dar conta de construções que compartilham um conjunto de propriedades, mas diferem em termos de características individuais não são especificadas como parte do esquema abstrato que instanciam (Capelle, 2006; Perek, 2012, 2015; Van de Velde, 2014; Gyselink, 2020). No entanto, conforme afirmei anteriormente, diferentemente do estatuto bem estabelecido dos elos verticais, não há, ainda, um entendimento geral sobre a natureza dos elos horizontais, nem sequer consenso sobre sua relevância para uma teoria gramatical cognitivamente motivada. Aqui, destaco dois modelos mais frequentemente discutidos, o modelo da aloconstrução, que entende elos horizontais como forma de analisar variação entre construções similares, e o modelo da paradigmaticização, em que elos horizontais ligam construções não necessariamente similares em termos de forma e de função, mas participantes de um mesmo paradigma.

¹⁰ O termo *priming* refere-se ao processo em que um elemento serve de preparação para o processamento de outro termo a ele de algum modo relacionado. O termo tem sido usado no original em inglês na linguística, na psicologia e na ciência cognitiva, razão pela qual mantemos o uso do termo no original.

Capelle (2006) elabora um modelo de análise para dar conta de construções que são formalmente distintas, semanticamente semelhantes (quase sinônimas, nos termos do autor), o que nomeia como aloconstrução. Capelle analisa as construções verbo-partícula¹¹ e suas diferentes combinações possíveis no inglês, considerando a variabilidade da posição da preposição e do objeto (que em alguns casos pode ter uma posição fixa), como demonstrado no exemplo em (05), abaixo. As construções se apresentam em dois padrões formais ligeiramente distintos: (i) um padrão contínuo entre verbo e a preposição (05a), e (ii) um padrão descontínuo, em que um SN interrompe a ordem verbo e preposição (05b). Apesar das diferenças formais, as duas construções têm, conforme o autor, uma mesma semântica, no sentido de que veiculam o mesmo conteúdo proposicional, ou seja, o sentido de ‘puxar a meia para cima’ está presente em qualquer uma das variantes. Essa variação, segundo Capelle (2006), não pode ser analisada por meio de elos verticais.

(5a) *pull up one's socks*

(5b) *pull one's socks up*¹²

Elos verticais analisam um vínculo de herança, uma relação entre uma construção geral e suas instâncias específicas, uma relação entre uma construção maior e sua subparte (por exemplo, a relação entre o movimento causado e a construção de movimento intransitivo), entre uma construção e suas extensões metafóricas (por exemplo, o esquema de sequencialidade e suas extensões de tempo, condição e causa), ou entre uma construção central e seus diferentes sentidos, formando uma rede polissêmica a partir desse sentido central (o esquema condicional e seus vários significados). A alternância entre construções formalmente distintas e semanticamente similares não pode ser analisada por nenhum desses quatro tipos de ligações, já que se trata de um mesmo padrão subespecificado num mesmo nível. Assumir que a mesma construção é armazenada duas vezes (no exemplo, uma vez como uma instância do padrão contínuo e uma vez como uma instância do padrão descontínuo) sem a existência de um nível que represente a relação de similaridade semântica entre as duas analisadas é um problema de plausibilidade psicológica para a Gramática de Construções.

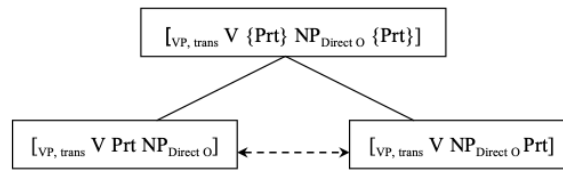
Nesse sentido, Capelle (2006) elabora um modelo em que analisa propriedades gerais compartilhadas por diferentes construções de uma mesma rede por meio de um superesquema abstrato, que o autor denomina construtema. Especificações e detalhes individuais das variantes são analisados por meio das aloconstruções, concebidas como – “(...) como realizações estruturais variantes de uma construção que é parcialmente não especificada.”¹³ (Capelle, 2006, p. 18). Embora o autor não faça menção explícita a elos horizontais, seu diagrama para análise das construções com verbo-partícula deixa claro o posicionamento do autor sobre a natureza das aloconstruções, tal como se vê na Figura 3:

¹¹ Termo do autor.

¹² Puxar a meia de alguém.

¹³ (...) as variant structural realizations of a construction that is left partially underspecified.

Figura 3 – Rede da construção verbo-partícula



Fonte: Adaptado de Capelle (2006, p. 18).

Por esta análise, Capelle (2006) representa o modo como as duas aloconstruções do padrão verbo-partícula estão ligadas por meio de elo vertical ao esquema mais abstrato (o construtema, nos termos do autor) e entre si por meio de um elo horizontal (pontilhado e com duas flechas). Segundo o autor, assim se representa o fato de os dois padrões serem formas diferentes de uma mesma unidade significativa, o que também é parte do conhecimento linguístico dos usuários da língua. Ou seja, os indivíduos possuem esse fato como conhecimento em sua rede. O autor ressalta que a alternância sistemática é, em si, um dos padrões da língua, uma generalização que reside na mente dos falantes. Isso porque

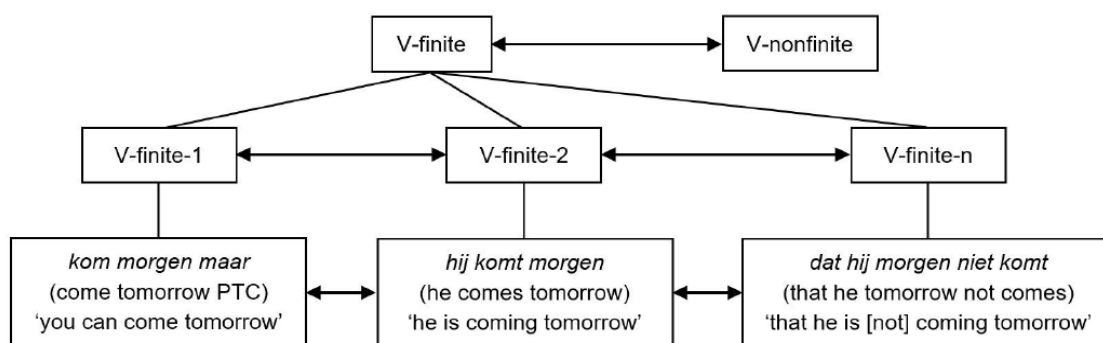
As duas aloconstruções não estão em distribuição complementar. Isto é, em muitos contextos discursivos, elas podem substituir uma à outra sem acarretar uma mudança no significado (verdade condicional). Mas embora haja muita variação livre, as circunstâncias específicas em que o padrão transitivo verbo-partícula é usado às vezes determinam a seleção de uma aloconstrução em detrimento de outra. De acordo com uma tendência geral da estrutura da informação, os elementos leves e velhos do discurso são normalmente colocados antes dos elementos novos e pesados do discurso. Esta tendência se reflete no já conhecido fato gramatical de que, em princípio, os objetos pronominais devem preceder a partícula, enquanto os objetos longos e especialmente sintaticamente complexos devem seguir a partícula.¹⁴ (Capelle, 2006, p. 19).

Assumindo outra concepção de elos horizontais, Van de Velde (2014) propõe um modelo que procura representar os valores diferenciais de construções num mesmo contexto paradigmático. Nesse sentido, o autor analisa construções parcialmente distintas em termos de forma e de significado, mas pertencentes a um mesmo domínio funcional, organizadas numa espécie de paradigma construcional. Para Van de Velde (2014), elos horizontais analisam “uma rede em que a relação forma-função de uma construção particular pode ser parcialmente motivada em relação aos seus vizinhos” (2014, p. 147). Isso porque o modo como se dá a oposição entre essas construções similares é, em parte, uma propriedade que as definem. Por outro lado, essa oposição não é algo especificado nos níveis de generalização e abstração mais altos e, portanto, não pode ser analisado por meio dos elos de herança.

¹⁴ “The two allostructions are not in complementary distribution. That is, in many discourse environments, they may substitute for one another without bringing about a change in (truth-conditional) meaning. But although there is a good deal of free variation, the specific circumstances in which the transitive verb-particle pattern is used sometimes do determine the selection of one allostruction over another. In accordance with a general information-structural tendency, discourse-old and light elements are typically placed before discourse-new and heavy ones. This tendency is reflected in the well-known grammatical fact that, in principle, pronominal objects have to precede the particle, while long and especially syntactically complex ones have to follow the particle.”

Para ilustrar sua discussão, o autor examina a rede construcional das orações finitas em holandês, considerando a posição do verbo, que pode ser inicial, medial, final. As construções finitas, distintas em termos de forma (posição do verbo), são apenas parcialmente distintas em termos de função. Construções finitas com verbo-inicial são usadas em contextos de significados não-factuais, como em construções que envolvem valores como inversão de polaridade, condicionalidade e imperativos. Já a ordem verbo-final é reservada para contextos em que há diferenças no relevo das informações, em especial com a distribuição figura-fundo, daí seu uso principalmente em orações subordinadas. Por fim, a ordem verbo-medial é usada como a regra padrão das orações declarativas não marcadas. Ou seja, as construções pertencem a um mesmo domínio funcional (finitude), mas apresentam diferenças funcionais (os contextos de ocorrência) além das diferenças formais (posição do verbo). Para Van de Velde (2014), as três construções motivam uma à outra não apenas por meio de suas semelhanças parciais, mas também por meio de suas diferenças individuais. Essas relações de motivação mútua podem ser melhor analisadas por elos horizontais, já que os verticais analisam relações de herança. Assim, Van de Velde (2014) propõe uma rede organizada em elos verticais (que generalizam sobre propriedades herdadas) e, também, elos horizontais, que ligam construções num mesmo nível de especificidade e motivam uma à outra em termos de valores de similaridade e oposição.

Figura 4 – Rede construcional construções finitas do holandês



Fonte: Adaptado de Van de Velde (2014, p. 150).

Outro exemplo analisado pelo autor diz respeito à diferença entre o grau de integração em orações subordinadas no holandês. Van de Velde (2014) discute um conjunto de propriedades definidoras da maior/menor integração: posição assumida pelo verbo, presença de conjunção, ordem da oração e tempos e modos verbais. Em sua análise, o autor apresenta contra-argumentos para cada um dos critérios, concluindo que “(...) padrões integrados *versus* não integrados de orações subordinadas estão relacionados horizontalmente em sua rede construcional. É apenas em contraste com a integração que a não integração é significativamente funcional”¹⁵ (Van de Velde, 2014, p. 158). Na rede, os elos horizontais conceitualizam que a relação forma-significado de uma construção particular pode ser parcialmente motivada em relação aos seus vizinhos pela associação de um valor diferencial entre as construções.

¹⁵ “(...) integrated vs. non-integrated patterns of subordinate clauses are horizontally related in their constructional network. It is only in contrast to integration that non-integration is semiotically meaningful”.

Esse modelo é assumido por autores como Gyselinck (2020), que analisa os padrões de colocação entre verbos e intensificadores da construção pseudo-reflexiva do holandês, considerando tanto construções que tem o verbo como posição fechada, como as que tem o intensificador como posição fechada (a posição aberta variando inversamente dependendo das perspectivas assumidas). O ponto principal na análise de Gyselinck (2020) é que, ainda que caracterizada por uma grande variedade de diferentes combinações de tipos de verbos e intensificadores, capturada num mais alto nível de generalização, a análise revela diferenças importantes no que diz respeito ao comportamento colocacional das construções subespecificadas com verbos e intensificadores que não devem ser ignoradas. Essas diferenças, não capturadas pelos elos de herança, podem ser capturadas em termos de um mesmo nível de esquematicidade por meio dos elos horizontais. Segundo a autora,

podemos chamar a atenção para semelhanças entre microconstruções (ou seja, padrões no mesmo nível de abstração) que não são captadas na representação taxonômica da rede. Poderíamos dizer que esses elos horizontais são, na verdade, reinterpretações dos elos verticais em outra configuração possível da rede.¹⁶

As considerações feitas até aqui deixam evidente o entendimento relativamente difuso sobre a organização da gramática em elos horizontais, ponto que claramente permanece aberto na abordagem construcional. O que se tem, portanto, são modelos distintos, que chegam a análises de aspectos diferentes da língua e, assim, potencializam diferentes incursões sobre a natureza da linguagem e sobre os mecanismos cognitivos que a modelam. Embora a natureza dos elos horizontais tenha ganhado grande foco nos últimos anos, como se vê, por exemplo, nos trabalhos de Zehenter (2019), Diessel (2019, 2023), Percilier (2020), Smirnova e Sommerer (2020), Zehenter e Traugott (2020), Traugott (2023), Ungerer (2024), o que há, na verdade, é um emaranhado de propostas que, algumas vezes, se sobrepõem ao modelo vertical ou que não se distinguem dele com tanta clareza, sem uma resposta mais precisa sobre seu real estatuto na organização gramatical.

Nesse contexto, Smirnova e Sommerer (2020) e Ungerer (2024) chamam atenção para a falta de um entendimento sobre a base conceitual dos elos horizontais, ou seja, sobre o mecanismo cognitivo por trás desse modelo de organização da gramática. Segundo os autores, os modelos invocam, no geral, questões como propriedades compartilhadas e similaridade, que seriam próprias também da categorização, princípio cognitivo modulador dos elos taxonômicos (verticais). Segundo Ungerer (2024, p. 11), “Os conceitos de categorização, abstração (ou generalização), taxonomia e similaridade estão, portanto, inextricavelmente ligados”.¹⁷ Nesse sentido, elos verticais e elos horizontais seriam motivados/modelados pelos mesmos mecanismos cognitivos. Esse é um questionamento também colocado por Smirnova e Sommerer (2020, p. 4): “Como habilidades cognitivas como pensamento analógico, rotinização/automatização, abstração e categorização/esquematização se relacionam à estrutura

¹⁶ “(...) we can bring attention to similarities between micro-constructions (i.e. patterns at the same level of abstraction) that are not picked up in the taxonomic representation of the network. We could say that these horizontal links are actually reinterpretations of the vertical links in another possible configuration of the network”.

¹⁷ “The concepts of categorisation, abstraction (or generalisation), taxonomy and similarity are thus inextricably linked”.

e reorganização da rede construcional?”¹⁸ O que fica claro na literatura é que nem a própria natureza dos elos horizontais não está bem estabelecida, quanto mais seu papel na organização cognitiva da rede e, assim, o tema ainda carece de maiores tratamentos.

Como consequência, também não fica bem estabelecida a divisão de tarefas entre elos verticais e horizontais. Ou seja, se elos verticais elaboram uma taxonomia, o que fazem os elos horizontais? Conforme discute Ungerer (2024), elos verticais e horizontais seriam igualmente usados para codificar semelhanças entre construções, não havendo, assim, razão para assumir que os dois tipos de ligação codificariam informações distintas sobre a realidade cognitiva das redes construcionais dos usuários da língua. Nesse sentido, Ungerer (2024, p. 12) afirma que “(...) elos verticais e horizontais não codificam mecanismos cognitivos distintos, mas que constituem variantes notacionais para representar semelhanças construcionais.”¹⁹ Em outras palavras, para Ungerer (2024), elos verticais e horizontais representariam o mesmo tipo de informação e seriam acionados por uma mesma base cognitiva, constituindo, assim, como diferenças notacionais entre os dois modelos. Em outras palavras, a diferença entre elos verticais e horizontais seria, de fato, uma questão puramente prática, pautada pela especificidade do que se quer representar e não por diferenças em termos da organização conceptual e cognitiva da rede.

No entanto, o foco excessivo no processo da generalização/abstração, representado pelos elos taxonômicos, negligencia, em alguma medida, a flexibilidade e a criatividade próprias da gramática e do uso linguístico. Ao assumir que cada padrão “é mais bem analisado por si só, sem considerar referências implícitas ou explícitas a um possível sintagma alternativo”²⁰ (Goldberg, 2006, p. 25), o modelo taxonômico se assenta muito fortemente sobre uma perspectiva puramente semasiológica de interpretação do pareamento de forma-significado, ignorando que, embora as construções possuam propriedades particulares, elas podem ser usadas em contextos semelhantes. Isso significa que, para além das propriedades de forma e de significado que compartilham, as construções podem ser usadas para formular uma mesma intenção comunicativa em contextos similares, o que não pode ser capturado por elos verticais, já que essa competição se dá entre construções em um mesmo nível de esquematicidade, e não entre construções com diferentes graus de abstração (na relação vertical). É nesse sentido que reforço e assumo, junto com autores como Capelle (2006), Perek (2015) e Diessel (2019, 2023), que os elos horizontais são necessários para dar conta dessa competição por contextos de uso.

É exatamente nesse contexto que desenvolvo este trabalho, assumindo que a rede tem uma organização vertical, em que construções esquemáticas se ligam a esquemas mais abstratos por elos taxonômicos de herança, e uma organização horizontal, em que construções semanticamente próximas se ligam por elos de similaridade. Na análise aqui realizada procuro fazer algumas considerações sobre o mecanismo cognitivo por trás dos elos horizontais e sobre a relevância de se pensar a rede nas duas direções, já que, conforme demonstro, codificam informações diferentes sobre as construções, o que passo a discutir em seguida com base na análise dos conectores condicionais.

¹⁸ “How do general cognitive abilities like analogical thinking, routinization/automatization, abstraction, and categorization/schematization relate to the structure and reorganization of the constructional network?”

¹⁹ “(...) vertical and horizontal links do not encode distinct cognitive mechanisms, but that they constitute notational variants for representing constructional similarities”.

²⁰ “(...) is best analyzed in its own terms, without relying on explicit or implicit reference to a possible alternative phrase”.

4 As orações condicionais no português

4.1 Universo de análise

Os dados desta análise foram coletados no banco de dados *Corpus do Português*, disponível em www.corpusdoportugues.org (Davies; Ferreira, 2006). Para esta análise, utilizei a modalidade Gênero/Histórico, que conta com aproximadamente 45 milhões de palavras distribuídas em textos oral, de ficção, jornalístico e acadêmico, recortados no século XIX e XX, considerando apenas a variedade do português brasileiro. Para a busca, os dados foram pesquisados pelo buscador do próprio corpus a partir dos comandos **contanto que**, **desde que**, **a menos que** e **a não ser que**, selecionando apenas ocorrências dos conectores em contexto de condicionalidade. Foram encontrados um total de 1440 dados. Os dados foram organizados e processados por meio do programa de análise estatística *Studio R* (2024), seguindo os roteiros de análise elaborados em Gries e Stefanowitsch (2004) e Gries (2014).

Para a análise realizada aqui, utilizei o teste *qui-quadrado*, análise estatística inferencial desenvolvida para verificar a associação entre duas variáveis categóricas. Para confirmar/refutar a associação entre a microconstrução conectora e as propriedades sintáticas e semânticas com as quais elas se combinam nas orações em que ocorrem, parto da hipótese da independência entre as variáveis consideradas (hipótese nula). A partir daí, o valor p maior que 0,05 indica independência entre variáveis, ou seja, confirma a hipótese nula, valor p menor ou igual 0,05 indica associação entre as variáveis, ou seja, rejeita a hipótese nula.

4.2 Discussão dos resultados

Para este trabalho, parto de um recorte das análises por mim realizadas sobre as orações e conectores condicionais em Oliveira (2008, 2009), em que descrevi o comportamento de diversos condicionais no português. O meu ponto de interesse aqui é mostrar como algumas dessas construções conectoras, *quasi* sinônimas que são, devem ser analisadas, também, por meio de elos horizontais, representando cognitivamente o conhecimento que o falante tem sobre o contexto de competição e alternância que marcam essas construções na gramática do português. Rejeito prontamente a afirmação de que elos horizontais estariam baseados apenas na generalização e abstração e que, portanto, constituiriam apenas um modelo a mais para análise taxonômica da relação entre construções, e reafirmo a relevância de compreender os contextos de uso de construções similares num mesmo nível de esquematicidade, o que só pode ser pensado numa organização horizontal da rede.

Para tanto, considero, em minha análise, as microconstruções conectoras [contanto que], [desde que], [a menos que] e [a não ser que], cuja frequência absoluta é apresentada na Tabela 1. Para essa discussão, levanto suas propriedades morfossintáticas, semânticas, pragmáticas e contextuais, para mostrar como os usuários da língua têm conhecimento de sua semelhança e fazem suas escolhas dentro desses contextos. Nesse sentido, e considerando que a rede consiste numa representação conceitual e cognitiva do conhecimento que falantes têm sobre a língua, essa similaridade deve ser representada, que é o que proponho aqui.

Tabela 1 – Frequência bruta das microconstruções

Contanto que	305
Desde que	734
A menos que	191
A não ser que	210
Total	1440

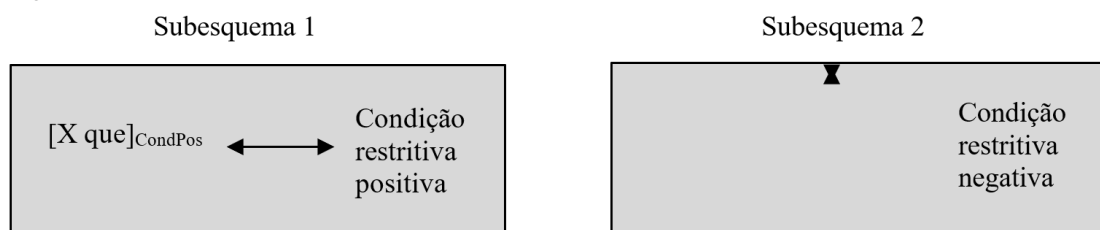
Fonte: elaboração própria.

Conforme demonstrei em Oliveira (2008, 2009), conectores condicionais podem subespecificar diferentes valores associados ao significado mais geral de condição. Aqui, trago dois subtipos específicos, os chamados **restritivos positivos** e os **restritivos negativos** que atuam na indicação de uma condição necessária, daí o rótulo restritivo. Conectores restritivos positivos subespecificam as duas orações numa relação de implicação mútua, isto é, são ambas verdadeiras ou ambas falsas, como se vê no exemplo (6). No exemplo, o conector projeta dois espaços alternativos: um primeiro em que a verdade do condicionante leva necessariamente à verdade do consequente, e outro em que a falsidade do condicionante leva necessariamente à falsidade do consequente, já que exclui qualquer outro cenário para sua validação. Pode-se afirmar, então, que as situações projetadas a partir desse exemplo são “*as testemunhas a compreendam é a única condição para o testamento particular pode ser escrito em língua estrangeira*” e “*as testemunhas não compreenderem é a única condição para o testamento particular não poder ser escrito em língua estrangeira*”. Semelhantemente, conectores restritivos negativos operam o mesmo tipo de projeção, mas com cenários invertidos: isso porque, nesse grupo, além de marcarem uma condição necessária, os também conectores promovem uma inversão de polaridade, introduzindo uma condição que deve ser necessariamente negada para a validação do consequente, como no exemplo em (7). Nesse caso, a condição toma a forma “*atendam nossas exigências justas é a condição necessária para a não validação do consequente rejeitamos uma trégua*”. Há aí, além da bicondicionalidade, uma inversão de polaridade e os cenários possíveis são, portanto, invertidos: se o condicionante é válido, o consequente deve ser negado e se o condicionante é inválido (negado), o consequente se valida.

- (6) O testamento particular pode ser escrito em língua estrangeira, **contanto que** as testemunhas a compreendam. (19Ac:Br:Lac:Misc)
- (7) Rejeitamos uma trégua, **a não ser que** atendam nossas exigências justas(19N:Br:Recf)

O que tenho aqui, portanto, são dois grupos de conectores associados, cada um com uma subespecificação semântica respectiva. O primeiro pode ser generalizado a partir do subesquema [X que]_{CondPos}, que codifica uma condição que deve necessariamente ser cumprida, ou segue-se necessariamente a não validação da situação descrita na oração núcleo. O segundo grupo é generalizado a partir do subesquema [X que]_{CondNeg}, que codifica uma restrição negativa, indicando a situação descrita na oração condicional como única condição em que os sentidos codificados na oração núcleo não se validam, promovendo a inversão de polaridade entre oração condicional e oração núcleo. Pensando em termos do paramento de forma-significado, a partir dessas subespecificações, proponho representar os dois subesquemas na Figura 5:

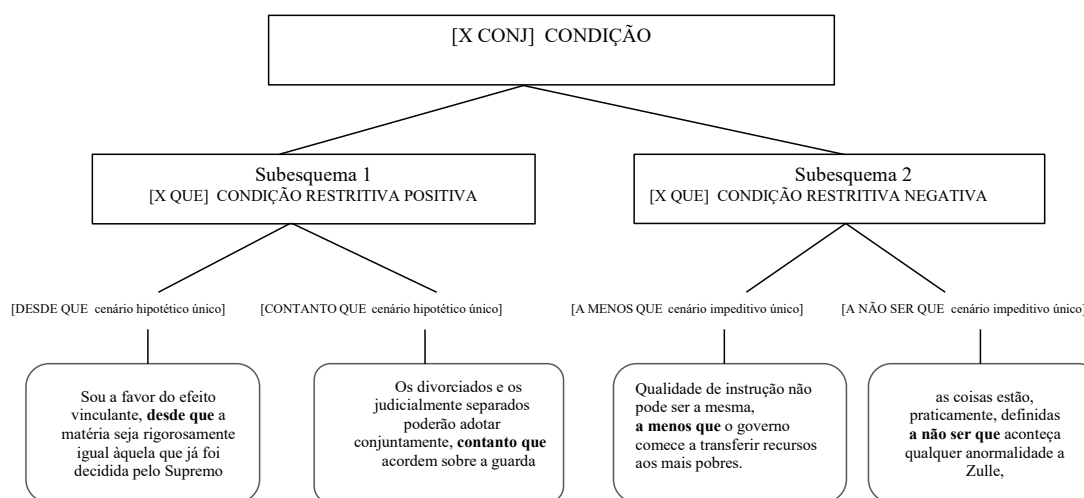
Figura 5 – Pareamento dos conectores condicionais



Fonte: elaboração própria.

De forma mais geral, a partir desses pareamentos de forma-significado, proponho, por hora, a organização vertical da rede dos conectores condicionais em termos de elos de herança conforme a Figura 6. Quero deixar claro aqui que essa rede é apenas um recorte, já que o conjunto de conectores condicionais é, como mostrei em Oliveira (2008, 2009), bem mais amplo e abriga, em cada subesquema, outras microconstruções conectoras. Além disso, a rede é formada ainda por um terceiro subesquema, que conceitualiza um significado condicional mais neutro e aberto, produtivamente marcado pela conjunção *se*, pelo conector ‘caso’ (Silva, 2023) e com menor frequência por outros conectores complexos como analisado por autores como Oliveira (2008, 2009), Clemente (2020) e Oliveira (2022).

Figura 6 – Rede conectores condicionais



Fonte: elaboração própria.

A rede representa como o conhecimento linguístico é organizado cognitivamente. Nela, a organização vertical em elos de herança representa o processo de abstração e categorização e como propriedades comuns/similares de forma e de significado das construções são armazenadas na memória dos falantes. Na Figura 6, as microconstruções generalizam feixes de propriedades comuns a partir de um conjunto de exemplares similares, os construtos (representado nas ocorrências nos boxes cinzas), e, a partir daí, vão se extraindo propriedades de forma e de significado cada vez mais gerais, representadas nos níveis esquematicamente superiores e, por isso mesmo, mais abstratos. As microconstruções representam o primeiro nível de análise propriamente dito, nele os conectores são totalmente especificados. Suas

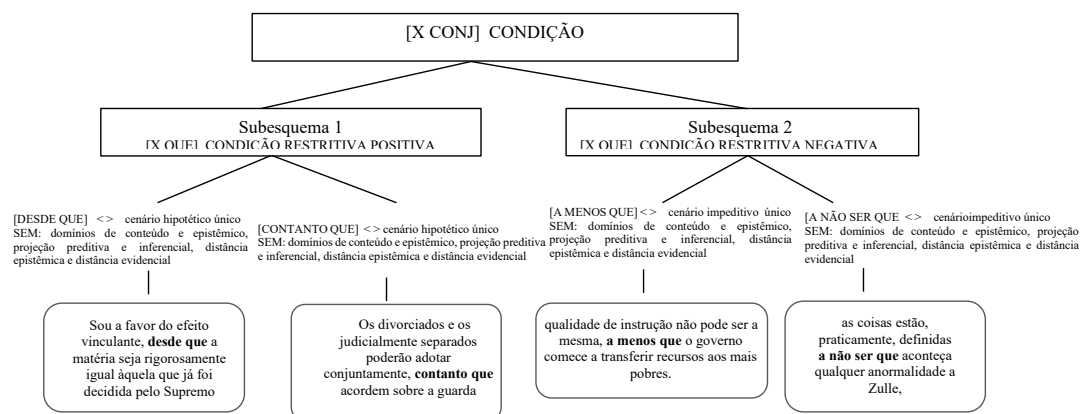
propriedades são generalizadas no subesquemas $[X \text{ que}]_{\text{CondPos}}$ e $[X \text{ que}]_{\text{CondNeg}}$, parcialmente esquemáticos e que ainda carregam distinções semânticas que são, por fim, generalizadas pelo esquema $[X \text{ conj}]$. Elos verticais de herança ligam essas as construções nesses diferentes níveis de abstração e generalização, capturando as propriedades de forma e de significado compartilhadas. A modelagem da gramática, hierarquizada em diferentes níveis de abstração por meio de elos de herança, evidencia exatamente o processo como usuários da língua armazenam informações generalizadas a partir da experiência linguística, aqui representada pelos construtos nos boxes cinzas. A cada experiência, o construto vai deixando rastros na memória do usuário da língua e, à medida que essas experiências vão se repetindo, ou seja, à medida que é exposto, repetidamente, a instâncias similares, o falante começa a identificar padrões e regularidades, que são abstraídos num processo *bottom-up* e estocados como parte da representação cognitiva daquela construção. Em outras palavras, na organização vertical, os esquemas e subesquemas estocam representações cada vez mais esquemáticas, abstraídas sobre propriedades similares de forma e de significado de microconstruções, que, por sua vez, são abstraídas a partir de exemplares reais, instâncias de uso da língua (representadas em cinza).

A organização vertical da rede é ponto consensual. O meu interesse real neste trabalho é na organização horizontal. E, para isso, me volto a descrever especificamente os traços das microconstruções, para entender em que medida são similares e se essa similaridade é adequadamente tratada apenas no processo de categorização e abstração de forma e de significado das construções, representada pelos elos de herança.

Os conectores restritivos positivos constituem unidades complexas formadas a partir de uma base lexical, que pode ser um advérbio ou uma preposição, representado pela posição aberta X no subesquema, e pelo complementizador QUE. Esses conectores conceitualizam um cenário único e específico para a validação da situação descrita na oração núcleo. Essas microconstruções conectoras podem conectar orações nos domínios do conteúdo e epistêmico e, por isso, podem projetar tanto uma condição preditiva (quando atuam no domínio de conteúdo), quanto uma inferencial (quando atuam no domínio epistêmico).

O mesmo acontece com conectores restritivos negativos: essas microconstruções conectoras constituem unidades complexas, formadas a partir de diferentes bases léxico-gramaticais. Os que analiso aqui, especificamente, se formam a partir da combinação do advérbio de exclusão ‘menos’ ou da estrutura negativa ‘não ser’, combinados com o complementizador QUE. Esses conectores conceitualizam um cenário único impeditivo para a validação da situação descrita na oração núcleo, daí a inversão de polaridade (já que a leitura aí é *se não p, q*). No caso específico das microconstruções restritivas negativas, os conectores também conectam orações no domínio dos atos de fala, projetando a adequação comunicativa para uma asserção. Como consequência de seus usos nesses contextos, as microconstruções sob análise codificam tanto distância epistêmica (quando apenas marca a não factualidade da condicional), como a distância evidencial (quando o falante aciona uma informação disponível no evento de fala por outra fonte, geralmente o ouvinte, mas opta por marcá-la como não factual). Ou seja, estamos diante de dois pares de microconstruções (considerando cada subesquema) que se diferem mais estritamente na forma, mas mantém, de algum modo, uma considerável similaridade semântico-pragmática. A partir da especificação do significado das microconstruções conectoras, a rede apresentada na Figura 6 pode ser reelaborada na Figura 7:

Figura 7 – Rede dos conectores condicionais



Fonte: elaboração própria.

Ora, o ponto fundamental em qualquer abordagem funcional-construcional é de que a gramática, dispondo de mais de uma forma, necessariamente há de se reconhecer alguma diferença funcional nessas formas. Na Gramática de Construções, esse posicionamento está claramente posto pelo Princípio da não-sinonímia de Goldberg (1995, p. 67), segundo o qual

Corolário A: Se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, então elas não podem ser pragmaticamente sinônimas. Corolário B: se duas construções são sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas, então elas não podem ser semanticamente sinônimas.²¹

Como então dar conta da similaridade semântica e pragmática observada entre as microconstruções conectoras, que, em termos de abstração de propriedades, não pode ser capturada? Para buscar essa resposta, volto aos contextos de uso dessas microconstruções, afinal, a Gramática de Construções é um Modelo Baseado no Uso, e é, então, exatamente no uso, que busco a resposta para esse questionamento. Até aqui, tenho dois subesquemas, instanciados por construções similares semântico e pragmaticamente. A partir daí, busquei diferenças contextuais para analisar os usos dessas microconstruções. Considerei para tanto, fatores clássicos usados na análise de orações adverbiais: a posição, os tempos e modos verbais e a polaridade da oração núcleo. Dessas, dois fatores se mostraram mais relevantes, a posição e a polaridade da oração núcleo.

Para a análise dos tempos verbais, considerei as referências de passado, presente e futuro, associadas aos modos indicativo e subjuntivo. Nos dados analisados, não houve ocorrência das microconstruções conectoras associadas a tempos do indicativo. Esse fato corrobora a análise desenvolvida em Oliveira (2008), em que apresentei dados semelhantes. Isso se deve ao fato de o significado condicional estar apoiado sobre uma base causal hipotética,

²¹ “Corollary A: if two constructions are syntactically distinct and S(semanticallly)-synonymous, then they must not be P(ragmaticallly)-synonymous. Corollary B: if two constructions are syntactically distinct and P-synonymous, then they must not be S-synonymous”.

daí a preferência por tempos e modos verbais não factuais, que concorrem para a construção desse sentido. Nos dados analisados aqui, encontrei referências de futuro e passado associadas ao modo subjuntivo, respectivamente o presente e imperfeito do subjuntivo, distribuídos de modo relativamente uniforme entre as diferentes microconstruções conectoras, como demonstra a frequência bruta na Tabela 2. Independentemente do *type*, as microconstruções conectoras ocorrem preferencialmente em condicionais em que figuram o presente do subjuntivo, responsável pela predição, capacidade que a condicional tem de projetar uma causa futura e, a partir dela, prever uma consequência. Menos frequente para os quatro *types*, a referência de passado é marcada pelo imperfeito do subjuntivo, responsável pela predição com recuo temporal. Isso se confirma estatisticamente, numa análise de contingência para verificar associação entre o *type* da microconstrução conectora e a referência temporal usada na oração com a qual ela se combina.

Tabela 2 – Referência temporal

Microconstrução conectora	Referência passada	Referência futura	X ²	valor p
[contanto que]	142	163	0.74	0.388
[desde que]	378	356	3.86	0.049
[a menos que]	86	105	0.07	0.792
[a não ser que]	93	117	1.90	0.168

Fonte: elaboração própria.

A análise estatística, especificamente a observada na coluna a valor p, que deve ser sempre interpretado a partir do valor global (todos os conectores e a variável dependente), revela que não há evidências estatisticamente robustas para rejeitar a hipótese nula (independência entre as variáveis). Num recorte individual, nota-se que a microconstrução conectora [desde que] apresenta uma tendência para associação a tempos com referência temporal de passado. Por outro lado, as demais microconstruções não exibem associações significativas, revelando que os conectores podem ser usados com qualquer desses traços combinados. Esses resultados reforçam que, enquanto [desde que] se destaca por uma leve preferência pelo passado, enquanto os demais conectores se comportam de modo similar no que diz respeito à referência temporal da oração com a qual se combinam.

Um primeiro fator que se mostrou relevante para a análise dos usos das microconstruções [contanto que] e [desde que] é a posição da oração condicional em que esses conectores ocorrem. Os falantes usam a microconstrução [contanto que] preferencialmente em condicionais antepostas e a microconstrução [desde que] em condicionais pospostas. Essa diferença de contextos de usos fica bem evidenciada pela frequência bruta na Tabela 3. A diferença de posição está associada às funções que cumprem as orações condicionais, que atuam como tópico, caso antepostas, ou adendo, caso pospostas (Haiman, 1978, Hirata, 1999). Há, portanto, uma diferença no modo como a condicional estrutura a experiência cognitiva codificada na oração complexa. Quando tópicos, atuam como fundo, organizando cognitivamente o cenário alternativo dentro do qual a informação principal, figura, será enunciada. Quando adendos, a oração condicional atua para acrescentar informação suplementar e/ou

corrigir alguma informação em relação à unidade informacional veiculada na oração núcleo. Aqui se nota, portanto, uma diferença significativa nos usos dos conectores sob análise e uma distribuição quase complementar entre os dois conectores sancionados pelo subesquema [X que]_{CondPos}. Para confirmar, anali

Tabela 3 – Referência temporal

Microconstrução conectora	Anteposta	Postposta	X ²	valor p
[contanto que]	127	178	4.00	0,045
[desde que]	389	345	22.40	0,000
[a menos que]	113	78	7.57	0,006
[a não ser que]	71	158	47.32	0,000

Fonte: elaboração própria.

A análise estatística sugere que o uso do conector interage de modo sistemático com a posição da oração em que ele está inserido, refletindo tendências funcionais. Por exemplo, [contanto que] e [a não ser que] são mais fortemente atraídos para orações postpostas. Por outro lado, [desde que] está fortemente associado a orações em posição anteposta, rejeitando a hipótese nula. Esses padrões de atração/repulsa reforçam a especialização funcional das microconstruções conectores em relação ao posicionamento da oração condicional que sinalizam. Em outras palavras, a análise estatística revela que os conectores condicionais não competem funcionalmente pelos mesmos contextos sintáticos: sua distribuição é moldada por padrões convencionalizados que apontam para uma diferenciação construcional na gramática dos conectores e orações condicionais do português.

No caso específico das microconstruções restritivas negativas, [a menos que] e [a não ser que], a polaridade da oração núcleo é que se mostrou um fator influente nos contextos de uso em que essas microconstruções aparecem. Conforme demonstra a Tabela 4, orações condicionais introduzidas pela microconstrução conectora [a menos que] ocorrem preferencialmente combinadas com orações núcleo afirmativas, ao passo que condicionais introduzidas por [a não ser que] ocorrem majoritariamente articuladas a orações núcleo com polaridade negativa. Aqui, novamente, temos contextos em distribuição quase complementar, indicando um processo de diferenciação funcional entre as microconstruções e um claro processo de especialização pragmática desse conjunto de microconstruções.

Tabela 4 – Polaridade do complexo oracional

Microconstrução conectora	Polaridade afirmativa	Polaridade negativa	X ²	valor p
[a menos que]	117	74	38,3	0,001
[a não ser que]	52	158	38,3	0,001

Fonte: elaboração própria.

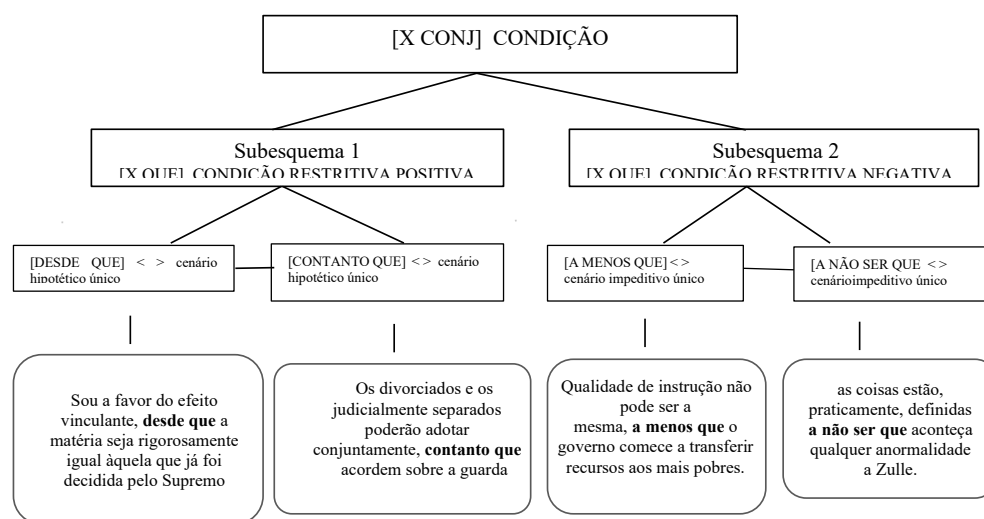
Para resumir, então, as informações recolhidas aqui, há que se ter em mente:

- ♦ no recorte analisado, há dois subesquemas associados ao significado condicional, cada um instanciado por duas microconstruções, com diferentes graus de convencionalização, mas não de significado;
- ♦ as microconstruções sob análise apresentam similaridades substanciais no que diz respeito às suas propriedades pragmáticas e semânticas, e diferenças contextuais significativas, mas não excludentes.

Ora numa abordagem que seja em alguma medida funcional, as diferenças contextuais não são nenhuma surpresa. O problema que coloco aqui é, apesar de essas construções preferirem contextos específicos, o que se confirmou em quase todos os testes estatísticos realizados, elas podem, em alguma medida, acontecer em qualquer um dos contextos analisados. Veja que as análises não apresentam nenhuma relação *default*, e, no caso, da referência temporal essa diferença sequer se mostrou significativa. Como, então, dar conta desse fato, considerando, especialmente, que a abordagem construcional entende que a modelagem da gramática é fundamentalmente acionada por processos cognitivos e pela experiência? O que revela, portanto, a experiência dos falantes do português sobre o uso dos conectores aqui analisados?

Poder-se-ia argumentar que traços do contexto podem estar convencionalizados como propriedade de significado da construção, entendendo, portanto, que esses traços fariam parte do pareamento forma-significado, especificados no nível da microconstrução. No entanto, o que fica demonstrado aqui é que, mesmo que com menor frequência, as construções analisadas não se mostraram exclusivas de nenhum contexto, o que significa que esses traços ainda não se convencionalizaram a ponto de subespecificarem as microconstruções. Por isso, diante dessas informações, defendo aqui a **hipótese da similaridade construcional**. Embora as microconstruções analisadas não sejam sinônimas, elas compartilham uma parte substancial de significado construcional e podem ser consideradas duas opções construcionais para conceitualizarem um mesmo evento do mundo biossocial. Ou seja, embora apresentem diferenças, elas também exibem semelhanças relevantes que devem ser levadas em consideração em uma teoria gramatical, em especial numa teoria gramatical que se rotula moldada pelo uso. Assim, assumindo a hipótese da similaridade construcional e entendendo que as microconstruções não constituem estruturas totalmente independentes, mas relacionadas como opções alternativas para descrever os mesmos tipos de eventos, **defendo a configuração horizontal** da rede para representar não apenas a similaridade entre microconstruções, mas também sua alternância em contextos semelhantes, o que não pode ser descrito verticalmente já que não é possível subespecificar esses contextos. Com base nesses detalhamentos, apresento então a organização final da rede dos conectores condicionais na Figura 8. Na rede, os elos horizontais entre as microconstruções marcam sua similaridade construcional e motivam sua competição em contextos de uso.

Figura 8 – A configuração horizontal da rede dos conectores



Fonte: elaboração própria.

Ao assumir a **alternância construcional**, entende-se que, para além das generalizações baseadas na construção específica, existem generalizações baseadas em similaridade construcional e contextual que também consistem em informações armazenadas na representação cognitiva dos usuários. Rejeito, portanto, o pressuposto de Goldberg (2006, p. 25) de que um padrão construcional “é mais bem analisado por si só, sem considerar referências implícitas ou explícitas a um possível sintagma alternativo”²². A rede é mais bem detalhada sem uma visão tão dogmática da relação forma-função, entendendo que construções devem ser analisadas também em referência a seus pares similares. Posicionamento semelhante pode ser encontrado em Capelle (2005), Perek (2015), Diessel (2019, 2023) e, para o português, em Machado Vieira e Wiedemer (2020).

Também rejeito o posicionamento de Ungerer (2024) descrito anteriormente, para quem elos verticais e horizontais constituiriam apenas distinções notacionais, já que estariam assentados sobre um mesmo processo cognitivo, analogia/similaridade, base para a categorização e abstração, e, portanto, não constituiriam ferramentas de análise com diferentes respostas. Aqui, invoco o processo cognitivo conhecido como **memória enriquecida**, de Bybee (2016, p. 59), segundo o qual os indivíduos não estocam as experiências individualmente, mas todo um conjunto de detalhes dessa experiência, que envolve o contexto, inferências, frequência. “Representações cognitivas da gramática incluem informação específica sobre contextos de uso de exemplares e seus significados e implicações nesses contextos”. Ainda, “Uma vez que os exemplares fornecem um registro da experiência do falante com a língua, modelos que assumem exemplares como representações permitem a representação direta tanto da **variação** quanto da **gradiência**.” (Bybee, 2016, p. 62). Portanto, para além da analogia, como prevê Diessel (2019), proponho aqui que elos horizontais também se assentam sobre a habilidade cognitiva **memória enriquecida**, estocando detalhes da experiência linguística que orientam os usuários da língua a atuarem com eficiência com relação à hipó-

²² “(...) is best analyzed in its own terms, without relying on explicit or implicit reference to a possible alternative phrase”.

tese da similaridade construcional, acionando, a partir dos detalhes estocados, os exemplares relevantes para cada contexto, associados na rede por elos horizontais. Em outras palavras, os falantes não armazenam apenas generalizações (tarefa dos elos verticais), mas também detalhes específicos das experiências de uso, o que inclui o contexto. Aqui, defendo que essa é tarefa dos elos horizontais, que capturam o conhecimento sobre os contextos em que exemplares similares são usados, orientando as escolhas dos falantes. Fica respondido, portanto, o questionamento levantado no início deste artigo: elos verticais são responsáveis pela sistematicidade da gramática, organizando o conhecimento em hierarquias de abstração e generalização (categorização), enquanto elos horizontais são responsáveis pela flexibilidade e especificidade contextual, modelando como os falantes gerenciam a competição entre construções similares para atingir propósitos comunicativos específicos.

Elos horizontais constituem, assim, uma ferramenta fundamental para uma análise robusta da representação cognitiva do conhecimento dos falantes sobre a gramática da língua, que envolve detalhes do contexto em que construções são usadas. Nesse sentido, enquanto os elos verticais modelam a organização hierárquica e taxonômica do conhecimento linguístico como resultado da abstração e categorização, os elos horizontais capturam as relações de similaridade, alternância e competição entre construções num mesmo nível de abstração. Elos horizontais são adequados, portanto, não apenas para associar construções com semântica parcial, mas para representar sua competição por contextos de uso, que pode se dar tanto entre construções formalmente distintas e semanticamente similares dentro de uma mesma rede, como entre construções similares não ligadas por elos de herança.

5 Considerações finais

Meu ponto de partida neste artigo era analisar os diferentes modelos de organização cognitiva da rede, avaliando a relevância da organização horizontal associada ao modelo vertical. No caminho percorrido, discuti os diferentes modelos de rede para, a partir da análise de um conjunto de microconstruções conectoras, pensar as bases da organização horizontal da rede dos conectores condicionais. Considerando os usos dos conectores condicionais em contextos similares, defendo a organização horizontal da rede baseada na hipótese da similaridade construcional, entendendo que construções podem apresentar sobreposição de propriedades pragmáticas e semânticas e servirem a propósitos comunicativos comuns, sendo usadas como alternativas para conceitualizar uma mesma realidade biossocial.

Espero, assim, ter respondido aos questionamentos sobre o porquê da organização em elos horizontais, qual o mecanismo cognitivo por trás dessa organização e qual a divisão de tarefas entre elos verticais e horizontais, sempre pautada pela plausibilidade psicológica da gramática. E para finalizar, quero destacar algumas vantagens da configuração integrada da rede cognitiva, organizada por elos verticais e horizontais:

- 1) **Modelagem da mudança diacrônica:** A competição entre construções pode levar a mudanças na frequência de uso, à extensão de padrões funcionais e até mesmo ao desaparecimento de construções. Elos horizontais permitem representar como estas mudanças ocorrem na rede de construções ao longo do tempo, ilustrando como a competição entre construções similares molda o desenvolvimento das construções.

É o que discuti, por exemplo, em trabalho recente sobre mudanças no subesquema [V que] condicional. Neste trabalho, observei que à medida que a microconstrução [supondo que] emerge e se consolida, competindo com outras construções sancionadas pelo mesmo subesquema e tornando-se mais o exemplar mais frequente, a microconstrução [dado que], também sancionada por esse subesquema, diminui significativamente seu uso, até não mais encontrar seu registro no português contemporâneo (Clemente e Oliveira, 2022).

- 2) **Aquisição:** no processo de aquisição, crianças generalizam não apenas padrões e regularidades rumo à abstratização e categorização, mas reconhecem similaridades e, por meio delas, expandem seus repertórios linguísticos.
- 3) **Priming:** o *priming*, processo por meio do qual uma forma linguística pode facilitar a ativação e processamento cognitivo de formas linguísticas semelhantes, também demonstra a força das relações horizontais, já que a probabilidade de uma construção ativar outra é muito maior quando essas construções são similares, compartilham propriedades e podem ser usadas em contextos semelhantes. Essas construções estão horizontalmente ligadas.

É evidente que aqui não esgotei todas as análises para verificar a similaridade entre as microconstruções conectoras, outras propriedades contextuais como registro de uso da língua, tipos e gêneros textuais, domínio discursivo, testes psicológicos de reconhecimento podem e devem ser incorporados para a verificação da hipótese da similaridade construcional. O que fiz aqui foi tomar passos iniciais para defender a organização horizontal da rede e os mecanismos cognitivos que sustentam essa organização. Espero, assim, ter dado alguma contribuição à discussão.

Referências

- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CAPPELLE, B. Particle placement and the case for “allostructions”. *Constructions*. 2006.
- CEZARIO, M. M.; SILVA, T. S.; SANTOS, M. Formação da construção [Xque]_{conec} no Português. *E-escrita-Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, v. 6, n. 3, p. 229-243, 2015.
- CLEMENTE, C. G. C. *O subesquema [V_que] condicional no português*. 2020. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020.
- CLEMENTE, C. G. C.; OLIVEIRA, T. P. Esquematicidade e produtividade na reconfiguração da rede de conectores condicionais. *Revista do GEL*, v. 19, n. 3, p. 58-84, 2022.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics*. Cambridge University Press, 2004.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford University Press, USA, 2001.
- DIESSEL, H. *The constructicon: Taxonomies and networks*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- DIESSEL, H. *The grammar network*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

- GOLDBERG, A. E. *Explain me this: Creativity, competition, and the partial productivity of constructions*. Princeton: Princeton University Press, 2019.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GRIES, S. *Quantitative corpus linguistics with R: A practical introduction*. New York: Routledge, 2016.
- GRIES, S.; STEFANOWITSCH, A. Extending collostructional analysis. A corpus-based perspective on 'alternations'. *International Journal of Corpus Linguistics*, Amsterdam, v. 9, n. 1, p. 97-129, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1075/ijcl.9.1.06gri>
- GYSELINCK, E. Modeling shifts and reorganizations in the network hierarchy. In: SMIRNOVA, E.; SOMMERER, L. *Nodes and networks in diachronic construction grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2020, p. 107-140.
- HAIMAN, J. Conditionals are topics. *Language*, New York, v. 54, n. 3, p. 564-589, 1978.
- HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. 1999. 231 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- HOFFMANN, T. Construction grammar and creativity: Evolution, psychology, and cognitive science. *Cognitive Semiotics*, Berlin, v. 13, n. 1, 2020.
- HUDSON, R. *An Introduction to Word Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LANGACKER, R. W. *Cognitive grammar: A basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MACHADO VIEIRA, M. dos S.; WIEDEMER, M. L. A variação no modelo construcionista da Linguística Funcional-Cognitiva. *Sociolinguística no Brasil: textos selecionados*, Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2020, p. 265-304.
- OLIVEIRA, T. P. Conjunções adverbiais no português. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 22, p. 45-66, 2014. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.22.1.45-66>
- OLIVEIRA, T. P. *Conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. 2008. 155 f. Tese de Doutorado (Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- PEREK, F. Alternation-based generalizations are stored in the mental grammar: Evidence from a sorting task experiment. *Cognitive linguistics*, Berlin, v. 23, n. 3, p. 601-635, 2012.
- RSTUDIO TEAM. *RStudio: Integrated Development for R*. Boston, MA: RStudio, PBC, 2023. Disponível em: <https://posit.co>. Acesso em: 28 set. 2024.
- SOMMERER, L.; SMIRNOVA, E. (eds.). *Nodes and networks in diachronic construction grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2020.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Construcionalização e mudanças construcionais*. Tradução de Taísa Peres de Oliveira e Maria Angélica Furtado da Cunha. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

UNGERER, T. Vertical and horizontal links in constructional networks: Two sides of the same coin?. *Constructions and Frames*, Amsterdam, v. 16, n. 1, p. 30-63, 2024.

VAN DE VELDE, F. Degeneracy: The maintenance of constructional networks. *Extending the scope of construction grammar*, Berlin, v. 1, p. 141-179, 2014.

ZEHENTNER, E.; TRAUGOTT, E. C. Constructional networks and the development of benefactive ditransitives in English. In: SOMMERER, L.; SMIRNOVA, E. (Ed.). *Nodes and networks in diachronic construction grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2020, p. 168-211.

Interação situada em foco: um estudo de caso

Situated Interaction in Focus: a Case Study

Gabriella Souza Oliveira

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo | SP | BR

gabriellaoliveira@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-4604-598X>

Resumo: Este estudo explora a ideia de língua como um processo que se estabelece e se desenvolve momento a momento entre os interactantes de uma interação situada. Assumindo uma perspectiva crítica em relação a teorias linguísticas hegemônicas que priorizam língua como produto, esta investigação tem como objetivo aproximar a análise linguística dos estudos do corporeamento, ou ainda, do entendimento de que linguagem e cognição não podem ser consideradas à parte do corpo. Para tanto, analisou-se um trecho de uma entrevista gravada ao vivo entre a jornalista Leda Nagle e o cantor Tim Maia, retirada do programa de TV “Sem Censura” e disponível em ambiente *online*. A análise foi desenvolvida utilizando-se o *software* ELAN (Wittenburg *et al.*, 2006) e o resultado dessa exploração ilustra o modo como o processo interacional é o meio fundamental pelo qual a linguagem humana se organiza.

Palavras-chave: interação situada; corporeamento; linguagem humana.

Abstract: This study explores the idea of language as a process that is established and is developed from moment to moment between the interactants in a situated interaction. Assuming a critical perspective over the hegemonic linguistic theories that prioritize language as a product, this investigation aims to approximate the linguistic analysis to the embodiment studies, or, to the understanding that language and cognition cannot be considered apart from the body. For that, an excerpt was analysed from a recorded live interview between the journalist Leda Nagle and the singer Tim Maia, taken from the TV program *Sem Censura*, and available online. The analysis was developed by the use of the software



ELAN (Wittenburg *et al.*, 2006) and the result of this exploration illustrates how the interactional process is the fundamental way through which the human language is organised.

Keywords: situated interaction; embodiment; human language.

1 Introdução

Do início do entendimento da Linguística enquanto ciência, no começo do século XX, aos dias atuais, uma das preocupações da tradição linguística hegemônica era a de ser uma área, em princípio, teorizadora, em que língua é entendida como um construto abstrato, muitas vezes, até mesmo desvinculada dos falantes que a usam. Ainda que algumas áreas se voltem para a língua em uso, como a pragmática ou sociolinguística, vemos que muitos estudos priorizam investigar o produto linguístico, e não necessariamente o processo semiótico por meio do qual a língua ocorre.

McCleary *et al.* (2015, 2017) advertem que, surpreendentemente, até mesmo vertentes da Linguística Cognitiva que se fundamentam no uso parecem evitar contemplar uma visão mais dinâmica da linguagem, muitas vezes entendendo que sentido é algo que se dá na mente individual de cada falante, e não como um processo emergente da interação. Ainda no século XX, uma exceção pode ser feita para Sacks, Schegloff, Jefferson que, em 1974, publicam, na revista *Language*, um artigo que investiga os detalhes da conversação da vida real. Tendo como intuito descobrir a organização da conversa por meio da qual a linguagem se manifesta, esse estudo não apenas se torna o pioneiro em analisar língua como prática, ação, ao esmiuçar a maneira como a fala é realizada em tempo real, como também introduz a área hoje consolidada como análise da conversa.

Essa área cresceu para além da sua fase inicial, que inicialmente priorizava a comunicação verbal humana oralizada, e desde então, contribuiu para que, em outras investigações, língua fosse entendida não apenas como um sistema abstrato, mas como uma prática comunicativa, enquadrando a comunicação em seu sentido mais amplo. Nesses estudos, estão os estudos dos gestos (McNeill, 1992), da comunicação multimodal co-presencial¹ (Mondada 2016; Goodwin, 2018) e da interação de humanos com não-humanos, como animais domésticos (Amha, 2013) ou ainda, mais recentemente, com máquinas (*cf.* Rasenberg *et al.*, 2023). Contudo, se, por um lado, esses estudos ainda não são priorizados na Linguística hegemônica, por outro, vem se consolidando a ideia de que não se pode pensar língua sem interação.

¹ Tanto Goodwin (2018) como Ameka e Terkourafi (2019) nos alertam para o enviesamento do termo “face-a-face”, uma vez que uma interação comunicativa pode ocorrer por telefone, por intermédio de uma máquina, ou mesmo quando os interactantes estão dispersos em um ambiente em que estão visualmente inacessíveis uns para os outros. Ameka e Terkourafi (2019) também comentam que, em muitas culturas, as pessoas não se posicionam face-a-face nem se olham nos olhos para se comunicar. Por essas razões, este trabalho adotará a sugestão de Ameka e Terkourafi (2019), preferindo o uso da expressão “comunicação co-presencial”.

A maneira hegemônica mecanicista e abstrata de conceber língua, no entanto, tem raízes um pouco mais profundas. A constituição da Linguística enquanto ciência e seus desdobramentos no século que se seguiu é ancorada em uma forte perspectiva ocidentecentrada (Ameka; Terkourafi, 2019; Ngué Um, 2020) que se fundamenta na emancipação da Era Moderna (cf. Toulmin, 1990), em que são priorizados a mente, a razão, a certeza, as generalizações, e o rigor lógico. Não coincidentemente, alguns fenômenos linguísticos passaram a ser caracterizados como altamente específicos entre línguas e relegados à margem dos estudos, entendidos como a “epítome da ‘anti-generalização’”² (Joseph, 1997, p. 93), como é o caso de interjeições ou ideofones, que muitas vezes sequer são considerados na análise linguística (Ameka, 2001, 2020; Dingemanse, 2017, 2018).

Algumas propostas, em vias de contornar esse ocidentecentrismo pervasivo na análise linguística, estão dispostas a questionar a abordagem dos modelos linguísticos mais tradicionais. Uma delas é a pragmática emancipatória (Hanks *et al.*, 2009) que se fundamenta no entendimento de que as diferentes línguas existem somente enquanto “uma modalidade de ação” (Hanks *et al.*, 2009, p. 3) e que é preciso descrevê-las “nos seus próprios termos” (Hanks *et al.*, 2009, p. 2). Nessa perspectiva, as línguas não devem ser concebidas como meras abstrações ou como um fenômeno monolítico, *a priori*, pré-definido e individual, mas, sim, como um processo contínuo, inerentemente diverso, coletivamente construído e historicamente situado. Anchimbe e Janney (2011) e Ameka e Terkourafi (2019) também chamam a atenção para uma mudança de perspectiva em que, nas investigações, seja centralizada a prática linguística situada, para que se faça uma análise linguística mais justa e sofisticada. Os *insights* provocados por essas pesquisas ilustram que não estudar o uso linguístico em contexto pode enviesar a pesquisa e constitui uma limitação ao entendimento do que é a linguagem humana.

No início desta década, Dingemase *et al.* (2023) publicam um manifesto intitulado *Beyond single-mindedness*, em que reiteram a proposta de recentralizar a interação nos estudos das Ciências Cognitivas e da Linguística, entendendo a interação como nosso “tecido conectivo”: é somente nela que língua e mente podem existir. E criticam essa tendência de ambas as áreas, em geral, terem tomado um caminho que privilegia não apenas o produto sobre o processo, mas a informação sobre as relações, os indivíduos sobre as interações; e, como resultado, isso obscurece o modo como a interação co-constitui a cognição humana.

Este artigo, por sua vez, tem como objetivo fazer uma análise de um trecho de uma interação situada entre interactantes de uma conversa co-presencial. O intuito é o de aproximar a análise linguística dos estudos da corporeidade, ou, da perspectiva de que linguagem e cognição não podem ser consideradas à parte do corpo, tema esse central em outras áreas das Ciências Cognitivas, como na fenomenologia e nas teorias enativistas.

Partindo da ideia de que a cada minuto da nossa vida estamos constantemente (re) construindo o mundo em que vivemos na interação com o ambiente e com o(s) outro(s) e que as nossas ações se co-constituem mutualmente (Enfield, 2013; Goodwin, 2018), ao examinar o papel sequencial e contingencial da interação humana, e demonstrar o modo como a significação emerge desse processo, é possível expandir os limites da investigação linguística e descortinar novas possibilidades de concepção da natureza e do funcionamento das línguas e da cognição humana.

² Não surpreende que o objeto inicial da investigação linguística, a *langue*, era concebida como tendo propriedades homogêneas, estáveis e regulares (cf. Saussure, 2012), tomando como ponto de partida o estudo das línguas indo-europeias.

2 Fundamentos da análise

Quando duas ou mais pessoas se encontram, presencialmente, em carne e osso, esse encontro é inescapavelmente social e inescapavelmente corporal. Quer elas usem ou não a língua verbal, elas, primeiramente, e durante toda a interação, se comunicam, observando os movimentos umas das outras: como orientam seus corpos, para onde olham, como movimentam seus braços e mãos, quais expressões aparecem em suas faces. Essa é a condição *sine qua non* da interação social e da sociabilidade, e a base para a emergência de toda a tecnologia desenvolvida para servir à comunicação humana, inclusive a própria língua.

(McCleary; Viotti, 2017, p. 21)

A citação acima ilustra a questão central do que é chamado de ‘semiótica de corpos em ação’, o fato de qualquer encontro entre duas ou mais pessoas ser um encontro de corpos que se percebem mutualmente e estão envolvidos em um processo contínuo de construção de significação nas interações cotidianas, situadas em um tempo e em um lugar específicos; “em ocasiões de enunciação, em sua plenitude física, cognitiva e social” (McCleary; Viotti, 2017, p. 3). Isso quer dizer que tanto a cognição quanto a língua que usamos não são independentes do nosso corpo, especialmente de nossas capacidades perceptuais e motoras (ver Varela *et al.*, 1991; Mondada, 2016; Goodwin, 2018; Dingemanse *et al.*, 2023; Levinson, 2025 e outros): nossas conceitualizações estão intrinsecamente ancoradas no sistema sensório-motor, que é a fonte de nossas percepções, de nossa movimentação e de nossa forma de lidar com o mundo. Nosso conhecimento, portanto, depende do fato de sermos e estarmos em um mundo que é inseparável do nosso corpo, da nossa linguagem e da nossa história social – do nosso *corporeamento* (cf. Varela *et al.*, 1991). Essa concepção é consonante com a perspectiva de conceitualizar “a cognição não como um domínio de mentes singulares, mas como uma conquista interacional de agentes corporeados” (Dingemanse *et al.*, 2023, p. 2, tradução própria), visão que se fundamenta na ideia de *Umwelten*, inicialmente proposta pelo etologista von Uexküll nos anos 1920s (cf. Favareau, 2010; Rasenberg *et al.*, 2023). Nessa perspectiva, não existe um único mundo “objetivo”, mas diferentes mundos, habitados por diversos organismos, que constantemente se sobrepõem e se co-constituem.

Outra proposta que oferece fundamentação para a dinâmica de como nós, enquanto agentes corporeados (e não apenas mentes isoladas), estamos sempre situados em um ambiente e somos co-constituídos pelos sucessivos encontros co-presenciais uns com os outros, vem da fenomenologia, que, há muito, se debruça sobre a questão da intersubjetividade. Segundo essa perspectiva, nós nos encontramos intersubjetivamente interagindo com esses outros e os entendendo de modo contextualmente socializado. Para Schütz (1967), proeminente filósofo da área, os “movimentos corpóreos de uma [determinada] pessoa são percebidos por outra não somente como eventos físicos, mas também como um sinal de que esta outra pessoa está tendo uma experiência da experiência a qual [aquela primeira] pessoa está experienciando através desses movimentos” (Schütz, 1967, p. 101, tradução própria). Nosso acesso aos outros aconteceria porque há uma inter-relação entre corpos, os nossos e os dos outros, mediadas pelas percepções que temos das ações contingenciais.

A construção da ação em um estado de co-presença mútua, portanto, é o espaço central para a constituição dinâmica e processual da sociabilidade humana (Goodwin, 2018, p. 248); é o lugar em que uma série de fenômenos, incluindo a língua e outras formas de semiose entrelaçadas a ela, emergem no mundo social real. Schütz atrela este estado de co-presença mútua à *we-relationship* (Schütz, 1967, p. 115). Enquanto compartilhamos um espaço e um tempo com os outros, cuja “experiência está fluindo lado a lado com a minha”, nossas faixas de consciência se interseccionam (Schütz, 1967, p. 163). Tal presença simultânea cria uma experiência especial de tempo bem diferente do tempo divisível e quantificável proposta por algumas correntes Física. Ele vai dizer: “eu e você... temos uma genuína *durée* que se experiencia, que é contínua, que é múltipla e que é irreversível”. Nós experienciamos “o fenômeno de ficarmos velhos juntos” (Schütz, 1967, p. 103, tradução própria). Isso implica que o eu e o outro – o nós, ou *we* – estamos, de uma maneira específica, “simultâneos”, que nós “coexistimos” e que nossas respectivas faixas de consciência se intersectam momento a momento na interação. Para Schütz, portanto, a intersubjetividade e essa “relação-*we*” (*we-relationship*) são a base de todas as categorias da existência humana.

Nessa concepção, o tempo e espaço compartilhados através da *we-relationship* e que possibilitam o estabelecimento da ação intersubjetiva não é algo alcançado somente pela co-presença dos participantes de qualquer interação, mas é um empreendimento mutualmente contínuo, uma vez que não seria possível que alguém saiba com precisão a experiência subjetiva do outro (Schütz, 1967, p. 99). Dessa forma, o sentido pretendido de uma ação é sempre, em princípio, subjetivo e acessível apenas ao agente daquela ação (Schütz, 1967, p. 115) e os participantes precisam agir mutualmente, co-operativamente, para negociarem a inteligibilidade da interação. Outros estudos sugerem que, na interação co-presencial, portanto, os seres humanos mobilizam ordenadamente e situadamente uma grande variedade de recursos verbais, auditórios, visuais, ou ainda, multimodais, com o intuito tanto de produzir ações inteligíveis como o de interpretar publicamente ações mútuas visualmente disponíveis (Mondada, 2013, p. 219). Goodwin (2018) também acrescenta que formas específicas de presença vão garantir a abertura necessária para que determinado fenômeno emergja por meio dos arranjos corporais co-presentes na interação.

Isso somente é possível devido ao fato de que, ao interagirem, os co-participantes de uma interação criam uma arena, um terreno comum (*common ground*), para compartilhar e calibrar suas experiências. Um lugar onde fluxos separados dessa consciência interceptada são tornados públicos, por meio de formas de semiose que abrangem tanto a língua falada quanto as capacidades expressivas dos corpos individuais (Goodwin, 2018, p. 147). É nesse espaço em que é possibilitado a cada interactante performar as transformações acumulativas das ações uns dos outros, de modo *online*, emergente e processual, por meio de formas semióticas que expressam a experiência corporeada das suas próprias percepções e que levam em consideração tanto as respostas dos co-participantes como as contingências do contexto interacional. Sem esse terreno comum intersubjetivo, não há significação.

2.2 A ação co-operativa

Partir do princípio de análise de se investigar a ação co-operativa de corpos em interação significa estudar como os humanos criam ação e compartilham conhecimento em consonância com outros, ao reusarem, com transformação, recursos obtidos previamente de outros participantes e de outros eventos com os quais interagiram. Nas palavras de Goodwin (2018, p. 11, tradução própria): “nós habitamos reciprocamente as ações de uns e outros”, assim como outrora sugeriu Schütz. Nessa perspectiva, a habilidade humana de construir sentido e ação em consonância com outros não se dá em algum lugar anterior – *a priori* – e não é constituída em modalidade única; pelo contrário, ela reúne estruturalmente diferentes tipos de recursos semióticos de construção de sentido que, ao mesmo tempo, se elaboram, se limitam (Goodwin, 2018, p. 336) e se co-constituem.

O hífen em *ação co-operativa* é intencional e serve para ilustrar, primeiramente, que essa co-constituição é diferente de cooperação, como se estuda na antropologia biológica, uma vez que não se restringe à ajuda mútua. Em segundo lugar, ele enfatiza a importância das performances das operações específicas, de decomposição e reúso, com transformação, dos materiais providenciados pelos participantes durante a interação (Goodwin, 2018, p. 6). Mais crucialmente, a ação co-operativa fornece, no meio da própria ação, um mecanismo sistemático de acumulação progressiva (com modificações) em todas as escalas de organização social, desde os gestos, da fala até a diferenciação de grupos sociais. O que está sendo focalizado são as práticas sociais públicas que seres humanos mobilizam, de modo pervasivo, para construir, em consonância com outros, as ações que permitem ser possíveis e que sustentam suas atividades.

Dessarte, entender a constituição da organização humana, e desse modo, a própria interação comunicativa como uma forma de ação co-operativa, nos permite nos atentarmos para o local onde fundamentalmente se localiza a emergência e o desenvolvimento de língua, entendida como parte da ação humana. A realização da ação inclui, na sua organização, não apenas os materiais criados por aqueles que os usaram anteriormente, como também a transformação desses materiais de modo preciso para a adaptação necessária às circunstâncias do momento. Isso só é possível dado que cada participante não apenas está, mas ativamente participa, da organização detalhada da ação de cada um, que se desenrola no tempo (Goodwin, 2018, p. 9), e por isso, os participantes da interação não são apenas participantes, mas sim, co-participantes, ou mesmo, interactantes.

A seguir, examinemos um trecho de uma interação gravada em vídeo de uma conversa em tempo real que ocorre durante a entrevista entre a jornalista Leda Nagle e o cantor Tim Maia.

3 A interação

O vídeo escolhido para análise foi um trecho da entrevista do programa Sem Censura da jornalista Leda Nagle, com Tim Maia que ocorreu em fevereiro de 1997. A entrevista está disponível no canal Leda Nagle no YouTube³. Do bloco de 20:28 minutos, disponibilizado no canal, foi

³ O vídeo na íntegra pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=HglldtL6jc8>. A plataforma garante os direitos autorais do vídeo.

selecionado um trecho de aproximadamente 2 minutos, em que Tim Maia conta para os jornalistas que está sendo processado por músicos, interação que será explorada mais adiante. O recorte especificamente nesse trecho se dá, porque nele aparece um ideofone, um dos fenômenos muitas vezes relegados às margens dos estudos linguísticos. Ao centralizar a emergência desse fenômeno, é possível observar a maneira como ele é fundamental para o entendimento do desenrolar da interação, e, portanto, essencial na criação de significação da interação.

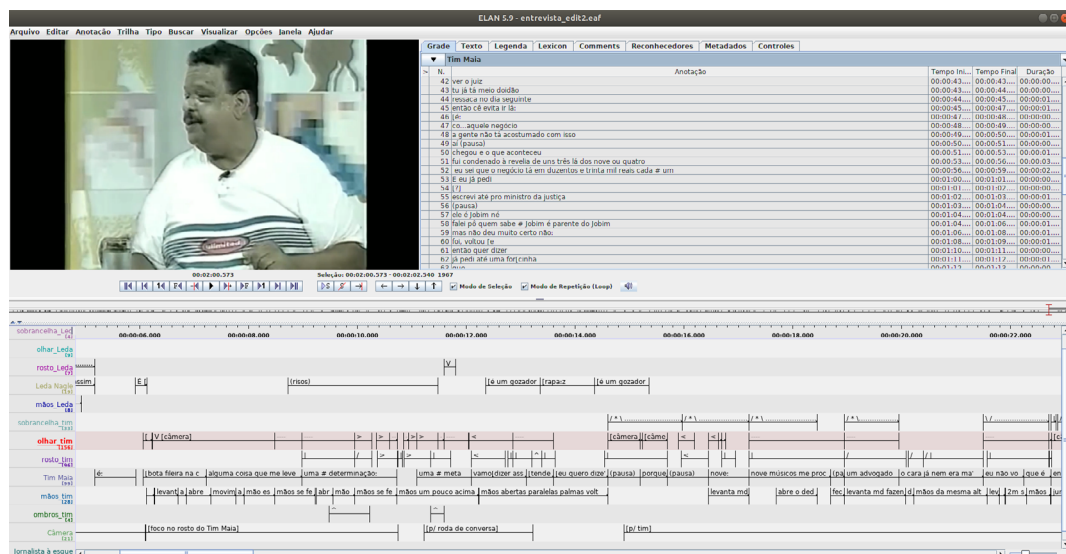
Essa seleção passou por uma descrição minuciosa no *software* ELAN (Wittenburg *et al.*, 2006). ELAN é um programa de código aberto de anotação de áudio e gravação de vídeo, criado e desenvolvido pelo *Max Planck Institute for Psycholinguistics* especificamente para descrição e análise linguísticas detalhadas. Ele permite a criação de trilhas ilimitadas para anotação multimodal, e a sua escolha se deu pelo fato de que nele é possível separar as trilhas de descrição concomitantemente às imagens do vídeo.

Embasando-se no trabalho de McCleary e Viotti (2007), portanto, foram destrinchadas 13 trilhas, cada qual destinada a um participante e/ou modalidade da interação. Elas foram criadas com o objetivo de capturar o maior número possível de detalhes da corporeidade dos participantes em interação, como forma de serem “lentes poderosas para identificar várias características das línguas que, sem elas, poderiam passar despercebidas” (McCleary; Viotti, 2007, p. 25). O sistema de transcrição, por sua vez, seguiu o modelo sugerido por Goodwin (2018, p. 18); mas, diferentemente desse modelo, aqui serão usadas setas (↑) e (↓) para indicar entonação ascendente e descendente, respectivamente. A ortografia segue a convenção tradicional, e vírgulas não foram utilizadas. A referência da notação pode ser verificada ao final do texto.

É preciso notar que, além dos itens da pauta sugeridos em McCleary e Viotti (2007), foram acrescentadas outras duas modalidades: movimento do rosto para os participantes Leda Nagle e Tim Maia, e movimento dos ombros para o participante Tim Maia. Essa trilha destinada somente para a descrição do movimento dos ombros de Tim Maia, e não de Leda ou dos outros jornalistas, se justifica já que em boa parte do tempo as câmeras se focam apenas no cantor. Além disso, como se trata de um programa jornalístico e televisivo, também foi acrescentada uma trilha para o movimento da câmera, uma vez que ela ora se foca na jornalista Leda Nagle, ora em Tim Maia, ou ainda, se movimenta de modo panorâmico na roda de conversa⁴. Ainda, foi destinada uma trilha para um jornalista não identificado à esquerda de Tim Maia, e, dado que a câmera em nenhum momento o enfoca isoladamente, esta trilha foi usada somente para a anotação de sua voz, que aparece poucas vezes. Desse modo, as treze trilhas usadas para a anotação da interação foram: (i) sobancelha da jornalista Leda Nagle, (ii) movimento dos olhos de Leda Nagle, (iii) movimento do rosto de Leda Nagle, (iv) voz de Leda Nagle, (v) movimento das mãos de Leda Nagle, (vi) sobancelha de Tim Maia, (vii) movimento dos olhos de Tim Maia, (viii) movimento do rosto de Tim Maia, (ix) voz de Tim Maia, (x) movimento das mãos de Tim Maia, (xi) movimento dos ombros de Tim Maia, (xii) movimento da câmera, e, por fim, (xiii) voz do jornalista à esquerda, como pode ser observado na captura de tela na imagem (1):

⁴ É preciso fazer uma ressalva sobre este ponto: esse formato jornalístico limitou a visão de todos os participantes da interação simultaneamente, e, por isso, a anotação feita se deu, majoritariamente, sobre ações de Tim Maia. Por outro lado, a não-presença de um pesquisador na cena pode ter contribuído para a espontaneidade da conversa.

Imagem 1 – Captura de tela do processo de anotação da interação multimodal no programa ELAN



Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda, é preciso lembrar que a descrição apresentada, em texto, no papel, é um projeto de captura das performances que estão sendo experienciadas e realizadas pelos falantes em tempo real, naquela interação e naquele lugar, que, por sua vez, são dinâmicas, simultâneas, multimodais, corporeadas e que se desenrolam contingencialmente momento a momento; sendo assim, essa captura representa um estado, um “congelamento” em dimensões físicas limitadas (espaço bidimensional do papel) e uma modalidade (a escrita) das ações performadas pelos participantes da interação.

3.1 A história contada por Tim Maia

A interação que se segue é organizada em forma de semicírculo; a jornalista anfitriã do programa, Leda Nagle, se situa em uma posição no centro desse semicírculo, possuindo uma visão panorâmica dos participantes do programa sentados em roda. À sua frente, no meio do semicírculo está Tim Maia, cercado de outros jornalistas, e à frente dele há uma bancada que delimita a estrutura desta meia-roda.

Imagem 2 – Captura de tela da organização dos interactantes da conversa



Fonte: Canal Leda Nagle, YouTube.

Tim Maia conta a história de que está sendo processado por nove músicos. Conta que havia dias em que os julgamentos ocorriam no mesmo dia, um de dia e dois de tarde e que, às vezes não comparecia a eles. Justifica dizendo que eram muitos processos e que não estava acostumado com isso, com o fato de ter que “ir ver o juiz”; ele acrescenta que, na época, ainda bebia uísque e ficava meio “doidão”, de ressaca, e que “então, você evita ir lá”. Consequentemente, foi condenado à revelia, ou seja, condenado novamente pela recusa ou não comparência em juízo, “de três ou quatro”, como diz, dos nove processos em andamento e que agora está sendo autuado em duzentos e trinta mil reais por cada processo. Ele diz que tentou recorrer, escrevendo até para o Ministro da Justiça, mas que até então nada foi feito. Tim Maia repete os valores, “duzentos e trinta mil cada processo”, e conta que, por ser um valor alto, quando chega ao tribunal, todos ficam tumultuados, como abelha: nesse momento, faz um som, zzzzz, alterando a qualidade da voz, enquanto simultaneamente movimenta a cabeça para baixo, abaixa a frequência da voz, levanta os braços e balança as mãos repetidamente na horizontal concomitantemente ao som produzido.

IMAGEM 3 – Quatro capturas de tela de Tim Maia contando um trecho da história



Fonte: Canal Leda Nagle, YouTube.

Na primeira imagem, acima à esquerda, Tim olha para a frente, para a jornalista Leda Nagle; na segunda, acima à direita, ele abaixa os olhos e começa a narrar o modo como todos ficam no Tribunal, tumultuados, ao mesmo tempo em que levanta as mãos, a mão esquerda na altura do ombro esquerdo e a mão direita mais acima do ombro direito; na terceira imagem abaixo à esquerda, o cantor inicia uma comparação da percepção de tumulto com a abelha, e, na quarta imagem, à direita abaixo, ele performa a cena, fazendo uma depicção do som da abelha enquanto levanta os braços e balança as mãos concomitantemente ao som produzido.

Então, em seguida, a jornalista Leda Nagle pergunta a Tim Maia se ele está pensando em trabalhar mais para poder pagar esse valor, em que ele responde que sim, já que, de acordo com ele, a mídia não valoriza os cantores. Diz que músicos que trabalham com ele há bastante tempo, há dezesseis anos, nunca o processaram antes e que são músicos novos que estão o processando; por fim, repete que são muitos processos contra ele e logo em seguida muda de assunto.

4 Discussão

O trecho escolhido começa com a jornalista Leda perguntando diretamente para Tim se ele está mais empenhado na sua carreira. A jornalista faz essa pergunta com o corpo e o olhar também direcionado para Tim, acompanhado de um movimento gestual com as mãos fechadas em frente ao seu corpo, e de uma expressão facial, em que as suas sobrancelhas se levantam, como pode ser visto em (1):

(1)

- 1 Leda: ↑ ô Tim você está levando ↓ (0.3) você _v está mais empenhado na sua [^]carrei:ra digamos assim ↓
- 2 Mão direita de L: (para cima e para baixo)
- 3 Mão direita de L: (para cima)
- 4 Tim: (0.3) é: (0.36)
- 5 Leda: [↑ é isso ↓
- 6 Tim: [fileira na carreira alguma coisa que me leve a algum lugar
- 7 I: (h)
- 8 Mãos de T: (palmas abertas paralelas à frente de seu corpo)
- 9 Tim: (0.44) uma [determinação
- 10 I: [(h)
- 11 Mãos de T: (se movimentam para frente)
- 12 Cabeça de T: (direita)
- 13 Tim: (0.68) ou uma meta vamos [dizer assim
- 14 Cabeça de T: (esquerda)
- 15 Leda: [é um gozador [esse rapaz ↑
- 16 Tim: [entendeu
- 17 Leda: [é um gozad-
- 18 Tim: [mas eu quero dizer o seguinte
- 19 Tim: (0.75) *porque* (0.73) nove nove músicos me processaram

Imagem 4 – Captura de tela da jornalista Leda Nagle no momento em que pergunta a Tim Maia se ele está mais empanhado na sua carreira



Fonte: Canal Leda Nagle, YouTube.

No momento em que o gesto e a fala são simultaneamente finalizados por Leda, abre-se uma oportunidade para que o turno de fala seja continuado por Tim. Não apenas pelo vocativo pronunciado, mas também pelo fato de que Leda direciona o seu corpo e seu olhar para ele, realizando uma entoação descendente após o seu turno. A jornalista também usa recursos prosódicos enfáticos (1.1) e gestos manuais (1.2 e 1.3) concomitantes ao arqueamento da sobrancelha (identificados por “^” e “_v”), dando ênfase na performance e orientando a atenção dos co-participantes da arena coletiva em que foram dispostas essas ações.

É possível observar, quando Tim começa a falar em resposta ao fim do turno de Leda logo em seguida, duas questões centrais: i) como a coordenação da fala, do olhar, dos gestos, e dos movimentos corporais, aliada à disponibilidade mútua dos falantes possuem efeitos significativos na construção do turno e da sequência de fala; e ii) o fato de que a pergunta de Leda foi percebida e interpretada como tal, obtendo uma resposta, como esperado, o que mostra que a ação realizada pela jornalista foi bem-sucedida.

Em seu turno, Tim Maia faz uma brincadeira com a palavra “carreira”: se valendo da polissemia da palavra, e de gestos manuais co-ocorrentes, faz um trocadilho. Esse item lexical não apenas se refere ao percurso profissional, mas também pode estar relacionado, dentre outras coisas, a um caminho ou mesmo à disposição de substância psicoativa em pó. Os interactantes logo em seguida riem (1.7 e 1.10), e, ao mesmo tempo, Tim direciona o olhar ao seu redor (1.12 e 1.14), checando o sucesso da sua piada; então, continua “uma meta vamos dizer assim” (1.13) enquanto as risadas continuam e a entrevistadora diz: “é um gozador esse rapaz”, e repete “é um gozador” (1.15 e 1.17).

Imagem 5 – Capturas de telas: à esquerda, imagem de Tim Maia enquanto pronuncia a palavra “carreira” e, à direita, a reação dos interactantes da interação



Fonte: Canal Leda Nagle, YouTube.

A reação dos co-participantes, que compartilham o *common ground* dessa interação, demonstra que a construção da ação de Tim também foi bem sucedida. Os interactantes operam com uma sequencia de ações que é construída através das atividades corporeadas dos seus interlocutores e o falante age e, com o todo o seu corpo, percebe os outros corpos envolvidos. Ao perceber o corpo dos outros no seu próprio, o falante encontra um prolongamento de suas ações. Seu corpo e dos participantes da interação se tornam um único todo, que se torna público na arena. É esse “esquema corporal” que faz com que o falante aja, é a partir da percepção de que tem da ação (falas, gestos, movimentos corporais, risadas) que os outros co-participantes fazem a seu redor que a interação é organizada.

Ainda nesse trecho, é possível observar a utilização com transformação dos materiais providenciados pelos participantes durante a interação. Retomando a transcrição de (1), aqui resumida e ilustrada em (2):

(2)

- | | | |
|--|--|---|
| <p>1 Leda: ↑ ô Tim você está levando↓(0.3) você está mais empenhado na sua</p> | <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"> <p>^carrei:ra</p> </div> | <p>digamos assim↓</p> |
| <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"> <p>2 Tim: (0.3) é: (0.36)</p> </div> | | |
| <p>3 Leda: ↑ é isso ↓</p> | | |
| <p>4 Tim: fileira na</p> | <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;"> <p>carreira</p> </div> | <p>alguma coisa que me leve a algum lugar</p> |

É possível observar, tanto nos pares 2.1 e 2.4 quanto em 2.2 e 2.3, a reutilização de itens lexicais previamente usados em turnos anteriores por diferentes falantes. No par 2.1 e 2.4, Tim retoma a palavra *carreira*, antes introduzida pela jornalista, para, em seguida, fazer a o trocadilho. Em 2.3, por sua vez, vemos que a jornalista recupera a resposta prolongada dada por Tim em 2.2, para introduzir novamente seu turno com o mesmo item “é”, agora transformando-o em uma pergunta com uma prosódia bem marcada.

O que antes foi dito, portanto, serve para dar forma ao presente que agora os co-participantes habitam, enquanto o passado organizado, quando apreendido, ao mesmo tempo que restringe, também faz ser possível inúmeras possibilidades futuras relevantes e visíveis (Goodwin, 2018), como o tipo de ação que pode ocorrer a partir desse momento particular. Nesse caso, a resposta de Tim para a pergunta de Leda, a utilização com transformação dos materiais previamente usados para construir o trocadilho, e a resposta em forma de risada dos co-participantes. Então, vemos que a ação co-operativa e cumulativa ocorre não somente quando os interactantes fornecem uma resposta a uma ação anterior, mas também por meio da emergência de novas ações e possibilidades.

Tim Maia prossegue dizendo que nove músicos e um advogado o processaram; repete – nove músicos. Continua dizendo que eram muitos julgamentos a que ele precisava comparecer, e que ele não gostava de ir nos julgamentos.

(3)

- 1 Tim: tinha ↑dias (0.54) viu Leda↓ (1.18) que tinha umas um um julgamento assim
- 2 Mãos de T: (mão esquerda em cima da bancada) (indicador esticado)
- 3 Cabeça de T: (esquerda)
- 4 Tim: um de dia e dois de tarde
- 5 Mãos de T: (indicador e dedo médio esticados)
- 6 Tim: então eram muito- foram nove:
- 7 Cabeça de T: (direita)
- 8 Mãos de T: (à frente de seu corpo, se movimentando)
- 9 Tim: (0.39) processos eu não gosto daquele negócio
- 10 Cabeça de T: (frente)
- 11 Tim: que a gente sabe com é que é (0.45)
- 12 Cabeça de T: (baixo)
- 13 Tim: naquela época ainda tomava um uisquizi:nhô
- 14 Mãos de T: (depicta pegar um copo e tomar algo)
- 15 Cabeça de T: (cima)
- 16 Tim: vai ficar indo lá: ver o juiz tu já tá meio doidão de [ressaca no ^dia seguinte
- 17 I: [é:
- 18 Tim: então você evita ir lá:↑
- 19 Mãos de T: (palmas da mão fechadas paralelas ao corpo)

Nesse momento, podemos perceber a sua inquietação, já que não apenas enfatiza a quantidade de julgamentos por dia (3.1 e 3.4) e o total (3.6), tanto com uma prosódia marcada (3.4, 3.6) quanto com gestos co-ocorrentes (3.2, 3.6), como também movimenta rapidamente o seu corpo e cabeça tanto para a esquerda (3.3), para a direita (3.7), em direção aos outros jornalistas à sua volta, e para frente (3.10), enquanto faz movimentos repetitivos com as mãos (3.8) e franze as sobrancelhas para cima (3.16), para, finalmente, dizer, com ênfase, “então você evita ir lá”.

Imagem 6 – Captura de tela de sequência de fala no momento em que Tim Maia conta o número de processos em que estava envolvido



Fonte: Canal Leda Nagle, YouTube.

Depois de uma pausa, diz que foi condenado à revelia de três ou quatro dentre todos os processos e, com a testa franzida e olhando diretamente para algum jornalista mais à sua direita, diz que cada processo está em 230 mil reais. Ao fundo, podemos ouvir a jornalista Leda dizer “caramba”. Concomitantemente ao uso de gestos manuais, Tim continua dizendo que já recorreu, mas que não deu certo (novamente, franzindo as sobrancelhas). E repete: “são duzentos e trinta mil cada processo”. É após esse momento que uma expressão linguística motivada aparece: Tim usa uma depicção⁵ do voo da abelha para performar aos co-participantes da interação o modo como as pessoas se comportam no tribunal, considerando o alto valor do dinheiro em disputa.

(4)

- 1 Tim: são duzentos e trinta mil *↑cada* processo
- 2 Cabeça de T: (frente)
- 3 Mãos de T: (mãos paralelas sobre a mesa, dedos indicadores esticado)
- 4 Tim: (O.44) eu já [pedi:
- 5 I: [eu falo para o tribunal que é muita [coi:sa
- 6 Cabeça de T: (esquerda)
- 7 Tim: [muita coi:sa
- 8 Mãos de T: (palmas abertas para cima paralelas ao corpo)
- 9 Tim: recorri tudo ma- [ninguém (h)
- 10 I: [eu
- 11 Tim: porque quando chega lá assim↑
- 12 Mãos de T: (mão direita para cima)
- 13 I: acho que essas [coisas devem ser simbólicas
- 14 Tim: [fica todo mundo tumultuado *que nem abelha sabe com'ê que é*
- 15 Cabeça de T: (direita)
- 16 Tim: *^duzentos e trintinha cada um fica todo mundo zzzzzz*
- 17 Mãos de T: (paralelas acima da ombro, se movimentando)
- 18 Cabeça de T: (baixo) (frente)

Observa-se, nesse trecho, novamente o reúso com transformações, não apenas em 4.5 e 4.7, mas especialmente também em 4.14 e 4.16. Esse uso, produzido com uma alteração na qualidade da voz dando ênfase ao trecho, não é meramente ilustrativo: ele depicte um evento

⁵ Do inglês, *depiction*, segundo o dicionário de Oxford, se refere à “ação de depicar; uma representação figurada, uma pintura; descrição gráfica”. Do original: *The action of depicting; painted representation, picture; graphic description* (disponível em: <https://www.oed.com/search/dictionary/?scope=Entries&q=depiction>. Último acesso em 20 de janeiro de 2024). Na falta de uma palavra em português que mais se aproxime do termo em inglês, será usada a tradução literal, ‘depicção’, e termos derivados.

previamente experienciado por Tim Maia (o som da abelha e o modo como as abelhas ficam ao redor de algo que querem muito, insistentemente) e a sensação de tumulto, incômoda de ir ao tribunal. Tim reusa esses materiais, performando para os seus interlocutores a sensação particular pela qual experencia toda vez que vai ao tribunal, a sensação de tumulto e cobrança em relação à ambição do dinheiro requisitado.

Essa performance, todavia, não ocorre *a priori*: é somente pela percepção dos corpos dos participantes da interação que está se desenrolando momento a momento, da tensão que está sendo paulatinamente acumulada na arena, e de todos os componentes da interação, como o próprio ambiente que está à volta dos interactantes, que é possível que a sua emergência ocorra.

IMAGEM 7 – Captura de tela do momento em que Tim Maia produz o som com gesto co-ocorrente zzzzz



Fonte: Canal Leda Nagle, *YouTube*.

Essa depicção sonora, zzzzz, é simbólica sonora, iconicamente motivada uma vez que veicula intrinsecamente uma semelhança entre forma e sentido – nesse caso, a forma do som, zzzzz, estabelece uma relação de semelhança às propriedades percebidas pelo falante daquilo a que ela se refere, ao barulho e ao movimento do bater das asas que a abelha produz. Essa forma também pode ser entendida como uma onomatopeia ou ainda, um ideofone onomatopeico (Akita *et. al.*, 2019), uma vez que é uma forma marcada que faz a depicção de uma imagem sensorial (Dingemanse, 2012), ou seja, uma palavra que *mostra* aos interactantes da conversa, que *performa*, ao ser produzida, a percepção sonora tanto do barulho quanto do movimento da abelha para ilustrar a sensação inconveniente, para o cantor, de ir até o tribunal.

É curioso notar que simultaneamente a essa produção sonora icônica e ideofônica, há a co-ocorrência de um gesto manual também icônico (ou ainda, *co-speech gesture*, cf. Özyürek *et al.* 2020, p. 2), em que as mãos de Tim são colocadas na altura dos ombros, com os dedos abertos, e são movimentadas rapidamente para cima e para baixo, na horizontal, como se também simulassem o voo da abelha. Além disso, observamos a direção do olhar de Tim em busca de se alinhar com o dos outros participantes, o levantamento das sobrancelhas e a alteração na qualidade da voz, evidenciando, de certo modo, um clímax da organização da história, uma vez que a partir desse momento o turno é ocupado pela jornalista Leda que pergunta se Tim resolveu encarar, trabalhar mais para poder pagar esse valor.

Essa pergunta, portanto, revela que as motivações de Tim Maia foram satisfeitas e suas ações bem-sucedidas, uma vez que a fala subsequente de Leda assegura que ela, enquanto participante da interação, aceita (e não rejeita) as ações performadas por Tim. Posteriormente,

ele responde à pergunta de Leda afirmativamente e repete que são muitos processos, novamente reusando, com transformação, a expressão já utilizada. Em seguida, muda de assunto. Percebemos assim, que a atividade foi finalizada e que a ação pode, enfim, seguir adiante.

Assim, o evento é construído pela justaposição de recursos corporais que constituem a cena em progresso. Vemos, então, que à medida que a interação se desenrola *in situ*, momento a momento no tempo, todos esses recursos semióticos são usados para produzir e fazer emergir atividades significativas inteligíveis, sempre em relação à percepção corpórea dos participantes da interação.

5 Considerações finais

A Linguística enquanto disciplina, ao entender língua enquanto um construto abstrato, um sistema fechado e monolítico, não apenas se limita como também coloca tudo a perder quando não olha mais de perto para o que está de fato ocorrendo no processo interacional, uma vez que cada aspecto que se desenrola na interação é significativo e demonstra ter efeito estratégico proposital. Nesse sentido, este trabalho fez um recorte para demonstrar o modo como isso ocorre. Tendo como norte a iniciativa de aproximar da análise linguística fenômenos que geralmente são deixados às margens (Ameka, 2020; Dingemanse, 2017; Negrão; Viotti, 2020), a investigação colocou em foco não apenas o tratamento da interação como central na análise, como também ilustrou a emergência de uma expressão onomatopeica, ou ainda, de um ideofone onomatopeico, acompanhada de gestos e dos movimentos icônicos corporais, que, muitas vezes, são ignorados na descrição linguística de línguas oralizadas. Aqui vemos que esse é um componente fundamental para a completude da ação. A análise detalhada também possibilitou ilustrar o caráter intrinsecamente multimodal da comunicação humana (Özyürek *et al.*, 2020).

O trecho selecionado para análise ilustra o modo como os co-participantes em uma interação co-presencial se organizam coletivamente – utilizando todos recursos multimodais (fala, gestos das mãos, direção do olhar, movimento da cabeça, ombros, expressões faciais, posturas corporais etc.) a seu dispor, necessários para o desenvolvimento da ação em que estão envolvidos. O modo como observamos que as ações dos interactantes incluem o uso de experiências anteriores com transformação, e que esse uso, no momento em que é realizado, serve como fonte para restringir e, ao mesmo tempo, possibilitar ações futuras que se darão a partir deste momento, nos fornece uma importante perspectiva para a descrição do trabalho *in situ* em que os participantes se engajam. Vemos que eles não apenas apreendem o que o outro está falando, mas também participam ativamente do processo semiótico em que a prática linguística acontece, e, a partir de então, criam novas modalidades de ação. A interceptação das faixas de consciência, antes notada por Schütz, é então visualizada de forma prática, com relação aos projetos específicos desses participantes em particular, como um processo acumulativo de ação co-operativa que se desenrola no tempo. Assim, por meio do trabalho co-operativo de construção da ação, ao usar propriedades combinatórias linguísticas e corporais distintivas como uma prática pública, os participantes habitam, juntos, o tempo que se desenrola naquele momento e naquele lugar específico (Goodwin, 2018, p. 52).

Ao nos determos aos detalhes, portanto, podemos ver a preciosidade da prática linguística em ação. Eles não apenas descortinam características fundamentais para a organização e desenvolvimento da ação, como também nos revelam um movimento organizado em

uma ecologia mais ampla de práticas de construção de fazer-sentido. Isso possibilita, assim, novos caminhos de investigação e de entendimento da natureza da linguagem humana pela qual navegamos e construímos o mundo ao nosso redor.

Agradecimentos

Agradeço à professora Dra. Evani Viotti pelo oferecimento da disciplina “Bases epistemológicas da Semiótica das Interações” inserida no programa de Pós-Graduação de Linguística da Universidade de São Paulo (USP), que fundamentou a realização deste trabalho. Agradeço também às leituras criteriosas da professora Dra. Esmeralda Vaillati Negrão e dos revisores deste artigo. Quaisquer falhas remanescentes são de minha inteira responsabilidade. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da Bolsa de Produtividade em Pesquisa, processo 140847/2021-9.

Notas da transcrição

Negrito em itálico: ênfase

Traço (-): interrupção da produção sonora

Colchetes: fala sobreposta

Números em parênteses: silêncio em segundos

Risada: (h)

“:”: prolongamento

“↓”: contorno entoacional descendente

“↑”: contorno ascendente

“^”: sobrelanceias arqueadas para cima

“ ”_v sobrelanceias arqueadas para baixo

Mão de L: mão (direita/esquerda) de Leda

Mão de T: mão (direita/esquerda) de Tim Maia

Cabeça de L: direção da cabeça de Leda

Cabeça de T: direção da cabeça de Tim Maia

I: interactantes

Referências

AKITA, K.; DINDEMANSE, M. Ideophones (Mimetics, Expressives). In: ARONOFF, M. (ed.). *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. Oxford University Press. 2019. DOI:10.1093/acrefore/9780199384655.013.477.

AMEKA, F. K. Ideophones and the nature of the adjective word class in Ewe. In: VOELTZ, F. K. E.; KILIAN-HATZ, C. (eds.). *Ideophones*. Amsterdam: Benjamins, 2001. p. 25–48.

- AMEKA, F. K. *The gem is in the details*. ILARA Online – 12 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/1x6Q2joOhsc>>. Acesso em 11 jan. 2025.
- AMEKA, F. K.; TERKOURAFI, M. What if...? Imagining non-Western perspectives on pragmatic theory and practice. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 145, n. 7, p. 72–82. 2019. DOI: doi:10.1016/j.pragma.2019.04.001.
- AMHA, A. Directives to humans and to domestic animals: the imperative and some interjections in Zargulla. In: SIMEONE-SENELLE, M. C.; VANHOVE, M. (eds.). *Proceedings of the 5th International Conference on Cushitic and Omotic Languages*. Paris: Rüdiger Köppe, p. 211–229, 2013.
- ANCHIMBE, E. A.; JANNEY, R. W. Postcolonial pragmatics: An introduction. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 43, n. 6, p. 1451–1459, 2011. DOI: 10.1016/j.pragma.2010.10.027.
- DINGEMANSE, M. Advances in the cross-linguistic study of ideophones. *Language and Linguistics Compass*, v.6, n.10, p. 654–672. 2012. DOI:<https://doi.org/10.1002/lnc3.361>.
- DINGEMANSE, M. On the margins of language: Ideophones, interjections and dependencies in linguistic theory. In: ENFIELD, N. J. (ed.). *Dependencies in language*. Berlin: Language Science Press, 2017. p. 195–203. DOI:10.5281/zenodo.573781.
- DINGEMANSE, M. Redrawing the margins of language: Lessons from research on ideophones. *Glossa: a journal of general linguistics*, Londres, v. 3, n. 1, 1–30, DOI: <https://doi.org/10.5334/gjgl.444>. 2018.
- DINGEMANSE, M.; LIESENFELD, A.; RASENBERG, M.; ALBERT, S.; AMEKA, F. K.; BIRHANE, A.; BOLIS, D.; CASSELL, J.; CLIFT, R.; CUFFARI, E.; DE JAEGER, H.; DUTILH NOVAES, C.; ENFIELD, N. J.; FUSAROLI, R.; GREGOROMICHELAKI, E.; HUTCHINS, E.; KONVALINKA, I.; MILTON, D.; RĄCZASZEK-LEONARDI, J.; REDDY, V.; ROSSANO, F.; SCHLANGEN, D.; SEIBT, J.; STOKOE, E.; SUCHMAN, L. A.; VESPER, C.; WHEATLEY, T.; WILTSCHKO, M. Beyond single-mindedness: A figure-ground reversal for the cognitive sciences. *Cognitive Science*, v. 47, n. 1, e13230, 2023. DOI:10.1111/cogs.13230.
- ENFIELD, N. J. *Relationship Thinking: Agency, enchrony, and human sociality*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- FAVAREAU, D. The Theory of Meaning. In: FAVAREAU, D. (ed.). *Essential readings in biosemiotics*. Anthology and commentary. Vol. 5. Berlin: Springer Science, 2010. p. 81–114.
- GOODWIN, C. *Co-Operative Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- HANKS, W. F.; IDE, S.; KARAGIRI, Y. Towards an emancipatory pragmatics. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 41, n. 1, p. 1–9. 2009. DOI:<https://doi.org/10.1016/J.PRAGMA.2008.02.014>.
- JOSEPH, B. D. On the linguistics of marginality: the centrality of the periphery. In: ANDERSON, G. et al. (eds.). *Papers from the 33rd Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 197–213. 1997.
- LEVINSON, S. C. *The Interaction Engine: Language in Social Life and Human Evolution*. Cambridge University Press. 2025.
- MCCLEARY, L. E.; VIOTTI, E. C. Transcrição de dados de uma língua sinalizada: um estudo piloto da transcrição de narrativas na língua de sinais brasileira. In: LIMA-SALES, H. M. M. (ed.). *Bilingüismo dos surdos: questões lingüísticas e educacionais*. Goiânia: Cênome Editorial, 2007. p. 73–96.
- MCCLEARY, L. E.; VIOTTI, E. C. Linguistics in search of a semiotics of interaction. In: 10th BRAZILIAN INTERNATIONAL MEETING ON COGNITIVE SCIENCE (EBICC), 2015, São Paulo. *Annals of EBICC*

2015. São Paulo: Sociedade Brasileira de Ciência Cognitiva – SBCC. , 2017. p. 1–9. DOI: 10.13140/RG.2.2.26235.00800.
- MCCLEARY, L.; VIOTTI, E. Fundamentos para uma semiótica de corpos em ação. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Novos caminhos da linguística*. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2017. p. 171–193.
- MCNEILL, D. *Hand and mind: What gestures reveal about thought*. Chicago: University of Chicago Press. 1992.
- MONDADA, L. Conversation analysis: Talk and bodily resources for the organization of social interaction. In: MÜLLER, C; CIENKI, A.; FRICKE, E.; LADEWIG, S.; MCNEILL, D.; TEBENDORF, S. (eds.), *Body – Language – Communication*, Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2013. p. 218–226. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110261318.218>.
- MONDADA, L. Challenges of multimodality: Language and the body in social interaction. *Journal of Sociolinguistics*. v. 20, n. 3, p. 336–166, 2016. DOI: https://doi.org/10.1111/josl.1_12177.
- NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. C. Abordando a emergência das peculiaridades do sujeito do português brasileiro a partir das margens da ciência linguística. *Cuadernos de la ALFAL*, Santiago de Chile, v. 12, n. 2, p. 174–198. 2020.
- NGUÉ UM, E. Had Ferdinand de Saussure spoken Wolof or Basaa..., the discipline of linguistics would have fared differently. *Language, Culture and Society*, Amsterdam, v. 2, n. 1, p. 107–115. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1075/LCS.00022.NGU>
- ÖZYÜREK, A.; RASENBERG, M.; DINGEMANSE, M. Alignment in multimodal interaction: An integrative framework. *Cognitive Science*, New Jersey, v. 44, n. 11, p. 1–29, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/cogs.12911>.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A Simple Systematic for the Organisation of Turn Taking in Conversation. *Language*, New York, v. 50, n. 4. p. 696–735. 1974. DOI: 696-735. 10.2307/412243.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SCHÜTZ, A. *The phenomenology of the social world*. Evanston: Northwestern University Press. 1967.
- TOULMIN, S. *Cosmopolis: The Hidden Agenda of Modernity*. New York: The. Free Press, 1990.
- VARELA, F. J.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *The embodied mind: Cognitive science and human experience*. The MIT Press. 1991.
- RASENBERG, M.; AMHA, A.; COLER, M.; VAN KOPPEN, M.; VAN MILTENBURG, E., DE RIJK, L.; STOMMEL, W.; DINGEMANSE, M. Reimagining language Towards a better understanding of language by including our interactions with non-humans. *Linguistics in the Netherlands*, v. 40, n. 1, p. 309–317, 2023. DOI:<https://doi.org/10.1075/avt.00095.ras>.
- WITTENBURG, P.; BRUGMAN, P.; RUSSEL, A.; SLOETJES, H. ELAN: a Professional Framework for Multimodality Research. In: FIFTH INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION (LREC), 2006, Gênova. *Proceedings of the Fifth International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC'06)*, Gênova: European Language Resources Association (ELRA), 2006. p. 1556–1559.

Análise dialetométrica das cartas lexicais do EALMG: uma contribuição para a descrição dos falares mineiros

Dialectometric Analysis of the Lexical Maps from EALMG: A Contribution to the Description of Minas Gerais Speech

Valter Pereira Romano

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC) | Florianópolis | SC | BR
vatler.pereira.romano@ufsc.br
<https://orcid.org/0000-0002-8882-3188>

Fernando Brissos

Universidade de Lisboa (UL) | Lisboa | PT
fernandobrisos@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-2525-1987>

Resumo: O texto apresenta a análise dialetométrica do segundo atlas linguístico publicado no Brasil, o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG* (Ribeiro et al., 1977), com vistas a discutir a divisão dialetal mineira proposta por Zágari (1998, 2005): falar paulista, falar mineiro e falar baiano. A partir do conjunto de 22 cartas lexicais do atlas, emprega-se um método estatístico-matemático para a análise do conjunto do material, utilizando-se a ferramenta on-line DiaTech®, *software* de análise dialetométrica amplamente validado para os parâmetros da Escola Dialetométrica de Salzburgo (Goebel, 2012) (Brissos, Gillier, Saramago, 2017). Como resultado, apresentam-se análises de *clusters* e mapas sinópticos de similaridade e de assimetria, que confirmam parcialmente a tripartição referida do dialeto mineiro. O trabalho contribui com a Dialetologia brasileira pois avança em abordagens dialetométricas que, no que tange à aplicação do método em dados do Português Brasileiro, ainda tem pouca tradição.

Palavras-chave: atlas linguísticos; Minas Gerais; falares mineiros; dialetometria.

Abstract: This paper presents a dialectometric analysis of the second linguistic atlas published in Brazil, the Draft of a Linguistic Atlas of Minas Gerais – EALMG (Ribeiro et al. 1977), with the aim of discussing the dialectal division of Minas as proposed by Zágari (1998, 2005): São Paulo speech, Minas speech, and Bahia speech. Based on a set of 22 lexical maps from the atlas, a statistical-mathematical method is employed to analyze the material, using the online tool DiaTech®, a well-



validated software for dialectometric analysis according to the parameters of the Salzburg Dialectometric School (Goebel, 2012) (Brissos, Gillier, Saramago, 2017). The results include cluster analyses and synoptic maps of similarity and asymmetry, which partially confirm the aforementioned tripartition of the Minas dialect. This study contributes to Brazilian Dialectology by advancing dialectometric approaches, which, concerning their application to Brazilian Portuguese data, are still relatively underexplored.

Keywords: linguistic atlases; Minas Gerais; Minas speech; dialectometry.

1 Introdução

Minas Gerais é um estado-chave para as pesquisas geolinguísticas no Brasil (Romano, Seabra, 2017), não apenas pela sua importância sociocultural e histórica para a formação do Português Brasileiro (PB), como também porque foi a segunda Unidade Federativa que teve seu atlas linguístico estadual publicado que, juntamente com quatro outros atlas estaduais (Bahia, Paraíba, Sergipe e Paraná), instalou a mentalidade dialetológica apregoada por Silva Neto (1957) e deu bases sólidas para outros projetos de atlas que o sucederam, culminando, no final do século XX, no início das atividades do Projeto Atlas Linguístico do Brasil.¹

Um dos grandes responsáveis, e por que não o grande idealizador e divulgador da Geolinguística no Brasil, foi o pesquisador Mário Roberto Lobuglio Zágari, ex-professor da Universidade Federal de Juiz de Fora que, juntamente com outros colegas, lançou-se ao empreendimento da elaboração do que denominaram como *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (EALMG), resultando a sua publicação no final da década de 1970 (Ribeiro et al. 1977).

O EALMG é um atlas de extrema importância para a Dialetologia brasileira, e uma obra já estudada por outras pesquisas, Martins (2006), Mendonça e Romano (2020), Zágari (2005[1998])², Rocha e Ramos (2010), Rocha (2012), Rocha e Antunes (2012), Romano e Seabra (2017) e Romano e Cruz (2020), seguindo os princípios de análises da Dialetologia e da Geolinguística clássicas, na comparação e correlação entre as áreas geográficas e aspectos linguísticos correlacionados ao perfil dos informantes do EALMG.

Este artigo soma-se ao conjunto de estudos realizados com base no EALMG, avançando em direção aos anseios do professor Zágari (2005) de desenvolver um estudo dialetométrico das cartas do atlas, segundo o autor:

¹ Conf. <https://alib.ufba.br/>.

² A primeira versão do texto de Zágari com a proposta de delimitação das áreas dialetais de Minas Gerais é de 1998. Utiliza-se neste texto a segunda versão, publicada em 2005, conf. lista de referências.

O Atlas mineiro, em seu último volume (IV), segue esse modelo, usando a medição dos graus de distanciamento entre dois pontos, o Índice Relativo de Identidade (IRI) para as semelhanças e o Índice Relativo de Distância (IRD) para as diferenças de tal modo que $IRI + IRD = 100$, acompanhando Goebel (1981: 361-3) e o Atlas Lingüístico do Litoral Português. (Zágari, 2005, p.62)

Embora tenha sido visionário à sua época, o falecimento do professor Zágari e a dissolução da equipe³ não permitiram que o EALMG tivesse continuidade e hoje se tem apenas o primeiro volume do atlas publicado. Segundo os autores, o primeiro e único volume do EALMG objetivou “de forma simples e visual, apresentar a variação lexical mineira em dois campos semânticos definidos: *tempo e folguedos infantis de rua* – e três segmentos (fones) nos limites virtuais de sua distribuição diatópica” (Ribeiro *et al.* 1977, p. 18), constituindo uma obra de referência que ecoa até a atualidade dado o pioneirismo para a Geolinguística brasileira.

Este artigo objetiva apresentar a análise dialetométrica do EALMG a partir dos dados documentados nas cartas lexicais com vistas a discutir a divisão dialetal de Minas Gerais proposta por Zágari (2005). Para tal intento este trabalho se justifica por retomar a pesquisa do referido dialetólogo, apresentando os resultados do atlas a partir do uso de um método inovador para análise do conjunto do material publicado em um atlas de primeira geração (Cardoso, 2010) que só agora pode ser realizado, considerando os avanços tecnológicos e as tendências da moderna Geolinguística (Silva; Romano, 2022).

2 Os falares de Minas: apresentação e metodologia do EALMG

O volume publicado do EALMG apresenta um conjunto de 73 cartas linguísticas de caráter léxico-fonético, além da introdução em que constam as bases metodológicas do atlas, o plano da obra e um glossário ao final. O atlas traz o resultado da coleta de dados realizada em 116 localidades englobando “grandes cidades, as médias, as pequenas e, também, aqueles “grotões”, locais ermos e perdidos onde o único caminho a ser percorrido era o da volta” (Zágari, 2005, p. 52) e foi projetado para ser publicado em quatro volumes, conforme detalhamento a seguir:

- ♦ Volume I: metodologia, cartas lexicais e fonéticas dos campos semânticos tempo e folguedos infantis de rua, cartas de isófonas, cartas de isoléxicas e o glossário de ambos os campos.
- ♦ Volume II: cartas dos campos semânticos homem e animais, além de cartas de isófonas e isoléxicas e o glossário de ambos os campos.
- ♦ Volume III: cartas lexicais e fonéticas dos campos semânticos água e terra, além de cartas de isoléxicas e as abordagens sociolinguísticas que algumas localidades suscitaram com informação sobre agrupamentos de negros (Serro, Capela Nova e Soledade) e indígenas (Maxacalis). Desse volume também constaria o glossário dos respectivos campos mencionados.

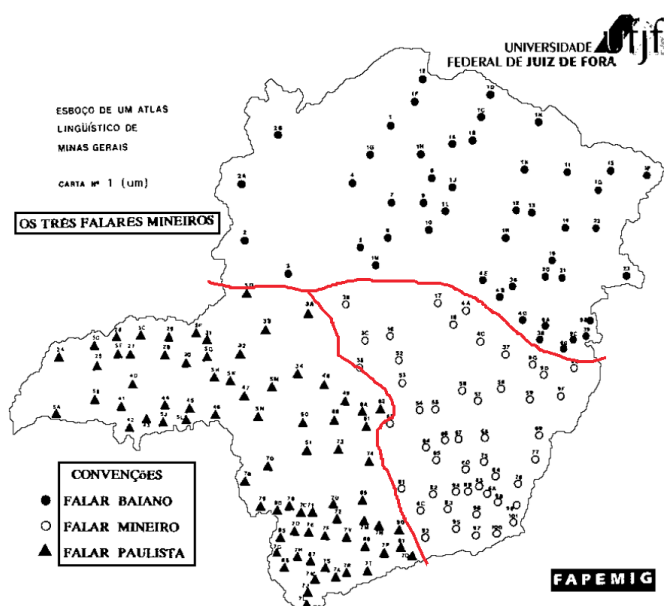
³ A equipe do EALMG foi composta por José Ribeiro, Mário Roberto Lobuglio Zágari, José Passini e Antonio Pereira Gaio, todos falecidos. O professor Zágari foi o que seguiu na linha da geolinguística e integrou o Comitê Nacional do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil até 2010, ano de seu falecimento.

- ♦ Volume IV: dedicado para a sistematização e interpretação das formas, segmentos e construções obtidos. Neste volume, segundo Zágari (2005), estariam as análises e os mapas dialetométricos.

Para a seleção dos informantes, os autores do EALMG consideraram os seguintes requisitos: estar na faixa dos 30 e 50 anos de idade; ter baixa ou nenhuma escolarização, ser natural da localidade, não ter vivido em outro município, nem feito muitas viagens; não ter prestado serviço militar, ter boas condições de saúde e fonação e ser uma pessoa desinibida e capaz de representar o falar local (Ribeiro et al. 1977, p. 28). Portanto, o perfil dos informantes do EALMG é topoestático (Thun, 1998), atendendo aos pressupostos de atlas monodimensionais, visto que a variável controlada é a areal ou diatópica.

A partir das cartas do EALMG, Zágari (2005) faz a observação de que no território mineiro coexistem três falares, considerando aspectos sócio-históricos do processo de ocupação e povoamento: o falar baiano, o falar paulista e o falar mineiro, resumidamente apresentados a seguir:

Imagem 1 – Mapa Dialetal de Minas Gerais segundo Zágari (2005)



Fonte: Zágari (2005) – adaptado.

O falar baiano compreende toda a parte norte que vai de leste a oeste do território. Caracteriza-se pelo uso de vogais média-baixas em posição pretônica, como em c[o]ração. c[ɔ]ração, p[e]cado.p[ɛ]cado; o uso de africadas antes de vogal alta posterior, mui[t]o.mui[tʃ]o, pei[t]o.pei[tʃ]o; além da nasalização em sílabas pretônicas: b[a]nana.b[ã]nana. Sobre o léxico, o autor afirma: “Itens lexicais comuns ocorrem, mas veiculando significados ignorados⁴ nas outras regiões, a saber: neve (= cerração), chuva-de-flor (= granizo), zelação (= estrela

⁴ À época (década de 1970), não havia, praticamente, estudos geolinguísticos com os quais Zágari pudesse fazer a comparação. Muitas dessas denominações foram registradas no Atlas Linguístico do Paraná (ALPR) (Aguilera,

cadente), china (= bola-de-gude), queiro (= dente-de-siso), bituca (= toco de cigarro), ponga (= carona)” (Zágari, 2005, p.50).

Quanto ao falar paulista, engloba o sul de Minas e o Triângulo Mineiro, caracterizado tipicamente pelo /r/ retroflexo. Para o autor, “nesse falar, o ritmo de fala é mais veloz, contrastando com o ritmo mais arrastado do norte, verificando-se, lexicalmente, certas preferências como ramona (= grampo), rabicó (= animal sem rabo), cachopa ou caixote (= colmeia) e chuva-de-rosa (= granizo)” (Zágari, 2005, p. 51).

Já o falar mineiro, segundo o autor, está “preso entre essas duas áreas” (Zagari, 2005, p. 51) e não possui nenhuma das características dos outros dois. Caracteriza-se do ponto de vista fonético pela monotongação e ditongação, uma vez que “desfaz constantemente os ditongos [aj], [ej], [ow] quando não finais, caixa.“caxa”, peixe.“pexe”; ouro.“oro” e faz surgirem outros, quando finais e antecidos de sibilantes” (p. 51), como em arroz.‘arrois’, faz.“fais”, nós.“nóis”.. Compreende a parte centro-leste de Minas, englobando a Zona da Mata Mineira (região de Juiz de Fora) e a região metropolitana de Belo Horizonte.

Como síntese das constatações de Zágari (2005), cabem as palavras do próprio autor:

Ao estabelecer essas fronteiras, diga-se ser impossível demarcá-las como definitivas, quer por não se poder balizá-las sem inter cruzamentos (*grifo nosso*), quer porque aqui e ali elas se tocam desordenadamente, quer porque o tempo mostrará que elas se movem, quer porque o que existe são fenômenos fonéticos e lexicais cuja difusão, muitas vezes ou sempre, operam de forma independente. Isso não anula, contudo, a realidade que interpõe esses três falares num jogo contrastivo: um belo-rizontino, um januaense e um uberlandense (*grifo nosso*) se sabem brasileiros e mineiros pela língua que falam, mas se sabem, também, participantes de uma variedade, de uma diferente norma de fala. Qualquer observador atento notará serem eles oriundos de espaços diferentes das Minas Gerais (Zágari, 2005, p. 51).

Considerando as análises geolinguísticas sob a metodologia da Dialetologia, ao modo clássico⁵, outros trabalhos discutem essa tripartição de Zágari (2005), dentre os quais, citam-se os trabalhos de Martins (2006), Mendonça e Romano (2020), Rocha e Ramos (2010), Rocha (2012), Rocha e Antunes (2014), Romano e Cruz (2020) e Romano e Seabra (2017), em diferentes perspectivas.

Esses estudos revelam que, embora alguns aspectos linguísticos evidenciem contravérsias sobre a tripartição do território, do ponto de vista da fonética, mostram-se “tendências de pronúncia que ainda continuam ocorrendo no estado” (Rocha e Antunes, 2010 p. 109-

1994) e no Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) (ALTENHOFEN et al., 2011): chuva de flor, bituca e ramona e no ALPR (chuva de rosa, dente queiro).

⁵ Por “modo clássico”, no âmbito da Geolinguística brasileira, entendem-se as análises de cunho quantitativo, segundo a estatística descritiva, e qualitativo, a partir das interpretações dos resultados em correlação com outros estudos, bem como com a história social das áreas investigadas. Esse é o modelo clássico, já tradicional, entre os geolinguistas e dialetólogos brasileiros para estudo dos atlas. Exceção a esse modelo, é a tese de Romano (2015) que avança em direção à estatística inferencial a partir de hipóteses com o uso do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Outros dois estudos seguem essa mesma linha, também com dados geolinguísticos: Romano e Seabra (2014) e Romano e Seabra (2017). As abordagens dialetométricas tratadas nas seções seguintes também são um exemplo de reformulação do modo clássico.

110), porém, não se sustentam sobre os dados lexicais: Rocha (2012), Rocha e Ramos (2010), Romano e Cruz (2020) e Romano e Seabra (2017).

Mesmo assim, à luz da sociohistória das regiões, de certa forma, os trabalhos se coadunam às ideias de Zágari (2005), o que põe em relevo a perspicácia do dialetólogo mineiro na delimitação de áreas dialetais. A modéstia do autor revela-se ao afirmar que as áreas não são definitivas principalmente por “não se poder balizá-las sem intercruzamentos” (Zágari, 2005, p. 51). Ora, neste momento, com os avanços da Dialetologia e recursos computacionais que se tem, é possível verificar, mesmo que parcialmente, os intercruzamentos dessas áreas por meio de uma análise dialetométrica. Essa é a contribuição deste texto como uma forma de homenagem e reconhecimento ao legado do professor Zágari para a Geolinguística do Brasil.

3 Dialetometria nos atlas linguísticos brasileiros

A dialetometria é um método de análise matemático-estatística aplicada a *corpora* geolinguísticos (sobretudo atlas), cujo principal objetivo é medir distâncias e semelhanças linguísticas entre locais ou grupos de locais. Jean Séguéy (1973) foi o criador desse método em uma época em que não existiam ferramentas computacionais para correlacionar cálculos matemáticos com representação cartográfica. Ele e sua equipe de investigadores compararam as respostas de cada ponto de inquérito do *Atlas Linguístico da Gasconha* (1954) com as discordâncias de pontos vizinhos, construindo, desse modo, uma matriz de dissimilaridade. O número de diferenças entre os pontos foi reduzido a porcentagens e essa porcentagem tratada como uma pontuação de índices que evidenciam a distância linguística entre dois pontos.

Mas, foi com Hans Goebel (1974; 1976) que esse método se difundiu devido aos avanços não só do ponto de vista dos cálculos necessários para medir as distâncias, como também no que tange ao primeiro pacote computacional para tratar da dialetologia quantitativa, o programa desktop VDM (Visual DialectoMetry) (Goebel 2004, Haimenl 2006). A partir dos trabalhos de Goebel, outros o sucederam, inclusive, no que se refere às ferramentas computacionais que possibilitam as análises dialetométricas.

Para Brissos, Gillier e Saramago (2019, p.560):

[...] a dialetometria surgiu da necessidade de *digerir* cientificamente *corpora* dialetais de grande dimensão, como atlas linguísticos, que só podem ser analisados eficientemente a partir de uma abordagem matemático-estatística. O ponto de viragem foram os anos 70 do século passado, quando, por um lado, se tinha acumulado um número significativo de atlas linguísticos que era preciso interpretar de forma sistemática, e, por outro lado, a matemática começava a ser uma ferramenta de uso comum no estudo da variação linguística.

Com o incremento da informática, programas computacionais surgiram para auxiliar os pesquisadores no tratamento quantitativo do material geolinguístico. Wieling e Nerbonne (2015) assumem que durante muito tempo duas ferramentas foram utilizadas para análises dialetométricas: uma desenvolvida na Universidade de Salzburgo, a já referida VDM, mais ligada aos trabalhos de geolinguística românica e dependente dos princípios da conhecida Escola Dialetométrica de Salzburgo; e a outra desenvolvida na Universidade de Groningen,

por Peter Kleiweg, o RUG/LO4⁶, que em sua versão *on-line*, resultou na aplicação GapMap (Nerbonne et al., 2011), amplamente utilizada nas línguas germânicas e outras ligadas à Escola Dialetométrica de Groningen.

Outro programa de análise dialetométrica é a ferramenta *on-line* DiaTech (Aurrekoetxea et al., 2013; Aurrekoetxea et al., 2016), criada na Universidade do País Basco, com a finalidade de resolver duas questões importantes para a moderna dialetologia: (i) as respostas múltiplas em um único ponto de inquérito e (ii) a comparabilidade dos resultados da análise estatística de dados linguísticos de diferente natureza (Aurrekoetxea et al. 2013; Aurrekoetxea et al. 2016). Os autores afirmam que com a aplicação DiaTech há uma melhoria na medição das distâncias ou semelhanças linguísticas em relação às ferramentas da dialetologia tradicional e que, particularmente no ponto (i), é fornecida já uma solução eficiente. Os vários trabalhos da ainda jovem Escola Dialetométrica de Lisboa, que tem utilizado os princípios de Salzburgo com algumas modificações, incluindo o *software*, comprovam-no (Brissos 2016; Brissos, Gillier e Saramago 2017; Brissos 2020; Brissos 2021).

A aplicação DiaTech é gratuita e apresenta uma interface intuitiva e amigável para o dialetólogo, pois permite o *upload* de dados e desenhos de mapas correspondentes a partir do Google Maps. Há também a possibilidade de gerir bases de dados e utilizar muitos parâmetros dialetométricos, tais como mapas de similaridade, mapas de zonas de transição, análises de correlação, mapas de feixes, análises de *clusters*, entre outros, com diferentes algoritmos de análises estatísticas.

Para este trabalho, optou-se pelo uso da DiaTech, seguindo os procedimentos bem estabelecidos para dados de língua portuguesa pela referida Escola Dialetométrica de Lisboa a exemplo de pesquisas como as de Brissos (2015) e Brissos (2016) sobre o português europeu; Brissos, Gillier e Saramago (2017) e Brissos, Gillier e Saramago (2016), sobre os arquipélagos dos Açores e da Madeira, respectivamente e, sobre o Português Brasileiro, Brissos e Saramago (2019), Brissos (2021) e Cristianini (2023)

No Brasil, o trabalho pioneiro em dialetometria foi a tese de doutorado de Altino (2007) que, com base nos dados do *Atlas Linguístico do Paraná* (ALPR) (Aguilera 1994) e nos dados inéditos do volume II do ALPR, organizado para sua tese, apresenta duas cartas dialetométricas com Índice Relativo de Distância (IRD) e Índice Relativo de Identidade (IRI) entre os pontos linguísticos, seguindo o quadro metodológico de Salzburgo. O segundo trabalho sobre dialetometria em atlas linguístico brasileiro é o de Saramago e Cardoso (2010), que, consoante ao trabalho de Altino (2007), também apresentam uma análise de mapas dialetométricos dos dados do *Atlas Linguístico de Sergipe* (Ferreira, 1987) e do *Atlas Linguístico de Sergipe II* (Cardoso, 2005).

Ressalte-se que ambos os trabalhos, Altino (2007) e Saramago e Cardoso (2010), constituíram a matriz de dados e aplicaram os métodos estatísticos sem o uso de um *software* específico para os cálculos e representação cartográfica de forma automatizada. Contudo, essas pesquisas são de excepcional importância ao apontar para as especificidades no uso da dialetometria no Brasil, uma vez que é necessário considerar particularidades metodológicas que os atlas linguísticos brasileiros encerram: (i) densidade da rede de pontos e sua distribuição pelo território, (ii) redes de comunicação e intercomunicação, (iii) vários informantes por ponto linguístico, (iv) perfil dos informantes, (v) respostas múltiplas não mononímicas etc.

⁶ <http://www.let.rug.nl/kleiweg/lo4>

Os estudos dialetométricos na Geolinguística brasileira vêm se expandindo ligados à Escola de Lisboa, a exemplo das referências já citadas e de projetos de pós-doutoramento desenvolvidos no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa cujos resultados se encontram ainda inéditos (citam-se Augusto 2018, Takano 2018 e Soares 2019, por exemplo). A presente pesquisa, que avança para a dialetometrização de um atlas e um estado ainda não explorados, fornece mais um contributo no sentido da dinamização dos estudos dialetométricos brasileiros.

Outro ponto salutar para o florescimento do método dialetométrico em solo brasileiro é a quantidade de atlas linguísticos de grandes e pequenos territórios já divulgados, conforme observa Romano (2020), ao indicar que, à época, se contavam 63 atlas linguísticos de pequeno domínio e 14 atlas estaduais concluídos no Brasil. A esse quantitativo acrescentam-se mais dezenas de trabalhos desenvolvidos e em desenvolvimento de 2020 a 2025, o que revela o quão profícua a Geolinguística brasileira se apresenta ao mundo, com dados suficientes para análises dialetométricas de atlas já publicados/divulgados. A utilização desse método de análise nos atlas brasileiros parece ser o passo seguinte para os dialetólogos e é nesse sentido que o presente trabalho avança. Um quadro atual dos estudos dialetométricos no Brasil estará disponível brevemente em Romano e Brissos (2025).

4 Metodologia da pesquisa

De posse do atlas, o estudo dialetométrico requer do geolinguista o trabalho inverso à cartografia, ou seja, a partir do material documentado nas cartas linguísticas, as respostas são transferidas para uma planilha de dados. Neste caso específico, seguimos os procedimentos formais exigidos pelo DiaTech. Assim, foram construídas planilhas, em ambiente LibreOffice®, com detalhamentos das respostas por ponto linguístico. Para cada conceito, carta linguística, foram documentadas as respostas correspondentes na rede de pontos, conforme exemplo:

Imagem 2 – Modelo de planilha de dados

	A	B	C	D	E	F
1		Januária	Paracatu	João Pinheiro	São Romão	Pirapora
2	Arco-íris	Arco-da-velha	Arco-íris	Arco-íris	arco-da-velha	Arco-íris
3	Orvalho	sereno	neve	sereno	sereno	orvalho
4	Mormaço	mormaço	mormaço	mormaço	mormaço quente	mormaço
5	Garoa	garoa	inverno	garoa	garoa	garoa
6	Neblina	neve	neblina	neblina	neve	neblina
7	Chuva de pedra	sem resposta	Chuva-de-pedra	Chuva-de-pedra	Chuva-de-flor	Chuva-de-flor
8	tempestade	temporal	tempestade	tempestade	tempestade	temporal
9	trovão	sem resposta	trovão	trovão	trovão	trovoada
10	relâmpago	relâmpago	raio	relâmpago	relâmpago	relâmpago
11	Tromba-d'água	Bomba-d'água	Bomba-d'água	sem resposta	Tromba-d'água	Tromba-d'água
12	Estrela cadente	zelação	Mãe-do-ouro	satélite	sem resposta	sem resposta
13	Anteontem	Ontem-ontem	Antes-de-ontem	Antes-de-ontem	sem resposta	Antes-de-ontem

Fonte: dados da pesquisa.

Na primeira coluna (A), encontram-se os conceitos, nominalizados pelas respectivas cartas do atlas. As colunas subsequentes apresentam as localidades, 118 ao todo, pois são 116 localidades de Minas Gerais às quais foram adicionados dois pontos artificiais, denominados

PPB (Português Padrão Brasileiro) e PPE (Português Padrão Europeu)⁷, seguindo a mesma metodologia da pesquisa de Brissos e Saramago (2019), com a finalidade verificar a integração das formas aos dois padrões de variação linguística mencionados, condizentes a cada uma das duas variedades da língua portuguesa.

Em cada linha, encontram-se as respostas. Quando não se tinha representação de variante para um ponto linguístico da carta, foi feita a anotação “sem resposta”. As respostas múltiplas em cada ponto de inquérito foram separadas por vírgula.

Para a análise dialetométrica do EALMG, foram utilizadas 22 cartas linguísticas que apresentam um total de 3090 dados, contabilizando deste universo 92% de respostas válidas (2.843 dados) no *corpus* analisado e 8% de localidades sem variante lexical (247 dados são de “sem resposta”). Ressalta-se que as 23 cartas fonéticas do EALMG não são objeto deste artigo, uma vez que se propõe um estudo dialetométrico da variação lexical.⁸ Da mesma forma, não se utiliza as 28 cartas que são de isófonas ou de isoléxicas, uma vez que já pressupõem certo grau de análise, abstração e espacialização das variantes

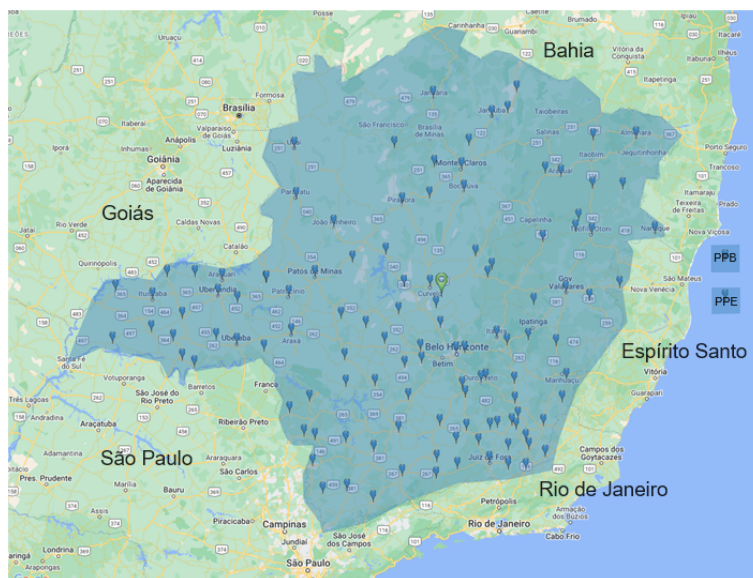
As cartas selecionadas são as que recobrem os designativos para os seguintes conceitos: *arco-íris*; *orvalho*; *mormaço*; *garoa*; *neblina*; *chuva de pedra*; *tempestade*; *trovão*; *relâmpago*; *tromba-d'água*; *estrela cadente*; *anteontem*; *cambalhota*; *bolinha de gude*; *búrica*; *pique*; *chicotinho-queimado*; *cabra-cega*; *porrinha*; *pular carniça*; *papagaio*; *estilingue*.

A planilha de dados foi importada no DiaTech, a partir do qual se verificou cada um dos pontos linguísticos inserindo individualmente suas coordenadas no Google Maps, que está vinculado à aplicação. Depois de feita a conferência de todos os pontos, passou-se ao contorno do mapa (feito manualmente com o *mouse* seguindo o mais perto possível a fronteira política do território) conforme se observa na geolocalização de cada município. O PPB e PPE foram geolocalizados na margem direita do território, em cima do oceano (Imagem 3) como dois retângulos:

⁷ Sobre o PPB e o PPE, para definição da forma ‘padrão’ de cada variedade lexical, foram considerados os itens de uso mais difundido a partir conhecimento dos autores sobre o léxico do Português Brasileiro e o Português Europeu e também considerando a dicionarização em duas obras lexicográficas, o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Houaiss, Villar e Franco, 2001), para o PPB; e o Dicionário da língua portuguesa, da Porto Editora(2011), para o PPE..Exemplos: para o PPB, foi considerada a variante estrela cadente em vez de mãe-de-ouro, arco-íris em vez de arco-da-velha entre outras, uma vez que a primeira não revela marcas regionais, já a segunda apresenta traços de marcação diatópica. Para o PPE, foi considerada variante berlinde para bolinha-de-gude, fsga para estilingue e assim sucessivamente.

⁸ Uma etapa seguinte para esta pesquisa será elaborar a análise dialetométrica das cartas fonéticas.

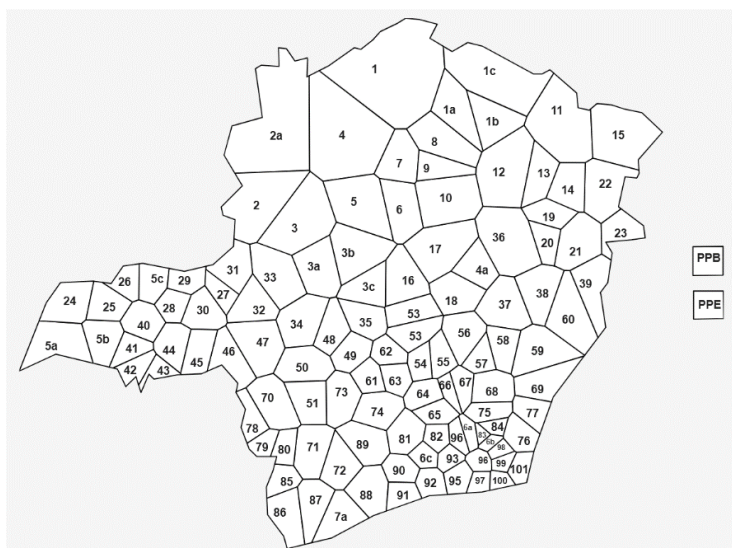
Imagem 3 – Rede de pontos do EALMG georreferenciada



Fonte: dados da pesquisa.

No DiaTech obteve-se o mapa base das cartas dialetométricas no qual o *software* inseriu automaticamente a poligonação de Voronoi (Imagem 4), e foi feita em ferramenta de designer a numeração dos polígonos conforme a rede de pontos (Quadro 1).

Imagem 4 – Rede de pontos do EALMG (Poligonação de Voronoi)



Fonte: dados da pesquisa.

A Imagem 4 permite verificar os limites entre determinado ponto linguístico em relação aos seus vizinhos, formando polígonos de um ponto em intersecção com outro, partindo-se do conceito interpontual dos primeiros trabalhos dialetométricos.

A rede de pontos linguísticos do EALMG é numerada de 1 a 101, aos quais os autores do atlas acrescentaram 15 pontos complementares: 1A, 1B, 1C, 2A, 3A, 3B, 3C, 4A, 5A, 5B, 5C, 6A, 6B, 6C e, por fim, 7A; detalhados no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação da rede de pontos do EALMG (número/localidade)

1	Januária	26	Centralina	65	Conselheiro Lafaiete
1A	Janaúba	27	Monte Alegre	66	Ouro Preto
1B	Porteirinha	28	Uberlândia	67	Mariana
1C	Mato Verde	29	Araguari	68	Ponte Nova
2	Paracatu	30	Indianópolis	69	Manhumirim
2A	Unaí	31	Monte Carmelo	70	Passos
3	João Pinheiro	32	Patrocínio	71	Alfenas
3A	São Gonçalo do Abaeté	33	Patos de Minas	72	Varginha
3B	Barreiro Grande	34	São Gotardo	73	Formiga
3C	Felixlândia	35	Pompéu	74	Oliveira
4	São Romão	36	Água Boa	75	Viçosa
4A	Santo Antônio do Itambé	37	Açucena	76	Muriae
5	Pirapora	38	Governador Valadares	77	Carangola
5A	Iturama	39	Mantena	78	São Sebastião do Paraíso
5B	Campina Verde	40	Prata	79	Guaxupé
5C	Tupaciguara	41	Comendador Gomes	80	Muzambinho
6	Jequitaí	42	Frutal	81	São João Del Rei
6A	Silverânea	43	Planura	82	Barbacena
6B	Rodeiro	44	Veríssimo	83	Ubá
6C	Ibertioga	45	Uberaba	84	Visconde do Rio Branco
7	Coração de Jesus	46	Sacramento	85	Poços de Caldas
7A	Itajubá	47	Araxá	86	Ouro Fino
8	Capitão Enéias	48	Dores do Indaiá	87	Pouso Alegre
9	Montes Claros	49	Bom Despacho	88	Caxambu
10	Bocaiúva	50	Bambuí	89	Lavras
11	Medina	51	Piui	90	Andrelândia
12	Virgem da Lapa	52	Cordisburgo	91	Liberdade
13	Araçuaí	53	Sete Lagoas	92	Olaria
14	Padre Paraíso	54	Belo Horizonte	93	Santo Dumont
15	Almenara	55	Sabará	94	Mercês
16	Curvelo	56	Itabira	95	Juiz de Fora
17	Diamantina	57	Nova Era	96	São João Nepomuceno
18	Serro	58	Timóteo	97	Mar de Espanha
19	Ladainha	59	Caratinga	98	Cataguases

20	Poté	60	Galiléia	99	Leopoldina
21	Teófilo Ottoni	61	Divinópolis	100	Além Paraíba
22	Águas Formosas	62	Pará de Minas	101	Pirapetinga
23	Nanuque	63	Itaúna		
24	Santa Vitória	64	Congonhas do Campo		
25	Ituiutaba	67	Mariana		

Fonte: EALMG (1977).

Quanto aos parâmetros utilizados, foram selecionados a análise de *clusters* e os mapas sinóticos. Dentre as análises de *clusters*, inicialmente foi utilizada uma linha de corte de dois e três grupos, para verificar a tripartição de Zágari (2005) e, por fim, de sete grupos, um nível ainda inteligível para interpretação.

Quanto aos mapas sinóticos, foram selecionados dois tipos de análise: (i) distribuição de similaridade, tomando como pontos de comparação, além do PPB e do PPE, três cidades que representam cada um dos três falares de Minas Gerais, Belo Horizonte (falar mineiro), Uberlândia (falar paulista) e Januária (falar baiano); (ii) a distribuição de assimetria entre todas as localidades. Em ambos os parâmetros dialetométricos foi utilizado como ferramenta de computação das semelhanças e diferenças entre pontos o Índice Relativo de Identidade (IRI) e como sistema de visualização o algoritmo MinMwMax.

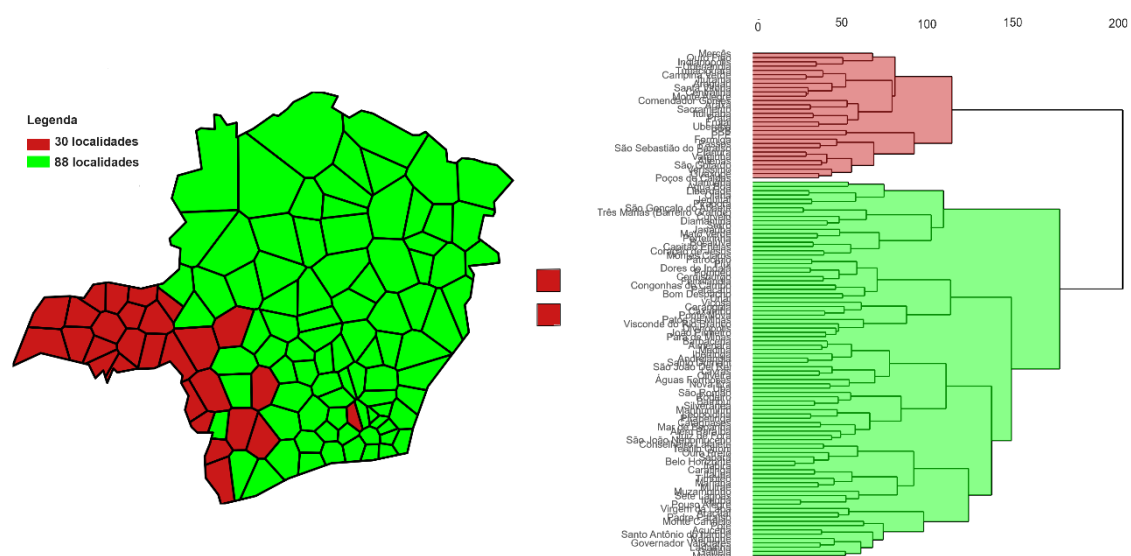
5 Resultados

Os resultados estão apresentados em duas partes. A primeira considera a análise de *clusters* e a segunda os mapas sinóticos de similaridade e assimetria.

5.1 Análise de *clusters*

Neste parâmetro dialetométrico, a partir de dois agrupamentos – ou seja, *clusters* –, encontram-se duas grandes áreas linguísticas representativas em Minas Gerais: (i) uma localizada no Triângulo Mineiro que se expande para o sul do estado e (ii) outra mais estendida que compreende o restante do território do estado, conforme a Figura 5.

Imagem 5 – Resultados de dois *clusters*

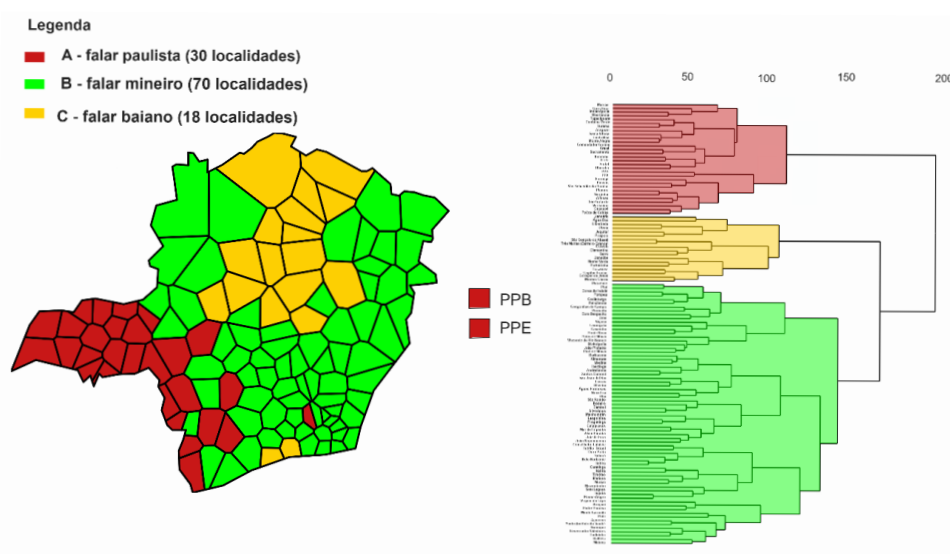


Fonte: dados da pesquisa.

Das 118 localidades, 30 estão representadas no grupo homogêneo (cor vermelha) concentrado na porção ocidental com espalhamento para o sul do estado; enquanto grande parte do território está compreendida em outro grupo, com 88 localidades, diferenciando-se dialetalmente da porção ocidental-sul de Minas Gerais. O dendrograma à direita do mapa apresenta a hierarquização das localidades. Devido à rede de pontos densa, observa-se a dificuldade de separar os agrupamentos mínimos da hierarquização (os *best friends*, i.e. os pares de localidades do final do dendrograma).

A partir desses resultados gerais, parece ser interessante apresentar o recorte do dendrograma com três grupos, com vistas a adentrar às análises detalhadas dos *clusters* e verificar se há coincidência das áreas com a tripartição do território proposta por Zágari (2005).

Imagem 6 – Resultados de três *clusters*



Fonte: dados da pesquisa.

- (i) A partir desse detalhamento (Figura 6), os agrupamentos podem ser divididos conforme segue:
 - (ii) Área A (cor vermelha), correspondente ao Triângulo Mineiro com extensão à parte do sul de Minas Gerais (30 localidades);
 - (iii) Área B (verde), que compreende a maior parte do território (70 localidades);
- Área C (amarelo), na porção centro-norte do estado (18 localidades).

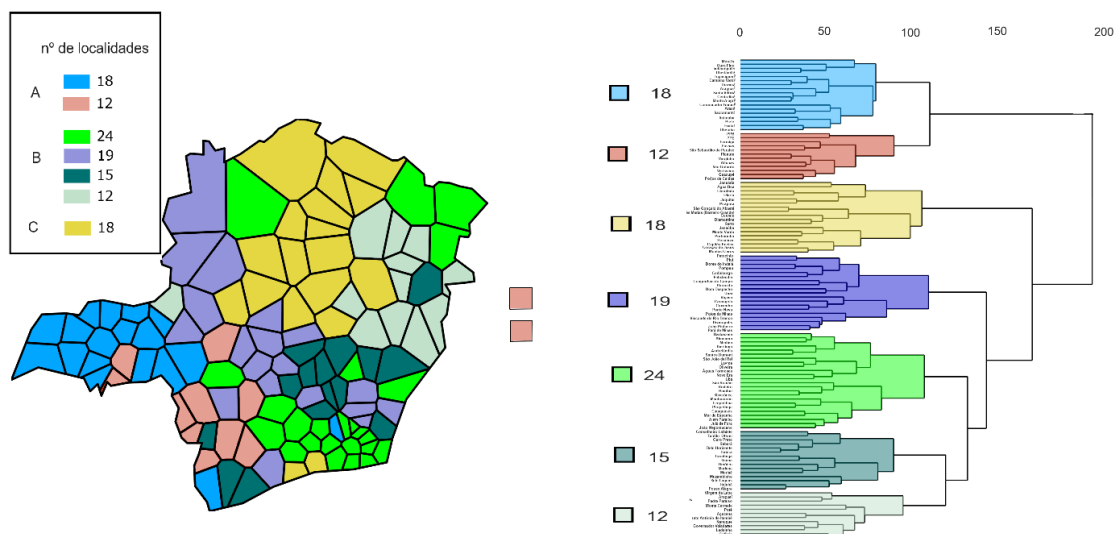
Observe-se que esses dados indicam os possíveis três falares de Zágari (2005), podendo a Área A ser identificada como *falar paulista*, igualmente distribuída pelo Triângulo Mineiro e sul de Minas Gerais; a Área B, como *falar mineiro* que nesta análise dialetométrica expande-se para o noroeste e nordeste de Minas Gerais e também a localidades ao sul; por fim, (iii) uma faixa do centro-norte, analogamente denominada como *falar baiano* (C), neste caso em específico, com ressalvas, pois há neste grupo duas localidades na Zona da Mata: Liberdade e Olaria⁹.

Considerando os três falares (A, B, C), passa-se a verificar detalhadamente cada um dos grupos. Para isso, faz sentido interpretar os resultados a partir de subgrupos:

- A) A - *falar paulista* em dois subgrupos (a¹ e a²);
- B) B - *falar mineiro* em quatro subgrupos (b¹, b², b³ e b⁴);
- C) C - o *falar baiano*, único grupo (C), pois, na análise dendrográfica de sete *clusters*, continua homogêneo, conforme a Imagem 7. Um detalhamento acima de sete grupos torna os dados de difícil compreensão para os demais grupos de falares, ou seja, os dados ficam demasiadamente fragmentados.

⁹ Para se referir às regiões de Minas Gerais, neste texto, opta-se pela distribuição conforme os pontos cardeais: Norte, Sul, Leste, Oeste etc. Em alguns momentos, as áreas linguísticas são mencionadas pelas Mesorregiões do território, conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O estado de Minas Gerais compõe-se de 12 mesorregiões: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes e Zona da Mata. Ressalte-se, contudo, que, para descrição e análise dos resultados, não se ateve estritamente a essa distribuição. Confira: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>

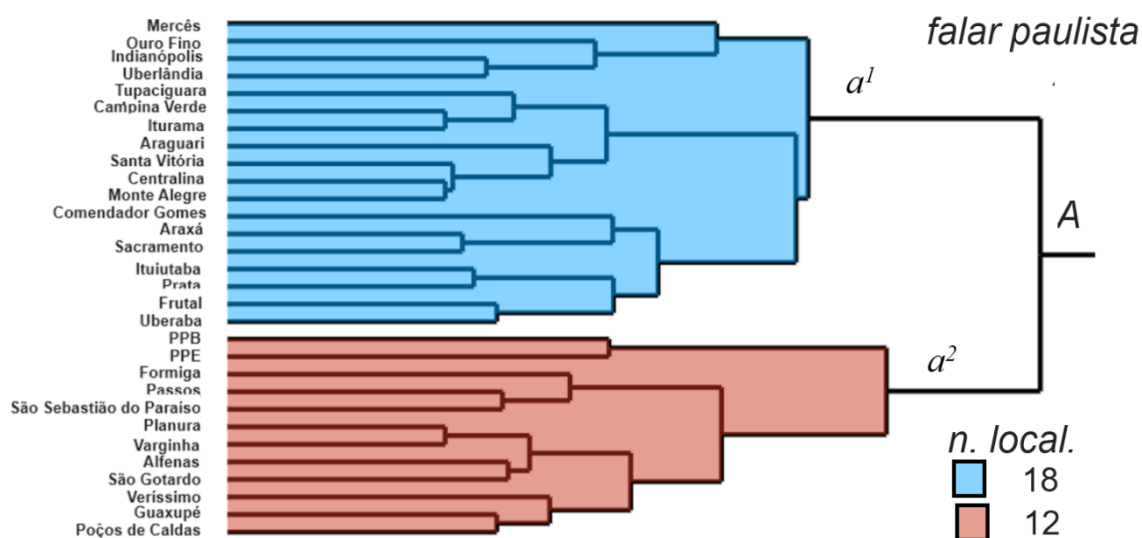
Imagem 7 – Resultado de sete *clusters*



Fonte: dados da pesquisa.

Entre as localidades do *falar paulista* (30 no total), observam-se, basicamente, dois grupos: o primeiro (a^1), que compreende 18 localidades e o segundo (a^2), com 12 localidades (Figura 8). Embora pertençam ao mesmo falar no território, caracterizado pela influência linguística e proximidade geográfica do estado de São Paulo, observa-se que a^1 e a^2 também se dividem conforme a distribuição geográfica das localidades. Para melhor visualização dessa bipartição do *falar paulista*, na Imagem 8, é possível observar cada par de *best friends*.

Imagem 8 – Dendrograma do *falar paulista*



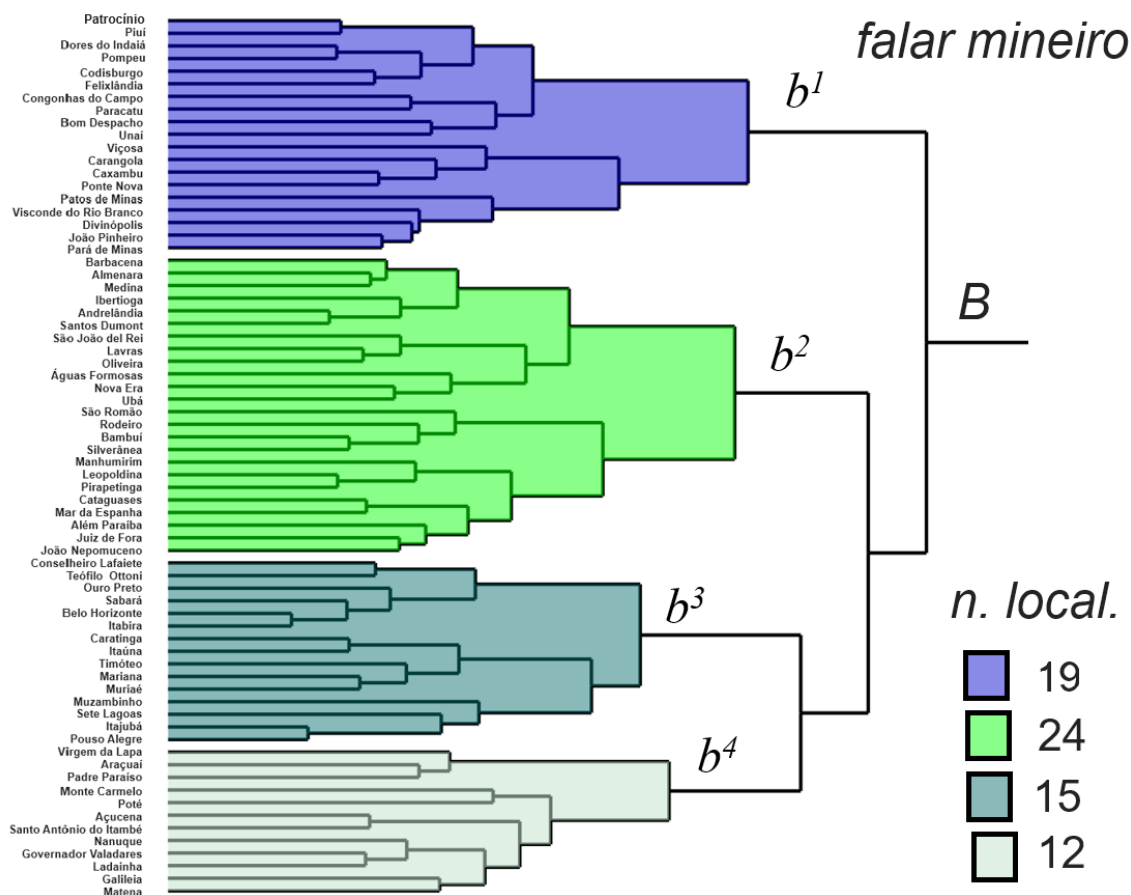
Fonte: dados da pesquisa.

O subgrupo a^1 é composto por Mercês, Ouro Fino, Indianópolis e Uberlândia e outro conjunto de localidades que se inicia em Tupaciguara e se encerra em Uberaba, todas localidades do Triângulo Mineiro. Ressalte-se que tanto Uberlândia quanto Uberaba são as maio-

res cidades da região (aproximadamente 100 km de distância em linha reta pela estrada BR-050), porém, linguisticamente, não formam *best friends*. A segunda une-se a Frutal, ao passo que Uberlândia divide o *cluster* com Indianópolis.

Já na porção do sul de Minas Gerais (α^2), encontram-se o PPB e o PPE integrados entre si como *best friends*, consoante aos resultados da pesquisa de Brissos (2021), que dialetometrizou o *Atlas Linguístico do Amazonas* (ALAM) (Cruz, 2004), e, em menor medida, aos resultados de Brissos e Saramago (2019), que dialetometrizam o ALERS (Altenhofen; Klassmann, 2011). No seu todo, o grupo α^2 compreende, para além desses dois pontos, dez localidades entre Formiga e Poços de Caldas, todas no sul de Minas Gerais. Dessa porção, as principais cidades são Varginha, *best friend* de Planura, e Poços de Caldas, que se agrupa com Guaxupé, e estas duas integradas a Veríssimo. Vale notar, contudo, que, nos dados analisados, algumas localidades do sul de Minas não ficaram agrupadas no *falar paulista*, a saber: Itajubá, Pouso Alegre, Muzambinho e Bambuí. Estas, por sua vez, estão no bojo das localidades recobertas pelo falar mineiro (B), conforme a Imagem 9.

Imagem 9 – Dendrograma do *falar mineiro*



Fonte: dados da pesquisa.

Na análise dialetométrica, a área do *falar mineiro* está expandida, conforme os mapas das Figuras 5 e 6, compreendendo localidades do nordeste e noroeste mineiro, além da região central do estado e alguns pontos do sul do território. O *falar mineiro*, segundo os *clusters*, pode ser dividido em quatro grupos, a saber:

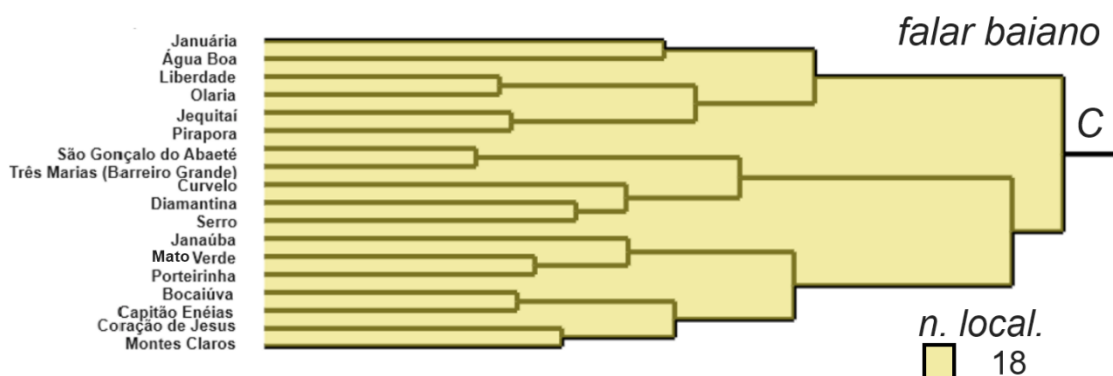
O primeiro subgrupo (b^1) engloba 19 localidades (em roxo), com os pontos linguísticos em diferentes regiões, a citar: Patrocínio, Paracatu, a noroeste; ao sul, Caxambu e na região central, Bom Despacho, por exemplo. Portanto, tem uma distribuição esparsa no território.

O segundo subgrupo (b^2) encerra 24 localidades, entre as quais Barbacena (Campo das Vertentes), Juiz de Fora (Zona da Mata) e Águas Formosas (Vale do Mucuri), o que mostra que também está disperso pelo território. O terceiro *cluster* (b^3) compreende 15 localidades como, por exemplo, Conselheiro Lafaiete (no Campo das Vertentes), Belo Horizonte (região metropolitana de BH), e cidades do sul do estado, Pouso Alegre, Itajubá, Muzambinho, no qual também se observa que, pela distribuição, não apresenta um nexos geográfico contínuo entre as localidades.

Por fim, o menor subgrupo do *falar mineiro* (b^4), com 12 localidades, que está numa região com pontos mais integrados entre si, no nordeste do estado (Vale do Jequitinhonha e do Mucuri). Em síntese, consoante os resultados dialetométricos do EALMG, observa-se que, na análise dos *clusters*, o *falar mineiro* está amplamente difundido pelo território, não se circunscrevendo a uma região em específico.

Ainda sobre análise de *clusters*, passa-se à área C, denominada *falar baiano*, conforme Imagem 10.

Imagem 10 – Dendrograma do *falar baiano*



Fonte: dados da pesquisa.

Uma visualização geral dos dados permite observar que a área do *falar baiano* se concentra, principalmente, em localidades do Norte de Minas, como Pirapora, Januária, Janaúba, Montes Claros, entre outras, mostrando-se mais homogêneo geograficamente que os outros dois falares. Uma única ressalva que se pode notar nessa integração é que Olaria e Liberdade (localidades do sul do estado), como *best friends*, estão também neste *cluster*. Os outros *best friends* são grupos de localidades próximas: Januária e Água Boa, ao norte, são *best friends*, seguindo-se Jequitai com Pirapora, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias, Curvelo e Diamantina. Ressalte-se, contudo, que, apesar de haver uma relativa homogeneidade, a área do falar baiano, nas análises de *clusters*, não compreende todo o norte do estado, conforme Zágari (2005), pois não engloba localidades ao noroeste e nordeste de Minas Gerais.

Após ter detalhado cada um dos *clusters* a partir da tripartição de Zágari (2005), focalizam-se nas próximas seções as análises de similaridade inicialmente em relação a três cidades que representam cada um dos três falares (Uberlândia, Belo Horizonte e Januária)

e, depois, em relação ao PPB e ao PPE, seguindo-se a análise da distribuição de assimetria de todas as localidades. Cabe, neste momento, retomar a afirmação de Zágari (2005, p.51) sobre o fato de que

um belorizontino, um januarense e um uberlandense (*grifo nosso*) se sabem brasileiros e mineiros pela língua que falam, mas se sabem, também, participantes de uma variedade, de uma diferente norma de fala. Qualquer observador atento notará serem eles oriundos de espaços diferentes das Minas Gerais.

É nessa direção que as próximas seções seguem.

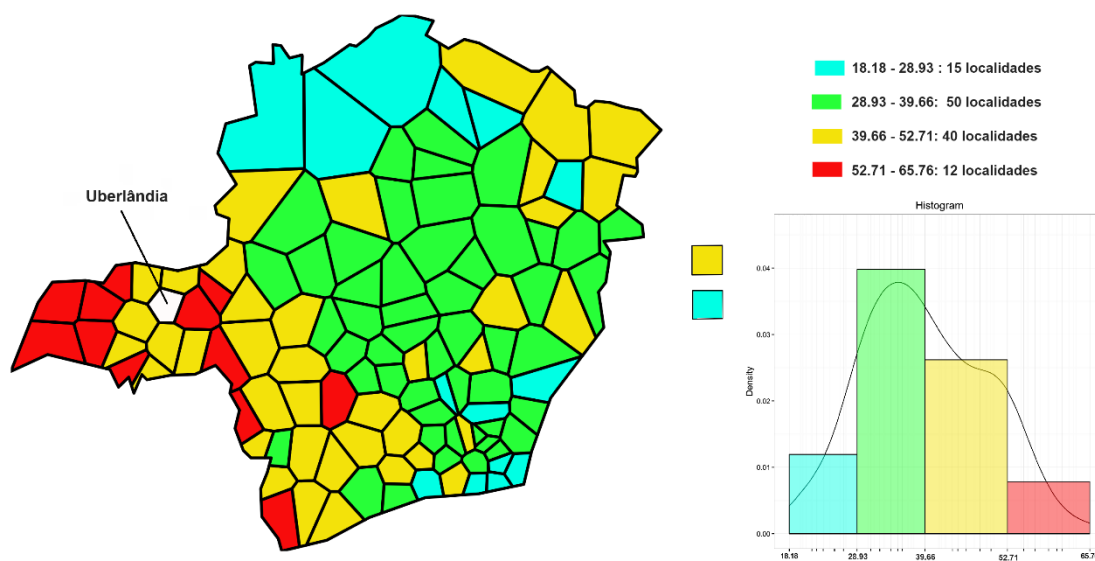
5.2 Mapas Sinópticos

Para manter a coerência da análise, a visualização desses índices nos mapas é sempre feita em quatro escalões, portanto, quatro cores. As cores quentes (vermelho e amarelo) representam as áreas com um grau de similaridade acima da média em relação ao ponto selecionado e, simetricamente, as cores frias representam (verde e azul) os domínios com similaridade abaixo da média em relação ao mesmo ponto. Após a análise da distribuição de similaridade das três cidades representativas de cada falar, é feita a análise das distribuições do PPB e do PPE.

5.2.1 Distribuição de similaridade de Uberlândia (Falar Paulista)

A localidade escolhida para representação do falar paulista é Uberlândia. Essa cidade está localizada no Triângulo Mineiro e é de grande importância econômica e social para a região, constituindo um dos principais núcleos urbanos do estado, com ligação direta às cidades paulistas e goianas, por exemplo.

Imagem 11 – Carta de similaridade de Uberlândia (falar paulista)



Fonte: dados da pesquisa.

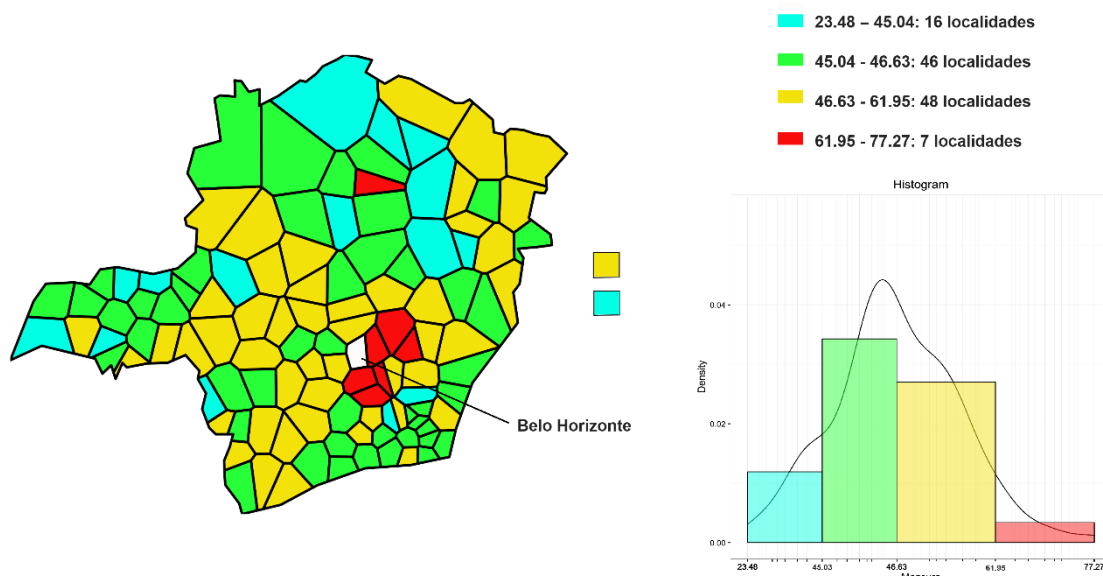
A carta de similaridade revela que as localidades com cores quentes estão mais próximas linguisticamente de Uberlândia. Em vermelho, encontram-se 12 localidades mais similares a Uberlândia e distribuídas, majoritariamente, pelo Triângulo Mineiro e por três localidades no sul de Minas Gerais: São Sebastião do Paraíso, Pouso Alegre e Formiga.

No outro escalão acima da média, em amarelo, encontram-se 40 localidades, situadas, predominantemente, no sul de Minas Gerais e no Triângulo Mineiro, mas com ocorrência também no norte do estado, incluindo neste grupo o Português Padrão Brasileiro. Por fim, a maioria dos pontos linguísticos do território mineiro são mais distantes linguisticamente de Uberlândia, representadas pelas cores verde e azul, com destaque para os pontos mais díspares localizados na fronteira com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como no extremo norte na fronteira política com o sudoeste baiano, incluindo, neste grupo, o PPE.

5.2.2 Distribuição de similaridade de Belo Horizonte (falar mineiro)

A capital mineira localiza-se no centro do estado e concentra mais de 2 milhões de habitantes. É a terceira capital mais populosa da região Sudeste do Brasil e a sexta mais populosa de todo o país, tendo grande importância social, histórica e econômica tanto a nível regional como nacional. Nas imediações de Belo Horizonte, há cidades históricas, como Ouro Preto e Mariana, erigidas durante o período colonial. A Figura 12 traz a distribuição de similaridade entre as localidades do EALMG e a capital.

Imagem 12 – Carta de similaridade de Belo Horizonte (falar mineiro)



Fonte: dados da pesquisa.

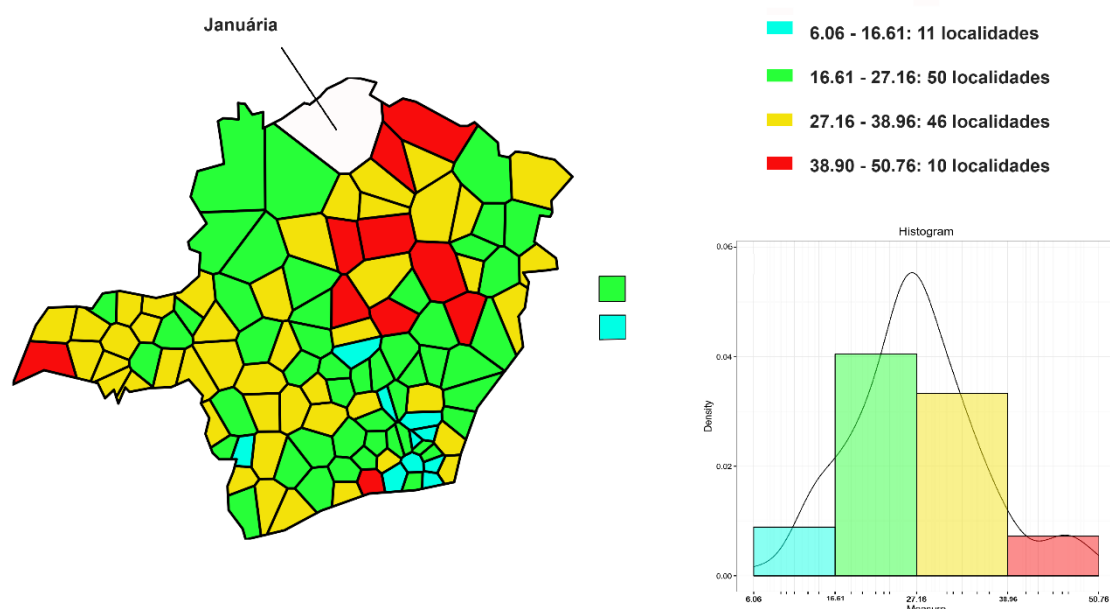
O mapa evidencia sete cidades no escalão mais alto de semelhança linguística com a capital mineira (vermelho), sendo seis delas localizadas em áreas vizinhas: Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Sabará, Itabira, Ouro Preto e Nova Era, além de uma localidade no norte do estado (Montes Claros). Em amarelo, ainda similares a Belo Horizonte, seguem 48 pontos

linguísticos, localizados no centro-sul do estado, mas também no nordeste mineiro, incluindo o PPB. Quanto aos pontos menos similares, encontra-se a distribuição das cores mais frias por todo o estado, com diferenças no Triângulo Mineiro, centro-norte do estado e região da Zona da Mata. Observa-se no mapa que os pontos na cor azul estão espalhados, principalmente, no Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas, incluindo nesse grupo o PPE.

5.2.3 Distribuição de similaridade de Januária (falar baiano)

Às margens do Rio São Francisco, Januária, cidade de médio porte de aproximadamente 65 mil habitantes, segundo o IBGE, está localizada no Norte do Estado, a quase 600 km de distância da capital mineira, e enquadra-se na área do falar baiano.

Imagem 13 – Carta de similaridade de Januária (falar baiano)



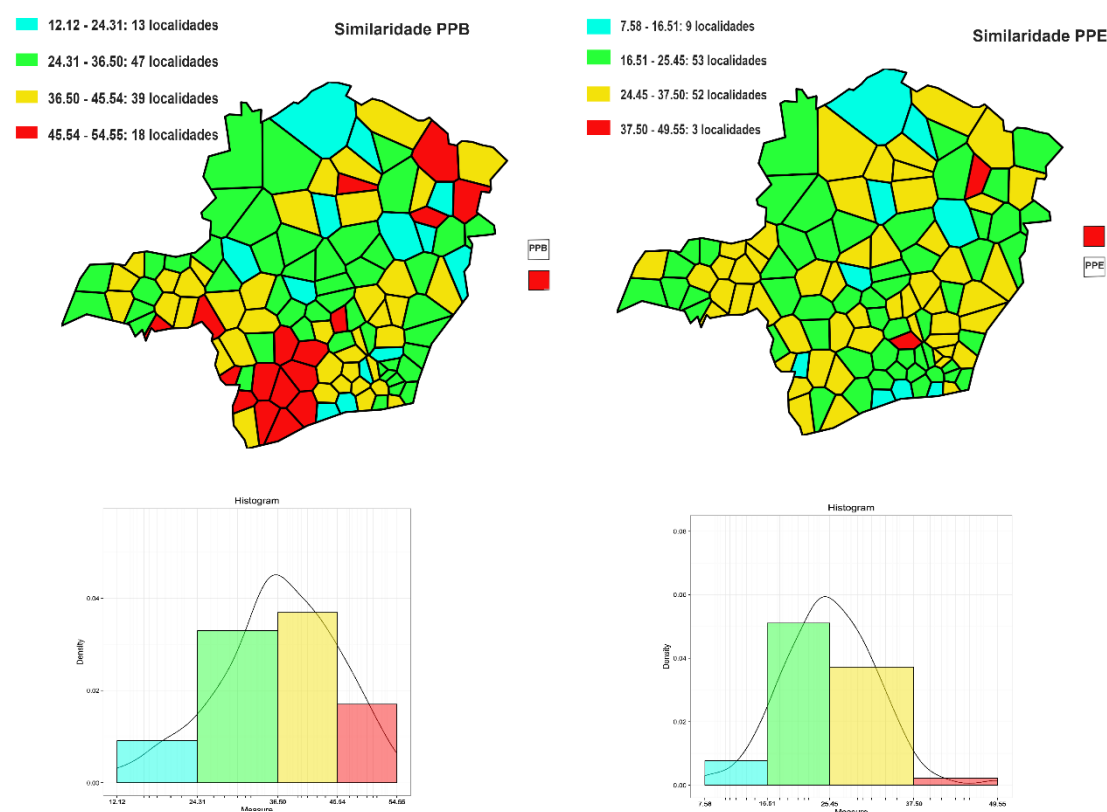
Fonte: dados da pesquisa.

No mapa, observam-se 10 localidades que mais se aproximam linguisticamente deste ponto (em vermelho), coincidentes e a distribuição diatópica mais concentrada no centro-norte de Minas Gerais (8 pontos), um ponto no extremo do Triângulo Mineiro (Iturama) e um ponto na região de fronteira com o estado do Rio de Janeiro (Olaria). Há ainda pontos mais semelhantes a Januária (em amarelo) por todo o Triângulo Mineiro, em algumas localidades do sul do estado e em localidades no norte de Minas Gerais. Quanto às regiões menos similares, portanto, mais distantes linguisticamente (escalão azul), encontram-se 11 localidades: Juiz de Fora, Além Paraíba, Rodeiro, Leopoldina, Visconde do Rio Branco, Viçosa, Ouro Preto, Sete Lagoas e Muzambinho e o PPE. Em verde, está a maioria das localidades menos semelhantes a Januária, nas diferentes regiões do estado.

5.2.4 Distribuição de similaridade de PPB e PPE

Com a finalidade de verificar o grau de relação de todos os pontos linguísticos de Minas Gerais com o Português Padrão Brasileiro e o Português Padrão Europeu¹⁰, a exemplo dos trabalhos de Brissos e Saramago (2019) e Brissos (2021), apresenta-se a Imagem14.

Imagem 14 – Cartas de similaridade - PPB e PPE



Fonte: dados da pesquisa.

No mapa da esquerda, observa-se que o PPB tem pontos mais próximos linguisticamente, sobretudo, no Sul de Minas Gerais e no Triângulo Mineiro, além de localidades no norte do estado, a saber: Montes Claros, Medina, Águas Formosas e Ladainha, inclusive o PPE tem uma grande similaridade com o PPB. Os pontos menos similares com o PPB, por sua vez, apresentam-se espalhados por todo o estado (azul), de forma descontínua e em menor número de localidades.

Por outro lado, ao observar os dados da carta à direita, verifica-se que há apenas duas localidades com alto grau de similaridade com o PPE: Araçuaí ao norte e Conselheiro Lafaiete, além do próprio PPB, o que confirma que tanto PPB quanto PPE são próximos linguisticamente, embora a rede de pontos apresente localidades mais próximas apenas do PPB. Esses resultados são análogos ao que se observa nas pesquisas de Brissos (2021) e de Brissos e

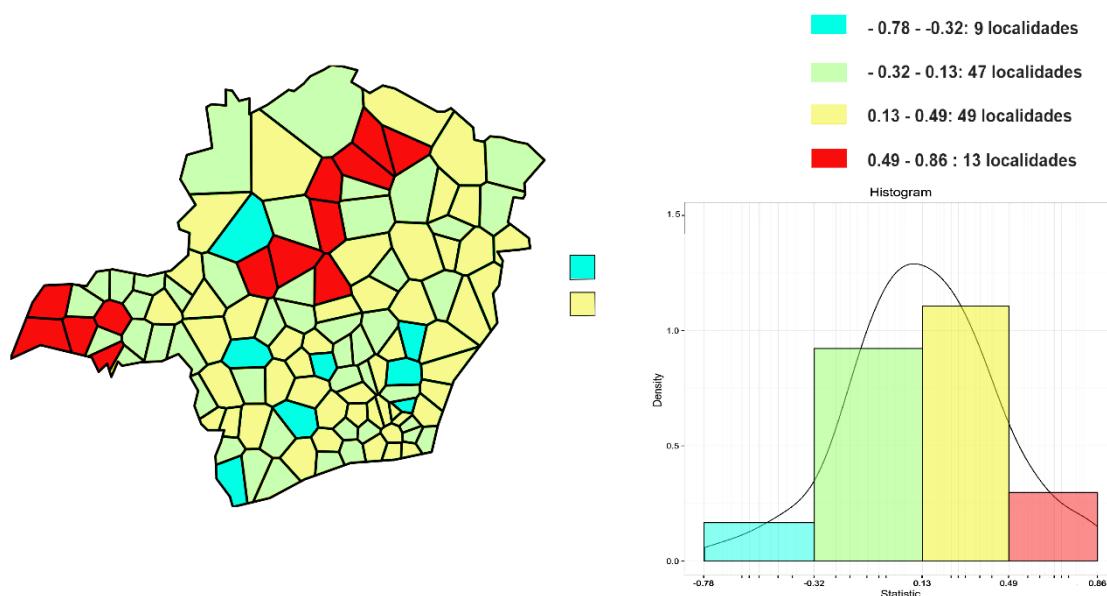
¹⁰ Por PPB e PPE, entende-se formas mais gerais conforme dois dicionários Houaiss (2001) e Porto (2011), ou seja, formas que não apresentam marcas de usos regionais, por exemplo.

Saramago (2019) em que constatarem uma elevada semelhança linguística entre PPE e PPB, por um lado, e, por outro – como seria previsível –, uma maior integração linguística do PPB no conjunto dos dados do que o PPE.

5.2.5 Distribuição de Assimetria (coeficiente de assimetria de Fisher)

A distribuição de assimetria pelo coeficiente de Fisher revela o grau de integração de cada ponto de inquérito ao conjunto dos dados, conforme a Figura 15.

Imagem 15 – Distribuição de Assimetria (Coeficiente de Fisher)

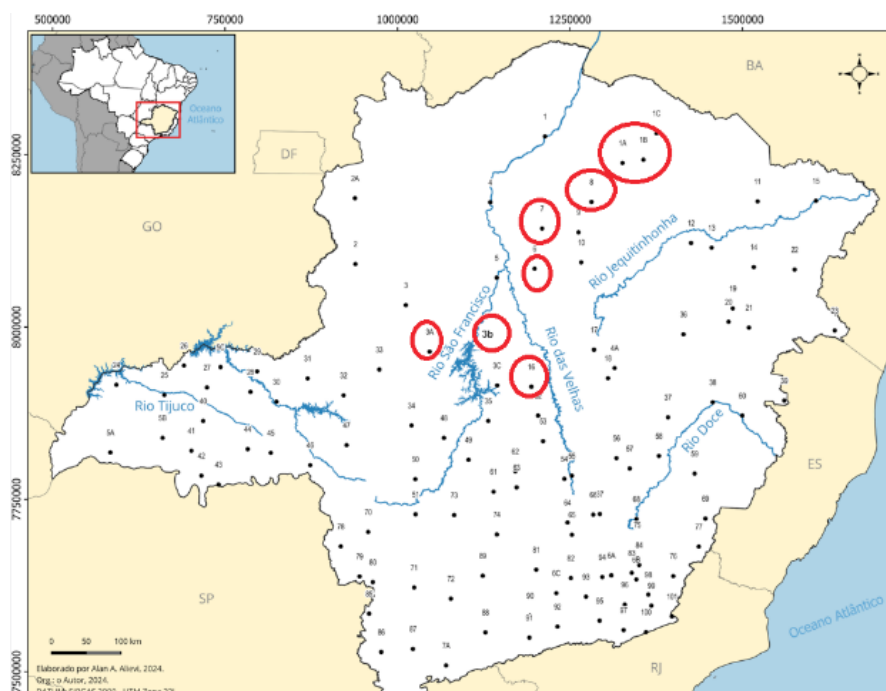


Fonte: dados da pesquisa.

Na carta de assimetria, observa-se que as cores quentes revelam menor integração ao conjunto, ou seja, são áreas que mais se diferenciam, se destacam linguisticamente – que têm maiores níveis de assimetria. Neste caso, compreende em vermelho as 13 localidades de menor integração às outras regiões do estado.

A interpretação dessa distribuição pode ser correlacionada a fatores que ratificam a tripartição de Zágari (2005) no que se refere ao falar baiano e ao falar paulista, mesmo que de forma parcial. Ao observar o mapa com os principais rios do estado (Figura 16), pode-se constatar que sete das localidades mais assimétricas ao conjunto acompanham o caminho do Rio São Francisco em direção à Bahia (São Gonçalo do Abaeté, Três Marias, Curvelo, Jequitaiá, Coração de Jesus, Capitão Eneias, Janaúba e Porteirinha). Essa região assimétrica se diferencia do conjunto, então, por se caracterizar como pontos pertencentes ao falar baiano: note-se que todas elas pertencem ao *cluster* C da Imagem 6, que representa precisamente esse falar.

Imagem 16 – Rede de pontos do EALMG e a hidrografia



Fonte: dados da pesquisa.

Por outro lado, o extremo do Triângulo Mineiro apresenta mais cinco localidades que se destacam do conjunto, portanto, são assimétricas ao restante da rede de pontos: Frutal, Campina Verde, Iturama, Santa Vitória e Prata. Neste caso, o destaque é para o falar paulista. Vale lembrar que os limites e as áreas de ocorrência de ambos os falares são fluidos e não estáveis, pois há grande número de localidades representadas também pela cor amarela que revelam certo grau de não integração ao conjunto dos dados.

Ressalte-se ainda que as demais localidades mineiras, no conjunto, não apresentam tantas diferenças, portanto, estão mais integradas. Do ponto de vista da tripartição do território, pode-se afirmar que parcialmente a proposta de Zágari (2005) pode ser validada dialetometricamente, em relação ao falar baiano que se projeta no território de Minas Gerais acompanhando o caminho do Rio São Francisco até Curvelo (no centro do estado), e o falar paulista que se destaca ainda mais no Triângulo Mineiro em relação ao Sul de Minas Gerais. O restante das localidades, por fim, englobaria o falar mineiro numa área mais expandida em relação à classificação de Zágari.

6 Considerações Finais

A dialetometria, enquanto método de análise de *corpora* geolinguísticos, permite com exatidão quantificar dados que ultrapassam a interpretação por vezes impressionista na delimitação de isoglossas e definição de áreas dialetais. O método, ainda com relativamente pouca tradição na generalidade das línguas, começa a criar um corpo significativo de estudos no português, tanto europeu quanto brasileiro.

Considerando a profícua atividade da Geolinguística brasileira no início do século XXI, Romano (2020) arrola uma centena de estudos que apresentam a diversidade diatópica de um país-continente com dados suficientes para análises quantitativas ainda a serem feitas. O presente trabalho contribui para o desenvolvimento da dialetometria no Brasil e está inserido em programa maior sobre dialetometrização de atlas linguísticos brasileiros. Trata-se de um estudo que traz resultados parciais do projeto de pós-doutoramento no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, vinculado à equipe do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) e à equipe do Atlas Linguístico-Etnográfico Português (ALEPor).

O trabalho dá continuidade às pesquisas pioneiras de Saramago (1986), no caso português, e de Altino (2007), no caso brasileiro, bem como outros estudos que só recentemente começam a despontar, como o de Brissos e Saramago (2019) e Brissos (2021), principalmente porque, a partir de 2011, surgiram ferramentas computacionais (Aurrekoetxea et al. 2013) que permitem o tratamento de dados de atlas brasileiros, considerando-se as suas especificidades, pois são pluridimensionais por natureza (Thun, 1998). O *software* DiaTech (Aurrekoetxea et al. 2013) foi a ferramenta utilizada para este estudo, amplamente testada já em ambiente de língua portuguesa. O estudo trouxe resultados a partir de três parâmetros dialetométricos para verificar as áreas lexicais no território de Minas Gerais, com base em cartas linguísticas do *Esboço de Atlas Linguístico de Minas Gerais* (Ribeiro et al. 1977).

Considerando a importância do EALMG para a Geolinguística brasileira, parte-se da proposta de tripartição do território feita por Zágari (1998, 2005): o falar paulista, o falar mineiro e o falar baiano. Com base na análise de *clusters* e nos mapas sinópticos de similaridade e assimetria, pode-se confirmar a existência dessas áreas cujos limites são fluidos.

Pela distribuição de assimetria, observa-se que grande parte da rede de pontos está integrada ao conjunto, na região central de Minas Gerais, avançando para o noroeste e nordeste do estado. Essa distribuição pode ser considerada a área correspondente ao falar mineiro que, na análise dialetométrica, compreende uma área maior do que a proposta por Zágari (2005). Ainda sobre a assimetria, duas áreas estão menos integradas ao conjunto: uma que segue o curso do rio São Francisco, a partir de Curvelo (ponto 16) em direção a Janaúba (norte de Minas) e fronteira com a Bahia. Esta pode ser considerada a área do falar baiano, cuja área de ocorrência é menor em relação à que Zágari propõe; mas ainda faz certo sentido. Acrescenta-se que o extremo do Triângulo Mineiro também está menos integrado ao conjunto, caracterizado como falar paulista.

Conforme se observou neste estudo, os limites dos falares de Zágari (2005) não seguem estritamente os limites apresentados nesta pesquisa, uma vez que a área do falar mineiro aparenta estar mais ampla do que a delimitada pelo dialetólogo. Cabe aqui, porém, a ressalva de que os resultados são sobre dados de natureza lexical, que, por si mesmos, são desafiadores, uma vez que o léxico é um nível de análise da língua particularmente difícil de sintetizar em áreas dialetais bem definidas (Ribeiro, 2012; Romano, 2015).

Quanto às cartas de similaridade, tomando-se três pontos de inquérito que se localizam em cada um dos falares: Uberlândia (paulista), Januária (baiano) e Belo Horizonte (mineiro), novamente se observa a coerência de Zágari (2005), porém com ressalvas, pois há pontos que não estão necessariamente na mesma região, ou seja, os limites não são estáticos, mas sim fluidos, ora avançando ora retraindo de um falar para outro.

Em relação ao PPE e ao PPB, observou-se que a rede de pontos é mais próxima do segundo do que do primeiro, como já se esperava. Por fim, a análise de *clusters* permitiu

concluir que as localidades do falar baiano estão mais homogêneas em relação às localidades do falar paulista e mineiro que se subdividem em subgrupos formando *best friends*, não necessariamente vizinhos geograficamente.

Com este texto foi possível terminar uma tarefa planejada por um dos primeiros geolinguistas brasileiros, o professor Mário Roberto Lobuglio Zágari, como forma de homenagem e reconhecimento pelo seu árduo trabalho no estudo e descrição da língua falada em Minas Gerais, ao menos em relação ao léxico. Este artigo, portanto, realça a importância e o legado que o EALMG deixou para os estudiosos da língua portuguesa, em especial para os que se ocupam da diversidade linguística mineira, e revela que as sementes plantadas na década de 1970 produziram frutos.

A dialetometria na Geolinguística brasileira é o próximo passo para a nova geração de dialetólogos como forma de gerir o grande volume de dados já coletados e divulgados nos atlas. O estudo conjugou o tradicional e o moderno, o velho e o novo na pesquisa geolinguística dando indícios para a necessidade de um novo atlas linguístico do estado de Minas Gerais, cujos dados poderão ratificar ou retificar os resultados que a análise dialetométrica do EALMG sintetizou.

Declaração de autoria

Valter Pereira Romano organizou a base de dados e escreveu fundamentação teórica-metodológica e descrição dos resultados. Fernando Brissos auxiliou na interação com a ferramenta DiaTech, na interpretação dos resultados e fez a revisão final do manuscrito.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pois esta pesquisa fez parte do projeto de pós-doutorado do primeiro autor do artigo e foi financiada com bolsa de Professor Visitante Júnior (PVJ) CAPES/Print (Programa Institucional de Internacionalização, Edital n. 41/2017, Processo: 88887.936562/2024-00), e desenvolvida no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, no período de 01/05/2024 a 31/10/2024. Por ter sido levado a cabo no quadro das atividades de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, este artigo também foi financiado por fundos portugueses através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00214/2020.

Referências

AGUILERA, V. de A. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

ALTENHOFEN, C. V.; KLASSMANN, M. S. (Orgs.). *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil: cartas semântico-lexicais*. Porto Alegre: Editora UFRGS; Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

ALTINO, F. C. *Atlas Linguístico do Paraná II*. 2007. 2 v. 183 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) — Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

AUGUSTO, V. *Variação lexical goiana*: Estudo dialetométrico do Atlas Semântico-Lexical do Estado de Goiás — Brasil. Relatório inédito de pós-doutoramento, Universidade de Lisboa / Universidade de São Paulo, 2018.

AURREKOETXEA, G. SANTANDER, G. USOBIAGA, I.; IGLESIAS, A. Diatech: tool for making dialectometry easier. *Dialectologia*, Barcelona, v.1, n.17 p. 1-22, 2016. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Dialectologia/article/view/312056>. Acesso: 18 nov. 2025.

AURREKOETXEA, G.; FERNANDEZ-AGUIRRE, K.; RUBIO, J.; RUIZ, B.; SANCHEZ, J. DiaTech: A new tool for dialectology. *Literary and Linguistic Computing*, New York, v. 28, n.1, p. 23-30, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1093/lc/fqs049>.

BRISSOS, F. Dialectos portugueses do centro-sul: corpus de fenómenos e revisão do problema da (des)unidade. *Zeitschrift für romanische Philologie*, Berlim, v. 131, n.4, p. 999-1041, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1515/zrp-2015-0071>

BRISSOS, F. Análise dialetométrica do Atlas Linguístico do Amazonas: variação lexical. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, Madrid, v. 19 n.37p.167-207, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48637006>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BRISSOS, F. Portugal: a cidade e o interior. I — Centro-sul. *Limite*: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía, Cáceres, v. 10. n.1 p. 85–107, 2016. Disponível em: <https://revista-limite.unex.es/index.php/limite/article/view/1556/1519>. Acesso: 18 de nov. de 2025.

BRISSOS, F. *Digestão dialetométrica de atlas linguísticos do português: problemas, soluções e resultados atualizados*. Conferência apresentada ao evento ABRALIN ao Vivo 2020. Associação Brasileira de Linguística. Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/lives/fernando-brissos/>

BRISSOS, F. Estudos de dialetometria brasileira: problemas, soluções e estado da questão. In: Cristianini, A. et al. (orgs.). *Geolinguística brasileira numa abordagem dialetométrica*: Teoria e prática. Campinas: Pontes. [no prelo]

BRISSOS, F.; GILLIER, R.; SARAMAGO, J. As variedades açorianas no sistema dialetal português: síntese atualizada. In. VII COLOQUIO - O FAIAL, 2019, Horta..Atas... (Separata), Horta: Núcleo Cultural da Horta,.D. L 2019, p. 557-176.

BRISSOS, F.; GILLIER, R.; SARAMAGO, J. O problema da subdivisão da variedade dialetal madeirense: estudo dialetométrico da variação lexical. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, v.1.. n.2, , p. 31–47, 2016. DOI: 10.26334/2183-9077/rapln2ano2016a2

BRISSOS, F.; GILLIER, R.; SARAMAGO, J. Variação lexical açoriana: estudo dialetométrico do Atlas Linguístico-Etnográfico dos Açores. *Revista Galega de Filoloxía: MonoGrafía 11* -.Aproximacións á variación lexical no dominio galego-portugués, A Coruña , p.11-28, 2017.

BRISSOS, F.; SARAMAGO, J. Análise dialetométrica do Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul do Brasil: variação lexical. In.: Carrilo, E.; Martins, A. M.; Pereira, S.; Silvestre, J. P. (eds.). *Estudos linguísticos e filológicos oferecidos a Ivo Castro*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. 2019. p. 349-379. Disponível online em <http://hdl.handle.net/10451/39619>.

- CARDOSO, S. A. M. *Geolinguística: tradição e Modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.
- CARDOSO, S. A. M. *Atlas Linguístico de Sergipe II*. Salvador: EUFBA, 2005.
- CRISTIANINI, A. C. Atlas Semântico-lexical da região do Grande ABC. 2007. 3. v. 772 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CRISTIANINI, A. C. Estudo dialetométrico do Atlas Semântico-lexical da Região do Grande ABC. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v.26, n.3, p.78-101, 2023. DOI: 10.5433/2237-4876.2023v26n3p78-101
- CRUZ, M. L.de C. *Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM*, 2 v. 400 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- FERREIRA, C. *et al.* *Atlas linguístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação de Cultura de Sergipe, 1987.
- GOEBL, H. Eléments d'analyse dialectométrique avec application à l'AIS, *Revue de Linguistique Romane*, Strasbourg, v.45, n.179, p. 349-420, 1981. DOI : <http://doi.org/10.5169/seals-399711>.
- GOEBL, H. La dialectométrie appliquée à l'ALF (Normandie). In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOGIA ROMANZA, 14., 1974, Nápoles. *Atti*. Nápoles; Amsterdã, v. II, p. 165-195, 1976.
- GOEBL, H. VDM—visual dialectometry. Vorstellung eines dialektometrischen Software-Pakets auf CD-ROM (mit Beispielen zu ALF und Dees 1980). *Romanistik und neue Medien*, ed.W Dahmen, GHoltus, J Kramer, M Metzeltin, W Schweickard, O Winkelmann, Tübingen, 2004., pp. 209–41.
- GOEBL, H. Introduction aux problèmes et méthodes de l'“École dialectométrique de Salzbourg” (avec des exemples gallo-, italo- et ibéro-romans). In: ALVAREZ PEREZ, X.; CARRILHO, E.; MAGRO, C. (Eds.). *Proceedings of the International Symposium on Limits and Areas in Dialectology (LimiAr)*, 2011. Lisboa: CLUL, 2012. p. 117-166.
- HAIMERL, E. Database design and technical solutions for the management, calculation, and visualization of dialect mass data. *Literary and Linguistic Computing*, Oxford, v.21 n.4, p. 437-444, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1093/lc/fql037>
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MARTINS, E. F. Atlas lingüístico do Estado de Minas Gerais: o princípio da uniformidade da mudança lingüística nas características fonéticas do português mineiro. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 4, n. 7, p. 1-13, 2006. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_7_atlas_linguistico_do_estado_de_minas_gerais.pdf. Acesso: 20 nov. 2025.
- MENDONCA, L. A. L. ; ROMANO, V. P. . Contribuições do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais para o ensino de língua portuguesa na educação básica. *Sociodiaeto*, v. 10, n.30, p. 180-200, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/sociodiaeto/article/view/8034> Acesso em: 20 nov. 2025.

NERBONNE, J., R. COLÉN, R. GOOSKENS, C.; KLEIWEG, P.; LEINONEN, T. Gabmap: a web: Aplicativo para dialetologia. *Dialectologia*, Barcelona, Special Issue, p.65-89, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/valte/Downloads/ub,+dialectol+Therese+LEINONEN.pdf>. Acesso: 20 nov. 2025.

PORTO EDITORA. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2011.

RIBEIRO, J. et al. *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977.

RIBEIRO, S. S. C. *Brinquedos e brincadeiras infantis na área do falar baiano*. 2012, 466 p. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) — Instituto de Letras, Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2012.

ROCHA, A. P. A. Notas sobre o léxico de brincadeiras infantis usado em Minas Gerais à Luz de dois trabalhos geolinguísticos: o ALEMIG (1977) e o Projeto ALiB. In: ALTINO, F. C. (Org.). *Múltiplos olhares sobre a diversidade linguística: uma homenagem à Vanderci de Andrade Aguilera*. Londrina: Midiograf, 2012. p. 79-92.

ROCHA, A. P. A.; ANTUNES, L. B. Divisão dialetal em Minas Gerais: notas sobre aspectos fonéticos. In: RAZKY, A.; LIMA, A. F. de.; OLIVEIRA, M. B.; COSTA, E. O. da. (orgs.). *Estudos sociodialetais do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2014. p. 97-111.

ROCHA, A. P. A.; RAMOS, J. M. Estudos dialetais em Minas Gerais. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, v.1, n. 41, p. 70-86, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1094/10>. Acesso: 20 nov. 2025.

ROMANO, V. P. Desdobramentos, desafios e perspectivas da Geolinguística Pluridimensional no Brasil. In: MOTA, J. A.; OLIVEIRA, J. M.; PAIM, M. M. T.; RIBEIRO, S. S. C. (Org.). *Contribuições de estudos geolinguísticos para o Português Brasileiro: uma homenagem a Suzana Cardoso*. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2020, v. 1, p. 11-39. Disponível em: <https://edufba.ufba.br/livros-publicados/catalogo/contribuicoes-de-estudos-geolinguisticos-para-o-portugues-brasileiro-uma>. Acesso: 20 nov. 2025.

ROMANO, V. P. *Em busca de áreas lexicais no centro-sul do Brasil*. 2015. 2v. 367 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) — Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ROMANO, V. P.; BRISSOS, F. A dialetometria no Brasil. In: Romano, V. P.; Altino, F. C.; Aguilera, V. de A. (Org.). *A Geolinguística no Brasil: contatos, interfaces e entremeios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. p. 95-119.

ROMANO, V. P.; CRUZ, J. A. Entre raios e coriscos: estudo geolinguístico em Minas Gerais nos dados do ALiB e do EALMG. *Sociodialetos*, v. 10, n.30, p. 274-300, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/sociodialetos/article/view/8003>. Acesso: 20 nov. 2025.

ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D. Dados geolinguísticos sob uma perspectiva estatística: a variação lexical no Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 2, n.2, p. 59-92, 2014. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.22.2.59-92>.

ROMANO, V. P.; SEABRA, R. D. Do presente para o passado: a variação lexical em Minas Gerais a partir de corpora geolinguísticos sobre brinquedos infantis. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n.1, p. 111-150, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.25.1.111-150>.

SARAMAGO, J. Differentiation lexicale (un essai dialectométrique appliqué aux matériaux portugais de l'A.L.E.)». *Géolinguistique* II, Grenoble, v.1, n.2, p. 1-31, 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geol_0761-9081_1986_num_2_1_1058?utm. Acesso: 20 nov. 2025.

SARAMAGO, J.; CARDOSO, S. A. M. Atlas Linguístico de Sergipe: história, metodologia e análise dialetométrica. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, v.1, n. 41, p. 121-158, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1094/10>. Acesso: 20 nov. 2025.

SÉGUY, J. “La dialectométrie dans l’Atlas Linguistique de la Gascogne”, *Revue de Linguística Romane*, Zurique, v.37, n.1, p.1-24, 1973.

SOARES, R. de C. da S. *Atlas Semântico-Lexical da Região Norte do Alto Tietê/SP numa perspectiva dialetométrica*. Relatório inédito de pós-doutoramento, Universidade de Lisboa / Universidade de São Paulo, 2019.

SILVA, G. A. ; ROMANO, V. P. (Orgs.) . *Tendências da Geolinguística brasileira e a nova geração e atlas linguísticos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

SILVA NETO, S. da. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

TAKANO, Y. *Atlas Linguístico Semântico-Lexical do Falar Nipo-Brasileiro do Distrito Federal: Perspectiva dialetométrica*. Relatório inédito de pós-doutoramento, Universidade de Lisboa / Universidade de São Paulo, 2018.

THUN, H. La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle. In.: XXII CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE E PHILOGIE ROMANES. *Actes...* Bruxelles, Max Niemeyer Verlag, 1998, 367-409.

VITORINO, G. *Atlas linguístico do litoral português: flora e fauna*. 1987. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa; Instituto Nacional de Investigação Científica 1987.

WIELING, M.; NERBONNE, J. Advances in dialectometry. *The Annual Review of Linguistics*, San Mateo, v.1, n.1, p.243-267, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-linguist-030514-124930>.

ZÁGARI, J. R. L. Os falares mineiros: esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, V. de A. (org.) . *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005 [1998]. p. 46-72.

Charles S. Peirce e a redefinição da criatividade no contexto da complexidade: a perspectiva da criatividade indeterminista

Charles S. Peirce and the Redefinition of Creativity in the Context of Complexity: The Perspective of Indeterminist Creativity

Romilson Marco dos Santos

Pesquisador Independente

romilsonmarco@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3433-8723>

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir em que medida os estudos de C.S. Peirce configuram um prognóstico implícito sobre a complexidade e a criatividade indeterminista da complexidade. Procura-se apresentar uma seleção representativa dos textos peircianos, embora não exaustiva, dos aspectos que evidenciam esse prognóstico como fundamento de um paradigma da complexidade. Nesse sentido, considera-se que os estudos de Peirce se posicionam como uma ponte entre a complexidade e a emergência de uma criatividade indeterminista. Tal abordagem sinaliza uma mudança radical na compreensão da criatividade e das suas possibilidades. Em vez de se restringir à criação de obras dentro de gêneros, formatos e linguagens preestabelecidos, a criatividade indeterminista da complexidade passa a buscar a criação de novos paradigmas que expandem as possibilidades expressivas criativas. Essa ruptura com categorizações tradicionais resulta em obras que transcendem os gêneros, formatos e linguagens existentes, inaugurando uma renovação nas linguagens artísticas, na cultura e na arte, por meio de novas formas de expressão disruptivas.

Palavras-chave: Complexidade; linguagem artística, criatividade indeterminista da complexidade, primeiridade, acaso absoluto.

Abstract: This article aims to discuss to what extent C.S. Peirce's studies provide an implicit prognosis regarding complexity and the indeterminist creativity of com-



plexity. It seeks to present a representative selection of Peirce's texts, although not exhaustive, highlighting aspects that demonstrate this prognosis as the foundation of a paradigm of complexity. In this sense, it is considered that Peirce's studies position themselves as a bridge between complexity and the emergence of indeterminist creativity. This approach signals a radical shift in the understanding of creativity and its possibilities. Rather than being restricted to the creation of works within pre-established genres, formats, and languages, the indeterminist creativity of complexity aims to create new paradigms that expand creative expressive possibilities. This rupture with traditional categorizations results in works that transcend existing genres, formats, and languages, inaugurating a renewal in artistic languages, culture, and art through new forms of disruptive expression.

Keywords: Complexity; artistic language; indeterminist creativity of complexity; firstness; absolute chance.

1 Introdução

Pretende-se aproximar uma parcela presente nos estudos de Charles Sanders Peirce (1839-1914), considerando que nela reside o germe da complexidade. De fato, no conjunto de textos *Illustrations of the Logic of Science* (Peirce, 1992), encontram-se exemplos que indicam um novo paradigma para a ciência. Nubiola (2000) afirma que o fato de ter encontrado 40 ocorrências do termo “complexidade” nos *Peirce's Collected Papers* sugere que, para ele, a complexidade está, primeiramente, relacionada à estrutura do mundo e, apenas secundariamente, às nossas formas de compreendê-lo e falar sobre ele. Afirma também que o conceito de continuidade é a noção-chave que torna Peirce nosso contemporâneo em nossa tentativa para compreender a complexidade.

Reynolds (2002) afirma que, na filosofia de Peirce, há uma correspondência entre as investigações sobre irreversibilidade e o entendimento contemporâneo das leis das ciências físicas. De fato, Gribbin (2005) afirma que a irreversibilidade se estabelece na medida em que, ao tentar elaborar o movimento de retorno, alcança-se um ponto completamente distinto daquele de onde se partiu. Isso ocorre devido à natureza dos sistemas abertos, nos quais se manifestam a irreversibilidade e a flecha do tempo. Mais importante, contudo, é o paralelo que Reynolds (2002) estabelece entre Peirce e Prigogine. Nesse paralelo, destaca-se a relação entre a lei do hábito, proposta por Peirce e as estruturas dissipativas de Prigogine, conforme a teoria termodinâmica de não-equilíbrio. Reynolds acrescenta que Peirce foi um dos pioneiros em avançar no entendimento do pluralismo que envolve as leis físicas. Além

disso, observa que Peirce compreendeu o Universo como um processo de desenvolvimento e crescimento da complexidade; da variedade e diversidade; bem como da regularidade (leis da natureza). Entretanto, para que esse processo ocorra, o comprometimento com o acaso é essencial. Para Peirce, o acaso significa: independência dos eventos; distribuição randômica; diversidade e variedade; contingência ou liberdade das leis; violação das leis (imprecisão); sentimento, espontaneidade e vitalidade. Essa concepção propõe uma articulação privilegiada entre acaso e os sistemas emergentes, incluindo flutuações, bifurcações e sistemas adaptativos complexos. Não se trata aqui de examinar de maneira exaustiva essa relação e o modo como se estabelece tal vínculo, mas, sobretudo, de iniciar uma aproximação entre os estudos de Peirce e os emergentes estudos da complexidade, bem como explorar as consequências suscitadas dessa aproximação para o campo da criatividade.

À medida que nos aprofundamos, torna-se cada vez mais evidente que o acaso é o mecanismo fundamental da existência de fenômenos da categoria da Primeiridade, ou seja, a qualidade da experiência imediata, da possibilidade pura, da sensação bruta ainda não determinada, associada, portanto, ao surgimento do novo. Assim, tal categoria é responsável pela inserção e ampliação da heterogeneidade e diversidade no Universo (Ibri, 2020). Logo, também se trata de um prognóstico subjacente de uma criatividade indeterminista da complexidade, que se manifesta na capacidade de engendrar o inaudito por meio dos conceitos emergentes nos estudos da complexidade (Santos, 2024). Importa salientar que é possível compreender a noção de uma criatividade indeterminista a partir de certas projeções conceituais implícitas nos estudos de Peirce. Embora Peirce não tenha abordado a complexidade nos moldes em que essa é discutida contemporaneamente, sua teoria das categorias fenomenológicas, especialmente a da Primeiridade, oferece subsídios para tal leitura. Nesse sentido, pode-se dizer que há, nos fundamentos de sua filosofia, um prognóstico conceitual: uma antecipação indireta da complexidade como condição emergente da criatividade indeterminista.

Destacam-se dois pesquisadores que reforçam o papel da criatividade nos estudos de Peirce, fortalecendo ainda mais essa linha investigativa. Um deles é Hausman (1993), que, interessado na temática da criatividade, buscava compreender o significado quanto a possibilidade de explicar a realização criativa e o lugar do ato criativo em um Universo inteligente. Ao estudar Peirce, Hausman percebeu que suas ideias estavam alinhadas com a concepção de um Universo inteligível, conforme proposta por Peirce. A partir da ideia de que existe uma verdadeira espontaneidade, e considerando as interpretações de Peirce sobre os efeitos da espontaneidade, torna-se possível investigar a criatividade inerente ao Universo.

Outro pesquisador que reforça a concepção da criatividade na obra de Peirce é Douglas R. Anderson, em sua obra *Creativity and the Philosophy of C.S. Peirce* (1987). O objetivo central do livro é examinar a filosofia de Peirce em relação às ideias sobre criatividade. De forma geral, o texto aborda o pensamento sobre a evolução da ciência, enquanto, em um aspecto específico, explora a evolução criativa na arte. O livro reafirma a concepção sobre evolução como intrinsecamente criativa, algo que se torna mais claro ao aprofundar-se em sua leitura. Nesse sentido, Anderson inicia examinando a teoria explícita de Peirce sobre a criatividade científica como um acesso para compreender uma teoria implícita de criatividade artística presente em sua filosofia.

Essas concepções propõem, portanto, uma articulação privilegiada entre os estudos de Peirce, em especial a categoria da Primeiridade, a complexidade e a criatividade indeterminista da complexidade. De fato, a complexidade promove o deslocamento na visão do Universo: do âmbito determinista, previsível e ordenado para o indeterminista, não-linear, probabilístico,

desordenado e imprevisível. Nesse contexto, a imprevisibilidade emerge dos sistemas adaptativos complexos não-lineares, ou seja, sistemas caracterizados pela auto-organização.

Conforme Goodwin (1994), a auto-organização é a capacidade de um sistema de gerar padrões espontâneos sem a necessidade de alguma instrução hierárquica. Assim, percebe-se que as interações assumem um papel essencial, formando inter-relações que engendram novas organizações. Contudo, este princípio organizador se estabelece a partir de mecanismos criativos que emergem da desordem e da catástrofe, suscitando o inaudito a cada novo princípio organizador. Nesse sentido, estabelece-se uma atmosfera propícia à emergência, ou seja, à propriedade do sistema de engendrar a novidade. Essa perspectiva torna-se especialmente evidente como resultado da influência da categoria fenomenológica da Primeiridade peirciana. A categoria da Primeiridade, enquanto fundamento da emergência, sugere uma criatividade indeterminista, a qual é corroborada pelos conceitos emergentes da complexidade oriundos da física moderna (Santos, 2024a).

Desse modo, o objetivo deste artigo é discutir em que medida os estudos de Peirce se configuram como um prognóstico subjacente da complexidade, ao mesmo tempo em que indicam também uma antecipação conceitual de uma criatividade indeterminista própria dos sistemas complexos. Para isso, realiza-se, em primeiro lugar, um exame preliminar que busca mostrar de que maneira suas contribuições podem instruir uma leitura contemporânea sobre a complexidade. Em seguida, busca-se selecionar textos peircianos que possibilitem vislumbrar um prognóstico subjacente da complexidade. E, finalmente, procura-se delinear como esse prognóstico revela também um presságio da emergência de uma criatividade indeterminista da complexidade.

2 Complexidade

A complexidade se estabelece em todas as áreas do conhecimento. Mitchell (2009) demonstrou os diversos contextos nos quais a complexidade se manifesta e relatou que as principais características incluem: componentes interagindo de forma não-linear, interação dinâmica complexa, entre outras. É preciso admitir, entretanto, que são as ciências duras as que mais avançaram na compreensão dos mecanismos intrínsecos à complexidade. Dessa forma, é evidente que as outras áreas do conhecimento se nutrem desse caráter exordial para investigar a complexidade nos seus respectivos campos. Tal perspectiva se revela produtiva, uma vez que estimula novas explorações teóricas e a busca por novos instrumentais investigativos. Assim:

O objeto da física é explicar o mundo que nos cerca. Normalmente, o físico não tenta compreender tudo de uma só vez, mas se limita a um pedaço de realidade de cada vez. Procede por idealização desse pedaço de realidade e tenta descrevê-lo por meio de uma teoria matemática. Portanto, para começar, ele delimita um conjunto de fenômenos e define operacionalmente certos conceitos físicos (Ruelle, 1993, p.20).

Morin (2009) afirma que a emergência da complexidade se estabeleceu a partir de duas revoluções científicas: “A primeira revolução, depois da termodinâmica do século XIX, é a da microfísica e da cosmo-física que introduziram a indeterminação, o acaso – nos sítios

onde reinavam o determinismo – e elaboram métodos próprios para tratar as incertezas encontradas” (Morin, 2009, p.54).

A segunda fase se consolida na segunda parte do século XX, por volta dos anos 1960. Nesse período, Morin observa que “a ecologia se desenvolve como um conhecimento científico chamado a unir os dados e as informações vindas das diferentes disciplinas físicas e biológicas na concepção dos ecossistemas” (Morin, 2009, p.54). É legítimo considerar que, de forma ampla, essa perspectiva ecossistêmica impulsiona um movimento de *symbiogenesis*, no qual a transdisciplinaridade emerge com uma força incisiva. Nesse contexto, Laszlo entende que:

[...] a cisão entre Ciências Naturais e Ciências Humanas remonta a mais de 200 anos atrás no que diz respeito à civilização ocidental. Ora, essa cisão foi atualmente superada pelas recentes descobertas das Ciências da Complexidade – as mesmas que lançam as bases de uma concepção global e unificada da evolução dos sistemas de terceiro estado, seja no universo físico, no mundo dos seres vivos ou no domínio histórico (Laszlo, 1987, p.120).

Deve-se compreender, então, que neste tópico busca-se apenas uma seleção representativa da apreensão do que seria a complexidade, sem pretender abarcar exaustivamente o percurso de desenvolvimento da complexidade. Sendo assim, os estudos da complexidade:

Encontraram as suas raízes na Teoria Geral dos Sistemas, proposta por Ludwig von Bertalanffy, Paul Weiss, Anatol Rapoport e Kenneth Boulding, bem como na ciência da Cibernética, desenvolvida por Nobert Wiener, W. Ross Ashby e Stafford Beer. A partir dos anos 60, foram completadas e reforçadas pela Termodinâmica do Não-equilíbrio, que se deve a Aharon Katchalsky, a Ilya Prigogine e aos seus discípulos, pela Teoria dos Autômatos Celulares, proposta por John von Neumann, e transformada em Teoria dos Sistemas Autopoéticos por Humberto Maturana e Francisco Varela e, finalmente, pela Teoria das Catástrofes e pela Teoria dos Sistemas Dinâmicos, desenvolvida paralelamente por René Thom, Christopher Zeeman, Robert Shaw e Ralph Abraham. Todas estas disciplinas científicas – agrupadas sob o nome de Ciências da complexidade – constituem as bases mais lógicas de uma nova síntese (Laszlo, 1987, p.41-42).

As concepções acima propõem uma articulação privilegiada com as ideias de outros pesquisadores da complexidade. Para Gribbin (2005), a complexidade encontra-se em uma profunda simplicidade, que, no entanto, engendra resultados extremamente complexos e emergentes. Ele afirma que o poder da lei e do acaso estão sempre associados a um sistema amplo, composto por muitos componentes, denominando sistema complexo. Além disso, Gribbin observa que o aspecto mais fascinante na rede da vida assemelha-se a um processo de coevolução, no qual todas as espécies em uma rede evoluem conjuntamente quando uma delas sofre alterações. Essa perspectiva encontra a essência da complexidade em uma ampla gama de fenômenos, como terremotos, mercados de ações e o movimento de populações humanas.

Lughlin (2007), por sua vez, propõe substituir a palavra “acaso” por “complexo” para descrever fenômenos complexos. Segundo ele, um fenômeno complexo é um processo físico

que se forma de maneira instável ou imprevisível, no qual pequenas perturbações ou flutuações podem resultar em desfechos completamente distintos.

Para Prigogine e Nicolis (1998), a complexidade é um conceito que permeia nossa experiência cotidiana, manifestando-se em diversos contextos ao longo de nossas vidas. Embora fenômenos da complexidade possam parecer simples à primeira vista, por envolverem aparentemente poucos objetos ou ações, sistemas econômicos, linguagens, cérebros de mamíferos e até mesmo bactérias são considerados complexos devido ao grande número de interações entre os elementos envolvidos. Contudo, argumentam que a complexidade está até mesmo nos fenômenos mais simples.

Gell-Mann (1996) acrescenta à discussão o conceito de complexidade potencial, destacando como os sistemas podem evoluir em direção a estado de maior complexidade com base em suas interações internas e influências externas.

Quando uma modesta mudança em um esquema permite a um sistema adaptativo complexo criar uma grande quantidade de complexidade efetiva nova em um certo período de tempo, o esquema modificado pode ser enunciado como tendo aumentado enormemente o valor da complexidade potencial em relação àquele intervalo de tempo (Gell-mann, 1996, p.86).

Observa-se, assim, o conceito de acaso como elemento responsável por um indeterminismo e uma imprevisibilidade nos sistemas complexos. Nesse contexto, conforme Gribbin (2005), a simetria poderia ser quebrada ou rompida, originando padrões espontaneamente criados em um sistema inicialmente uniforme. Trata-se, assim, de um deslocamento de um sistema homogêneo para um sistema heterogêneo, suscitado pela ação de um mecanismo de imprevisibilidade criativa. Waldrop (1993) argumenta que sistemas complexos são mais espontâneos e desordenadamente mais vivos e dinâmicos do que sistemas em equilíbrio. Dessa forma, emerge a ideia de uma fronteira do caos, onde a vida pode estabelecer-se com uma estabilidade suficiente, enquanto uma criatividade inerente impulsiona sua evolução. Parece ser lícito afirmar que esse prognóstico é exatamente o que Peirce antecipou em seus estudos.

Charles Sanders Peirce foi um defensor ainda mais ardoroso do indeterminismo. Sua originalidade foi a de ter ligado, de maneira ainda mais sistemática do que fizera Boltzmann, a ideia de indeterminismo e a propriedade de irreversibilidade temporal (Lestienne, 2008, p.52).

Trata-se, sobretudo, de compreender que um dos princípios da complexidade é a emergência, ou seja, um comportamento inesperado e imprevisível, suscitado pelas múltiplas interações entre os componentes de um sistema. Nesse sentido, a emergência é responsável pelo engendramento de novas estruturas, pela inovação e pelo inaudito. Holland (1998) explica que, para compreender fenômenos emergentes nos sistemas complexos, é fundamental identificar a origem das regularidades e conectá-las entre si. O passo crucial consiste em extrair regularidades de detalhes fortuitos e aparentemente irrelevantes, capazes de conter o traço do novo.

Na mesma linha, o autor estabelece uma relação entre emergência e inovação, uma perspectiva também corroborada por Morin (2016). Conforme Morin, “A emergência é uma qualidade nova com relação aos componentes do sistema. Ela tem, portanto, virtude de acon-

tecimento, já que surge de maneira descontínua, uma vez que o sistema já está constituído [...] e que não pode ser deduzida de elementos anteriores” (Morin, 2016, p.138). Essa concepção possibilita uma articulação privilegiada entre o fato de a emergência não poder ser deduzida de elementos anteriores e o caráter de acontecimento, como também explorado nos estudos relacionados ao acaso em Peirce, que serão abordados adiante.

Ademais “a ideia de emergência é inseparável da morfogênese sistêmica, ou seja, da criação de uma forma nova que constitui um todo: a unidade complexa organizada” (Morin, 2016, p.146). Nesse contexto, a emergência revela um forte caráter criativo, ao organizar uma diversidade descontínua em um sistema complexo. Assim, o conceito de acaso em Peirce se insere em um prognóstico que também contempla uma criatividade indeterminista, corroborada pelos conceitos advindos dos estudos da complexidade.

Em uma variedade de contextos impressionante, emergem dos sistemas estruturas ou comportamentos aparentemente complexos caracterizados por regras muito simples. Estes sistemas são referidos como auto-organizados e suas propriedades como emergentes. O maior exemplo é o próprio universo, cuja complexidade total emerge a partir de regras simples somadas com a ação do acaso (Gell-mann, 1996, p.116).

De fato, o acaso se estabelece como uma premissa fundamental para diversos conceitos desenvolvidos no âmbito dos estudos da complexidade. Noções como emergência, bifurcação, estruturas dissipativas e auto-organização, entre outras, apontam para a relevância de processos não determinísticos na constituição dos sistemas complexos. Tais conceitos, embora não derivados diretamente de Peirce, podem ser postos em diálogo com sua metafísica, na medida em que o acaso (ou *Tychism*) é concebido como um princípio fundamental da realidade. Essa concepção encontra correspondência, em sua fenomenologia, na categoria da Primeiridade, que expressa a qualidade da possibilidade pura, da sensação imediata e da indeterminação. Ainda que não se deva afirmar, de modo direto, que a Primeiridade “se manifesta” por meio do acaso, pode-se considerar que há entre ambas, uma afinidade perspectiva, o acaso, como princípio metafísico, configura-se como um dos principais fatores responsáveis pela evolução do Universo, cuja dinâmica criativa engendra a heterogeneidade e a diversidade inerente à Natureza.

É evidente que, ao desenvolver a categoria da Primeiridade e reconhecer o papel disruptivo do acaso em sua metafísica, Peirce delineava o comportamento criativo do Universo. Cabe destacar, contudo, que Primeiridade e acaso não são conceitos idênticos: a Primeiridade, situada na fenomenologia peirciana, refere-se à qualidade da possibilidade e da indeterminação, enquanto o acaso, no plano metafísico, expressa a inserção efetiva da irregularidade e da espontaneidade na tessitura da realidade. “O acaso não parecia *a priori* ser um assunto muito promissor para um estudo preciso, e muitos cientistas o desprezavam não muito tempo atrás. Agora, no entanto, ele desempenha um papel central em nossa compreensão da natureza das coisas” (Ruelle, 1993, p.220).

Ao não desconsiderar a relevância do acaso, pode-se afirmar que os estudos de Peirce contêm, em vários aspectos, o germe da complexidade. Essa concepção nos leva, portanto, a investigar como ele elaborou esse prognóstico subjacente a um paradigma da complexidade, traçando uma análise cronológica dos seus textos publicados.

3 Prognóstico de C. S. Peirce acerca da complexidade

Na perspectiva adotada neste artigo, os fundamentos do que hoje está sendo chamado de complexidade já estavam intrínsecos nos estudos de Peirce (Santos, 2024).

Peirce permitiu-se propor a todo o Universo, inclusive às suas leis, um caráter evolutivo e não estritamente determinista, diante de dois eventos capitais que tiveram lugar na ciência do século XIX: a teoria da evolução desenvolvida por Charles Darwin e a redefinição no interior da geometria (Silveira, 2000, p.128).

Nesse sentido, busca-se, inicialmente, compreender o prognóstico de Peirce em uma perspectiva diacrônica. Em seguida, contaminado por essa perspectiva, investiga-se como um prognóstico de uma criatividade indeterminista da complexidade também se revela intrínseco a seus estudos.

No texto *Ground of Validity of the Laws of Logic* (1869) (Peirce,1992), Peirce questiona a visão convencional de que a natureza é sempre regular, baseado na premissa de que “como as coisas têm sido, assim serão; como uma parte da natureza é, assim é qualquer outra” (Peirce,1992, p.56). Para Peirce, essa concepção é limitada, pois a natureza não é inerentemente regular. Ele argumenta que nenhuma desordem seria menos ordenada do que o arranjo existente. Embora existam inúmeras leis e regularidades específicas, as irregularidades são infinitamente mais frequentes. Todo fato no Universo está relacionado a outro, mas a maioria dessas relações é casual e irregular. Neste texto, observam-se as primeiras advertências contra a visão da física clássica, que postulava um mundo determinístico, reversível e completamente ordenado.

No texto *Design and Chance* (1883-84) (Peirce,1992), Peirce reflete sob a influência de um passado dominado pela física clássica, cuja visão era descrita pela afirmação de Gell-Man: “o conhecimento exato das leis do movimento e da configuração do universo em qualquer instante de tempo permite, em princípio, predizer a história completa do universo” (Gellmann, 1996, p.41). Contudo, Peirce promove uma revisão profunda da perspectiva científica, propondo uma abordagem evolucionista que se distancia desse determinismo rígido. Segundo Peirce, “[...] a época da história intelectual em que o mundo chegou agora encontra o pensamento ainda sob a forte influência que lhe foi conferida, em 1859, pela grande obra de Darwin” (Peirce, 2023, p.175).

A influência de obras como as de Darwin e Lamarck estimulou o surgimento de novas abordagens na ciência. Peirce afirma que essa nova direção é “destinada, como me parece, a desempenhar um papel considerável nos próximos anos – quero dizer, a tendência de questionar a verdade exata de axiomas” (Peirce, 2023, p.175). E é nesse ambiente de renovação científica e questionamento crítico que se esconde a ideia da complexidade no cerne das discussões científicas.

Sempre me pareceu singular que, quando propomos a um evolucionista, spenceriano, darwiniano, ou de qualquer escola a que pertença, a questão: quais são as forças ativas que causaram a evolução? Ele mencionava vários fatos e leis deter-

minados, mas entre as forças ativas em operação, ele nunca menciona uma vez sequer o acaso. No entanto, parece-me que o acaso é a única força ativa essencial da qual depende todo o processo (Peirce, 2023, p.183).

Deve-se compreender a inserção do acaso como uma ruptura na visão determinista do Universo e do mundo. Segundo Peirce, “Em suma, não poderia ser que o acaso, no sentido aristotélico, a mera ausência de causa, deva ser admitido como digno de algum mínimo lugar no universo?” (Peirce, 2023, p.180). A inclusão do acaso como elemento substancial do Universo implica uma revisão radical na visão do mundo e, sobretudo, na compreensão da própria criatividade, como será explorado a seguir.

Peirce afirma: “[...] suponho que em ocasiões esporádicas excessivamente raras uma lei da natureza é violada em algum grau infinitesimal, o que pode ser chamado de acaso absoluto, mas o acaso comum é relativo simplesmente às causas que são levadas em consideração” (Peirce, 2023, p.184). Dessa forma, aventa-se a possibilidade de que o acaso absoluto desempenhe um papel relevante nas inovações efetivas no Universo, hipótese que, conforme indicam os textos de Peirce analisados neste artigo, atua como um potente mecanismo de criatividade capaz de incorporar a novidade.

Ainda de acordo com Peirce, “[...] em algum momento, o acaso causará uma mudança em todas as condições ou, pelo menos, isso é o mais próximo de uma declaração correta sobre o assunto que pode ser prontamente traçada” (Peirce, 2023, p.184). Nesse contexto, o acaso desempenha um papel fundamental na evolução, promovendo alterações nas condições estabelecidas. Essas mudanças, por sua vez, resultam no aumento da complexidade dos fenômenos, destacando a relevância do acaso como motor da inovação radical, entendida aqui como a introdução de possibilidades genuinamente novas, e do desenvolvimento no Universo.

É suficiente dizer que, como tudo está sujeito às mudanças, tudo mudará pelo acaso depois de um tempo, e entre essas circunstâncias mutáveis estarão os efeitos das mudanças na probabilidade de novas mudanças. E disso segue-se que o acaso deve agir para mover as coisas, no longo prazo, de um estado de homogeneidade para um estado de heterogeneidade. Esses são estados improváveis (*unlikely*) (Peirce, 2023, p.186).

Essa perspectiva se confirma, principalmente, devido à reflexão sobre os fenômenos improváveis e imprevisíveis. Nesse contexto, observa-se um deslocamento de criações já determinadas e, portanto, previsíveis, para a criação de fenômenos indeterminados e, portanto, imprevisíveis. A falta de previsibilidade sobre o que o processo criativo do acaso irá gerar torna-o um potente mecanismo de ruptura e acontecimento criativo. “A operação do acaso, portanto, mostra, sim, uma tendência definida para causar eventos improváveis por meios variados em circunstâncias variadas” (Peirce, 2023, p.186). É assim que se começa a delinear os primeiros contornos de uma criatividade indeterminista da complexidade. “O acaso é indeterminação, é liberdade. Contudo, a ação dessa liberdade se distribui segundo a mais estrita regra da lei” (Peirce, 2023, p.188). Nesse sentido, Peirce já estava fomentando a mudança de paradigma de uma visão determinista para um paradigma indeterminista e probabilístico. Além disso, é importante esclarecer que a consubstanciação do acaso ocorre segundo as mais estritas regras da lei. Na perspectiva adotada nesta pesquisa, tal afirmação pode ser ratificada pelos conceitos emergentes da complexidade, que delinham os proces-

sos pelos quais o Universo se desenvolve até chegar à manifestação do acaso. Assim, o acaso se apresenta em múltiplas etapas antes de se concretizar, não se configurando apenas como um fenômeno aleatório simples. Devido às limitações de espaço deste artigo, a investigação detalhada sobre esse processo será abordada em trabalho subsequente.

No texto *One, two, three: Kantian categories* (1886) (Peirce, 1992), Peirce considera ter encontrado a chave para o Universo. Trata-se de uma tentativa de explicar as leis da Natureza, mostrando suas características gerais, traçando suas origens e prevendo novas leis. Nesse contexto, Peirce apresenta sua famosa hipótese de que três elementos são ativos no Universo. Segundo o texto em questão: primeiro, o acaso; segundo, as leis; terceiro, a aquisição de hábitos. Peirce afirma que se deve supor um elemento de absoluto acaso, brincalhão, de espontaneidade, originalidade e liberdade na Natureza. Se o universo está evoluindo de um estado de absoluto acaso para o estado de quase completo determinismo por meio de leis, devemos supor que existe um elemento original e elementar das tendências das coisas para aquisição de hábitos.

No texto *A Guess at the Riddle* (1887-88) (Peirce, 1992), Peirce afirma que existem as categorias da Primeiridade, da Segundidade e da Terceiridade, e que deve-se encontrar razão para admiti-las enquanto fundamentos fenomenológicos da experiência, e não como entidades metafísicas propriamente ditas. Assim, as categorias fenomenológicas não descrevem a configuração do Universo em si, mas os modos pelos quais os fenômenos se apresentam à mente, independentemente de corresponderem ou não a algo real. A Primeiridade deve ser presente e imediata, fresca e nova, inicial e original, espontânea e livre. Para efeito desta pesquisa, concentraram-se nos aspectos da Primeiridade enquanto categoria fenomenológica, pois nela se encontram os rudimentos do que aqui se denomina criatividade indeterminista da complexidade. Importa destacar que, no pensamento de Peirce, as categorias fenomenológicas não descrevem a realidade em si, mas os modos pelos quais os fenômenos se apresentam à mente, independentemente de serem reais ou não.

Na perspectiva adotada nesta pesquisa, a complexidade é entendida como um campo que busca apreender processos marcados pela indeterminação, característica fundamental da Primeiridade. Entretanto, não se pode perder de vista que, em Peirce, a compreensão da complexidade exige a correlação entre as três categorias: a Primeiridade (possibilidade e qualidade pura), a Segundidade (resistência e alteridade) e a Terceiridade (leis, hábitos e generalidades). Sem a Terceiridade, por exemplo, não há evolução nem permanência suficiente para que haja representação.

Dessa forma, embora aqui se delimite o foco na Primeiridade, reconhece-se que a apreensão dos processos ligados à complexidade requer a articulação das categorias fenomenológicas em conjunto, além de um enquadramento lógico/semiótico e metafísico coerente. Nesse sentido, os conceitos emergentes estudados pela complexidade podem ser lidos como manifestações possíveis da indeterminação própria da Primeiridade, mas apenas em relação com as demais categorias é que se torna possível compreender como a criatividade do Universo engendra diversidade e novidade.

De fato, Peirce discute e questiona a proposição de que todos os eventos no Universo são precisamente determinados por causas consensuais, cuja lei seria inviolável. Ele mostra que, ao tentar verificar alguma lei da natureza por experimentação, sempre se encontram discrepâncias entre a observação e a teoria. Existe também uma classe de fatos dos quais não é razoável esperar uma explicação, como os fatos de indeterminação ou variedade. Indeterminação, então, é pura Primeiridade. Indeterminação não nos permite questionar,

mas muitos fatos de natureza geral ou ordenada exigem uma explicação. Nenhuma lógica nos impede de assumir, em relação a qualquer fato, que este seja, por sua própria natureza, absolutamente inexplicável, afirma Peirce nesse texto.

No texto *The Architecture of Theories* (1891) (Peirce, 1992), Peirce começa abordando a lei da conservação de energia, a qual considera o primeiro passo para um pensamento científico moderno. Ele afirma que a única conduta possível em relação às leis da natureza e à uniformidade, de modo geral, é supô-las como resultado de um processo evolutivo. Logo, essas leis teriam origem em um elemento de indeterminação, espontaneidade ou absoluto acaso na natureza. Apenas quando se tenta verificar alguma lei física é que se observa a impossibilidade de uma satisfação precisa delas; e, com razão, atribui-se a discrepância ao erro de observação. Nesse sentido, deve-se supor que existem muito mais discrepâncias devido à imperfeição das leis. Ele afirma ainda que uma teoria inteligível do Universo é aquela que se alinha ao Idealismo Objetivo, no qual matéria é uma mente com hábitos esgotados, e, portanto, os hábitos inveterados se tornam leis físicas.

Entre os muitos princípios de lógica que Peirce aplica em sua filosofia, destaca-se aquele em que, no texto citado, ele introduz as concepções de primeiro, segundo e terceiro, ênfase que o próprio autor faz questão de registrar. O Primeiro refere-se ao ser ou à existência independentemente de qualquer outra coisa. O Segundo refere-se ao relativo, à reação a algo, ou à alteridade. O Terceiro refere-se à mediação, através da qual o primeiro e segundo são postos em relação. Peirce acrescenta, no mesmo texto, que Acaso é primeiro, Lei é segundo, e a tendência de adquirir Hábito é terceiro. A perspectiva mais revolucionária talvez seja que a Mente é primeiro, a Matéria é segundo e a Evolução é o terceiro. A partir dessa interpretação, percebe-se que Peirce considera o Universo, em seu início, como uma mente criativa que, gradualmente, se tornar matéria. Nesse sentido, o Universo evolui de um estado de imprevisibilidade, desordem, aleatoriedade para um nível da lei, ordem, racionalidade e previsibilidade. Assim, a Primeiridade é o “campo fenomenológico” do acaso, o lugar onde este encontra sua raiz. É nela que o Universo apresenta qualidades e possibilidades ainda não determinadas, permitindo que eventos surjam de forma espontânea, uma espécie de departamento criativo do próprio Universo. Em seguida, a Segundidade concretiza a possibilidade de o Universo evoluir a partir dessas criações. Uma vez na Segundidade, a criação concretizada adquire o caráter de lei, que se estabelece a partir de hábito, mantendo uma invariabilidade em suas ações. Nesse momento, chega-se à Terceiridade, categoria que expressa a generalidade, a mediação e a regularidade. É nesse nível que se torna possível a formulação de leis e padrões, os quais podem ser posteriormente investigados pela ciência por meio de raciocínios indutivos e dedutivos. Ao mencionar investigação e modos de raciocínios, entretanto, é necessário distinguir que se está adentrando a esfera da lógica/semiótica, que não se confunde integralmente com a categoria fenomenológica da Terceiridade, ainda que com ela guarde relação. Essa perspectiva se estabelece porque a Terceiridade está no âmbito da previsibilidade, da ordem e do determinismo, provisoriamente. É legítimo supor que, de um modo geral, o Universo ainda não está totalmente determinado, mas continua a evoluir. A categoria da Primeiridade, ao representar a esfera da possibilidade e indeterminação, oferece o fundamento para a cosmologia evolucionária em Peirce, na medida em que introduz a espontaneidade necessária à emergência do novo no processo de evolução do Universo.

Cabe ressaltar que isso é precisamente o que os estudos da complexidade têm demonstrado. No final dos anos de 1960, em um conceito revolucionário das estruturas dissi-

pativas, Prigogine descobriu que a ordem pode emergir da desordem, ratificando o prognóstico de Peirce de acaso, lei e hábito ou ainda mente, lei e evolução.

No texto *The Doctrine of Necessity Examined* (1892) (Peirce, 1992), Peirce reforça o papel criativo da mente do Universo no mundo físico.

Assim, por admitir a pura espontaneidade ou vida como uma característica do universo, a qual, embora contida nos limites estreitos da lei, age sempre e em todos os lugares produzindo continuamente desvios infinitesimais da lei, e desvios grandes com infinita infrequência, explico toda a variedade e diversidade do universo no único sentido em que o realmente *sui generis* e o novo podem ser explicados. A visão comum tem de admitir a variedade inesgotável e numerosa do mundo, tem de admitir que a sua lei mecânica não pode explicar isso em nada, que a variedade só pode surgir da espontaneidade e, ainda assim, nega sem qualquer evidência ou razão a existência dessa espontaneidade, ou então a empurra de volta ao início dos tempos e supõe que está morta desde então (Peirce, 2023, p.209-210).

Nota-se, portanto, que o Universo, concebido como uma mente criativa, apresenta plasticidade, autonomia e fluidez, características que lhe conferem a capacidade de mudar de hábitos. É fundamental destacar a conexão com a teoria de Gaia de Lovelock (2020), que sugere que a superfície da Terra funcione como um superorganismo. Nesse contexto, essa perspectiva se relaciona com o conceito de acaso peirciano, pois é o acaso que assume a responsabilidade pelos desvios e rupturas, permitindo, assim, uma evolução, ao mesmo tempo em que insere a diversidade por meio da criação de novos sistemas complexos.

No texto *Reply to the Necessitarians* (1893) (Peirce, 1893), Peirce retoma o ataque à doutrina segundo a qual todos os eventos são precisamente determinados por leis. Ele admite a regularidade das leis e acredita na existência de leis como alguma coisa real e geral. Não obstante, sustenta que não existe razão para pensar que exista fórmula geral em relação às quais os fenômenos da natureza sempre e precisamente obedecem às leis. Peirce questiona: quais elementos do Universo não requerem explicação? Essa foi uma pergunta simples, capaz de ser deliberada pela lógica com tanta certeza quanto um problema adequado é resolvido por cálculo diferencial. Deve-se, então, questionar se, de fato, há espontaneidade. Quando reconhecida, essa espontaneidade foi denominada acaso absoluto. Essa conclusão foi alcançada a partir de um reexame cuidadoso realizada por pesquisadores posteriores a Peirce, sobre o papel do acaso na ciência em geral e, em especial, nas doutrinas da evolução. Esses estudos contribuíram para esclarecer em que medida a indeterminação e aleatoriedade, antes vistas como conceitos marginais, desempenham um papel fundamental na dinâmica evolutiva dos sistemas naturais. E ele afirma ainda que uma teoria do Universo inteligente é aquela de um Idealismo Objetivo, a matéria como mente cujos hábitos se cristalizaram a tal ponto que se manifestam como leis físicas. Isso não implica, contudo, que o Universo caminhe necessariamente para um estado final de esgotamento de hábitos, mas sim que a matéria, em sua forma atual, é resultado de processos em que os hábitos se tornaram suficientemente estáveis para conferir regularidade à realidade. Logo, entra no estágio de matéria. Ele afirma que o caos advindo do acaso é um estado de sentimento intenso, embora memória e hábito estivessem totalmente ausentes. Trata-se, portanto, de uma atmosfera de liberdade criativa. Nas palavras de Peirce, o acaso é aquela diversidade e variedade de coisas e eventos que a lei não prevê ou impede. Afirma que, como realista que é, não vê dificuldade na produção gérmen, infinitesimal primeiro, de uma tomada de hábito ser a partir do acaso. Seriam, pois, essas mesmas constatações que estudos recentes da complexidade vêm engendrando, como a ordem

advinda da desordem. Tal perspectiva pode ser ratificada quando Peirce afirma que, na maioria das vezes, segue o método usualmente adotado pelos físicos, que chamam de acaso a explicação de aparentes violações das leis da energia, como é apresentado pelo fenômeno de crescimento. Ao invés de acaso, como eles entenderam, Peirce chama de acaso absoluto.

No seu texto *On Phenomenology* (1903) (Peirce, 1998), Peirce vai esclarecer a natureza da fenomenologia, cujo objetivo é apreender as categorias universais da experiência. Peirce descobriu que essas eram: primeiro, a qualidade de sentimento; segundo o elemento de luta e reação na experiência ou consciência; e terceiro, um elemento intelectual que parece muito como a representação ou no sentido de aprendizagem. Ele acredita que esses três elementos são necessários para explicar o modo de influência sobre os fatos externos que não podem ser explicados apenas por ações mecânicas. Assim, para se pensar a ideia de evolução, fazem-se necessárias as três categorias. Cabe fazer notar que a Primeiridade se estabelece como a categoria de criatividade nesse processo evolutivo.

Impõe-se, portanto, a retomada da fenomenologia para elucidar o sentido dessas categorias universais.

A ciência da fenomenologia deve ser a base para o edifício da ciência normativa – e é primeira, pois, a requerer a nossa atenção. A fenomenologia é na minha opinião a mais primitiva das ciências positivas. [...] Por ciência positiva entendo uma investigação que busca conhecimento positivo; conhecimento que pode ser expresso convenientemente através de uma proposição categórica (Peirce, 1974, p.21).

Trata-se, sobretudo, de uma nova percepção sobre os fenômenos. Segundo Peirce (1998), o olhar fenomenológico exige abrir os olhos mentais e observar o fenômeno tal como ele realmente é. Esse alerta deve ser entendido como um dos principais indícios para a compreensão da complexidade nos dias de hoje. Com efeito, compreender os estudos da complexidade exige uma nova perspectiva, uma nova maneira de perceber o mundo. Não se pode assimilar a complexidade com visões deterministas; novas percepções precisam ser engendradas. É preciso olhar para os fenômenos sem os preconceitos que normalmente associamos a eles. Peirce afirma ainda outras duas faculdades fenomenológicas: a segunda é o discernimento perseverante do fenômeno; e a terceira é o poder de generalização matemática, que formula abstrações compreendendo as muitas essências das características, purificando-as de todas as misturas irrelevantes. É legítimo supor que, de uma maneira geral, a complexidade se estabelece ao incorporar fatores que eram negligenciados pela física clássica, como o acaso. Ao adotar uma perspectiva fenomenológica, a complexidade revela conceitos que exigem uma nova percepção para serem compreendidos, como Peirce sugeriu aos estudantes de fenomenologia. Além disso, Nubiola (2000) observou que Peirce percebia as categorias fenomenológicas como concepções que expressam a complexidade inerente à experiência. Cabe esclarecer que, ao usar essa expressão, o autor não está referindo ao conceito contemporâneo de complexidade, mas ao fato de que as categorias, Primeiridade, Segundidade e Terceiridade, procuram abarcar a riqueza e a variedade dos fenômenos em seus diferentes modos de manifestação.

No texto *A Neglected Argument for the Reality of God* (1908) (Peirce, 1998), Peirce descreve a existência de três universos. Na perspectiva assumida nesta pesquisa, esse texto aponta possíveis razões pelas quais a física clássica concentrou seus esforços apenas nos estu-

dos da categoria da Terceiridade. “Argumento que a Terceiridade é operatória na Natureza” (Peirce, 1974, p.35). Nesse sentido, é importante lembrar que Peirce associa Terceiridade à noção de generalidade. Assim, quando os cientistas conceberam o Universo apenas pela perspectiva da Terceiridade, acabam privilegiando essa dimensão das leis e regularidades.

Quando digo que a proposição geral é da ordem da representação, quero dizer que se refere a experiência in futuro, que não sei se foram ou virão a ser todas experienciadas. Quando afirmo que ser é diferente de ser representado significa que o ser real consiste naquilo que nos é imposto pela experiência, elemento de compulsão bruta, não mera questão de razão (Peirce, 1974, p.36).

A física clássica concentra-se nos estudos das regularidades observadas na Natureza que podem ser compreendidas como hábitos duradouros dos fenômenos naturais. No contexto peirciano, isso se relaciona com a categoria da Terceiridade, que envolve a mediação e a generalização entre diferentes experiências ao longo do tempo. Assim, não é a experiência isolada de Terceiridade que adquire caráter de lei, mas sim o pensamento generalizador, capaz de estabelecer continuidade e regularidade entre eventos diversos, que permite formular as leis da Natureza. Dessa forma, a física clássica pode ser vista como uma ciência que privilegia a Terceiridade enquanto categoria fenomenológica fundamental para compreender as leis e hábitos naturais, sem, contudo, esgotar a totalidade da experiência que inclui também a Primeiridade e a Segunidade. Nesse sentido, assume a propriedade de ser passível de representação. Daí a Terceiridade ser Representação. Só é possível representar aquilo que permanece determinado, previsível e ordenado. “A continuidade representa a Terceiridade na perfeição” (Peirce, 1974, p.98). Assim, na perspectiva deste trabalho, toda a física clássica foi moldada levando em conta apenas a categoria da Terceiridade. Cumpre notar, oportunamente, que, embora o conceito de continuidade seja de extrema importância, ele será abordado em um novo trabalho.

Por outro lado, a física moderna e outras ciências, por meio dos estudos da complexidade, na perspectiva desta pesquisa, estão focadas no universo das experiências da Primeiridade.

A ideia de Primeiro predomina nas ideias de novidade, vida, liberdade. Livre é o que não tem outro atrás de si determinando suas ações; mas assim aparece a ideia de outro, pela negação da alteridade; ela está presente para que se possa falar que a Primeiridade é predominante. A liberdade só se manifesta na multiplicidade e na variedade incontrolada; e assim o Primeiro torna-se predominante nas ideias de variedade sem medida e multiplicidade (Peirce, 1974, p.94).

Seria, portanto, como se agora compreendêssemos de que modo o objeto/realidade cria signos inauditos. Em termos semióticos, trata-se da emergência sígnica, isto é, do modo como um signo inaudito passa a existir e a produzir um novo interpretante, entendido aqui como o efeito gerado no processo semiótico, e não como o intérprete. É como se os estudos da complexidade contemporânea estivessem desvendando a categoria da Primeiridade, ao mesmo tempo em que revelam a emergência de uma criatividade indeterminista da complexidade. Assim, a categoria da Primeiridade revela a faceta criativa do Universo.

O homem de ciência, com certeza mais familiarizado com a alteridade do mundo, busca seus interpretantes como *mediações genuínas* diante do desafio do Objeto. Não seria o artista de gênio, de sua vez, propenso a encontrar uma espécie de *poética mediadora* diante da alteridade, ao descobrir no que simplesmente é suas possibilidades futuras de ser? (Ibri, 2020, p.34).

É importante ressaltar que, no texto de Ibri, a mediação poética é atribuída ao artista, enquanto ao homem de ciência cabe a mediação genuína. Assim, quando o cientista percebe a alteridade do mundo, ele o faz por meio de um processo mediador que busca apreender as regularidades e leis da Natureza, revelando, ainda assim, a potência criativa do Universo. Nota-se, portanto, uma criatividade independente da mente criativa humana. “Avesso à estrita causalidade, este Universo-Objeto anuncia-se assimétrico, pleno de variedade, exibindo sua liberdade desviante da lei. Avesso ao caos, permite a *possibilidade* do pensamento e, neste, traça sua cósmica gramática” (Ibri, 2020, p.35). Nesse contexto, há uma subversão da ideia de criação do impossível em relação à visão determinista. Assim, a complexidade representa uma revolução radical na maneira de compreender o que a criatividade pode engendrar. A criatividade indeterminista se configura como uma força disruptiva, pois, sempre que tentamos prever como o Universo irá se configurar, ele nos surpreende, a cada novo dia, com uma expressão poética inédita.

Os estudos da complexidade estão revelando os mecanismos criativos do Universo, do mundo, da sociedade e da cultura como sistemas adaptativos complexos capazes de engendrar sistemas emergentes. Seria, portanto, relevante orientar as descobertas que a ciência moderna está engendrando, como mecanismos imprevisíveis e criativos da complexidade. Em outras palavras, na perspectiva adotada neste estudo, a complexidade é considerada uma teoria da criatividade indeterminista.

4 Criatividade Indeterminista da Complexidade

Peirce, no texto *Habit* (1898) (Peirce, 1992a), afirma que as explicações dos físicos que propuseram a doutrina do acaso, aplicada a trilhões de moléculas para explicar o fenômeno da irreversibilidade, são completamente aceitáveis e representam uma das maiores conquistas da ciência. A partir dessa afirmação, pode-se reconhecer um ponto de inflexão no pensamento de Peirce, que consolida sua perspectiva evolucionária para o Universo. Para Peirce, o Universo tende à generalização. Importa destacar que, em seu pensamento, esse “deve” não expressa uma certeza evidente, mas uma probabilidade característica de sua cosmologia evolucionária. Contudo, essa tendência à generalização deve ser buscada em um domínio da natureza onde haja uma evolução e plasticidade em andamento.

Peirce recupera o exemplo da plasticidade e evolução da mente humana na mudança hábitos. Nesse contexto, pode-se mencionar o conceito de “irreversibilidade: evolução de um sistema que ocorre em um só sentido e dá origem a uma flecha do tempo” (Coveney; Highfield, 1993, p.324). Assim, o acaso, em Peirce, como discutimos, estabelece-se como um princípio determinante para interromper a regularidade, evitando o retorno ao estado inicial.

Simultaneamente, essa mesma ruptura revela-se como um princípio de criatividade indeterminista, uma vez que o novo estágio é imprevisível.

Kaag (2008) destaca a relação entre acaso e criatividade no desenvolvimento do tiquismo peirciano. Seria, portanto, possível inferir de Peirce que o acaso não implica pura aleatoriedade, mas, sobretudo, dá origem a um tipo de ordem que emerge provisoriamente no meio do fenômeno. Observa-se que, ao relacionar o acaso como um tipo de ordem emergente, estabelece-se uma conexão com os sistemas emergentes derivados da complexidade. Nesses sistemas, um fenômeno ou um comportamento inesperado e imprevisível de um sistema é formado pela interação de múltiplos agentes. Trata-se, portanto, da dilatação da complexidade do sistema, cujo conceito é o de auto-organização. Assim, à medida que o acaso se insere em um sistema, a auto-organização provoca o surgimento de sistemas emergentes, aumentando tanto a complexidade quanto a criatividade. Na perspectiva adotada neste trabalho, uma hipótese pertinente é atrelar tal caráter ao conceito de bifurcação. “As bifurcações são uma fonte de quebra de simetria” (Prigogine, 1996, p.73). A quebra de simetria revela e ratifica o caráter da irreversibilidade, ao mesmo tempo em que funciona como um mecanismo extremamente criativo, ao induzir um novo regime de funcionamento do sistema.

Na proximidade dos pontos de bifurcação, onde o sistema tem ‘escolha’ entre dois regimes de funcionamento e não está, por assim dizer, nem em um nem em outro, o desvio em relação à lei geral é total: as flutuações podem atingir a mesma ordem de grandeza que os valores macroscópios médios (Prigogine; Stengers, 1984, p.131).

Essa visão ilustra bem a presença do acaso em processos críticos. Entretanto, se tomado de forma absoluta, o conceito de acaso poderia levar a um cenário em que as possibilidades criadas não guardariam qualquer relação entre si, produzindo eventos desconectados de um contínuo espaço tempo.

É interessante perceber que, tomado o conceito de Acaso como absoluto, ele seria potencialmente um contínuo de possibilidades ilimitadas de criar variedade infinita em um teatro de reações, produzindo réplicas sem relações entre si e, assim, desconectadas de um contínuo espaço tempo (Ibri, 2021, p.83).

É justamente a partir da tensão entre essas duas concepções, o acaso como condição de bifurcação e o risco de desconexão total, que se pode configurar uma criatividade indeterminista da complexidade. Trata-se, portanto, de um mecanismo criativo de imprevisibilidade capaz de engendrar o inaudito. É legítimo supor que, de uma maneira geral, uma criatividade indeterminista da complexidade se encontra subjacente aos estudos de Peirce. Primeiramente, pelo caráter criativo da categoria de Primeiridade, que gera o novo no Universo; e, em segundo lugar, pela semiótica peirciana, que constitui uma lógica geral estabelecida como um modo de representar o objeto/realidade.

De fato, na relação entre signo, objeto, interpretante, observa-se que os signos representam o objeto/realidade mediando nossa apreensão dele. No entanto, essa tríade é mais complexa do que uma simples mediação direta: o interpretante não é o intérprete, mas o efeito semiótico gerado no processo de significação, podendo ser imediato, dinâmico ou final, conforme a classificação de Peirce. A partir dessa perspectiva, é possível estabelecer diálogos

com os estudos da complexidade, investigando como novos signos podem emergir (ou seja, gerar novos interpretantes) em contextos criativos e imprevisíveis.

Segundo Kaag (2008), para Peirce, as ocorrências do acaso caracterizam diversos aspectos do Universo e podem ser compreendidas como interações emergentes de ações psíquicas e físicas. Nesse contexto, o conceito de acaso não deve ser confundido com ação intencional: trata-se de um princípio de indeterminação que cria as condições para que a diversidade e a complexidade aumentem. Kaag (2008) afirma que a *Tyche* (tiquismo/acaso) motiva a mudança na ordem da natureza, uma ordem que reflete a espontaneidade e adaptação atribuídas às descrições da mente humana. Assim, as leis da Natureza podem, ocasionalmente, ser violadas pela ocorrência de novidade, possibilitando o crescimento e adaptação do Universo.

Nota-se, portanto, que tal perspectiva pode ser relacionada ao Idealismo Objetivo de Peirce, segundo o qual a matéria é concebida como mente cujos hábitos se cristalizaram em leis físicas. Essa concepção, ao reconhecer um princípio de generalização na evolução do Universo, abre espaço para a ideia de uma criatividade imanente que também afeta a mente humana. Ainda que oriunda de um contexto diferente, essa noção dialoga, em certa medida, com a teoria de Gaia de Lovelock (2020), que entende a Terra como um sistema vivo interconectado, capaz de autorregulação e transformação.

O emprego do termo mente em um sentido realista, tal como aqui se faz, não se reserva ser exclusivamente humano, mas extensivo a todos os seres que coabitam algum universo semiótico, ou seja, em que haja uma circulação, um comércio de signos e significações pragmáticas, isto é, aptas a afetar a conduta (Ibri, 2021, p.175).

De fato, quando um surfista observa o mar, ele está fazendo uma leitura semiótica das ondas. Em outras palavras, há uma interação entre a mente do mar e a conduta do surfista. Ao captar os signos transmitidos pelo mar, o surfista pode identificar as melhores ondas para surfar. Assim como o mar pode ser visto como uma espécie de mente, o Universo também se configura como uma mente criativa.

É dessa forma que os estudos da complexidade, ao desvendar os mecanismos de funcionamento da categoria da Primeiridade, na perspectiva desta pesquisa, estão revelando os conceitos pelos quais está emergindo uma criatividade indeterminista. Isso porque, como afirma Ibri: “[...] uma das funções do Idealismo Objetivo de Peirce é romper o dualismo mente-matéria de modo a considerar o universo material uma forma especial de mente, cuja conduta estaria tomada por hábitos arraigados” (Ibri, 2021, p.170).

Não se trata apenas de um realismo contemporâneo que polemiza sobre a existência ou não de um mundo externo à mente humana, mas fiel à sua origem escolástica depois generalizada por Peirce pela lógica dos relativos, propõe que os fenômenos se encontram sob relações gerais reais que lhes são associadas, independentemente de as representarmos como tais. A propósito, a ideia de tal independência tem gênese na experiência fenomenológica de segundidade, na qual é praticamente onipresente a reação do mundo às nossas arbitrarias concepções sobre ele ou a atos de vontade que promovem nossas ações (Ibri, 2021, p.265).

Em termos gerais, o Universo possui o seu próprio processo criativo disruptivo autônomo. Nele, a opinião da mente criativa humana é colocada no ostracismo, uma vez que o real

é o que é, independentemente do que a mente humana pensa a seu respeito. De fato, o caminho evolutivo pelo qual o Universo se dirige é imprevisível e indeterminado no seu percurso.

Da complementaridade constante entre hábito e acaso, entre uniformidade e desvio espontâneo da lei, vê Peirce o universo avançar em sua forma. O confronto da tendência à ordem com o rompimento da mesma resulta, por um processo naturalmente seletivo, não na volta do caos original nem num precipitar-se acelerado na rigidez de uma necessidade absoluta, mas no estabelecimento de uma 'heterogeneidade organizada' ou, como prefere o autor, em 'uma variedade racionalizada' (2. V L IO I). (Silveira, 2023, p.17).

Dessa forma, ratifica-se a capacidade criativa de engendrar diversidade de forma perene. Todavia, trata-se de uma criatividade que subverte a lógica de uma criatividade determinista, previsível e linear da Terceiridade. A probabilidade e o indeterminismo, suscitados pela ratificação do acaso como elemento da realidade, revelam um Universo em evolução criativa. Assim, em uma linguagem semiótica, pode-se dizer que o Objeto, entendido aqui como aquilo que o signo representa, está em constante evolução. Essa dinamicidade possibilita a emergência de signos inauditos, isto é, de novas formas de significação que podem ser identificadas a partir do aprofundamento dos estudos da complexidade.

É crucial considerar que os conceitos próprios da complexidade revelam um sistema adaptativo complexo criativo, cuja dinâmica conduz a processos de criatividade indeterminista. Em síntese, a criatividade indeterminista da complexidade é uma criatividade cujo caráter de indeterminação e imprevisibilidade torna o resultado inaudito, ou seja, uma criatividade genuinamente disruptiva e inovadora.

Segundo Prigogine (1988), o avanço da termodinâmica é de suma importância. Pela primeira vez, uma teoria física nos permite descrever e prever um fenômeno que responde às exigências mais amplas de uma teoria da criatividade. Os estudos dos sistemas de não-equilíbrio, conhecidos como estruturas dissipativas, exemplificam o fundamento dessa teoria. Nesse contexto, o aumento das flutuações e da evolução do sistema permitem a emergência de um modo de funcionamento qualitativamente novo.

Observa-se que a noção de uma criatividade indeterminista pode ter consequências significativas para determinadas abordagens da linguagem, sobretudo quando dialogam com a teoria peirciana dos signos. As principais consequências podem ser apontadas da seguinte forma: 1) **a evolução dos signos**: Os signos não são mais estáticos ou restritos a um sistema fechado. Os signos passam a ser compreendidos como dinâmicos e em constante transformação, emergindo de maneira criativa e imprevisível em resposta a novos contextos. Essa perspectiva demanda ampliar os estudos sobre a emergência de significados em situações complexas; 2) **a linguagem como um sistema adaptativo complexo**: a linguagem é entendida como um sistema aberto, em permanente interação com flutuações e estímulos do ambiente. Conceitos como emergência, acaso absoluto, flutuação e adaptação criativa passam a integrar a investigação semiótica; 3) **Superação de modelos mecanicistas e lineares**: Os estudos da linguagem devem se mover para além de explicações puramente mecanicistas ou lineares. Em vez disso, a análise deve adotar modelos mais complexos que reconheçam a natureza fluida e evolutiva dos signos e significados. Essa perspectiva abre espaço para a emergência de novos gêneros, não previstos anteriormente, fruto da interação complexa entre os agentes envolvidos no sistema; 4) **Plasticidade dos gêneros**: As fronteiras entre gêneros tornam-se

mais fluidas. Textos que antes eram encaixados em categorias fixas passam a transitar entre múltiplos gêneros, tornando-se multifacetados e difíceis de rotular. Logo, essa plasticidade exige novos métodos analíticos para lidar com os fenômenos emergentes; 5) **Acaso absoluto e imprevisibilidade**: O acaso absoluto desafia concepções deterministas que atribuem à linguagem uma relação direta e linear com o pensamento ou com estruturas sociais. Em vez disso, sugere que a linguagem está sujeita a eventos fortuitos que alteram sua trajetória de maneira imprevisível. O acaso absoluto também garante que novos signos possam surgir de maneira indeterminada, rompendo padrões anteriores. O acaso absoluto, por sua vez, reforça a ideia de que o significado nunca é totalmente fixo, sendo influenciado por contextos, intencionalidades e contingências. Longe de esgotar a análise, busca-se apenas abrir caminhos para futuras análises mais aprofundadas.

Vale ressaltar que, na perspectiva deste estudo, a criatividade indeterminista da complexidade emerge dos estudos da complexidade. Assim, os estudos de Peirce se inserem apenas como um prognóstico potente, cujo caráter permite um avanço no pensamento sobre a criatividade, passando de concepções deterministas para uma compreensão indeterminista no contexto da complexidade.

5 Considerações Finais

Este artigo buscou evidenciar a importância dos estudos de Peirce no prognóstico de um paradigma da complexidade. Ao resgatar fragmentos de textos, os quais pudessem ratificar tal perspectiva, revelou-se também um prognóstico subjacente de uma criatividade indeterminista da complexidade. Tal criatividade estaria intrínseca nos emergentes conceitos advindos dos estudos da complexidade. Cabe fazer notar, que, dessa forma, vislumbra-se uma mudança perceptiva radical sobre o que é a criatividade e, principalmente, no que, efetivamente, ela pode engendrar. Todavia, evidencia-se também um novo paradigma, o qual requer um olhar fenomenológico específico, tal como o desenvolvido por Peirce, para se apreender o Universo e, por conseguinte, a própria criatividade indeterminista da complexidade.

A partir das reflexões apresentadas, observa-se que a articulação entre a filosofia de Peirce, especialmente sua categoria de Primeiridade, e os conceitos contemporâneos de complexidade, oferecem uma perspectiva rica e inovadora para o entendimento da criatividade. Essa interseção revela um universo que, longe de ser regido exclusivamente por determinismos previsíveis, é permeado por espontaneidade, indeterminismo e auto-organização. Assim, a convergência entre a filosofia de Peirce e as teorias modernas da complexidade não apenas enriquece o entendimento da criatividade, mas também oferece uma base teórica poderosa para abordar questões contemporâneas. Ao enfatizar a espontaneidade e a emergência como fatores cruciais, essas perspectivas abrem novos caminhos para pensar o papel da criatividade como força transformadora, capaz de moldar não apenas o universo físico, mas também os campos do pensamento, da cultura, da linguagem e da inovação.

A partir das reflexões apresentadas, é possível concluir que a criatividade, no contexto dos estudos da complexidade, se revela como um processo dinâmico e indeterminado, capaz de gerar resultados inauditos e disruptivos. A transição da criatividade determinista, previsível e linear para uma criatividade indeterminista, associada aos sistemas adaptativos complexos, não apenas altera nossa percepção sobre o processo criativo, mas também abre novas possibilidades para entender a evolução do universo, da linguagem, da arte e da cultura.

Referências

- ANDERSON, D. R. *Creativity and the philosophy of C. S. Peirce*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1987.
- COVENEY, P.; HIGHFIELD, R. *A flecha do tempo*. São Paulo: Ed. Siciliano, 1993.
- GELL-MANN, M. *O Quark e o Jaguar. As aventuras no simples e no complexo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GRIBBIN, J. *Deep Simplicity. Chaos, complexity and emergence of Life*. London: Penguin Books, 2005.
- GOODWIN, B. *How the Leopard changed its spots. The evolution of complexity*. New York: Touchstone, 1994.
- HAUSMAN, C. R. *Charles S. Peirce's Evolutionary Philosophy*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- HOLLAND, J. H. *Emergence. From chaos to order*. Massachusetts: Addison-Wesley, 1998.
- IBRI, I. A. *Semiótica e Pragmatismo. Interfaces Teóricas. Vol. 1*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.
- IBRI, I. A. *Semiótica e Pragmatismo. Interfaces Teóricas. Vol. 2*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.
- KAAG, J. Chance and Creativity: The Nature of contingency in Classical American Philosophy. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*. v. 44, n 3, 2008, p. 393-411. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40321319>
- LASZLO, E. *Evolução. A grande síntese*. Lisboa: Instituto Piaget, 1987.
- LAUGHLIN, R. B. *Un universo diferente: la reinvención de la física en la Edad de la Emergencia*. Buenos Aires: Katz, 2007.
- LESTIENNE, R. *O Acaso Criador*. São Paulo: Edusp, 2008.
- LOVELOCK, J. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa: Edições 70, 2020.
- MITCHELL, M. *Complexity. A guided tour*. New York: Oxford University Press, 2009.
- MORIN, E. *Complexidade restrita, complexidade geral*. In: MORIN, E.; LE MOIGNE, J.L. *Inteligência da Complexidade. Epistemologia e Pragmática*. Lisboa: Instituto Piaget. 2009. p. 36-78.
- MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- NUBIOLA, J. Complexity According to Peirce. In M. Bergman & J. Queiroz (eds.). *The Commens Encyclopedia: The Digital Encyclopedia of Peirce Studies. New Edition*. 2000. Pub. 121226-1410a. Retrieved from <http://www.commens.org/encyclopedia/article/nubiola-jaime-complexity-according-peirce>
- PEIRCE, C. S. *Escritos Coligidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- PEIRCE, C. S. Reply to the necessitarians: Rejoinder to Dr Carus. *The Monist*, Chicago, v. 3, n. 4, 1893, p. 526-70. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27897103>
- PEIRCE, C. S. *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings. Vol. 1 (1867-1893)* Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1992.

- PEIRCE, C. S. *Reasoning and the Logic of Things. The Cambridge Conferences Lectures of 1898*. London: Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992a.
- PEIRCE, C. S. *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writing. Vol. 2 (1893-1913)*. Indianapolis: Indiana University Press, 1998.
- PEIRCE, C. S. *Acaso, probabilidade e indução. Escritos selecionados de Charles S. Peirce*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia, 2023.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A Nova Aliança. Metamorfose da Ciência*. Brasília: Ed. UNB, 1984.
- PRIGOGINE, I. *¿Tan solo una ilusión? Una exploración del caos al orden*. Barcelona: Tusquets Editores, 1988.
- PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
- PRIGOGINE, I.; NICOLIS, G. *Exploring complexity. An introduction*. New York: W.H. Freeman and Company, 1998.
- REYNOLDS, A. *Peirce's Scientific Metaphysics. The Philosophy of Chance, Law and Evolution*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2002.
- RUELLE, D. *Acaso e caos*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- SANTOS, R. M. A criatividade da complexidade: uma abordagem a partir da cosmologia evolucionária de Charles Sanders Peirce (1839-1914). *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n. 32, p. 418-445, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-2046.2024.48365>
- SANTOS, R. M. Cosmologia evolucionária peirciana e complexidade: fundamentos para a construção da criatividade indeterminista da complexidade. *Cognitio: Revista de Filosofia*. São Paulo, v.25, n.1, p. 1-11, 2024a. DOI: <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2024v25i1:e66862>
- SILVEIRA, L.F.B. Acaso, existência e lei num universo em evolução. *Cognitio Revista de Filosofia*, São Paulo, n. 1, p.117-137, 2000. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/13428/9955>
- SILVEIRA, L. F. B. da Cosmos evolutivo e plano da criação na filosofia peirceana. *TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia da Unesp, [S. l.]*, v. 8, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/12170>
- WALDROP, M. M. *Complexity. The emerging science at the edge of order and chaos*. New York: Touchstone Simon & Schuster Inc., 1993.

Ordem e estrutura argumental preferida no espanhol falado sob a perspectiva funcionalista

Order and Preferred Argument Structure in Spoken Spanish from a Functionalist Perspective

Laura Viana dos Santos

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) | São José do Rio Preto | SP | BR
laura.viana@unesp.br
<https://orcid.org/0009-0007-2170-9659>

Talita Storti Garcia

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) | São José do Rio Preto | SP | BR
talita.garcia@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0001-8695-6086>

Resumo: Considerando o esquema de posições proposto pela *Gramática Funcional* de Dik (1997a, 1997b), este trabalho tem por objetivo determinar as posições ocupadas pelos constituintes nucleares sujeito e objeto, lexical ou pronominal, em orações simples e declarativas com predicções de dois e de três lugares, bem como descrever a Estrutura Argumental Preferida (DuBois, 1987) deste mesmo contexto de análise. Para isso, verificam-se as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas dos argumentos, assim como as condições de quantidade e de papel da EAP. Os dados demonstram que o espanhol tende a obedecer aos pressupostos da EAP gramatical e pragmaticamente, apresentando, tanto no esquema V2 quanto no esquema V3, um sujeito transitivo dado em forma pronominal, e um objeto lexical que contém informação nova. Quanto aos esquemas de posições possíveis, os mais recorrentes são P1/S V O e S V Po/O, para V2, e P1/S c V O, para V3. O corpus utilizado é o PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*), especificamente, os inquéritos correspondentes à cidade de Alcalá de Henares, Espanha.

Palavras-chave: gramática funcional; ordem de palavras; espanhol.

Abstract: Considering the position scheme proposed by Dik's *Functional Grammar* (1997a, 1997b), this paper aims to determine the positions occupied by the nuclear constituents subject and object, lexical or pronominal, in simple and declarative sentences with two- and three-place predications, as well as to describe the Preferred Argument Structure (DuBois, 1987) of this same context



of analysis. To do this, the syntactic, semantic and pragmatic properties of the arguments are verified, as well as the quantity and role conditions of the PAS. The data shows that Spanish tends to comply with the presuppositions of the PAS grammatically and pragmatically, with both the V2 and V3 schemes featuring a transitive subject given in pronominal form and a lexical object containing new information. As for the possible position schemes, the most recurrent are P1/S V O and S V Po/O for V2, and P1/S c V O for V3. The corpus used is PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*), specifically the surveys corresponding to the city of Alcalá de Henares, Spain.

Keywords: functional grammar; word order; spanish.

1 Palavras iniciais

Este trabalho investiga a ordenação dos constituintes nucleares sujeito e objeto, em sua forma lexical ou pronominal, no espanhol peninsular falado sob a perspectiva da *Gramática Funcional* de Dik (1997a, 1997b). O contexto de análise é a oração simples e declarativa com esquema de predicação de dois e de três lugares. Além disso, investigamos a Estrutura Argumental Preferida (DuBois, 1987 *apud* Pezatti, 2002) dos argumentos que se manifestam nesse recorte. As ocorrências de (1) a (5) exemplificam nosso objeto:

- (1) *yo prefiero un café* (PRESEEA_AH_H25_7)
("Eu prefiro um café")
- (2) *la universidad también hace bastantes historias* (PRESEEA_AH_H28_14)
("A universidade também faz bastante histórias")
- (3) *yo noté el cambio* (PRESEEA_AH_H28_14)
("Eu notei a mudança")
- (4) *eso lo pensaba yo después* (PRESEEA_AH_M23_16)
("Isso pensava eu depois")
- (5) *allí compraba mi madre torrijas* (PRESEEA_AH_H30_15)
("Ali comprava a minha mãe *torrijas*")¹

¹ *Torrijas* é um doce tradicional espanhol conhecido como um tipo de rabanada, e é popular especialmente durante a Páscoa.

Como é possível observar, apesar de apresentar o padrão SVO como “ordem básica” (Sánchez Arroba, 2004), como se observa nas ocorrências (1), (2) e (3), o espanhol oferece diferentes possibilidades de ordenação para os argumentos verbais na oração, como mostram (4) e (5). Tais possibilidades são interpretadas por Soriano (1993) e por Martínez Caro (1999) como resultado de distintas funções comunicativas que recaem sobre esses argumentos, além de características propriamente gramaticais que permitem certa liberdade de disposição dos elementos oracionais, como as flexões verbais e os pronomes átonos (Fernández Soriano, 1993, p. 119), exemplificadas por (4) e (5).

Assim, o objetivo deste trabalho é verificar o esquema sintático predominante em orações com verbos de dois e de três lugares no espanhol, mais especificamente, determinar, considerando o esquema de posições proposto por Dik (1997a), quais são as posições ocupadas pelos argumentos desses verbos, sujeito e objeto pronominais e lexicais, bem como descrever as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas destes constituintes que favorecem determinadas posições. Para isso, além dos postulados da *Gramática Funcional* (Dik, 1997a, 1997b), seguimos Martínez Caro (2006), Pezatti (2002) e Camacho (2002).

O artigo se organiza da seguinte forma: primeiro, apresentamos as considerações da literatura a respeito do tema aqui abordado. Depois, descrevemos a perspectiva teórica adotada, a *Gramática Funcional* de Dik (1997a, 1997b) e, logo em seguida, os aspectos metodológicos. Na sequência, apresentamos a análise dos dados e os resultados obtidos. Por fim, tecemos as considerações finais.

2 Considerações sobre a ordenação de constituintes no espanhol

As gramáticas de língua espanhola reconhecem que a ordem de constituintes não é aleatória, mas resultado do *status* contextual das informações presentes no discurso (*Real Academia Española*, 2010; Bosque e Demonte, 1999; Matte Bon, 1995). Nesse sentido, Matte Bon (1995) afirma que os elementos mais contextualizados ou conhecidos se colocam antes dos elementos considerados novos.

Com relação aos argumentos nucleares, especificamente, Gutiérrez Araus (1978) destaca os seguintes esquemas sintáticos mais habituais em espanhol: SV, SV CD CI – SV CI CD, SV CI, SVA e SV Ag.² O sujeito e o verbo, de acordo com a autora, apresentam maior liberdade de posicionamento e são seguidos, nesta escala, pelo complemento indireto. O complemento direto, por sua vez, é o argumento com menor liberdade, uma vez que, ao ser representado por um sintagma nominal, não possui qualquer marca morfológica que o diferencie dos demais argumentos, ao contrário do que ocorre com o sujeito, que concorda em número e em pessoa com o verbo (cf. Gutiérrez, 1978, p. 62).

No que diz respeito à essa ambiguidade, Gili Gaya (2000, p. 84) aponta que o uso da preposição *a* – também conhecida como preposição de *acusativo de persona* (“acusativo de pessoa”) – pode resolver o problema e a ordem dos constituintes ocorre, então, sem qualquer alteração da compreensão das funções sintáticas desses argumentos.

² S=sujeito, V=verbo, CD=complemento direto, CI=complemento indireto, A=atributo, Ag=complemento agente.

Os estudos de cunho funcionalista têm trazido contribuições expressivas no que diz respeito à ordem de constituintes e admitem também que as motivações relativas a este fenômeno têm sua origem em fatores semântico-discursivos e pragmáticos (Fernández Soriano, 1993; Hannay e Martínez Caro, 2008; Martínez Caro, 1999; Martínez Caro, 2006; Silva-Corvalán, 2001). Considerando a tipologia proposta por Greenberg (1963), Fernández Soriano (1993) e Martínez Caro (1999) postulam que o padrão mais frequente no espanhol é o SVO.

López Meirama (2023) levanta fatores intrinsecamente semânticos que atuam na variação dessa combinação no espanhol, como o tipo de predicado (verbos intransitivos e psicológicos), representados por (6) e (7), respectivamente.

(6) *Han llegado niños.*

(“Chegaram os meninos”)

(7) *Me gusta el cine.*

(“Eu gosto de cinema”)

Ainda nesse sentido, Dik (1997a) propõe uma série de hierarquias de colocação dos constituintes que explicam algumas preferências das línguas naturais. Uma delas é a Hierarquia de Animacidade (cf. Dik, 1997a, p. 37),³ que se relaciona diretamente à natureza semântica dos argumentos, segundo a qual aqueles com traços mais humanos e mais animados têm prioridade sobre aqueles com traços menos humanos e menos animados.

Considerando os princípios de ordenação da *Gramática Funcional* de Dik (1997a, p. 399-415), os quais estão descritos na próxima seção, Martínez Caro (1989) reconhece os seguintes fatores que atuam diretamente no esquema de ordenação do espanhol: topicalização do objeto, responsável pela posposição do sujeito; função pragmática de Contraste; constituintes “pesados”, ou seja, mais complexos, os quais tendem a ocupar a direita da sentença; e a presença de verbos de movimento como *venir* (“vir”), conforme os exemplos (8), (9), (10) e (11):

(8) *La moto mi marido la compró el año pasado y el coche hace una semana.*

(“A moto meu marido comprou ela no ano passado e o carro faz uma semana”)

(9) *Compró el coche María.*

(“Comprou o carro Maria”)

(10) *Han llegado todos los transeúntes de la compañía X.*

(“Chegaram todos os transeuntes da empresa X”)

(11) *Vino Juan.*

(“Veio o Juan”)

Martínez Caro (2006) propõe ainda dois possíveis padrões para o espanhol: P1 c V S O X e P1 S c V O X, sendo *c* a posição reservada para os pronomes átonos, os clíticos, definidos pela autora como morfemas verbais e muito produtivos na língua espanhola. Essa posição secundária soluciona o problema de alocar os clíticos em P1 em línguas de verbo inicial, uma

³ No original: *The Animacy Hierarchy*.

vez que eles obrigatoriamente são posicionados antes do verbo (exceto em contextos infinitivos, gerundiais e imperativos) e que essa seria uma das posições especiais designadas aos constituintes com função pragmática de Tópico.

A autora afirma que a posição *c* pode receber mais de um argumento em casos de ocorrências que apresentam mais de um clítico e que ela aloca também a partícula *se* presente em construções passivas e impessoais, ou com verbos pronominais/reflexivos (cf. Martínez Caro, 2006, p. 18).

Ao analisar as características formais e discursivas dos argumentos nucleares do verbo, além de sua ordenação, é possível chegar à Estrutura Argumental Preferida de uma língua, tal como propõe DuBois (1987 *apud* Pezatti, 2002), que se define como “uma preferência discursiva mensurável por meio da estrutura sintática” (Pezatti, 2002, p. 283).

Sendo assim, a proposta deste trabalho é investigar, sob a perspectiva da *Gramática Funcional* (Dik, 1997a, 1997b), a Estrutura Argumental Preferida do espanhol peninsular falado, bem como determinar a posição que os argumentos sujeito e objeto, lexicais ou pronominais, ocupam em orações simples e declarativas, partindo das propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas que esses constituintes apresentam.

3 Fundamentação teórica

Como dito anteriormente, sob a perspectiva funcionalista, a ordem de constituintes não é aleatória, mas motivada por fatores pragmáticos e semânticos. Não há hierarquias entre os possíveis padrões de ordenação e tampouco uma ordem básica, mas sim diferentes padrões que cumprem funções comunicativas distintas (Berlinck; Augusto; Scher, 2004, p. 232). A oração, assim, se organiza de acordo com o *status* informacional dos elementos que a compõe, por exemplo, entre informação dada e informação nova, que se distinguem pelas funções pragmáticas de Tópico e de Foco, respectivamente.

Segundo Dik (1997a, p. 312), a função pragmática de Tópico se refere àquilo sobre o que se fala numa predicação, nesse sentido, todo discurso dispõe de um tópico. A função de Foco, por sua vez, é definida por caracterizar as partes mais importantes ou salientes daquilo que se diz sobre o Tópico, podendo ser, por exemplo, uma informação nova.

Para Dik (1997a, p. 49), a oração dispõe de uma estrutura subjacente abstrata na qual está especificada a predicação, ou seja, a estrutura do predicado e dos seus termos, seus argumentos. Todos esses elementos configuram camadas dessa mesma estrutura abstrata, sendo a predicação uma propriedade que é aplicada aos termos, às entidades. Quando essa aplicação ocorre, tem-se um Estado de Coisas (EsCo), definido como a concepção de algo que pode ocorrer no mundo (Dik, 1997a).

A ordenação dos termos com relação ao predicado é designada por uma série de princípios propostos pela *Gramática Funcional* (Dik, 1997a, p. 399-415) e se dividem entre princípios gerais e específicos. O autor explica que “[...] para chegar às expressões linguísticas concretas, precisamos de regras que atribuam posições aos constituintes da estrutura subjacente nas sequências lineares em que podem efetivamente ocorrer” (Dik, 1997a, p. 391).

Aqui, destacamos os seguintes princípios: (i) o Princípio de Ordenação Icônica, segundo o qual a linearização dos argumentos reflete iconicamente o conteúdo semântico da expressão na qual ocorrem; (ii) o Princípio de Ordenação Linear, que explica a ordem fixa

dos constituintes independente de sua posição em relação ao núcleo; (iii) o Princípio de Integridade do Domínio, que postula a preferência dos constituintes por permanecerem no mesmo domínio, sem interrupções – no caso, no domínio da oração; e, por fim, (iv) o Princípio de Realce Pragmático, responsável por determinar que constituintes com função pragmática especial são colocados em “posições especiais” (cf. Dik, 1997a, p. 399-404).

Como resultado destes – e de uma série de outros – princípios, tem-se o esquema geral de ordenação abaixo, a partir do qual as línguas naturais especificam seus possíveis padrões:

P1 (V) S (V) O (V)

Para este trabalho, além dos postulados da *Gramática Funcional* de Dik (1997a), nos baseamos em Pezatti (2002), que investiga a Estrutura Argumental Preferida (doravante EAP) do português brasileiro falado, como propôs DuBois (1987 *apud* Pezatti, 2002) ao analisar o sacapulteco. A EAP diz respeito aos padrões linguísticos mais utilizados pelos falantes de uma língua e analisa as propriedades formais e discursivas dos argumentos nucleares do verbo – sujeito e objeto (cf. Pezatti, 2002, p. 283).

A EAP apresenta condições de quantidade e de papel, que se aplicam às suas duas dimensões, gramatical e pragmática. Com relação à quantidade, relacionada à dimensão gramatical, a EAP impõe duas restrições: (i) Restrição de um único argumento lexical e (ii) Restrição de um único argumento novo. Quanto ao papel, relacionado à dimensão pragmática, as condições impostas são: (i) Restrição de sujeitos transitivos não-lexicais e (ii) Restrição de sujeito transitivo dado (cf. Pezatti, 2002, p. 283).

Camacho (2002), partindo da perspectiva teórica da *Gramática Funcional*, traz importantes contribuições a respeito da influência das noções psicológicas de ponto de vista (PV) e de fluxo de atenção (FA), mecanismos linguísticos relevantes para a ordenação de constituintes, conforme DeLancey (1981 *apud* Camacho, 2002).

De acordo com o autor, o FA determina a linearidade dos SNs, que são apresentados na ordem em que o falante deseja que o ouvinte lhes preste atenção (cf. Camacho, 2002, p. 263). O PV, por sua vez, é uma noção fundamentalmente dêitica e é a sua volta que o falante molda a comunicação linguística, desde que seja também participante do evento relatado. Essas concepções explicam a hierarquia de animacidade e o egocentrismo linguístico (Camacho, 2002).

4 Procedimentos metodológicos

Como universo de investigação deste trabalho, utilizamos o corpus PRESEEA – *Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América*, especificamente, o *corpus* correspondente ao inquérito da cidade de Alcalá de Henares, na Espanha. O PRESEEA é um projeto dirigido por pesquisadores de diversas instituições com o objetivo de constituir um *corpus* de língua espanhola representativo social e geograficamente.

Todas as ocorrências analisadas constituem-se de orações simples e declarativas com verbos de dois ou de três lugares que contam com a manifestação de seus argumentos nucleares sujeito e objeto, seja em sua forma lexical ou pronominal.

Seguindo os princípios teóricos citados acima, analisamos: (i) forma de manifestação do constituinte (lexical, pronominal); (ii) no caso de sujeito pronominal, analisamos a pessoa gramatical manifestada (1ª, 2ª ou 3ª pessoa); (iii) animacidade do argumento (mais ou menos

humano, seguindo a hierarquia de Dik (1997a, p. 37)); (iv) *status* informacional do argumento (informação dada ou nova); e, por fim, (v) posição com relação ao verbo (seguindo o esquema de Dik (1997a)).

5 Análise dos Dados

Foram analisadas 114 ocorrências correspondentes a um inquérito do *corpus* de Alcalá de Henares (PRESEEA). Desse total, 107 (93,85%) apresentam o esquema de predicação de dois lugares, V2, enquanto 7 (6,14%) apresentam o esquema de três lugares, V3.

Começaremos pela análise do esquema mais expressivo, o V2, mais especificamente, trataremos primeiro das formas de manifestação do sujeito e em seguida das formas de manifestação do objeto. Por fim, analisamos os mesmos argumentos nesta mesma ordem, mas no esquema V3.

5.1 O esquema de predicação de dois lugares (V2)

5.1.1 O sujeito pronominal

Nosso primeiro fator de análise é a forma de manifestação dos argumentos, se pronominal ou lexical, conforme os exemplos de (12) a (15).

- (12) *él hace algún dibujo* (PRESEEA_AH_H28_14)
("Ele faz algum desenho")
- (13) *unos especialistas escuchan las grabaciones* (PRESEEA_AH_H27_8)
("Alguns especialistas escutam as gravações")
- (14) *yo lo digitalizo* (PRESEEA_AH_H28_14)
("Eu o digitalizo")
- (15) *yo tenía mis amigos del colegio* (PRESEEA_AH_H30_15)
("Eu tinha meus amigos do colégio")

Em (12), o sujeito ocorre de forma pronominal, na terceira pessoa do singular *él* (ele), enquanto em (13) o argumento sujeito ocorre de forma lexical, *unos especialistas*. Em (14) e (15), por seu turno, observa-se duas diferentes formas de manifestação do objeto, primeiro como o clítico *lo*, depois de forma lexical *mis amigos del colegio*.

Os dados mostram que o argumento sujeito tende a aparecer na forma pronominal, mais precisamente em 68 ocorrências, que correspondem a 63,55% do total. Os sujeitos pronominais se dividem em 54 (79,41%) ocorrências do pronome de primeira pessoa do singular *yo*, 4 (5,88%) do pronome de segunda pessoa do singular *tú*, 1 (1,47%) de *él* e 1 (1,47%) de *ella*, ambos terceira pessoa do singular, 5 (7,35%) do pronome de primeira pessoa do plural *nosotros*, 2 (2,94%) do pronome de terceira pessoa do plural *ellos* e 1 (1,47%) do pronome demonstrativo *esa*, como mostram as ocorrências de (16) a (22), respectivamente.

- (16) *yo tenía serios temores* (PRESEEA_AH_H27_8)
 (“Eu tinha sérios temores”)
- (17) *tú no aparentas esa edad ni mucho* (PRESEEA_AH_M30_18)
 (“Você não aparenta essa idade nem de longe”)
- (18) *él hace algún dibujo* (PRESEEA_AH_H28_14)
 (“Ele faz algum desenho”)
- (19) *ella hizo clásicas* (PRESEEA_AH_H30_15)
 (“Ela estudou letras clássicas”)
- (20) *nosotros tenemos en Meco otra vivienda* (PRESEEA_AH_M31_17)
 (“Nós temos em Meco outra casa”)
- (21) *ellos organizan actividades para la gente de Alcalá en las fiestas* (PRESEEA_AH_M31_17)
 (“Eles organizam atividades para as pessoas de Alcalá nas festas”)
- (22) *esa ya tiene novio* (PRESEEA_AH_M23_16)
 (“Essa já tem namorado”)

A recorrência de sujeitos pronominais confirma a primeira condição de quantidade da EAP, que indica a predominância de apenas um argumento lexical nas orações, sendo este o objeto e não o sujeito, como se vê nas ocorrências de (16) a (22) acima. Esses resultados também concordam com a primeira condição referente ao papel, segundo a qual há uma tendência de expressão do sujeito transitivo por meio de pronomes ou de anáfora zero.

Nesse sentido, é interessante observar as motivações por trás da alta marcação do sujeito pronominal, uma vez que o espanhol é considerado uma língua *pro-drop* (Martínez Caro, 1999; López Meirama, 2023), ou seja, de sujeito nulo, o que significa que a morfologia do verbo é capaz de indicar a pessoa gramatical à qual se refere.

Alguns autores, como Posio (2011), atribuem essa marcação aos fatores pragmáticos e semânticos. Os compêndios gramaticais (*Real Academia Española*, 2010; Bosque e Demonte, 1999) reiteram essas motivações ao reconhecer que ênfase, ambiguidade e contraste podem favorecer o aparecimento do pronome. A RAE (2010), por exemplo, considera contextos como a mudança de referência de sujeito na mesma expressão e expressões contrastivas.

Em nossos dados, a presença dos pronomes ocorre quando eles apresentam características pragmáticas, como a de Tópico; quando expressam Contraste; em início de turno nos contextos de pergunta-resposta; e quando o falante deseja marcar sua subjetividade, geralmente quando expressa uma opinião pessoal.

(i) Tópico:

- (23) Inf. 1: *no sabía eso// ¿qué es lo que pasa en esa zona?//*
 Inf. 2: *no sé hoy he leído en el periódico que hay una familia/ marginal/ a mí es que esto de marginal me hace una gracia// y: los han metido allí// son una familia con un-/ tampoco lo he leído/ es en el Diario de Alcalá/ lo he mirado así// y es en la calle S C//*
 Inf. 1: (*ahá*)

Inf. 2: *y vamos eso es calle S C y la mía es la siguiente// así que no sé*

Inf. 1: *S E//*

Inf. 2: *y han metido allí la familia y quieren meter a más gente pero:-// pero no lo sé/ es que no-/ no sé de lo que va// además yo no vivo allí ahora o sea que lo tengo alquilado y:/ que dure mucho: tiempo//*

Inf. 1: *¡ah! ¿sí?*

Inf. 2: *yo sigo con mis papás/ que estoy muy a gusto/ (PRESEEA_AH_H30_15)*

(“Inf. 1: não sabia disso. O que é que acontece nessa região?”)

Inf. 2: não sei, hoje eu li no jornal que tem uma família marginal, para mim isso de marginal é engraçado, e colocaram eles ali. São uma família com também não li, é no Diário de Alcalá, só olhei assim, e é na rua S C.

Inf. 1: (aham)

Inf. 2: e, bom, isso é na rua S C e a minha é a rua seguinte, então não sei

Inf. 1: *S E*

Inf. 2: e colocaram ali a família e querem colocar mais e mais gente, mas, mas não sei, é que não do que se trata, além disso eu não moro ali agora, ou seja, o lugar está alugado e que dure muito tempo

Inf. 1: *ah, sim?*

Inf. 2: eu continuo com meus pais que estou muito bem”)

A função pragmática de Tópico, como já mencionado, caracteriza a entidade sobre a qual se fala em um determinado discurso, geralmente essa entidade já está disponível contextualmente, já é conhecida. Em (23), *yo* configura o Tópico da oração *yo sigo con mis papás*. Nesse contexto, o entrevistador (Inf. 1) requer informações sobre o bairro onde o entrevistado (Inf. 2) tem uma casa alugada, o qual relata o fato de famílias “marginais” ocuparem esse mesmo bairro e afirma que segue morando com seus pais.

Assim, confirmam-se também as restrições de sujeito transitivo dado e a de um único argumento novo, *con mis papás*, que, de fato, tende a aparecer como objeto ou sujeito intransitivo, mas nunca como sujeito transitivo, segundo os postulados da EAP.

(ii) Contraste:

(24) Inf. 1: *¿tú has expuesto algo?*

Inf. 2: *sí/ he hecho alguna cosa// algunas láminas con amigo: con un- un amigo que tengo que se llama AC/ pues él hace algún dibujo/ yo lo digitalizo/ lo coloreo y:-y lo expusimos en La Oveja Negra hace un mes// y bueno/ ahí hemos vendido también alguna obra// la vendes y// incluso te llaman para exponer fuera/ en Madrid (PRESEEA_AH_H28_14)*

(“Inf. 1: você expôs alguma coisa?”)

Inf. 2: *sim/ fiz algumas coisas// algumas gravuras com um amigo: com um amigo meu chamado AC/ ele faz alguns desenhos/ eu digitalizo/ pinto e:-e expusemos na La Oveja Negra há um mês// e bem/ lá também vendemos algumas obras// você vende e// até te chamam para expor fora/ em Madri”)*

A marcação do sujeito também ocorre quando há contraste entre um argumento e outro, como é possível observar na ocorrência (24), na qual o falante manifesta os sujeitos *él* e *yo* para delimitar diferentes ações – um amigo (*él*) faz os desenhos, ele (*yo*) colore esses desenhos.

(iii) Início de turno:

Inf. 1: *¿y tú? ¿te importa en botella? la botella/ ¿no te importa que sea la botella?*

Inf. 2: (m:) *yo prefiero un café:// un café con leche ((tos)) bien calentito bueno/ ((tos)) bien calentito no va a venir pero vamos/ como- como sea/co:n-con leche (PRESEEA_AH_H25_7)*

(“Inf. 1: E você? Você se importa com a garrafa? A garrafa/ Você não se importa que seja a garrafa?

Inf. 2: (m:) Eu prefiro um café:// um café com leite ((tosse)) bem quente bom/ ((tosse)) bem quente não vai chegar, mas vamos lá/ como- como for/co:n-com leite”)

Os dados mostram que o falante tende a manifestar o sujeito em início de turno, sobretudo em casos de par pergunta-resposta, uma vez que lhe é solicitada alguma informação. Este princípio parece explicar a alta ocorrência do pronome de primeira pessoa do singular *yo*, 54 ocorrências (79,41%), uma vez que os inquiridos do *corpus* são compostos de entrevistas, nas quais são requisitadas informações pessoais do falante entrevistado, como exemplificado por (25).

(iv) Expressão de opinião:

Inf. 1: *¿y del aborto?*

Inf. 2: *yo a favor/ también*

Inf. 1: (m:)

Inf. 2: *siempre y cuando sea: por violación/ claro*

Inf. 1: *¿sólo?*

Inf. 2: *yo creo que sí porque/// aunque si estuviera en mi caso no sé/ lo que haría*

Inf. 1: *claro tú imagínate*

Inf. 2: *ya*

Inf. 1: *aquí en tu caso (lapso = 2)*

Inf. 2: *yo es que por violación sí: estoy a favor porque*

Inf. 1: *pero ¿y por qué?*

Inf. 2: *yo no tendría un hijo la verdad// de otro-/ de otra persona// que me haiga violado (PRESEEA_AH_M20_10)*

(“Inf. 1: E quanto ao aborto?

Inf. 2: Eu sou a favor/ também

Inf. 1: (m:)

Inf. 2: desde que seja: por estupro/ claro

Inf. 1: só?

Inf. 2: eu acho que sim porque/// embora se fosse no meu caso eu não sei/ o que faria

Inf. 1: claro, imagine só

Inf. 2: claro

Inf. 1: aqui no seu caso (lapso = 2)

Inf. 2: eu sou a favor em caso de estupro porque

Inf. 1: mas por quê?

Inf. 2: eu não teria um filho, na verdade// de outra pessoa// que me estuprou”)

Quando se trata de algo extremamente pessoal ou subjetivo, os dados revelam que o falante também tende a marcar o sujeito nestes casos, uma vez que fala sobre e somente de si mesmo.

Com relação ao segundo fator de análise, a animacidade, os sujeitos pronominais, obviamente, apresentam traços humanos e mais animados. A recorrência do pronome *yo* (79,41%), nosso terceiro fator, como mencionado acima, pode ser explicada pelo caráter do *corpus*, que é composto de entrevistas. Desse modo, nos inícios de turno dos pares de pergunta-resposta ou quando expressa sua opinião, o falante tende a marcar o pronome, pois, como visto, fala de suas próprias experiências e percepções.

O quarto e o quinto critério, *status* informacional e posição do argumento, respectivamente, estão diretamente relacionados. Ao total, dos 68 (100%) sujeitos pronominais, 64 (94,11%) aparecem em posição pré-verbal e 4 (5,88%) em posição pós-verbal. Mais especificamente, os argumentos pré-verbais são: 51 casos de *yo*, 4 de *tú*, 1 de *él*, 1 de *ella*, 4 de *nosotros*, 2 de *ellos* e 1 do pronome indefinido *esa*. Enquanto os argumentos pós-verbais são: 3 casos de *yo* e 1 de *nosotros*.

A colocação do pronome em posição pré-verbal pode ser explicada pela atribuição de função pragmática ao argumento, como a de Tópico discutida acima, e pela hierarquia de animacidade, tal como propõe Dik (1997a).

A hierarquia de animacidade postula que argumentos cujos traços semânticos são mais humanos e mais animados tendem a aparecer na oração antes dos argumentos cujos traços são menos humanos e menos animados, conforme a escala: humano > força animada > força inanimada > inanimados (cf. Dik, 1997a, p. 37).

A esse respeito, Camacho (2002) explica que a hierarquia de animacidade “define um caráter elevadamente egocêntrico das enunciações verbais, segundo o qual o falante, diretamente vinculado a um caráter humano, tende a ser o ponto universal de referência e o argumento mais altamente pressuposto” (Camacho, 2002, p. 276), o que reforça sua posição anteposta ao predicado e ao objeto, especialmente nos casos da primeira pessoa do singular *yo*.

Assim, de acordo com as posições propostas por Dik (1997a), os padrões de colocação do sujeito pronominal pré-verbal podem ser os seguintes:

(27) *yo he notado muchísimo cambio// para mal//* (PRESEEA_AH_M31_17)

(“Eu notei muitas mudanças para pior”)

SVO

(28) *yo tengo novia// ¿sabes?* (PRESEEA_AH_H20_9)⁴

(“Eu tenho namorada, sabe?”)

P1/SVO

⁴ Em (28), *sabes* pode ser definido como um constituinte extra-oracional com função de Organizador Discursivo, mais especificamente, um Finalizador (cf. Dik, 1997b, p. 387).

Quando o sujeito não coincide com a função pragmática de Tópico, tem-se o padrão S V O, conforme (27). Quando o sujeito coincide com o Tópico, ocupa a posição especial para constituintes com função pragmática P1, resultando na configuração P1/S V O, conforme (28).

A posposição do sujeito pronominal ao predicado ou ao objeto ocorre sempre que o objeto é topicalizado, ou seja, quando a função de Tópico recai sobre este argumento, como mostram os exemplos (29), (30) e (31):

(29) *eso lo organizamos nosotros* (PRESEEA_AH_H28_14)

("Isso organizamos nós")

(30) *eso lo pensaba yo después* (PRESEEA_AH_M23_16)

("Isso pensava eu depois")

(31) *esto no lo sabía yo* (PRESEEA_AH_M31_17)

("Isto não sabia eu")

Nestes casos, o padrão é o P1/O c S V (X), conforme Martínez Caro (2006). Isso nos mostra também que as funções pragmáticas se sobrepõem às funções semânticas, uma vez que o objeto tende a ser o argumento menos humano. Trataremos mais adiante sobre a atribuição de funções pragmáticas ao constituinte objeto.

5.1.2 O sujeito lexical

A manifestação do sujeito lexical foi encontrada em 39 ocorrências, que representam 36,44% dos dados. Tendo em vista que a EAP segue a máxima de apenas um argumento lexical na oração, esses resultados nos fazem questionar quais são as motivações por traz dessas ocorrências, mesmo que sejam menos frequentes em relação à manifestação pronominal.

Nossos dados indicam as seguintes motivações:

(i) Sujeitos [-definidos/-específicos]:

(32) Inf. 1: *que no me parece a mí que sea muy así ¿no?/ porque (a) yo trabajo en la casa de la juventud/ y el otro día estuvimos además viendo un-// unos resultados de una:-/ ((tos)) de un estudio que se ha hecho de 55 juventud/// y el estudio lo habían hecho/ mediante encuestas/ por un lado// y por otro lado/ con grupos de difusión o sea/ que se pone:/ pues gente de un mismo nivel y tal los agrupan/ les sacan un tema/ y hablan ¿no? y luego unos especialistas/ escuchan las grabaciones analizan y tal y cual ¿no?// y bueno y eran encuestas hechas a:- a ochocientas y pico personas// y- y grupos de estos pues/ muchísimos grupos/ con muchísima gente ¿no?// pues con todo eso los resultados pues no sé si son:/ muy- muy fiables ¿no?* (PRESEEA_AH_H27_8)
 ("Inf. 1: Não me parece que seja bem assim, não é? Porque (a) eu trabalho na casa da juventude e, no outro dia, estávamos vendo alguns resultados de um estudo que foi feito com 55 jovens e o estudo foi feito por meio de pesquisas, por um lado e, por outro lado, com grupos de difusão, ou seja, que se coloca: pessoas do mesmo nível e tal são agrupadas, lhes apresentam um tema e conversam, certo? E depois alguns especialistas ouvem as gravações, analisam e tal e tal, certo? E bem, eram pesquisas feitas

com: oitocentas e poucas pessoas e- e grupos desses, pois/ muitos grupos/ com muita gente, não é?// pois com tudo isso, os resultados, bem, não sei se são:/ muito- muito confiáveis, não é?”)

(33) Inf. 1: *¿y tus padres de dónde son:*

Inf. 2: *mi madre de por- de un pueblo de Valladolid*

Inf. 1: *¿de dónde?*

Inf. 2: *pues/ se llama ...// Q me parece// sí/ un pueblucho de esos de ahí/// no si: bueno la gente lo conoce, pero los de allí/ ¿sabes?* (PRESEEA_AH_H20_9)

(“Inf. 1: E de onde são seus pais?

Inf. 2: Minha mãe é de um vilarejo em Valladolid.

Inf. 1: De onde?

Inf. 2: Bem, chama-se...// Acho que sim// Sim, um vilarejo daqueles por lá/// Não, se: bem, as pessoas conhecem, mas os de lá/ entende?”)

Em (32), o sujeito menos definido e menos específico pode ser identificado pelo artigo indefinido que o acompanha, *unos especialistas*. Em (33), por sua vez, apesar do artigo ser definido, *la gente*, há uma genericidade, já que o falante não se refere a ninguém especificamente, mas às pessoas em geral, o que atribui ao sujeito o traço de menor especificidade.

(ii) Necessidade de especificar uma entidade sem referente anterior no discurso:

Ao contrário dos casos anteriores, o sujeito lexical também pode ocorrer quando é necessário especificar alguma entidade que não tenha sido evocada ainda no discurso, como *mis padres*, em (34).

(34) Inf. 1: *a very (m:)// ¿así ahora para las vacaciones tienes algún plan?*

Inf. 2: *¿ahora para las vacaciones? /// pues: mis padres tienen las vacaciones en julio y me imagino que nos iremos el miércoles este/ de vacaciones* (PRESEEA_AH_M20_10)

(“Inf. 1: vejamos e (m:)// então, você tem algum plano para as férias?

Inf. 2: agora, para as férias? /// bem: meus pais têm férias em julho e imagino que partiremos na quarta-feira desta semana/ de férias”)

(iii) Sujeito locativo:

(35) Inf. 1: *¿si te tocara la lotería o (?)?*

Inf. 2: *pues/ seguramente en el-/ hombre si me tocara en la lotería lo suficiente para comprarme una casa en la playa pues me iría allí al norte a- a yo qué sé a Galicia/ a Santander/ a Asturias/// pero si/ no sé/ si tuviera que buscar algún trabajo pues incluso// en Segovia/ en Ávila/ en:/ en León/ León me gustaría// un sitio un poco más tranquilo/ más pequeño// donde la gente se conozca un poco más/// no tan impersonal como Alcalá/// Alcalá no tiene muchos servicios/ es muy cómodo/ tienes Madrid al lado (PRESEEA_AH_H28_14)*

(“Inf. 1: se você ganhasse na loteria ou (?)?

Inf. 2: bem/ com certeza no-/ cara, se eu ganhasse na loteria o suficiente para comprar uma casa na praia, eu iria para o norte, sei lá, para a Galícia/ Santander/ Astúrias/// mas se/ não sei/ se tivesse que procurar algum emprego, então até mesmo// em Segóvia/

em Ávila/ em:/ em León/ León eu gostaria// de um lugar um pouco mais tranquilo/ menor// onde as pessoas se conhecessem um pouco mais/// não tão impessoal como Alcalá/// Alcalá não tem muitos serviços/ é muito confortável/ você tem Madri ao lado”)

Os únicos dois casos de sujeito locativo são lexicais, pois se referem a um lugar específico, *Alcalá*, e são, claro, substantivos próprios. Exemplificamos tais ocorrências com (35) acima.

(iv) Contraste:

(36) Inf. 2: *¿nunca has tratado a tus padres de usted?*

Inf.1: *nunca/ en mi vida//*

Inf. 2: *(hm) pero sabes que eso sí era*

Inf. 1: *sí*

Inf. 2: *era común ¿no?/ (?)*

Inf. 1: *mi madre-// mi madre los trataba a sus padres/ pero mi padre no// mi padre sólo tenía madre/ el padre se había muerto/ y la trataba de:-/ de tú// la llamaba mamá// o mama no me acuerdo pero:/ (PRESEEA_AH_H30_15)*

(“Inf. 2: você nunca tratou seus pais com formalidade?

Inf.1: *nunca/ na minha vida//*

Inf. 2: *(hm) mas você sabe que isso era*

Inf. 1: *sim*

Inf. 2: *era comum, não?/ (?)*

Inf. 1: *minha mãe... minha mãe tratava seus pais assim, mas meu pai não... meu pai só tinha mãe, o pai tinha morrido, e ele a tratava de: de você... ele a chamava de mamãe... ou mamãe, não me lembro, mas...”*

Em contextos de ambiguidade ou contraste é esperado que o falante manifeste o sujeito de forma lexical, como na ocorrência em (36), na qual o entrevistado (Inf. 1) contrasta a forma de tratamento que sua mãe usava com os pais à forma de tratamento que o pai usava, acentuando que seu pai, diferente de sua mãe, havia perdido o pai, e não tratava sua mãe de *usted*, pronome formal (*pero mi padre no — mi padre solo tenía madre*).

Dos 39 casos de sujeito lexical, 35 (89,74%) apresentam traços mais humanos e mais animados, como (37) e (38), enquanto 4 (10,25%) apresentam traços menos humanos e menos animados, como (39) e (40), confirmando, mais uma vez, o que é esperado para o sujeito.

(37) *mi hermana tiene una chica de diecisiete-/ de dieciocho años* (PRESEEA_AH_M23_16)

(“Minha irmã tem uma menina de dezessete, dezoito anos”)

(38) *los cinco tenemos los amigos del colegio* (PRESEEA_AH_H30_15)

(“Os cinco temos os amigos do colégio”)

(39) *Alcalá no tiene muchos servicios* (PRESEEA_AH_H28_14)

(“Alcalá não tem muitos serviços”)

(40) *la universidad también hace bastantes historias* (PRESEEA_AH_H28_14)

(“A universidade também faz bastante histórias”)

Com relação à sua posição na oração, são 33 (84,61%) casos de sujeito lexical pré-verbal e 6 (15,38%) de sujeito lexical pós-verbal. As ocorrências de (37) a (40) exemplificam a anteposição do sujeito com relação ao predicado. Os dados mostram que a posposição do argumento ocorre quando há topicalização do objeto, incidência de Tópico no argumento satélite ou focalização do sujeito:

(i) Topicalização do objeto:

- (41) Inf. 2: *a lo mejor no te-ya te digo que :-//yo/ una vez salí con un chico cinco o seis meses/// cinco o seis meses/ y un día fuimos al cine y me dijo que le diera un beso// y yo digo «¡huy un beso muchacho qué dices tú!» (risa = 1) y yo decía «madre mía pero si a mí este chico me gusta y por qué no me dejaré que me dé un beso»// eso lo pensaba yo después/// ya ves tú ahora para ir un chico con una chica cinco meses*
 Inf. 1: *cinco seis meses bueno ya/*
 Inf. 2: *y no darle un beso (risa = 2) y yo decía «madre mía» digo// «y el caso que a mí me gusta» (PRESEEA_AH_M23_16)*
 (“Inf. 2: talvez não... já te digo que... eu... uma vez saí com um rapaz durante cinco ou seis meses... cinco ou seis meses... e um dia fomos ao cinema e ele me pediu para lhe dar um beijo... e eu disse «ei, um beijo, rapaz, o que você está dizendo!» (risada = 1) e eu dizia «meu Deus, mas eu gosto desse rapaz, por que não vou deixá-lo me dar um beijo»// isso eu pensava depois/// você vê agora, para um rapaz sair com uma moça cinco meses
 Inf. 1: cinco, seis meses, tudo bem/
 Inf. 2: e não dar um beijo (risos = 2) e eu dizia «meu Deus», eu dizia// «e o fato é que eu gosto dele»”)

(ii) Topicalização do satélite:

- (42) Inf. 1: *nos íbamos a Santa María/ y parábamos otra vez en la pastelería Sevilla// que era la que había así: cerquita de mi casa y allí compraba mi madre torrijas// ella las hacía en casa pero/ las compraba allí porque eran de canela y mi madre no las hace de canela// y de eso me acuerdo perfectamente y luego por la noche a la procesión// que además me acuerdo porque me daba un pánico ...// pero era: pánico pero al mismo tiempo quería ir a verlo// y luego me acuerdo de los reyes yo me acuerdo de los reyes muchísimo/ es lo que más (PRESEEA_AH_H30_15)*
 (“Inf. 1: íamos para Santa Maria/ e parávamos novamente na confeitaria Sevilla// que ficava assim: perto da minha casa e lá minha mãe comprava torrijas// ela fazia em casa, mas/ comprava lá porque eram de canela e minha mãe não faz de canela// e disso eu me lembro perfeitamente e depois à noite à procissão// que também me lembro porque me dava pânico ...// mas era: pânico, mas ao mesmo tempo eu queria ir ver// e depois me lembro dos reis, eu me lembro muito dos reis/ é o que mais”)

(iii) Focalização do sujeito:

- (43) Inf. 1: *y lo he alquilado/ para pagar las letras/ si no:/ (risa = 1) si no me comen*
 Inf. 2: *¿qué es?/ ¿es piso o es un: ...?*
 Inf. 1: *es piso es piso// no/ no es una casa de esas bonitas*

Inf. 2: (?)
 Inf. 1: *que hay por allí/ no no no/ es piso*
 Inf. 2: *por ahí sí- por ahí sí hay una zona: .../ ¿no?*
 Inf. 1: *sí justamente los que hay al lado son:// como dúplex o algo así y luego la calle de la vuelta C T//*
 Inf. 2: *sí//*
 Inf. 1: *que por ahí se la ha comprado un profe de la universidad/ (risa = todos) allí: sí que creo que son casas// hay pisos hay: dúplex/ y hay casas/ (PRESEEA_AH_H30_15)*
 (“Inf. 1: e eu aluguei/ para pagar as contas/ se não:/ (risada = 1) se não me comerem
 Inf. 2: o que é?/ é um apartamento ou é um: ...?
 Inf. 1: é um apartamento, é um apartamento// não/ não é uma daquelas casas bonitas
 Inf. 2: (?)
 Inf. 1: que há por lá/ não, não, não/ é um apartamento
 Inf. 2: por lá sim, por lá sim, há uma zona: .../ não?
 Inf. 1: sim, justamente os que estão ao lado são:// como duplex ou algo assim e depois a rua da volta C T//
 Inf. 2: sim//
 Inf. 1: que por ali foi comprado por um professor da universidade/ (risos = todos) ali: sim, acho que são casas// há apartamentos, há: duplex/e há casas”)

Nos termos de Dik (1997a), os esquemas de posições para os sujeitos lexicais são os seguintes: para sujeito anteposto SVO ou P1/SVO; cVS, P1VSO e cV Po/SX⁵ para os casos de posposição, como mostram os dados de (32) a (43) acima. Os esquemas de sujeito anteposto, no entanto, são mais comuns.

5.1.3 A manifestação do objeto pronominal e lexical

O objeto tende a ocorrer de forma lexical na oração. Ao total, são 82 (76,63%) ocorrências de objetos lexicais, como (43) e (44), e 25 (23,36%) ocorrências de objeto pronominal, como (45) e (46). Os dados demonstram compatibilidade com a EAP, como foi possível observar na análise do sujeito, posto que a tendência da oração no espanhol é apresentar apenas um argumento lexical, que é o objeto.

(43) *yo tengo un horario flexible ¿sabes?* (PRESEEA_AH_H32_13)

(“Eu tenho um horário flexível”)

(44) *la gente prefiere la tranquilidad* (PRESEEA_AH_M31_17)

(“As pessoas preferem a tranquilidade”)

(45) *yo no la recuerdo* (PRESEEA_AH_H30_15)

(“Eu não lembro dela”)

(46) *mi hermana y yo la oímos* (PRESEEA_AH_H30_15)

(“Minha irmã e eu a ouvimos”)

⁵ Martínez Caro (2006) sugere a Po para colocação de elementos focais no espanhol.

É importante destacar que o espanhol goza da possibilidade de apresentar o objeto apenas na forma de um pronome átono acusativo ou de um pronome átono dativo, objeto direto e indireto, respectivamente (RAE, 2010). Quando aparece sozinho, seu referente lexical pode ser recuperado contextualmente no discurso, já que o pronome é utilizado quando já está pressuposto.

Em alguns casos, no entanto, há a combinação da manifestação do objeto tanto lexical como pronominal, mais especificamente em 8 (7,47%) ocorrências. Isso parece ocorrer por duas razões: quando há a topicalização ou tematização do constituinte e quando o falante julga necessário corrigir ou explicar alguma informação que acredita não estar explícita, o que constitui o Antitema.

(i) Topicalização do objeto:

- (47) Inf. 1: *pues nada que me estaba haciendo mi cena (risa = 1)/ tranquila// y de repente se apagó la luz/// digo «y esto qué pasa» se me apagó la televisión/ todo/// y al rato viene:-/ me asomé a la puerta la llamé a esta señora// y estaba asomada en la ventana/ espiando (risa = todos)// espiando en la puerta/ espiando ya// y me dice// «¿qué te pasa?»// digo «pues mira que se ha ido la luz»/ digo «¿qué ha pasado?»// «ay es que no te había avisado// cada día hay que echar una moneda de una libra» o no sé qué/*

Inf. 2: *¡qué fuerte!*

Inf. 1: *digo «¡ah! bueno pues esto no lo sabía yo/// esto lo podías haber avisado para saberlo por lo menos»// (PRESEEA_AH_M31_17)*

(“Inf. 1: Pois bem, eu estava preparando meu jantar (risos = 1)/ tranquila// e de repente a luz se apagou/// eu disse «o que está acontecendo?» a televisão se apagou/ tudo/// e depois de um tempo ela vem: -/ eu me aproximei da porta e chamei essa senhora// e ela estava espiando pela janela/ espiando (risos = todos)// espiando pela porta/ espiando// e me diz// «o que você tem?»// eu digo «olha, a luz apagou»/ eu digo «o que aconteceu?»// «ah, eu não te avisei// todo dia tem que colocar uma moeda de uma libra» ou sei lá o quê/

Inf. 2: *que forte!*

Inf. 1: *eu digo «ah! bem, eu não sabia disso/// você poderia ter avisado para eu saber pelo menos»”)*

- (48) Inf. 2: *a lo mejor no te- ya te digo que:-// yo/ una vez salí con un chico cinco o seis meses/// cinco o seis meses/ y un día fuimos al cine y me dijo que le diera un beso// y yo digo «¡huy un beso muchacho qué dices tú!» (risa = 1) y yo decía «madre mía pero si a mí este chico me gusta y por qué no me dejaré que me dé un beso»// eso lo pensaba yo después/// ya ves tú ahora para ir un: chico con una chica cinco meses*

Inf. 1: *cinco o seis meses bueno ya/*

Inf. 2: *y no darle un beso (risa = 2) y yo decía «madre mía» digo// «y el caso que a mí me gusta» digo «pero// es que» (PRESEEA_AH_M23_16)*

(“Inf. 2: talvez não... já te digo que... eu... uma vez saí com um rapaz durante cinco ou seis meses... cinco ou seis meses... e um dia fomos ao cinema e ele me pediu para lhe dar um beijo... e eu disse «ei, um beijo, rapaz, o que você está dizendo!» (risada = 1) e eu dizia «meu Deus, mas eu gosto desse rapaz, por que não vou deixá-lo me dar um

beijo»// isso eu pensei depois/// você vê agora para sair com um rapaz e uma moça cinco meses

Inf. 1: cinco ou seis meses, tudo bem/

Inf. 2: e não dar um beijo (risos = 2) e eu dizia «meu Deus», eu dizia// «e o fato é que eu gosto dele», eu dizia”)

Como já mencionamos ao tratar da posição do sujeito, a posição inicial é reservada para constituintes com função pragmática, especialmente a de Tópico, por esse motivo é que, nesses casos, o objeto é anteposto ao predicado, enquanto o sujeito é posposto. É importante dizer que o clítico *lo* aparece antes do verbo porque gramaticalmente essa é sua posição obrigatória e sua presença, em casos como (47) e (48), é necessária dado que a posição inicial do objeto não é esperada (Martínez Caro, 2006, p. 17), tornando obrigatória também a co-indexação pelo pronome átono.

(ii) Tematização do objeto:

- (49) Inf. 1: (risa = 1) *sí bueno/ eso son las cosas que:-/ que dices/// lo hice pero me hubiera gustado hacer otra cosa pero bueno// tenía que elegir/// y como en aquella época tampoco tenemos la suerte que tienen ahora los jóvenes//*

Inf. 2: ¡huy! ¿qué suerte es esa?

Inf. 1: *pues de/ que les informan tantísimo de:// todas las posibilidades que tienen después de acabar una carrera//*

Inf. 2: (hm)

Inf. 1: *para meterse en el mercado de trabajo/ por lo menos les informan// no te digo que no:// (ts) que les faciliten más las cosas/// pero por lo menos esa información yo no la tuve/// a nosotros nos hicieron en el instituto una prueba// y a mí me dijeron que tenía cualidades artísticas/ (PRESEEA_AH_M31_17)*

(“Inf. 1: (risada = 1) sim, bem/ essas são as coisas que:-/ você diz/// eu fiz, mas eu gostaria de ter feito outra coisa, mas tudo bem// eu tinha que escolher/// e como naquela época também não tínhamos a sorte que os jovens têm agora//

Inf. 2: uau! Que sorte é essa?

Inf. 1: bem, de/ que eles são tão bem-informados sobre:// todas as possibilidades que têm depois de terminar a faculdade//

Inf. 2: (hm)

Inf. 1: *para entrar no mercado de trabalho/ pelo menos informam-nos// não estou a dizer que não:// (ts) que lhes facilitam mais as coisas/// mas pelo menos essa informação eu não tive/// no liceu fizeram-nos um teste// e disseram-me que eu tinha qualidades artísticas”)*

- (50) Inf. 1: *cuando sales por ahí/ ((ruido)) ¿hay sitios/ en Alcalá para:-/ para gente vamos (e:) de tu edad? ((ruido))*

Inf. 2: *bueno pues (m:) mira el sitio para la gente de mi edad yo lo tengo localizado/ precisamente en el bingo/ porque yo como (m:) lugar de máxima diversión (?)*

(PRESEEA_AH_H25_7)

(“Inf. 1: quando você sai por aí/ ((ruído)) há lugares/ em Alcalá para:-/ para pessoas vamos (e:) da sua idade? ((ruído))

Inf. 2: bem, então (m:) olha, o lugar para pessoas da minha idade eu localizei precisamente no bingo/ porque eu, como (m:) lugar de máxima diversão (?)”

Segundo Pezatti (1998, p. 141), “[...] o Tema apresenta um domínio ou universo discursivo em relação ao qual é relevante enunciar a predicação subsequente. [...]” e a predicação, por sua vez, “[...] tem que, de alguma forma, estar relacionada ao universo estabelecido pelo Tema”.

O Tema, como se vê, não faz parte da predicação essencialmente e não desempenha exatamente nenhuma função sintática nela, mas estabelece, sim, uma relação pragmática. Nesse sentido, se consideramos as ocorrências (49) e (50), é possível perceber que a expressão lexical que antecede a manifestação pronominal do objeto, de alguma forma, já é mencionada antes, ao que o falante a repete. A posição do sujeito nos indica também que *esa información* e *el sitio para la gente de mi edad* não são tópico, mas sim *yo*, que ocupa a posição inicial, já que esses dois elementos estão fora do domínio da oração, ou seja, são extra-oracionais.

(iii) Antitema:

(51) Inf. 2: *oye/ y en estas ocasiones en las que has tenido// algún familiar/// así que ha estado cerca de la muerte/// ¿tú te has planteado/ si han estado en situación estacionaria// y has visto que no había ninguna salida te has planteado tu opinión sobre la eutanasia? (lapso = 3)*

Inf. 1: *pues es que como no: he tenido ningún caso/// operaron a mi padre hace cuatro años/// y estuvo muy mal/ fue un-/ una operación muy jorobada*

Inf. 2: *sí//*

Inf. 1: *pero:/// no// en la eutanasia no he pensado mucho// si quieres te digo mi opinión pero: ...*

Inf. 2: *sí:/ dime tu opinión sí///*

Inf. 1: *yo no: la admito// la eutanasia// me parece que:-// hombre cada persona es responsable de lo que:-/ de su vida// y si quiere: matarse// pues que coja y se cuelgue// y el que no puede matarse como el caso de este señor que ha habido (PRESEEA_AH_M31_17)*

(“Inf. 2: ouve/ e nessas ocasiões em que você teve// algum familiar/// assim que estive perto da morte/// você já pensou/ se eles estiveram em situação estacionária// e você viu que não havia saída, você já pensou sobre sua opinião sobre a eutanásia? (lapso = 3)

Inf. 1: claro que sim: eu tive um caso/// meu pai foi operado há quatro anos/// e ficou muito mal/ foi uma operação muito complicada

Inf. 2: *sim//*

Inf. 1: *mas:/// não// não pensei muito sobre a eutanásia// se quiseres, digo-te a minha opinião, mas: ...*

Inf. 2: *sim:/ diz-me a tua opinião, sim///*

Inf. 1: eu não: admito// a eutanásia// me parece que:-// cada pessoa é responsável pelo que:-/ pela sua vida// e se quiser: se matar// que se enforque// e quem não pode se matar, como no caso deste senhor que houve”)

O Antitema configura uma estratégia do falante de esclarecimento de informação sempre que julga ser necessário. Os constituintes que recebem essa função são, assim como

o Tema, extra-oracionais, ainda que tenham referentes dentro da oração, como é o caso do objeto pronominal *la* na ocorrência (51) (cf. Pezatti, 1998).

Nossos dados mostram, portanto, que, na verdade, a expressão lexical do objeto em alguns casos não faz parte da predicação propriamente dita, mas sim somente a manifestação pronominal do argumento, já que a esses constituintes lexicais são atribuídas as funções pragmáticas de Tema e Antitema, o que impacta diretamente em seu esquema de predicação, levando-os para as posições P2 e P3.

(52) *yo no la admito la eutanasia* (PRESEEA_AH_M31_17)

(“Eu não a admito, a eutanásia”)

P1/S c V P3

(53) *el sitio para la gente de mi edad yo lo tengo localizado* (PRESEEA_AH_H25_7)

(“O lugar para as pessoas da minha idade, eu tenho localizado”)

P2 P1/S c V

No tocante à hierarquia de animacidade, são 68 (82,92%) ocorrências de objeto cujos traços semânticos são menos animados e menos humanos e 14 (17,07%) de objetos mais animados e mais humanos. Dos 14 objetos [+hum/+anim], todos aparecem em posição pós-verbal, como exemplificam (54) e (55). Dos 68 objetos [-hum/-anim], 63 (92,64%) são pós-verbais, como (56), e apenas 3 (4,41%) são pré-verbais, conforme (57).

(54) *mi hermana tiene una chica de diecisiete-/ de dieciocho años* (PRESEEA_AH_M23_16)

(“Minha irmã tem uma menina de dezessete, de dezoito anos”)

(55) *yo tenía antes las amigas de siempre* (PRESEEA_AH_M23_16)

(“Eu tinha antes as amigas de sempre”)

(56) *yo aquí no he visto la primavera nunca* (PRESEEA_AH_H30_15)

(“Eu aqui não vi a primavera nunca”)

(57) *eso lo organizamos nosotros* (PRESEEA_AH_H28_14)

(“Isso nós organizamos”)

Ao todo, são 79 (96,34%) ocorrências de objeto pós-verbal e 3 (3,65%) ocorrências de objeto pré-verbal. A posição do objeto, como se vê, é fortemente determinada por funções pragmáticas e ocorre de acordo com as restrições da EAP, já que esses constituintes predominantemente aparecem de forma lexical e veiculam informação nova na oração, e não o sujeito.

Quando engendra a função pragmática de Tópico, o objeto ocupa a posição P1 e quando a função pragmática desempenhada por ele é Foco, ocupa a posição especial Po (cf. Martínez Caro, 2006). Os esquemas de posições são os seguintes, sendo (59) e (60) os mais recorrentes:

(58) *esto no lo sabía yo* (PRESEEA_AH_M31_17)

(“Isto eu não sabia”)

Tópico: P1/O c V S

(59) *la universidad también organiza exposiciones* (PRESEEA_AH_H28_14)

("A universidade também organiza exposições")

Foco: S V Po/O

(60) *ella hizo clásicas* (PRESEEA_AH_H30_15)

("Ela estudou letras clássicas")

Sem função pragmática: S V O

5.2 O esquema de predicação de três lugares (V3)

As orações que apresentam o esquema de predicação de três lugares são minoria em nossos dados, contando com apenas 7 (6,14%) ocorrências. Por essa razão, apresentamos sua descrição em uma única subseção. Esses verbos se caracterizam por precisar de mais um argumento nuclear, além do sujeito e do objeto direto, o objeto indireto, caracterizado como dativo em espanhol. De acordo com Ordóñez (1999, p. 1866), o complemento indireto nessa língua corresponde diretamente ao dativo latino, portanto, semanticamente, pode expressar dano, benefício, interesse, destino e origem.

Os sujeitos dessas orações são majoritariamente pronominais. Das 7 ocorrências, 6 (85,71%) apresentam sujeito pronominal, como em (61), e somente 1 (14,28%) apresenta o sujeito lexical, como em (62). Todos os pronominais são de primeira pessoa do singular, *yo*. Com relação à posição, há apenas uma ocorrência de sujeito pronominal pós-verbal, conforme (63), todos os outros, incluindo o lexical, são pré-verbais.

(61) *yo a mi abuela la sigo llamando de usted* (PRESEEA_AH_M20_10)

("Eu a minha avó sigo a chamando de senhora")

(62) *mi madre les daba ropa* (PRESEEA_AH_H30_15)

("Minha mãe dava roupa para eles")

(63) *ahora se lo cuento yo a F* (PRESEEA_AH_M23_16)

("Agora eu conto isso para F")

A posposição do sujeito em (63) pode ser explicada pelo fato do satélite *ahora* receber certo destaque no discurso pela atribuição de funções pragmáticas, como a de Foco, o que justifica sua posição inicial, em P1. Reproduzimos o contexto informativo desse caso logo abaixo, em (64):

(64) Inf. 1: *ya/ y ¿sabes qué vas- qué vas a estudiar luego? / siéntate (?)*

Inf. 2: *¿quién? /*

Inf. 3: *tú:/*

Inf. 2: *yo sí psicología*

Inf. 3: *para ir a la uni luego*

Inf. 4: *para azafata/*

Inf. 2: *¿yo? /*

Inf. 3: ¿azafata? /
 Inf. 2: *para azafata en la universidad podría estar yo colocada ahora:/// mejor que nadie ganando más que nadie*
 Inf. 3: (?) *ahora se lo cuento yo a F bueno luego vengo entonces*
 (PRESEEA_AH_M23_16)
 (“Inf. 1: já/ e você sabe o que vai estudar depois? / sente-se (?)
 Inf. 2: quem? /
 Inf. 3: você:/
 Inf. 2: eu sim, psicologia
 Inf. 3: para ir para a faculdade depois
 Inf. 4: para comissária de bordo/
 Inf. 2: eu? /
 Inf. 3: comissária de bordo? /
 Inf. 2: para comissária de bordo na universidade, eu poderia estar colocada agora:/// melhor do que ninguém, ganhando mais do que ninguém
 Inf. 3: (?) agora eu conto para o F, bom, então eu venho depois”)

Na escala de hierarquia de animacidade, os sujeitos apresentam traços humanos e animados mesmo no caso de manifestação lexical. Pragmaticamente, como discutimos na seção anterior a respeito dos sujeitos em esquema V2, o falante tende a marcar o pronome *yo* sempre em pares de pergunta-resposta, quando há a expressão de alguma opinião ou de percepção pessoal, o que o faz coincidir com a função de Tópico. Essa estratégia também ocorre no esquema V3, conforme exemplificado em (65).

- (65) Inf. 2: ¿y a:- a personas mayores?//
 Inf. 1: *depende// si no los conozco de usted/ si los conozco de tú*
 Inf. 2: ¿de tú?
 Inf. 1: *de tú// yo sí// (hh) pero vamos muchas veces me dicen que soy maleducado// y: muchas veces a los que no conozco también les trato de tú pero/ normalmente de usted*
 Inf. 2: *y a los jóvenes siempre*
 Inf. 1: *siempre de tú*
 Inf. 2: *los conocas o no/ siempre: ...*
 Inf. 1: *(efectivamente)*
 Inf. 2: *(hm)*
 Inf. 1: *alguna vez algún camarero en algún restaurante de lujo que pocas veces frecuento/ pues a lo mejor/ pero si no de tú/*
 Inf. 2: ¿y al médico por ejemplo cómo lo: ...? /
 Inf. 1: *de tú*
 Inf. 2: ¿cuándo vas al médico? / ¿también?
 Inf. 1: *yo lo trato de tú*
 (PRESEEA_AH_H30_15)
 (“Inf. 2: e para: - pessoas mais velhas?//
 Inf. 1: depende// se eu não os conheço de você/ se eu os conheço de você
 Inf. 2: de você?”)

Inf. 1: de você// eu sim// (hh) mas muitas vezes me dizem que sou mal-educado// e: muitas vezes também trato de você aqueles que não conheço, mas/ normalmente de você
 Inf. 2: e os jovens sempre
 Inf. 1: sempre de você
 Inf. 2: conheças ou não/ sempre: ...
 Inf. 1: (efetivamente)
 Inf. 2: (hm)
 Inf. 1: alguma vez algum garçom em algum restaurante de luxo que raramente frequento/ bem, talvez/ mas se não for de você/
 Inf. 2: e ao médico, por exemplo, como você: ...? /
 Inf. 1: de você
 Inf. 2: quando você vai ao médico? / também?
 Inf. 1: eu o trato de você”)

Os objetos indiretos se manifestam de forma pronominal pelos clíticos *la*, *lo*, *le* ou *se* em todas as ocorrências, como em (66), (67), (68) e (69). Às vezes, a manifestação lexical desse argumento também ocorre, especificamente em 2 casos, conforme (66) e (69). Dessas 7 ocorrências, 1 apresenta o objeto direto pronominal *lo*, que é o caso de (68). Essa tendência demonstra como o objeto direto, preferencialmente, é expresso de forma lexical, enquanto o objeto indireto é expresso de forma pronominal.

(66) *yo a mi abuela la sigo llamando de usted* (PRESEEA_AH_M20_10)

(“Eu continuo tratando minha avó de senhora”)

(67) *yo lo llamo la Paloma* (PRESEEA_AH_H30_15)

(“Eu chamo ele de a Paloma”)

(68) *ahora se lo cuento yo a F* (PRESEEA_AH_M23_16)

(“Agora eu conto isso para o F”)

(69) *yo a los amigos de mis padres les trato de tú* (PRESEEA_AH_H30_15)

(“Eu aos amigos dos meus pais os chamo de você”)

Além disso, (66) e (69) são dados interessantes porque a coocorrência do objeto indireto lexical e pronominal pode ser explicada por fatores pragmáticos. Note que, nos dois casos, o objeto indireto está anteposto ao predicado e ocorre imediatamente posposto ao sujeito *yo*. Ao que tudo indica, essa posposição se dá pela topicalização tanto do sujeito quanto do objeto indireto, o que o leva também à posição inicial. Ademais, assim como ocorre com o objeto direto topicalizado, por ocupar uma posição não esperada, o objeto indireto deve ser seguido obrigatoriamente pelo clítico, *la* e *les* (cf. Martínez Caro, 2006, p. 17).

A P1, como mencionado, é a posição reservada para os constituintes sobre os quais recaem os realces pragmáticos. Martínez Caro (2006, p. 16), no entanto, propõe restrições específicas para o seu preenchimento no espanhol, a saber:

- (i) P1 só pode conter um único argumento;
- (ii) P1 só pode conter um constituinte com as funções de Tópico Dado, Sub Tópico, Foco Contrastivo ou Foco Novo;
- (iii) P1 pode conter um elemento com a função X, em que X é igual a algum satélite;
- (iv) Se (i) e (ii) não se aplicarem, P1 pode permanecer vazia.

Tendo em vista nossa análise, a qual considera possível a topicalização múltipla no espanhol, propomos que a P1 possa, sim, ser ocupada por mais de um constituinte, o que nos leva ao seguinte padrão:

(70) yo a mi abuela la sigo llamando de usted
 P1 c V O

Se consideramos, ainda, as distinções possíveis para o Tópico,⁶ *yo* configura Tópico Dado e *a mi abuela*, Sub Tópico. Desse modo, fica evidente a motivação pragmática para a expressão lexical do objeto indireto, já que os pronomes átonos sozinhos não engendram quaisquer funções. Reforçamos que a posição dos objetos pronominais, direto ou indireto, como se vê, independente de seus traços semânticos, é sempre pré-verbal por razões estritamente gramaticais.

Das 7 (100%) ocorrências totais de V3, os objetos diretos aparecem de forma lexical em 6 (85,7%), sempre em posição pós-verbal e com traços menos humanos ou animados, com exceção de (73) e (74), em que representam formas de tratamento pronominais:

(71) *mi madre les daba ropa* (PRESEEA_AH_H30_15)

(“Minha mãe lhes dava roupa”)

(72) *yo lo llamo la Paloma* (PRESEEA_AH_H30_15)

(“Eu chamo ele de a Paloma”)

(73) *yo a mi abuela la sigo llamando de usted* (PRESEEA_AH_M20_10)

(“Eu continuo tratando minha avó de senhora”)

(74) *yo lo trato de tú* (PRESEEA_AH_H30_15)

(“Eu o trato de você”)

O objeto indireto, por sua vez, semanticamente, em 6 ocorrências, conforme (71), (73) e (74), apresenta traços mais humanos e mais animados, isso porque, tipicamente, essa função sintática recobre a função semântica de Beneficiário, conforme mencionado, o antigo caso dativo do latim, isto é, corresponde ao indivíduo que é “beneficiado ou prejudicado pelo resultado do evento da sentença em questão” (Ilari, 1999, p. 89).

Em suma, o esquema de predicação de três lugares também obedece às condições de quantidade e de papel da EAP, uma vez que apenas um argumento tende a ocorrer de forma lexical, que é o objeto direto, enquanto o sujeito e o objeto indireto, preferencialmente, são

⁶ Dik (1997a, p. 314-315) indica as seguintes distinções para a função de Tópico: Tópico Novo, Tópico Dado, Sub Tópico e Tópico Retornado.

expressos por pronomes. A manifestação pronominal do sujeito, inclusive, cumpre às condições de sujeitos transitivos não lexicais e de sujeito transitivo dado, isto é, que não veicula informações novas. Inclusive, com relação à manifestação de informações novas, é interessante notar que elas nem sempre ocorrem. No esquema V3, especificamente, nenhuma das 7 ocorrências apresentou argumento focalizado, diferente do que ocorre com o Tópico, o qual pode ser atribuído à mais de um constituinte, conforme demonstrou a análise.

Relativamente aos padrões de posições possíveis para o esquema de predicação de três lugares, de acordo com nossos resultados, as possibilidades são as seguintes: P1 c V O, P1/S c V O e c V S O, sendo o segundo o mais recorrente de acordo com os dados.

De modo geral, o que se observa é que tanto pragmaticamente quanto sintaticamente o esquema V3 parece ser compatível com as restrições da EAP. Reconhecemos, no entanto, que para uma melhor análise deste contexto, é necessário que se parta de um número mais expressivo de ocorrências, sobretudo no que diz respeito aos Tópicos múltiplos e à não expressão de Foco.

6 Considerações finais

O espanhol é considerado uma língua cujo padrão de ordenação natural é o SVO (Fernández Soriano, 1993; Martínez Caro, 1999; Sánchez Arroba, 2004), mas que apresenta variações de natureza pragmática ou semântica. Este artigo trata dessas motivações para, além de investigar os possíveis padrões de ordenação, segundo Dik (1997a), determinar também como essas características impactam na Estrutura Argumental Preferida da língua nos esquemas de predicação de dois e de três lugares, conforme DuBois (1987 *apud* Pezatti, 2002).

Nossos dados indicam que o espanhol obedece aos pressupostos da estrutura argumental favorita tanto no nível gramatical quanto no pragmático, uma vez que tende a apresentar, nos dois esquemas investigados, V2 e V3, apenas um argumento lexical que desempenha a função sintática de objeto (no caso de V3, o objeto aparece de forma lexical quando é o objeto direto e de forma pronominal quando é o objeto indireto) e que coincide com a informação nova, enquanto o sujeito tende a ser manifestado de forma pronominal e coincide com o argumento dado, pressuposto.

Com relação à posição destes argumentos, os padrões mais recorrentes são os seguintes: P1/S V O e S V Po/O, para V2; S c V O, para V3. Nossos resultados mostram que são essencialmente as funções pragmáticas e semânticas as responsáveis pelos padrões mais comuns e por aqueles que fogem do que é esperado.

As funções semânticas, como a hierarquia de animacidade e o egocentrismo linguístico (cf. Camacho, 2002), determinam que os sujeitos pronominais e os sujeitos lexicais que sejam mais humanos ocupem a posição inicial, ao passo que os objetos, quase sempre pospostos ao predicado, apresentam traços menos humanos. As funções pragmáticas, por sua vez, se sobrepõem às funções semânticas e podem levar o objeto a ocupar a posição inicial, uma vez que a ele seja atribuído o Tópico. Nesse sentido, são as funções pragmáticas as responsáveis pela manifestação lexical do objeto indireto, em V3, o que possibilita, como vimos, a ocorrência de Tópicos múltiplos. Vale reforçar, no entanto, que o mesmo princípio não se aplica aos objetos pronominais, pois eles devem ocupar obrigatoriamente a posição pré-verbal.

Declaração de autoria

As ocorrências foram coletadas pela primeira autora, Laura Viana dos Santos. A análise dos dados foi realizada de forma conjunta com a segunda autora, Talita Storti Garcia, assim como a escrita deste artigo, que conta com a contribuição direta das duas.

Referências

- BERLINCK, R. A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. Sintaxe. In: MUSSALIN, F., BENTES, A. C. (Orgs.) *Introdução à linguística*. v. 1: Domínios e fronteiras, 9a. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 2004, p. 221-259.
- BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (org.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, v. 3: Entre oración y el discurso, 1999.
- CAMACHO, R. G. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 2002. v. 6: Desenvolvimentos. p. 259-279.
- DELANCEY, S. An interpretation of split ergativity and related patterns. *Language*, Baltimore, v. 57, n. 3, p. 628-657, 1981. DOI: 10.2307/414343.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Parte I: The structure of the clause. New York: Mouton, 1997a.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Parte II: Complex and derived constructions. New York: Mouton, 1997b.
- DUBOIS, J. W. The discourse basis of ergativity. *Language*, Baltimore, v. 63, n.4, p. 805-855, 1987. DOI: 10.2307/415719.
- FERNÁNDEZ SORIANO, O. Sobre el orden de palabras en español. Dicenda. *Cuadernos de Filología Hispánica*, Madrid, v. 11, n.11, p. 113-152, 1993. ISSN-e: 1988-2556.
- GILI GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*. 15a ed. Barcelona: VOX, 2000.
- GREENBERG, J. *Universal of Language*. Cambridge: MIT Press, 1963.
- GUTIÉRREZ ARAUS, M. L. *Las estructuras sintácticas del español actual*. 1a ed. Madrid: Sociedad General Española de Librería, 1978.
- HANNAY, M.; MARTÍNEZ-CARO, E. Last things first. A GFD approach to clause-final focus constituents in Spanish and English. In: GÓMEZ GONZÁLEZ, M. A.; LACHLAN MACKENZIE, J.; GONZÁLEZ ÁLVAREZ, E. M. *Languages and culture in contrast and comparison*. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- ILARI, R. *Linguística românica*. Ática, 1999.
- LÓPEZ MEIRAMA, B. Orden de elementos. In: ROJO, G.; ROSAS, V. V.; CACOULOS, R. T. (orgs.) *Sintaxis del Español*. Nova York: The Routledge Handbook of Spanish Syntax, 2023. p. 260-271.
- MARTÍNEZ CARO, E. Constituent order in Spanish: a Functional Grammar perspective. In: CARRETERO, M. et al. *A pleasure of life in words: a festschrift for Angela Downing*. Madrid: Editora de la Universidad Complutense de Madrid, 2006. p. 187-213.

- MARTÍNEZ CARO, E. *Gramática del discurso: foco y énfasis en inglés y en español*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitaria, 1999.
- MARTÍNEZ CARO, E. *The order of words in Spanish with special reference to the subject position*. 1989. 79f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade de Reading, 1989.
- MATTE BON, F. *Gramática comunicativa del español*. 2.ed. Madrid: Edelsa, 2003.
- ORDÓÑEZ, S. G. Los dativos. In: DEMONTE, V; BOSQUE, I. (orgs.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Espasa-Calpe, España, 1999. p. 1855-1930.
- PEZATTI, E. G. Constituintes pragmáticos em posição inicial: distinção entre tema, tópico e foco. *Alfa*, São Paulo, v. 42, n.1, p. 133-150, 1998. ISSN: 1981-5794.
- PEZATTI, E. G. Estrutura argumental e fluxo de informação. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 2002. v. 6: Desenvolvimentos. p. 281-306.
- POSIO, P. Spanish subject pronoun usage and verb semantics revisited: First and second person singular subject pronouns and focusing of attention in spoken Peninsular Spanish. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 43, n. 3, p. 777-798, 2011. DOI: 10.1016/J.PRAGMA.2010.10.012.
- PRESEEA (2014-): Corpus del Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá. [<http://preseea.uah.es>].
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española*. Asociación de Academias de la lengua española. 3a ed., Madrid: Espasa, 2010.
- SÁNCHEZ ARROBA, M. E. Orden básico y órdenes marcados en español. In: SOLÍS FONSECA, G. (org.) *Cuestiones de lingüística general, hispánica y aplicada*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2004. p. 259-284.
- SILVA-CORVALÁN, C. *Sociolingüística y pragmática del español*. Washington: Georgetown University Press, 2001.

Esboço para uma tipificação de *vozes coletivas*: analisando pronunciamentos de posse da Nova República

Towards a Typology of Collective Voices: Analyzing Presidential Inaugural Speeches of Brazil's Nova República

Alvaro Magalhães Pereira
da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa | PB | BR
alvarompereiradasilva@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1980-9750>

Resumo: Este artigo propõe um esboço para tipificar o que, em teorias enunciativas, se classifica como *voz coletiva*. A noção de voz é definida como a origem de um ponto de vista, que se relaciona a uma atitude sobre um conteúdo. O artigo parte das reflexões de Berrendonner (1981), Ducrot (1987 [1984]), Anscombre (2005, 2010), Nølke e colaboradores (2004, 2017), Carel (2011, 2023), Bastos (2017) e Nascimento (2020) para examinar os pronunciamentos de posse de Fernando Collor de Mello (1990) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003). Após definir categorias iniciais de análise com base na revisão bibliográfica, foi possível propor, pela comparação de fenômenos identificados no *corpus*, um quadro coordenado de classificações mais específicas. No primeiro nível, a *voz coletiva* foi subdividida em duas categorias principais: (a) prévia à enunciação; (b) construída na e pela enunciação. No segundo nível, a voz construída na e pela enunciação foi classificada em subcategorias conforme dois critérios: (b.1) o fenômeno que contribui para sua concretização e (b.2) a sua amplitude. A definição coordenada de categorias visou possibilitar o teste de suas interrelações em outros *corpora*.

Palavras-chave: *voz coletiva*; polifonia; enunciação; discurso político.

Abstract: This article outlines a typology for what is classified as *collective voice* in enunciative theories. Voice is understood as the origin of a point of view, linked to an attitude toward specific content. The study builds on the works of Berrendonner (1981), Ducrot (1987 [1984]), Anscombre (2005, 2010), Nølke et al. (2004,



2017), Carel (2011, 2023), Bastos (2017), and Nascimento (2020) to analyze the presidential inaugural speeches of Fernando Collor de Mello (1990) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003) of Brazil. Drawing on a literature review, initial analytical categories were defined, enabling the proposal of a coordinated framework with more detailed categories through *corpus* comparison. At the first level, the *collective voice* was subdivided into two main categories: (a) prior to enunciation and (b) constructed within and through enunciation. The latter was further classified into subcategories by (b.1) contributing phenomena and (b.2) scope. This coordinated definition of categories aimed to enable the testing of their interrelations in other *corpora*.

Keywords: collective voice; polyphony; enunciation; political discourse.

1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar um esboço para a tipificação do que, nos quadros de diversas teorias enunciativas, costuma ser classificado sob o nome geral de *voz coletiva*. Inserido no projeto de pesquisa *VozCol - Por uma tipologia de vozes coletivas*, este trabalho apresenta os resultados da revisão bibliográfica e das primeiras análises que empreendemos tomando como *corpus* pronunciamentos de posse de presidentes eleitos pelo voto direto na Nova República brasileira (1985-atualidade).

Mais especificamente, na elaboração do esboço aqui apresentado, partimos das reflexões de Berrendonner (1981) acerca da “opinião pública” e de um certo “fantasma da verdade”, bem como da releitura que delas fizeram Ducrot (1987 [1984]), Anscombre (2005, 2010), Nølke e colaboradores (2004, 2017), Carel (2011, 2023), Bastos (2017) e Nascimento (2020) para, em seguida, examinarmos os pronunciamentos de posse de Fernando Collor de Mello e de Luiz Inácio Lula da Silva proferidos no parlatório do Palácio do Planalto, respectivamente em 15 de março de 1990¹ e 1º de janeiro de 2003.

Esclarecemos que, neste trabalho, entendemos por voz certa origem de um ponto de vista (doravante PDV), cuja definição varia de acordo com a abordagem enunciativa, mas que costuma ser relacionada a uma atitude sobre um determinado conteúdo. Particularmente em nossa abordagem, que difere da perspectiva de outros autores, a atitude é sempre um julgamento do tipo epistêmico e o conteúdo, sempre outros PDVs – o que torna o PDV, em nossa perspectiva, recursivo e não-referencial (Pereira da Silva, no prelo, p. 6).

¹ Conforme previsto no artigo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, parte integrante da Constituição de 1988, o mandato de José Sarney, anterior ao de Collor, vigorou até março de 1990 (Brasil, 1988).

Esclarecemos também que a hipótese que nos levou à escolha do *corpus* tem em conta que, em seus pronunciamentos inaugurais, os presidentes costumam realizar acenos tanto às suas bases eleitorais, em tom de vitória, como, por vezes, a seus opositores, em tom de conciliação, o que parece tornar tais pronunciamentos férteis na projeção de *vozes* atribuídas a diferentes grupos e com diferentes características. Vale ressaltar ainda que a análise de um *corpus* não extensivo possibilitou um exame mais detido, com a comparação entre si das *vozes* observadas e a identificação de características que variam de uma incidência para outra.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa busca contribuir com os estudos sobre o fenômeno da polifonia, dialogando tanto com as proposições seminais de Ducrot (1987 [1984]) no célebre capítulo final da obra *O dizer e o dito*, como com seus desdobramentos mais recentes. Do ponto de vista prático, esperamos que o refinamento da noção de *voz coletiva* possa colaborar com a descrição e a interpretação de um momento histórico caracterizado pelo aprofundamento das divisões sociais, tendo em vista, sobretudo, o papel exercido nesse contexto por discursos que mobilizam (positiva ou negativamente) PDVs compartilhados por grupos.

Embora o projeto *VozCol* adote uma abordagem eminentemente qualitativa, de caráter exploratório, buscamos, no caso particular deste artigo, incluir também certa quantificação, com o intuito de, em nossa conclusão, comparar os pronunciamentos de Collor e Lula, evidenciando o préstimo da tipificação proposta.

A seguir, apresentamos os dois pronunciamentos. Em seguida, traçamos um breve panorama da noção de *voz coletiva* para, depois, expormos as análises, chegando, finalmente, à nossa proposta.

2 Pronunciamentos de posse na Nova República: Collor e Lula

Em nosso projeto, tomamos como marco inicial da Nova República a posse, em 1985, de José Sarney, primeiro civil a exercer o cargo de presidente, após o fim da ditadura militar iniciada com o golpe de Estado de 1964. No ano seguinte à posse de Sarney, escolhido ainda indiretamente na chapa encabeçada por Tancredo Neves, seriam eleitos os deputados que elaborariam a Constituição de 1988. Destacamos, no entanto, que a expressão Nova República – de origem incerta – é mais antiga.²

Marcado pela redemocratização, o período costuma ter, durante o rito de posse de seus presidentes, dois pronunciamentos do novo chefe de governo: o primeiro, no interior do Congresso Nacional, diante dos legisladores; o segundo, já com a faixa presidencial, no púlpito que há na área externa do Palácio do Planalto, diante da população que acompanha a cerimônia. É sobre esse segundo pronunciamento, no geral mais curto que o primeiro, que nos debruçamos.

No Quadro 1, transcrevemos, de acordo com as normas do Projeto NURC (Preti, 1999 [1993], p. 11-12), o pronunciamento de posse realizado no parlatório do Palácio do Planalto em 1990 por Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto na Nova República:

² Breve consulta ao acervo do jornal *O Estado de S. Paulo* sugere que o termo, já utilizado ocasionalmente, se popularizou a partir de 15 de novembro de 1984. Na ocasião, Tancredo Neves, que se colocava como candidato à Presidência de oposição à ditadura militar, utilizou a expressão para se referir ao período que se iniciaria com a volta dos civis ao poder durante seu discurso de campanha e em comemoração à Proclamação da República. No dia seguinte, o jornal estampou em sua manchete “Tancredo quer a ‘Nova República’”, grafando a expressão com letras maiúsculas e entre aspas. A incidência do termo na publicação saltaria de 23, em 1984, para 1.470, em 1985.

COLLOR: ((C1:)) minha gente amiga ... do Brasil ... ((C2:)) a transição demoCRÁTica ... se comple::ta neste insTANTE ... com a posse de um presidente da rePÚblica ... eleito pelo voto diREto da maioRia do povo brasileiro ... ((C3:)) todos nós ... temos compromissos ... COM a democracia ... tão duramente conquistada ... temos compromissos ... com a justiça socia:l ... temos compromissos ... com o desenvolvimento ... com a liberdade e com o progresso que haverá de nortear os RUmOs deste país ... a partir deste fim de março ... ((C4:)) QUERo neste instante ... em que recebo ... a faixa presidencial ... símbolo ... da chefia do Estado ... e de (governo) ... da rePÚblica federativa do Brasil ... voltar ... o melhor do meu pensamen::to ... e a maior das minhas preocupações ... para a iMENsa maioria de brasileiros ... a quem eu devo esta conquista democrática ... aos descamisados ... aos pés descalços ... ((C5:)) àQUEles que QUERem ... jusTIça social no país ... para poder viver (dignamente) ... ((C6:)) chegamos ... neste di::a ... depois de uma luta ... que incandesceu este país ... ((C7:)) as paixões ... estavam livres ... o disCURso ... garantIDo por uma Constituição ... o processo democrático asseguRADO ... pelas forças vivas da sociedade brasileira ... ((C8:)) e chegamos para cumprir uma miSSÃO ... para cumprir um mandato ... que não perTENce ... a uma pessoa ... na figura do presidente da RePÚblica ... que não pertence ... somente a um partido ... ((C9:)) mas pertence a TOdo o Brasil ... que deseja estar uNIdo neste momento ... para que possamos retirar a nação brasileira ... desta angústia ... e do trágico cotidiano ... com que se debate miLHÕES e miLHÕES de brasileiros ... ((C10:)) quero ... nesse insTANTE ... jurar a vocês ... diante do alTAR das minhas convicções ... de que haverei conjuntamente ... com o Congresso Nacional ... com o Poder Judiciário ... respeitando a indepenDÊNCIA e harmonia dos poderes ... ((C11:)) juro a vocês .. diante do altar das minhas convicções ... que ao lado do povo brasileiro ... da sociedade civil organizada ... nós haveremos SI::M minha gente ... de reconstruir o NOsso país para recupeRARmos a confiança ... no seu verdadeiro destino ... ((C12:)) volto ... também neste momento ... o meu pensamento ... para minha querida Alagoas .. para o meu NorDESte ... para TODos os recantos deste país de norte a sul ... para aqQUE::les ... que sofrem hoje ... com o salário baixo ... com falta de educação de saúde ... com falta até de esperança ... ((C13:)) volto os meus olhos e as minhas preocupaÇÕES ... para vocês ... ((C14:)) E me comprometo mais uma vez ... a DAR o melhor de mim ... a dar a minha saúde a minha PRÓpria vida se neceSSÁRIO for ... para cumprir ... RIgorosamente com o nosso programa de governo ... ((C15:)) que DEUS ... ajude ... o presidente da república ... que Deus ajude os seus ministros ... que Deus ajude o nosso PO::vo ... ((C16:)) para que nós encontramos definitivamente ... a TRilha ... do crescimento econômico e da justiça social:: ... ((C17:)) obriGADO minha gente ... até um ou::tro dia.

Fonte: Transcrição própria com base em arquivo sonoro, cotejado com o texto oficial do pronunciamento, disponibilizado pela Biblioteca virtual da Presidência.³

As notações C1, C2, ..., C17 foram feitas apenas para que possamos melhor localizar os trechos na análise, sem obedecer a um critério rígido.

Com duração de 4min45s, o pronunciamento de Collor, feito em tom enérgico, foi o mais curto realizado por um presidente no atual período republicano. Sua fala reverbera tanto o momento histórico, no qual os cidadãos brasileiros voltavam, depois de mais de 20 anos, a votar para presidente, como também as demandas econômico-sociais, em uma época na qual a inflação atingia 75% ao mês.⁴

De todos os presidentes eleitos na Nova República, apenas Fernando Henrique Cardoso não fez uso do parlatório do Palácio do Planalto na posse. Por isso, voltamos nossos olhos para o pronunciamento de seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrido em 1º de janeiro de 2003. O Quadro 2 apresenta nossa transcrição do pronunciamento de Lula em sua primeira posse:

³ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/02.pdf/view>. Acesso em 11 nov. 2024.

⁴ A taxa de inflação de fevereiro de 1990 foi de 75,73% ao mês, conforme a calculadora do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em 23 dez. 2024.

LULA: ((L1:)) meus ... companheiros ... e minhas companheiras ... excelentíssimos ... senhores chefes de Estados ... presentes nessa solenidade ... trabalhadores ... e trabalhadoras ... do meu Brasil ... meu querido: companheiro ... José Alencar ... meu vice-... presidente da República ... minha companheira ... querida dona Mariza ... esposa ... do Zé Alencar ... minha querida esposa Marisa ... ((L2:)) juntos ... já partilhamos ... muitas derrotas ... e por isso ... nós hoje estamos ... realizando um sonho ... que não é meu ... mas um sonho ... do povo deste país ... que queria mudança ... ((pausa prolongada)) ((L3:)) eu TENho ... PLEna consciência ... das responsabilidades ... que estou ... junto com meus companheiros ... assumindo ... nesse momento histórico ... da nossa vida republicana ... ((L4:)) mas ao mesmo TEMpo ... eu tenho a cerTE::za e a convicção ... de que ... ne-nhum mo-men-to di-fí-cil ... nessa trajetória de quatro anos ... irá impedir ... que eu faça ... as reformas que o povo brasileiro precisa que seja feito ... ((L5:)) em neNHUM momento ... vacilarei ... em:: cumprir ... cada palavra:: ... que o Zé Alencar e eu assumimos ... durante a campanha ... ((L6:)) durante a campa::nha ... não fiZEmos ne-nhu-ma pro-messa:: ... absurda ... ((L7:)) o que nós diZíamos ... e eu vou repetir agora ... é que nós ... iremos recuperar ... a dignidade do POvo brasileiro ... recuperar a sua autoestima ... e gastar ... CAdA centavo que tivermos que gastar ... na perspectiva ... de melhorar ... as condições de vida ... de mulhe-res ... homens e crianças que necessitam do Estado brasileiro ... ((L8:)) NÓS ... temos uma história ... cons-truída:: ... junto com vocês ... ((L9:)) a NOssa viTÓria:: ... não foi o resulta::do apenas de uma campanha que começou ... em junho deste ano e terminou dia vinte e sete de outubro ... ((L10:)) an::tes de mim ... compa-nheiros e companheiras lutaram ... ANtes do PT ... companheiros e companheiras morreram neste país ... lutando por conquistar ... a democracia ... e as liberdades ... ((L11:)) EU ... apenas tive a graça de Deus ... de num moMENTo histórico ... ser ... o porta-voz ... dos anseios ... de milhões e milhões de brasileiros e brasi-leiras ... ((L12:)) eu estou convencido ... que HOje não TEM no Brasil ... NEhum brasiLEIRO ou brasileira ... mais conheceDOR da realidade:: ... e das dificuldades que vamos enfrentar ... ((L13:)) mas ao MESmo tempo ... eu estou convencido ... e quero afirmar a vocês ... ((L14:)) não TEM ... na FAcE da Terra ... nenhum homem ... mais otiMISta ... do que eu estou hoje ... ((L15:)) e que POSSo afirmar ... que vamos ... ajudar este país ... ((L16:)) EU ... não sou o resultado de uma eleição ... eu sou o resultado de uma história ... ((L17:)) eu estou concretizan::do ... o sonho ... de gerações e gerações ... que antes de mim ... tentaram ... e não conseguiram ... ((L18:)) o meu paPEL ... nesse instante ... com MUIta humildade ... mas também com MUIta serenidade ... dizer a vocês ... que eu ... vou fazer ... o que acredito ... que o Brasil precisa ... que seja feito ... nesses quatro anos ... ((L19:)) cuiDAR da educação ... cuiDAR da saúde ... faZER a reforma agrária ... cuiDAR da previdência social ... e acabaR com a FOME neste país:: ... são compromissos MENos programáticos ... e mais ... com-promisso moRAL e ético ... que eu quero assumir ... aQUI nessa tribuna ... ((L20:)) na frente do povo ... que é o Único responsável ... pela minha vitória ... e pelo fato de eu estar aqui hoje ... tomando posse ... ((L21:)) como eu tenho uma agenda:: ... a ser cumprida ... eu queria ... dizer a todos vocês ... amanhã ... vai ser o meu primeiro dia de governo ... e eu prome::to ... a cada homem ... a cada mulher ... a cada criança ... e a cada jovem brasileiro ... que o meu governo ... o presidente ... o Vlce e os ministros ... trabalharão se necessário ... vinte e quatro horas por dia ... para que a gente cum::pra ... aquilo que a gente prometeu ... a vocês ... que nós iríamos cumprir ... ((L22:)) eu QUERO ... terminar ... agradecendo ... a essa companheira ... que hoje ... eu QUE::ro ... fazer uma homenagem ... porque hoje nós estamos aqui ... Marisa:: ... muito bonita ... toda ele-gante ... ao lado ... do marido dela com essa faixa ... que nós sonhamos tanto tempo ... ((L23:)) entreTANto ... para chegar aqui ... nós perdemos quatro eleições ... uma para governaDOR ... e três para presidente da República ... ((L24:)) e vocês SABem ... que a cultura política do Brasil ... é só ... homenagem aos vencedores ... ((L25:)) quando a gente per::de ... ninguém dá um telefonema para a gente para dizer ... “companheiro:: ... a luta continua” ... ((L26:)) às vezes ... ela e eu ... decidíamos que a luta ia continuar:: ... porque não tinha outra coisa a fazer ... a não ser continuar a luta:: ... para chegar onde nós chegamos ... ((L27:)) eu que::ro ... dizer a TODos vocês ... que vieram de RoRALma ... do Acre ... do Amapá do Amazonas ... que vieram ... de Rondônia ... do Mato Grosso do Mato Grosso do Sul ... que vieram do Maranhão do Piauí do Ceará ... que vieram do Rio Grande do Norte da Paraíba de Alagoas de Pernambuco de Sergipe ... da Bahla ... que vieram do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ... compaNHEIros de Brasília ... mas também ... companheiros ... da Bahia ... de Minas Gerais ... Espírito Santo ... Rio de Janeiro ... São PAulo ... ParaNÁ ... e Santa Catarina ... quero dizer inclusive ao povo do Rio Grande do Sul ... aos meus irmãos de Caetés ... minha GRANde cidade natal ... que se chamava GaraNHUNS ... aos companheiros de Goiás ... ((L28:)) eu quero ... terminar dizendo a vocês ... podem ... ter a certeza:: ... mais absoluta que um ser humano pode ter:: quando eu não puDER fazer uma coisa ... eu não terei ... nenhuma dúvida ... de ser honesto com o povo e dizer ... que não sei fazer ... que não posso fazer ... e que não tem condições ... ((L29:)) mas eu QUERO que vocês carreguem também a certeza ...

que eu ... em ... ne-nhum mo-mento da minha vida ... faltarei ... com a verdade com vocês ... que confiaram ... na minha pessoa ... para dirigir este país por quatro anos ... ((L30:)) trataREI vocês... ... tratarei vocês... com o MESmo respeito ... que eu trato ... os meus filhos e os meus netos ... que são as pessoas ... que a gente mais gosta ... ((L31:)) e eu quero ... propor isso a vocês ... amANHÃ ... estaremos começando a primeira campanha contra a fome neste país é o primeiro dia de combate à fome ... ((L32:)) e eu tenho fé em Deus ... que a gente vai garantir ... que todo brasileiro e brasileira ... possa TOdo santo dia ... tomar café ... almoçar ... e jantar ... ((L33:)) porque isso ... não está esCRIto no meu programa ... isto está escrito na Constituição brasileira ... está escrito na Bíblia ... está escrito na Declaração Universal ... dos Direitos Humanos ... e isso ... nós vamos fazer juntos ... ((L34:)) por isso meus companheiros ... e companheiras ... um abraço especial ... aos companheiros e companheiras portaDOres de deficiência física que estão ... sentados na frente deste parlatório ... ((L35:)) meus agradecimentos à imprensa ... que TANTo perturbaram a minha tranquilidade ... nessa campanha ... e nesses dois meses ... ((L36:)) sem a/ mas sem a qual ... a gente não consolidaria ... não iria consolidar a democracia no país ... ((L37:)) meu abraço ... aos deputados ... aos senadores ... meu abraço ... aos convidados estrangeiros ... ((L38:)) dizendo a vocês ... que com MUIta humildade ... eu ... não vacilarei ... em pedir ... a cada um de vocês ... “me ajudem ... a governar” ... ((L39:)) porque a responsabilidade ... não é apenas minha ... é NOssa ... do povo brasileiro ... que me colocou aqui ... ((L40:)) MUIta obriGado meus companheiros ... e aTÉ ... amANHÃ.

Fonte: Transcrição própria com base em arquivo sonoro, cotejado com o texto oficial do pronunciamento, disponibilizado pela Biblioteca virtual da Presidência.⁵

Também aqui as notações L1, L2, ..., L40 servem apenas de apoio para a melhor localização dos trechos analisados.

Com 13min24s, o pronunciamento, feito em cadência desacelerada, faz referência às derrotas sofridas anteriormente por Lula, celebra sua vitória e a chegada de seu partido, o PT, ao poder e, em um contexto de inflação controlada, mas de desemprego acima dos 10%⁶ e taxa básica de juros a 25% ao ano⁷, traz a promessa da campanha contra a fome.

Feita essa sucinta apresentação de nosso *corpus*, passamos ao histórico da noção de *voz coletiva*, que terá, entre outras serventias, a de balizar o ponto de partida de nossa análise.

3 Breve histórico da noção de *voz coletiva*

Diversos teóricos da enunciação se debruçaram, ao longo das últimas cinco décadas, sobre a noção de *voz coletiva*, ora enfatizando suas características, ora preocupados com os artifícios linguísticos a ela relacionados.⁸ A seguir, destacamos as reflexões iniciais de Berrendonner e Ducrot, assim como propostas mais recentes, como as da ScaPoLine, de Anscombre, da TAP e de pesquisas brasileiras desenvolvidas por Bastos e Nascimento.

⁵ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/10-mandato/2003/01-01-pronun-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-ses-sao-solene-de-posse-no-cn.pdf/view>. Acesso em 11 nov. 2024.

⁶ A taxa de desocupação (de pessoas de 10 anos ou mais), em dezembro de 2002 era de 10,5%, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9183-pesquisa-mensal-de-emprego-antiga-metodologia.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 23 dez 2024.

⁷ A taxa básica de juros (Selic) em dezembro de 2002 era de 25%, conforme o Banco Central. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em 23 dez 2024.

⁸ Esta seção é uma versão reformulada, com significativas alterações e acréscimos, do capítulo 5 de Pereira da Silva (2023). Em relação aos acréscimos, destacamos os trechos que tratam do texto seminal de Berrendonner e da revisão dos recentes trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por Bastos e por Nascimento. Em relação às alterações, apresentamos aqui uma interpretação mais precisa acerca das proposições da Teoria Escandinava de Polifonia Linguística (ScaPoLine) e da Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP) sobre a noção de *voz coletiva*.

3.1 Os estudos seminais de Berrendonner e de Ducrot

Uma obra que talvez possamos tomar como marco no impulso às reflexões acerca da *voz coletiva* no quadro das teorias da enunciação é *Éléments de pragmatique linguistique*, de Berrendonner (1981). É a ela que diversos autores retornam ao tratar do fenômeno.

No capítulo II do livro, Berrendonner inicialmente aduz à presença de uma certa opinião pública ao procurar dar conta de questões acerca da pressuposição levantadas anos antes por Ducrot (1977 [1972], p. 278-290).⁹ Assim, ao analisar a pressuposição instaurada pelo verbo *prétendre* (que pode ser traduzido aqui como “alegar”) tanto nos casos em que o locutor é colocado como sujeito (*je prétends que p*) quanto nos casos em que o sujeito é um ser diferente do locutor (*X prétend que p*), Berrendonner (1981, p. 35-46) conclui que tal verbo não pressupõe a falsidade de *p*, mas, sim, pressupõe que certa opinião pública considera *p* falso. Essa opinião pública é, então, chamada pelo autor de ON (grafado com letras maiúsculas).

Após definir ON como “um significado suscetível de remeter deitivamente a qualquer conjunto de indivíduos falantes, de maneira perfeitamente indeterminada” (Berrendonner, 1981, p. 45)¹⁰, Berrendonner nota sua capacidade de assumir formas heterogêneas. Diz o autor:

ON pode incluir, bem como não incluir, o locutor e/ou o destinatário [...] Assim, é certo que o locutor que enuncia “Eu alego que Jules está doente” não se tem como parte da entidade ON: ao fazê-lo, ele se contradiria, e o benefício que se concede a ele de ser um espírito coerente excluirá desde o início essa interpretação. Mas em “Pierre alega que Jules está doente”, como saber se o locutor se coloca ao lado de Pierre ou toma o partido de ON? Isso é uma questão de conjectura, ou seja, de presunção inferencial (Berrendonner, 1981, p. 45-46).¹¹

O autor acrescenta ainda, na parte final do capítulo, um outro tipo de coletividade: o “ \emptyset ”, também chamado por ele de “fantasma da verdade” ou simplesmente de “fantasma” (Berrendonner, 1981, p. 59). É essa coletividade que se faz presente, segundo Berrendonner, ao lado do locutor em afirmações assertivas. O autor compara então sentenças como “O gato está no capacho” e “Na minha opinião, o gato está no capacho” e conclui que, na primeira, a verdade é validada não apenas pelo locutor, mas também pela “pessoa do universo” – ou seja, \emptyset ou o fantasma –, enquanto, na segunda, a expressão “na minha opinião” opera para excluir essa pessoa universal.

Cabe mencionar que, no capítulo, Berrendonner não trata ON e \emptyset explicitamente como vozes, mas como agentes de validação de uma proposição. No texto, o autor também

⁹ Berrendonner examina especificamente as questões levantadas por Ducrot a respeito da pressuposição instaurada por verbos de opinião.

¹⁰ No original: “un signifié susceptible de renvoyer déictiquement à n'importe quel ensemble d'individus parlants, de manière parfaitement indéterminée” (Berrendonner, 1981, p. 45). Tradução própria.

¹¹ No original: “ON peut inclure, aussi bien que ne pas inclure, le locuteur, et/ou le destinataire [...] Ainsi, il est certain que le locuteur qui énonce (6) ne se compte pas comme partie prenante de l'entité ON ce faisant, il se contredirait, et le bénéfice qu'on lui fait d'être un esprit cohérent exclura d'emblée cette interprétation. Mais dans (1), comment savoir si le locuteur se range du côté de Pierre, ou appartient au parti de ON? C'est là affaire de conjecture, c'est-à-dire de présomption inférentielle: (6) Je prétends que Jules est malade (1) Pierre prétend que Jules est malade” (Berrendonner, 1981, p. 45-46). Tradução própria.

aborda proposições feitas por Ducrot (1980) acerca dos atos ilocucionários (que não aprofundaremos neste artigo) em seu primeiro estudo acerca da polifonia.¹²

No já mencionado último capítulo de *O dizer e o dito*, Ducrot (1987 [1984]) procura responder a Berrendonner, assimilando suas discussões acerca dos atos ilocucionários e tratando, *en passant*, da noção de *voz coletiva*.

Na obra, Ducrot afirma tomar emprestado o termo “polifonia” de Bakhtin no intuito de contestar o pressuposto da unicidade do sujeito falante e descrever a multiplicidade de vozes que identifica em um enunciado. Assim, o autor propõe dois possíveis tipos de origens para tais vozes: (a) o locutor, que, para Ducrot, é, “no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável” (Ducrot, 1987 [1984], p. 182) e a quem se referem as marcas de primeira pessoa; (b) o enunciador, definido pelo autor como seres que se expressam “através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas” (Ducrot, 1987 [1984], p. 192).

Nas derradeiras páginas do capítulo, Ducrot, então, menciona a possibilidade de uma dessas vozes, a do enunciador, representar, por vezes, uma *voz coletiva*. Assim, retomando um famoso exemplo seu de pressuposição, “Pedro parou de fumar”, o autor afirma que, nesse caso, o enunciador segundo o qual Pedro fumava anteriormente, “é assimilado a um certo SE,¹³ a uma *voz coletiva*, no interior da qual o locutor está localizado” (grifo nosso), acrescentando ainda: “utilizo neste ponto as ideias de Berrendonner, 1981, Cap. II” (Ducrot, 1987 [1984], p. 216).

Ducrot também se vale da noção de *voz coletiva* para tratar brevemente de outro tipo de pressuposição, desta vez não mais de origem verbal: a nominalização, que, em sua perspectiva, estabelece um pressuposto que faz aparecer um enunciador, ao qual o locutor não está necessariamente assimilado, mas que “é assimilado a uma *voz coletiva*, a um SE” (Ducrot, 1987 [1984], p. 217).

Tais questões foram aprofundadas nos anos subsequentes por pesquisadores que se filiaram às proposições do autor.

3.2 As propostas da ScaPoLine e de Anscombre

Um desses grupos de pesquisadores, liderado por Nølke, procurou, a partir de 1999, desenvolver um aparato teórico para sistematizar uma análise polifônica, originando a ScaPoLine.¹⁴ Em 2004, Nølke, Fløttum e Norén organizaram a obra *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*, sintetizando os resultados da pesquisa (Nølke; Fløttum e Norén, 2004).

Nela, os autores afirmam que a *voz coletiva* se situa “em uma escala que vai da heterogeneidade à homogeneidade” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39)¹⁵ e propõem que seja subdividida em duas categorias: (a) ON, a voz heterogênea, divisível e identificada como “um

¹² Antes de *O dizer e o dito* (Ducrot, 1987 [1984]), Ducrot já havia se valido, no primeiro capítulo da obra coletiva *Les mots du discours*, redigido por ele, do termo “polifonia” para se referir à questão, propondo, pela primeira vez, a distinção entre locutor e enunciador (Ducrot, 1980, p. 44-45). Em 1984, o autor apresentaria uma ampla revisão de sua proposição anterior (na qual excluía a multiplicidade de locutores do que ele chamava de polifonia), tornando essa segunda obra a principal referência, desde então, para desdobramentos teóricos sobre o tema no âmbito das teorias da enunciação.

¹³ O termo “SE” refere-se, na tradução de Eduardo Guimarães, ao pronome francês “ON”.

¹⁴ Os documentos de trabalho do grupo estão disponíveis em: <https://ojs.ruc.dk/index.php/poly/issue/archive>. Acesso em 26 set. 2024.

¹⁵ No original: “ne échelle allant de l'hétérogénéité à l'homogénéité” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39). Tradução própria.

verdadeiro coletivo, onde os membros se distinguem como indivíduos capazes de tomar a palavra”,¹⁶ podendo incluir ou não o locutor e o alocutário (ser que, segundo o enunciado, é seu destinatário); (b) LOI, a voz homogênea, indivisível, capaz de representar uma “coletividade de contornos fluidos, como a lei, a *doxa*, os clichês, as verdades eternas” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39).¹⁷

Essas vozes se inserem em uma classificação tripartite de vozes verificáveis em um enunciado. Cada voz se relaciona, segundo a ScaPoLine, com um ser discursivo,¹⁸ que pode, em certos casos, manifestar seus PDVs (seres do enunciado) ou, em outros, apenas ser objeto de um PDV (seres textuais). Tais seres discursivos, segundo a teoria escandinava, são classificados como: (a) de primeira pessoa; (b) de segunda pessoa; e (c) de terceira pessoa. Na perspectiva da ScaPoLine, os dois tipos de *vozes coletivas* (ON e LOI) estão associados a manifestações de seres de terceira pessoa (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 38-40; Nølke, 2017, p. 61-70).

Desde a gênese da ScaPoLine, parte de suas proposições – especialmente as referentes à *voz coletiva* – geraram interesse e, em certo sentido, discordância, de Anscombre, parceiro de Ducrot desde os anos 1970 no desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua (ADL) (Anscombre; Ducrot, 1976).

Embora Anscombre não tenha proposto, em trabalhos mais recentes que concernem à sua Teoria dos Estereótipos (TS), propriamente um aparato para dar conta da polifonia, o autor demonstra grande preocupação com a presença da *voz coletiva* em enunciados – chamada por ele de ON-Locutor.¹⁹ Em 2005, após definir a noção de estereótipo como “ideias convencionais ligadas a um termo” (Anscombre, 2005, p. 80)²⁰ e defender que tais ideias se manifestam por meio de frases estereotipadas, o autor pondera que algumas frases se referem a ideias convencionais de um falante em particular (tipo “a”), enquanto outras referem-se a ideias de toda uma comunidade linguística (tipo “b”). Anscombre, então, afirma:

¹⁶ No original: “un vrai collectif où les membres se distinguent en tant qu’individus susceptibles de prendre la parole” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39). Tradução própria.

¹⁷ No original: “collectivité à contours flous, à savoir la LOI, la doxa, les idées reçues, les vérités éternelles” (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 39). Tradução própria.

¹⁸ No original, “êtres discursifs” ou “ê-ds”.

¹⁹ No artigo de 2005, Anscombre diz não saber precisar a origem do termo “ON-Locuteur” (em francês), que julga ser inexato, uma vez que ON estaria mais próximo do conceito de enunciador do que do conceito de locutor, sendo mais apropriado chamá-lo de “ON-Énonciateur” (Anscombre, 2005, p. 78). Mais tarde, em obra de 2009, o autor diz ter sido ele mesmo o responsável por cunhar, em 1990, o a expressão “ON-Locuteur” (Anscombre, 1990), atribuindo-a equivocadamente a Berrendonner: “Em Anscombre (1990), atribuí erroneamente a Berrendonner (1981) a denominação de ON-locuteur quando parece que fui eu que a cunhei sem me dar conta. De toda forma, é indiscutivelmente de Berrendonner a ideia básica do conceito, ainda que o termo não o seja” (Anscombre, 2009, p. 34). No original: “En Anscombre (1990) atribuí erróneamente a Berrendonner (1981) la denominación de ON-locuteur cuando parece ser que la acuñé yo sin darme cuenta. De todas formas, es indiscutiblemente de Berrendonner la idea básica del concepto, si no lo es el término” (Anscombre, 2009, p. 34). Tradução própria.

²⁰ No original: “idéas conventionnellement attachées au terme” (Anscombre, 2005, p. 80). Tradução própria.

É a esse último tipo que vamos nos dedicar mais particularmente. Nota-se, de fato, que essa comunidade linguística mencionada por Putnam pode ser comparada à “opinião pública” de Berrendonner. Essa comunidade linguística é a origem das ON-verdades ou, se preferirmos, os enunciados estereotipados do tipo “b” são atribuíveis a um ON-locutor (Anscombe, 2005, p. 81).²¹

Na obra, o autor critica como abordagens posteriores às proposições de Ducrot²² ampliaram, a seu ver sem critério, o número de “personagens” envolvidos na multiplicidade de vozes no enunciado. O autor acrescenta que isso, aliado à inexatidão para se definir a natureza de locutores e enunciadore, resulta em um “uso vago e descontrolado”²³ dessas noções (Anscombe, 2005, p. 77).

Cinco anos depois, Anscombe (2010) analisa os artifícios linguísticos relacionados à *voz coletiva* e os divide em três tipos: (a) marcadores especializados (como “diz-se”, “de acordo com a opinião geral” etc); (b) entidades (como “rumores” etc); e (c) funções associadas à introdução da *voz coletiva* (pressuposto, tema, formas sentenciosas etc). O autor, porém, não associa suas conclusões sobre os artifícios linguísticos aos achados anteriores, que abordavam a heterogeneidade das *vozes coletivas*.

Frente às observações de Anscombe sobre a proliferação pouco criteriosa de entidades capazes de emitir um PDV, Nølke (2017, p. 68) considera que a distinção entre *voz coletiva* homogênea e heterogênea é de difícil constatação empírica e afirma que talvez seja mais proveitoso ampliar os esforços para refinar as categorias da voz heterogênea, considerando a presença ou a ausência nela não só do locutor, mas também do alocutário.

3.3 A reformulação empreendida pela TAP

Paralelamente às discussões entre Anscombe e Nølke, uma alternativa às noções originais de Ducrot, desenvolvida no final da primeira década deste século por Carel e Lescano, com contribuição do próprio Ducrot, a fim de adaptá-las à Teoria dos Blocos Semânticos (TBS),²⁴ também evidenciou certa subdivisão na noção de *voz coletiva*.

Com base na síntese de Carel (2011, p. 287-381) na quarta seção de seu livro *L'entrelacement argumentatif*, podemos dizer que a TAP se preocupa com a forma como um conteúdo é apresentado no enunciado (conteúdo argumentativo, pois a teoria rejeita uma aproximação referencialista).

Define, então, dois parâmetros: (a) a atitude do locutor frente ao conteúdo, subdividida em: colocar, acordar (no sentido de concordar) ou excluir; (b) o “tom” como um conteúdo é apresentado, que se manifesta em uma certa “pessoa enunciativa”, conceito que substitui a noção de enunciador, subdividido em cinco tipos: L, TU, IL, ON e MONDE.

²¹ No original: “C’est à ce dernier type que nous allons plus particulièrement nous intéresser. On remarque en effet que cette communauté linguistique dont parle Putnam peut être rapprochée de «l’opinion publique» de Berrendonner. Cette communauté linguistique est à l’origine de ON-vérités, ou si l’on préfère, les énoncés stéréotypiques de type b) sont le fait d’un ON-locuteur” (Anscombe, 2005, p. 81). Tradução própria.

²² Anscombe não remete a Ducrot a gênese dos estudos polifônicos, mas a Ann Banfield e Jacqueline Authier-Revuz, citadas pelo próprio Ducrot em *O dizer e o dito* como fontes de suas reflexões.

²³ Em francês, “flou et non contrôlé”.

²⁴ Considerada, à época, como uma versão radical das proposições feitas por Ducrot nos anos 1970 e, sobretudo, 1980, a TBS tem sua gênese na tese de Carel (1992).

As três últimas pessoas enunciativas têm, em nossa opinião, amplitude coletiva. Em relação às pessoas ON e MONDE, Carel explicita seu diálogo com Berrendonner, considerando a primeira como a voz da opinião pública e a segunda como a voz dos fatos. Quanto a IL, a autora a define, em uma contribuição bastante original, como “a voz distante do ausente, uma voz sem autoridade”, presentes em formulações como “parece que...” (Carel, 2011, p. 340).²⁵

Em 2023, na obra *Parler*, Carel (2023, p. 207) apresenta uma categorização mais enxuta das pessoas, incluindo apenas L, IL e MONDE. A autora enfatiza que, na TAP, as pessoas não são fontes de PDVs, mas “tons”, como havia proposto Lescano (2011 [2009]), ou “modos de enunciação”: L corresponde ao modo do concebido, IL ao do recebido e MONDE ao do encontrado.²⁶

Assim, procurando ser fiel à sua interpretação das proposições originais de Ducrot – segundo a qual “o locutor é todo-poderoso”²⁷ e “toma uma posição ao colocar em cena os ‘enunciadores’” (Carel, 2023, p. 177-178) –,²⁸ Carel desenvolve na TAP um arcabouço teórico centrado no locutor, em relação a quem são definidas as pessoas (ou modos de enunciação) e as atitudes.

3.4 Os achados de Bastos e de Nascimento

No Brasil, podemos destacar estudos recentes realizados no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) focados na identificação de artifícios enunciativos capazes de colocar *vozes coletivas* em cena.

Em sua tese acerca das marcas de subjetividade em monografias de conclusão de curso, Bastos (2017) revisa as proposições de Anscombre em 2010 e descreve três macroestratégias linguísticas que projetam *voz coletiva*, chamada pela autora de SE-Locutor (em referência à expressão ON-Locutor): (a) Marcadores mediativos genéricos, como verbo *dicendi* seguido do pronome “se”; (b) termos genéricos que podem assumir o papel do SE-Locutor, como “rumores” ou “a Constituição”; (c) frases sentenciosas.

Já Nascimento (2020), em capítulo voltado à descrição, em um *corpus* bastante amplo, da *voz coletiva* – também chamada de SE-Locutor – identifica, após uma revisão dos resultados de Bastos, ao menos quatro artifícios para projetá-la em enunciados em língua portuguesa: (a) pressuposição; (b) captação de discurso alheio relacionado a um saber coletivo (como “primeiro as damas”, semelhante às frases sentenciosas de Bastos); (c) a presença de locutores coletivos (como “juristas ouvidos por...”); (d) verbo *dicendi* seguido do pronome “se”.

Após a análise, Nascimento constata que “o fenômeno do SE-locutor é evocado com diferentes funções argumentativas: gerar efeitos de assimilação, de refutação, de ironia, de distanciamento. Em algumas ocorrências, inclusive, é utilizado como argumento de autoridade” (Nascimento, 2020, p. 288). O autor procura relacionar ainda tais efeitos aos gêneros discursivos analisados.

²⁵ No original, “Il paraît que...”

²⁶ Tais termos foram também traduzidos por Luiz Francisco Dias como “concebido”, “atribuído” e “revelado” no Curso de Semântica Argumentativa (Behe; Carel et al., 2021, p. 353-375). A nomenclatura no original é: “conçu”, “reçu” e “trouvé” (Carel, 2023, p. 207). Preferimos uma tradução literal sobretudo para enfatizar que o modo enunciativo “reçu” não está exatamente relacionado ao discurso relatado, mas à autoridade pálida concedida à enunciação do conteúdo argumentativo.

²⁷ No original: “Le locuteur est tout puissant” (Carel, 2023, p. 177).

²⁸ No original: “prend position en mettant en scène des ‘énonciateurs’” (Carel, 2023, p. 178).

3.5 Um ponto de chegada e de partida: subdivisão *a priori* baseada nos autores revistos

O caminho empreendido pelos autores cujas obras brevemente revisamos sugere que a categoria geral de *voz coletiva* reúne um conjunto consideravelmente heterogêneo de fenômenos.

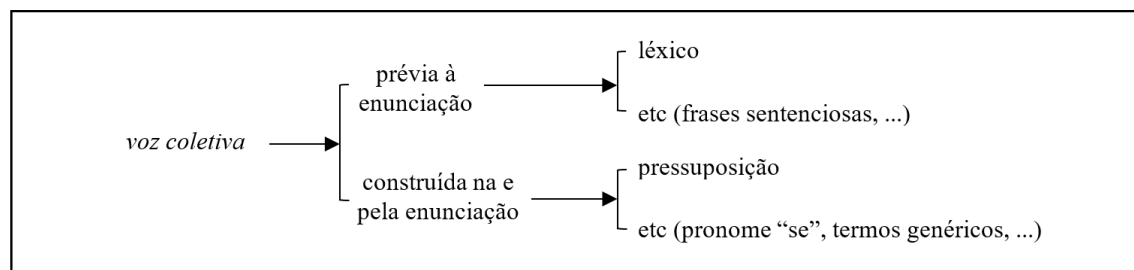
Como se nota nas propostas de Berrendonner e de Nølke, a *voz coletiva* pode ser tida como indivisível ou surgir como um agrupamento de seres individuais. Neste último caso, pode estar associada à voz do locutor do enunciado ou dela se distanciar. Em algumas circunstâncias, como aponta Nølke, essa voz pode ou não também se assimilar à voz do alocutário.

Em certas ocasiões, ainda, a *voz coletiva* aparenta ser prévia à enunciação. Essa é, ao menos em parte, a perspectiva de Anscombre, uma vez que o autor considera seu ON-Locutor como origem de estereótipos relacionados não a enunciados, mas ao léxico – e, portanto, anterior à enunciação e por ela mobilizado. Em outras ocasiões, a *voz coletiva* é construída na e pela própria enunciação – ou, como propõe Carel, por um todo-poderoso locutor.²⁹

Quanto aos fenômenos enunciativos que projetam essas vozes, nossa revisão indica um forte destaque, no trabalho dos autores, à pressuposição: originalmente foi a ela que Berrendonner e Ducrot associaram a *voz coletiva*. Posteriormente, Anscombre, Bastos e Nascimento se ocuparam de estender a descrição das circunstâncias nas quais tal voz costuma aparecer, procurando identificar uma série de artifícios linguísticos que contribuem para concretizá-la, como o pronome “se”, certos termos genéricos, formas sentenciosas, entre outros.

Tendo em vista a revisão realizada, apresentamos no Quadro 3 a forma como concebemos – ainda de modo provisório, anterior à nossa análise – a subdivisão das *vozes coletivas*:

Quadro 3 – Subdivisão *a priori* das *vozes coletivas*



Fonte: Elaboração própria.

²⁹ Vale pontuar que, a nosso ver, se há na dimensão enunciativa (e só nela) um todo-poderoso, ele não é, em termos estritos, exatamente o locutor, mas o próprio enunciado. É o enunciado que projeta o locutor e todas as demais origens de vozes construídas em tempo real, e que, além disso, evoca ou restringe, a depender de sua organização, as *vozes prévias* (internas, por exemplo, ao léxico mobilizado). O poder do locutor, apresentado pelo enunciado como sua origem, advém do próprio enunciado. Esclarecemos também que, para nós, as vozes prévias integradas ao léxico são (se nos for permitido parafrasear, com significativa nuance, Bakhtin) relativamente instáveis e, portanto, dependentes de fatores sociais e históricos. Ademais, em nossa abordagem, entendemos o enunciado como produto da enunciação, realização concreta de um ser empírico (humano ou institucional), constrangido por sua inserção em determinada situação sócio-histórica e em determinada situação de comunicação. As considerações acerca dos constrangimentos impostos ao ser empírico indicam que, para fora da dimensão enunciativa, nem mesmo o enunciado pode ser considerado um “todo-poderoso” (e por isso falamos que ele “projeta”, e não “constrói”).

Nossa representação se inspira nos quadros utilizados sobretudo por autores que adotam uma abordagem sistêmico-funcional, nos quais os colchetes (“[””) podem ser lidos como “ou”. Assim, nessa subdivisão *a priori*, concebida propositalmente de forma um tanto grosseira, a fim de não direcionar os resultados empíricos, a *voz coletiva* poderia ser classificada, em um primeiro nível, como prévia à enunciação *ou* construída na e pela enunciação.

A voz prévia, por sua vez, poderia ser classificada, em um segundo nível, como lexical *ou* como pertencente a outra categoria não detalhada que aqui, por considerarmos que a lista está aberta, notamos apenas com “etc” (indicando entre parênteses a possibilidade de haver, entre essas outras categorias, “frases sentenciosas”). Já a *voz coletiva* construída na e pela enunciação poderia ser classificada, também em um segundo nível, como pressuposicional *ou* como pertencente a outra categoria, também representada pelo “etc”, reforçando mais uma vez a abertura da lista.

Após essa breve síntese, apresentamos a seguir o que depreendemos de nosso *corpus*.

4 Análise do *corpus*

Devemos, inicialmente, pontuar que, considerando a magnitude das possibilidades de manifestação da *voz coletiva* em um enunciado, tivemos de estabelecer alguns critérios para delimitar os aspectos em análise, de modo a viabilizar o estudo. As decisões adotadas foram:

- (a) Limitamos nossa análise a *vozes coletivas* construídas na e pela enunciação, descartando, portanto, as vozes prévias à enunciação nela presentes.
- (b) Dentre as *vozes coletivas* construídas na e pela enunciação, limitamos nossa análise de vozes relacionadas ao fenômeno da pressuposição aos casos em que o artifício que contribui para concretizar tal pressuposição é um verbo.

Com isso, nos furtamos à necessidade de verificar, por exemplo, mas não só, todo item lexical do *corpus* (que teria relação com vozes prévias), bem como à necessidade de examinar também, mas não só, todo grupo nominal determinado do *corpus* (que poderia contribuir para a concretização de uma pressuposição).

Assim, nossa proposta parte sobretudo da identificação e análise de fenômenos enunciativos que, no Quadro 3, se localizariam no colchete que se segue à voz construída na e pela enunciação – mais precisamente, o item em que escrevemos provisoriamente “etc. (pronomes ‘se’; termos genéricos...)” –, mas também do exame dos restritos casos de pressuposição sobre os quais elegemos nos debruçar a fim de possibilitar comparações (como dissemos, pressuposições concretizadas com a contribuição de verbos).

Em nosso *corpus*, além das *pressuposições*, identificamos três fenômenos enunciativos que contribuem para projeção de *voz coletiva*:

³⁰ Ressaltamos, no entanto, que nossa abordagem não-referencial e recursiva da noção de ponto de vista nos leva a considerar a existência de *vozes coletivas* prévias, como sugerem os trabalhos de Anscombe, que aqui deixamos de lado. Delas, pretendemos tratar em outro trabalho.

- (a) *Discurso relatado*;
- (b) *Negação*;
- (c) *Esteio de PDV*.³¹

Pudemos inferir, a partir do cruzamento de nossos dados com as obras que revisamos, que o *discurso relatado* pode se subdividir em *dito relatado* e *pensamento relatado*, embora em nosso *corpus* só tenhamos encontrado casos de *pensamento relatado*. Os nossos dados também nos permitiram subcategorizar a *negação* em dois tipos: *negação total* e *negação parcial*. Já em relação ao que chamamos de *esteio de PDV* não encontramos subcategorias.

Ao todo, nos debruçamos sobre 47 incidências de *vozes coletivas* projetadas com a contribuição desses fenômenos (3 *discursos relatados*; 25 *negações*; 8 *esteios de PDV*; e 11 *pressuposições*).

A seguir, passamos a descrever mais pormenorizadamente os fenômenos e as características que, ao compararmos entre si suas incidências, nos chamaram a atenção. Como dissemos na introdução, foi essa comparação que nos levou ao quadro de categorias apresentado no item 5 deste trabalho.

4.1 Discurso relatado

A projeção de *vozes coletivas* com a contribuição de *discurso relatado* só pôde ocorrer, segundo nossa observação, quando o *discurso relatado* esteve acompanhado da presença, no enunciado, de seres coletivos que saturam fontes de PDVs a eles associados. Em nosso *corpus*, encontramos três situações como essa. Duas foram identificados no pronunciamento de Collor e um, no de Lula. As três incidências dizem respeito a casos de *pensamento relatado*.³² Tomemos o trecho (L24), retirado do pronunciamento de Lula:

(L24) e vocês *SAbem* ... que a cultura política do Brasil ... é só ... homenagem aos vencedores

Nele, o verbo “saber” contribui para a projeção de um PDV cuja fonte é saturada pelo alocutário coletivo, marcado explicitamente pelo termo “vocês”. Com pequenas modificações na notação proposta pela ScaPoLine (Nølke; Fløttum e Norén, 2004, p. 31), podemos grafar tal PDV da seguinte forma:

PDV_{1-L} [ALOC] : (VERDADEIRO (“a cultura política do Brasil é a de só homenagear os vencedores”))³³

A representação pode ser lida da seguinte forma: o ponto de vista (PDV) que chamamos de “1-L” (por ter sido o primeiro que extraímos do pronunciamento de Lula) tem a fonte

³¹ Conferindo status técnico aos fenômenos, passamos, doravante, a grafá-los em itálico.

³² Se nos ancorarmos nas propostas e na nomenclatura da influente teoria funcionalista de Michael Halliday e Christian Matthiessen (2004, p. 197-210), podemos dizer que a concretização do fenômeno do discurso relatado do tipo pensamento relatado, em nosso *corpus*, está ligada a verbos relacionados a “processos mentais”.

³³ Em relação à nomenclatura da ScaPoLine, ressaltamos que, em nossa perspectiva (Pereira da Silva, 2023), a fonte do PDV – no caso, saturada por “aloc” – é um argumento externo, estando por isso grafado antes dos dois pontos. Essa solução foi adotada para operacionalizar a análise de PDVs hierárquicos – uma vez que a presença do ser que satura a fonte dentro do PDV tornava, segundo o próprio Nølke (2017, p. 76 e 85), problemático seu modelo.

saturada pelo alocutário (“ALOC”) e apresenta o julgamento epistêmico “VERDADEIRO” sobre o conteúdo (que chamamos de “conteúdo estabilizado”) “a cultura política do Brasil é a de só homenagear os vencedores”.³⁴

Se quisermos, como é nossa intenção, destacar a coletividade do ser que está na origem do PDV, podemos substituir “ALOC” por “COL” – nomenclatura que adotamos para evitarmos acepções particulares de ON, SE, LOI, IL, MONDE e Ø presentes nas propostas dos autores que revisamos. Assim temos:

PDV_{1-L} [COL] : (VERDADEIRO (“a cultura política do Brasil é a de só homenagear os vencedores”))

É importante notar, no entanto, que não bastaria haver no enunciado um ser coletivo: para que uma *voz coletiva* se projete, é preciso que esse ser coletivo tenha voz, ou seja, sature a fonte de um PDV. Vejamos, apenas para citar um exemplo, o trecho (C4) retirado do pronunciamento de Collor:³⁵

(C4) QUERO neste instante ... em que recebo ... a faixa presidencial ... símbolo ... da chefia do Estado ... e de (governo) ... da república federativa do Brasil ... voltar ... o melhor do meu pensamento ... e a maior das minhas preocupações ... para a imensa maioria de brasileiros ... a quem eu devo esta conquista democrática ... aos descamisados ... aos pés descalços ...

Aqui, podemos considerar a “imensa maioria dos brasileiros” um ser discursivo. Mas, como mencionamos em nossa revisão, seria somente o que a ScaPoLine classifica como “ser textual” – um ser que não tem voz, ou seja, que não está na origem de nenhum PDV, sendo apenas objeto de um PDV alheio (no caso, um PDV do locutor, identificado com Collor).

Se avançarmos um pouco e nos debruçarmos sobre os trechos (C5) e (C9), também retirados do pronunciamento de Collor, a situação será outra:

(C5) àQUEles que QUERem ... justiça social no país ... para poder viver (dignamente) ...

(C9) mas pertence a TODO o Brasil ... que *deseja* estar UNIDO neste momento ... para que possamos retirar a nação brasileira ... desta angústia ... e do trágico cotidiano ... com que se debate miLHÕES e miLHÕES de brasileiros ...

Nos trechos, notamos *discursos relatados* (do tipo *pensamento relatado*) cujas concretizações estão respectivamente relacionadas aos verbos “querer” e “desejar”. Em ambos os casos, um ser coletivo é também marcado explicitamente no enunciado. Em (C5) pelo termo “aque-

³⁴ Também ressaltamos que, diferentemente da ScaPoLine, não consideramos que “a cultura política do Brasil é a de só homenagear os vencedores” seja propriamente um conteúdo – ou seja, um dictum, na acepção de Bally (1965 [1932], p. 36). Para nós, trata-se de um elemento estabilizado para fins de análise, que pode ser chamado de “conteúdo estabilizado”, mas que é passível de ser decomposto em outros PDVs (como, por exemplo, PDVs prévios segundo os quais “existe um país chamado Brasil”, “o Brasil é um país com uma cultura política identificável”, “na política, há vencedores e há derrotados” etc.).

³⁵ Embora, no livro inaugural da ScaPoLine, Nølke, Fløttum e Norén (2004, p. 38) afirmem terem encontrado prova para distinguir seres textuais de seres discursivos apenas nos casos de locutores e de alocutários, Nølke (2017, p. 66) estendeu posteriormente essa mesma distinção a terceiros.

les” e em (C9) pela expressão “todo o Brasil”. Assim, chegamos a casos semelhantes ao que vimos no pronunciamento de Lula:

PDV_{1-C} [COL]: (VERDADEIRO (“a justiça social no país é desejável”))

PDV_{2-C} [COL]: (VERDADEIRO (“é desejável a união com o objetivo de se retirar o Brasil da angústia”))

É importante observar, porém que, diferentemente do caso do pronunciamento de Lula, aqui o que se projeta não são alocutários coletivos, mas terceiros coletivos.³⁶

4.2 Negação

O fenômeno da *negação* foi o de maior frequência em nosso *corpus*: encontramos 25 incidências. Todas dizem respeito ao tipo de *negação* que Ducrot definiu, em 1984, como “*negação* polêmica”, na qual o locutor opõe-se a uma voz que ele mesmo coloca em cena e “que pode não ser assimilado ao autor de nenhum discurso efetivo” (Ducrot, 1987 [1984], p. 204).³⁷ O pronunciamento de Lula concentrou 23 dos 25 casos. Além disso, verificamos uma predominância das incidências do que chamamos de *negação total* (18 casos: 2 no pronunciamento de Collor e 16 no de Lula), ante as incidências de *negação parcial* (7 casos: todos no pronunciamento de Lula).

A seguir, buscamos distingui-las e exemplificá-las.

4.2.1 Negação total

Além do termo “não”, encontramos em nosso *corpus* outros artifícios linguísticos que contribuem para concretizar o fenômeno da *negação total*: os termos “nenhum” e “ninguém”³⁸ e também a sequência “não” e “mas” configurando o que Anscombre e Ducrot (1977) chamaram de MAS_{SN}.

Os trechos (L6), (L5) e (L25) são respectivamente exemplos de *negações* concretizadas com a contribuição dos termos “não”, “nenhum” e “ninguém”:

(L6) durante a campa:::nha ... *não* fiZEmos ne-nhu-ma pro-messa:: ... absurda ...

(L5) em *neNHUM* momento ... vacilarei ... em:: cumprir ... cada palavra:: ... que o Zé Alencar e eu assumimos ... durante a campanha ...

³⁶ Em nossa perspectiva, reservamos o termo “locutor” ao locutor do enunciado – aquele que, na já citada definição de Ducrot, “no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável” (Ducrot, 1987 [1984], p. 182). Admitimos também, seguindo Ducrot (1987 [1984], p. 184-187), a possibilidade de haver um segundo locutor (locutor representado) no interior de um *discurso relatado* em estilo direto e, possivelmente, também no caso de estilo indireto livre. Já nos casos de estilo indireto propriamente dito falamos de “terceiros”.

³⁷ Reforçamos que usamos aqui a definição de *negação* polêmica desenvolvida por Ducrot em 1984, em oposição à sua proposição de 1972 (Ducrot, 1977 [1972]).

³⁸ Em nossa análise quantitativa, consideramos como incidências do termo “não” os casos em que os termos “nenhum” e “ninguém” contribuem de forma redundante para a *negação*, limitando assim a contabilização desses termos aos casos em que, em seus cotextos, o termo “não” está ausente.

(L25) quando a gente per::de ... *ninguém* dá um telefonema para a gente para dizer ...
“companheiro:: ... a luta continua” ...

Todas essas *negações* contribuem para projetar PDVs em relação aos quais o locutor manifesta sua rejeição. A quem atribuir esses PDVs? Defendemos que, na ausência de indícios que nos levem a outra interpretação, eles possam ser atribuídos à segunda pessoa da enunciação – ou seja, ao alocutário, com quem o locutor dialoga e polemiza:³⁹

PDV_{2-L} [ALOC] : (VERDADEIRO (“Lula fez promessas de campanha absurdas/impossíveis de serem cumpridas”))

PDV_{3-L} [ALOC] : (VERDADEIRO (“Lula não vai cumprir tudo o que prometeu”))

PDV_{4-L} [ALOC] : (VERDADEIRO (“após a derrota, companheiros procuram animar/incentivar o derrotado”))

Percebemos que, assim como nos casos de *discurso relatado*, o fenômeno da *negação* não contribui aqui isoladamente para projetar *vozes coletivas*, sendo necessário que, no *corpus*, haja pistas de que o alocutário seja uma coletividade.

Nos pronunciamentos, isso é notadamente sugerido pelos vocativos iniciais: Collor se dirige a uma certa “gente amiga do Brasil” e Lula a os seus “companheiros” e “companheiras”, além das autoridades presentes na cerimônia, a “trabalhadores” e “trabalhadoras” e às pessoas que dividiam com ele o parlatório. Poderíamos, então, reescrever os mesmos PDVs atribuindo-os a uma coletividade:

PDV_{2-L} [COL] : (VERDADEIRO (“Lula fez promessas de campanha absurdas/impossíveis de serem cumpridas”))

PDV_{3-L} [COL] : (VERDADEIRO (“Lula não vai cumprir tudo o que prometeu”))

PDV_{4-L} [COL] : (VERDADEIRO (“após a derrota, companheiros procuram animar/incentivar o derrotado”))

É interessante pontuar que, hierarquicamente sobrepostos a esses PDVs, temos PDVs do locutor que os refutam (ou seja, cujo julgamento que o integra é “FALSO”):

PDV_{2b-L} [LOCUTOR] : (FALSO (PDV_{2-L}))

PDV_{3b-L} [LOCUTOR] : (FALSO (PDV_{3-L}))

PDV_{4b-L} [LOCUTOR] : (FALSO (PDV_{4-L}))

Além da análise que aqui descrevemos, referentes aos trechos (L5), (L6) e (L25), encontramos fenômeno de *negação total* relacionados à projeção de *voz coletiva* cuja concretização tem a contribuição do termo “não” nos trechos (L8), (L12), (L14), (L26), (L28), (L36) e (L38) e do termo “nenhum” nos trechos (L4) e (L29).

O mesmo tipo de fenômeno de *negação total*, com todas as propriedades que até aqui descrevemos, se manifesta nos casos de MAS_{SN}, noção que provém de clássico estudo de

³⁹ Esse tipo de interpretação por ausência de indícios contrários é o que a ScaPoline chama de raciocínio por default (Nølle, Fløttum e Norén, 2004, p. 24). A proposta escandinava é baseada em estudo de Reiter (1980).

Anscombre e Ducrot (1977), no qual se distinguem dois usos do “mas” em francês: o MAS_{SN} , equivalente ao “sino” do espanhol e ao “sondern” do alemão, e o MAS_{PA} , equivalente ao “pero” do espanhol e ao “aber” do alemão.

Tendo em conta que essa distinção foi depois estendida ao português por Ducrot e Vogt (1980 [1979]), não nos surpreende que o MAS_{SN} apareça em nosso *corpus*, e apareça justamente entre os casos de *negação total*, uma vez que Anscombre e Ducrot já haviam notado que tal uso do “mas” é “sempre um prolongamento de uma *negação* polêmica”, introduzindo em seguida uma “retificação a uma asserção [...] refutada” (Anscombre; Ducrot, 1977, p. 28).⁴⁰ Essa característica difere substancialmente do MAS_{PA} , que relacionaremos adiante à *negação parcial*, sendo inclusive possível, no caso do MAS_{SN} – e somente nele –, acrescentar a expressão “ao contrário” após o “mas”, sem alterar a orientação argumentativa do enunciado (Anscombre; Ducrot, 1977, p. 34).

Podemos tomar como exemplo a sequência de trechos (C8)-(C9), retirada do pronunciamento de Collor:

- (C8) e chegamos para cumprir uma missão ... para cumprir um mandato ... que *não* pertence ... a uma pessoa ... na figura do presidente da República ... que *não* pertence ... somente a um partido ... (C9) *mas* pertence a Todo o Brasil ... que deseja estar unido neste momento ... para que possamos retirar a nação brasileira ... desta angústia ... e do trágico cotidiano ... com que se debate milhões e milhões de brasileiros ...

Aqui, a *negação* polêmica novamente contribui para projetar um PDV que será refutado pelo locutor. Mais uma vez, na ausência de outras indicações, podemos atribuir esse PDV ao alocutário, que, como já vimos, é um ser coletivo:

PDV_{3-C} [COL]: (VERDADEIRO (“O mandato de presidente pertence somente a uma pessoa e a um partido”))⁴¹

E, novamente, um PDV do locutor se sobrepõe hierarquicamente a esse PDV coletivo, refutando-o. Podemos nos perguntar: o que, então, faz o MAS_{SN} ? Como pontuam Anscombre e Ducrot, o MAS_{SN} oferece, além da refutação, uma retificação. Em nossos termos, ele contribui para projetar um segundo PDV do locutor:

PDV_{3b-C} [LOCUTOR]: (FALSO (PDV_{3-C}))

PDV_{3c-C} [LOCUTOR]: (VERDADEIRO (“O mandato de presidente pertence a todo o Brasil”))

⁴⁰ No original: “nous poserons que SN est toujours le prolongement d’une négation polémique, et qu’il introduit la rectification d’une assertion p’ refusée” (Anscombre; Ducrot, 1977, p. 28). Tradução própria.

⁴¹ Note-se que, nesse caso, é possível desmembrar o PDV em dois: um que julga verdadeiro que “O mandato de presidente pertence somente a uma pessoa (na figura do presidente da República)” e outro que julga verdadeiro que “O mandato de presidente pertence somente a um partido”. Por esse motivo, consideramos aqui – em nossa análise quantitativa – dois casos de projeção de voz coletiva.

Além da referida sequência de trechos, identificamos no *corpus* a *negação total* cuja concretização tem a contribuição explícita do MAS_{SN} associada à projeção de voz coletiva no trecho (L2), e de forma implícita⁴² nos trechos (L16), (L33) e (L39).

4.2.2. *Negação parcial*

Em oposição à *negação total*, ancoramos a noção de *negação parcial* nas propostas de Carel (2014). Ao revisar a descrição do MAS_{PA} realizada por Anscombre e Ducrot (1977), a autora conclui que, em muitos casos (os casos de MAS_{PA} e outros não previstos pelos autores), o “mas” contribuiu para projetar uma *negação parcial* da “riqueza argumentativa” do segmento que o antecede. Em outras palavras, nesses casos, o termo “mas” não pode ser associado a uma *negação total* seguida de retificação de seu antecessor: o que ele faz é atuar para restringir, no enunciado, a possibilidade de se inferir certas conclusões de segmento antecedente que, em outros contextos linguísticos, poderiam ser inferidas.⁴³

Como mencionamos, encontramos em nosso *corpus*, sete casos de *negação parcial* que contribuem para a projeção de vozes coletivas – todos no pronunciamento de Lula. Cinco desses casos tiveram como artifício o termo “mas” (sequências de trechos (L3)-(L4), (L12)-(L14), (L28)-(L29) e (L35-L36)⁴⁴ e trecho isolado (L18)), sendo que em duas incidências, o “mas” foi seguido da expressão “ao mesmo tempo” (sequências (L3)-(L4) e (L12)-(L14)). Os outros dois casos que identificamos tiveram como artifício os termos “entretanto” (sequência (L22)-(L23)), bastante semelhante ao “mas”, e, mais surpreendentemente, o binômio “menos ... mais” ((L19)).

A sequência (L35-L36) nos parece um interessante caso de “mas” isolado:

- (L35) meus agradecimentos à imprensa ... que TANTo perturbaram a minha tranquilidade ... nessa campanha ... e nesses dois meses ... (L36) sem a/ mas sem a qual ... a gente não consolidaria ... não iria consolidar a democracia no país ...

Nota-se na transcrição que Lula inicia o trecho (L36) sem o “mas”. Ele, no entanto, trunca a fala e, retomando-a, acrescenta o termo. Como aponta Carel, esse “mas” não realiza

⁴² Consideramos incidências do MASSN implícito os casos em que a negação polêmica tem como cotexto posterior uma retificação do PDV refutado pelo locutor.

⁴³ A autora assim se refere à questão: “Reterei dos estudos de Ducrot a ideia de que existe toda uma família de usos de ‘A mas B’ na qual o locutor limita a riqueza argumentativa de A. Mas irei um pouco mais longe que ele e, em vez de dizer que uma das argumentações evocáveis por A é aceita sem ser utilizada, direi, me inspirando em Anscombre (1985), que essa argumentação é rejeitada. Não que o locutor rejeite toda a significação de A, mas ele faz, de certa forma, uma seleção: rejeita uma parte da significação de A (a argumentação em questão) e retém outra parte da significação. Resumirei isso dizendo que o locutor nega parcialmente o primeiro segmento” (Carel, 2014, p. 148). No original: “Je retiendrais des études de Ducrot qu’il existe toute une famille d’emplois de ‘A mais B’ dont le locuteur limite la richesse argumentative de A. Mais j’irai un peu plus loin que lui et, au lieu de dire qu’une des argumentations évocables par A est accordée sans être utilisée, je dirai, m’inspirant de Anscombre (1985), que cette argumentation est rejetée. Non que le locuteur rejette toute la signification de A, mais il fait en quelque sorte le tri: il rejette une partie de la signification de A (l’argumentation en question) et retient une autre partie de la signification. Je résumerai cela en disant que le locuteur nie partiellement le premier segment” (Carel, 2014, p. 148). Tradução própria.

⁴⁴ Elencamos aqui algumas sequências de trechos e não apenas o trecho onde o “mas” aparece por considerar que é a partir do conjunto – e sobretudo a partir do segmento anterior ao “mas” – que o PDV cuja origem é uma voz coletiva se projeta. O mesmo se aplica ao caso do termo “entretanto”.

uma *negação* completa do segmento que o antecede, mas apenas de uma parte do que poderíamos extrair dele. Que parte? Em muitos casos, isso depende de inferência do analista.

Quando Lula afirma que a imprensa o perturbou durante a campanha, poderíamos talvez concluir que ele não teria os veículos de comunicação em boa conta a ponto de os agradecer. No entanto, ao acrescentar, após o “mas”, que a imprensa foi importante para consolidar a democracia, a conclusão anterior fica prejudicada. Assim, o “mas” não está relacionado à *negação*, por parte do locutor, de que a imprensa o incomodou – isso é ratificado –, mas relaciona-se à *negação* de um PDV segundo o qual, por exemplo, a imprensa não merece agradecimentos.

Novamente, emerge a questão: a quem atribuir esse PDV? E, mais uma vez, na ausência de outros elementos, podemos defender que tal PDV seja atribuído ao alocutário, com quem o locutor dialoga e a quem, nesse caso, se antecipa. Sendo, como já vimos, o alocutário do pronunciamento de Lula um ser coletivo, temos:

PDV_{5-L} [COL] : (VERDADEIRO (“A imprensa não merece a consideração/agradecimento de Lula”))

A esse PDV podemos sobrepor o PDV do locutor, negando-o:

PDV_{5b-L} [LOCUTOR] : (FALSO (PDV_{5-L}))

Como em todos os casos vistos até aqui, o fenômeno da *negação parcial* não contribuiria, sozinho, para a projeção de uma *voz coletiva*, tendo sido necessárias evidências de que o alocutário é uma coletividade.

Vejamos agora o caso mais, digamos, peculiar de *negação parcial*, ou seja, o caso concretizado com o auxílio do binômio “menos ... mais”:

(L19) cuiDAR da educação ... cuiDAR da saúde ... faZER a reforma agrária ... cuiDAR da previdência social ... e acaBAR com a FOMe neste país:: ... são compromissos MENOS programáticos ... e mais ... compromisso moRAL e ético ... que eu quero assumir ... aQUI nessa tribuna ...

Da forma como o enunciado se organiza, o locutor não nega que os cuidados inicialmente citados sejam compromissos programáticos, mas nega que o aspecto programático de tais compromissos predomine em relação ao aspecto moral e ético. Assim, podemos propor que o fenômeno contribui para projetar um PDV que, na ausência de indicações contrárias, é atribuído ao alocutário (coletivo) representado da seguinte forma:

PDV_{6-L} [COL] : (VERDADEIRO (“Os compromissos de Lula em relação à educação, à saúde, à reforma agrária, à previdência e ao combate à fome são essencialmente/predominantemente programáticos”))

Novamente, a esse PDV podemos sobrepor o PDV do locutor, negando-o, ao mesmo tempo em que oferece uma retificação:

PDV_{6b-L} [LOCUTOR] : (FALSO (PDV_{6-L}))

PDV_{6c-L} [LOCUTOR]: (VERDADEIRO (“Os compromissos de Lula em relação à educação, à saúde, à reforma agrária, à previdência e ao combate à fome são essencialmente/ predominantemente morais e éticos”))

Antes de encerrar esse tópico, vale salientar que, nos casos que analisamos, o fenômeno da *negação* projetou uma oposição entre o locutor e a *voz coletiva*. Isso os difere dos casos de *discurso relatado*, que dependeria de outros fatores para depreendermos se o locutor e a *voz coletiva* são opositores ou aliados.⁴⁵

4.3 Esteio de PDV

Encontramos em nosso *corpus* 8 incidências do fenômeno que chamamos de *esteio de PDV*. Tal fenômeno ocorre quando, no enunciado, há explicitamente um termo ou uma expressão que realça uma asserção (ou uma negação) pela qual o locutor se responsabiliza. Assim como as *negações*, quase todos os casos foram identificados no pronunciamento de Lula: 7 das 8 incidências.

Diferentemente do que se possa pensar à primeira vista, a despeito do realce explícito, o *esteio* não reforça o PDV do locutor. Pelo contrário, ao indicar que tal PDV carece de um apoio, o fenômeno projeta um segundo PDV que, em certa medida, polemiza com o primeiro: se não o nega, ao menos o coloca em dúvida. Tomemos o seguinte caso, retirado do pronunciamento de Lula:

(L12) eu *estou convencido* ... que HOje não TEM no Brasil ... NENhum brasiLEIro ou brasileira ... mais conheceDOR da realidade:: ... e das dificuldades que vamos enfrentar

Aqui projeta-se, inicialmente o PDV do locutor:

PDV_{7b-L} [LOCUTOR]: (VERDADEIRO (“Lula sabe como ninguém da realidade e da dificuldades que vai enfrentar”))

Tal PDV já se teria projetado sem a presença do *esteio*. O que o *esteio*, concretizado com a contribuição da expressão “estou convencido”, faz é indicar que esse primeiro PDV não é consensual, que há sobre ele uma polêmica, que ele pode (ou não) ser falso. Da mesma forma que na *negação*, consideramos ser possível atribuir esse PDV que não é o do locutor, na ausência de outros indícios, ao alocutário – que, como já repetimos algumas vezes, no caso de nosso *corpus*, é um ser coletivo. Com isso, temos:

⁴⁵ Se compararmos as ocorrências de discurso relatado com as de negação, poderíamos dizer ainda que as primeiras – aparentemente, em contraste com as segundas – se abrem a uma polêmica entre locutores, caso o discurso tenha o estilo direto. Isso corrobora os estudos de Nascimento (2020, p. 285), que já havia associado a voz coletiva à presença de “locutores coletivos” no enunciado. Caso, aliás, adotássemos a noção de locutor de Nascimento, que classifica com esse termo tanto o ser que é origem de discurso relatado em estilo direto como em estilo indireto (este último chamado por nós de terceiro), poderíamos mesmo supor que, enquanto nas ocorrências de discurso relatado a coletividade está relacionada a locutores, nas de negação a coletividade se relaciona a enunciadoreis.

PDV_{7-L} [COL] : (POSSÍVEL (“Lula não sabe da realidade e da dificuldades que vai enfrentar”))⁴⁶

Outro exemplo de *esteio* – um tanto mais discreto – está no seguinte trecho do pronunciamento de Collor.

(C11) juro a vocês .. diante do altar das minhas convicções ... que ao lado do povo brasileiro ... da sociedade civil organizada ... nós haveremos SI::M minha gente ... de reconstruir o NOsso país para recupeRARmos a confiança ... no seu verdadeiro destino ...

Aqui projeta-se, mais uma vez um PDV do locutor:

PDV_{4b-C} [LOCUTOR] : (VERDADEIRO (“haveremos de reconstruir o Brasil para recuperar sua confiança em seu verdadeiro destino”))

E novamente o *esteio*, concretizado com a contribuição do termo “sim”, sugere que o PDV do locutor não é consensual, atuando para projetar um PDV que o põe em dúvida. Considerando que, mais uma vez, esse PDV pode ser atribuído a um alocutário coletivo, temos:

PDV_{4-C} [COL] : (POSSÍVEL (“não haveremos de reconstruir o Brasil para recuperar sua confiança em seu verdadeiro destino”))

Notamos que os casos de *esteio* também necessitaram estar coordenados com a projeção de um ser coletivo (nos casos analisados, o alocutário) para que pudessem atuar no sentido de projetar uma *voz coletiva*.

Destacamos ainda que aqui notamos, entre a *voz coletiva* e a voz do locutor, um distanciamento, mas não tão forte quanto a rejeição que verificamos nos casos relacionados ao fenômeno da *negação*.

Além de “estou convencido” e “sim”, presentes nos casos analisados, os artifícios identificados no *corpus* que contribuíram para concretizar o fenômeno do *esteio de PDV* foram: “eu tenho a certeza e a convicção” (trecho (L4)), “posso afirmar” ((L15)), “podem ter a certeza mais absoluta que um ser humano pode ter” ((L28)), “quero que vocês carreguem também a certeza” ((L29)) e – o que nos pareceu bastante significativo – “eu tenho fé em Deus” ((L32)). Ademais, a expressão “estou convencido” apareceu não apenas no citado trecho (L12), mas também em (L13).⁴⁷

⁴⁶ Ressaltamos o acréscimo da negação ao conteúdo estabilizado deste PDV. Se quisermos detalhar melhor a representação, poderíamos considerar que, sobreposto ao PDV do locutor, haveria um PDV de origem incerta que o consideraria “falso”, e a esse segundo PDV estaria sobreposto um terceiro, cuja origem seria o alocutário, julgando-o “possível”.

⁴⁷ Gostaríamos de observar que o que verificamos em nosso corpus sobre o fenômeno do *esteio* diverge de certas proposições de Berrendonner acerca do “fantasma da verdade”. Retomando o raciocínio de Berrendonner podemos nos perguntar: qual seria a diferença entre um enunciado assertivo, como o do trecho (C2), e outro similar, mas que contivesse a expressão “na minha opinião” em seu princípio? Para Berrendonner, a asserção em (C2) projetaria um PDV cuja origem seria uma voz consensual, enquanto o acréscimo de “na minha opinião” limitaria a origem ao locutor. Já de acordo com nossas observações, a asserção em (C2) projeta um PDV cuja origem é exclusivamente o locutor, enquanto o acréscimo de “na minha opinião” manteria o PDV exclusivo do locutor, mas, ao encenar uma polêmica, projetaria um segundo PDV, atribuído, na ausência de outros indícios, ao alocutário, para quem o PDV do locutor é duvidoso.

4.4 Pressuposição

Como dissemos, neste trabalho abordamos apenas as *pressuposições* cuja concretização está relacionada a verbos. Em nosso *corpus*, identificamos, ao todo 11 incidências (quatro no pronunciamento de Collor e sete no pronunciamento de Lula) de projeções de *vozes coletivas* a partir desse fenômeno. Tomemos com exemplo o trecho (C2):

- (C2) a transição demoCRÁTica ... se comple::ta neste insTANte ... com a posse de um presidente da rePÚBLica ... eleito pelo voto diREto da maioRia do povo brasileiro ...

Aqui, o verbo “completar” instaura um pressuposto segundo o qual “a transição democrática não estava finalizada”, contribuindo para projetar um PDV com esse conteúdo estabilizado.

Podemos confirmar que “a transição democrática não estava finalizada” é pressuposto de (C2) por meio dos clássicos testes da transposição para a interrogação e para a negação, segundo os quais a *pressuposição* se mantém inalterada nesses casos, a despeito da alteração no posto. É o que se verifica: tanto o enunciado “a transição democrática se completa neste instante?” como o enunciado “a transição democrática não se completa neste instante” preservam a ideia de, até ao menos “este instante”, não havia chegado ao fim tal transição.

Da forma como (C2) é construído, o pressuposto surge como algo dado, acordado por um determinado grupo, que pode incluir, em uma hipótese maximalista, toda a coletividade que vivia aquele momento ou, em uma hipótese minimalista, ao menos o locutor e o alocutário.⁴⁸ É isso que nos leva a atribuir tal PDV a uma coletividade:

PDV_{s-c} [COL]: (VERDADEIRO (“a transição democrática não estava finalizada”))

Destacamos que aqui, diferentemente dos casos já vistos, a *pressuposição* atua para congrega a voz do locutor e do alocutário. E, também diferentemente dos casos de *discurso relatado*, *negação* e *esteio de PDV*, a origem coletiva independe de alocutários coletivos ou de terceiros coletivos. Se a mesma frase de (C2) fosse enunciada em conversa particular do presidente, com um único interlocutor, e mesmo que tal unicidade do interlocutor se manifestasse explicitamente em um vocativo usado por Collor, a ideia de que “a transição democrática não estava finalizada”, surgiria como algo dado, acordado e, conseqüentemente, de origem coletiva (no caso hipotético, origem dupla).

É verdade que certos verbos (ausentes de nosso *corpus*) instauram pressupostos que não são, necessariamente, consensuais ou acordados entre locutor e alocutário. É o caso, como bem notou Berrendonner (1981, p. 45-46), do verbo *prétendre* (“alegar”). Mas o que nos interessa, para definirmos as categorias de análise que apresentamos a seguir, é que a *pressuposição*, em certos casos, é capaz de projetar acordos entre locutor e alocutário ou mesmo um consenso. E que tal fenômeno é capaz de contribuir com a projeção de uma *voz coletiva* independentemente de haver alocutário coletivo ou de terceiro coletivo.

Em nosso *corpus*, além de “completar”, encontramos, atuando como artifícios que contribuem para a projeção de PDVs de origem coletiva, os seguintes verbos: “reconstruir”

⁴⁸ Em nossa quantificação, adotamos por precaução, nos casos em que há certa ambigüidade como essa, a hipótese minimalista.

(trecho (C11)), “encontrar” ((C16)), “recuperar” (duas vezes no trecho (L6)), “tentar” ((L17)), “continuar” (uma vez em (L25) e duas em (L26)) e “começar” ((L31)). Consideramos também, em nossa contabilização, o futuro composto do verbo “nortear” marcado pela forma “haverá de” ((C3)).

A seguir, apresentamos, finalmente, nosso esboço para uma tipificação de *vozes coletivas*.

5 Resultado: o esboço para uma tipificação de *vozes coletivas*

O trajeto de pesquisa aqui relatado nos levou à elaboração de um esboço dinâmico para uma tipificação de *vozes coletivas*. A dinamicidade busca evidenciar características dessas vozes que, conforme dissemos na Introdução, mostraram-se variantes durante a observação.

De forma geral, nosso modelo considerou:

- (a) a natureza prévia ou enunciativa da *voz coletiva*;
- (b) no caso da *voz coletiva* construída na e pela enunciação (nosso foco):
 - (i) o tipo de fenômeno que contribui para sua projeção;
 - (ii) a sua independência ou dependência (de alocutário ou de terceiro coletivo);
 - (iii) a inclusão ou exclusão (polêmica ou não) de locutor, alocutário e terceiro.

Com isso, chegamos ao Quadro 4 (*próxima página*). Ressaltamos que tal quadro é ainda um esboço, razão pela qual acrescentamos “etc (...)” a algumas listas, deixando-as flexíveis e abertas a novas categorias que possam ser acrescentados a partir do exame de outros *corpora*.

Mais uma vez, nossa representação é inspirada em autores que adotam uma abordagem sistêmico-funcional. Nela, as chaves “{” indicam “e” e, como já dissemos, os colchetes “[” indicam “ou”.⁴⁹

Assim, com base sobretudo na revisão bibliográfica que fizemos, propomos que a *voz coletiva* seja inicialmente classificada como: (a) prévia à enunciação *ou* (b) construída na e pela enunciação. Uma voz não pode ser classificada simultaneamente das duas formas, devendo-se escolher entre uma *ou* outra – justificando o primeiro colchete do quadro.

A voz prévia, por sua vez, pode ser classificada em subtipos como (a) lexical, conforme Anscombe (2005, 2009, 2010) *ou* (b) outra categoria ainda não prevista (lista aberta). Já a voz construída na e pela enunciação pode ser classificada simultaneamente (a) quanto ao fenômeno enunciativo que contribui para sua projeção *e* (b) quanto à amplitude. Essa simultaneidade é representada pela chave.

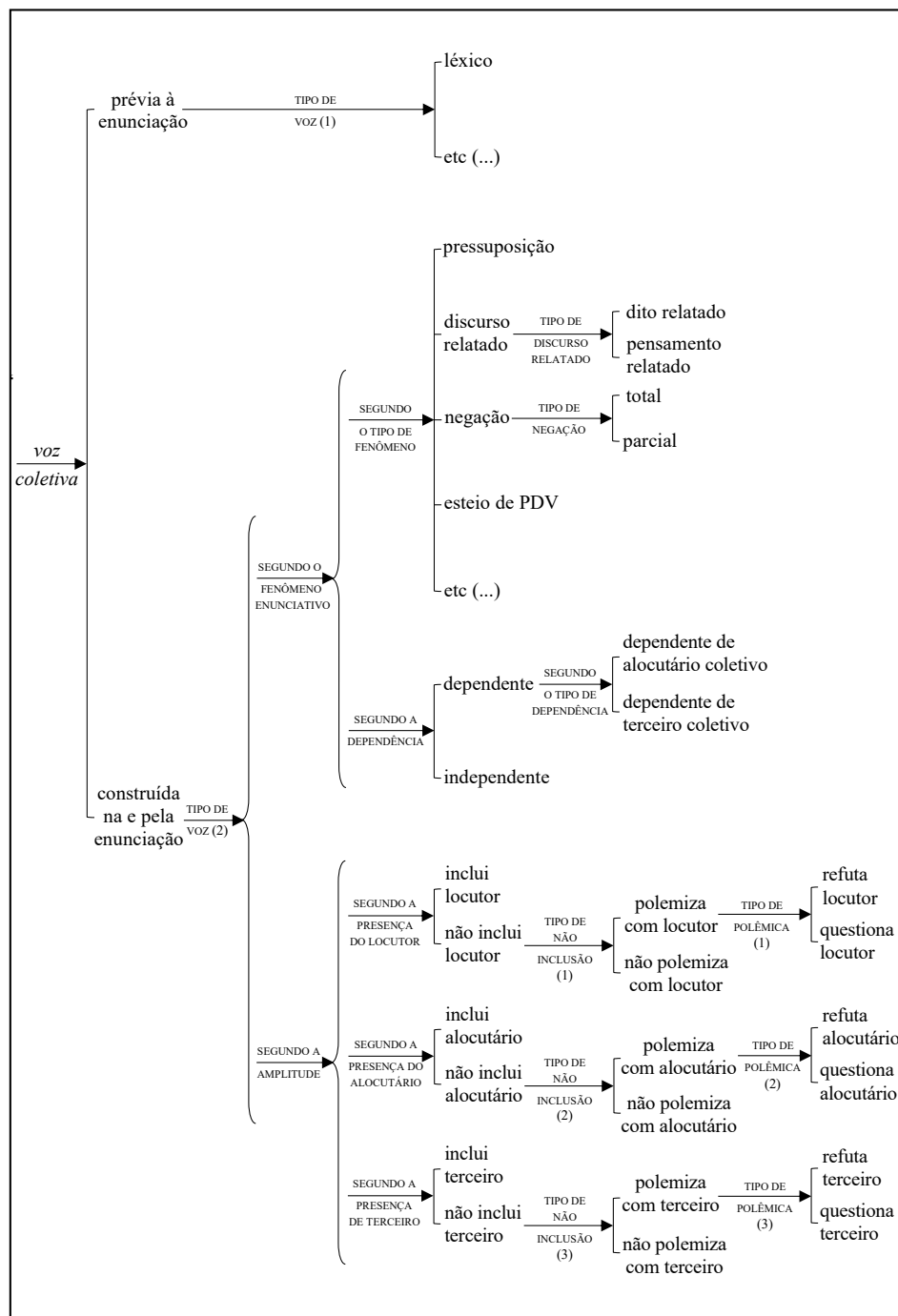
Tais categorias de vozes enunciativas estão baseadas tanto em nossa observação do *corpus* como nas reflexões de Berrendonner (1981), Anscombe (2005, 2009, 2010), Nølke, Fløttum e Norén (2004) e Nascimento (2020), que indicam a possibilidade de se observar, paralelamente ao fenômeno que contribui para sua projeção da *voz coletiva*, quem são os seres discursivos que integram essa voz.

Quanto ao fenômeno enunciativo, nossa proposta apresenta as seguintes classificações simultâneas: (a) tipo de fenômeno *e* (b) dependência. O tipo de fenômeno pode corresponder a *pressuposição*, *discurso relatado* (*dito relatado ou pensamento relatado*), *negação* (*total ou*

⁴⁹ Uma boa descrição mais ampla das convenções usadas por funcionalistas está em Farhat (2025, p. 32-35).

parcial) ou *esteio de PDV*, com o “etc” indicando, novamente, lista aberta. Quanto à *dependência*, a voz pode ser, como nossa análise sugeriu, independente ou dependente (de alocutário coletivo ou terceiro coletivo).

Quadro 4 – Esboço para uma tipificação de vozes coletivas



Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, em relação à amplitude, tendo em vista as diferentes relações entre *voz coletiva* e locutor que observamos no *corpus*, mas considerando a possibilidade de haver tal variação também em relação a outros seres discursivos, propomos uma classificação simultânea segundo a presença de locutor, de alocutário e de terceiro.

Cada categoria é detalhada em três níveis com escolhas binárias. O primeiro nível considera a inclusão *ou* não do ser discursivo. Observamos, por exemplo, que as vozes projetadas por *pressuposição* incluíram o locutor, enquanto as associadas a *discurso relatado*, *negação* e *esteio de PDV* não o fizeram.

No caso de não inclusão, distinguimos entre não inclusão polêmica *ou* não polêmica. Por exemplo, a voz associada a *discurso relatado* com a contribuição do verbo “querer” no pronunciamento de Collor é uma não inclusão não polêmica, com o enunciado atribuindo o PDV apenas a terceiros sem contradizer o locutor. Já os casos observados de vozes associadas à *negação* e ao *esteio de PDV* são não inclusões polêmicas.

No terceiro nível, diferenciamos polêmica de refutação (como nos casos de *negação*, em que o locutor considerou “FALSO” o PDV da *voz coletiva*) *ou* polêmica de questionamento (como nos casos de *esteio*, no qual a *voz coletiva* considerou “POSSÍVEL” o inverso do PDV do locutor).

A definição coordenada dessas categorias permite testar, em futuros *corpora*, suas inter-relações sem impor, *a priori*, associações estritas. Embora algumas análises indiquem conclusões específicas (como a relação entre *pressuposição* e independência de alocutário ou terceiro coletivo), evitamos um modelo que fixe tais associações, pois elas podem, dada a extensão de nosso *corpus*, ser ilusórias. Acreditamos, assim, ter estabelecido um quadro inaugural a um só tempo complexo e flexível de categorias de análise, que serve de base para futuros estudos.

6 À guisa de conclusão

À guisa de conclusão, apresentamos uma breve comparação entre os pronunciamentos de Collor e Lula, concebida com função ilustrativa, para evidenciar o préstimo analítico das categorias aqui propostas.

Em nossa análise, identificamos 47 projeções de *vozes coletivas*: 9 no pronunciamento de Collor e 38 no de Lula. Em parte, essa diferença pode ser explicada pela maior extensão do pronunciamento de Lula, com 1.078 palavras (*tokens*) contra 424 palavras de Collor. Ainda assim, a proporção de incidências em relação à extensão dos pronunciamentos destaca o de Lula: enquanto tem uma extensão que corresponde 2,5 vezes o pronunciamento de Collor, as incidências nele são 5,2 vezes as de Collor.

Mas não é apenas a proporção de incidências que diferencia os pronunciamentos. A nosso ver, a diferença mais significativa está em como as *vozes coletivas* projetadas em cada um se relacionam com o locutor, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Amplitude da *voz coletiva* segundo a presença de locutor

	Collor		Lula	
	Total	%	Total	%
Inclui locutor	5	55,6%	8	21,1%
Não inclui locutor	4	44,4%	30	78,9%

Fonte: Elaboração própria.

Ou seja, no pronunciamento de Collor, 55,6% das incidências projetam vozes que unem o locutor à coletividade, enquanto o pronunciamento de Lula tende a excluir o locutor do interior da *voz coletiva*, o que ocorre em 78,9% dos casos. Se avançarmos nas subcategorias da exclusão, a discrepância entre os pronunciamentos se amplia:

Tabela 2 – Tipo de não inclusão de locutor na *voz coletiva*

	Collor		Lula	
	Total	%	Total	%
Polemiza com locutor	3	33,3%	30	78,9%
Não polemiza com locutor	1	11,1%	0	0,0%

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 2, vê-se que dos 4 casos de não inclusão do locutor no pronunciamento de Collor, 1 não é polêmico, restando 3 com oposição entre *voz coletiva* e locutor – 33,3% do total, contra 78,9% em Lula, que, por sua vez, projeta uma voz polêmica em todos os casos de não inclusão de locutor.

Se quisermos especificar ainda mais, chegando ao último nível de detalhamento, referente ao tipo de polêmica entre *voz coletiva* e locutor, observamos que Collor apresentou 2 casos de refutação (22,2% do total) e 1 de questionamento (11,1%), enquanto Lula teve 23 de refutação (60,5%) e 7 de questionamento (18,4%).

Percebemos, com isso, uma inversão das proporções: em Collor, a *voz coletiva* se une ao locutor em 55,6% dos casos, enquanto em Lula há oposição completa (refutação) entre tais vozes em 60,5% das incidências. De modo complementar, se em Collor a oposição completa ocorre somente em 22,2%, em Lula a união entre locutor e *voz coletiva* acontece apenas em 21,1%.

Observando a Tabela 3, podemos encontrar pistas dos fenômenos enunciativos nos quais se ampara o discrepante cenário que acabamos de descrever:

Tabela 3 – Fenômenos que contribuem para projeção de *voz coletiva* identificados no *corpus*

	Collor		Lula	
	Total	%	Total	%
Pressuposição	4	44,4%	7	18,4%
Discurso relatado	2	22,2%	1	2,6%
Negação	2	22,2%	23	60,5%
Esteio de PDV	1	11,1%	7	18,4%

Fonte: Elaboração própria.

No pronunciamento de Collor, predomina a *pressuposição*. E, embora essa não seja uma característica inerente ao fenômeno, foi exatamente a *pressuposição* que contribuiu com a construção da maior parte das *vozes coletivas* nas quais o locutor está incluído. Mais especificamente, isso foi concretizado pelos verbos “completar”, “reconstruir” e “encontrar” e pelo futuro composto de “nortear” marcado pela forma “haverá de”.

Já no pronunciamento de Lula predominam as *negações*, tendo sido, como talvez fosse de se esperar, o fenômeno que mais vezes contribui para as projeções de *vozes coletivas* que se opõem, de forma completa, ao locutor. Há, no entanto, no caso de Lula, um aspecto relevante: o uso do “mas”, com 9 incidências, superou o uso do “não”, com 8.⁵⁰ Isso indica que nos casos as oposições que ocorrem no pronunciamento de Lula não são simples. Basta citar que, nos casos de MAS_{SN} (4 incidências) a *negação* do PDV da *voz coletiva* vem seguida de uma retificação.

Considerando ainda que todas as *vozes coletivas* no *corpus* têm a participação do alocutário, concluímos que o pronunciamento de Collor é essencialmente de identificação com seu público.

Pensamos que isso talvez funcione para que seja construído, enunciativamente, algo notado por Laclau (2013 [2005]), em sua teoria sobre o populismo. Segundo o autor, o populismo não é “um tipo de movimento identificado com uma base social especial ou com uma orientação ideológica particular”, mas uma “*lógica política*” (Laclau, 2013 [2005], p. 181), na qual deve haver a formação de um eixo de equivalências, ou seja, uma unificação discursiva de grupos heterogêneos – e consequentemente fontes de demandas heterogêneas –, em cujo prolongamento se encontraria o líder populista. E, nessa construção de equivalências, a *presuposição* parece ter lugar privilegiado.

Já o pronunciamento de Lula é caracterizado pelo confronto. No entanto, seria prematuro entendê-lo como uma espécie de avesso do pronunciamento de Collor, havendo, enunciativamente, a construção de um eixo de diferenças, contraparte, na acepção de Laclau, do eixo de equivalências.

Considerando novamente que todas as *vozes coletivas* do *corpus* incluem a participação do alocutário, notamos que o confronto de Lula não é dirigido a um inimigo “externo”, mas a quem o escuta. E, com certa frequência, seu pronunciamento apresenta uma retificação. O que parece haver, então, é um movimento retórico por parte de Lula, que, como o primeiro líder operário a chegar à presidência, busca afastar certa desconfiança, em voga à época, de que faria um governo disruptivo ou que enfrentaria dificuldades intransponíveis. Talvez por isso o uso abundante do “mas”, em detrimento do “não”, em suas oposições.

Cremos ser interessante observar que, ao contrário do que o senso comum poderia sugerir, nenhum dos dois pronunciamentos é marcado por um “nós contra eles”, tão frequentemente relacionado – por vezes, de forma apressada – ao discurso político.

Terminamos assim este brevíssimo exame, esperando ter demonstrado a relevância analítica de nosso esboço, que deve permanecer aberto a testes, revisões e aprimoramentos futuros.

Referências

ANSCOMBRE, J.-C. Thème, espaces discursifs et représentations événementielle. In: ANSCOMBRE, J.-C.; ZACCARIA, G. *Fonctionnalisme et pragmatique*. Milão: Edizioni Unicopli, 1990. p. 43-150.

ANSCOMBRE, J.-C. Le ON-locuteur: une entité aux multiples visages. In: BRES, J., et al. *Dialogisme et polyphonie*. Bruxelas: De Boeck, 2005. p. 75-94.

⁵⁰ Nessa contabilização, não contabilizamos como casos de “não” as ocorrências em que a palavra aparece combinada com o “mas” para formar o MASSN.

- ANSCOMBRE, J.-C. La polifonía: nociones y problemas. *Archivum - Revista de la Facultad de Filosofía y Letras*, Oviedo, Tomo 58-59, p. 21-55, 2009.
- ANSCOMBRE, J.-C. Autour d'une définition linguistique des notions de voix collective et de ON-locuteur. In: COLAS-BLAISE, M., et al. *La question polyphonique ou dialogique en sciences du langage*. Metz: Université Paul Verlaine, 2010.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. L'argumentation dans la langue. *Langages*, Paris, v.10, n.42, p. 5-27, 1976.
- ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. Deux mais en français? *Lingua*, Amsterdam, n. 43, p. 23-40, 1977. DOI: [https://doi.org/10.1016/0024-3841\(77\)90046-8](https://doi.org/10.1016/0024-3841(77)90046-8)
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Berne: Éditions Francke, 1965 [1932].
- BASTOS, A. C. V. *De quem é essa voz? Um estudo sobre as marcas de subjetividade em monografias de conclusão de curso*. 252f. Tese (Doutorado em Linguística) — Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- BEHE, L. et al. *Curso de semântica argumentativa*. São Carlos: Pedro & João editores, 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 nov. 2023.
- BERRENDONNER, A. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Minuit, 1981.
- CAREL, M. *Vers une formalisation de la Théorie de l'Argumentation dans la Langue*. 251f. Tese (Doutorado em Mathématiques et Applications aux Sciences de l'Homme - Logique Linguistique). École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.
- CAREL, M. *L'entrelacement argumentatif*. França: Honoré Champion, 2011.
- CAREL, M. Mais, une marque de négation partielle. In: WEIDENBUSCH, W. *Diskursmarker, Konnektoren, Modalwörter*. Narr Verlag, 2014. p. 143-158.
- CAREL, M. *Parler*. Campinas: Pontes, 2023.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística*. Tradução de Carlos Vogt; Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977 [1972].
- DUCROT, O. Analyse de textes et linguistique de l'énonciation. In: DUCROT, O., et al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980. p. 7-56.
- DUCROT, O. *O Dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987 [1984].
- DUCROT, O.; VOGT, C. De magis a mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980 [1979].
- FARHAT, T. C. *Uma nova descrição sistêmico-funcional das relações interactanciais*. 491f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2025.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. Londres: Hodder Arnold, 2004.

- LACLAU, E. *A razão populista*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013 [2005].
- LESCANO, A. Para um estudo do tom. Trad. Leci Borges Barbisan. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.46, n. 1, p. 87-95, 2011 [2009]. 87-95.
- NASCIMENTO, E. P. D. O fenômeno do SE-Locutor: índice de polifonia e de argumentatividade na língua e no discurso. In: PIRIS, E. L.; RODRIGUES, M. D. G. S. *Estudos sobre argumentação no Brasil hoje*. Natal: EDUFRN, 2020. p. 269-291.
- NØLKE, H. *Linguistic Polyphony: The Scandinavian approach*. Holanda: Brill, 2017.
- NØLKE, H.; FLØTTUM, K.; NORÉN, C. *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. França: Éditions Kimé, 2004.
- PEREIRA DA SILVA, A. M. *Contradizer as palavras*: Proposta para uma descrição polifônica da noção enunciativa de tensão a partir da análise de incidências do termo “imprensa” nas lives de quinta-feira de Bolsonaro. 284f. Tese (Doutorado em Letras - Filologia e Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.
- PEREIRA DA SILVA, A. M. Tração de concepções e deslegitimação da imprensa: estratégias linguístico-enunciativas nas lives de Jair Bolsonaro. *Linha D'Água* [no prelo].
- PRETI, D. *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1999 [1993].
- REITER, R. A logic for default reasoning. *Artificial Intelligence*, v. 13, n. 1-2, p. 81-132. 1980.